



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁ- FICO DE SÃO PAULO

FUNDADO EM 1.º DE  
NOVEMBRO DE 1894

VOLUME XLIII

## SUMÁRIO

	Pág.
DIOGO ANTONIO FEIJÓ NA TRADIÇÃO DA FAMÍLIA CAMARGO, por <i>Ricardo Gumbleton Daunt</i> .....	1
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO	
RELATÓRIO DE 1943 .....	361
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE 1940.....	369
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE 1943.....	370
CADASTRO SOCIAL (1944) .....	371
ATAS (25 DE JANEIRO A 5 DE NOVEMBRO DE 1943).....	379

— 1944 —  
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO  
— SÃO PAULO —

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

— 1944 —  
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO  
— SÃO PAULO —

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

FUNDADO EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1894

DIRETOR RESPONSÁVEL:

NICOLAU DUARTE SILVA

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA.

Desemb. AFONSO JOSÉ DE CARVALHO  
Jorn. NICOLAU DUARTE SILVA  
Prof. TITO LÍVIO FERREIRA

VOLUME XLIII

2751

EDIÇÃO DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO  
1944

## COMISSOES TECNICAS PERMANENTES

COMISSÃO DE REGULAMENTOS E ESTATUTOS, E DE AVALIAÇÃO DE OFERTAS E DONATIVOS: Drs. Antônio Augusto de Meneses Drummond, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker e Cândido de Sousa Campos.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS: Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, Sr. João Balista de Campos Aguirra e Prof. Dácio Pires Correia.

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA "REVISTA": Desemb. Afonso José de Carvalho, Nicolau Duarte Silva e Prof. Tito Livio Ferreira.

COMISSÃO DE HISTÓRIA: Dr. Afonso de Eschagnolle Taunay e Prof. Antônio Piccarolo.

COMISSÃO DE GEOGRAFIA: Profs. Aroldo Edgar de Azevedo, Astrogildo Rodrigues de Melo e Euripedes Simões de Paula.

COMISSÃO DE CONTAS: Des. Marcelo de Toledo Piza e Almeida. Pênisio Pereira Mendes e Enzo Silveira.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA: Drs. Alvaro de Sales Oliveira, Alvaro da Veiga Coimbra e João Balista de Sousa Filho.

COMISSÃO DE FILATELIA: Dr. Mário de Sanctis, Sr. Roberto Thut e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

COMISSÃO DE GENEALOGIA: Drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e Américo Brasiliense Antunes de Moura.

COMISSÃO DE ETNOLOGIA: Rev. Jorge Bertolaso Stella e Professores Herbert Baldus e Plínio Marques da Silva Airoso.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

D I R E T O R I A

<i>Presidente Peipêlue</i> .....	Dr. José Torres de Oliveira
<i>1.º Vice-Presidente</i> .....	Nicolau Duarte Silva
<i>2.º Vice-Presidente</i> .....	Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
<i>1.º Secretário</i> .....	Prof. Tito Livio Ferreira
<i>2.º Secretário</i> .....	Dr. Carlos Alberto Nunes
<i>Suplentes do 2.º Secretário</i>	Dr. Aureliano Leite
	Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida
<i>Tesoureiro</i> .....	Prof. Dácio Pires Correia
<i>Orador</i> .....	Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira

RICARDO GUMBLETON DAUNT

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Na tradição da Família Camargo

## E R R A T A

Entre outros, cuja correção o leitor inteligente facilmente fará, apresenta este volume os seguintes senões:

No índice Parcial e no Anexo XXV, à pág. 275, onde diz "Iconografia Bibliográfica do Padre Diogo Antônio Feijó", leia-se "Iconografia Bibliográfica e Pictórica do Padre Diogo Antônio Feijó".

No índice Parcial, Anexo XXVII, onde diz pág. "307", leia-se "308".

Na pág. 83, 12.<sup>a</sup> linha, onde diz "10 de setembro de 1822", leia-se "4 de março de 1874", retificando-se a Nota "77", para: Arq. Cúria São Paulo — óbito, Est. 3. Prát. 1. L.<sup>o</sup> 47, fls. 97.

Na pág. 97, última linha do texto, onde diz "(78)", leia-se "(79)", retificando-se também o respectivo número da nota.

Na pág. 104, a nota precedida de um asterisco diz respeito ao assunto da página anterior, onde devia figurar.

Na pág. 209, 5.<sup>a</sup> linha, onde diz "gênero", leia-se "genro".

Na pág. 259, suprima-se a penúltima nota.

Na pág. 276, Anexo XXV (fonte original N<sup>o</sup> 2-b), 17.<sup>a</sup> linha, onde diz "(n.<sup>o</sup> 1)", leia-se "(n.<sup>o</sup> 2)".

Na pág. 278, Anexo XXV, 19.<sup>a</sup> linha, onde diz "(Inventário 3.<sup>o</sup> Ofício da Família, São Paulo, 1893)", leia-se: "(Inventário no 3.<sup>o</sup> Ofício de Campinas — Serventuário: Nilo Ferraz de Abreu)".

Na pág. 310, 21.<sup>a</sup> linha (Anexo XXVIII), onde diz "Graças ao esclarecido e patriótico consentimento de S.", leia-se: "Assim, expellido o assunto que me traz à presença de V."

Na pág. 313, 3.<sup>a</sup> linha (Anexo XXIX), onde diz "Ribeiro de Castro e Camargo", leia-se "Ribeiro de Camargo e Castro".

Na pág. 341, suprima-se a quarta linha da nota, alterando-se, na penúltima linha, a palavra "Hisitórico" para "Histórico".

Na pág. 346, suprima-se a 39.<sup>a</sup> linha.

Na pág. 349, 12.<sup>a</sup> linha, onde diz "amaguras", leia-se "amarguras"; na 17.<sup>a</sup> linha, onde diz "consciência", leia-se "consciência"; na 35.<sup>a</sup> linha, onde diz "pesenganador", leia-se "desenganador".

Na pág. 351, 3.<sup>a</sup> linha, onde diz "O Padre Diogo Antonio Feijó", leia-se "O Padre Diogo Antônio Feijó".

Na pág. 352, 18.<sup>a</sup> linha, onde diz "patriu", leia-se "partiu".

## ÍNDICE PARCIAL

	Pág.
INTRODUÇÃO .....	3
OS CAMARGOS -- SUA ORIGEM .....	7
CAPITÃO FERNANDO LOPES DE CAMARGO .....	8
MARTA MARIA DE CAMARGO .....	11
ANA MARIA SOARES DE CAMARGO .....	15
MIGUEL JOÃO FEIJÓ E SUA MULHER MARIA GERTRUDES SOARES DE CAMARGO .....	16
<i>Padre Inácio de Assunção Feijó</i> .....	16
<i>Manuela Francisca de Jesus Feijó (ramo Palhares de Ca- margo)</i> .....	17
<i>Margarida Flora Palhares</i> .....	19
CUSTÓDIO SOARES DE BARROS .....	25
FRANCISCO SOARES DE BARROS .....	26
CAPITÃO BENTO DOS SANTOS PEREIRA E SUA MULHER SENHORINHA FRANCISCA DE CAMARGO ( <i>ramo Santos Camargo</i> ) .....	27
<i>Joaquim José dos Santos, fundador do ramo Santos Ca- margo, de Campinas</i> .....	29
<i>Joaquim José dos Santos e seus primos Padre João Gonçal- ves de Lima, Cônego Manuel da Cruz Lima e Padre Francisco das Chagas Lima</i> .....	39
BRIGIDA SOARES DE CAMARGO .....	44
PADRE FERNANDO LOPES DE CAMARGO .....	44
MARIA JOAQUINA SOARES DE CAMARGO .....	50
PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ .....	53
<i>Seu nascimento</i> .....	53
<i>A mãe de Feijó</i> .....	55
<i>Feijó estudante</i> .....	61
<i>A paternidade de Feijó</i> .....	66
<i>Aspectos da personalidade do Padre Diogo Antônio Feijó</i>	74
<i>A identidade física do Padre Feijó</i> .....	80
<i>Fixando tradições</i> .....	84



	Pág.		Pág.
DONA MARIA JUSTINA DE CAMARGO .....	88	XX — Mapas da população de São Carlos (Campinas) — 1805, 1806, 1807, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1816, 1817, 1818 e 1822 (Padre Diogo Antônio Feijó) .....	259
ANEXOS:		XXI — Sítio em Campinas do Padre Diogo Antônio Feijó .....	267
I — Traslado do testamento com que faleceu o Capitão Inácio Soares de Barros .....	99	XXII — Carta do Dr. Joaquim de Paula Sousa ao Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, médico .....	269
II — Mapas da população de Cotia: 1764, 1775, 1777, 1778, 1781, 1782 e 1785 (D. Marta Maria de Camargo) .....	103	XXIII — Árvore genealógica mostrando a ascendência e o parentesco do Padre Diogo Antônio Feijó com velhos troncos paulistas .....	271-272
III — Autos de inventário dos bens deixados pelo finado Miguel João Feijó .....	107	XXIV — "Viagem a São Paulo" — Inácio Marcondes Homem de Melo .....	273
IV — Descendentes de Antônio Benedito Palhares de Camargo e sua mulher Placidina Flora de Alambari .....	109	XXV — Iconografia Bibliográfica do Padre Diogo Antônio Feijó .....	275
V — Filhos de Tomaz Palhares de Andrade e sua mulher Atanázia Ortiz .....	111	XXVI — Laudos odonto-legais .....	281
VI — Filhos de José Palhares de Andrade .....	113	XXVII — Exame histológico do cabelo do Padre Diogo Antônio Feijó .....	307
VII — Assentos de batismo dos filhos do Capitão Bento dos Santos Pereira e sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo .....	115	XXVIII — Representação ao Arcebispo de São Paulo e ata da abertura do sarcófago do Padre Diogo Antônio Feijó .....	309
VIII — Autos de inventário dos bens deixados por D. Senhorinha Francisca de Camargo .....	117	XXIX — Notas sobre o Padre Dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo e Castro .....	313
IX — Árvore genealógica atualizada com a descendência do Capitão Bento dos Santos Pereira e sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo, em aditamento à "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, vol. 1.º, Tit: Camargos, pág. 220 .....	119	XXX — Inventário do Padre Diogo Antônio Feijó .....	315
X — Cartas do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, médico, a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Barão Homem de Melo .....	205	XXXI — Relação de objetos que pertenceram ao Padre Diogo Antônio Feijó (Coleção do Museu Histórico Nacional) .....	321
XI — Inventário de Francisca de Assiz Camargo .....	223	XXXII — "O Retrato do Homem de Honra e verdadeiro Sábio", pelo Padre Diogo Antônio Feijó .....	323
XII — Inventário de Joaquim José dos Santos .....	233	XXXIII — Casas de D. Maria Justina de Camargo .....	329
XIII — Testamento deixado pelo finado Padre João Gonçalves Lima .....	237	BIBLIOGRAFIA .....	329
XIV — Mapas da população da cidade de São Paulo — 1794 — (D. Marta Maria de Camargo) .....	241	FONTES DE CONSULTA .....	332
XV — Mapas da população da cidade de São Paulo — 1798, 1802, 1804, 1805, 1807, 1808, 1822, e 1825 (Padre Fernando Lopes de Camargo) .....	243	NOTICIA BIOGRÁFICA A QUE SE REFEREM AS CARTAS DO ANEXO X (I) .....	335
XVI — Mapas da população da cidade de São Paulo — 1798, 1802 (D. Maria Joaquina de Camargo) .....	247	IDEM, IDEM (II) .....	341
XVII — Inventário de Marta Maria de Camargo .....	249	NOTAS AVULSAS SOBRE O PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ .....	351
XVIII — Testamento deixado pela finada Marta Maria de Camargo .....	254		
XIX — Mapa da população da vila de Parnaíba (Padre João Gonçalves Lima) .....	257		

## ÍNDICE PARCIAL DAS ILUSTRAÇÕES

	Pág.
1 — D. MARGARIDA FLORA PALHARES .....	20-A
2 — CASA DO PADRE FERNANDO LOPES DE CAMARGO..	22-A
3 — JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS .....	30-A
4 — DEPOIMENTO DO PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DO CASAMENTO DE SEU PRIMO JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS .....	32-A
5 — O PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ .....	80-A
6 — COPO DE PRATA DO PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ	84-A
7 — CRUCIFIXO QUE PERTENCEU AO PADRE DIOGO AN- TONIO FEIJÓ .....	86-A
8 — D. MARIA JUSTINA DE CAMARGO .....	88-A
9 — TUMULO DE D. MARIA JUSTINA DE CAMARGO NO CEMITERIO DE PIRACICABA .....	94-A
10 — COMENDADOR QUERUBIM URIEL RIBEIRO DE CA- MARGO E CASTRO .....	120-A

## INTRODUÇÃO

*O presente estudo — “Diogo Antônio Feijó na tradição da família Camargo” — compreende duas ordens de pesquisas: histórica e científica.*

*Na série de pesquisas históricas, foi nosso desejo:*

- 1 — documentar, genealógica e biograficamente, um dos ramos da família Camargo, do qual procedem o Padre Diogo Antônio Feijó e seu primo Joaquim José dos Santos;*
- 2 — comprovar que o Padre Diogo Antônio Feijó fora criado e educado sob os cuidados austeros da família Camargo, que é o seu tronco;*
- 3 — demonstrar o constante e sempre cultivado interesse ao parentesco e à tradição de amizade recebida de Joaquim José dos Santos, no culto à memória do Padre Diogo Antônio Feijó e de sua irmã D. Maria Justina de Camargo.*

*Nas pesquisas científicas, procurou-se:*

- 1 — fixar os dados crânio-prosopométricos, antes que os veneráveis despojos viessem a sofrer a fatal ação devastadora do tempo e enquanto os mesmos aguardam sua inumação em sepultura definitiva;*
- 2 — conhecer fisicamente, tanto quanto possível, o Padre Diogo Antônio Feijó;*
- 3 — lançar as bases de estudos científicos capazes de fornecer informes precisos para que os artistas, historiadores e cientistas pudessem apresentar, de maneira mais uniforme, a figura física do homem, do sacerdote e do estadista Padre Diogo Antônio Feijó.*

Dos nossos arquivos particulares, desentranhamos apontamentos de real valor histórico e, sobretudo, informações, que nos poderão orientar sobre a vida do Padre Diogo Antônio Feijó.

Foi nosso intento dizer qualquer coisa de novo, divulgando uma regular documentação inédita.

Refutamos certas indagações capciosas de historiadores apressados e, com bases em informações históricas e filológicas aqui pela semântica, conseguimos repor a verdade no seu justo lugar.

Apresentamos, na íntegra, aos estudiosos, as cartas de meu avô Dr. Ricardo Gumbleton Daunt dirigidas a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, o Barão Homem de Melo, que representam uma contestação ao artigo biográfico intitulado "Diogo Antonio Feijó" e estampado no "Guianá", em 31 de maio de 1856, jornal acadêmico editado em São Paulo, da autoria do mesmo Barão Homem de Melo.

Integrarão o nosso estudo três laudos odonto-legais sobre o Padre Diogo Antônio Feijó (um "prosopométrico", com as mensurações e classificações cranianas, e dois "prosopográficos", que estudam as relações entre os retratos e o crânio), por último, o exame histológico do seu cabelo.

Estes trabalhos foram executados graças à bondade e cultura do saudoso D. José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, que nos permitiu a abertura do sarcófago de Feijó, na cripta da Catedral da Capital Paulista.

Ao encerrarmos estas considerações, temos o prazer de externar a expressão do nosso agradecimento ao Prof. Luiz Lustoza da Silva, perito-dentista-legista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações, pela sua notável atuação na realização das perícias odonto-legais devidamente acompanhadas, nos dois primeiros laudos, pelos seus dignos e laboriosos assistentes, professores José Ramos de Oliveira Júnior e Carmelino Scartezzini.

Devo, também, destacar os trabalhos fotográficos realizados com dedicação e competência pelo Sr. Aristodemo Becherini, fotógrafo do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações, e a contribuição do notável escultor José Cucé, na feitura da efígie em busto de Feijó.

Especial menção, de agradecimento, merecem, o Dr. Teodoro de Souza Campos Junior e o Sr. Eduardo João Natal Paneta, aos quais devemos, respectivamente, a colaboração das pesquisas nos Arquivos Paroquiais da Diocese de Campinas e da Arquidiocese de São Paulo.

O nosso penhor a todos os demais — particulares, diretores, chefes, funcionários e serventuários dos diversos departamentos públicos e eclesiásticos — que nos prestaram, sob qualquer forma, seu valioso auxílio.

Ao entregarmos o nosso trabalho aos estudiosos, desejamos apenas contribuir, na medida de nossas possibilidades, com algo que nos pareceu digno das comemorações do 1.º centenário do falecimento do Padre Diogo Antônio Feijó, figura inconfundível de homem, de sacerdote e de estadista do Império Brasileiro.

## OS CAMARGOS — SUA ORIGEM

O padre Diogo Antonio Feijó e seu primo o nosso avoengo Joaquim José dos Santos, fundador em Campinas do ramo Santos Camargo, procedem do mesmo ramo como netos do Capitão Inácio Soares de Barros e D. Marta Maria de Camargo. Filhos dos Camargos da cidade de Cotia, que, por sua vez, descendem dos Camargos de São Paulo, vêm do tronco seiscentista de Jusepe de Camargo e Leonor Domingues Carvoeiro. (1)

Seus maiores, que "constituíam a família paulista de mais qualidade e poder na vila", tinham os nomes ligados à fundação da vila de São Paulo, pois Jusepe de Camargo, ou José Ortiz de Camargo, castelhano por nascimento, casado com Leonor Domingues Carvoeiro, que era descendente do capitão-mor Jorge Ferreira, de João Ramalho e do Cacique Tibiriçá, já morava, em 1587, em São Paulo, sendo, a 17 de março de 1607, investido nas funções de Juiz de Orfãos de São Paulo, por provisão do Governador Geral Diogo Botelho.

Fernando de Camargo — o Tigre (casado com Mariana do Prado, filha de João de Santa Maria, que foi, em 1609, secretário do Governador das Capitâneas do Sul, D. Francisco de Sousa), continuando as idéias políticas de seu pai Jusepe de Camargo, capitaneou, com seu irmão José Ortiz de Camargo, o partido dos Camargos na memorável luta contra os Pires, cujo partido era, então, chefiado por João Pires e seu genro Francisco Nunes de Siqueira. Fernando de Camargo Ortiz, ou Fernando de Camargo, o Moço, primogênito de o "Tigre", denodado bandeirante e chefe de numerosa corte de índios, tomou parte, como capitão adjunto, na expedição de Domingos Barbosa Calheiros, composta de 500 homens, em 1658, penetrando nos sertões baianos.

Em 1661, empenhado em servir El-Rei, tornou-se "caçador

(1) Vide "Os Camargos de São Paulo" — Carvalho Franco — Ed. Sper. — S. Paulo, 1937.

de esmeraldas", buscando descobrir, em todos os rincões, as jazidas daquelas preciosas gemas.

### CAPITÃO FERNANDO LOPES DE CAMARGO

O Capitão Fernando Lopes de Camargo, nono filho de Fernando de Camargo Ortiz, foi casado com Maria Lima de Siqueira, que descendia dos sertanistas João do Prado, pai e filho homônimos. Era o Capitão Fernando Lopes de Camargo pessoa de alto prestígio social em São Paulo, onde exerceu os cargos de vereador em 1711, e de juiz ordinário em 1715 e 1719.

Pelo inventário, ainda inédito (2), do Capitão Fernando Lopes de Camargo, cujo falecimento se deu a 9 de julho de 1737, sabemos que esse neto de o "Tigre" morava à rua São Bento "que vai para São Francisco", numa casa de "dois laços com seu corredor e quintal de taipa de palmo, coberta de telhas que, de um lado se juntava com casas do Dr. Manuel Garcez da Graha e, de outro, com casas de Francisco Godói Preto". A casa foi avaliada em 140\$000. Possuía, ainda, um sítio no bairro de Cotia, com casa de morada, um oratório e outras casas que serviam de moendas, tudo avaliado em 400\$000; outro sítio na paragem denominada Canadeira, avaliado em 60\$000. Em dinheiro amoeado, possuía 12:008\$240 e peças de ouro avaliadas em 283\$520; cem oitavas e meia de ouro em pó, do Piauí, avaliadas em ..... 145\$725; prata lavrada, em 119\$716; bens moveis, em 105\$620; roupas brancas, em 130\$720, imagens, em 16\$560; oito peças de pano de algodão grosso, em 128\$000; ferragens, em 39\$600; objetos de diferentes metais, em 122\$926; armas de fogo, em 43\$520; gado bovino e suíno, em 53\$880, 13 libras de fio de algodão tinto de azul, em 4\$160; fumo, em 7\$680; cavalgadas, em 279\$400; escravos, no valor de 2:513\$280.

Não deixa de ser muito interessante apreciarmos o rol do mobiliário. Encontramos: moveis de jacarandá torneados e feitos na Bahia, tais como: bafetes, arcas e leitos; tamboretas de couro taxadas; estrados para descanso das mulheres, sendo que um desses estrados, utilizado na casa da cidade, media oito palmos de comprimento por quatro de largo. Dentre o material caseiro salientamos: um colchão de lã, lençóis de linho e de algodão, frouhas grandes e pequenas, cobertores, cortinado de chita, toalhas de mesa, guardanapos, toalhas de mão com renda etc. O porta-toalhas de hoje parece-nos não constituir novidade, pois figura no arrolamento "um pau torneado de toalha de mão, encastado nas contas com prata em bom uso". Um corte de se-

2) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

da... de matizes, um corte de manto de lustro em folha, baixela de prata, com colheres e garfos de prata, salva, púcaros, quatro tamboladeiras, cuia de prata lusa para beber água, dois cocos de prata lusa, copos de prata com punho, etc.

A imagem de N. S. do Ó, padroeira da mesma casa, com sua coroa de prata e seu manto de seda, media três palmos e meio de altura. As ferragens eram constituídas de enxadas, foices, machados, balanças, bacias, almofariz, castiçais, etc. Tenda de ferroiro com seus pertences, objetos de cobre, tais como: sete tachos, duas quartas, dois caldeirões, quatro fornos e dois alambiques. Nove espingardas, de cinco palmos de comprimento, e algemas com anéis de prata. Uma patrona de couro e seu polvorinho de chifre. Espécimes cavallares e vacuum. A escravatura compunha-se de 42 escravos e, na sua avaliação, alcançou maior preço, ou sejam 160\$000, um crioulo da terra, com 18 anos, por ser tece-lão; outro, também crioulo, com cerca de 20 anos, foi avaliado em 120\$000; uma crioula da terra, com cerca de 30 anos, em 130\$000. Os demais foram avaliados em diferentes importâncias: um, com 45 anos mais ou menos, em 8\$800; uma, com 8 meses, em 9\$600; uma, com cerca de 1 ano, em 12\$800; um, com cerca de 80 anos, em 12\$080; uma, com cerca de 45 anos, em 15\$000; dois, com 50 anos e 4 anos, em 25\$000; dois, com cerca de 45 anos, em 30\$000; dois, com respectivamente 60 anos e 8 anos, em 35\$000; seis, com respectivamente 8, 50, 50, 55, 70 e 75 anos, em 40\$000; três, com 18, 30 e 50 anos, em 50\$000; cinco, com 11, 13, 40, 45 e 50 anos, em 60\$000; três, com 45, 50 e 60 anos, em 65\$000; um, com cerca de 20 anos, em 70\$000; quatro, com 18, 45, 50 anos e uma casada, em 80\$000; dois, com 25 e 50 anos, em 85\$000; dois, com 25 e 55 anos, em 100\$000; dois, com respectivamente 16 e 40 anos, em 110\$000.

Em resumo, monte-mor: 20:133\$203; meação da viuva: 10:061\$202; legados pios de Missas do testamento: 564\$820; bens levados como dote por Maria Lima de Camargo, quando casou com o licenciado Manuel José da Cunha: 2:219\$480; idem a Ângela de Camargo, casada com o Capitão Tomé João: 1:025\$340; legítima paterna dos herdeiros: 884\$254; terça: 605\$585; contemplados com a terça: Catarina, Marta, Inácio e Mônica; custas pagas: 43\$240.

Quando da abertura do inventário do Capitão Fernando Lopes de Camargo, um de seus filhos já era religioso professo de São Francisco, o Padre Mestre Frei Antônio das Neves, sepultado em Itú; outro, Francisco, fazendo o noviciado franciscano no Convento de N. S. da Conceição de Itanhaem, desde 13 de fevereiro de 1737, seria mais tarde o Frei Francisco de Jesús Camargo, pregador e guardião do Convento de São Luiz, de Itú, em

1770, do Convento de S. Boaventura em 1773, e do Convento da Penha em 1774, vindo, finalmente, a falecer no Convento de São Francisco em S. Paulo, aos 9 de julho de 1787, tendo, assim, completado 50 anos de vida religiosa. Um terceiro filho também ordenar-se-ia sacerdote secular. Foi o Reverendo Salvador de Camargo Lima, natural de Cotia, residente (1777) numa chácara no bairro de Pinheiros, onde tinha 9 escravos. Faleceu em São Paulo, aos 2 de outubro de 1794, com 67 anos de idade, deixando testamento e fama de varão sábio e virtuoso. (3)

Vê-se, do título de herdeiros, que José Ortiz de Camargo, o segundo declarado, ainda solteiro, com 24 anos, é quem assina, a rogo de sua mãe viúva, d. Maria de Lima Siqueira. Casar-se-ia, em 1741, em São Paulo, com Teresa de Jesus Cardoso, vindo a falecer em Cotia, a 6 de janeiro de 1785, com 80 anos. (4)

Maria de Lima Camargo, 3.<sup>a</sup> do título, já estava casada com seu primeiro marido, o licenciado Manuel José da Cunha, cujo matrimônio se realizou em Cotia aos 19 de maio de 1733 (5), e a quem o Senado da Câmara de São Paulo, em ofício de 25 de maio de 1742, convocava para pegar na vara do pátio no dia da festividade do Corpo-de-Deus. Com geração descrita na "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, sem descendência do seu segundo casamento com o dr. Luiz de Campos (6), d. Maria de Lima Camargo faleceu em São Paulo aos 12 de julho de 1779, com 74 anos, e foi sepultada na Capela da Ordem Terceira de São Francisco (7). Era progenitora de Frei Fernando, batizado em 1735 em Cotia, monge beneditino.

A quarta filha é Ângela Maria de Camargo, sem geração de seu casamento em 1733, na Cotia, com o capitão Tomé João, a quem os senhores do Senado da Câmara de São Paulo, em ofício de 26 de abril de 1741, denominavam "bom republicano" e que a 18 de agosto do ano seguinte, tomava posse de almotacel. Eleito vereador do Senado da Câmara de São Paulo, cuja posse seria a 11 de janeiro de 1744, excusou-se, por embargos de impedimento *ex-vi* do privilégio que gozava de mamosteiro da Bula da Santa Cruzada da freguezia de Cotia.

Ângela Maria faleceu em Cotia aos 3 de outubro de 1802, deixando testamento.

(3) Arquivo Cúria S. Paulo, Proc. De Genere — I — 20, n. 200.

(4) "Genealogia Paulistana", Silva Leme, vol. 1.<sup>o</sup>, pág. 207.

(5) Arquivo Cúria S. Paulo, 1, 3, 1, fls. 48v.

(6) Sabemos pelos recenseamentos de 1765 e 1767 do Arquivo do Estado, publicados na coleção "Documentos Interessantes" (vol. 62, pgs. 59, 3, 269, Edição Inst. Hist. e Geog. de São Paulo, 1937), que o dr. Luiz de Campos, advogado, residia à rua Direita.

(7) Arquivo Cúria São Paulo, Óbito 2-1-39 — fls. 46.

Em quinto lugar, Catarina, solteira, com 18 anos de idade, que se casaria na Cotia com Luiz Manuel Cardoso e seria progenitora do Frei Fernando de Santa Gertrudes Cardoso e do Cônego Joaquim Cardoso de Camargo (8).

Em seguida, Francisco, então noviço franciscano, como já aludimos: Marta (que segue); Salvador, com 10 anos de idade, o futuro Padre Salvador de Camargo Lima, já falecido.

Em 9.<sup>o</sup> lugar, Inácia Maria de Camargo Lima, batizada na Cotia aos 8 de agosto de 1728, onde nasceu a 31 de julho daquele ano (9), que viria a casar-se na Cotia, a 7 de fevereiro de 1747 (10) com Gonçalo de Sousa Rodrigues, falecido, com 70 anos de idade, em Itú aos 25 de dezembro de 1784 (11) com geração na "Genealogia Paulistana", Silva Leme, v. 1.<sup>o</sup>, pg. 226, antepassados dos Teixeira Nogueira, Paula Camargo, Sousa Camargo, etc., de Campinas, Inácia Maria de Camargo faleceu a 5 de dezembro de 1809 (12).

Em seguida, 10.<sup>o</sup> filho, Agostinho Barroso de Camargo, com 7 anos de idade (13).

E, finalmente, Mônica, 11.<sup>a</sup> filha, com 5 anos, que se casaria, em 1759, com o Sargento-Mor Francisco Aranha Barreto, Comandante de Iguatemi, 1773, tronco da família Aranha, de Campinas, e falecido em 1794, quando comandante da Praça de Santos (14).

#### D. MARTA MARIA DE CAMARGO

Quando faleceu o Capitão Fernando Lopes de Camargo, sua filha D. Marta, que foi avó do padre Diogo Antônio Feijó e de Joaquim José dos Santos, contava apenas 13 anos e possuía, pelo inventário de seu pai, Rs. 1:489\$839, sendo Rs. 884\$254 da legítima e Rrs. 605\$585 do que lhe coube na terça.

Casou-se cinco anos depois, aos 31 de julho de 1742, na Matriz de Cotia, com o Capitão Inácio Soares de Barros (15), que falecera em 1.<sup>o</sup> de junho de 1759 no seu sítio Craguatá, freguezia de Cotia, e fora sepultado como irmão terceiro de São Francisco na cidade de São Paulo.

(8) Arquivo Cúria S. Paulo, Proc. De Genere, 144, n. 367.

(9) Arquivo Cúria S. Paulo, 1-3, L.<sup>o</sup> 1, 5 v.

(10) Arquivo Cúria S. Paulo, 1-3, L.<sup>o</sup> 1, fls. 61.

(11) Arquivo Cúria S. Paulo, 4-1, L.<sup>o</sup> 35, fls. 172.

(12) Arquivo Cúria S. Paulo, 4-2, L.<sup>o</sup> 8, fls. 251.

(13) "Genealogia Paulistana", Silva Leme, vol. 1.<sup>o</sup>, n. 3-10, pág. 244.

(14) "Genealogia Paulistana", Silva Leme, vol. 1.<sup>o</sup>, pág. 244.

(15) Arquivo Cúria São Paulo, 1-3, L.<sup>o</sup> 1, fls. 56.

Deixou testamento (Anexo I) com data de 12 de fevereiro de 1749, aprovado a 14 do mesmo mês em casa do Dr. Luiz de Campos, em São Paulo, nomeado seu primeiro testamenteiro, sendo segundo e terceiro, respectivamente, seus cunhados José Ortiz de Camargo e o Padre Salvador de Camargo Lima.

Do inventário, autuado a 27 de julho de 1759, extraímos o título de herdeiros:

- 1 — Ana Maria Soares de Camargo, de 16 anos;
- 2 — Maria (Maria Gertrudes) Soares de Camargo, de 13 anos;
- 3 — Custódio Soares de Camargo, de 12 anos;
- 4 — Francisco, de 10 anos;
- 5 — Senhorinha (Senhorinha Francisca de Camargo), de 9 anos;
- 6 — Brígida, de 5 anos;
- 7 — Fernando (futuro Padre Fernando Lopes de Camargo), de 3 anos;
- 8 — Paula, de 9 meses.

Foram descritos, pela inventariante D. Marta, os bens de raiz seguintes:

a) Um sítio de sua vivenda paragem chamada Cragnatá, que houve por herança no inventário, e partilhas que se fizeram por falecimento de sua sogra Ana de Barros, constando de umas casas de três lanços com seus corredores de paredes de mão, cobertas de telhas, com seu alpendre, madeiras roliças e mais casinhas com uma légua de terras em quadra por sesmaria, começando no lugar chamado Cragnatatuva, partindo de uma e outra parte com terras devolutas que confinam para o sertão do lado do mar, ficando por dentro da dita légua dois ribeiros chamados Cotia e Capivaria, que servem de cerco à lingueta ou pedaço de campo com seus cultivados e campos que servem de pasto ao gado, com matos maninhos e sobre terras dele se acham hoje demanda pendente que pôs Antônio Corrêa de Meira ao Inventariado. Ditas terras foram avaliadas em 110\$000;

b) Terras onde se acham feitas taperas na paragem chamada Petrebú, com sua casinha de palha que serve de paiol, havidas por herança de seu sogro sargento-mor Roque Soares Medela, avaliadas em 20\$000;

c) Um sítio sem terras na paragem denominada Sapeatam ou Curral, no caminho que vai da Freguezia da Cotia para Suyendava com seus restos de arvoledo, avaliado em 12\$800;

d) Um sítio, hoje uma simples tapera, na paragem chamada Agua São, com suas terras lavradas e seus campos, havido por título de arrematação no Juízo de Parnaíba, antes pertencentes a Diogo da Silva Paí, com as terras que lhe pertencerem e

campos de criações de gado, avaliados, em virtude de ter dois lanços de casas de telha com seus corredores, paredes de mão, em 45\$000.

Além dos sítios, deixava para sua família a casa de residência sita à "rua da Freira, de trás de São Francisco", em São Paulo. Esta casa fora adquirida pelo Capitão Inácio Soares de Barros, pouco antes do seu falecimento, sendo que o referido prédio havia pertencido ao seu finado concunhado Capitão Tomé João, marido de Ângela Maria de Camargo (16).

Inácio Soares de Barros, Capitão de Infantaria da Ordenança da freguezia de Cotia (patente de 20-3-1733), fazia parte dos "homens bons" da "governança da república". Em 1742 e 1747 foi ele almotacel em São Paulo, onde foi, também, juiz ordinário e presidente do Senado da Câmara em 1746.

Era filho do Sargento-Mor Roque Soares Medela e de Ana de Barros, descendente da ilustre casa dos senhores de Veiros do reino de Portugal, ternaeta de Antônio Nunes, irmão de Francisco Nunes de Siqueira, cognominado o Redentor da Pátria, celebrado na luta contra os Camargos e quarta neta de João Maciel, de conhecida nobreza do reino, de onde se transferiu com a família para o Brasil, em fins do século XVI.

Após ser provido no posto de sargento-mor da comarca de São Paulo, Roque Soares Medela mereceu do Governador Geral da mesma Capitania, D. Pedro de Almeida e Portugal, estas honrosas considerações: "O posto de sargento-mor deve prover-se em pessoa que tenha toda capacidade, suficiêcia e mais requisitos necessários, e estando informado que todos estes concorrem na pessoa de Roque Soares Medela, e atendendo também aos serviços que tem feito, nos postos que ocupou, de alferes, ajudante e capitão da ordenança de uma companhia em que haviam de servir os nobres da vila de Nossa Senhora do Carmo e seu distrito, na qual foi provido pelo meu antecessor, Dom Braz Baltazar da Silveira, em atenção à suma vigilância e zelo do serviço de Sua Majestade, com que se houve sendo juiz ordinário da dita vila na sublevação que sucedeu contra o ouvidor geral Manuel da Costa de Amorim, prendendo-o com grande risco de sua vida, os cabeças dela, sendo-lhes necessário puxar por todos os seus negros, para guarda de sua pessoa, por se recear que alguns pa-

(16) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. Autos de Inventário. Monte-mor, 7:227\$634; deduzindo despesas de funerais e dividas, 610\$440, resta monte-menor: 6:617\$194; meação da viúva, ..... 3:308\$597; terça, 1:102\$865; parte que cabe aos herdeiros, mais alforrias, 2:288\$892; Legítima de cada um, 286\$110. Data da sentença da partilha, 20 de novembro de 1759. Juiz que a julgou, José Correa da Silva.

rentes dos culpados e seus sequazes procurassem ofendê-lo, e atendendo também ao grande serviço, que fez na rematação dos dezimos reais, pedindo-lhe o dito meu antecessor quisesse lançar neles, o que prontamente executou fazendo subí-los a onze arrobas e dez libras de ouro, por que os arrematou, e é sem dúvida que se houvera outro lance sobre o seu os fizera subir mais, a retidão com que me consta, administra a justiça e a limpeza de mãos, com que serviu o lugar de juiz ordinário desta cidade de São Paulo, e ser-lhe muito facil no caso em que se deva mandar socorrer a praça de Santos suprir com os meios e mais cousas necessárias por ser uma pessoa das mais ricas e afazendadas desta capitania; por todos estes respeitos e por fiar dele, que em tudo o de que o encarregar, se haverá com aquela satisfação, com que até agora o tem feito. Hei por bem de o nomear e prover no posto de sargento-mor da comarca desta cidade de São Paulo".

O Sargento-Mor Roque Soares Medela exerceu em São Paulo os cargos de juiz ordinário, 1717, e de almotacel, 1710 e 1739.

Presidiu, em 1720, como juiz ordinário, diversas vereanças, que se reuniram em sua casa, à rua do Sargento-Mor Roque Soares Medela, na falta de prédio para as reuniões do Senado da Câmara (17).

Por provisão de 7 de junho de 1740, foi nomeado Guarda-Mor das Minas. Faleceu, em Cotia, no ano de 1741.

Ao falecer a 1.º de agosto de 1769, com 86 anos de idade, D. Maria de Lima Siqueira (18), foi adjudicada à sua filha Marta a legítima de Rs. 872\$092 (19).

Depois de viúva, D. Marta passou a residir em casa de sua propriedade, em Cotia, segundo se infere dos mapas recenseadores de 1771, 1775, 1777, 1778, 1781, 1782 e 1785 (Anexo II), sendo que, a esse tempo, já eram casados os seus filhos: Ana Maria Soares de Camargo, primogênita, casada com o Sargento-Mor Antônio Ferraz Pacheco, que, enviuvando, se ordenou padre; Maria Gertrudes, casada com Miguel João Feijó; Brígida Soares de Camargo, casada com Vicente Ferreira do Amaral, lavrador em Itú; Senhorinha Francisca de Camargo, casada com o Capitão Bento dos Santos Pereira.

Seu filho Custódio Soares de Camargo, já casado com Ana Maria Joaquina Leite, figura, no recenseamento de 1775, como seu agregado e a quem estava afeto o trabalho de administração do sítio.

(17) Atas da Câmara São Paulo, vol. IX, pg. 95. Vide rua Roque Soares, vol. XI, pg. 184.

(18) Arquivo Cúria S. Paulo, 5, 3, L.º 30, fls. 101 v.

(19) Dep. Arq. do Estado de São Paulo, maço 35.

Em 1783, Custódio Soares de Barros passa a figurar no mapa com sua mulher e filhos, constituindo, assim, um lar à parte.

No mapa recenseador de Cotia de 1777, D. Marta é proprietária de 35 escravos, sendo que seu filho e agregado Custódio, então auxiliar da Cavalaria, é mencionado com 4 escravos.

Em 1785, é mencionada apenas como tendo em sua companhia o filho Padre Fernando Lopes de Camargo, então com 29 anos de idade, e sua filha Maria Joaquina, solteira, de 25 anos, além do rol de escravos.

Aos 13 de junho de 1785, fruiu o inefável consolo cristão de ver ordenado seu filho Fernando Lopes de Camargo (20), que usava o nome avoengo e ia ser o chefe, o orientador e protetor da família.

Daremos, em seguida, algumas notas, resultado de nossas pesquisas sobre os filhos e descendentes de D. Marta, dos quais nos estenderemos particularmente ao tratarmos de D. Maria Gertrudes, D. Senhorinha Francisca, progenitora de Joaquim José dos Santos, Pe. Fernando Lopes de Camargo e D. Maria Joaquina, progenitora do Pe. Diogo Antônio Feijó.

#### ANA MARIA SOARES DE CAMARGO

Maria, nascida aos 26 de junho de 1743 e batizada aos 3 de julho daquele ano pelo vigário padre Salvador Garcia Pontes, teve por padrinhos Rafael Soares, solteiro, e D. Ana de Barros, viúva, todos de Cotia.

Temos fundadas razões para supor tratar-se do batistério de D. Ana Maria de Camargo, falecida em Itú, em 1796, que Silva Lima menciona casada em 1760, na Cotia, com o Sargento-Mor Antônio Ferraz Pacheco, que, depois de viúvo, se ordenou padre.

Seu nome encabeça o título de herdeiros, no inventário de seu pai, Capitão Inácio Soares de Barros, onde é mencionada com 16 anos de idade, ratificando, assim, a data do registro paroquial.

O seu duplo prenome advem, provavelmente, do seu casamento, a exemplo do que vamos ver a respeito de suas irmãs, Maria Gertrudes e Senhorinha Francisca. Não seria também de estranhar que adotasse ela o prenome de sua madrinha de batismo, D. Ana de Barros, então em estado de viuvez, sua avó materna, mulher do Sargento-Mor Roque Soares de Medela, da mesma geração.

(20) Arquivo Cúria São Paulo, Proc. De Genere — I, 56 n. 456.



### MIGUEL JOÃO FEIJÓ E SUA MULHER MARIA GERTRUDES SOARES DE CAMARGO

Miguel João Feijó e Maria Gertrudes Soares de Camargo (21) casaram-se em 1763. O casal figurou no mapa dos habitantes de Cotia, em 1767, com os seguintes filhos: Francisco Xavier, de 9 meses, e Inácio, de 3 anos.

Miguel João Feijó foi escolhido, com outras pessoas, pelo Senado da Câmara de São Paulo, na véspera de 20 de julho de 1771, para as funções de cabo, com a incumbência de dar início, com o auxílio do braço escravo fornecido pelos moradores interessados, aos trabalhos do conserto de dois caminhos: o de Anhangabaú de cima e, outro o da rua da Cadeia Velha.

Na véspera de 20 de março de 1773, vamos encontrá-lo eleito almotacel para servir nos meses de abril, maio e junho.

Faleceu a 30 de dezembro de 1778.

Vemos, pelo título de herdeiros constante do seu inventário, autuado a 1.º de março de 1779 (Anexo III), que deixou os cinco filhos seguintes:

- 1.º — Inácio, com 15 anos de idade.
- 2.º — Gertrudes (Gertrudes Teresa Leocádia), com 8 anos de idade.
- 3.º — Manuela, com 6 anos de idade.
- 4.º — Joaquim, com 4 anos de idade.
- 5.º — Manuel, com 3 anos de idade.

Da relação não consta o nome de Francisco Xavier, falecido menor.

O casal teve, também, um filho de nome Fernando, que faleceu, tendo sido batizado na matriz de Cotia aos 15 de abril de 1776, pelo bispo D. Manuel da Ressurreição, sendo padrinho o Padre Salvador de Camargo Lima (22).

### PADRE INÁCIO DE ASSUNÇÃO FEIJÓ

Inácio, o primeiro, natural de Cotia, onde nasceu em 1764, é o mesmo que vamos encontrar em 1794, preparando-se para a vida eclesiástica, residindo na rua da Freira com sua avó D.

(21) Batizada com o nome de Maria aos 10 de agosto de 1745, em casa, "in periculo mortis", pelo Padre João Domingues. No processo de casamento, figura com o nome de Maria Gertrudes de Camargo, confirmando o assentamento do batismo. Assim, desapareceu por completo qualquer dúvida capaz de ser levantada quanto à sua identidade, insinuada naquela expressão "in periculo mortis", ou no duplo prenome do processo de casamento.

(22) Arquivo Cúria S. Paulo, Est. 5, part. 3, L.º 23, fls. 11 v.

Marta, sua mãe viuva, D. Maria Gertrudes e sua irmã Gertrudes Teresa Leocádia.

A sua ordenação verificou-se aos 12 de junho de 1796, no Rio de Janeiro, impondo-lhe às mãos o Bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco (23).

De 1787 a 1798, exerceu as funções de escrevente juramentado da Câmara Episcopal de São Paulo.

Seu nome vem anotado nas estatísticas de 1798 como residindo com seu tio, Padre Fernando Lopes de Camargo, com quem também moravam sua avó D. Marta, sua mãe e seu primo o futuro Padre Diogo Antônio Feijó.

Dos irmãos do Padre Inácio, apenas temos notícias de suas irmãs: Gertrudes Teresa Leocádia a qual (24) foi casada, em 1788, com Manuel Ferraz de Camargo, filho de Antônio Ferraz de Arruda e Maria Pais de Camargo; Manucla Francisca de Jesus, que segue.

Com relação a Manuel, sabemos apenas que foi batizado na matriz de Cotia a 15 de abril de 1776, pelo bispo D. Manuel da Ressurreição, tendo por padrinho o Padre Salvador de Camargo Lima e vigário o Padre Manuel da Cruz Lima (25).

### MANUELA FRANCISCA DE JESÚS FEIJÓ

(Ramos Palhares de Camargo)

D. Manucla Francisca de Jesús Feijó contava 6 anos de idade, quando faleceu seu pai, Miguel João Feijó, a 30 de dezembro de 1778.

Casou-se a 14 de julho de 1791, em Cotia, com o Capitão Manuel Fernandes Palhares de Andrade, nascido em São Paulo em 1770, filho de Pedro José de Andrade e Paula Maria de Oliveira, naturais de Poiães, Portugal.

O casamento foi celebrado na matriz de Nossa Senhora de Mont Serrat, tendo por oficiante o Padre Salvador de Camargo Lima, sendo vigário da vara o Padre Fernando Lopes de Camargo, tio materno da contraente (26).

D. Manuela Francisca de Jesús Feijó faleceu, no estado de viuva, em São Paulo e aos 2 de fevereiro de 1859, conforme seu inventário iniciado a 15 de julho de 1874 (27).

(23) Arquivo Cúria S. Paulo, Est. 12, prat. 2, L.º 33, fls. 241 v.

(24) "Genealogia Paulistana" Silva Leme, vol. 1.º, Tit. Camargos, pág. 226.

(25) Arquivo Cúria S. Paulo, Est. 5, prat. 3, L.º 23, fls. 11 v.

(26) Arquivo Cúria S. Paulo, Est. 5, prat. 3, L.º 28, fls. 79.

(27) 1.º Ofício da Família e das Sucessões, autos n. 2.238.

Do inventário constam os bens seguintes: um escravo de nome Porfírio, com 21 anos, pedreiro, avaliado em 1:800\$000; uma casa térrea com três janelas e uma porta de frente, na rua Senador Feijó, 24, avaliada em 4:000\$000, dividindo, de um lado, com a casa de D. Maria Justina de Camargo e, de outro, com a casa do Cônego Fidélis Signaringa de Morais e pelos fundos com a rua do Riachuelo. Esta mesma casa, então n. 11, foi avaliada por 1:200\$000, no inventário do Cel. Manuel Fernandes Palhares de Andrade.

Pelo título de herdeiros, organizamos a seguinte relação dos filhos havidos do casal:

1 — Antônio Benedito Palhares de Camargo, falecido em São Paulo a 4 de março de 1874, que se casou com D. Placidina Flora de Alambari, deixando os seguintes filhos:

- 1 — Brasília Augusta, casada com José Rodrigues Ferraz do Amaral (28);
- 2 — João Batista de Alambari Palhares, casado com Ana Alexandria de Guimarães (Anexo IV).

2 — Tomaz Palhares de Andrade, casado com Atanázia Ortiz; morou em Mogi Mirim (Anexo V).

3 — Manuel Fernandes Palhares de Andrade, inventariante do espólio de sua mãe, residiu em Amparo e foi casado com Constância Valeriana Soares.

4 — Maria Francisca Palhares, solteira, com 70 anos em 1874.

5 — Gertrudes Miquilina Palhares Mendes (Nhazinha), então residente no Braz, foi casada, sem geração, com o Capitão José Rodrigues Pereira Mendes, já falecido em 1874.

6 — Margarida Flora Palhares, solteira, com 38 anos em 1874, residente em Piracicaba.

7 — Maria Gertrudes de Camargo Palhares (Mariazinha), solteira, com 37 anos em 1874, residente em S. Paulo.

8 — José Palhares de Andrade, casado com Joaquina, ambos já falecidos em 1874 (Anexo VI).

Manuel Fernandes de Andrade Palhares, nomeado Tenente-Coronel de Voluntários da Cavalaria Expedicionária de São Pedro do Sul, em 4 de setembro de 1818, fez, com seus filhos José, Joaquim e Tomaz toda a campanha militar do Sul.

Tomaz Palhares de Andrade, nascido em São Paulo aos 23 de novembro de 1801, regressou do Sul com o posto de Tenente-quartel-mestre. Casou-se com D. Atanázia Ortiz, natural do Uruguai, residindo em Serra Negra e Mogi-Mirim, lugares onde se

(28) Genealogia Paullstana, Silva Leme, vol. 4.º, pg. 88.

dedicou à lavoura do café. Nesta última cidade, foi prestigioso chefe do partido liberal. Em 1865, por ocasião da guerra do Paraguai, exercia as funções de delegado de Polícia, em cujo cargo, segundo a tradição local, prestou bons serviços. A essa época teve, na frente de guerra, dois filhos, Pedro e João Tomaz, alistados nas fileiras do 7.º Batalhão de Voluntários Paulistas.

Tomaz Palhares de Andrade faleceu em Mogi-Mirim, a 27 de fevereiro de 1878, e foi sepultado na Igreja de N. S. do Carmo, da qual era irmão terceiro.

### MARGARIDA FLORA PALHARES

Temos fundada presunção para afirmar que D. Margarida Flora Palhares passou, ainda bem jovem, para o convívio de sua prima e madrinha D. Maria Justina de Camargo, a única irmã do Padre Diogo Antonio Feijó.

A menção do seu nome no testamento de Feijó, que é datado de 3 de março de 1835, como sua eventual legatária, caso viesse a falecer a herdeira universal instituída, ou seja, D. Maria Justina de Camargo, indica-nos que o testador já se apercebera que um elo de afinidades de sentimentos inclinava a predileção de D. Maria Justina para a priminha, a qual viria a ser no decorrer dos tempos sua fiel amiga e prezada colaboradora.

Já tivemos a oportunidade de ver que, no inventário de sua mãe, D. Manuela Francisca de Jesús Feijó (1874), D. Margarida, contando 38 anos de idade, é mencionada como residindo em Piracicaba, onde de fato se encontrava junto de sua madrinha, a quem auxiliava nos afazeres e préstimos da casa.

Vamos encontrá-la junto ao leito de sua madrinha, que afinal sucumbe naquela cidade, vítima de insidiosos padecimentos, a 15 de novembro de 1881, a-pesar-de toda sua desvelada assistência.

Reza a tradição que não se casou para continuar sempre ao lado de sua querida madrinha, a quem sucedia não somente nos bens patrimoniais, mas, sobretudo, no culto à tradição da memória do Padre Diogo.

Logo que, em 1883, se fixou em São Paulo, D. Margarida formou o plano de construir uma nova casa para sua residência, valendo-se dos préstimos de Bento Soares de Queiroz, marido de sua afilhada D. Antonia Soares de Queiroz, que foi abolicionista e habilitado empreiteiro de obras em São Paulo.

Enquanto duraram as obras do chalé à rua do Riachuelo, 24, fundos do terreno que pertencia à casa da rua Senador Feijó, contígua à outra de sua propriedade, fazendo esquina com a rua Cristovão Colombo e que esteve alugada à família Pinto Serva

e, depois, a D. Fabrícia Ramalho, D. Margarida residiu em casa alugada, na mesma rua do Riachuelo, porém no lado oposto, próximo ao sobrado da baronesa de Limeira e de cuja filha, D. Paulina, foi muito amiga. Defronte ao prédio que então ocupava, existiam umas oficinas de fabricação de carros, carroças, etc., de João Enzi.

D. Margarida foi uma senhora inteligente, enérgica, piedosa nos deveres religiosos, sempre pronta a orientar, a proteger e a beneficiar quem lhe demandasse conselhos.

Até o momento do desenlace, prestou desvelada assistência na enfermidade de sua irmã D. Gertrudes Miquilina (Nhazinha), viuva de José Pereira Mendes. Para fixar um significativo traço da feição da gente paulistana, e que não constituía caso isolado naqueles tempos, diremos que Nhazinha tivera boa fortuna e, perdendo todos os seus bens, esteve sob a proteção de suas irmãs e de uma amiga, D. Maria Hipólita, a aristocrata e milionária Baronesa do Rio Claro, filha dos Barões de Itapetininga, depois Marquesa de Três Rios, pelo seu casamento com Joaquim Egidio de Souza Aranha, que era um Camargo, parente, portanto, de Nhazinha, ambos com os mesmos ascendentes — Capitão Fernando Lopes de Camargo e Maria Lima de Siqueira, mencionados na parte inicial deste trabalho.

A Marquesa de Três Rios mandava sua carruagem buscar D. Gertrudes para que, juntas, ouvissem a Missa domingueira na Igreja Conventual da Luz, donde ambas se retiravam para a casa solarenga (hoje Escola Politécnica), em frente ao Convento, à Avenida Tiradentes, onde almoçavam e passavam o dia na mais cordial amizade. De quando em quando, a Marquesa retinha sua amiga, para com ela passar toda a semana. Sortiu-lhe a casa com presentes uteis e, para ter a amiga mais próxima de si, alugou-lhe uma pequena vivenda, próxima à sua e de propriedade do Cônego Augusto Cavalheiro e Silva.

Em uma de suas cartas de São Paulo, 6 de outubro de 1890, onde se achava adoentado e repousando das fadigas de sua enorme clínica, o Dr. Ricardo, dirigindo-se a seu filho Padre Fergus O'Connor de Camargo Dauntre, que se encontrava de viagem no Chile, regista: "Hoje estiveram aqui as senhoras D. Margarida e D. Mariazinha".

As estreitas relações de amizade, advindas do parentesco e da contínua aproximação, iniciadas entre Feijó e Joaquim José dos Santos e mantidas por sua irmã D. Maria Justina, foram sempre alimentadas principalmente nas pessoas das virtuosas senhoras, as duas irmãs Palhares — D. Margarida e D. Maria-



Fotografia de Dna. Margarida Flora Palhares (da col. de Dna. Antonia Soares de Queiroz)

zinha, sendo que esta última foi muito amiga de D. Senhorinha, filha de Joaquim José dos Santos.

Quando o Dr. Ricardo ou seus filhos vinham a São Paulo, constituía visita obrigatória uma chegada ao chalé da rua do Riachuelo e à casa contígua, na esquina, onde residia D. Mariazinha.

Ao referirmo-nos a D. Margarida Flora Palhares, é com grata emoção que reverenciamos sua memória, pois não podemos olvidar sua carinhosa assistência à pessoa de nosso saudoso pai, Dr. Rogério O'Connor Lopes de Camargo Dauntre, que, ao cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, enfermara gravemente, tendo sido acolhido e tratado com o maior desvelo sob o teto hospitaleiro do lar daquela nobre senhora.

Por ocasião de sua formatura, pela Faculdade de Direito de São Paulo, o Dr. Rogério dedicou-lhe esta lembrança: "À minha parente Sra. D. Margarida, ofereço este meu retrato em sinal de gratidão e amizade".

Num expressivo gesto de amizade, D. Margarida ofereceu-lhe, no dia da colação de grau, a 30 de novembro de 1886, um jantar, para o qual tivera também a finura de convidar alguns dos amigos mais íntimos do homenageado.

D. Margarida faleceu na áurea de sua fé cristã a 22 de janeiro de 1892, sendo inhumada no Cemitério da Consolação, onde, com túmulo (ubicado — rua 5, n. 23) erigido pela piedade filial de sua afilhada e herdeira D. Antônia Soares de Queiroz, guarda seus preciosos despojos mortais.

O testamento deixado por D. Margarida Flora Palhares é de 26 de junho de 1889 e, ao ser aprovado, o 2.º Tabelião Dr. Estevam Leão Bourroul anotara: "das suas mãos às minhas, me foi dado este papel, dizendo-me que era o seu testamento que lhe o fizera a seu rogo o Dr. Rogério O'Connor Lopes de Camargo Dauntre e que queria que lhe aprovasse..."

Não foi sem emoção que fomos o nome de nosso pai, prestando assistência à nobre senhora no ato solene de sua última vontade.

De Campinas, em 23 de janeiro de 1892, escrevia o Dr. Ricardo a João Batista de Alambari Palhares: "Acabo de saber que a Exma. Sra. Dna. Margarida Flora Palhares, falecida na tarde de ontem nessa cidade, nomeou-me o seu primeiro testamenteiro e porisso apresso-me em declarar que, residindo aqui em Campinas e tendo constantemente incômodos de saúde, não

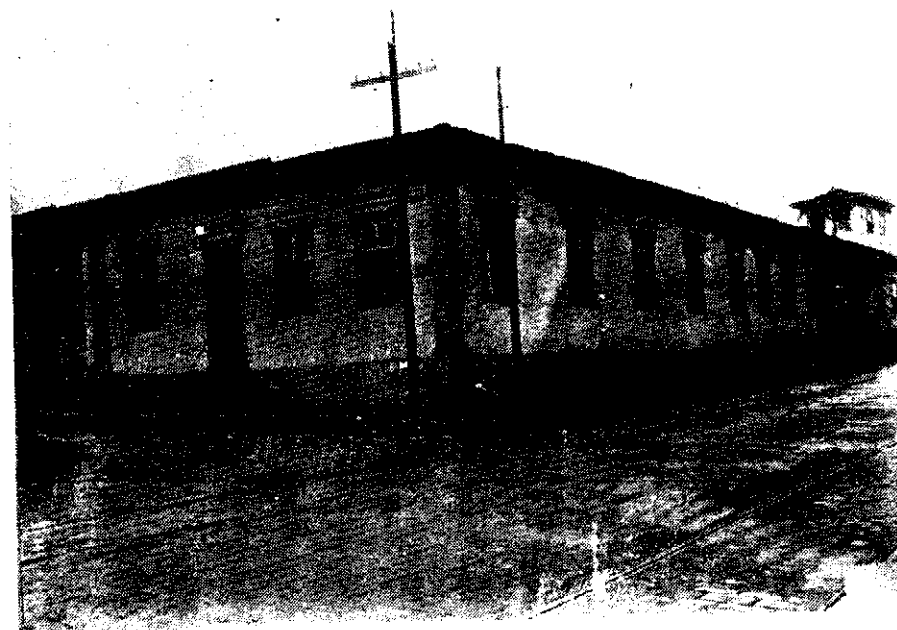
me é possível aceitar esta honrosa incumbência" (29). Com esta desistência, João Batista de Alambari Palhares, sobrinho e legatário, assume o encargo na qualidade de segundo testamenteiro, sendo Bento Soares de Queiroz, marido da legatária D. Antônia Soares de Queiroz, terceiro testamenteiro.

Em codicilo, de 30 de dezembro de 1891, escrito a seu pedido pelo Tabelião Dr. Estevam Leão Bourroul, retifica a cláusula de inalienabilidade gravada no legado da casa à rua Senador Feijó.

A casa sita à rua Senador Feijó, n. 29, esquina com a rua Cristovam Colombo, legada por D. Margarida a seu sobrinho João Batista de Alambari Palhares, era a mesma que recebera em legado de sua prima e madrinha D. Maria Justina, também legatária de seu tio Padre Fernando Lopes de Camargo.

Aquela histórica casa dos Camargos, então n. 11 da rua da Freira esquina do beco que vai para senzalas dos escravos de São Francisco e para a Casa Santa e Campo de São Gonçalo, também travessa da Academia, contígua à casa n. 9, onde faleceu o Padre Diogo Antônio Feijó, cuja feliz reprodução em desenho se vê no volume XXIII, pág. 29, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mais tarde vendida por João Batista de Alambari Palhares e sua mulher por escritura de 27 de junho de 1894, pelo preço de Rs. 30:000\$000 ao Dr. Luiz Augusto Ferreira (1.º Tabelião, L.º 9-B, fls. 23), foi descrita e avaliada por igual quantia no inventário: — "Uma casa situada na rua Senador Feijó, da Freguezia da Sé desta cidade, sob número 29, com 3 janelas e uma porta de frente, com 7 janelas para a Travessa da Academia, confrontando pelo lado direito com propriedade da baronesa de Limeira, e pelos fundos com propriedade da herança, medindo de frente 12,50 m. e deste ao fundo 27,15 m, com todas as dependências e um puxado coberto de telhas que mede 4,25 do poente ao nascente e 2,85 de norte a sul, puxado esse que se acha encravado em terreno da baronesa de Limeira, o qual atualmente serve de depósito de lenha".

Do testamento e respectivo inventário de D. Margarida Flora Palhares, vê-se que sua afilhada D. Antônia Soares de Queiroz foi legatária da casa construída por sua madrinha. O prédio tinha quatro janelas de frente e duas portas, um sótão, e era de estilo chalé. Situado à rua do Riachuelo, 24, avaliado em rs. 20:000\$000, ficava contíguo à casa que pertencia a D.



Antiga casa situada na rua Senador Feijó esq. da rua Cristovão Colombo (onde hoje se encontra o edifício ocupado pelo Inst. de Engenharia), que pertenceu ao Padre Fernando Lopes de Camargo. Vê-se à esquerda, uma janela do prédio vizinho onde residiu o falecido Padre Feijó (da col. do Departamento de Cultura — Div. Doc. Hist. — da Prefeitura Municipal).

(29) Carta anexada ao inventário, autos n. 929, 3.º Ofício da Família e das Sucessões de S. Paulo.

ria Gertrudes Palhares (Mariazinha), esquina da rua Cristiano Colombo.

Legou-lhe, também, o precioso oratório, que pertencera a João e a D. Maria Justina, e o remanescente dos seus bens (30).

Do que expusemos ressalta um constante e sempre cultivado respeito ao parentesco e à tradição de amizade recebida de Joaquim José dos Santos, como que a refletir uma obediência solene vontade do Padre Diogo Antônio Feijó, que disse: "Instituo minha herdeira a D. Maria Justina de Camargo, quando aconteça ser esta falecida antes da minha morte, a D. Margarida, filha de D. Manuela Francisca de Jesus Feijó".

## CUSTÓDIO SOARES DE BARROS

Custódio Soares de Barros, batizado em Cotia aos 15 de junho de 1747, pelo pároco Padre João Domingues, teve por padrinhos seu tio Dr. Luiz de Campos e sua avó materna, D. Maria Lima Siqueira — então já viúva do Capitão Fernando Lopes de Camargo — e que veio a falecer em Cotia a 1.º de agosto de 1769, com cerca de 86 anos, recebendo todos os sacramentos da Igreja, sendo amortalhada com o hábito de São Francisco e inhumada na Ordem Terceira dessa comunidade.

Casou-se, em 1775, segundo Silva Leme, com D. Ana Maria Joaquina Leite, filha de Inácio Barbosa de Araujo e Maria Leite de Barros (31).

O recente achado do seu batistério, nos preciosos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, veio dissipar completamente as possíveis dúvidas sobre o ano de seu nascimento, 1747, em vista da divergência notada nas idades declaradas nos mapas, dos anos de 1775 e 1783, da população de Cotia, existentes no Arquivo Público do Estado.

Vê-se, pelos mapas organizados em 1775, que Custódio se casara nesse ano com D. Ana Maria Joaquina. Em 1783, vêm citados os filhos seguintes: Inácio, de 7 anos; José, de 5 anos; e Ana, de 3 anos. Estes dois últimos constam da Genealogia Paulistana, de Silva Leme, vol. 1.º, pg. 217.

Do seu óbito consta: "Aos 9 de setembro de 1822, nesta freguezia de Cotia, faleceu, com todos os Sacramentos, Custódio Soares de Camargo, natural desta, de idade de 70 anos, casado com D. Ana Maria Leite; não fez testamento, deixou filhos; envolto em hábito franciscano, foi conduzido em caixão acompanhado por mim, e doze sacerdotes. Cruz da Fábrica, do Santíssimo, e de outras Irmandades; cantou-se três responsórios, fez-se Offício Solene, Missa Cantada, e foi sepultado nas

(31) Genealogia Paulistana, Silva Leme, vol. 7.º, Tit. Freitas, cap. 4.º.

Sepulturas do Santíssimo Sacramento por ser Irmão, e recomendado. O Vigário José Manoel d'Oliveira".

#### FRANCISCO SOARES DE BARROS

Francisco foi batizado aos 23 de novembro de 1748, tendo como oficiante o Padre João Domingues e achando-se presentes os padrinhos e tios maternos José Ortiz de Camargo, casado, e D. Maria Lima de Camargo, mulher do Dr. Luiz de Campos. A pesquisa deste assentamento de batismo, nos Arquivos da Cúria, foi-nos sugerido pelo mapa da população de Cotia, de 1764, que assinala Francisco, com a idade de 15 anos, entre os filhos de D. Marta de Camargo Lima. Silva Leme não menciona este nome na sua obra genealógica.

Vamos encontrá-lo com 11 anos de idade no inventário de seu pai Capitão Inácio Soares de Barros, processado em 27 de junho de 1759, não tendo figurado no de sua genitora, D. Marta em 1809, o que indica seu falecimento.

#### CAPITÃO BENTO DOS SANTOS PEREIRA E SUA MULHER SENHORINHA FRANCISCA DE CAMARGO

(Ramo Santos Camargo)

D. Senhorinha Francisca de Camargo foi batizada na paróquia de Cotia, aos 4 de abril de 1751, com prévia licença do vigário Padre Manuel da Cruz Lima, pelo seu tio materno Padre Salvador de Camargo Lima. Foram seus padrinhos Luiz Manuel Cardoso, casado, e D. Ângela de Lima Camargo, mulher do Capitão Tomé João, todos daquela freguesia.

O achado de sua certidão de batismo existente no processo de casamento resolve as dúvidas levantadas quanto à data do seu nascimento, em vista também das diferenças de idades lançadas nos mapas da população de Cotia em 1775, 1777 e 1778, sendo certa, então, a idade de 30 anos marcada no mapa de 1781. Casou-se, em Cotia, com o nome Senhorinha Francisca, aos 8 de novembro de 1771, com o Capitão Bento dos Santos Pereira, nascido em 1737 na vila de Curitiba, participante da Companhia de Cavalaria do Regimento de Dragões Auxiliares da Capitania de São Paulo (Patente de 7-5-1776), conforme assinalam os mapas recenseadores de Cotia, existentes no Departamento do Arquivo do Estado, anos de 1777, 1778 e 1781. Filho de D. Joana Garcia Soares, também natural de Curitiba, onde nasceu a 25 de julho de 1695, e do Capitão Sebastião dos Santos Pereira, natural de S. Martinho de Pessegueiro, Viseu, falecido em Curitiba, aos 70 anos de idade, em 31 de agosto de 1760, tendo exercido elevados cargos da república.

Era o Capitão Bento dos Santos Pereira irmão de D. Maria Pais dos Santos, progenitora do Cônego Manuel da Cruz Lima, Padre João Gonçalves Lima e do missionário Padre Francisco das Chagas Lima, de cujas biografias trataremos neste trabalho.



Ambos bisnetos do sertanista Capitão Baltazar Carrasco dos Reis, juiz de orfãos da Parnaíba, falecido com testamento no ano de 1697, em Curitiba, para onde se transferira com toda sua família.

O Capitão Baltazar Carrasco dos Reis era filho de Miguel Garcia Carrasco, um dos signatários da aclamação de Amador Bueno.

Em 1777, a escravatura da casa do Capitão Bento dos Santos Pereira se compunha de 13 pessoas. Em 1778, são mencionados como filhos do casal: Antônio, de 1 ano, e Francisco, de 8 meses. Em 1781, mais os seguintes: Rafael, de 4 anos, Joaquim, de 2 anos, e Ana, de 1 ano. Joaquim é Joaquim José dos Santos Camargo, sogro do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

Do legítimo consórcio do Capitão Bento dos Santos Pereira com D. Senhorinha Francisca de Camargo nasceram onze filhos, cujos batistérios vêm no Anexo VII.

Destes onze filhos do casal, Fabiano, o primogênito, faleceu na infância; Francisco, o terceiro filho, falecera entre 1802 e 1808, pois é mencionado no inventário (1802) de sua mãe, D. Senhorinha Francisca de Camargo (Anexo VIII), e não figura em 1808 no de sua avó, D. Marta Maria de Camargo (Anexo XVII).

Os restantes nove filhos constam no inventário materno apenas com o prenome batismal. Entretanto, no inventário de sua avó, com exceção de João e Francisca, aparecem com duplo prenome, que presumimos tenha sido adotado por ocasião do crisma.

Assim teremos:

- 1 — Rafael Antônio de Barros, falecido solteiro, usava o nome de seu padrinho de batismo e tio paterno, o Padre Rafael Antônio de Barros, que faleceu em Cotia em 1808 e mereceu do 3.<sup>o</sup> Bispo de São Paulo, D. Manuel da Ressurreição a honrosa menção de virtuoso e sábio.
- 2 — Joaquim José dos Santos, fundador em Campinas do ramo Santos Camargo, que segue (anexo IX, n. 5-1).
- 3 — Ana Isméria, com geração neste trabalho (anexo IX, n. 5-2).

- 4 — Maria Angélica, falecida solteira.
- 5 — João dos Santos usava o prenome de seu primo Padre João Gonçalves Lima, sendo tradição, haver falecido solteiro, como lavrador nos municípios de Mogi-Mirim e Amparo, onde teve canaviais.
- 6 — Bento José dos Santos, casado com sua sobrinha Senhorinha Francisca de Jesús, filha de Joaquim José dos Santos, com geração neste trabalho (Anexo IX, n. 5-1).
- 7 — Manuel José dos Santos, com geração neste trabalho (Anexo IX, n. 5-3).
- 8 — Inácio José dos Santos, solteiro, falecido, segundo a tradição, numa guerra do sul.
- 9 — Francisca Maria de Jesús, com geração neste trabalho (Anexo IX, n. 5-4).

#### JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS, FUNDADOR DO RAMO SANTOS CAMARGO, DE CAMPINAS

Joaquim José dos Santos era, aos 22 de julho de 1779, levado à pia batismal. Foi celebrante o Padre Manuel da Cruz Lima, seu primo, e madrinha a sua avó materna, D. Marta Maria de Camargo, viuva havia vinte anos, do Capitão Inácio Soares de Barros.

Joaquim José dos Santos passou sua infância em Cotia, onde seu pai possuía uma casa situada no pátio da Igreja e um sítio no bairro Lavapés, nas circunvizinhanças da vila. Sua madrinha e avó materna, D. Marta, também ali residente, possuía uma casa na vila e um sítio no bairro Potiverá.

Do recenseamento da vila, 1781, no qual Joaquim José dos Santos figura com dois anos de idade, consta, como patrimônio da família, o seguinte rol de escravos: João, Francisco, Manuel, Bento, Felipe, Manuel, Inácio, Sebastião, Roque, Violante, Lucrécia, Gertrudes e Florência.

Com a idade de 9 anos foi residir, por decisão de seus pais, em Parnaíba (1788); na casa de seu primo o Padre Manuel da Cruz Lima (32).

(32) Vigário de Cotia de 14-9-1772 a 1782; de Parnaíba, 1782 a 1788, foi, neste último ano, investido das funções de cônego do Cabido de São Paulo, a 26 de março, falecendo em 15 de janeiro de 1794.

Foi sucessor do Padre Manuel da Cruz Lima, na paróquia de Parnaíba, o seu irmão e coajutor Padre João Gonçalves Lima, a quem coube proteger e instruir nas letras o jovem primo, seguindo com rigor as normas de ensino estabelecidas na época.

Segundo relato de meu avô, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em carta dirigida ao futuro Barão Homem de Melo (Anexo X) coube a Joaquim José dos Santos ensinar a seu primo-irmão Diogo Antônio Feijó, futuro Regente do Império do Brasil, o A-B-C. Ambos criados e educados pelo Padre João Gonçalves Lima, prestigiosa figura do clero e do cenário político da época, foi motivo para que, em consequência de tão íntima convivência, se consolidasse, entre Joaquim José e Diogo Antônio Feijó, uma estreita e profunda amizade, mantida até os últimos instantes da vida de Feijó.

A convivência de Joaquim José dos Santos com seu primo Diogo Antônio Feijó, naquela mesma casa, foi interrompida em 1795, pois, deste ano até 1798, o Padre João Gonçalves Lima, protetor e educador de ambos, passou a exercer as funções de vigário de Guaratinguetá, sendo que Feijó também seguira, em sua companhia, para aquela cidade paulista. Mais tarde, ambos voltaram para a Parnaíba, continuando Feijó sob a proteção do Padre Lima até receber as ordens de presbítero.

A esse tempo, Joaquim José tornara ao convívio de sua família em Cotia.

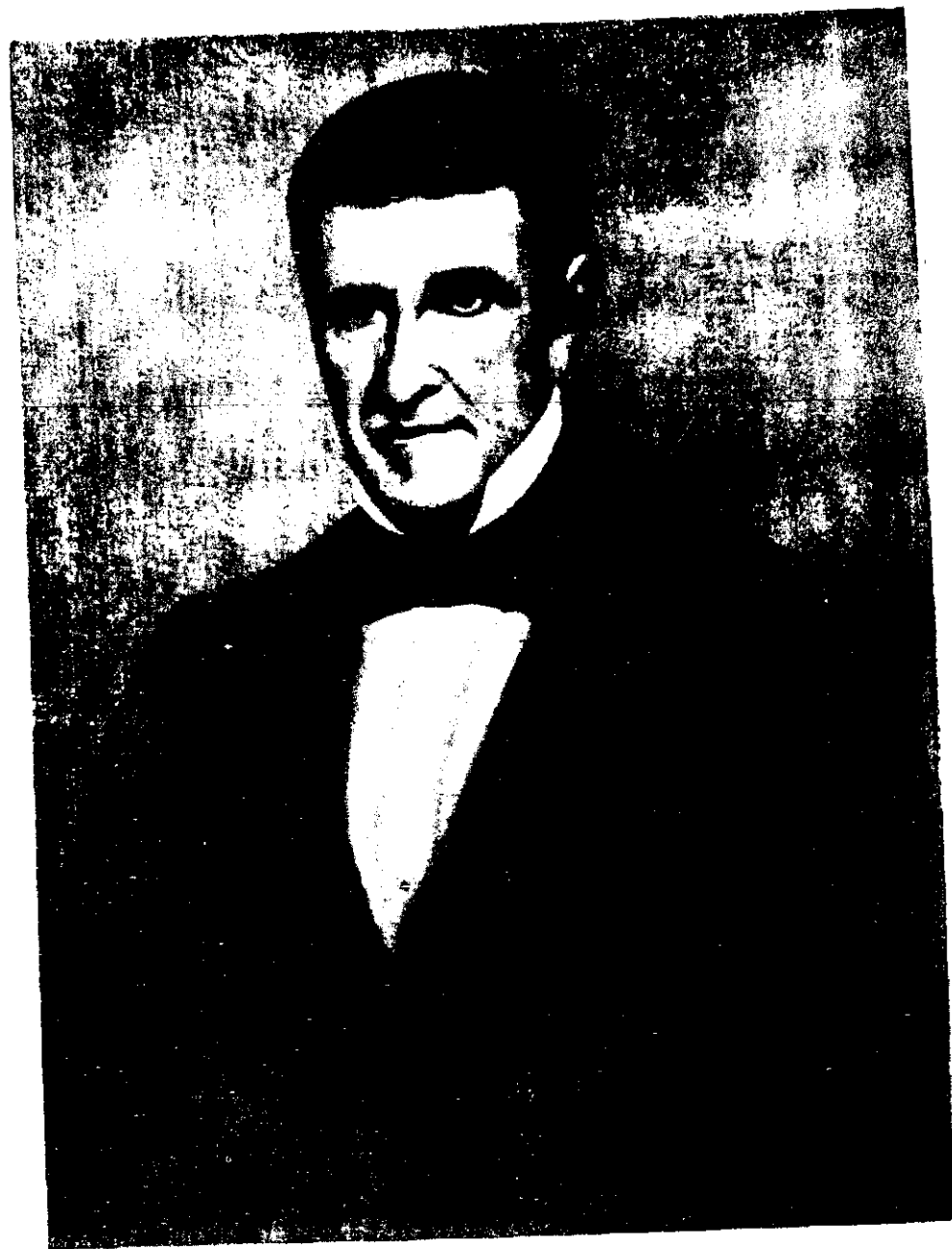
Sentindo declarado pendor para a vida de lavoura e enlevado pelos feitos de seus antepassados, toma a resolução de tentar fortuna no cultivo de outras terras novas e férteis.

Pesava-lhe deixar a velha casa de taipas de pilão, de beiral e com paredes divisórias de pau a pique, onde viera à luz, e cujo pátio, que também era o da Matriz, lhe trazia à mente recordações dos folguedos e travessuras, próprios da idade juvenil.

Guardaria perenemente a lembrança da silhueta da Matriz, onde se tornara cristão pelo batismo e ouvia a Missa com a família, erigida no mesmo chão da primeira capela levantada sob a invocação de Nossa Senhora do Monte Serrate de Acútia, como lhe chamavam os antigos, construída em 1713 por Estevão Lopes de Camargo, irmão de seu bisavô materno o Capitão Fernando Lopes de Camargo.

Cotia foi o recanto dos seus ascendentes Camargos.

Aí residira seu trisavô, o denodado bandeirante Fernando de Camargo Ortiz ou Fernando de Camargo, o moço, que obtivera



Retrato a óleo de Joaquim José dos Santos, do pintor francês  
Claudio Barandier

provisão de patente de Capitão de Infantaria da ordenança em 15 de junho de 1677.

Os sítios, tanto o de seus pais como o de sua avó D. Marta, tinham sua origem em terras de herança de seu avô Capitão Inácio Soares de Barros, cuja posse se ligava à carta de Sesmaria concedida em 13 de novembro de 1721 ao pai Sargento-Mor Roque Soares de Medeira.

Assim como deliberou, assim agiu.

Em pleno viço da mocidade, sem medir cansaças em longas e intermináveis caminhadas, fixou seu rancho à margem do rio Atibaia, terras de São Carlos que foram da freguezia de Campinas de Mato Grosso do termo da Vila de Jundiá, elevadas à categoria de Vila, aos 14 de dezembro de 1797.

Ali, as matas imponentes afrontavam os raios adustos de um sol tropical.

Derrubou jequitibás milenários, os ipês românticos, as figueiras bíblicas e, logo a seguir, como que formando um sistema de artérias e veias, rasgou o solo, para o plantio do algodão e da cana, e preparou pastagens por campinas, vales e montes.

Em 1800, vamos encontrá-lo radicado em São Carlos.

Esta afirmativa se apoia na documentação seguinte: 1.º na *Lista Geral da Vila de São Carlos (1800)*, da qual era comandante o Capitão Raimundo Álvares dos Santos Prado, o número 38 corresponde a Joaquim José dos Santos, natural de Cotia, com 28 anos de idade, solteiro, vivendo do seu negócio de cultura e tendo como agregado Justitiano, natural de Cavapondeda, com 82 anos de idade, solteiro, branco; 2.º nos mapas estatísticos de São Carlos, adiante citados; 3.º no inventário de D. Marta Maria de Camargo, processado em 23 de janeiro de 1809, que, no título de herdeiros, menciona Joaquim José dos Santos, solteiro, morador em Campinas, onde vive de suas lavouras.

Como vemos, todos esses documentos referem-se a Campinas e ao gênero de trabalho — cultura e lavouras — de Joaquim José dos Santos, sendo, o primeiro, de 1800.

Do processo de habilitação de seu casamento, 1810, realizado em São Paulo, com D. Francisca de Assis, sua parente consanguínea em 4.º grau, consta que o nubente é muito capaz de tratar decentemente a esposa e futura prole. No depoimento, Joaquim José dos Santos declara que a noiva tem de dote um conto de réis e mais quatrocentos mil réis em bens, e que ele, o

depoente, possui de seu a importância de quatrocentos mil réis, pagas as dívidas, e ainda o rendimento anual de mais de cem mil réis. Nesse mesmo processo vamos encontrar, também, o depoimento de seu primo e íntimo amigo o Reverendo Diogo Antônio Feijó.

Joaquim José dos Santos foi senhor de Engenho.

"O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino" (33).

Plantou canaviais nas terras do Sítio Grande ou Atibaia, cuja sede ficava à margem direita do rio Atibaia, tendo ali instalado o primeiro engenho deitado de Campinas e, por não existir em São Paulo alguém capaz de fazer a instalação de maquinário, mandou vir da Bahia o mestre técnico especializado.

"O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, além da casa do engenho, da de morada, senzalas e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapé (de noventa e duas braças quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais." (34).

Os mapas recenseadores da antiga São Carlos, hoje Campinas, conservados no Departamento de Arquivo do Estado e por nós compulsados, dão-nos interessantes informes com referência à progressiva lavoura de Joaquim José dos Santos.

Em 1806, tem ele, no sítio, quatro agregados, sendo que dois são seus irmãos João dos Santos e Bento José dos Santos, e, ainda, 22 escravos.

O quadro seguinte (35) mostra a produção e a mão de obra:

Depoimento do Padre Diogo Antônio Feijó no processo de habilitação de casamento de Joaquim José dos Santos

(33) História Econômica do Brasil (1500-1820) Roberto C. Simonsen, Edit. Brasileira, S. Paulo, 1937.  
(34) Obra cit.  
(35) Em 1829, Joaquim José dos Santos tinha um administrador, Bento José dos Santos, que era seu irmão e cetro, que ali estava acompanhado de sua mulher e 6 escravos. Em 1836, esse administrador, com dois filhos menores, Joaquim e Francisco, passou a ter 12 escravos e um escravo.

ANO	MÃO DE OBRA				P R O D U Ç Ã O						
	Agregados		Escravos		Açúcar branco arrobas	Açúcar mascavo arrobas	Açúcar redondo arrobas	Aguardente canadas	Milho alqs.	Feijão alqs.	Arroz alqs.
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres							
1806....	4	—	16	6	—	—	—	—	—	—	—
1807....	3	—	10	5	15	10	5	—	—	—	—
1808....	2	—	15	6	124	12	—	38	50	20	—
1810....	1	1	15	7	300	150	250	60	312	30	3
1811....	1	—	16	6	150	200	250	60	500	70	30
1812....	1	1	17	5	400	100	250	100	850	30	50
1813....	1	1	18	5	600	100	250	200	—	—	—
1814....	—	—	20	5	100	200	300	150	—	—	—
1817....	—	—	24	8	400	250	350	—	620	40	18
1818....	—	—	25	6	700	200	400	100	—	—	—
1822....	1	4	47	12	1.000	—	—	100	—	—	—
1824....	—	—	47	12	750	—	—	100	—	—	—
1825....	—	—	51	12	3.000	—	—	180	—	—	—
1829....	1	—	74	39	2.700	—	—	473	carros 124	300	200
1836....	—	—	66	33	46.420	—	—	—	10.000	600	150

Como quase todos os senhores de engenho da época, não dispensou grande interesse à novel cultura do café, cujos primeiros pés foram ali plantados na primeira década do século XIX pelo Tenente-Coronel Antônio Francisco de Andrade, importante fator econômico de exportação no decorrer do ano de 1816.

Segundo relato de Saint-Hilaire, a maior produção de açúcar da Província de São Paulo saía de Campinas.

Joaquim José dos Santos possuía tropa de burros, com cargueiros para o transporte de açúcar até Santos.

É tradição que, no engenho, fabricou e exportou doces de goiabas, marmelos, e de pêssegos, cuidadosamente acondicionados em caixetas de madeira feitas no sítio.

O terreno onde se erguia o rancho para o pouso da tropa procedente do sítio, ficava contíguo ao pomar de casa de morada em Campinas. Situada à rua do Imperador (36), fazia esquina com a rua do Sacramento, seguindo abaixo até a atual rua 14 de dezembro, com a qual o terreno do rancho também se divisava com a rua do Comércio (hoje Dr. Quirino). Foi nesse terreno que o Barão de Ibitinga construiu, mais tarde, seu belo sobrado, transformado hoje em sede do acreditado colégio "Ateneu Paulista".

Embora entregue às suas laboriosas ocupações, nunca deixou de agasalhar e cultivar os sentimentos de afeição que tanto o ligavam à família.

Muito o contristou o falecimento de sua terna progenitora D. Senhorinha, verificado a 10 de agosto de 1802 (Anexo VIII), que tanto concorrera para o seu futuro destino, radicando-o mais decididamente na vila de São Carlos.

Quando os afazeres lho permitiam, deixava o sítio em visita a seu velho pai e sua veneranda avó, aos quais, de mãos postas, em sinal de submissão, pedia a benção com o "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo".

Num misto de encantamento e admiração, constantemente relatava aos seus descendentes um fato por ele presenciado no decorrer de sua vida. Assim, achando-se em São Paulo, como hóspede de sua avó e madrinha D. Marta, que residia na rua da Freira, foi certa vez à Igreja do extinto convento de São Francisco, mais tarde sede da Faculdade de Direito. Daí a momentos, viu que alguém fechava as portas do templo e, a seguir, passando pela nave, dirigia-se para o púlpito, onde proferira como-vida pregação.

(36) Antiga do Picador e, hoje, Marechal Deodoro, ns. 1.131 e 1.143.

Joaquim José dos Santos, sem poder atinar com a razão de ser daquela singular atitude do pregador, procurou saber qual o motivo que levava aquele jovem e desconhecido sacerdote a ocupar o púlpito sagrado e proferir tão linda oração. Pois bem. Era Monte Alverne, o grande orador sacro Frei Francisco de Monte Alverne, que fazia o seu primeiro ensaio de pregador.

Matcamos aqui a coincidência de haver Monte Alverne, o grande orador que formava com São Carlos, S. Paio, Monsenhor Neto e o Cônego Januário, a constelação dos oradores sacros da época, nascido no mesmo mês de agosto e no mesmo ano de 1784 em que também nascera Diogo Antônio Feijó.

Seu pai o Capitão Bento continuou a residir na vila de Cotia e no seu sítio do Lavapés, onde veio a falecer, com 82 anos, a 28 de maio de 1819.

Joaquim José dos Santos nunca perdeu o contacto com seu velho tio, Pe. Fernando Lopes de Camargo, de quem foi assíduo visitante.

Não sabemos, ainda, em que ano também se tornou proprietário de uma casa na rua da Freira, próxima, ou mesmo contígua, à que pertencia à sua avó D. Marta, herdada pelo Padre Fernando, segundo o inventário de sua mulher D. Francisca de Assis, falecida, sem testamento em Campinas aos 6 de julho de 1844.

Assim, a casa de morada em São Paulo, sita à rua da Freira, n. 7, "de 2 laços, velha, com quintal murado e portão, que sai na rua da Casa Santa", dividia, de um lado, com a casa dos herdeiros de Maria Pacheco, e de outro, com casas de Germana de tal, viúva de Floriano Antônio Rodrigues.

A rua da Freira, onde residiram seus avós, determinava em seu espírito um misto de ternura e satisfação, sentimento esse também demonstrado pelos seus ascendentes Camargos, com relação à rua dos Camargos, que, segundo a ata da vereança de 10 de abril de 1790, integrava o grupo das ruas Direita, Quitanda, São Francisco e Nova de São José (atual Libero Badaró).

A rua da Freira passou, por aprovação da Câmara Municipal de São Paulo e a partir de 28 de novembro de 1865, a denominar-se rua Senador Feijó. Está, atualmente (1943), entre a Praça da Sé, trecho da antiga rua Marechal Deodoro, também antiga do Imperador, e a rua Cristovão Colombo, sendo cortada ao meio pela rua Quintino Bocaiuva, antiga do Príncipe, de modo a formar quatro quarteirões.

Deparamos com o nome de Joaquim José dos Santos na vida social e política de Campinas. Assim, encontramos a sua assinatura na ata da reunião dos "homens bons" e notáveis da Vila de São Carlos, realizada em 6 de outubro de 1807 com o fim de

ser estudada a possibilidade da construção da Igreja Matriz, hoje Catedral. Nesta reunião, Joaquim José dos Santos foi eleito procurador para os bairros de Anhumas e Atibaia (hoje Sosas).

Exerceu, durante um ano, o cargo de procurador do Conselho de Vereadores da 20.<sup>a</sup> legislatura, função eletiva anual e equivalente a de prefeito, realizada em 4 de março de 1816.

Os "Conselhos" eram constituídos por dois juizes, três vereadores e um procurador.

Na ata de 12 de outubro de 1822 da sessão extraordinária do "Conselho", assina no rol dos cidadãos que aclamam, juram e tributam fidelidade e obediência a Sua Alteza Real Imperador Constitucional do Brasil.

Na 27.<sup>a</sup> legislatura, de 1.<sup>o</sup> de dezembro de 1822, o primeiro "Conselho" eleito após a proclamação da Independência do Brasil, serviu como juiz ordinário.

Na eleição seguinte, realizada a 10 de janeiro de 1824, não mais encontramos o seu nome, donde concluir que Joaquim José dos Santos servira naquele cargo até a data correspondente à 28.<sup>a</sup> legislatura. Mesmo assim, na vereança extraordinária de 18 de abril de 1824, para juramento de "observar e guardar como Lei fundamental do Império a Constituição oferecida por S. M. Imperial", encontramos, na respectiva ata, o seu nome entre os de numerosos outros cidadãos da Vila de São Carlos.

Em Campinas, a 6 de julho de 1844, Joaquim José dos Santos sofreu a perda de sua fiel e virtuosa companheira D. Francisca de Assis, cujo corpo baixou sepultura na matriz (atual do Carmo), sob o altar consagrado à Santa de sua devoção — N. S. das Dores (37).

Do inventário vê-se que o casal era abastado, possuindo muitos bens de raiz, boa escravatura, boa prata, bons trastes, etc., orçando o monte-mór em Rs. 141:970\$861 e a meação do viúvo em Rs. 64:914\$930 (Anexo XI).

Quando do inventário de seu pai Cel. José Fernandes Nunes de Camargo, falecido em São Paulo aos 14 de março de 1823, coubera à D. Francisca de Assis, na partilha então procedida a 19 de novembro de 1825, bens no valor de Rs. 2:711\$724, dos quais "uma morada de casas de um lance, paredes de pilão, cobertas de telhas, com sala, alcova e corredor forrado, sita na rua da Luz", avaliada em Rs. 180\$000.

Ao tempo do seu falecimento, D. Francisca de Assis deixara dois filhos e sete filhas, sendo que dois morreram ainda na

(37) Obito Lo. 40, Ps. 168.

infância: Joaquim, batizado a 1.<sup>o</sup> de dezembro de 1823, e Teresa, batizada aos 30 de janeiro de 1830.

As quatro primeiras filhas já estavam casadas e a todas foi-lhes dado dote.

As duas mais velhas, D. Maria Gertrudes (esposa do Comendador Querubim Uriel de Camargo e Castro), e D. Senhorinha Francisca de Jesús (esposa de Bento José dos Santos, seu tio paterno), casaram-se no mesmo dia, celebrando-se faustoso cerimonial e brilhantes festividades, ambas as noivas trajando vestes nupciais feitas com arte e luxo.

D. Maria Gertrudes vestia uma primorosa "toilette" de setim branco recamado a puro. Senhorinha ostentava um rico vestido bordado à prata. Os trajes de ambas as noivas, considerados, segundo a tradição, dos mais finos e caprichosos labores, foram, em voto nupcial, doados, respectivamente, às imagens de N. S. da Conceição e N. S. das Dores.

Aproximadamente dois anos após a morte de D. Francisca de Assis, falecia em Campinas, a 3 de abril de 1846, o seu tio Cônego Melchior Fernandes Nunes, natural de São Paulo, batizado em Cotia a 25 de agosto de 1765, sendo padrinhos o Dr. José Correa da Silva e D. Rosa Maria da Apresentação. Foi sepultado em jazigo cuja Capela fora especialmente construída para esse fim, no local onde hoje se ergue a Igreja de São Benedito. Ordenara-se no Rio de Janeiro, em 1786, passou a Cônego da Sé de São Paulo, tendo tomado posse a 15 de julho de 1812 (38).

Por provisão de 6 de novembro de 1798, foi professor de Gramática Latina, em Sorocaba.

Em datas de 20-7-1790, 24-12-1790 e 23-2-1791, fez entrega de certa quantidade de ouro na Casa de Fundição de São Paulo.

Foi irmão de Frei Tomaz, da Ordem Franciscana.

O Cônego Melchior participou de todos os sucessos ligados à nossa independência política.

D. Francisca de Assis teve um irmão sacerdote, o Padre Antônio Fernandes Nunes, que, juntamente com D. Maria Justina de Camargo, irmã do Padre Diogo Antônio Feijó, foram padrinhos de batismo de seu oitavo filho João Augusto Nepomuceno dos Santos.

Joaquim José dos Santos, coração aberto às boas iniciativas e "sempre pronto para o que fosse do serviço de Deus", tem, como vimos, seu nome ligado a dois acontecimentos da história

(38) Arquivo Curia São Paulo, Proc. De Genere — 10, 61, 476.

religiosa de Campinas: um, a fundação da Matriz de N. S. da Conceição, hoje Catedral, à qual não somente doou o belo altar em que se venera o Sagrado Coração de Jesus, mas também auxiliou em diferentes fases, toda a construção e, em 1845, como administrador, apresentou o edifício já coberto de telhas, permanecendo no cargo até 1848; segundo, a edificação da antiga Igreja do Rosário, empreendimento a que também se ligam os nomes dos dedicados párocos Padres Antônio Joaquim Teixeira de Camargo, Manuel José Fernandes Pinto, Januário Máximo de Castro Carneiro e Prado e Francisco de Abreu Sampaio e dos prestigiosos cidadãos Joaquim do Amaral Camargo e Camilo Xavier da Silveira Bueno (39).

Não teve Joaquim José dos Santos a ventura de ver acabado e inaugurado o grandioso templo a N. S. da Conceição, que tanto ajudara a levantar com todas as veras do seu coração e da sua fé religiosa.

As fides cristãs de Joaquim José dos Santos, quando da construção da Matriz de N. S. da Conceição, iriam, em 1883, depois de passados vinte e um anos portanto, cobrir-se de veneráveis e supremas honras.

Assim é que, terminados os trabalhos de construção da atual Catedral de Campinas, engalanada pelo entusiasmo ardente e sincero do povo campineiro, que em "laus Deo" enchia toda a nave do Templo, coube ao Padre Fergus O'Connor de Camargo Dauntre, neto de Joaquim José dos Santos, a honra singular de proferir o sermão inaugural, marcando, dessa forma, uma afinidade de sentimentos na comunhão instintiva das mesmas crenças, dos mesmos ideais, dos mesmos princípios cristãos, entre ascendentes e descendentes.

Alem de haver doado o altar do Coração de Jesus, legou, em seu testamento, a quantia de um conto de réis para ser posta a prêmio e, deste prêmio, ser anualmente cantada u'a Missa, com o Senhor Exposto, no dia consagrado ao Coração de Jesus.

Não esqueceu, nas suas disposições testamentárias, de alforriar alguns de seus fiéis escravos e de legar um conto de réis para as obras da Casa de Misericórdia da cidade onde enriquecera e que ele adotara como seu torrão natal, distinguindo-a para berço de sua prole.

Ao falecer às 10 horas da noite de 10 de novembro de 1862, com testamento feito em 4 de setembro de 1857, o monte-mor

(39) "A Capela de Nossa Senhora do Rosário de Campinas", pelo Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, no Almanaque Literário de São Paulo, para 1881, de José Maria Lisboa.

orçava em 370:550\$178. Os autos de inventário, autuado a 4 de novembro de 1862, compreendiam três volumes, com 824 folhas, dos quais extraímos alguns dados, mercê da gentileza do genealogista campineiro Sr. Celso Maria de Melo Pupo e do oficial maior do 1.º Officio de Campinas, Sr. Pedro Agapio de Aquino Júnior (Anexo XII).

#### JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS E SEUS PRIMOS PADRE JOÃO GONÇALVES LIMA, CÔNEGO MANUEL DA CRUZ LIMA e PADRE FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA

Um dos parentes que exercera no seu espírito grande influência, não podia deixar de ser senão o seu Mestre e protetor o Padre João Gonçalves Lima, de quem conservaria sempre a mais grata e indelevel lembrança. Além de ter sido seu educador, tornar-se-ia também seu compadre, como padrinho de batismo de sua filha Ana Francelina dos Santos Camargo, casada, mais tarde, com o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, avós paternos de quem traça estas linhas.

Era o Padre João Gonçalves Lima natural da Vila de Curitiba, onde nascera em 1764, filho do Sargento-Mor Miguel Gonçalves Lima e de Maria Pais dos Santos, irmã mais velha do Capitão Bento dos Santos Pereira.

Teve o Padre João Gonçalves Lima cinco irmãs e três irmãos, dos quais dois foram os sacerdotes Cônego Manuel da Cruz Lima e Padre Francisco das Chagas Lima.

O Cônego Manuel da Cruz Lima, primogênito, nascido em Curitiba a 14 de setembro de 1741, era noviço da Companhia de Jesus no Colégio de Paranaguá, quando da expulsão dos padres pelo Marquês de Pombal. Ordenado em 1764 (40), foi vigário de Cotia, de 1772 até 1782, de Parnaíba, de 1783 a 1788. Foi político influente. Segundo recenseamento procedido a 1.º de janeiro de 1780, tinha, na sua fazenda de São José dos Pinhais, vinte escravos. Como se lê na correspondência do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (médico), foi o Cônego Manuel da Cruz Lima, quando vigário de Cotia, quem apresentou seu tio Capitão Bento dos Santos Pereira à D. Senhorinha Francisca de Camargo, com quem veio a efetuar feliz consórcio. Dele, D. Manuel da Ressurreição, 3.º bispo de São Paulo, fez estes elogios: "hom filólogo, bom teólogo e ainda, melhor pregador e de edificantes costumes".

(40) Arquivo Cúria São Paulo — Proc. De Genere, 1.39, n. 326.



Nas solenidades religiosas, pregava com eloquência e agrado. Apresentado pelo referido bispo para uma cadeira de cônego no Cabido de São Paulo, tomou posse a 26 de março de 1788. Faleceu com testamento e foi testamenteiro seu irmão Padre João Gonçalves Lima, a 15 de janeiro de 1794, com 53 anos de idade. Recomendava naquele documento, que seu corpo fosse conduzido sem pompa e sepultado no silêncio da noite. Depois de solene officio, foi inhumado na Capela da Sé de São Paulo, numa das carneiras dos Reverendíssimos Capitulares (41).

O Padre Francisco das Chagas Lima, nascido em 1757 em Curitiba, onde foi vigário (1784 a 1795), recebeu do Governo de São Paulo, em 1800, a incumbência de catequisar e aldear o gentio, sendo, pelas suas obras de missionário, cognominado o Anchieta de Queluz e Guarapuava. Francisco Negrão traça-lhe uma consubstancial sùmula biográfica.

Reproduzimos, como documento de interesse histórico, o registro de seu óbito, lavrado por seu irmão vigário de Parnaíba, Padre João Gonçalves Lima: "O Muito Reverendo Vigário Colado de Guarapuava Francisco das Chagas Lima. Aos seis dias de outubro de mil oitocentos e trinta e dois, nesta vila de Santana de Parnaíba, assistido com os Sacramentos da Penitência e Extrema Unção, e não do Sagrado Viático, pela debilidade do Corpo e do juízo constante, — posto que a seis de agosto em um lúcido intervalo, como já antes se tinha desobrigado, novamente se confessou e foi à Igreja receber o Santíssimo Sacramento, de que ficou muito satisfeito e nós — da enfermidade de paralisia e demência, adquirida na sua Freguezia de Belém nos Campos de Guarapuava, da qual era Vigário Colado, de modo o conduzi enfermo à minha companhia há perto de quatro anos, aos seis dias, digo do mês de outubro na idade de 75 e 20 dias, faleceu da vida presente meu Irmão o Reverendo Vigário Colado Francisco das Chagas Lima, natural da Vila de Curitiba, filho de nossos Pais Miguel Gonçalves Lima e Maria Pais dos Santos, já falecidos: sua Alma foi solenemente encomendada com dois Mementos de Música, officio de três Noturnos, Laudes, Missa Cantada, Absolução do Túmulo, officio da Sepultura: seu Corpo nas Vestes Sacerdotais, conduzido em Caixão, acompanhado do Clero, Irmandades, Cruzes delas, e da Fábrica, foi hoje sete do mês dito de outubro sepultado na Igreja Matriz na primeira Campa separada para os Párocos na Capela Mor abaixo dos degraus do Presbitério. Deu em vida por seus Procuradores, e distribuiu todos os seus bens em Guarapuava,

(41) Arquivo Cúria São Paulo, Óbito, fls. 68.

aos pobres fregueses, Índios, Parentes, e Satisfação do que devia a Igreja de Guarapuava, e o que ela de Mais deixou, e aos fregueses da Vila de Curitiba. Fez seu Testamento do pouco, que lhe estava nesta minha Companhia e Curadoria a mim encarregado: porem não foi aprovado, e segundo for de Direito, darei execução, produzindo Inventário, e nos habilitando os herdeiros, que somos mais próximos. O Vigário Colado João Gonçalves Lima". (42).

O Padre João Gonçalves Lima já havia administrado a freguezia de Parnaíba, em março de 1788, primeiro, como coadjutor de seu irmão Cônego Cruz Lima, depois, como seu sucessor até 1791, voltando novamente ao seu antigo paróquiato em agosto de 1798, quando deixou a vigaria de Guaratinguetá, para onde foi em 1795, levando consigo o seu protegido o afilhado Diogo Antônio Feijó.

Com referência à sua permanência nessa última cidade, encontramos na coleção "Documentos Interessantes", vol. 56, pg. 339, o que segue: "Para o sargento-mor das Ordenanças de Guaratinguetá, Sr. Antônio de Moura. Remeto a Vmce. a cópia inclusa para executar a ordem que nela se contem, acrescentando que logo que Vmce. vir que algum mau individuo dessa Vila pretende ultrajar, de qualquer modo, ao Rev. Vigário João Glz. Lima, o prenda à minha ordem, e me dê parte. Ds. Ge. a Vmce. São Paulo, a 12 de julho de 1796. Bernardo José de Lorena".

Em Parnaíba, o Padre João Gonçalves Lima teve como coadjutor seu irmão Padre Francisco das Chagas Lima, que também tomou parte na missão catequista em Guarapuava e escreveu a respeito o estudo "Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava", publicada em 1842, tomo IV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A propósito lemos, na coletânea oficial "Documentos Interessantes", vol. XXXVI, pgs. 170-171: "Manda Sua Alteza Real o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, remeter ao Governo Provisório da Província de São Paulo as representações inclusas do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, em uma das quais pede um sacerdote para ajudar o Vigário João Gonçalves Lima na catequização dos Índios de Guarapuava e Belém, e em outra o estabelecimento de uma freguezia e escolas para a educação dos Índios do Paraná. E há por bem que o Governo preste os socorros precisos, e dê as providências necessárias, recomendando-lhe muito eficazmente que promova com todas as forças a referida catequização e civilização como

(42) Arquivo Cúria São Paulo, fls. 18 v.

objeto que importa tão superiores vantagens ao Estado. Palácio do Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1822. José Bonifácio de Andrada e Silva."

O Padre João Gonçalves Lima serviu por muito tempo como pároco de Parnaíba, prestando juramento de vigário colado perante o bispo D. Mateus, em 3 de dezembro de 1802.

Foi, também, pároco em N. S. da Conceição de Guarulhos.

Da vereança, a 14 de novembro de 1789, consta que o sermão do glorioso martir S. Sebastião, a ser proferido em 1790 na Sé de São Paulo, foi encomendado ao Padre João Gonçalves Lima (43).

Alem da reputação apregoada pela voz pública de ser "sacerdote instruído e de boa vida", como anota Azevedo Marques em seus "Apontamentos", maior conceito de honorabilidade devia gozar entre seus parentes — os Camargos.

Assim o vemos, em fevereiro de 1805, redigir as disposições de última vontade de D. Marta Maria de Camargo.

Não deixa de ser valiosa esta referência, porquanto o Padre Fernando Lopes de Camargo, a esse tempo, morando com sua mãe (a testadora), já era tido como o chefe da família. Cremos que somente na plenitude de um crédito de respeitabilidade seria alguém chamado para ato tão solene, quase sempre discutido e elaborado no recesso do conselho de família.

A história documenta a sua atuação política nos pródromos da nossa Independência.

Fez parte, após a Independência, do primeiro Governo Provisório de São Paulo, tomando posse a 9 de janeiro de 1823. O Governo foi assim composto: Presidente: Marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa; secretário: Dr. José Corrêa Pacheco e Silva; deputados: Dr. Manuel Joaquim de Ornelas, Cel. Anastácio de Freitas Troncoso, Cel. Francisco Corrêa de Moraes (que não aceitou), Capitão-mor João Batista da Silva Passos e Padre João Gonçalves Lima.

A esse tempo residiu só em São Paulo, à rua do Santíssimo, como se vê do recenseamento da população de 1823, onde se lê: "vive de sua congrua". Para os serviços domésticos, tinha um casal de agregados com três filhos menores.

Foi eleito, por sua cidade natal, suplente do Conselho do Governo de São Paulo, para a 1.ª legislatura de 1826 a 1829.

Criado pela lei de 20 de outubro de 1823, o Conselho tinha funções semelhantes às das futuras Assembléias Provinciais e,

(43) Atas da Câmara de São Paulo, vol. XIX, pág. 115.

ao mesmo tempo, atribuições de natureza do futuro Conselho de Estado.

Os membros do Conselho, que também eram Vice-Presidentes, serviam, conforme à ordem de votação, nos impedimentos dos Presidentes.

Foram eleitos para 1826-1829: Luiz Antônio Neves de Carvalho, Cândido Xavier de Almeida e Sousa, Manuel Joaquim Dornelas, Rafael Tobias de Aguiar, Manuel Rodrigues Jordão. Suplentes: Padre João Gonçalves Lima, Francisco Inácio Sousa Queiroz, Padre Diogo Antônio Feijó, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, João Batista da Silva Passos, Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Dr. José Corrêa Pacheco e Silva, Bernardo José Pinto Gouvêa Peixoto e Tenente-General José Arouche de Toledo Rendon.

Na vereança de 11 de outubro de 1825, foram postos a sorteio os nomes dos suplentes a Conselheiros Padre João Gonçalves Lima e Cel. Francisco Inácio de Sousa Queiroz, recaindo a escolha neste último para servir pelo então Conselheiro Tenente General Cândido Xavier de Almeida Sousa. (44).

No ano seguinte, na vereança de 14 de outubro de 1826, ficou constando a remessa ao Presidente da Província do diploma do vigário Padre João Gonçalves Lima, para suprir o lugar de Conselheiro na falta do Tenente Coronel Rafael Tobias de Aguiar (45).

Vemos, entretanto, que na vereança de 21 daquele mês, foi deliberado remeter, por motivo de doença do Padre João Gonçalves Lima, o diploma a outro deputado suplente, Padre Diogo Antônio Feijó (46).

E' fácil conjeturar a emoção e orgulho experimentados pelo Padre João Gonçalves Lima, ao ombrear-se no mesmo tablado político com seu afilhado e discípulo, cujo nome vinha aureolado como deputado de sua Província às Cortes de Lisboa.

Ufanar-se-ia também daquele seu discípulo que, ainda moço, gozaria uma reputação ilibada, e a quem inculcava os primeiros ensinamentos da moral cristã.

Mocidade, inteligência, instrução, moral cristã, política, independência, dificilmente se irmanariam. Feijó teve esse privilégio.

O Mestre e antigo protetor, já sexagenário, vivia aureolado pelo renome de sábio e de boa fama.

(44) Atas da Câmara de São Paulo, vol. XXIII, pág. 391.

(45) Atas da Câmara de São Paulo, vol. XXIV, pág. 10.

(46) Atas da Câmara de São Paulo, vol. XXIV, pág. 12.

Por mais de 18 anos, recolheu-se à meditação, no seu retiro em Parnaíba, tendo acompanhado toda a brilhante carreira de seu discípulo, desde deputado às Cortes de Lisboa, Deputado Geral, Ministro da Justiça, Senador do Império e Regente do Império do Brasil. Assistiu ao seu imenso prestígio e poderio e o viu, também, cair na desgraça, como prisioneiro de uma revolução vencida.

Por força do destino, ainda o sobreviveu quatro meses e vinte e três dias. Faleceu, com testamento (Anexo XIII), na avançada idade de 81 anos, em 3 de abril de 1844, vítima de "uma enfermidade de urinas e paralisia". Foi sepultado na Quinta-feira Santa, com solenidades nesse dia permitidas, na Capela-Mor, sob a lâmpada de prata da Matriz de Parnaíba. Foram nomeados seus testamentários o Padre Francisco Gonçalves Cruz e o Cônego Ildefonso Xavier Ferreira, seu amigo e companheiro político nos fastos da nossa Independência.

#### BRÍGIDA SOARES DE CAMARGO

D. Brígida Soares de Camargo está colocada cronologicamente no inventário de seu pai, em 1759, com a idade de 5 anos, entre seus irmãos — Senhorinha Francisca (1751) e Padre Fernando (1756). A pesquisa do seu batistério, que não existe no processo de casamento, torna-se infrutífera, pois faltam os livros de batizados de Cotia no decurso de 1749 a 1773.

Foi casada com Vicente Fereira do Amaral conforme atesta seu processo de casamento, aos 11 de dezembro de 1769, da paróquia de Itú.

Para conhecer seus descendentes, vide Genealogia Paulistana, Silva Leme, vol. 6.º, Tit. Godoys, cap. 4.º, § 3., pág. 128.

#### PADRE FERNANDO LOPES DE CAMARGO

O Padre Fernando Lopes de Camargo substituiu sua veneranda progenitora D. Marta nas honras e nos encargos de chefe do clã familiar.

Foi batizado aos 28 de junho de 1756, na Matriz de Cotia, na ausência do vigário Padre Antônio de Toledo Lara, por seu tio materno Frei Francisco de Jesus Camargo (47), pregador e confessor franciscano. Foi apresentado pelos padrinhos, seus tios maternos, Dr. Luiz de Campos e D. Catarina da Silva Camar-

(47) Arquivo Cúria São Paulo, 1.58, n. 456, fls. 58.

go, residentes em São Paulo, conforme assentamento lavrado pelo então vigário de Cotia, Padre Manoel da Cruz Lima.

Na relação dos filhos da viuva D. Marta, recenseamento de 1775, de Cotia, seu nome figurava como ausente em Curitiba. É possível que ali fosse em visita à D. Maria Pais dos Santos, irmã do seu cunhado Capitão Bento dos Santos Pereira, casada com Miguel Gonçalves Lima que pertenceu à governança de Curitiba e era progenitor dos ilustres sacerdotes Cônego Manuel da Cruz Lima, Padre João Gonçalves Lima e do missionário Padre Francisco das Chagas Lima.

No ano anterior ao da sua ordenação, o Rev. Fernando Lopes de Camargo adquirira, por 400\$000, na rua da Freira, em São Paulo, aos 22 de abril de 1784, de sua irmã Maria Gertrudes, então viuva de Miguel João Feijó, a casa térrea de dois laços com paredes de taipa de pilão e coberta de telhas, com os compartimentos forrados e assoalhados, com quintal que parte, de uma banda, com a casa de sua mãe D. Marta e, de outra, fazendo canto com o beco que vai para as senzalas dos escravos de S. Francisco e para a Casa Santa e Campo de São Gonçalo (48).

Uma vez ordenado, exerceu, em 1787, o curato da Capela de Nossa Senhora de Amparo de Votuverava (49), e, mais tarde, foi nomeado vigário de Cotia, 1791-1794, quando passou a pro-pároco de Parnaíba, aí servindo também como vigário, no período de 28 de dezembro de 1795 à 22 de janeiro de 1796.

No interregno de sua transferência de Cotia para Parnaíba, vamos encontrá-lo na rua da Freira, em São Paulo, 1794, na casa de sua mãe, D. Marta, juntamente com suas irmãs Maria Joaquina e Maria Gertrudes e dos seus sobrinhos Padre Inácio Assunção Feijó e Gertrudes Teresa, filhos da segunda, e Diogo Antônio Feijó, que figurava como agregado, filho da primeira. Para o rol dos serviçais, vide o Anexo XIV.

Em 1798, o padre Fernando Lopes de Camargo estava definitivamente radicado em São Paulo, à rua da Freira, vivendo de suas ordens e da Capelania do Regimento de Milícias. Viviam em sua companhia a sua velha progenitora, a sua irmã Maria Gertrudes, então viuva, os seus sobrinhos Rev. Inácio Assunção Feijó e José, e mais, como agregados: Diogo Antônio Feijó, que contava 14 anos; Antônio Pais de 19 anos, e um outro Antônio, de 5 anos de idade. (Anexo XV).

(48) Cartório do 2.º Tabelião, São Paulo.

(49) Di. do Paraná, vol. 3.º, pág. 616, por Ermelino de Leão.

Outra estatística, ainda de 1798, inclui mais sua irmã Maria Joaquina e dá o número de 20 escravos.

Desse mesmo assentamento estatístico verifica-se que Maria Joaquina, então com quarenta anos de idade, passou a residir noutra casa e tinha como agregadas três menores, respectivamente de 3, 7 e 9 anos de idade, todas elas de nomes Maria.

Em adendo de observação, lê-se: "Vive de assistência que lhe faz seu irmão padre Fernando Lopes de Camargo" (Anexo XVI).

No mapa de 1802, encontramos a identificação daquelas três Marias, que ainda continuavam na companhia de Maria Joaquina na rua da Freira. Eram: Maria Justina, de 6 anos de idade, Maria Luiza, com 10 anos de idade e, finalmente Maria Fabiana, de 11 anos, todas naturais da cidade de São Paulo. Pelas estatísticas de 1802 e de 1805, continuam residindo com o Padre Fernando, sua mãe e sua irmã Maria Gertrudes, sendo que esta última não é mencionada na estatística de 1804.

Em 1808, D. Marta Maria de Camargo, falecida nesse ano, em 10 de outubro, às duas horas da tarde (Anexo XVII), já não mais figura na estatística anual. A veneranda progenitora do Padre Fernando deixa testamento feito a 21 de fevereiro de 1805 e aprovado no dia seguinte, em sua casa sita à rua da Freira (Anexo XVIII). O assentamento do óbito declara: "Aos dez de outubro de mil e oitocentos e oito, faleceu com os Sacramentos da Penitência e Extrema Unção, de idade de oitenta e seis anos, D. Marta Maria de Camargo, natural da Freguezia de Cotia, viuva que ficou do Capitão Inácio Soares de Medela; fez testamento em que declara que no dia de seu falecimento, ou no seguinte, se digam vinte Missas de corpo presente. Determina mais se diga uma capela de Missas por sua alma, mais três, em louvor de Nosso Senhor, três, à Conceição da Santíssima Virgem Maria, três, em louvor ao anjo de sua guarda, três, ao Santo de seu nome, três, a São Francisco; três, à Senhora das Dores, três à Santana, e mais uma capela pelas almas de seus pais, filhos, marido e irmãos falecidos, e vinte e nove pelas almas de seus escravos falecidos, e pelas almas que forem da sua obrigação, e nada mais pertencente ao pio. Foi amortalhada no hábito dos Religiosos de São Francisco, como tinha pedido em seu Testamento, encomendada em casa, e conduzida à Igreja de São Francisco, aonde se lhe fez um officio de corpo presente e jaz sepultada em uma das carneiras da Ordem Terceira, e para constar fiz este assento, que assino. Antônio José de S. Ana Pinto (50).

(50) Arquivo Cúria São Paulo, fls. 198 v.

Quando da morte de D. Marta, vemos que D. Maria Gertrudes, contando 62 anos de idade, e D. Maria Joaquina, com 50 anos, residiam com seu irmão Padre Fernando, que vivia de suas ordens e de escrivão ajudante da Câmara Episcopal, e tinha também em sua casa, como agregada, Maria Justina, de 13 anos.

Em 1822, na casa à rua da Freira residiam com o irmão, agora escrivão da Câmara Episcopal, sua irmã D. Maria Joaquina, então com 64 anos e, ainda, D. Maria Justina, "exposta" com 27 anos de idade, com os oito escravos seguintes: João, Manuel, Francisco, Jacinto, Manuel, Umbelina, Benedita e Tereza.

O mapa recenseador de 1825 ainda os reúne sob o mesmo teto à rua da Freira.

O Padre Fernando Lopes de Camargo gozou de prestígio nos meios social, religioso e político de seu tempo.

D. Bernardo José de Lorena, por portaria de 8 de junho de 1797, nomeou-o capelão do Regimento de Infantaria da Praça de Santos, do qual era comandante o Coronel Manuel Messias Leite (51).

Foi um dos signatários da ata da vereança de 23 de junho de 1820, convocada para proceder-se à formação de um governo provisório, que deveria jurar as bases da Constituição decretada pelas Cortes de Lisboa e também jurar obediência a D. João VI.

Assina, com outras figuras de escol da época, a ata da aclamação da Independência do Brasil, em 13 de outubro de 1822, e a vereança de 28 de setembro de 1822, concedendo plenos poderes ao Príncipe D. Pedro.

Na sessão da Câmara de S. Paulo de 4 de junho de 1833, ano em que completava 77 anos de idade, foi o nome do Padre Fernando eliminado da lista de jurados "em consequência das reclamações que apareceram e observações que se fizeram".

Faleceu, cerca de um ano depois, aos 29 de junho de 1834, combatido pela idade e enfermigo de uma hidropisia, assistido pelos parentes e amigos íntimos, em sua casa à rua da Freira. Deixou testamento legando o remanescente de seus bens à sua sobrinha D. Maria Justina de Camargo.

Como comprovante de sua estima e confiança depositadas na pessoa de seu sobrinho Joaquim José dos Santos, seria bastante a menção do testamento do velho tio, onde seu nome é indicado para terceiro testamenteiro. Deixou, ainda, um legado para Francisca, a irmã mais nova daquele seu sobrinho.

O inventário foi aberto em 26 de março de 1835, a requeri-

(51) "Documentos Interessantes", vol. 46, pág. 366.

mento da legatária e inventariante D. Maria Justina de Camargo, datado de 8 de janeiro daquele ano (52).

Nas declarações de estilo, vê-se que o falecimento do Padre Fernando Lopes de Camargo ocorrera a vinte e nove de junho de 1834, cerca das onze horas da noite, deixando testamento, cujo teor é o seguinte: "Em nome da Santíssima Trindade dou principio ao meu Testamento pela maneira seguinte: -- Declaro ser filho legítimo dos falecidos Inácio Soares de Barros e D. Marta Maria de Camargo. O meu enterro se fará com toda a simplicidade, e sem fausto algum, e se fará dizer no dia do meu falecimento, ou no imediato, Missas de corpo presente pelos Sacerdotes do lugar em que eu falecer. Quero que se digam dez capelas mais de Missas, segundo minha intenção. Declaro que possuo estas moradas de casas em que moro e a em que atualmente mora D. Maria da Fonseca, e os escravos Antônio, Manuel, João e Benedita, e o dinheiro constante de créditos, que se acham em meu poder, e mais alguns trastes que meu Testamenteiro sabe. Declaro que deixo cem mil réis à minha Ordem Terceira de São Francisco; à Igreja de São Pedro desta cidade cinquenta mil réis; à Igreja ou Recolhidas de Santa Teresa, cinquenta mil réis; à Matriz da Freguesia de Cotia cem mil réis; à minha afilhada Ana Joaquina, filha de minha sobrinha Manuela cem mil réis; à Maria Angélica, mulher do Capitão Alexandre cem mil réis; às minhas sobrinhas Brígida e Francisca, filhas de minha irmã Brígida, cinquenta mil réis a cada uma; à minha sobrinha Francisca, filha de minha irmã Senhorinha, cem mil réis. Declaro, e constituo meu herdeiro do restante de meus bens a D. Maria Justina de Camargo, que mora em minha companhia. Declaro mais que quero se dê inteiro crédito e cumpra-se o que se achar escrito no Caderno por mim rubricado. Rogo aos Senhores Maria Justina de Camargo. Capitão José Rodrigues Pereira e meu sobrinho Joaquim José dos Santos queiram ser meus Testamenteiros e dar inteiro cumprimento a esta minha última vontade. Rogo às Justiças nacionais façam cumprir como neste hei declarado por ser tudo minha vontade. E para constar faço o presente que depois de lido pelo achar conforme, ao que ditei, assino nesta cidade de São Paulo aos 18 de setembro de 1832. O Padre Fernando Lopes de Camargo.

Entre as testemunhas presentes, que assinaram o instrumento de aprovação, de 18 de setembro de 1832, lavrado nas notas do tabelião Francisco José Barbosa, encontramos o nome do Padre Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro Camargo, íntimo amigo e companheiro político do Padre Diogo Antônio Feijó, e mais os se-

(52) Autos n. 15, do 1.º Offício Cível de São Paulo.

guintes nomes: Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, João Carneiro de Mendonça Franco, Henrique Jorge Rebelo e José Joaquim Guimarães.

A fls. 7 dos autos de inventário dos bens deixados pelo Padre Fernando, adiante do termo de abertura do testamento, depa-rou-se-nos o seguinte codicilo: "E no referido caderno, a fls. 2, se acham as declarações seguintes: Declaro que sou Terceiro da Ordem de São Francisco desta cidade de São Paulo, e falecendo eu nela será o meu corpo sepultado no jazigo da mesma Ordem e com as mais moderadas cerimônias e conduzido para a Igreja por quatro Irmãos Terceiros pobres, aos quais se dará a cada um quatro mil réis de esmola. Declaro que tive vários negócios com o Alferes João Nepomuceno e Souza e com minhas sobrinhas Donas Gertrudes Leocádia e Manuela Francisca, e ficamos de contas justas até o presente. São Paulo, 4 de março de 1833".

Entre os bens, encontramos "uma morada de casas térreas de dois lanços, sitas na rua da Freira nesta cidade, formadas em táipas de pilão com seus repartimentos, forradas e assoalhadas nos lugares principais, com um quintal murado de táipas; partem pelo lado direito com casas de D. Manuela Francisca de Jesus Feijó e pelo esquerdo com a rua da Casa Santa, tudo avaliado em 1:200\$000. - Uma dita térrea, de dois lanços, sita na mesma rua da Freira; formada em táipas de pilão muito deterioradas, com seu quintal murado de táipas, que vai até à rua da Casa Santa; partem pelo lado direito com casas da herança do falecido Coronel Joaquim José dos Santos, avaliada em 400\$000".

Os escravos inventariados compunham-se de: Manuel, de Nação, com 30 anos mais ou menos, tendo o vício de embriaguez, pedreiro, avaliado em 300\$000; Antônio, de Nação, com 35 anos, carpinteiro, avaliado em 600\$000; João, de Nação, com 30 anos, em 400\$000; Benedita, de 30 anos, avaliada em 250\$000, num total, portanto, de 1:550\$000.

Quanto aos moveis e objetos, figuram: "uma cômoda com gavetas, sem fechadura, avaliada em 8\$000; um armário com portas e gaveta, em 8\$000; três mesas, em 6\$000; uma caixa grande, com fechadura, em 6\$000; duas cadeiras com assento e encosto de sola e pregaria amarela, em 1\$280; seis outras com assento de palhinha, em 9\$600; um armário grande, com portas e fechadura, em 10\$000; uma cama coberta de sola, em 4\$000; um bastão de cana da Índia, com castão de prata, em 2\$000; um tacho com 24 libras, em 8\$000; uma bacia grande de arame com seus furos, em 4\$000; um relógio de prata, muito antigo, em 6\$400; duas libras de prata velha, em 40\$960; cinquenta oitavas de ouro velho, em 128\$000; uma imagem do crucificado, de prata, em

10\$000; e, finalmente, um presépio pequeno, em 2\$000. Total, 254\$240".

Na avaliação dos gados vacum (5 cabeças) e cavalari (24 cabeças) existentes no sítio, bairro do rio de Cotia, de Vitorino José Dias Guimarães, casado com D. Ana Isméria dos Santos Camargo, (Anexo IX, n. 5-2) irmão de Joaquim José dos Santos, soma-se a quantia de 731\$400 (53).

#### D. MARIA JOAQUINA SOARES DE CAMARGO

Consultando-se a estatística conseguimos organizar a seguinte relação cronológica, numa tentativa de fixar a data do nascimento de D. Maria Joaquina, que era natural de Cotia.

Vejamos:

16 anos em 1775	--	nascimento em 1759
19 anos em 1778	--	nascimento em 1759
23 anos em 1781	--	nascimento em 1758
24 anos em 1782	--	nascimento em 1758
25 anos em 1785	--	nascimento em 1760
30 anos em 1794	--	nascimento em 1764
40 anos em 1798	--	nascimento em 1758
45 anos em 1802	--	nascimento em 1757
50 anos em 1808	--	nascimento em 1758
64 anos em 1822	--	nascimento em 1758

Como se vê da leitura acima, o critério de probabilidade oscila entre 1757 e 1764.

Na falta dos livros de batistério de Cotia entre 1749 e 1773, torna-se impossível qualquer verificação, que nos conduza à certeza sobre a verdadeira data.

Diante do exposto, o único recurso será recorrer aos inventários.

No inventário de sua mãe D. Marta, autuado em 23 de janeiro de 1809, D. Maria Joaquina vem no título de herdeiros com 51 anos de idade, o que vale dizer que seu nascimento teria sido em 1758.

É o que nos convencerá também o inventário, ainda inédito, de seu pai Capitão Inácio Soares de Barros, a quem já nos referimos no capítulo em que tratamos de D. Marta Maria de Camargo.

(53) Monte mor — 15:373\$360. Despesas de funerais — 354\$000. Disposições testamentárias — 1:008\$960. Remanescentes — 14:010\$400. A sentença foi julgada pelo juiz Manuel Rodrigues Villares, em 28 de fevereiro de 1837.

Como vimos, o nome Maria Joaquina não consta do título de herdeiros do inventário, autuado em 27 de junho de 1759, onde vem, somente, na relação oito filhos do casal, sendo o mais novo Paula, com 9 meses de idade.

Na falta do atestado de óbito de Paula, cuja pesquisa foi negativa, tudo indica que houve troca de nome na ocasião do crisma, fato aliás aceitável por qualquer pesquisador e que pode ser comprovado no decorrer deste trabalho, onde veremos a alteração nos prenomes batismais.

A data do nascimento de Paula, ou Maria Joaquina, fica perfeitamente exata, diante dos inventários paterno e materno, ou seja: 1758.

As estatísticas repetem-na cinco vezes, o que passa a valer como mais um argumento.

Como nos foi dado verificar, a estatística de Cotia de 1764 (Anexo II), e não de 1771 como por engano foi apostado ao Maço 23, fls. 1, vamos encontrar o nome Paula, com 6 anos de idade.

Este nome não constará mais dos subsequentes recenseamentos a partir de 1775, sendo então substituído para Maria Joaquina.

Alem deste argumento, temos outro.

A legítima paterna de Paula importou em Rs. 286\$110, havendo para seu pagamento:

Uma parte da metade dos cem mil réis, valor do escravo mulato Manuel, solteiro, de 18 anos de idade, mais ou menos, filho da escrava mulata Ângela ..	4\$160
Um escravo de nome Luiz, mulato, de 25 anos de idade, mais ou menos, avaliado em .....	45\$000
	<hr/>
	49\$160
Uma escrava crioula, Ana, mulher do dito Luiz, com 23 anos de idade, mais ou menos, e seu filho de peito, Cosme, de um ano mãe e filho avaliados em ....	60\$000
Uma mulatinha, filha dos ditos, de nome Catarina, de 3 anos de idade, mais ou menos, vista e avaliada em	10\$000
Uma escrava mulatinha, filha da mulata escrava Isabel, de nome Esperança, de 8 anos de idade, mais ou menos, vista e avaliada em .....	35\$000
Uma parte da metade dos cento e dez mil réis, valor do sítio do Craguatá, com casas de vivenda e terras a ela pertencentes, na forma declarada no lançamento feito neste inventário e confrontações apontadas .....	13\$750
Dois dos 8 bois capados em o sítio de Água Saby ....	6\$400
Duas das 9 éguas de ventre do mesmo sítio .....	4\$000

Duas das 5 poldras de 2 anos .....	2\$560
Uma toalha velha de cambraiete, de pano de algodão .....	\$600
Uma das 4 fronhas de pano de algodão .....	\$160
Soma..	
Um bofete pequeno, de 4 palmos e meio de comprimento e dois e meio de largura, om sua gavetinha .....	\$640
Uma caixa grande, velha, de seis palmos e meio de comprimento por dois de largura, com fechadura .....	1\$260
Uma frasqueira com sua fechadura e 7 frascos .....	1\$600
Um catre tecido de cipó, em .....	\$240
Ua mesa de seis palmos e meio de comprimento e três e meio de largura, de pau da terra .....	\$800
A quantia que haverá dos devedores, na mesma conformidade declarada em o quinhão de sua irmã Ana Maria, em outras tantas adições, quantas se vêem carregadas no dito quinhão .....	115\$430
	302\$086
	286\$110

Lançando-se um olhar na folha de pagamento acima, vamos verificar que Cosme, ainda criança de peito, filho de Luiz e de Ana, é o mesmo escravo que, mais tarde, prestará serviços à D. Marta, à D. Maria Joaquina e ao Padre Diogo Antônio Feijó a partir de 1809 e com quem passa a figurar em 1818 como agregado (Anexos II, XIV, XVI e XX).

Iremos também encontrar Catarina em poder de D. Marta e D. Maria Joaquina.

Só uma solução cabe ao problema. Assim, do atento exame dos inventários, tanto de Inácio Soares de Barros como de D. Marta Maria de Camargo, vemos que Paula é a mesma Maria Joaquina.

Por que?

Porque no decorrer do inventário paterno não vemos pronunciado o nome de Maria Joaquina e, entretanto, encontramos o de Paula. Por sua vez, no testamento materno, já não figura o nome de Paula e encontramos o de Maria Joaquina. Diante deste último inventário, nenhuma razão poderá surgir capaz de por em dúvida seja Maria Joaquina filha de Inácio e de Marta.

Ainda mais, o nome de Paula aparece em 1764, com seis anos de idade, e, a partir de 1775, vamos encontrar o nome de Maria Joaquina, com dezesseis anos de idade. Ora, lançado apenas o ano, teremos um período de 11 anos, mas, respeitando-se os meses, não será nada impossível que os recenseamentos marquem

exatamente o prazo de 10 anos, o que viria confirmar a nossa argumentação, pois que, se em 1764 Paula contava seis anos de idade, no recenseamento de 1775 poderia contar 16 anos. Vejamos: Paula nascendo em outubro de 1758 e feito o recenseamento em novembro de 1764, ela contaria seis anos de idade. Agora, precedido o recenseamento de 1775 antes do mês de outubro Paula contaria exatamente dezesseis anos.

Mais claramente: o indivíduo nascido em 31 de dezembro de 1943 terá, em 1 de janeiro de 1944, apenas um dia e não um ano.

D. Maria Joaquina cresceu cercada dos mais desvelados cuidados.

Viveu quasi sempre com a sua família, primeiramente com sua própria mãe e, depois da morte desta, com seu irmão Padre Fernando Lopes de Camargo, tendo residido só, no período de nove anos entre 1798 a 1807.

A-pesar-de solteira, foi mãe de dois entes, que lhe sublimaram a amargurada existência, e dos quais trataremos nos capítulos seguintes: Padre Diogo Antônio Feijó e D. Maria Justina de Camargo.

Ainda não podemos saber, com certeza, o ano em que faleceu, embora se encontre nos Arquivos da Cúria Metropolitana de S. Paulo, sob a indicação 3.1.34 fls. 75 v., o assentamento de óbito seguinte:

"Maria Joaquina -- Aos seis de junho de mil oitocentos e trinta e sete annos, nesta freguesia, sem sacramentos inopinadamente, por queixa interna, com idade de mais de oitenta annos falleceu Maria Joaquina, solteira, e nada mais informão, foi encomendada, e sepultada na Igreja do Rosario. O Cura Manoel da Costa e Almeida."

Se esse for o seu registro de óbito, ela teria falecido aos 78 anos de idade.

## PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJO'

### Seu Nascimento

O nascimento de Feijó tem servido para uma série de considerações multiformes, sem que, entretanto, um juízo rigoroso sobre o assunto defina a sua realidade. Daí a razão do coro desafinado, impossibilitando aos historiadores a apresentação de uma análise harmoniosa e definitiva.

O Comendador José Luiz Alves, por exemplo, ao escrever a "Memória sobre o Senado Vitalício", no capítulo "O Regente

Padre Diogo Antônio Feijó" (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 54, 1891), disse: "Corria o ano de 1784, quando aos 9 de agosto em humilde albergue sorria aos encantos do mundo, um pobre menino que a Providência não quis que ele tivesse a ventura de poder dizer este é meu pai, esta é minha mãe e de poder contar ilustres avoengos em sua árvore genealógica", etc.

Ora, "albergue", sinónimo de asilo público, de hospedagem pública, não pode ser confundido com "albarga", que significa choça, habitação humilde (54).

Feijó, nascido em São Paulo na casa da família que era o seu tronco, foi, no documento oficial da certidão de batismo, dado como "exposto" na casa do Padre Fernando Lopes de Camargo. Eis o documento: "Aos 17 de agosto de 1784, nesta Sé, batizei e pus os Santos Óleos a Diogo, filho de pais incógnitos, exposto em casa do Revmo. Fernando Lopes de Camargo; o mesmo foi padrinho e Maria Gertrudes de Camargo, viuva, todos desta freguezia, do que para constar fiz este assento, que assino. O coadjutor José Joaquim da Silva".

Considerando o justo valor dos termos, de acordo com a filologia histórica, a palavra "exposto" não tem, para os dias de hoje, o mesmo significado com que era aplicada em 1784. A assistência social hoje tão desenvolvida, chegando a transformar em "males sociais" um grande número de estados mórbidos que, em épocas passadas, eram do exclusivo domínio da medicina, tais como a lepra, a tuberculose, o cancer, etc., também recolhe para os seus domínios, nas "rodas", nos "asilos de expostos", a criança abandonada. Logo, quando hoje dizemos que uma criança foi "exposta", subentende-se, a rigor, que a referida criança foi abandonada em uma roda, ou na porta de um asilo, ou em outro lugar qualquer.

O termo "exposto" no batistério de Feijó só poderá servir para substituir os nomes dos pais, indicando assim a sua origem fora dos preceitos legais e cristãos.

Na actualidade, a criança "exposta" implica no seu abandono puro e simples, cousa que, em absoluto, se deu com Feijó, que jamais viveu abandonado, jamais foi um enjeitado. Nascendo,

(54) Aulette (dicionário): *Albergue*..... de al barga, a choça. Domingos Vieira (dicionário): *Albergue* -- do árabe *barga*, choça, palhoça, casa, com o artigo prefixo al, o a desce a vogal e, como em azamal, azemel. Pousada, morada, choça, vivenda, etc. Extensivamente, covil, cova, lapa, furma, hospício, estalagem. Figuradamente, refúgio, asilo, abrigo, barraca, tenda.

crescendo e vivendo sempre na casa de sua família e dela só se ausentando para completar seus estudos, o que aliás acontece de um modo comum, excluída será qualquer hipótese de haver sido Feijó um enjeitado, que é o verdadeiro significado atual de "exposto". Mais adiante será, esta parte, devida e convenientemente esclarecida.

### A MÃE DE FEIJÓ

Não fossem as cartas de nosso avô Dr. Ricardo a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, o futuro Barão Homem de Melo, e cujos originais foram adquiridos e incorporados à coleção do Museu Cel. Davi Carneiro, em Curitiba, nenhuma tradição documentada existiria sobre a origem do Padre Diogo Antônio Feijó e de sua irmã D. Maria Justina de Camargo.

Em 1856, o jornal acadêmico "Guaianá" publica a biografia do Padre Diogo Antônio Feijó, de autoria de Homem de Melo. O próprio autor envia ao Dr. Ricardo o seu trabalho literário, esperando, talvez, a aprovação do que então afirmara.

A reação não se fez esperar. O Dr. Ricardo endereça ao futuro Barão Homem de Melo uma série de cartas com revelações confidenciais sobre a origem de Feijó, sem deixar de acentuar os diferentes aspectos da personalidade do Regente do Império (Anexo X).

Vejamos alguns tópicos das cartas do Dr. Ricardo: "O Padre Diogo era primo-irmão de meu sogro e com ele foi criado juntamente na casa e sob as vistas do vigário de Parnaíba o bom Padre João Gonçalves Lima, primo-irmão de meu sogro, parente e padrinho do Padre Diogo. Assim aconteceu que quem ensinou ao Feijó o A-B-C foi meu sogro Joaquim José dos Santos Camargo e entre eles existia até o último momento da vida de Feijó a mais estreita amizade. O Padre Diogo era como irmão, ou ainda mais, de meu sogro e agora depois que morreu o amparo de sua irmã a quem ternamente amava tem sido o mesmo meu sogro. Esta senhora a D. Maria Justina de Camargo é minha comadre duas vezes e talvez hoje a ninguém dedico maior amizade".

"Aponto isto assim para que V. S. fique ciente das razões domésticas que me tornam cioso da reputação do Padre Diogo a quem infelizmente nunca conheci, pois, que vim a esta Província em 1845".

"V. S. chama o Padre Feijó filho do povo, homem do povo: perdoe-me se diga que nisto erra. O Padre Diogo foi fruto de um grande crime -- mas a brilhante carreira do filho e os acerbos sofrimentos físicos da mãe por longos anos continuados res-



gatarem a vergonha e expiaram talvez em parte o crime”.

“O Feijó foi filho ilegítimo, mas a mãe era Camargo e do âmago dessa nobilíssima raça”.

“Era primo-irmão da mãe da senhora D. Ana Vicência e do Brigadeiro Jordão e do sangue mais aristocrático da Província, e descendente em 9.º grau da princesa M'Bicy, mulher de João Ramalho. Tão cioso porém foi ele da honra materna que nunca reconheceu parente algum e dizia sempre que era filho somente por criação de D. Maria Joaquina”.

“A única irmã de Feijó é D. Maria Justina de Camargo que hoje mora em Campinas; a D. Maria Luiza moradora em São Miguel é parente, mas não irmã. O Padre Diogo e a D. Maria Justina a tratavam de irmã (e a D. Maria Justina ainda assim a trata) pelo amor nascido de se terem criado juntas”.

Cumpre-nos verificar a existência da documentação que comprova a informação do Dr. Ricardo.

E' do que agora vamos tratar.

No capítulo “Dona Maria Justina de Camargo”, procuramos traçar o perfil desta virtuosa senhora, irmã do Padre Feijó, cuja vida, toda votada ao bem, se extinguiu no perfume das mais acrisoladas virtudes cristãs e domésticas.

Dona Maria Justina foi madrinha de batismo de nossos tios Padre Haroldo e D. Alicia. Esta nossa saudosa tia, foi zelosa guardiã de nossas tradições e nos instruiu nas crônicas da família. Dela ouvimos as primeiras referências à sua madrinha, cujo retrato, pendente de uma das paredes, era conservado no belo salão de visitas da sua velha casa, a mesma que os campineiros distinguiram com uma lápide comemorativa, pois ali residira e falecera o Dr. Ricardo.

Ao confiar ao papel os traços biográficos de D. Maria Justina de Camargo, tivemos também a iniciativa de comprovar, tanto quanto possível, a tradição oral que nos foi transmitida.

Da nossa pesquisa em Piracicaba, onde residiu e veio a falecer D. Maria Justina, encontramos o seu inventário, onde vem transcrito seu testamento, que constitue peça de súbito valor histórico.

Eis, na íntegra, o documento: “Jesus, Maria, José. Eu, Maria Justina de Camargo, achando-me de avançada idade faço este meu testamento pela forma seguinte: — Sou católica, apostólica romana e creio em tudo quanto manda crer a Santa Igreja. Declaro que sou solteira e natural da cidade de São Paulo, capital desta Província. Sou filha legítima de Maria Joaquina de Camargo, já falecida. Declaro que quero que no dia de meu falecimento ou no imediato digam os padres que se acharem

presentes no lugar de meu falecimento, missas de corpo presente por minha alma. Quero mais que por minha alma se digam na capela de missas. Sendo irmã da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, quero que se digam vinte e cinco missas por alma das irmãs daquela Ordem já falecidas. Quero que se digam oito missas por alma de minha mãe, de meu irmão Padre Diogo Antônio Feijó e de meu tio Padre Fernando Lopes de Camargo. Deixo para a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte desta cidade, cinquenta mil réis. Deixo para a Igreja Matriz desta cidade, cinquenta. Deixo para a Igreja de São Benedito desta cidade a quantia de cinquenta mil réis. Quero que se pague o que eu dever de anuais irmã das irmandades de São Benedito, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário e Senhor dos Passos, sendo que a de São Benedito é desta cidade e as outras irmandades entrei nelas em Campinas. Deixo a quantia de vinte e um mil réis para ser repartida por sete pobres do lugar onde eu falecer. Deixo livres as minhas escravas de nome Cândida e Francisca pelo amor que nelas tenho e peço a minha afilhada Margarida Flora Palhares que para elas olhe — a-fim-de que não se desmandem. Deixo livres todos os meus escravos com a seguinte condição que é a seguinte: aqueles destes meus escravos que não tiver a idade de vinte e cinco anos servirão a minha afilhada Margarida Flora Palhares até completarem essa idade e daí em diante gozarão de sua liberdade e a ela as recomendo. Deixo a meu afilhado José, filho de Antônio Bento de Camargo, a quantia de cem mil réis. Deixo à minha escrava Margarida, digo, escrava Maria do Carmo a quantia de cem mil réis. Deixo à minha escrava Ana do Sacramento a quantia de cem mil réis. Deixo para Antônio de Camargo que foi por mim criado, a quantia de cem mil réis. Deixo à minha escrava Tereza a quantia de cinquenta mil réis. Deixo às minhas escravas Cândida e Francisca a quantia de vinte mil réis a cada uma que lhe serão entregues aos poucos, por minha afilhada Margarida. Deixo aos mulatinhos Teófilo e Manuel a quantia de cinquenta mil réis a cada um. Deixo à minha afilhada Margarida Flora Palhares por minha herdeira, visto não ter herdeiros necessários e pelo amor de filha que a ela tenho. Rogo mais a minha afilhada Margarida, que mande dizer dez missas por alma de Maria da Ascensão e de seu marido José. Rogo finalmente a minha herdeira Margarida Flora Palhares, queira ser minha testamenteira e em segundo lugar peço a Antônio Bento de Camargo que também queira servir na falta da primeira. E por esta forma hei por concluído este meu testamento e última vontade, que mandei escrever por Francisco

Pimenta Gomes, a meu contento e por mim ditado. Cidade de Piracicaba, treze de dezembro de mil oitocentos e setenta e sete. Maria Justina de Camargo”.

Examinemo-lo.

Se, para a maioria, a fórmula ali expressa “Jesus, Maria, José” expressa convencionalismo religioso consagrado pelo uso, assim porem não acontece com a testadora D. Maria Justina de Camargo. Extremamente caridosa, dotada de grande resignação cristã, toda vez que se apercebia de qualquer excitação de ânimo, pronunciava as palavras: “Jesus, Maria, José”.

Se este foi o seu lema durante a vida, estas foram, também, as suas últimas palavras quando fechou os olhos para o mundo aos quinze de novembro de mil oitocentos e oitenta e um.

Continuando: “Sou filha legítima de Maria Joaquina de Camargo, já falecida”.

É sabido que o desenvolvimento intelectual — social no Brasil reteve por largo tempo a mulher brasileira no âmbito exclusivo da vida doméstica. Assim, se ao homem sempre foi dado o direito de instruir-se, o mesmo já não se dava com a mulher, cuja vida era inteiramente dedicada à família. Não extranhemos, pois, que, naqueles tempos, as profissões liberais, por exemplo, não contassem com a representação feminina e que, nos demais setores do pensamento humano, a literatura e outros conhecimentos constituíssem a exceção confirmadora da regra.

Assim, quando D. Maria Justina de Camargo se declarou, em seu testamento, filha legítima de D. Maria Joaquina, essa afirmativa denuncia apenas uma insciência do valor do termo “legítima” mas, por outro lado, se era ele inhabil para a situação jurídica da testadora, não deixa, entretanto, de evidenciar a sua convicção ao referir-se a sua progenitora, significando “sou de fato”, “sou de verdade”.

Com a disposição testamentária seguinte teremos a trama de sua origem e a de Feijó, muito bem reveladas nas cartas do Dr. Ricardo: — “Quero que se digam oito missas por alma de minha mãe, de meu irmão Padre Diogo Antônio Feijó e de meu tio Padre Fernando Lopes de Camargo”.

A secundar ainda esta solene declaração, temos as cartas de Feijó à “Mana Justina” e os testamentos de Feijó e do Padre Fernando Lopes de Camargo, instituindo D. Maria Justina legatária de seus bens.

Vemos, aqui, o irmão e o tio amantíssimos, ambos zelando e garantindo a subsistência de um ente caríssimo por desvelados pendoros do sangue.

Comprovam estes importantes documentos a palavra do Dr.

Ricardo ao Barão Homem de Melo de que, após a morte de Feijó, o amparo de sua irmã D. Maria Justina coube a Joaquim José dos Santos, já também mencionado no testamento do Padre Fernando Lopes de Camargo — “Rogo aos senhores Maria Justina de Camargo, Capitão José Rodrigues Pereira e meu sobrinho Joaquim José dos Santos queiram ser meus testamentários”, etc.

O inventário de Feijó também documenta a palavra do Dr. Ricardo.

D. Maria Justina teve como procuradores no inventário: o Alferes Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, depois comendador, genro de Joaquim José dos Santos, e Raimundo Alves dos Santos Prado, outro íntimo de Feijó. Foram louvados pela herdeira: Joaquim José dos Santos, Bento José dos Santos, este irmão e genro do primeiro, e Pedro José dos Santos, este filho do primeiro, e foram escolhidos: Bento José dos Santos e Joaquim Policarpo Aranha, este por parte da Fazenda.

Vemos, portanto, perfeitamente documentada a informação do Dr. Ricardo.

Alem do mais, é interessante observar que, desaparecido Feijó, as atenções da família Santos Camargo se concentram em torno de D. Maria Justina de Camargo. Vemo-la comadre de cada uma das sete filhas de Joaquim José dos Santos, tornando-se duas vezes comadre de nossos avós, Dr. Ricardo e D. Ana Francelina de Camargo.

Falecido Joaquim José dos Santos, coube ao Dr. Ricardo substituí-lo, passando a ser, alem de compadre e médico, o conselheiro de D. Maria Justina de Camargo.

Em carta vinda de Itú, datada de 25 de setembro de 1856, do Dr. Ricardo a Homem de Melo, lemos: “Minha comadre D. Maria Justina de Camargo, irmã do finado Regente, veio de Campinas visitar-me no começo deste mês...”

Alem de nossa tia D. Alicia, fervorosa cultora das virtudes de sua madrinha D. Maria Justina, devemos assinalar a dedicação de seu afilhado, nosso tio o Padre Haroldo Tracy de Camargo Dauntre, que, a pedido de sua madrinha, então sorteada festeira do Divino Espírito Santo, em Piracicaba onde residia, proferiu o principal sermão daquela pomposa solenidade religiosa.

O culto doméstico consagrado ao Padre Feijó, seguido na pessoa da excelsa D. Maria Justina, teve também sua continuação na pessoa de D. Margarida Flora Palhares, sua prima e afilhada.

D. Margarida Flora Palhares é contemplada no testamento de Feijó: — “Instituo minha herdeira D. Maria Justina de Ca-

margo, e quando aconteça ser esta falecida antes de minha morte, a D. Margarida, filha de D. Manuela Francisca de Jesús Feijó”.

Lemos, no elevado pensamento de Feijó, a proteção que dispensava à querida irmã, a qual já se afeiçoara à prima e afilhada, que viria a ser fiel companheira no decorrer de sua evangélica existência.

Não somente o Dr. Ricardo, como também seus filhos, dentre os quais está meu progenitor Dr. Rogério O'Connor Lopes de Camargo Dauntre, tudo fizeram para alimentar os sentimentos de veneração a Feijó, através dos entes que o sucediam no culto à tradição e ao parentesco.

D. Margarida Flora Palhares faleceu a 22 de janeiro de 1893, sendo inhumada no cemitério da Consolação, rua 5, n. 33, em túmulo erigido pela piedade filial de sua afilhada e herdeira D. Antônia Soares de Queiroz.

O seu testamento é de 26 de junho de 1889 e consta da aprovação, lavrada pelo então 2.º tabelião Dr. Estevam Leão Bourroul: “das suas mãos às minhas me foi dado este papel, dizendo-me que era o seu testamento que lhe o fizera a seu rogo o Dr. Rogério O'Connor Lopes de Camargo Dauntre e que queria que lhe aprovasse”.

Não foi sem emoção que lemos o nome de nosso saudoso pai, prestando assistência à nobre senhora no ato solene de sua última vontade.

Como vimos, ressalta, com uma única finalidade, a verdade histórica: o Padre Diogo Antônio Feijó e D. Maria Justina de Camargo foram filhos de D. Maria Joaquina Soares de Camargo, filha do Cap. Inácio Soares de Barros e de D. Marta Maria de Camargo.

Ainda assim, além do que fora dito por nosso avô Dr. Ricardo, encontramos em um assentamento do próprio punho de nosso tio paterno Monsenhor Fergus O'Connor de Camargo Dauntre as seguintes anotações: — “Minha bisavó Senhorinha foi irmã de D. Maria Joaquina — inde Feijó; de D. Maria Gertrudes — inde Palhares”.

Se prevenimos, se tornasse necessária uma comprovante à muito respeito e é insuspeita uma informação do Dr. Ricardo, *inquirido*, em nenhuma outra oportunidade a palavra do seu dileto filho, sacerdote de caráter ilibado e que, naturalmente, teria recebido de seu progenitor a confiança da origem de Feijó, de maneira concisa e expressa naquele advérbio latino inde.

## FEIJÓ ESTUDANTE

Em nossa conferência de 27 de novembro de 1943 proferida a convite da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, tivemos oportunidade de focalizar e esclarecer um debatido ponto relacionado com a vida de Feijó em Campinas (55).

Na íntima dos documentos expostos à luz da História, poderá acudir ao espírito do observador a idéia de que Feijó teria passado em Campinas dias amargos, lances angustiosos para o físico e para o espírito.

E' o que vamos ver e, possivelmente, elucidar. Os mapas recenseadores de 1806 e de 1807 da vila de São Carlos, hoje Campinas, na sua linguagem simplista apresentam-se como tópicos capitais, quando assinalam: O Revmo. Diogo Arrtônio Feijó “vive de esmolas” ou como se vê no recenseamento de 1807: “vive de esmolar”.

Aqui, o ilustre historiador Sr. Otávio Tarquínio de Souza (56) tece comentários sobre o motivo da presença de Feijó em Campinas e sobre sua precária situação econômica, como consequência de um provável desentendimento ou ruptura de relações de amizade com seu padrinho Padre João Gonçalves Lima, tendo como causa a revelação do mistério de sua origem.

Sabemos, pelos dicionários, que o termo “esmola” tem sua origem no grego.

Sabemos mais que, outrora, na Igreja, teve o mais amplo uso o termo “esmola”, como significando estipêndio, hoje “es-pórtula”. Os dispositivos do Direito Canônico confirmam o que dizemos.

Não ignoramos, também, que a palavra “esmola” aparecia frequentemente nos inventários, mesmo nas deixas, ou legados, para os próprios filhos do testador.

Assim, no testamento do nosso antepassado Diogo Garcia, 1762, cuja meação inventariada orçava em 24.000 (vinte e quatro mil) cruzados e tanto, com valor aquisitivo atual de, aproximadamente, Cr\$ 4.000.000,00, encontramos: “Deixo a meu filho Diogo Garcia trezentos mil réis por esmola, em atenção dos bons serviços que me tem feito”.

No mesmo testamento, nas disposições a respeito das Missas, diz: “tudo se lhe pagará a esmola acostumada” (57).

Ora, como admitir que bons serviços prestados sejam eles

(55) “Aspectos da individualidade do Padre Diogo Antônio Feijó”.

(56) “Diogo Antônio Feijó” — Ed. José Olímpio, Rio — 1943.

(57) “O Capitão Diogo Garcia da Cruz — neto de Diogo Garcia e Júlia Maria da Caridade, naturais da Ilha do Fayal, e sua geração”, por Ricardo G. Daunt (neto) in Revista do Inst. Heráldico-Genealógico de S. Paulo, n. 9.

pagos com esmola? Assim, a esmola deixa de ser caridade para ser paga, deixa de ser retribuição, para expressar agradecimento.

Devemos saber que o significado de certas palavras não é imune ao determinismo evolutivo de uma língua a qual, sendo função do estado social, variando este, ela terá também de variar, "enriquecendo-se de elementos novos, ao passo que outros vão sendo esquecidos" (58).

Quem dará, nos dias de hoje, como dizem os estudiosos da semântica, a psicologia da linguagem, o mesmo significado para os termos "descender e descer", "comprido e completo", "viçoso e contente", considerando-os, portanto, sinônimos?

A palavra "esmola" deixou de ser simplesmente "benefício", "retribuição", "piedade", "compaixão", para significar, hoje, aquilo que se dá por "caridade ou filantropia" ao pobre necessitado.

Diogo Antônio Feijó era, no tempo dos citados recenseamentos, um estudante de ciências eclesiásticas. Anteriormente, no ano de 1805, vem a observação: vive de ensinar gramática.

Não há documentos nem argumentos que nos convençam não tenha ele sido beneficiado com auxílio pecuniário, ou simples pensão, de seus parentes, pois ainda viviam, naquela época, sua mãe, sua avó e seu tio o Padre Fernando Lopes de Camargo. Se o auxílio dessas pessoas não fosse suficiente, ainda tudo nos leva a admitir que Joaquim José dos Santos, já radicado em Campinas desde 1800, "primo, quase irmão, ou mais", na palavra insuspeita do Dr. Ricardo, não deixaria Feijó viver da caridade pública.

Alem do mais, Feijó, antes mesmo de ser confirmado no presbiterato, estaria em condições de receber "esmolas" ou "espórtulas", como até hoje é de uso da Igreja, quando no exercício de certas funções ou ofícios religiosos. Em 1807, dá-lo o recenseamento, era subdiácono.

Ainda perdura, na família Santos Camargo, a tradição que tepele inteiramente a hipótese absurda de o Padre Diogo ter vivido, em Campinas, da caridade pública. Recentemente, visitou-nos um parente Camargo, morador em Campinas. De nossa cordial palestra, destacamos a seguinte passagem: — "Aqui está um recorte de jornal, que trata de Feijó e o aponta como vivendo, em Campinas, da caridade pública. Que absurdo, que disparate. Veja se nosso bisavô iria deixar Feijó viver de esmolas!"

(58) "100 textos errados e corrigidos", por Hamilton e Sílvio Elia. Ed. A. Antunes, Rio, 1943.

Relatamos este sincero desabafo, apenas para provar como ainda é viva a tradição da grande amizade nutrida pelo nosso avoengo em relação ao seu primo, o Padre Diogo.

Contudo, Feijó não seria diminuído; se ele, realmente, tivesse vivido da caridade pública.

Ele que tinha nas veias o melhor sangue da província, descendente dos celebrados troncos seiscentistas dos Macieis, dos Prados, dos Siqueira Medela, Lopes, Lemes e dos Camargos, plasmaria a sua formação na piedade e na compaixão e, mais tarde, diria, numa expressão evangélica: "Não sou virtuoso, mas as virtudes que ambiciono são a humildade e a caridade cristã, em que se resolve toda a moral cristã".

Não seria, pois, nenhum desdouro, Feijó viver da caridade pública. Abraçando a carreira eclesiástica, a coragem moral de viver de esmolas seria mais uma demonstração de humildade, que iria, assim, plasmar seu caráter nos princípios da fé cristã.

Entretanto, não coube a Feijó merecer tal privilégio.

Do exposto, vemos que o termo "esmola" não tinha, naquela época, a mesma interpretação de hoje e que Diogo Antônio Feijó jamais vivera da caridade pública, ou isolado em Campinas, ou afastado de seu padrinho e protetor Pe. João Gonçalves Lima.

A tradição e o recenseamento da Vila de Parnaíba, 1803, além do acima exposto, convencem-nos que uma interpretação atualizada vem deturpando a verdade e a realidade dos fatos.

Vejam, a seguir, o mapa recenseador da Vila de Parnaíba: "N. 9 — João Gonçalves Lima, presbítero secular deste Bispado de São Paulo, natural da Vila de Curitiba 41 E B João Lourenço, exposto, natural da Conceição de Guarulhos 10 E B

Segue-se a relação de nove escravos (Anexo XIX).

"Vigário colado desta Igreja Matriz da Vila de Santana da Parnaíba tem de Congrua 200\$000, outra tanta quantia darão os rendos da Estola".

"Na sua chácara cuidou do fabrico da cal de pedra, que ali se descobriu; fez 404 alq. que se transportou para a cidade e se gastou na terra a preço de 240 rs. a condução para a Cid. pagar-se a 120 rs. cada alq."

"Mandou animais vacum 2. Faltam nesta Lista com a do ano antecedente":

"Antônio Teixeira Marques, seu sobrinho, natural da Vila de Curitiba, que se acha nos Estudos da Cidade de São Paulo — Diogo Antônio Feijó, natural da Cidade, que hoje se acha na Vila de São Carlos".

A menção do nome de Feijó, como fazendo parte da casa do Padre João Gonçalves Lima, só comporta a seguinte explicação:

Diogo Antônio Feijó continuava sob o amparo do padrinho e preceptor que, certamente, o favorecia e de quem recebeu a orientação sábia e proveitosa no período de sua formação estudantina.

Se isso não bastasse, poderíamos, ainda assim, admitir que seu primo "que era como irmão ou ainda mais", fosse deixá-lo à mingua?!

Alem de Joaquim José dos Santos, seu primo mais chegado, encontrar-se-ia em Campinas, com outros parentes, descendentes de suas tias avós maternas, D. Inácia Maria e D. Mônica, dentre os quais citaremos o Capitão Francisco de Paulo Camargo, os Teixeira Nogueira, o Tenente Joaquim Aranha Camargo, pai da Baronesa de Campinas, a qual foi progenitora do Marquês dos Três Rios e da saudosa Baronesa de Itapura, a quem eu, em menino, ia visitar na mansão solarenga, de onde proferimos a citada conferência de Campinas.

Na linguagem simplista de dois documentos oficiais, preferimos o que nos conduz a uma presunção mais consentânea com a tradição.

Se ainda não bastassem esses argumentos, poderemos desenvolver outra ordem de considerações.

Explicando este ponto de suma importância, vamos verificar, em meticuloso exame de recenseamentos públicos, que Feijó sempre viveu assistido por sua própria família, principalmente pela mãe, pela avó e pelo tio Padre Fernando Lopes de Camargo.

Quando estudante, em preparo para sua ordenação ao sacerdócio, vamos encontrá-lo em Campinas, 1807, servido pelo "pagem" Agostinho, então com 15 anos de idade. Isto apenas vem demonstrar um antigo hábito das velhas famílias em relação aos seus filhos, quando estudavam fora de suas casas. Mais recentemente, chegou a constituir até um uso aristocrático das grandes casas.

Naquela época Feijó seria indubitavelmente, como é de supor, um "pensionista" de sua própria família.

E' o que confirma o recenseamento do ano de 1809 de São Carlos, onde vem a observação: "vive de suas ordens. Planta mantimentos para sua sustentação".

E' muito explicito este documento. Vejamos:

Ordenado sacerdote, Feijó instalou-se na sua casa, adquire uma chácara, onde faz lavoura

Perguntamos: com que meios?

As estatísticas oficiais nos explicarão.

Vejamos, desde já, a relação dos escravos, que formavam a casa de Feijó em Campinas (Anexo XX).

1 — Cosme . . . . .	52 anos, casado
2 — Manoela . . . . .	42 anos, casada
3 — Agostinho . . . . .	20 anos, solteiro
4 — Maria . . . . .	21 anos, solteira
5 — Felipa . . . . .	25 anos, solteira
6 — Generoso . . . . .	14 anos, solteiro
7 — Felipe . . . . .	12 anos, solteiro
8 — João . . . . .	8 anos, solteiro
9 — Luiz . . . . .	3 anos, solteiro
10 — Eligênia . . . . .	40 anos, solteira
11 — Cândido . . . . .	17 anos, solteiro
12 — Benedito . . . . .	3 anos, solteiro

Como Feijó teria obtido doze escravos, se, em 1805, tinha um agregado e um escravo, e, em 1807, apenas o escravo Agostinho.

E' o que vamos elucidar, tendo sob nossas vistas dois recenseamentos: de 1794, relativo à casa de D. Marta, na rua da Freira, e o de 1798, referente a casa de D. Maria Joaquina, também em São Paulo (Anexos XIV e XVI).

Do cotejo desses dois documentos, temos:

- 1 — Cosme, o primeiro da lista, pertenceu, sucessivamente, à D. Marta e à D. Maria Joaquina.
- 2 — Manuela, que é mencionada no testamento de D. Marta em 1805: "Deixo na minha terça à minha filha Maria Joaquina Soares de Camargo, a escrava Manuela, com uma filha Felipa, na idade de um mês, no valor de Rs. 128\$000, preço razoado e que podia ter quando lhe entreguei e lhe dei para casar com seu escravo Cosmo."
- 3 — Agostinho, o pagem, pertenceu, sucessivamente, a D. Marta e a D. Maria Joaquina.
- 4 — Maria pertenceu, sucessivamente, à D. Marta e à D. Maria Joaquina.
- 5 — Felipa, avaliada em Rs. \*108\$000 no inventário de D. Marta Maria de Camargo, 1809, foi mencionada como estando em poder de D. Maria Joaquina.
- 6 — Generoso, idem à D. Maria Joaquina.  
menores
- 7 — Felipe
- 8 — João
- 9 — Luiz
- 10 — Eligênia, que pertenceu à D. Marta, à D. Maria Joaquina e ao Padre Fernando Lopes de Camargo (Anexo XV).

11 — Cândido, que pertenceu à D. Maria Joaquina.

12 — Benedito, menor.

Do exposto, só nos resta aceitar que Feijó não fez exceção à melhor gente do seu tempo, ou seja — começou a vida possuindo casa, escravos e terra.

Embora devamos levar em conta o caráter independente de Feijó, que procurava os meios de subsistência dedicando-se ao ensino e ao amanho da terra, (Anexo XXI) tendências que sobretudo deveriam influir na sua formação moral, como a história subsequente de sua vida veio comprovar, não foi ele, como vimos, um desherdado da família. Ao contrário, viveu e cresceu no seu meio, recebendo sentimentos de afeição da própria família.

D. Marta, ao dispor sobre a terça no seu testamento feito em 21 de fevereiro de 1805, faz referência à quantia de Rs. 76\$800 dada a "dois pobres estudantes", os quais iremos identificar, mais tarde, nas declarações prestadas pelo inventariante Padre Fernando, em 23 de agosto de 1811 (fls. 79). Eram: O Padre Diogo Antônio Feijó, a quem D. Marta, a inventariada, dera a importância de Rs. 51\$200, e Antônio Felix, a quem fora dado Rs. 25\$600.

Aqui vemos que D. Marta não deixava de tirar do seu mealhinho algumas moedas para beneficiar seu "agregado", que era seu sangue, pois era seu "neto".

A prova concludente de que vimos afirmando está no grande amor fraterno que sempre dedicou à sua querida irmã D. Maria Justina de Camargo. Cresceu e viveu num ambiente propício às manifestações dos mais delicados sentimentos de amor à família.

Recebe, cultiva e transmite a formação moral em que foi criado.

#### A PATERNIDADE DE FEIJÓ

Vejam, a seguir, alguns dos aspectos do emaranhado assunto referente à paternidade de Feijó, com o desejo de fechar as portas às interpretações incapazes de levarem a bom termo a solução do magno problema.

A história, oráculo do futuro, não comporta juízos apressados.

Muito fácil será urdir uma história romanceada em motivos reais. Para tanto, basta a força da imaginação, que é a característica da literatura de ficção. Não podemos, porém, pretender que, mesmo em escritos sérios da história, passagens mal conhecidas sejam apresentadas como assunto resolvido só porque o pensamento do escritor tenha sido lançado de uma forma simplesmente admissível.

Estudamos, então, as principais hipóteses lembradas para a apresentação de um suposto pai de Feijó, sem deixarmos de parte

mesmo aquela que, por sua natureza degradante, repugna até pensar. Começemos por esta última, ou seja, Feijó filho de seu próprio tio.

Vejam:

O irmão de D. Maria Joaquina, Padre Fernando, e irmã viuva, D. Maria Gertrudes, foram os padrinhos de batismo de Feijó. Daí excluir-se a abominável hipótese do incesto, pois que os próprios sentimentos religiosos e até carnis e de sangue não deixariam de influir no ânimo do Padre Fernando, que era, sobretudo, um ministro dessa mesma religião.

Lembremo-nos que, em face do Direito Canônico, os progenitores não podem ser padrinhos de um batizando (59) e ao Padre Fernando não deixaria de ocorrer tal proibição eclesiástica; a esse sacerdote, perante a sua Igreja, repugnaria um sacrilégio dessa ordem, a menos que se tratasse de um tarado, mas a sua biografia, a história e a tradição nos mostra ter sido ele um ente normal, rígido compreendedor dos seus deveres eclesiásticos, sociais e políticos.

Demais, o fato de Feijó insurgir-se contra o celibato do clero não resolveria seu problema de filho de pai incógnito, porque, ainda assim, o Padre Fernando não poderia, de forma alguma, casar-se com a irmã, que era mãe de Feijó.

Alem do mais, seria uma grosseira mistificação, que iria amalgamar-se com o absurdo do incesto, dar Feijó como exposto na própria casa do Padre Fernando Lopes de Camargo. Que vantagens adveriam dessa medida? Tornar público o que muito bem poderia ficar entre família?

Seria, então, Inácio Assunção Feijó, sobrinho de D. Maria Joaquina, e que tinha cerca de 19 anos de idade em 1784 quando nasceu Feijó e que mais tarde, a 12 de junho de 1796, se ordenou padre (60), no Rio de Janeiro, por dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco?

Ora, se Inácio Assunção Feijó fosse o pai de Diogo Antônio Feijó, a própria família teria a cautela de não permitir que este fosse registrado como filho de pai incógnito, pois que nada impedia o casamento de Inácio com a própria tia, fato, aliás, bem comum nos tempos passados e mais raramente nos tempos de hoje.

Otávio Tarquínio de Souza, em sua obra "Diogo Antônio Feijó" (1784-1843), sob o amparo de uma interrogação, lança a hipótese de ser o Padre João Gonçalves Lima o pai de Feijó.

(59) Codex Juris Canonici — Canon 565, Inciso 3.º.

(60) Arq. Cúria São Paulo — Est. 12, prat. 2, l.º Matricula Ordenados, N.º 33, fls. 241 v.

As reflexões do erudito historiador, que traçou recentemente a biografia do Padre Feijó, iremos juntar algumas considerações com o fim de melhor esclarecer alguns pontos daquele valioso trabalho histórico.

A discutida paternidade de Diogo Feijó obriga-nos a citar o conceito em que o Padre João Gonçalves Lima era tido pelo Dr. Ricardo, que dizia: "O Padre João Gonçalves Lima é um bom, virtuoso e um grande sacerdote".

Não sabemos, entretanto, se o historiador Tarquínio de Sousa estabelece, quando faz tal indagação, uma hipótese, ou, o que será mais grave para a verdade histórica, se apenas emite sua opinião. Se uma hipótese, faltam-lhe os requisitos necessários para a sua aprovação, pois, sequer sabemos, e isso por omissão do próprio Sr. Tarquínio de Souza, quais os elementos que serviram para conduzir o historiador a formular a hipótese em questão. Para que seja uma simples opinião, fruto de uma convicção pessoal, necessário, por indispensável, se torna o arazoamento do "porquê" daquela interrogação — afirmativa. Ora, nem os elementos da hipótese e nem as razões da opinião polarizaram a competência do Sr. Tarquínio de Souza e, por isso mesmo, não formaram motivo de exposição em seu trabalho histórico.

Na verdade, o Sr. Tarquínio de Souza explica a sua indagação com "o que se passava com o cléro de então" e, como nada mais aponta, julgamo-nos autorizados a dizer que se trata de uma opinião. Pois bem. A precariedade de uma opinião, maxime quando formulada assim tão "a priori", não escapa ao rigor de uma análise ainda que superficial. Em assuntos históricos e genealógicos, toda opinião sem bases seguras origina a dúvida, que, por sua vez, faz periclitir a verdade e invalida qualquer trabalho histórico-genealógico.

Justificar com o que "se passava no cléro de então" a sua opinião corrosiva, também não constitue uma base segura e sábia.

O "padre bom, virtuoso e um grande sacerdote" deixaria de existir para ser, então, o exemplo vivo da hipocrisia. Ora, o hipócrita ilude-se apenas a si próprio e não a homens de envergadura moral e intelectual de tantos quantos com o Padre João Gonçalves Lima trataram e dele disseram. Demais, o hipócrita é sempre um covarde e, no caso em apreço, mais razoável seria o completo afastamento daquele que seria o "pivot" de suas preocupações morais, maxime quando não faltavam meios e ambiente para garantirem o sustento e a educação de quem, apesar de tudo, lhe seria muito querido.

Por sua vez, Ermelino de Leão, no "Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná", e Francisco Negrão, na "Genealogia Pa-

aranaense", quando tratam do Cônego Manuel da Cruz Lima, irmão mais velho do Padre João Gonçalves Lima, afirmam, sem maiores preâmbulos, que o Cônego Manuel da Cruz Lima era o progenitor do Padre Diogo Antônio Feijó.

Ao lermos esta afirmativa na "Genealogia Paranaense", vol. I, pág. 420, imediatamente nos comunicamos com o seu autor, pedindo-lhe as fontes onde conseguira abeberar tal informação. Infelizmente, nada nos chegou às mãos (61).

Seria, então, o Cônego Manuel da Cruz Lima o pai de Feijó? Onde a documentação que alicerçou a afirmativa dos historiadores ora comentados? Não temos qualquer indicação dada pelos citados historiadores e que nos possa orientar.

Alem daquelas três opiniões, ainda temos a de Afonso A. de Freitas, no trabalho "Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó", vol. 23.º da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Para este historiador, o pai de Feijó seria Felix Antônio Feijó (62), parente de Miguel João Feijó, que vivia em São Paulo no tempo da concepção de Feijó, e daí pretender justificar o segundo prenome Antônio e o sobrenome Feijó no nome do Padre Diogo Antônio Feijó.

Julgamos de pouca consistência esta explicação

Ao contrário da opinião de Afonso de Freitas, entendemos que houve, por parte da família Camargo, ramo de onde procedia o Padre Feijó, o maior empenho em ocultar a origem da criança, dando-lhe justamente um sobrenome que de forma alguma pudessem ser o do pai. Nada mais natural que Diogo Antônio viesse adotar o sobrenome de sua madrinha de batismo D. Maria Gertrudes de Camargo Feijó, viúva, desde 30 de dezembro de 1778, de Miguel João Feijó. Sua madrinha de batismo, tomando-se de grande estima pela criança, segundo relata a tradição, teria

(61) Como a resposta não chegava, mesmo depois de muito esperar, intercedemos junto a amigos, que foram ao Paraná, para que obtivessem do genealogista em questão as informações já pedidas por carta. Ainda assim, apenas obtivemos a promessa de que as informações desejadas seriam fornecidas em tempo e por escrito.

Entretanto, como não vinha às mãos, pedimos novamente por intermédio do dr. Afonso d'Escagnolle Taunay que, ainda sobre o assunto, se comunicasse com o sr. Francisco Negrão, com o fim de obter tão preciosa informação, que jamais obtivemos.

(62) Foi, segundo nossa pesquisa, alcaide em São Paulo, empossado a 21 de outubro de 1775, continuando a servir em 1776, 77 e 78 (Atas da Câmara Vs. 16 e 17).

cedido o seu nome àquela criança de pai desconhecido e cuja progenitora teria de ficar oculta.

Como interpretar a frase do Dr. Ricardo, "O Padre Diogo foi fruto de um grande crime"?

A frase incisiva do Dr. Ricardo não pode ser vista assim ao correr de simples leitura.

Não podemos deixar de meditar sobre um fato, aliás dos mais delicados a serem convenientemente explicados.

De quem seria o "crime"?

Se o "crime" fosse de D. Maria Joaquina, tudo nos leva a crer que, ante a rigidez dos princípios morais da época, teria a culpada de afastar-se do convívio dos seus, deixando assim de merecer o amparo da família, o carinho e o respeito dos parentes.

Vemos pelos recenseamentos de 1775, 1777, 1778, 1781, 1782, 1785 e 1794 que D. Maria Joaquina sempre morou com sua mãe, D. Marta Maria de Camargo. Faltando elementos para o período de 1795 a 1797, vamos ver pelos documentos recenseadores de 1798 e 1802 que D. Maria Joaquina passou a viver em São Paulo à rua da Freira em casa à parte. Lemos na estatística de 1798: "vive de assistência que lhe faz seu irmão o Padre Fernando Lopes de Camargo". (Anexo XV).

Continuou assim até 1807, pois seu nome não vem mencionado nas estatísticas de 1802, 1804, 1805 e 1807, segundo as quais o Padre Fernando figura como chefe da família, tendo consigo sua veneranda progenitora D. Marta e sua irmã viúva D. Maria Gertrudes.

Em 1808, coincidindo com o desaparecimento de D. Marta, cujo óbito se verificou cerca das duas horas da tarde de 10 de outubro desse ano, vemos D. Maria Joaquina reunir-se ao irmão e protetor sob o mesmo teto. Nessa época tem consigo sua filha menor Maria Justina, a D. Maria Justina de Camargo, de quem iremos tratar, então com 13 anos de idade e que, como agregada, consta das estatísticas de 1798 e 1802 com, respectivamente, 3 e 6 anos de idade.

Em 1822 e 1825, vamos ainda encontrá-las, mãe e filha, na casa do Padre Fernando Lopes de Camargo, à rua da Freira.

Juntamos aos nossos argumentos, que muito falam em favor da consideração sempre dispensada a D. Maria Joaquina por seus familiares, mais dois outros fatos. São eles: primeiro, D. Maria Joaquina, pelo testamento de sua mãe, foi contemplada, na terça, juntamente com outros, evidenciando, assim, continuar merecedora da mesma estima; segundo, D. Maria Joaquina, já mãe de Feijó, a 27 de fevereiro de 1791, em Cótia, onde residia com sua mãe, compareceu como procuradora de D. Maria Jo-

sefa Mendes da Silva, viúva, residente em São Paulo, no ato do batizado de Manuel, filho de sua irmã Senhorinha Francisca de Camargo, mulher do Cap. Bento dos Santos Pereira, o que não deixa de ser mais um elemento que prova a consideração com que vivia no meio da família.

Embora não possamos afirmar nada a respeito, pois a origem de Feijó continuará envolta no mais denso mistério, aliás, de acordo com a sua própria vontade, nos escritos do Dr. Ricardo, contudo, encontramos elementos que possivelmente nos poderão levar a presumir que a paternidade caberia a "alguém" incapaz de legitimar o filho.

"Foi fruto de um grande crime", escreveu como vimos o Dr. Ricardo, o qual também, lamentando as opiniões do Padre Feijó sobre disciplina eclesiástica, disse: "Deus não permita que estas diferenças que explico pelas tendências da época e pelas "circunstâncias particulares de seu nascimento" e suas relações sejam razão para tornar-se menos entusiasta na minha admiração dos grandes homens da geração que se vai sumindo ou de contemporâneos dignos, ainda sendo de proporções de caráter e de engenho menos gigantescos".

Temos, assim, os dois elementos "fruto de um grande crime" e "circunstâncias particulares de seu nascimento", estas a influírem na já conhecida opinião de Feijó contra o celibato clerical e, ainda mais, a informação do Dr. Ricardo, que pode passar despercebida "O Padre Diogo era primo-irmão de meu sogro e com ele foi criado juntamente na casa e sob as vistas do vigário de Parnaíba o bom Padre João Gonçalves Lima, primo-irmão de meu sogro, parente e padrinho do Padre Feijó".

Aquí se vê que o Padre João Gonçalves Lima, além de padrinho de crisma, pois o de batismo foi o Padre Fernando Lopes de Camargo, era parente de Feijó.

Não nos foi possível, até agora, explicar, como se poderá verificar na "Árvore Genealógica" que elaboramos e que faz parte integrante deste estudo, o grau de parentesco aludido pelo Dr. Ricardo. Esclarecida a origem materna de Feijó vemos que D. Maria Joaquina, segundo nos parece, não estava ligada a nenhum parentesco consanguíneo próximo, ou mesmo remoto, com o Padre João Gonçalves Lima.

Excluído este parentesco, haverá, talvez, outro com o progenitor de Feijó.

Este raciocínio pode conduzir-nos à seguinte hipótese: o pai de Feijó seria clérigo e parente do Padre João Gonçalves Lima.

Não devendo ser, como argumentamos, o Padre João Gonçalves Lima o progenitor de Feijó, a presunção recai sobre o



Cônego Manuel da Cruz Lima, ou, também, sobre o irmão deste, Padre Francisco das Chagas Lima, vigário, em Curitiba (julho 1784 a setembro 1795), ambos irmãos do Padre João Gonçalves Lima.

Do primeiro, Dom Manuel da Ressurreição, terceiro bispo de São Paulo, fez estes elogios: "bom filósofo, bom teólogo e, ainda, melhor pregador e de edificantes costumes". O segundo, por sua vez, notabilizara-se pelas virtudes cívicas e cristãs, sendo muito justamente cognominado "o Anchieta de Queluz e Guarapuava" (1809-1828), e falecera a 6 de outubro de 1832, em Parnaíba, na casa de seu irmão o Padre João Gonçalves Lima.

Artur Martins Franco, em recente publicação "Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava", traça consubstancial referência aos trabalhos de catequese do grande missionário.

Vejam os que sobre o mesmo disse o Cônego Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, no prólogo às "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", reimpressas em São Paulo em 1853: "No começo do presente século apareceu nesta Província um gênio raro, um desses ornamentos do clero de São Paulo, o virtuoso curitibano Padre Francisco das Chagas Lima, que estando capelão da Aparecida (em Guaratinguetá), foi mandado a Queluz, hoje vila rica, e populosa, ao pé das Areias para catequizar os índios que viviam naquele lugar. Lutando com a penúria, com a fome e com a miséria (porque o Governo de então quase nada lhe ministrava) conseguiu (graças aos beneméritos seus amigos de Guaratinguetá!) aldear os índios, reduzi-los à fé católica, e proporcionar aos fazendeiros aqueles ricos terrenos para a cultura do café. Há passado meio século, e sabemos que ainda existem poucos descendentes dessa horda, ali subsistente: e que Vila de Queluz é uma das mais florescentes da Província.

Poucos anos depois foi mandado este apóstolo a Guarapuava (ao sul da Província), e tendo outros recursos do Governo, porque já existia no Brasil a Família Real Portuguesa, conseguiu catequizar três nações diversas, cujas línguas falava perfeitamente, contando já inumeráveis filhos arrancados à idolatria, seus trabalhos foram destruídos pelo comandante da expedição, que, contra a vontade do Padre Missionário, queria misturar, e com efeito misturou, os soldados com os indígenas, facilitando, assim, a desenvoltura dos soldados entre os selvagens, também a ela propensos. Este passo foi bastante para que o padre enlouquecesse, e assim findou seus tristes dias na Vila de Parnaíba, seis léguas da cidade de São Paulo, em companhia de seu virtuoso irmão, o vigário João Gonçalves Lima, pobre, e sem a menor gratificação do Governo!!!"

Qual dos dois teria sido o progenitor do Padre Diogo Antônio Feijó?

Ermelino de Leão e Francisco Negrão escolheram o primeiro, sem que, entretanto, ao menos documentassem qualquer tradição.

Logo, a opinião daqueles historiadores é precária em essência, porque afastada, ou melhor, divorciada da tradição. Demais, onde a documentação que alicerçou a afirmativa dos historiadores ora comentados? Nada, absolutamente nada, temos sobre o assunto e muito menos qualquer indicação dada pelos próprios Ermelino de Leão e Francisco Negrão.

Será conveniente esclarecer que, ocorrendo a 15 de janeiro de 1794, em São Paulo, o falecimento do Cônego Manuel da Cruz Lima (63), por forma alguma lhe poderá ser atribuída a paternidade da irmã de Feijó, a D. Maria Justina de Camargo, que nasceu em julho de 1795, conforme documentamos no capítulo "D. Maria Justina de Camargo".

Não temos elementos, a não ser aqueles que mencionamos e que julgamos precários, para chegarmos a uma afirmação conclusiva sobre a paternidade de Feijó.

Pensamos ser extremamente grave e injuriosa à memória daqueles homens, concluir à pressa e lançar mais uma controvérsia em tão delicada questão.

Diogo Antônio Feijó, filho de cruel destino, orfão da dignidade paterna, nem por isso foi um revoltado, pois que as suas cóleras eram cóleras de Apóstolo a serviço do Evangelho de Deus e do Evangelho da Pátria. Assim, não tendo podido agasalhar Esperanças, também não expulsou a Fé.

Diogo Antônio Feijó foi, em sua época, a expressão objetiva da realidade nacional.

A espartana nobreza de um caráter indômito dava a Feijó um pai, que não era um símbolo; dava um pai, talvez maior do que o próprio mundo; dava um pai, que sublima, enaltece e glorifica seus filhos.

Diogo Antônio Feijó era grande demais para ser filho apenas de humanas criaturas.

Diogo Antônio Feijó é filho do Brasil.

Como os palácios de água construídos pela própria natureza dentro das silenciosas grutas de pedra, não foi preciso o humano nome paterno para que o filho do Brasil conseguisse levantar as colunas de sua personalidade e de sua individualidade. O suor

abençoado de suas lutas e causeiras era aglutinado em todos os sentidos e, como as estalactites e as estalagmites daqueles palácios de água surgidos no remanso tranquilo das grutas pensativas, edificava as colunas respeitáveis do seu próprio nome.

Nem a morte conseguiu liquidar o gigante. Deixando a vida, Diogo Antônio Feijó nasce para a imortalidade, como bandeira de Fé, que perfuma e ilumina a bandeira sagrada de nossa Pátria.

Para honra sua e dos brasileiros, Diogo Antônio Feijó não foi um Júpiter onipotente, que sempre triunfou sem lutas. Foi, antes, um digno filho e discípulo de Jesus, que soube enfrentar as dificuldades, abominando as tentações das glórias terrenas, para ter o direito de morrer, todos os dias, na unção sagrada da cruz, santificando o sublime ofertório de uma vida conscientemente dada em louvor às suas crenças e em amor ao Brasil.

#### ASPECTOS DA PERSONALIDADE DO PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Para o perscrutador de atarrabios históricos, não deixa de ser devaneio espiritual harmonizar idéias aparentemente contraditórias, juxtapostas no intrincado mosaico da História. Fatos tão diversos entre si, ineiramente afastados pela própria essência, surgem, um dia, fortemente entrelaçados, marcando os caprichos do destino.

A presente dissertação é o exemplo concreto da nossa afirmativa. Assim é que, dentro de uma só data centenária, 1843-1943, iremos encontrar dois fatos tão desirmanados entre si, tão afastados da mais leve possibilidade de uma remota relação, que impossível seria admitir-se, mesmo como fruto da imaginação, a mais singela conjugação.

São eles, primeiro, a chegada ao Brasil de um jovem estrangeiro, sobraçando um pergaminho de curso superior, laurea conquistada pela inteligência e pelo trabalho. Era um expatriado voluntário e a quem o destino reservava um futuro promissor.

Segundo fato: — um cidadão, assistido apenas pelos seus íntimos, sucumbe, tranquilo e respeitado, sob o peso de insidiosa moléstia.

Poucos eram os que compreendiam o valor deste homem simples e modesto, considerando-o o titã salvador e consolidador da causa da monarquia e do trono, ardente patriota cujo amor cívico tinha por bandeira de fé o apostolado da causa pública. Para servir os altos interesses da Pátria, aquela figura simples tudo

dera, tudo consagrara na pira ardente e sublime dos seus ideais, à saúde, o sossego e a própria vida.

Quem era esse gigante da virtude, figura romana dos tempos antigos?

Diogo Antônio Feijó.

Agora, onde a relação entre o desconhecido estrangeiro, que aportara às plagas brasileiras, e o cenário evocativo do desaparecimento daquela personalidade inconfundível do cidadão simples, daquela figura de ardoroso patriota, que, ocupando os mais altos postos da pública administração, preferiu deixar a grandeza e o prestígio dos cargos, para viver na sublimação do sentimento de bem haver servido?

Aquele estrangeiro — o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt — de linhagem e formação aristocráticas, mostrou-se, desde logo um dos mais lúcidos e vigorosos apologistas das virtudes privadas e públicas do Padre Diogo Antônio Feijó, o monarquista liberal, o liberal republicano.

Um ponto de íntimo contacto, marcado pela independência de princípios e fortificada pela ação decidida e decisiva, aproximava aquelas duas figuras, amalgamando-as entre si.

O destino, porém, ainda iria mais longe.

O Dr. Ricardo, fixando residência em Campinas, no ano de 1845, casar-se-ia com uma Camargo, prima do Padre Diogo Antônio Feijó.

Campinas e Itú seriam, então, os centros prediletos do Dr. Ricardo, núcleos onde o seu espírito e o seu coração se identificariam com o nosso Brasil.

Conhecendo-se a vida do Dr. Ricardo, sabemos que ele viveu empolgado pela grandeza e feitos de nossa terra e nossa gente, investigando, perscrutando, analisando e sublimando a tradição de um povo que nascia, e de uma terra que se agigantava.

Daí o lapidar conceito do ilustre historiador Afonso Taunay: "Elegendo uma nova pátria, não se contentou o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt em ser filantropo aliviador da miséria de tantos brasileiros, nem o cidadão em cujo civismo forte e esclarecido se inspiraram tantos dos seus novos compatriotas. Tradicionalista apaixonado, perscrutou o passado do Brasil com um verdadeiro amor, empolgado pela grandeza da obra daqueles que reclassaram quase para o sopé dos Andes, o castelhano e a linha de Tordezilhas e cujo sangue corria nas veias de seus filhos. Deve-lhe a nossa história o conhecimento — e quiçá a preservação — de um documento básico para o estudo das velhas gerações vicentinas. Absolutamente integrado na comunidade brasileira ha-de lhe o nome ser sempre lembrado como o

de um dos mais dedicados e ilustres servidores de nossa terra, de um dos mais notáveis e beneméritos filhos adotivos do Brasil." (64).

Injustificada e imperdoável, seria esta nossa digressão sobre um dos nossos mais queridos antepassados se não fora a necessidade de lembrar um vulto, cujos arquivos são uma página viva das nossas condições políticas e sociais posteriores à Independência.

Escrevendo sobre a individualidade do Padre Feijó, servimo-nos, para tanto, da palavra autorizada da ciência e dos escritos do Dr. Ricardo, os quais constituem, na atualidade, fonte exuberante onde os historiadores vão buscar informes multicores a respeito do grande estadista.

Em 1856, o jornal acadêmico "Guaianá" (65) publica a biografia do Padre Diogo Antônio Feijó, da autoria de Francisco Inácio Homem de Melo. O próprio autor envia ao Dr. Ricardo o seu trabalho literário, esperando, talvez, a aprovação do que então fora afirmado.

A reação não se fez esperar. O Dr. Ricardo endereça ao futuro barão Homem de Melo uma série de cartas cheias de revelações coincidentes sobre a origem de Feijó, sem deixar de acentuar os diferentes aspectos da personalidade do Regente do Império. (Anexo X).

Quem pretenda estudar a personalidade de Feijó terá, sem dúvida, que se ater, além de outros, a problemas de ordem antropológica ligados à sua origem, principalmente quando procura explicar os elementos determinadores das qualidades morais e intelectuais tão notáveis e que tanto o distinguiram nos momentos mais penosos do Segundo Império.

Já em 1882, Joaquim de Paula Souza, médico de notável cultura, filho do Conselheiro Paula Souza, que gozou da maior amizade do Regente, entrava em conflito com Couto de Magalhães, pois este afirmava que Feijó, pelos traços fisionômicos e pela energia que o destacava, era mestiço de índio e o primeiro julgava-o de puro sangue espanhol (Anexo XXII).

(64) "O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt", conferência proferida pelo seu neto e homônimo, realizada a 1.º de dezembro de 1939, em Campinas, a convite do Centro de Cultura Intelectual, comemorando o Bi-Centenário de Campinas, publicada — in "Revista Cultura", 1940, Rio de Janeiro; n.º "O Estado de S. Paulo", de 24 e 25 de janeiro de 1940, e "Diário do Povo", Campinas, 20 de janeiro de 1940.

(65) Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Sobre o mesmo assunto, o autor de "O Selvagem" (66), assim concluiu: "Pelo que ficou escrito, o leitor terá visto que o selvagem no Brasil não é uma raça somenos e incapaz de grandes aperfeiçoamentos morais. Se me fora dado entrar agora em outra ordem de considerações, demonstraria que os mestiços de índio e branco constituem uma raça enérgica e que mais iniciativa possui no Império. Entre nossos homens ilustres, alguns dos que mais se distinguiram pela fortaleza do seu caráter, pela virtude da perseverança, que não é muito vulgar entre nós, foram mestiços. Citarei, entre outros, o Padre Diogo Antônio Feijó."

Hoje, com a divulgação da árvore genealógica do ilustre patriota (Anexo XXIII) e das preciosas cartas do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt ao Barão Homem de Melo — que constituiriam valiosos dados para o estudo do bandeirismo paulista por Gilberto Freyre (67) — sabe-se que o grande Regente é oriundo daquela nossa "heterogeneidade étnica fundamental" de que fala Mendes Corrêa (68): Feijó era Camargo, "do âmago dessa nobilíssima raça": "era do sangue mais aristocrático da província e descendente da princesa M'Biçá, filha de Tibiriçá, "mulher de João Ramalho".

Possuindo, portanto, caracteres antropológicos de uma ala, a materna, dos componentes raciais de sua linhagem, o português e o espanhol, como nos foi dado verificar em exames cranio-prosopométricos e histológico do cabelo, que fizemos efetuar, Feijó claramente deixou transparecer, na sua vida política e privada, os traços de sangue nativo de sua estirpe, caracterizados sobretudo pela inquebrantável rigidez de seu caráter.

Justifica-se, desta forma, o valor das considerações do general Couto de Magalhães sobre os nossos mestiços de índio e branco, modernamente confirmados por Boas (69) nos Estados Unidos. Praticando numerosas pesquisas sobre caracteres somáticos e funcionais dos "Half-Blood" americanos, Boas pode concluir que o hibridismo, longe de tornar-se prejudicial à ontogênese, muita vez pode ser fator de melhoria das condições orgânicas e biológicas.

Do longínquo passado ameríndio de Feijó, não será temeridade, de acordo com a ciência moderna, admitir-se que as suas

(66) "O Selvagem", Ed. Nacional, S. Paulo, 1935.

(67) "Problemas Brasileiros de Antropologia", Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1943.

(68) "Cariocas e Paulistas", Fernando Machado, Porto, 1935.

(69) "Race, Language and Culture", MacMillan, New York, 1940.

características se tenham transmitido, através das várias gerações da sua família, como um caráter dominante, no sentido mendeliano (70).

As celebradas cartas do Dr. Ricardo ao Barão Homem de Melo são hoje estudadas pelo brilhante espírito do sociólogo Gilberto Freyre, que afirma: "o nome de Ricardo Gumbleton Daunt é dos que não devem ser separados de nenhum estudo que se empreenda sobre os paulistas; velhos, aos quais se uniu quase com o mesmo amor de romântico com que outros europeus se têm unido para sempre a japoneses, a chineses, a populações mulatas das Índias Ocidentais, a povos mestiços das Ilhas do Pacífico. Pois nele vamos encontrar um lúcido apologistas da "energia paulistana" e das "tradições paulistas".

Temos, nas cartas do Dr. Ricardo, o esboço de um retrato psicológico de Feijó.

Gilberto Freyre considera o Padre Diogo como um dos típicos representantes do "paulista velho", e, então, portador das características psicológicas deste tipo, tais como salienta em sua obra.

Assim, por exemplo, diz que ao contrário de "refinadamente dissimulado", pecha que lhe foi lançada por José Bonifácio, causa a impressão de haver pecado antes por excesso de franqueza, de atitudes nitidas e até de jansenismo áspero; o seu tipo é "limpido e um tanto simplista". O paulista velho é um tipo psicológico que se apresenta ao estudioso de suas atitudes quase sem mistério e quase sem humor. Desde os testamentos e inventários de 600 ao testamento de Feijó, revela-se um homem de poucos arabescos na sua configuração psicológica. Feijó representa um Camargo "velho", cuja tendência seria empolgar o governo do Império menos pela astúcia ou pela velharia do que pelo bandeirismo transferido para a ação política.

Entretanto, Gilberto Freyre vale-se das observações de Ricardo Daunt acerca de Feijó, para melhor conhecimento de tal tipo (do paulista velho), através do caráter daquele.

As observações de Daunt são de grande interesse, pois for-

(70) Vide Conferências: 1) — "A individualidade do Padre Diogo Antônio Feijó", proferida no Instituto Histórico Brasileiro, em sessão de 30-10-43, publicada no "Jornal do Comércio", de 14-11-43; 2) — "Da família Camargo à identidade física do Padre Diogo Antônio Feijó, comemorando o 1.º centenário do falecimento do grande estadista do Brasil-Império", proferida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em sessão de 5-11-43, publicada no "O Estado de São Paulo", de 7-11-43.

necem uma ideia mais direta acerca da personalidade do estadista. As suas referências dizem respeito sobretudo ao caráter do mesmo — assim como sucede nos comentários de Gilberto Freyre.

De acordo com Daunt, são os seguintes os aspectos psicológicos peculiares ao Padre Feijó, a quem atribue caráter e engenho "gigantescos".

Energia e coragem extraordinárias. Firmeza e pureza de alma. Desinteresse ao servir o país. Terno amor pela irmã.

Era tão destimido que rivalizava com os maiores heróis da Lacedemônia ou da Roma Consular.

Daunt compara ainda Feijó ao patriota dos tempos republicanos de Roma. Esta imagem é muito elucidativa, trazendos à memória os nomes de um Brutus, corajoso, cheio de amor pela pátria, por ela tudo sacrificando, até a própria vida, campeão da liberdade e da justiça; um Cincinatus, nomeado ditador, tirado da charrua para conduzir o povo romano à guerra; um Q. Fabius Maximus, cheio de zelo pela religião e pela autoridade, prudente, precavido e habil na guerra, denominado o único campeão digno de Anibal, respeitado pelos seus inimigos, firme e intransigente no cumprimento do dever. E tantos outros, que se poderiam citar. (71).

Mais traços revela Daunt sobre a personalidade de Feijó.

Este, pelo menos na sua primeira fase de político, "conhecia mal os homens": das suas emendas à Constituição transbordava uma sinceridade de convicções e uma plenitude de confiança na boa fé de todos os seus patrícios que produz uma dolorosa impressão ao ver o contraste que a história subsequente do país e da província de São Paulo apresenta. Assim quanto à continuação do uso das distinções honoríficas e especialmente títulos, diz o Padre Feijó que por si este uso se extinguirá pelo justo desprezo que para tais cousas todos sentem depois de ter conquistado a liberdade.

Temos assim o esboço de um retrato psicológico de Feijó, de grande interesse se atentarmos ao valor da fonte fornecedora dos dados respectivos.

Feijó define, por si só, uma época da nossa História Pátria, provando, por suas atitudes, que a igualdade do homem repousa na dignidade e não nos textos de leis consagradas pela vontade humana.

O grande Regente do Império Brasileiro dá sobejas provas

(71) História Romana, Tito Lívio.

do seu ilibado foro íntimo, desprezando as vãs conveniências, não raramente amalgamadas com o lodo da hipocrisia e o veneno do egoísmo. Teria, talvez, ouvido Commerson (1802-1879) declarar: "Alimentar-se de ilusões, é pôr o espírito a dieta".

Protestando contra o procedimento da Assembléa Nacional de Lisboa, no movimento de antipatia gerado em Portugal contra os deputados brasileiros; propugnando pela abolição do celibato eclesiástico; restabelecendo, quando na pasta da Justiça, a ordem e a disciplina do Exército; recusando a Mitra Episcopal, quando Regente do Império, etc., etc., todos estes feitos marcavam a consciência moral do Padre Feijó, numa apoteose de inconfundível personalidade.

O que mais caracteriza a vida de Feijó, definindo sua personalidade exemplar, é o seu modo de agir, seja na adversidade, seja no apogeu da autoridade. Temendo as alturas dos cargos públicos, jamais demonstrou covardia nas horas amargas de tantas lutas. No poder, considerava as homenagens como flores despidas da natural pureza, que só elas fazem lembrar e sentir. Modesto no fastígio do poder. Preso e deportado, seus atos, suas palavras e sua tranquilidade eram como que o cetro de sua dignidade, marcando os princípios morais daquele caráter ímpoluto e intransigente, que não podia trocar a perfeição pela acomodação.

Diogo Antônio Feijó tem, assim, uma personalidade definitivamente marcada nas páginas da História, sempre perfumada pelos louros do reconhecimento e gratidão dos brasileiros.

Não nos pareceu suficiente.

#### A IDENTIDADE FÍSICA DO PADRE FEIJÓ

O estudo da identidade física torna-se tão importante quanto o da personalidade. Iriamos, com tal estudo, dissipar as dúvidas geradas pelos múltiplos retratos de Feijó, mostrar a luz em toda sua gema fotométrica, romper o acorde em toda sua plenitude de sons.

Das mãos de uma parenta, a viuva de nosso tio Comendador Torlogo, recebi, ainda menino, uma tela a óleo, de pintor anônimo, tendo a inscrição: "O senador Diogo Antônio Feijó. Nascido a 17 de agosto de 1784. Retratado a 20 de julho de 1842".

Esta preciosa tela, que pertencera a nosso avô Dr. Ricardo e que tanto enriquece nosso patrimônio histórico de família, foi.



Retrato a óleo do Padre Feijó, de autor anônimo, pertencente ao A.

pelo mesmo, legado em seu testamento, dizendo: "Deixo o retrato a óleo do Regente Padre Diogo Antônio Feijó (primo-irmão de meu sogro) à minha nora D. Clotilde". (72).

Com esse procedimento, não seria de estranhar que o Dr. Ricardo quisesse homenagear, na pessoa de sua nora, a filha do Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, amigo e compadre que era do Padre Diogo Antônio Feijó (Anexo XXIV).

Esta tela forma no grupo dos vários retratos do Regente.

Nossas pesquisas sobre a identidade física de Feijó levaram-nos a sentir a pouca consistência do próprio pensamento humano que, deseioso de vincar em nosso consciente os feitos do Regente do Império, constrói figuras com idéias pouco, ou nada, reais. Assim, Otávio Tarquínio de Souza, em seu magnífico trabalho "Diogo Antônio Feijó", diz: "Retrato que não pode, entretanto cingir-se a simples técnica fotográfica, pois que a verdadeira biografia requer a sondagem de uma alma e impõe, para que o homem se situe no seu ambiente natural, e corte em profundidade de uma época".

Ora, se a simples técnica fotográfica, se a técnica da marcação dos matizes da luz e das sombras portanto, fosse suficiente para marcar a identidade ou a personalidade do retratado, não teríamos nós que defrontar tantas e tamanhas dificuldades nascidas, todas elas, dos retratos que representavam Feijó.

Nada mais justo que a determinação científica da identidade física de Feijó, para que ela nos mostre esse grande brasileiro sempre sob a mesma figura física, de acordo com a sua personalidade, que não sofre alternativas na continuidade dos seus atos e de suas atitudes.

Para o comprovante do anseio geral, clamando pela verdadeira *effigie* de Feijó, temos ainda a palavra do ilustre Gilberto Freyre: "O padre extraordinário cujo rosto forte de caboclo ao que parece braquicéfalo — ou *cabeça chata* — quasi todos nós, brasileiros, fitamos meninos nos compêndios de história primária, espantados de colarinho tão exageradamente alto e de tão larga gravata preta de volta, para nunca mais o vermos: nem em estátua, nem em retrato, nem em busto" e, diremos, nem em selo postal. Nesta oportunidade em que se celebra o seu centenário, não seria demasiada honraria, a perpetuação da figura do nosso homenageado numa emissão do Correio Nacional.

(72) Inventário no 3.º ofício de Campinas — serventuário: Nilo Ferraz de Abreu.

Os retratos do padre Diogo Antônio Feijó, considerada a multiplicidade das interpretações determinadas por uma análise mais atenta, contrastam com a constância de ânimo e de caráter do retratado.

Personalidade e traços físicos passam a ocupar lugares diametralmente opostos. A primeira, sempre a mesma, inconfundivelmente uma; os segundos, o exemplo da variação, multiforme por excelência.

Ora, se um retrato pode comprometer o original, muitos retratos assim tão diferentes, embora do mesmo original, comprometem a identidade do retratado, permitindo-nos admitir sejam eles apenas expressões de artistas sem o rigor de uma classificação morfológica de "facies".

Schiller afirmou que — "A história é o tribunal do mundo". Não podemos, pois, e isso em obediência a um princípio de Direito, abandonar, desprezar a verdadeira identidade das figuras históricas, mesmo porque um celebrado filósofo diz: — "A história é um presídio de imortais".

Justo que ao tribunal do mundo seja apresentada a verdadeira figura do imortal, para que não surjam dúvidas no presídio das glórias da História.

Por que não se regista confusão alguma entre os retratos, bustos, estátuas de Dante Alighieri, de Kant, de Rafael, de Bach, de Richelieu, de Shakespeare, de Cromwell e detantos outros?

Apenas porque a ciência deu o seu precioso concurso, delimitando uma aproximação mais exata da verdade morfológica em relação à identidade física cientificamente estudada.

A própria Igreja, na apresentação de suas imagens, não se afasta daquela uniformidade que também caracteriza os seus princípios.

Antônio de Solis ensinou ser a verdade a alma da história. Logo, a uniformidade na substância e nos principais adjuntos deve ser constante, para que a contradição seja de todo impossível e radicalmente afastada, expulso mesmo, o perigo da dúvida.

Os retratos como os monumentos têm o mesmo valor, pois todos eles perpetuam o objeto que representam. Assim, por exemplo, a fisionomia de Cristo ficou sendo conhecida através dos séculos, graças ao retrato estampado no "Santo Sudário".

Para que a História mereça toda fé, torna-se indispensável a uniformidade dos testemunhos. A tradição, que consiste na explanação, de viva voz, dos fatos, e as obras de arte, que são destinadas a perpetuar uma realidade qualquer, não podem sofrer alternativas contraditórias, sob pena de gerarem a desconfiança, a dúvida e o descrédito.

A multiplicidade das fisionomias dos retratos do padre Diogo Antônio Feijó tornou-se, sem discussão, uma fonte de suspeição de autenticidade. Não podíamos deixar ao léu do desamparo tão grande afronta, pois que o descaso pela Verdade morfológica, perigando a identidade física do grande Regente do Império Brasileiro, poderia levar de arrastão a sua própria personalidade.

Como base de um exame odonto-legal a ser empreendido, conseguimos organizar um quadro esquemático que intitulamos "Iconografia bibliográfica do Padre Diogo Antônio Feijó" (Anexo XXV).

Reunimos, nesse quadro, 13 retratos, apresentados como "Fontes Originais" e compreendem não só os retratos indiscutivelmente originais como, também, outras gravuras ou reproduções por nós conhecidas como possivelmente as mais antigas.

A cada retrato "original" correspondem às respectivas reproduções, até agora obtidas, e perfazem com os "originais", um total de 23 gravuras do padre Diogo Antônio Feijó.

Dos retratos examinados, um há que de muito se aproxima das medidas cranianas obtidas. Esse retrato é da autoria do eminente artista Sisson, litógrafo francês de grande nomeada, que também retratou as principais figuras da época, mediante a "pose" individual dos retratados. Na magnífica obra "Galeria dos Brasileiros Ilustres" é apresentado o quadro do padre Feijó.

Dizemos que tal retrato muito se aproxima das medidas cranianas obtidas e, se a afirmativa não invalida o trabalho artístico, tem o condão de acentuar o rigor da Odontologia-legal, sem excluir a existência de certos detalhes, que denunciam os "favores" com que os artistas habitualmente brindam os seus modelos.

Os demais retratos afastam-se, uns mais, outros menos, das mensurações recolhidas no crânio do padre Diogo Antônio Feijó, muito embora apresentem características identificadoras em relação ao crânio examinado. Não bastam, entretanto, para confirmar com absoluta segurança o verdadeiro tipo facial do Regente do Império.

A Odontologia-legal provou, mais uma vez, o seu valor. Graças ao Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo, que instituiu e mantém o serviço acima, foi que chegamos ao conhecimento da aplicação dos seus estudos para o exame da face nos crânios e retratos. Por ele, vimos a que elevado nível de importância chegou aquela especialidade científica.

Integrarão nosso estudo de pesquisa histórica — três laudos odonto legais — um prosopométrico, com as mensurações e classificações marcadas para o crânio, e dois prosopográficos, que estudam as relações entre os retratos e o crânio (Anexo XXVI) e,

por último, outra peça, também de valor científico, o exame histológico do cabelo do Padre Diogo Antônio Feijó, realizado pelo dr. Oscar Ribeiro de Godoi e montagem efetuada no Instituto Oscar Freire (Anexo XXVII).

Estes trabalhos foram executados graças à bondade do virtuoso Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, saudoso vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e cuja abençoada memória reverenciamos, que nos permitiu a abertura do sarcófago de Feijó, na cripta da Catedral da Capital Paulista (Anexo XXVIII).

#### FIXANDO TRADIÇÕES

O Padre Diogo Antônio Feijó expandia-se na intimidade, revelando gênio alegre e até mesmo folgazão.

Contava-nos nossa tia paterna, D. Alicia O'Connor de Camargo Dauntre, ter ouvido de sua mãe, D. Ana Francelina de Camargo, a narrativa de uma viagem de Campinas a Itú, feita em companhia de seus pais, do Padre Diogo Antônio Feijó e de D. Maria Justina de Camargo. "cuja viagem fora muito agradável devido à excelente disposição de espírito e conversação do Padre Diogo. As senhoras iam em banguê e os homens a cavalo. Alguns pagens e mucamas integravam o séquito. As bagagens e o farnel vinham em cangalhas levados pelas bestas".

A sobremesa nunca faltava a goiabada puxa-puxa, da predileção do Padre Diogo, e feita pelo préstimo caseiro de D. Maria Justina.

Nas paradas junto às fontes de água pura, cristalina, o Padre Diogo era o primeiro a, tirando da sacola de couro, fazer descer o seu copo de prata ligado à longa corrente do mesmo metal, para colher a água e oferecê-la às senhoras da comitiva.

D. Ana Francelina comprazia-se em recordar e transmitir à sua filha as impressões que tinha das devoções à N. S. das Dores, celebradas com novenas e prédicas pelo Padre Diogo, no oratório particular em sua fazenda em Campinas, sempre assistidas pelos parentes e amigos mais chegados.

A falta que de Vitória, onde estava desterrado em consequência da revolução de 1842, dirigira à sua irmã D. Maria Justina, confirma sua fervorosa devoção à N. S. das Dores. Ei-la: — "M.<sup>a</sup> Justina. Pode ser que a esta hora tenhas recebido algumas das mtas. que vos tenho escrito, que muito desejo resposta. Eu apesar de já estar me curando com as feiticieras, ainda estou no mesmo estado, porém felizmente não estou pior e nada me falta senão a companhia dos que me amam. A (sic) aqui um convento no pináculo de um morro de pedras, beira mar, onde vou



Copo de prata do Padre Feijó, cuja corrente servia para a coleta de água quando a cavalo (peça do A.)



passar semanas, e donde vim agora, tendo lá ido rezar o dia das Dores e onde fui cantar Missa a N. Sra. Estimarei q.e (palavras ilegíveis) boa e devota feita e q.e Sinhá grande e todos os ans. estejam em paz e não morras sem eu lá chegar para o que espero em Deus. Sauds. a Sinhá Grande, a Pe. Ant. que estude e faça se devoto para ser bom Padre, a meus Compes. Querubim, a Lhainha, e Joaqm. dos Santos, Salomé e a tôda a fama e o mesmo fará aos vizinhos e dai-me notícias do P.e Miguel, Diogo, Luciano Teixeira e aos mais que nos frequentavam. Enfim a Ds. té quando o mesmo Ds. quiser. Vitória, 20 de 7bro. de 1842. De vosso mano amo Diogo" (73).

Nessa carta não se esquece de seus íntimos, aos quais envia saudações. São ali lembrados: -- Sinhá Grande (D. Francisca de Assis), Joaquim dos Santos (Joaquim José dos Santos), Querubim (Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro), Padre Miguel (Padre Dr. Miguel Ribeiro de Camargo e Castro, irmão do precedente), Diogo (Diogo Benedito dos Santos Prado, filho do Alferes Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, que administrou o sítio do padre Feijó, em Campinas, em 1822) (Anexo XX).

O "Padre Antônio", a quem Feijó aconselha devoção e estudo, é o Padre Antônio Fernandes Nunes, irmão de D. Francisca de Assis, a Sinhá Grande. Foi ordenado presbítero por Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, 5.º bispo de São Paulo, no Oratório da Quinta, neste prelado, no dia 21 de dezembro de 1835 (74). Foi quem, a 24 de julho de 1846, batizou Haroldo, futuro padre Haroldo, primogênito do Dr. Ricardo Gumblen Daunt.

Teremos também conhecimento de alguns nomes muito ligados a Feijó, tais como o Conselheiro Paula Souza, Cândido José da Mota, Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e de seu irmão Padre Dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo e Castro que, segundo o Dr. Ricardo, foi o verdadeiro herdeiro dos sentimentos político e moral de Feijó. (Anexo XXIX).

Ao terminarmos estas linhas a respeito de Feijó, desejamos registrar uma tradição que nos relatou D. Antônia Soares de Queiroz, afilhada e herdeira de D. Margarida Flora Palhares que, por sua vez, fora a herdeira universal de D. Maria Justina de Camargo, irmã de Feijó.

Sua madrinha D. Margarida contara-lhe que, assistindo aos

(73) Arquivo do Museu Paulista, transcrita da obra "Diogo Antônio Feijó", do dr. Otávio Tarquínio de Sousa.

(74) Arquivo Cúria São Paulo, 2-69 — L.º 1353.

últimos momentos da vida do grande Regente, a quem votava filial respeito, as suas últimas palavras foram: República, República...

Delirando, Feijó sublimava o pensamento no ideal de ser cada homem público um apóstolo do evangelho social, inteiramente dedicado aos serviços e bem-estar do povo, uma condenação dos mais elevados princípios republicanos, que reconhece, como de todos, o direito de viver na Pátria, pela Pátria e para a Pátria.

Daí o rigor de moralidade que tão bem caracterizava os atos de Feijó, sob aquela marcante intransigência de uma probidade singular, que tem merecido o justo e carinhoso agasalho da história.

"República, República", dito pelos lábios de Feijó, daquele que jamais viveu sem um programa de governo, graças à firmeza do seu caráter e à pureza de sua consciência sempre devotadas ao bem comum, e no momento supremo de seu Adeus à vida, é uma verdadeira oração de Fé e Patriotismo, dedicada, nos últimos instantes de sua vida, ao seu povo, à sua gente, aos brasileiros.

Fixando esta tradição, transcrevemos aqui o assentamento de seu atestado de óbito:

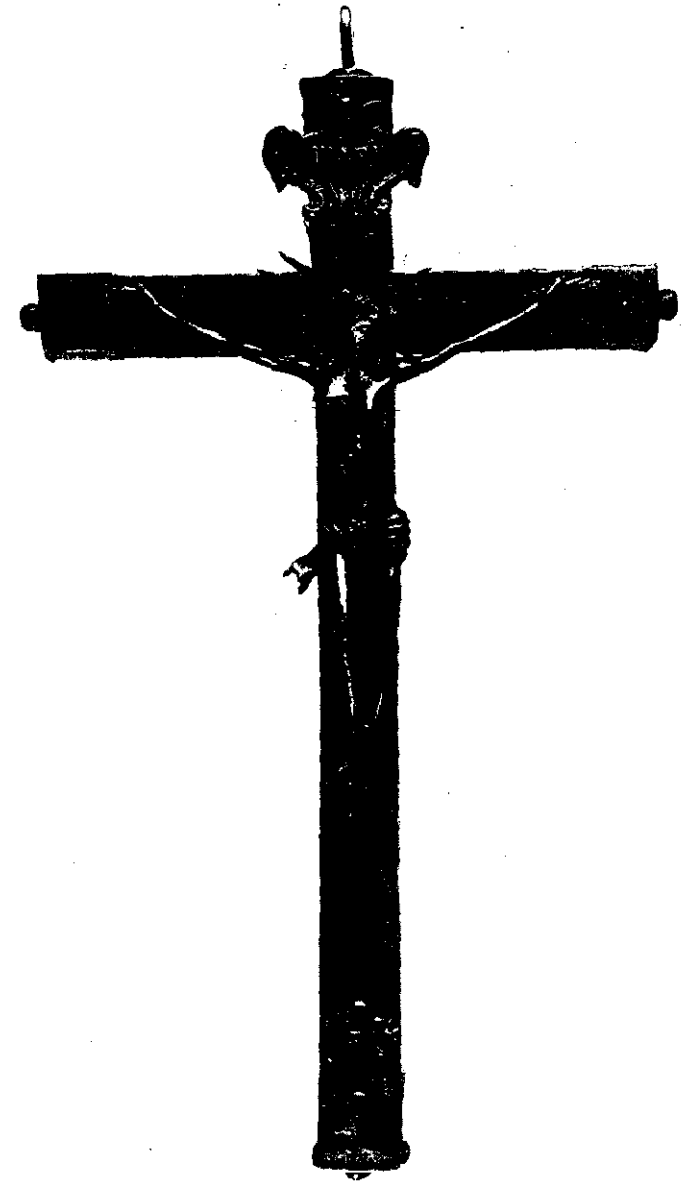
"**Óbito da Sé** -- O Exmo. e Rmo. Senador Diogo Antônio Feijó.

Aos dez de novembro de mil oitocentos e quarenta e três, nesta freguezia da Sé, socorrido com todos os sacramentos, de idade de sessenta anos começados, por moléstia interna faleceu o Excelentíssimo e Reverendíssimo Grão Cruz e Senador do Império Diogo Antônio Feijó. Era natural desta cidade. Foi encomendado, com Exéquias solenes, e no dia dezesseis foi sepultado no Jazigo da Ordem Terceira do Carmo. Diz-se-me fizera testamento. O Cura Manuel da Costa e Almeida".

O termo de aprovação do testamento foi lavrado em 5 de março de 1835, perante as testemunhas Antônio Benedito Palhares de Camargo (anexo IV), Luiz Fernando Ferreira, José Jacinto de Medeiros, Pe. Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes e Joaquim Benedito Trindade.

A abertura do referido testamento verificou-se em 11 de novembro de 1843, na casa de José Joaquim da Luz, Juiz Municipal, sendo seu apresentante o Pe. Fidelis, que, como vimos, fora também testemunha do termo de aprovação.

O termo de aceitação da testamentária tem a data de 15 de



Crucifixo que acompanhou os últimos instantes do Padre Feijó (peça do A.)

dezembro de 1843 e foi lavrado na residência de D. Maria Justina de Camargo, a testamenteira e legatária (75).

O inventário do Padre Feijó foi autuado em Campinas a 6 de fevereiro de 1844 (1.º officio e 1.º tabelionato), sendo inventariante e legatária D. Maria Justina de Camargo, que teve como procuradores os Sres. Alferes Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e Raimundo Alves dos Santos Prado. Foram louvados pela herdeira — Joaquim José dos Santos, Bento José dos Santos (este filho do primeiro) e da parte da fazenda — Joaquim Policarpo Aranha, Manuel Carlos Aranha e Antônio Barbosa Aranha.

A escolha recaiu sobre Bento José dos Santos e Joaquim Policarpo Aranha.

O inventário documenta, mais uma vez, a palavra do Dr. Ricardo, quando disse que, depois da morte de Feijó, o amparo de sua irmã D. Maria Justina continuou na pessoa de Joaquim José dos Santos.

Do orçamento constam as parcelas seguintes: monte-mor: Rs. 5:565\$213; dívidas passivas: Rs. 1:990\$290; monte-líquido: Rs. 5:574\$923; monte-partivel: Rs. 3:217\$471; líquido da inventariante e legatária: Rs. 1:777\$431.

A sentença da partilha é de 9 de julho de 1847, sendo juiz no processo Luciano Teixeira Nogueira.

Integramos neste trabalho a relação e avaliação, no inventário, dos livros, oratório e imagens, mobiliário e outros objetos, que pertenceram ao padre Diogo Antônio Feijó (Anexo XXX), bem como a relação dos objetos que fazem parte da coleção do Museu Histórico Nacional (Anexo XXXI).

Apresentamos aqui o clichê do Crucifixo que acompanhou os últimos instantes de Feijó. Seguro pelas mãos do grande Regente, e nos seus últimos dias de vida Senador do Império, enquanto a morte no seu destino fatal imobilizava aquele titã da nossa nacionalidade, Jesus crucificado ali estava como um cetro da immortalidade, que a história vem consagrando.

Feijó, como um homem público e dos maiores, também foi sacerdote e dos mais respeitáveis.

Ele jamais temeu o destino. O seu estudo intitulado "O retrato do homem de honra e verdadeiro sábio" (Anexo XXXII) é um código de princípios que valem para todos os tempos, ou me-

(75) Cartório do 3.º Offício da Família e das Sucessões de São Paulo, antigo 3.º Offício de Orfãos, L.º 00, fls. 136 v. e segs. Revista do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo, 1906, vol. XI, pg. 252.

lhor, é o auto-retrato de quem soube viver nas alturas do poder, sem jamais sentir as vertigens do mando, e de quem, saberia viver na amargura da dor, sem esquecer que a generosidade do perdão é a justiça dos fortes.

O santo crucifixo, derramando um halo de santidade naquele momento supremo, condensa um ato de fé, que, aureolando os feitos de Feijó, bem servirá para mostrar que só a morte gera a imortalidade (76).

Este mesmo crucifixo, depois de retirado das mãos de Feijó, foi recolhido e cristamente guardado por Antônio Benedito Palhares de Camargo que, por sua vez, também o teve em suas mãos, quando faleceu, em São Paulo aos 10 de setembro de 1822 (77).

#### D. MARIA JUSTINA DE CAMARGO

D. Maria Justina de Camargo, uma senhora dos tempos idos, cuja personalidade, nimbada nas brumas da crônica, figurava em nossa imaginação de adolescente, entre aquelas criaturas a quem se devia prestar o culto respeitoso da estima.

Contavam-me ser D. Maria Justina nossa parente, como descendente que era dos Camargos e irmã de um padre cuja têmpera de aço fizera o Regente do Império e a quem a modéstia permitia apenas que o chamassem: **Feijó**.

Nas tradições de nossos avoengos, que a fizeram objeto de especiais atenções, ocupou lugar dos mais evidentes. Esta a principal razão de ser destes períodos, coletânea de tradições autênticas, em homenagem à excelente Senhora, cuja história perde-se envolta na névoa do passado.

Em nossas reminiscências juvenis, permitindo-nos lembrar nossa veneranda tia, D. Alicia O'Connor de Camargo Dauntre, zelosa guardiã de nossas tradições e quem nos instrua nos assuntos de família. Ainda a vemos no seu porte donairoso, perfil voluntarioso, cabeleira loura, trajando seda "pompador" do mais delicado matiz, quando, em sua companhia, íamos as missas domingueiras, celebradas na Matriz Velha.

No salão de visitas de sua velha casa de taipas em Campinas.

(76) Em 24 de março do fluente ano de 1943, por nímia gentileza de D. Benedita Cristina de Alambari Palhares Queiroz, digníssima neta de Antônio Benedito Palhares de Camargo, foi-nos ofertada esta grande relíquia cristã, ou seja, o Crucifixo que assistiu os últimos instantes da vida de Diogo Antônio Feijó.

(77) Arq. Cúria São Paulo — óbito, Est. 3. Prat. 3. L. 7. fls. 171 v.



Fotografia de Dna. Maria Justina de Camargo, irmã do Padre Feijó (da col. do A.)

(78) com paredes revestidas de um lindo papel azul-claro, ornamentado com ânforas e filigranas douradas, de janelas guarnecidas de alvas cortinas rendadas, moveis pesados, encontrava-se, em uma das paredes, em moldura antiga, o retrato que, segundo relato de nossa tia, representava D. Maria Justina de Camargo, sua madrinha de batismo e, também, nossa parente.

A fotografia de D. Maria Justina de Camargo era a mesma mandada ampliar por nosso avô, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em Campinas, na Fotografia de Henrique Rosen, fundada em 1862. Este mesmo quadro servira para uma reprodução que, por solicitação do Dr. Afonso de Freitas, fora publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume XXIII, 1925, também reproduzida à página 153, do livro "Feijó", de Oswaldo Orico, 1932.

Daquela mesma fotografia existente na casa avoenga e já muito esmaecida pela ação do tempo, mandamos reproduzir outra diminuindo bem o seu tamanho original.

A fotografia ora dada à publicidade é uma reprodução ampliada duas vezes do retrato original, tamanho 6 x 9 tirado na Fotografia Rosen, em Campinas.

O retrato nô-la apresenta sentada e descansando o braço direito sobre o braço da cadeira com assento e encosto estofados de veludo. Adorna-lhe a mão direita, no dedo anular, um anel com pedra.

Veste por sobre a roupa austera um mantô com orladura de vidrilhos, deixando livres as mangas com punhos brancos da mesma bordadura da gola, tudo singeleza, simplicidade.

A cabeça nobre, toucada com extrema simplicidade, emerge de uma gola branca ornada de graciosos bordados recortados, à guiza de um colarinho bem aberto, apertado por ampla gravata cujas pontas franjadas pendem sobre o peito.

O rosto triangular, testa ampla, olhar enérgico, severo e tranqüilo, revelam uma fisionomia inteligente e superior.

Quem era, afinal, esta personagem, cuja efígie a reçumar serenidade e bondade revive perenemente uma carinhosa tradição de família?

Consultando os rebuscadores do passado, ficamos hesitantes. Para alguns, esta Senhora era uma das irmãs, ou ainda a irmã mais nova do Padre Diogo Antônio Feijó. Para outros, ela era, apenas, sua irmã de criação.

(78) A rua do Imperador, 10, depois Marechal Deodoro, 12, 26 e atualmente 1.117.

Quer-nos parecer, entretanto, que a boa tradição não esta com nenhum daqueles eméritos historiógrafos. As razões em que nos estribamos, baseiam-se em cartas, repositório precioso de tradições, trechos das quais já reproduzimos, escritas pelo nosso avô, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, ao então estudante de direito Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, mais tarde, Barão Homem de Melo, com assinalada atuação nas letras, arte e na política do país.

D. Maria Justina, que residiu em Campinas, recebeu constantes provas de estima da família de nosso bisavô Joaquim José dos Santos Camargo.

Alem dos vínculos de consanguinidade, estava ligada a essa família pelos laços do parentesco espiritual e religioso, tendo sido comadre de cada uma das filhas de Joaquim José e cujos nomes aqui mencionamos. Eram:

- 1) D. Maria Gertrudes, casada com o Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro;
- 2) D. Senhorinha Francisca, casada com seu tio paterno Bento dos Santos Camargo;
- 3) D. Gertrudes Miquelina, casada com João Batista Rodrigues Silva;
- 4) D. Francisca de Assis, casada pela 1.<sup>a</sup> vez com Venerando Joaquim de Almeida;
- 5) D. Ana Francelina, casada com o dr. Ricardo Gumbleton Daunt;
- 6) D. Maria dos Anjos, casada com Manoel Gonçalves Vieira;
- 7) D. Manoela Francisca de Jesus, casada com Francisco Bueno Barbosa Aranha.

Comadre duas vezes de D. Ana Francelina e do Dr. Ricardo por ter batizado seu primogênito Haroldo (o futuro padre Haroldo de Tracy Prado de Camargo Dauntre), e sua primeira filha Alicia (D. Alicia O'Connor de Camargo Dauntre).

A cerimônia do batismo de Haroldo, nascido a 17 de junho de 1846, realizou-se em Campinas, cidade do seu nascimento, aos 24 de julho desse ano, presentes os padrinhos Joaquim José dos Santos Camargo e D. Maria Justina, sendo oficiante o Padre Antônio Fernandes Nunes, cunhado de Joaquim José e filho do Tenente-Coronel José Fernandes Nunes de Camargo, que no decurso de 1788 a 1808 foi chamado a ocupar importantes cargos de vereança em São Paulo.

D. Alicia nasceu em Itú, adormecendo piedosamente em Campinas a 19 de março de 1933, depois de uma longa vida, vi-

vida em moldes dos mais severos princípios cristãos. Inteligente e culta, foi uma das primeiras alunas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itú. Foi duas vezes à Europa, percorrendo-a com seu irmão Monsenhor Fergus O'Connor de Camargo Dauntre, que depois de haver deixado o cargo de vigário geral de São Paulo se fixou em Paris, onde faleceu em 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1911.

Dedicada ao culto da família, foi uma tradição evocadora da personalidade cristã de sua madrinha, que dizia ser muito piedosa e ao extremo compassível diante dos sofrimentos alheios. Prestimosa nos afazeres de sua casa, com a ajuda dos escravos, distraía-se, como as donas de seu tempo, no manuseio das rendas de birro. Buscavam-na muitos, dizia-nos, para ouvir dos seus lábios palavras de conforto às dores físicas e morais, pois que a todos distribuía, com o esboço de um sorriso, revelador de uma consciência pura, tranqüila e evangélica.

Depois da morte de Feijó (1843), D. Maria Justina residiu em Campinas na casa que herdara de seu irmão, tendo sempre em sua companhia sua afeiçoada prima D. Margarida Flora Palhares.

Assim, vemos que no assentamento do batistério de Haroldo, futuro Padre Haroldo, primogênito do Dr. Ricardo, lançado em Campinas a 24 de julho de 1846, há menção dos padrinhos Joaquim José dos Santos e D. Maria Justina de Camargo, "todos desta".

Quando foi da realização, em Itú e aos 11 de abril de 1851, do batizado de D. Alicia, filha do Dr. Ricardo, foi anotado no respectivo assentamento — padrinhos Diogo Benedito dos Santos Prado e D. Maria Justina de Camargo, "esta fregueza de Campinas".

Em carta vinda de Itú, datada a 25 de setembro de 1856, do Dr. Ricardo a Homem de Melo, lemos: "Minha Comadre D. Maria Justina de Camargo, irmã do finado Regente, veio de Campinas visitar-me no comêço dêste mês..."

Depois do falecimento de seu primo Joaquim José dos Santos, verificado em 1862, fixou-se, por motivo de saúde, definitivamente em Piracicaba, em cujo clima se deu bem. Deixava em Campinas, com grande pesar, seu médico e compadre Dr. Ricardo e um círculo de parentes e amigos, aos quais sobremodo se afeiçoara.

Em Piracicaba encontraria com o Padre Joaquim Cipriano de Camargo, filho de sua irmã de criação, D. Maria Luiza de Camargo, que em 1856 vivia em seu sítio, em São Miguel. Esta faleceu em Araraquara aos 21 de novembro de 1862, com 70 anos,

tendo para ali ido residir em companhia de seu filho, que all exerceu as funções de vigário de 1854 a 1860. Alem do Padre Cipriano, natural de Mogi-das-Cruzes, onde foi batizado aos 21 de outubro de 1820, e ordenado sacerdote em São Paulo, a 5 de janeiro de 1846, deixou D. Maria Luiza mais os seguintes filhos: Francisca Paula de Camargo, José Benedito de Camargo, Antônio Bento de Camargo, Fernando Antônio Lopes de Camargo e Maria Josefa de Camargo.

Durante os tempos em que viveu o Padre Cipriano, residia D. Maria Justina em companhia de sua afilhada D. Margarida Flora Palhares e de seus escravos numa casa térrea com um quintal que abrangia meio quarteirão, no local em que hoje se acha o edificio do mercado municipal. Esse prédio era propriedade do Padre Cipriano. Depois adquiriu uma casa, à rua da Boa Morte, justamente no local em que se acha hoje o prédio n. 9.

Saía raramente em visita aos parentes e amigos, não deixando de, em companhia de sua afilhada e de seus escravos, assistir à missa aos domingos e dias santos. Dedicava-se muito às ocupações domésticas. É significativa a seguinte ocorrência: Joaquim Silveira de Melo, distinto e saudoso piracicabano, relatou-nos, em carta de 6 de janeiro de 1927, que fazia companhia ao venerando Dr. Cesário Mota, de Porto Feliz, hóspede de seu pai, em retribuição à visita de Manoel Ernesto de Matos, que residia no andar térreo do sobrado de D. Maria Albano Leitão, quando a propósito dos feitos de Feijó na revolução de 42, veio à conversação uma interessante reminiscência. Residia Matos numa casa cujo quintal fazia fundo, separado por uma cerca de pau-a-pique, com a casa de D. Maria Justina. Certa ocasião viu sua velha vizinha com um chapéu de palha na cabeça, dirigindo seus escravos no plantio de laranjeiras. Para dar trela, perguntou à D. Maria Justina se tinha esperança de colher laranjas daquela plantação, ao que ella de pronto replicou: "Se eu não as colher, outros colherão, tal como tenho colhido e chupado laranjas das árvores que as não plantei".

Os escravos de D. Maria Justina gozavam o conceito de prestimosos. Os homens quase todos tinham officio e ganhavam jornal e as mulheres, por sua vez, eram engomadeiras e habeis-doceiras.

Silveira de Melo ouviu em 1879, da Baronesa de Piracicamirim, as mais lisonjeiras referências à excelência dos doces e confeitos preparados pelo pessoal da casa de D. Maria Justina, quando da visita do Imperador Dom Pedro II, a quem tivera a honra de dar acolhimento e hospedagem.

Quando das poucas vezes que vinha a São Paulo, não dei-

xava de entrar em sua casa à rua da Freira, 11, onde residiam seus primos Palhares e onde possuía mais duas casas (Anexo XXXIII).

Os Palhares eram filhos de sua prima D. Manuela Francisca de Jesus Feijó, que foi casada com o Capitão Manuel Fernandes Palhares e Andrade (Vide o capítulo D. Manuela Francisca de Jesus Feijó).

D. Maria Justina, Nhanhã, como a chamavam os íntimos, tinha em sua companhia a prima e afilhada D. Margarida Flora Palhares, que cooperava nos afazeres e préstimos da casa.

D. Antônia Soares de Queiroz, afilhada de D. Margarida, narrando-nos os préstimos caseiros de D. Maria Justina, então residente em Piracicaba, menciona que ficavam sob seus próprios cuidados a feitura de certos doces, que exigiam paciente trabalho. Assim, eram as fitas de côco douradas a pão de ouro, como chamavam, que ella preparava, levando horas a fio fechada em pequena sala de sua casa. Eram também especiarias de sua casa: frutas secas, pastéis de nata, ninhos de fios d'ovos, confeitos para adornos de certos doces, as fatias republicanas, os cartuchos para os anjos nas procissões do Divino Espírito Santo, etc. etc.

Relatou-nos, tambem, ter sido D. Maria Justina sorteada festeira do Divino Espírito Santo, sendo seu companheiro um negociante português residente em Piracicaba. Acontece que, já nas vésperas das tradicionais festividades, o negociante, por um capricho qualquer, retirou todo o seu apóio às mesmas, ficando D. Maria Justina com a inteira responsabilidade dos encargos das solenidades. Foi um sério golpe desferido em seu amor próprio, pois seus recursos financeiros não bastariam para tanta prodigalidade.

D. Maria Justina, com seus íntimos e escravos, entregou-se a uma azáfama imensa. Venceria, pela robusta fé religiosa que lhe dava imperturbavel calma. Para a solene prédica da grande festividade, pediu, e obteve, que seu afilhado de batismo, padre Haroldo de Traci Prado de Camargo Dauntre, então vigário de Bananal, tio paterno de quem traça estas linhas, proferisse o principal sermão da solenidade. Esta festa, segundo os cálculos de D. Antônia Soares de Queiroz, realizou-se em 1879.

Foi um espetáculo religioso deslumbrante, nada faltando para o seu esplendor e para a continuação das tradições piracicabanas. Lembramos que o rio Piracicaba, com suas quedas de águas caudalosas, empresta aos pios festejos incomparavel cenário, de um misto profano e religioso, onde se verifica o tra-

-dicional encontro das bandeiras, com barcos enfeitados e levado imagens segundo o ritual do costume, tudo sob o estampido de baterias, rojões e morteiros.

Em reconhecimento do assinalado e desinteressado obséquio que lhe prestara seu afilhado padre Haroldo, D. Maria Justina ofertara-lhe duas preciosas lembranças, objetos que haviam pertencido ao padre Feijó: um copo com longa corrente, tudo de prata, de uso nas viagens a cavalo, e um par de fivelas de ouro, para sapatos. Estas fivelas de ouro, por morte do padre Haroldo a 20 de novembro de 1886, ficaram pertencendo a seu irmão Monsenhor Fergus O'Connor de Camargo Dauntre, que, infelizmente, as perdeu. O copo de prata, precioso objeto histórico, é hoje patrimônio do autor deste trabalho.

Confirma D. Antônia Soares de Queiroz o ter sido D. Maria Justina de grande resignação cristã, extremamente caridosa; toda vez que se apercebia de qualquer excitação de ânimo, pronunciava as palavras: "Jesus Maria, José". Estas foram, também, as suas últimas palavras, ao fechar os olhos para o mundo.

O "Provincia de São Paulo", de 17 de novembro de 1881, noticiou: "Faleceu ante-ontem em Piracicaba (15 de novembro de 1881) d. Maria Justina de Camargo, na avançada idade de 90 anos. Era irmã do Padre Diogo Antônio Feijó".

Residiu cerca de 21 anos em Piracicaba, tendo levado uma existência dedicada à prática incessante de atos de piedade cristã.

Foi sepultada no dia seguinte à sua morte, no Cemitério Municipal de Piracicaba, em lugar atualmente ubicado: Frente, Travessa C. Quadra 16, sepultura 114, próxima ao antigo portão de entrada, ainda ali existente no ano de 1936.

O seu mausoléu, cuja fotografia estampamos, encerra seus despojos e com eles o enigma da origem de sua vida, foi erigido pelas mãos piedosas de sua afilhada e herdeira, D. Margarida Flora Palhares. Sobre a lápide de mármore esta inscrição:

AQUI JAZ  
DA MARIA JUSTINA  
DE CAMARGO  
NASCIDA NO ANNO  
DE 1795  
E FALECIDA NO ANO  
DE 1882  
LEMBRANÇA  
DE AMOR



Túmulo de D. Maria Justina de Camargo,  
no cemitério de Piracicaba



Averiguamos ter havido engano nesta inscrição quanto ao ano de 1882, dado como do seu falecimento. Ao compulsarmos os autos de seu inventário, conseguimos verificar o engano havido e restabelecida a data exata, isto é, 1881.

A data do seu nascimento, 1795, inserta na lápide tumular, levou-nos a pesquisar assentos de batizados daquele ano, deparando-se-nos um do teor seguinte:

“MARIA. Aos vinte e hum de Julho de mil settecentos, e noventa e cinco annos nesta Sé baptizou, e pôs os sautos oleos o Reverendo Coadjutor Leandro Manoel Ribeyro á MARIA filha de Joaquina Maria solteyra, e de pai incoguito. Verão padrinhos Francisco dos Santos Cruz, e Antônia Maria da Annunciação solteyros, todos desta Freguezia, de que fiz este assento, que assignei. Gaspar Ribro de Matos Sales”.

É possível que se trate do batistério de D. Maria Justina, podendo ser proposital a transposição dos prenomes Maria Joaquina para Joaquina Maria, atendendo-se à posição social da progenitora da batizada, que embora nascida em Cotia bem poderia ser batizada em São Paulo, ou viceversa.

O inventário de seus bens teve início em 2 de abril de 1882, com as primeiras declarações da legatária e testamenteira, D. Margarida Flora Palhares, perante o juiz municipal, Dr. Afrodísio Vidigal.

Importaram em 194\$000 as despesas do seu funeral, realizado, como já dissemos, em 16 de novembro de 1881.

Na relação das missas rezadas por intenção de sua alma, tivemos a emoção de ler o nome de meu tio, Padre Haroldo, seu afilhado, que de uma forma desinteressada recusou a esportula, querendo assim prestar carinhosa homenagem à memória da Madrinha.

Dois documentos de confissão de dívida, assinados pelo junho de D. Maria Justina, foram anexados aos autos de inventário: um, de Rs. 200\$000 a favor de Jeremias Bueno do Nascimento, em 11 de outubro de 1881; outro, de Rs. 486\$000, a favor de D. Maria Rita dos Prazeres, em 5 de junho de 1881.

Foram louvados avaliadores da casa sita à rua Regente Feijó n. 56, em Campinas, herdada do irmão Padre Diogo Antônio Feijó, os distintos campineiros Bento Quirino dos Santos e Capitão Bento José dos Santos.

Do auto de avaliação, que importou em 16:000\$000, extraímos a descrição do imóvel: Casa de uma porta, cinco janelas de

frente, assobradada, divisando pelo lado esquerdo com propriedade de D. Amélia de Paula, e pelo lado direito com propriedade de D. Maria Bueno; pelos fundos, com a rua das Flores; construção de taipas, com três salas e seis quartos, forrada e assoalhada, e quintal até a dita rua das Flores.

A sentença que adjudicou os bens do espólio à legatária D. Margarida Flora Palhares foi proferida aos 11 de outubro de 1882, pelo Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, Juiz de Direito da Comarca de Piracicaba.

A casa de D. Maria Justina em Piracicaba, no local em que em 1936 se achava o prédio n. 9, foi por ela adquirida de Bento Barreto do Amaral Gurgel, tendo sido construída pelo antigo vigário Padre José Gomes da Silva.

Depois do falecimento de D. Maria Justina, sua afilhada D. Margarida Flora Palhares veio residir em São Paulo, vendendo a casa, que herdara em Piracicaba, a José Custódio Soares de Barros, passando, a seguir para um seu filho, o qual a vendeu ao distinto cidadão José Basílio de Camargo, contemplado com o legado de 100\$000 no testamento de sua madrinha D. Maria Justina de Camargo.

O Sr. José Basílio de Camargo veio a faltar em São Paulo, onde ultimamente residia, a 28 de fevereiro de 1942, deixando viúva D. Antônia Cardoso de Camargo, filhos e netos. Era filho de Antônio Bento de Camargo, irmão do Padre Joaquim Cipriano de Camargo, falecido quando vigário de Piracicaba, todos filhos de D. Maria Luiza de Camargo, irmã de criação de D. Maria Justina.

Tivemos o prazer de conhecer, em Piracicaba, o Sr. José Basílio de Camargo, quando lá estivemos a procura do inventário e do túmulo de D. Maria Justina de Camargo. Dele e de seu filho Joaquim Cipriano de Camargo, comerciante em Piracicaba, recebemos a mais distinta acolhida, tendo ambos facilitado nossa tarefa.

O Sr. José Basílio de Camargo honrou-nos com uma preciosa dádiva, de grande valor histórico, as esporas de prata pertencentes ao Padre Diogo Antônio Feijó e que foram, também, usadas pelo Padre Joaquim Cipriano de Camargo, que as recebeu de presente de D. Maria Justina de Camargo.

D. Maria Justina guardava carinhosamente, junto de seus livros de orações, o retrato de seu dileto afilhado Padre Haroldo de Tracy de Camargo Dauntre, que apresenta a dedicatória: "A minha excelente Madrinha D. Maria Justina de Camargo Feijó, testemunho de gratidão e amizade. Bananal (São Paulo), 21 de julho de 1870"

Este retrato, como também uma bolsa bordada a missangas, trazida de Portugal, por Feijó, como presente à sua irmã D. Maria Justina, e uma arca de madeira, que pertencera ao Regente, são hoje do nosso patrimônio, mercê da grande gentileza de D. Antônia Soares de Queiroz.

D. Maria Justina de Camargo tinha o sangue nobre dos Camargos e o coração santificado pela pureza dos seus sentimentos, pela formação moral do seu caráter, pela robustez de sua fé cristã.

Hino de nobreza, cuja linhagem excede, de muito, as possibilidades de quem traça estas linhas e que também, oriundo dos Camargos, bem desejava sublimar os feitos daquela que soube amar e dignificar o sangue que, por todo o sempre, vivificará a história de São Paulo (78).

(78) Vide: Tradições Paulistas — D. Maria Justina de Camargo, por Ricardo Gumbilton Daunt, in Revista do Inst. Heráldico-Genealógico de São Paulo, n. 1, 1937.

## A N E X O S

### Anexo I

#### TRASLADO DO TESTAMENTO COM QUE FALLECEU O CAPITÃO INACIO SOARES DE BARROS

Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem, como no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e nove anos, aos doze dias do mês de fevereiro do dito ano, eu Inácio Soares de Barros, estando em meu perfeito juizo e entendimento que Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido de me levar para Si, faço este testamento na forma seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma à Santissima Trindade que a criou, e rogo ao Padre Eterno, pela morte e paixão do seu Unigénito Filho a quem recebu, como recebeu a Sua, estando para morrer na árvore da Vera Cruz e a meu Senhor Jesus Cristo, peço por suas divinas Chagas que já que nesta vida me fez mercê de dar seu precioso Sangue e merecimentos de seus trabalhos me faça também mercê na vida que esperamos dar o prêmio deles que é a glória, e peço e rogo à gloriosa Virgem Maria Senhora Nossa e Madre de Deus e a todos os santos da Corte Celestial, particularmente ao anjo da minha guarda a quem tenho devoção queiram por mim interceder, e rogar, a meu Senhor Jesus Cristo agora, e quando minha alma deste corpo sair, porque como verdadeiro cristão protesto de viver e morrer em a Santa Fé Católica e crer o que tem e crê a Santa Madre Igreja de Roma, em esta fé espero de salvar minha alma, não por meus merecimentos, mas pela da Santissima Paixão do Unigénito Filho de Deus.

Rogo a meu compadre doutor Luis de Campos, a meu compadre José Ortis de Camargo Lima e a meu cunhado Salvador de Camargo Lima queiram, por serviço de Deus e por me fazerem mercê, serem meus testamentários. Meu corpo será sepultado na Capela dos Terceiros de meu Padre São Francisco e amortalhado com o hábito do mesmo Santo, como Irmão que sou. Peço ao senhor provedor da Santa Casa de Misericórdia, a melhor tumba que houver dos que não são Irmãos, de que se dará a esmola costumada, e acompanharão meu corpo doze clérigos, e acompanharão meu corpo mais quatro cruzeiros que são do Santissimo, de Nossa Senhora do Rosário, da Boa Morte, e das almas, de que se darão as esmoladas. Peço mais, que se me digam no dia de meu enterro, as missas que se puderem dizer de corpo presente. Peço mais que se me digam por minha alma, mil e quinhentas missas, e peço que cem missas se me digam a Nossa Senhora do

Monte Serrate e seja mesmo dito na Igreja da Cotia, e as mais peço aos meus testamenteiros, mandem dizer onde quiserem e puder ser por minha alma a Nossa Senhora do Rosário, que são mil e quatrocentas, tirando cem para Nossa Senhora do Monte Serrate e ficando líquidas as mil e quinhentas. Declaro que sou natural da Freguezia da Cotia, filho legítimo de Roque Soares Medella e de Ana de Barros, já defuntos. Declaro que sou casado em face de leis com Maria de Camargo Lima, de cujo matrimônio tenho quatro filhos, uma por nome Ana Maria, outra Maria, Custódio e Francisco, que são meus herdeiros.

Declaro que do resto da minha terça, depois de cumpridos os meus legados, deixo às minhas filhas. Declaro mais que todo o gasto que fizer o meu testamenteiro, nas diligências que fizer com o meu testamento, seja tirado da minha terça.

Declaro que tenho sítio, escravos e gados e cavalgadas, e ouro e prata, que de tudo dará minha mulher conta para o inventário. Declaro também que tenho créditos, de vários devedores que me devem, que fica em poder de minha mulher. Declaro que eu não devo a ninguém, nem me lembra que deva.

Declaro que para satisfazer meus legados, ad causas pias aqui declaradas, e dar expediente ao mais que neste meu testamento ordeno, torno a pedir a meu compadre o Doutor Luís de Campos, e a meu compadre José Ortis de Camargo Lima, e a meu cunhado Salvador de Camargo Lima, por serviço de Deus Nosso Senhor e por me fazerem mercê queiram aceitar ser meus testamenteiros, como no principio deste testamento peço, aos quais, e a cada um insólido, dou todo o poder, que em direito posso, e for necessário, para de meus bens tomarem, e venderem o que necessário for para meu enterramento, e cumprimento de meus legados, e porquanto esta é a minha última vontade, do modo que tenho dito, pedi e roguei a Salvador de Camargo Lima, esta por mim fizesse, e ser por mim assinado nesta cidade de São Paulo, aos treze dias do mês de fevereiro de mil setecentos e quarenta e nove anos. Inácio Soares de Barros. Como testemunha que este fiz. Salvador de Camargo Lima.

#### Aprovação

Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento virem que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta e nove anos, aos quatorze dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta cidade de São Paulo, em casas de morada do Doutor Luís de Campos onde eu Tabelião ao diante nomeado fui chamado, e sendo aí achei presente o Capitão Inácio Soares de Barros, o qual das suas mãos às minhas me foi passado este papel dizendo-me que nele se achava escrito o seu testamento, e achei do dito testador em seu perfeito juízo, e entendimento, segundo o parecer de mim Tabelião e resposta que me deu às perguntas que lhe fiz, cujo testamento achei escrito em duas laudas de papel, passando a outra que acaba, onde principia esta aprovação sem borrão nem entrelinha ou cousa que dúvida faça, e que lhe havia escrito o Padre Salvador de Camargo Lima, e que tudo quanto nele se achava escrito, a ditara pedindo-me lhe aprovasse, o qual aprovo tanto quanto de direito posso, e pedia às justiças de sua Majestade, que em tudo lhe desse inteiro cumprimento, a que tudo foram testemunhas presentes, rogadas pelo mesmo testador, Felipe Fernandez da Silva, o Padre Salvador de Camargo Lima, Manuel Duarte, Manuel Ferreira Alves, Joseph Duarte Pimentel, morador nesta cidade, que todos aqui assinaram com o mesmo testador e eu Joseph de Barros, Tabelião que o escrevi e assinei em

público e raso. São Paulo, dia, mês e era atrás declarados. Em testemunho da verdade. Lugar do sinal público. Joseph de Barros. Inácio Soares de Barros. Felipe Fernandes da Silva. Salvador de Camargo Lima. Manuel Duarte Vieira. Manuel Ferreira Alves. José Duarte Pimentel.

#### Subscrito

Testamento do Capitão Inácio Soares de Barros, cosido com cinco pontos de linha branca, e lacrado com cinco pingos de lacre vermelho por banda, e aprovado por mim Tabelião abaixo-assinado. São Paulo, quatorze de fevereiro de mil setecentos e quarenta e nove. Joseph de Barros.

#### Cumprimento

Cumpra-se como nele se contem sem prejuízo de terceiro. São Paulo, o primeiro de junho de mil setecentos e cinquenta e nove. Cunha.

#### Termo de abertura

Ao primeiro dia do mês de junho de mil setecentos e cinquenta e nove anos, nesta cidade de São Paulo, em casas de morada do Juiz ordinário João da Cunha Franco, sendo eu Escrivão desse cargo ao diante nomeado fui vindo, e sendo aí por ele foi aberto este testamento com que faleceu Inácio Soares de Barros, que achou cerrado e lacrado, na forma do termo de seu encerramento, de que para assim constar fiz este termo em que se assinou, e eu João Ribeiro Machado, escrivão que o escrevi. Cunha. E não se continha mais nem menos no dito testamento e mais declarado, de que bem e fielmente extrai esta cópia por ordem Invoce do Doutor Juiz dos Órfãos Joseph Corrêa da Silva para juntar ao inventário dos bens do casal do testador, e conferindo com o original e em adjunto com ele achamos ir na verdade sem cousa que dúvida faça em tudo e por tudo conforme ao mesmo a que nos reportamos, o qual para isso apresentou testamenteiro o Doutor Luís de Campos que o recebeu entregando-lhe eu outra vez, em fé do que nós assinamos. São Paulo, dezesseis de junho de mil setecentos e cinquenta e nove anos e eu Escrivão dos Órfãos Antonio Bernardino de Sena o escrevi e assinei. E comigo Juiz. (aa) Silva, Luís de Campos, Bernardino de Sena. Confd. com o próprio. Bernardino de Sena.

Anexo II

MAPAS DE POPULAÇÃO DE COTIA (\*)

Ano 1764 — Maço 23 — fol. 1

D. Marta de Camargo Viuva de 45 anos possui — 400\$000.  
Filhos

Custodio de .....	17 annos
Francisco de .....	15 annos
Sinhorinha de .....	12 annos
Brizidia de .....	10 annos
Fernando de .....	8 annos
Paula de .....	6 annos

*Idem* — Ano 1775 — Maço 23 — Pasta n.º 5

Annos

164 Fogo Marta de Camargo Viuva de Ignacio Soares de .....	35
---	----

Filhos

Fernando aux.te pa. Curitiba de .....	19
Maria Joaquina de .....	16

Filhos agregados

Custodio Soares de .....	29
Anna M.a Joaquina sua m.er de .....	22

*Mapas da população de Cotia, ano de 1777. — Maço n. 23 — Pasta n. 7*

Marta de Camargo Lima, viuva de Igna.o Soares, de .....	56
---	----

Filhos

Fernando, aux.ar de cavalo, de .....	24
Maria Joaquina de .....	18
Custodio Soares de Camargo, filho cas.o, agrdo.o, aux. cavl. ....	34
Ana Maria Joaquina, sua m.er., de .....	24

## Escravos

Manuel Banguela, casado, de .....	80
Feliz, nal. desta Frega. viuvo, de .....	70
Joaquim, n. desta Frega. de .....	25
Simplicio, n. desta Frega. de .....	30
João, mulato, de .....	24
Cosme, n. desta Frega. de .....	13
Elesbam, n. desta Frega. de .....	15
Constantino, mulato, de .....	12
Mariano, mulato, de .....	7
Matias, de .....	7
Hijersino, de .....	6
José, aleijado, de .....	7
Teodózio, de .....	3
Domingos, de .....	3
Manuel, de .....	15

## Escravas

Inácia, de .....	5
Vitoria, n. desta Frega. de .....	25
Felipa, louca, de .....	45
Maria, viuva, n. desta Fregz., de .....	55
Escolástica, mulata, viuva, de .....	50
Liberata, n. desta Fregz., de .....	50
Josefa, mulata, de .....	25
Catarina, mulata, de .....	22
Custódia, mulata, de .....	15
Silvana, n. desta Fregz., de .....	20
Efigênia, n. desta Fregz., de .....	11
Jacinta, de .....	2
Inácia, n. desta Fregz., de .....	10
Esperança, mulata, de .....	30
Caetana, de .....	1
Antonia, de .....	3
Rita, mulata, de .....	10
Angela, de .....	2
Quitéria, de .....	6
Maria, de .....	4

## Escravos do agrdo

Salvador, mulato, de .....	24
Angelo, mulato, de .....	30
Narciza, viuva, n. desta Fregz., de .....	60
Luzia, tambem n. desta Fregz., de .....	25

Mapas de População da Cidade de Cotia. Ano de 1778, Maço 23.  
Pasta n.º 2 Fls. 1.º

Marta de Camargo Viuva .....	anos 57
------------------------------	---------

(\*) Existentes no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

## Filhos

Fernando Soares aux.ar de Cavallo .....	25
Maria Joaquina .....	19

## Escravos

Manoel .....	81
Feliz viuvo .....	71
Leonardo .....	20
Joaquim .....	41
Apolinario .....	20
Carme .....	20
João .....	16
Elesbão .....	31
Constantino .....	15
Mariano .....	2
Theodóro .....	5
Mathias .....	9
Ignacia mulher de Manoel .....	71
Manoel .....	55
Escolastica .....	51
Liberata .....	50
Philippa viuva .....	46
Josefa .....	26
Esperança .....	31
Custodia .....	18
Catharina .....	23
Victoria .....	20
Silvana .....	21
Manuela .....	15
Jacinta .....	10
Quitéria .....	8
Caetana .....	3

*Idem Cotia, Ano de 1781 — Maço n.º 23 pasta 10 fol. 41*

Marta de Camargo L. viuva de .....	53
------------------------------------	----

## Filho

Fernando Soares de .....	25
--------------------------	----

## Filha

Maria Joaquina de .....	23
-------------------------	----

## Escravos

Manuel de .....	73
Leonardo de .....	43
Joaquim de .....	33
Cosme de .....	24
Elesbam de .....	21
Constantino de .....	14
Appolinario de .....	28
Simplicio de .....	33

Mathias de .....	12
João de .....	28
Escravas	
Ignacio de .....	73
Maria de .....	63
<i>Idem, Cotia, ano de 1782, Maço n.º 23 — Pasta 11, fol. 43</i>	
Marta de Camargo viuva de .....	50
Filho	
Fernando de .....	26
Filha	
Maria Joaquina de .....	24
23 escravos	
<i>Idem — Ano 1785; Maço n.º 23 — pasta 11 — fol. 42</i>	
	Anos
Maria de Camargo V.a de .....	60
Filho	
Fernando Soares de .....	27
Filha	
Maria Joaquina de .....	25
Escravas	
Simplicio de .....	33
Joaquim de .....	45
Apolinario de .....	27
Elisbão de .....	26
Cosme de .....	30
Mariano de .....	20
Mathias de .....	29
Escravas	
Pascoa de .....	40
Maria de .....	60
Escolastica de .....	30
Gertrudes de .....	47
Manuella de .....	22
Silvana de .....	30
Liberata de .....	50
Custodia de .....	25
Quiteria de .....	32

## Anexo III

AUTOS DE INVENTÁRIO DOS BENS DEIXADOS PELO FINADO  
MIGUEL JOÃO FEIJÓ (\*)

Inventariante: Maria Gertrudes de Camargo; data do falecimento: 30 de dezembro de 1778; autuação: 1.º de março de 1779; juiz: licenciado Jerônimo Rodrigues; tutor dos orfãos: Antônio Fernandes Nunes.

## Título de Herdeiros:

- 1.º — Inácio, com 15 anos de idade;
- 2.º — Gertrudes, com 8 anos de idade;
- 3.º — Manuela, com 6 anos de idade;
- 4.º — Joaquim, com 4 anos de idade, e
- 5.º — Manuel, com 3 anos de idade.

## Orçamento

*Gado-vacum:*

Sets vacas parideiras .....	12\$000	
Dois bois capados, com cerca de 3 anos .....	5\$120	17\$120

*Escravos:*

Januário, crioulo, com 50 anos .....	45\$000	
Elena, mulher de Januário, 40 anos .....	32\$000	
Francisca, mulata, com 36 anos .....	60\$000	
Vitória, crioula, com 24 anos .....	35\$000	
Mécta, crioula, com 10 anos .....	40\$000	
Tomázia, crioula, com 8 anos .....	32\$000	
Bento, crioulo, com 12 anos .....	52\$000	296\$000

*Imagens:*

Uma imagem do Senhor Crucificado, de latão dourado.	320\$220
Uma imagem de N. S. do Rosário, de barro, com manto	

(\*) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

de setim . . . . .	\$960	
Um painel de Santa Ursula . . . . .	\$720	321\$900
Roupas . . . . .	15\$960	
Trastes . . . . .	13\$720	
Objetos . . . . .	8\$080	
<b>Dividas:</b>		
Ativas . . . . .	186\$667	
Passivas . . . . .	4:085\$860	
Monte-mór . . . . .		542\$767
Meação da inventariante . . . . .	223\$453 1/2	
Tercinha do inventariado . . . . .	24\$882	
Legítima de cada herdeiro . . . . .	39\$725	
Pagamento do funeral . . . . .	95\$860	

## ANEXO IV

DESCENDENTES DE ANTONIO BENEDITO PALHARES DE CAMARGO  
E PLACIDINA FLORA DE ALAMBARÍ

1-1 Brasília Augusta, falecida em 19 de junho de 1921, casada com José Rodrigues Ferraz do Amaral (Silva Leme, vol. 4.º, pág. 88).

Filhos:

2-1 Georgina, nascida aos 11 de dezembro de 1874, casada com Lotário Pinto, nascido a 13 de dezembro de 1867 e falecido a 7 de agosto de 1903.

Filhos:

3-1 Odila, nascida aos 4 de outubro de 1890 e falecida em 9 de novembro de 1920, casada com o dr. Manuel de Freitas Vale e Silva, advogado, nascido em 26 de setembro de 1884.

Filhos:

4-1 Manuel de Freitas Vale e Silva Filho, advogado, nascido em 27 de maio de 1907, casado com Lourdes Moura.

4-2 Luiza, nascida aos 19 de junho de 1910, casada com Oswaldo Kuhn, industrial.

4-3 Felisberta, nascida aos 26 de junho de 1911, casada com Alceu Prunes Dória, aviador.

4-4 Antonio de Freitas Vale e Silva, nascido a 27 de junho de 1912, casado com Helena Valerio.

4-5 José de Freitas Vale e Silva, nascido em 8 de setembro de 1913, casado com Juraci Barcelos.

4-6 Maria Lucila, nascida em 23 de outubro de 1915, casada com o capitão Carlos Alberto Neves da Fontoura.

4-7 Clotilde, nascida em 21 de janeiro de 1916, casada com Ivo Ferreira da Costa, médico.

4-8 Umbelina, nascida a 4 de setembro de 1918, casada com Ernesto Meireles La Porta, médico.

3-2 Lotário, nascido a 20 de maio de 1892.

3-3 Maria Lucila, nascida a 4 de setembro de 1893, casada com Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, nascido a 10 de maio de 1894.

Filhos:

4-1 Raimundo, nascido a 7 de outubro de 1924.

4-2 Maria Luiza, nascida a 12 de setembro de 1929.

4-3 Maria Lucila, nascida a 27 de janeiro de 1931.

2-2 Placidina Augusta Flora, nascida aos 5 de maio de 1860, falecida em 30 de outubro de 1890, casada com o prof. Jorge Cristovam Conrado Nadermeyer, falecido a 19 de setembro de 1932.



## Filhos:

3-1 Dr. José Amaral Nedermeyer, nascido a 20 de fevereiro de 1893, engenheiro arquiteto pelo Mackenzie College, casado com Ruth, filha de Olegario e Celestina Rocha.

## Filhos:

4-1 Paulo, nascido em São Paulo a 8 de março de 1926.  
4-2 Caio, nascido em São Paulo a 1 de março de 1936  
3-2 Carlos Nedermeyer, nascido em 6 de maio de 1894, engenheiro civil pelo Mackenzie College, casado com Maria José Sá Fortes.

## Filha:

4-1 — Lígia, nascida em São Paulo aos 7 de dezembro de 1925.  
3-3 Carolina, nascida aos 26 de maio de 1897, casada com Zaimo Elttencourt, nascido no Estado do Rio. Sem geração.  
3-4 Gessi, nascida em 29 de julho de 1899, casada com o dr. Waldemar Rangel Belfort de Matos, nascido em 26 de abril de 1897, médico oculista, diplomado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 1919.

## Filhos:

4-1 Rubens Nedemeyer Belfort de Matos, nascido em São Paulo a 11 de janeiro de 1921, estudante de medicina.  
4-2 Horácio, nascido em 13 de dezembro de 1929.  
4-3 Waldemar, nascido em 13 de dezembro de 1929.  
4-4 Jorge, nascido em 24 de março de 1932.  
4-5 José, nascido em 10 de fevereiro de 1940.  
1-2 João Batista de Alambari Palhares, falecido em 27 de novembro de 1919, casado com Ana Alexandrina Guimarães, filha de João José Vieira Guimarães, nascido em Portugal, e de Maria Isabel; falecida em 28 de setembro de 1916.

## Filhos:

2-1 Placitina, nascida em São Paulo a 10 de junho de 1864, casada em primeiras núpcias com Henrique Andrade Meira e, em segundas, com o dr. Eduardo Monteiro de Barros, engenheiro. Sem geração.  
1-2 Julieta, nascida em Campinas a 20 de maio de 1867, casada com Manuel Cândido da Costa. Com geração.  
2-3 João Batista Alambari Palhares Filho, nascido a 18 de julho de 1873, casado com Carlota, filha do dr. João Gonçalves de Oliveira, Juiz de Direito de Mogi Mirim. Com geração.  
2-4 José Paulo de Alambari Palhares, casado com Noemia, filha do dr. Manoel Ferreira Pena. Com geração.  
2-5 Benedita Cristina de Alambari Palhares, nascida em São Paulo a 24 de julho de 1878, casada com Luiz Queiroz, falecido em 1 de abril de 1933, sem geração.

## ANEXO V

FILHOS DO CASAL: TOMAZ PALHARES DE ANDRADE  
E ATANÁZIA ORTIZ

- 1 — Pedro Palhares de Andrade
- 2 — Joaquim Palhares de Andrade, pai do Dr. João Augusto Palhares, advogado em Mogi Mirim
- 3 — João Tomaz Palhares
- 4 — Antonio Palhares de Andrade
- 5 — Manuela Francisca de Jesús Palhares
- 6 — Maria Gertrudes Palhares
- 7 — Marcolina Palhares Pupo
- 8 — Gertrudes Amália Palhares
- 9 — Ana Alexandrina
- 10 — Ambrozina Palhares de Andrade.

## ANEXO VII

### ASSENTOS DE BATISMO DOS FILHOS DO CAPITÃO BENTO DOS SANTOS PEREIRA E SUA MULHER D. SENHORINHA FRANCISCA DE CAMARGO

**Fabiano:** Aos vinte e quatro de agosto de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, de licença minha, batizou o Reverendo Padre Salvador de Camargo Lima ao inocente Fabiano, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher Senhorinha Francisca e lhe pôs os Santos Óleos: foram padrinhos o Padre Manuel da Cruz Lima e Dona Marta de Camargo, Freguezes desta Igreja. Do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 2. Faleceu na infância, como atesta o assentamento seguinte: Aos vinte e cinco de abril de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguezia da Cotia, faleceu da vida presente Fabiano, inocente, natural desta Freguezia, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo, de idade de oito meses, mais ou menos: seu corpo foi sepultado dentro desta Igreja, acima das grades, acompanhado da Cruz da Fábrica, e por mim recomendado, do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima, Arq. Cúria, 5-3-25, fls. 7.

**Rafael:** Aos quinze de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizou o Reverendo Padre Frei José da Sacra Família ao inocente Rafael, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo: e lhe pôs os Santos Óleos: foram padrinhos o Reverendo Padre Rafael Antônio de Barros e Ângela Maria de Camargo; são todos freguezes desta Igreja. Do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 22.

**Francisco:** Aos seis de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizei ao inocente Francisco, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo, e lhe pus os Santos Óleos; foram padrinhos José Ortiz de Camargo, casado, e Ana Maria, também casada desta Freguezia da Igreja da Vila de Itú e os mais desta Freguezia da Cotia. Do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 34 v.

**Joaquim:** Aos vinte e dois de julho de mil setecentos e setenta e nove, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizei ao inocente Joaquim, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher de Dona Senhorinha Francisca de Camargo e lhe pus os Santos Óleos; foram padrinhos o Alferes José Dias Novais, solteiro, filho de Domingos Dias, e D. Marta de Camargo, viuva. São todos freguezes desta Igreja. Do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 49 v.

**Ana:** Aos trinta e um dias do mês de agosto de mil setecentos e oitenta, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizei a inocente Ana, filha do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua

mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo, e lhe pus os Santos Óleos; foram padrinhos o Reverendo Padre Rafael Antônio de Barros por procuração, que por ele apresentou José Ortiz de Camargo e Maria Joaquina de Camargo, solteira, filha de Inácio Soares; são freguezes desta Igreja. Do que para constar, fiz este assento. O Vigário Manuel da Cruz Lima. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 64 v.

**Maria:** Aos quinze de março de mil setecentos e oitenta e quatro, nesta Igreja Paroquial da Senhora do Monte Serrat da Cotia, com licença minha e da que tenho do Excelentíssimo Senhor Bispo, batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo Padre Mestre Frei José Bernardo, Religioso Capucho, a Maria, filha do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo; foram padrinhos o Vigário atual desta Igreja e D. Maria Gertrudes de Camargo, viuva, e todos desta Freguezia e a madrinha da Cidade. O Vigário Alexandre Luiz de S. Payo. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 104.

**João:** Aos quatro de agosto do ano de mil setecentos e oitenta e cinco, nesta Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia e Reverendo Padre Rafael Antônio de Barros batizou a João, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo. Foram padrinhos Antônio José Vaz, por procuração que apresentou o Padre João Gonçalves de Lima, ambos freguezes da Sé e os mais desta Freguezia. O Vigário Alexandre Luiz de S. Payo. Arq. Cúria, 5-3-23.

**Bento:** Aos seis de maio de mil setecentos e oitenta e nove, nesta Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizei a Bento, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e sua mulher Senhorinha Francisca de Camargo, e lhe pus os Santos Óleos; foram padrinhos o Mestre de Campo Manuel de Oliveira Cardoso, de cujo lugar serviu com procuração o Reverendo Rafael Antônio de Barros, e Gertrudes Maria de Camargo, casada e freguezes da Cidade, e os mais desta Freguezia. O Vigário Alexandre Luiz de S. Payo. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 157.

**Manuel:** Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e noventa e um, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, batizei e pus os Santos Óleos a Manuel, inocente, filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher Dona Senhorinha Francisca de Camargo. Foram padrinhos: o Capitão José Ortiz Cardoso, solteiro, e D. Maria Josefa Mendes da Silva, viuva, e fregueza da Cidade de São Paulo, por sua procuradora Maria Joaquina de Camargo, filha solteira do defunto Capitão Inácio Soares de Barros, desta Freguezia. E, para constar, fiz este assento. O Vigário Fernando Lopes de Camargo. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 176.

**Inácio:** Aos dois de junho de mil setecentos e noventa e dois, nesta Matriz de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia, de licença minha batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo Vigário da Freguezia da Conceição João Gonçalves de Lima a Inácio, inocente filho do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo. Foram padrinhos o Reverendo Salvador de Camargo Lima, por mim seu Procurador, e D. Gertrudes Teresa Leocádia, viuva, freguezes da Sé de São Paulo. Do que fiz este assento. O Vigário Fernando Lopes de Camargo. Arq. Cúria, 5-3-23, fls. 184 v.

**Francisca:** Aos trinta e um de maio de mil setecentos e noventa e quatro, Matriz da Cotia, batizou de minha licença o Reverendo Fernando Lopes de Camargo e pôs os Santos Óleos a Francisca, filha do Capitão Bento dos Santos Pereira e de sua mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo; foram padrinhos, eu, o Vigário desta Freguezia, e D. Maria Josefa Mendes da Silva, viuva, e fregueza da Cidade de São Paulo, por procuração, que em seu nome apresentou o Alferes José Homem de Góis, todos desta freguezia, do que fiz este assento. O Vigário José Joaquim da Silva. 5-3-23.

## ANEXO VIII

## AUTOS DE INVENTÁRIO DOS BENS DEIXADOS POR D. SENHORINHA FRANCISCA DE CAMARGO, FALECIDA SEM TESTAMENTO AOS 10 DE AGOSTO DE 1802 (\*)

Juiz de Orfãos da cidade de São Paulo: Tenente Coronel José Menezes da Costa; Escrivão: João Evangelista Tavares; curador: Capitão Salvador Pires de Oliveira; autuação: 19 de outubro de 1802; inventariante: Capitão Bento dos Santos Pereira, viuvo; data da sentença da partilha: 10 de janeiro de 1803.

## Título de Herdeiros:

- 1.º — Rafael, com 24 anos de idade
  - 2.º — Joaquim, com 22 anos de idade;
  - 3.º — Ana, com 13 anos de idade;
  - 4.º — Maria, com 16 anos de idade;
  - 5.º — João, com 14 anos de idade;
  - 6.º — Bento, com 12 anos de idade;
  - 7.º — Manuel, com 10 anos de idade;
  - 8.º — Inácio, com 8 anos de idade; e
  - 9.º — Francisca, com 7 anos de idade
- Louvados: Alferes Cactano José Homem e André Gomes de Araujo.

## Bens de raiz:

Um sitio junto da freguezia de Cotia, com casas de táipa de pilão de 3 lanços, cobertas de telhas, com um oratório e suas imagens, com terras e campos pertencentes ao mesmo sitio .....	400\$000
Uma morada de casas na dita freguezia, em o Pátio da Matriz, de táipas de pilão, de 3 lanços, cobertas de telhas .....	100\$000
Outros bens .....	817\$100
<b>Monte-mór .....</b>	<b>1:317\$100</b>
Deduzem-se as seguintes dividas passivas:	
ao Reverendo Fernando Lopes de Camargo .....	46\$615
ao D. Marta de Camargo Lima .....	160\$000
ao Capitão José Novais Dias .....	21\$000

(\*) Cartório do 1.º Offício, autos 1.561.

Ao Capitão Salvador Pires de Oliveira .....	15\$520	
Ao Capitão Domingos Fernandes .....	8\$000	
Ao Capitão José Joaquim dos Santos .....	6\$000	
	<hr/>	
	257\$136	
Monte-menor .....		1:059\$965
Meação do Capitão Bento dos Santos Pereira .....	529\$982½	
Legítima materna dos herdeiros .....	58\$887.	

Todos os herdeiros receberam no pagamento de suas legítimas parte no sítio e na casa de Cotia, avaliadas respectivamente em 44\$444 e 11\$111. As custas do processo importaram em 23\$330 e foram partidores do mesmo, Inácio Ferreira de Oliveira e Capitão Joaquim José de Almeida.

Aos dez de agosto de mil oitocentos e dois, faleceu de hidropezia, com todos os Sacramentos, Dona Senhorinha Francisca de Camargo, de cincuenta anos de idade, natural de Cotia, casada com o Capitão Bento dos Santos Pereira. Foi encomendada e sepultada em São Francisco. De qua iação e assino este assento, por conceção do Senhor Bispo. O Pe. Agostinho José Pereira. (Arquivo da Curia, folha 236 Verso.)

## ANEXO IX

ÁRVORE GENEALÓGICA ATUALIZADA COM A DESCENDÊNCIA DO CAPITÃO BENTO DOS SANTOS PEREIRA E DE SUA MULHER D. SENHORINHA FRANCISCA DE CAMARGO, EM ADITAMENTO A "GENEALOGIA PAULISTANA", DE SILVA LEME, VOL. 1.º, TÍT. CAMARGOS, PÁG. 220

Filhos:

5-1 Joaquim José dos Santos, casado com D. Francisca de Assis de Camargo, fundador do ramo Santos Camargo, de Campinas.

Filhos:

6-1 Maria Gertrudes (Zinha) dos Santos Castro foi batizada na Matriz de São Carlos (hoje Campinas), em 7 de setembro de 1811, padrinhos o Tte. Cel. José Fernandes Nunes e D. Maria Gertrudes Soares de Camargo, por procuração a D. Angela Izabel, oficiante o vigário Joaquim José Gomes (Arq. da Cúria da Diocese de Campinas, L.º de Bat. 2.º, fls. 181 — 1797-1812). D. Maria Gertrudes dos Santos Castro veio a falecer em 7 de novembro de 1892, sendo seu corpo sepultado no Cemitério Municipal, conforme se depreende de seu óbito (Arq. cit., L.º de Óbitos 3, fls. 4v. — 1892-1916).

Casou-se com o Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, batizado aos 21 de novembro de 1806 na Sé de S. Paulo, sendo padrinhos o Tte. Joaquim Mariano Galvão e D. Lourença Maria de Carvalho, e o ato batismal foi celebrado pelo coadjutor Antonio Rodrigues Vilares. Foram seus pais: o sargento-mór Miguel Ribeiro de Camargo, nascido em Curitiba e falecido em Campinas a 25 de abril de 1851, com 80 anos de idade, e D. Querubina Rosa de Castro, sobrinha do marechal de campo Cândido Xavier de Almeida e Souza, militar de brilhante atuação, descobridor dos campos de Guarapuava em 1771, membro do triunvirato que governou São Paulo na ocasião da Independência e Presidente de seu governo provisório de 1823 a 1824. (Silva Leme, vol. 6.º, título Chassins, pag. 542). De D. Querubina, mãe do Comendador Querubim Uriel e filha de Januário de Santana Castro e Maximina Escolástica de Azevedo, sabe-se que foi batizada em 3 de janeiro de 1770, na Sé de São Paulo, pelo padre Gaspar de Souza Leal, tendo sido padrinho seu tio Cândido Xavier de Almeida (Arq. da Curia Metropolitana de S. Paulo). D. Querubina faleceu em Campinas aos 25 de agosto de 1853.

Voltando ao Comendador Querubim, diremos que, consoante documentos da época, foi ele pessoa de grande prestígio social e

político em São Carlos (Campinas), cuja Câmara serviu no cargo de vereador (32.ª eleição em fevereiro de 1828, sendo que em 1.º de outubro desse mesmo ano, os conselhos foram substituídos por câmaras municipais) e no de Presidente (1845-1848), cabendo-lhe a honra de saudar o Imperador D. Pedro II, quando, em 1846, visitou Campinas pela primeira vez. Sua Majestade agraciou-o em 1.º de março de 1846, aniversário de S. M. a Imperatriz, com o officialato da Imperial Ordem da Rosa, como Presidente da Câmara que o hospedara. Tenente-coronel Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional dos Municípios (de Campinas, Bragança, Atibaia, Nazaré, Jundiá e Constituição (Piracicaba) da Província de São Paulo, por carta patente de d. Pedro II, de 27 de novembro de 1857. Lavrador na fazenda Pedra Alta, município de Campinas, com grande escravatura, em cuja cidade residia na rua do Imperador (antiga do Picador e atual Marechal Deodoro, 1.143, esquina da rua do Sacramento), Casa em que também morou seu sogro Joaquim José dos Santos. Era irmão do padre dr. Miguel Arcanjo de Castro Camargo, doutor em cânones, ambos amigos de mais íntimo trato do padre Diogo Antônio Feijó, de quem guardava com carinho alguns objetos (um colete de veludo com botões de ouros, uma bengada com castão de prata, gravado o nome Feijó, uma Bíblia e paramentos para a missa). Finou-se em 27 de setembro de 1876 e seu corpo foi "encomendado solenemente" pelo vigário Francisco de Abreu Sampaio e sepultado no Cemitério da Irmandade do SS. Sacramento (Arq.ª cit.ª de Campinas, L.º de óbitos 1.º, fls. 82 — 1870-1882).

Filhos:

7-1 Querubim Uriel Ribeiro de Castro casou com Maria Isabel de

Arruda Leite Penteado.

Filhos:

8-1 José de Arruda Camargo casou com Maria Garcia da Silva natural de Queimados, no Estado do Rio.

Filhos:

9-1 Aurora, nascida em São Paulo, em 4 de novembro de 1896, casada com Francisco de Paula Xavier de Toledo, contador, natural de Campinas, nascido em 6 de dezembro de 1895, filho de Firmínio Tamandaré de Toledo, comerciante, natural de Sorocaba, e de Antônio Monteiro de Carvalho e Silva, natural de Campinas.

Filhos:

10-1 Eunice, natural de São Paulo, nascida a 31 de agosto de 1919, solteira.

10-2 Edith, natural de São Paulo, nascida em 15 de março de 1921, solteira.

10-3 Edgard Camargo de Toledo, natural de Santos, nascido em 16 de maio de 1923, solteiro.

10-4 Egberto Camargo de Toledo, natural de Santos, nascido em 5 de outubro de 1924, solteiro.

10-5 José Roberto Camargo de Toledo, natural de São Paulo, nascido em 21 de novembro de 1926, solteiro.

9-2 Clotilde, natural de São Paulo, nascida em 24 de janeiro de 1897, casou com Paulo Belegarde, natural do Estado de Santa Catarina, filho de Antônio Cândido



Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro

**Belegarde e Natalia.****Filhos:**

- 10-1 Vera, natural de Santos, nascida em 23 de dezembro de 1926, solteira.  
10-2 Nelly, natural de Santos, nascida em 19 de abril de 1929.  
10-3 Paulo Belegarde Júnior, natural de Santos, nascido em 10 de julho de 1931.  
9-3 Ruy Camargo, natural de S. Paulo, nascido em 23 de novembro de 1900, falecido em 14 de dezembro de 1932 (Revolução de 1932). Solteiro.  
9-4 Maria Isabel, natural de S. Paulo, casou com Décio Maia.

**Filho:**

- 10-1 Sergio de Camargo Maia, natural de Santos, nascido em 17 de dezembro de 1926, solteiro.  
9-5 Santuzza, natural de S. Paulo, nascida em 9 de agosto de 1906, casada com Otávio Mello, natural de Piracicaba, nascido em 9 de abril de 1902, filho de João Batista de Mello, natural de Tietê e de Antônia Alves, natural de Piracicaba. Sem geração.  
9-6 Lúcia, natural de S. Paulo, casou com Edmur Ferreira de Camargo, natural de Campinas, filho de Américo Ferreira de Camargo.

**Filhos:**

- 10-1 Carmen Lúcia.  
10-2 José Américo.  
9-7 José Arruda de Camargo Júnior, natural de São Paulo, nascido em 21 de maio de 1912, dentista, solteiro.  
9-8 Edina, natural de São Paulo, solteira.  
8-2 Francisco Xavier Ribeiro de Camargo Castro casou com Antônia, filha de João Lopes de Andrade e Ana Bueno.

**Filhos:**

- 9-1 João Batista Ribeiro de Castro casou com Maria, filha de Domingos e Amélia Rossini.

**Filhos:**

- 10-1 Luiz Carlos  
10-2 Benvinda  
9-2 Querubim Uriel Ribeiro de Castro casou com Elisa, filha de Francisco da Costa Pires e Zulmira de Barros.

**Filhos:**

- 10-1 Querubim Uriel.  
10-2 Maria Elisa.  
10-3 Ivo  
9-3 Luiz Felipe, falecido.  
9-4 Maria Isabel casou com Sérgio Silveira Pinheiro, filho de João de Oliveira Pinheiro, 8-6, e Alzira Silveira Almeida. Com geração.  
9-5 Antônio Francisco Ribeiro de Castro casou com Alice, filha de José Bonifácio de Moura e Marcília de Moura.

## Filhos:

- 10-1 Luiz Antônio  
 10-2 José Marcellio  
 10-3 Paulo Roberto  
 9-6 José Bonifácio Ribeiro de Castro casou com Clara, filha de Júlio e Maria Blander.

## Filhos:

- 10-1 Maria Clara  
 10-2 José Luiz  
 9-7 Ana Dulce casou com Adalberto Mendes dos Santos, filho de Antônio e Miquelina Mendes dos Santos. Segunda geração.  
 8-3 Joaquim Otávio Ribeiro de Castro, nascido em Campinas a 17-10-1866, casou com Maria das Dores Lima, filha de Bernardino de Lima Barbosa e Beatriz Alves de Alvarenga, naturais de Campinas.

## Filhos:

- 9-1 Otávio de Lima e Castro, nascido em Campinas a 19-4-1892, solteiro, jornalista, trabalhou no "O Estado de São Paulo", foi redator do "Diário Nacional", editado em São Paulo, atualmente é procurador da Usina Ester, em Cosmópolis, município de Campinas.  
 9-2 Gulomar, nascida em Amparo a 16-2-1894, casou com Antônio Inácio Guimarães, filho de José Martins Guimarães, de Jundiá e Lidia Lacerda Franco, de Araras, cirurgião-dentista do Corpo de Saúde da Força Pública de São Paulo.

## Filhos:

- 10-1 Maria Estella de Castro Guimarães, nascida em São Paulo a 15-12-1917, solteira, estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.  
 10-2 Otávio de Castro Guimarães, nascido em São Paulo a 17-5-1919, solteiro, estudante da Escola de Comércio Alvares Penteado.  
 10-3 José Carlos, nascido em Campinas a 17-3-1921.  
 10-4 Afonso, nascido em Campinas a 29-7-1924, solteiro, estudante.  
 10-5 Tereza, nascida em Campinas a 20-11-1926.  
 10-6 Gulomar, nascida em São Paulo a 1º-12-1928.  
 9-3 Paulo de Lima e Castro, nascido em Campinas a 23-4-1896, jornalista, trabalhou no "O Estado de S. Paulo", diretor da Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura, casou 1.º com Constança Pilar Mendes dos Santos, natural de Portugal, e 2.º vez com Eleonora Navajas, filha de Emilio Navajas, natural de Porto Rico e Maria das Neves Belda, natural da Espanha.

## Filho:

Do 1.º casamento:

- 10-1 Angela de Lima e Castro, nascida em São Paulo a 21-10-1929.

## Do 2.º casamento:

- 10-2 Eleanora Maria Paula, nascida em São Paulo, a 13-7-1938.  
 9-4 Maria Isabel, nascida em Campinas a 29-11-1898, casou com Paulo Pinto Bittencourt, filho de João Viana Bittencourt e Ludgeria Pinto.

## Filho:

- 10-1 Paulo Castro Bittencourt, nascido em São Paulo a 18-1-1928  
 9-5 Gentil de Lima e Castro, nascido em Rio Claro a 22-11-1900, jornalista, casou com Aparecida, filha de João Ramos e Benedita Maia, natural de Itatiba.

## Filhos:

- 10-1 Joaquim Otávio de Lima e Castro, nascido em São Paulo a 24-4-1932  
 10-2 João Maria, nascido em São Paulo a 18-3-1934  
 10-3 Francisco Cesar, nascido em São Paulo a 5-8-1936  
 10-4 Iolanda, nascida em São Paulo a 13-6-1938  
 9-6 Beatriz, nascida em Rio Claro a 18-12-1902, professora normalista, solteira.  
 9-7 Iolanda, nascida em Araras a 27-10-1904, falecida solteira em 9-2-1938. Professora normalista.  
 9-8 Rui de Lima e Castro, nascido em Araras a 20-7-1907, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1933, jornalista, solteiro.  
 9-9 Lúcia, nascida em Araras em 24-11-1909, professora normalista, solteira.  
 9-10 Clímene, nascida em Araras a 7-12-1911, professora normalista, diplomada em piano pelo Conservatório de São Paulo, casou com Artur Kauffmann, filho de Elias e Clara Kauffmann, naturais da Rússia.

## Filha:

- 10-1 Laís, nascida em São Paulo a 14-3-1938  
 7-2 Maria Cândida Ribeiro Pacheco casou com Antônio Pacheco da Fonseca Mello.

## Filhos:

- 8-1 Antônio de Sousa Ruel casou com Ana Amaro Dias Vieira, natural de Santo Amaro, filha de José Amaro Vieira e de Maria Francisca Vieira.

## Filhos:

- 9-1 Maria Candida, viuva de José Gasiorowsk.

## Filhos:

- 10-1 Thereza de Jesus  
 10-2 Maria de Lourdes  
 10-3 Antônio  
 10-4 Estanislau  
 9-2 Faustino casou com Ana, filha de Joaquim Luiz, natural de Brotas.  
 Filhos:  
 10-1 José  
 10-2 Benedicta

- 9-3 Felício, solteiro  
 9-4 Manoel, solteiro  
 9-5 Anna, solteira  
 9-6 Antonia, solteira  
 9-7 Raymundo, solteiro  
 8-2 Anna Cherbina casou com Manoel Antonio de Oliveira Pinheiro, filho do n.º 7-4, onde tem geração  
 8-3 Calixto José de Mello casou com Elisa, residentes em Paraguaçu, Est. de São Paulo.

## Filhos:

- 9-1 Antonio, casado  
 9-2 Thiago  
 8-4 Paulo de Mello casou com Vitalina Cordeiro, residentes em Pirajui. Com geração.  
 7-3 Francisca de Assis Ribeiro da Fonseca, batizada em Campinas aos 3 de junho de 1835, foram seus padrinhos o exmo. D.º Antonio Feijó, por procuração a José Mendes Ferraz, e D.ª Maria Luzia (mais tarde, Baronesa e Viscondessa de Campinas), mulher de Francisco Egídio de Souza Aranha; vigário, Joaquim Anselmo de Oliveira (L. 5.º, fls. 123, 1830-1839). Casou-se aos 15 de maio de 1856, em Campinas, com José Mateus da Fonseca Melo, natural de Itú, filho de José Rodrigues do Amaral e Ana Eufrosina da Cunha Fonseca. Temnetunhas: Joaquim José dos Santos, viuvo, e dr. Ricardo Gumbleton Daunt, casado (L. 5.º, fls. 110 v.).

## Filhos:

- 8-1 Maria Hipólita casou-se a 19 de maio de 1877, em Campinas, com João Paulo de Albuquerque Bloem, natural da Bahia, filho de Antero Augusto de Albuquerque Bolea e de Luiza Candida da Silva, sendo celebrante o padre Haroldo de Tracy Prado de Camargo Dauntre (L. 1.º, fls. 67 — casamentos de livres de 1870 a 1887 da antiga Matriz de Santa Cruz, atual do Carmo); neto paterno do Major João Bloem, natural da Suécia, engenheiro, antigo diretor da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema.

## Filhos:

- 9-1 Dr. Antero Bloem (Antero Augusto de Albuquerque Bloem) nasceu em Campinas, a 7 de fevereiro de 1878. Foi jornalista, integrando a redação do "Estado de São Paulo" e de outros jornais paulistas. Como poeta, destacamos, entre outras poesias esparsas, o "Cristo de Marfim", datado de 1896, que lhe assegurou, no parecer de seus contemporâneos, o nome de um dos mais delicados poetas paulistas. Fez o seu curso de Direito na Faculdade de São Paulo, diplomando-se na turma de 1904. Foi taquígrafo do Congresso de São Paulo e chefe, a partir de 1912, do respectivo Serviço. Foi chefe do gabinete do Ministério da Agricultura, na gestão de Padua Sales, em 1918-1919. Nomeado diretor dos Patronatos Agrícolas, nesse cargo faleceu pouco depois, no Rio de Janeiro, em

23 de outubro de 1919, com 41 anos de idade. Sua produção literária, que não foi grande, em virtude da vida de intenso trabalho que sempre teve, não se acha recolhida em volume. Por desejo de Antero Bloem, essa publicação não se fará, pois era sua intenção publicá-la apenas depois de uma revisão, que não chegou a fazer. Casou com Jandira Azevedo, filha de Antônio Vitor Azevedo e Prudenciana Almeida Pedroso.

- 10-1 Dr. Rui Bloem, diplomado pela Faculdade de Direito de S. Paulo, secretário da Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo, casou-se com Dulce Rodrigues, filha de Gil Souza Rodrigues e Lucília Bellegarde, irmã do dr. Carlos Bellegarde.

## Filhas:

- 11-1 Elly, nascida em 7 de julho de 1929.  
 11-2 Dora, nascida em 16 de outubro de 1931.  
 11-3 Vera Helena, nascida em 17 de julho de 1934.  
 10-2 Ruth, casada com Teodoro de Arruda Souto, engenheiro, professor da Escola Politécnica de São Paulo.

## Filhas:

- 11-1 Evelina, nascida a 8 de outubro de 1926.  
 11-2 Carmen Ruth, nascida a 16 de julho de 1931.  
 10-3 Darcí, oficial-maior, diretor administrativo da Secretaria da Agricultura, casou com Maria Conceição, filha de Manuel Viana de Queiroz e Guihermina Arantes. Sem geração.  
 10-4 Ari, estudante, casado com Lucí Costa Leite, filha do dr. Orlando da Costa Leite, diplomado pela Faculdade de São Paulo em 1912, natural de Botucatu, delegado de Polícia no Estado (filho do dr. Antônio José da Costa Leite, médico, natural da Bafa, e Cândida Castilho) e de Maria Augusta Sertório, filha de Augusto Sertório Bueno Camargo.

## Filhos:

- 11-1 Lilian Regina Elisabeth, nascida em São Paulo aos 17 de julho de 1939.  
 11-2 Joice Elisabeth, nascida em São Paulo a 15 de junho de 1941.  
 11-3 Antero Augusto de Albuquerque Bloem Neto, nascido em S. Paulo aos 11 de janeiro de 1943.  
 9-2 João Paulo de Albuquerque Bloem Filho casou primeiro com Sílvia Miranda, sem geração do segundo casamento com Alice Miranda.

## Filha:

- 10-1 Aparecida casou com Dr. Mauro da Silveira, en-



genheiro. Com geração.

- 9-3 Maria Luiza Bloem Nogueira primeira mulher de Jorge Nogueira Ferraz, lente do Ginásio do Estado em Campinas, fundador e diretor do Colégio Ateneu Paulista da mesma cidade, filho de João Nogueira Ferraz e Antônia Eufrosina Almeida Sales (Silva Leme, vol. 4.º, página 53).

Filhos:

- 10-1 Dr. Jorge Bloem Nogueira, médico-veterinário, jornalista, contador, funcionário do Serviço de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura, casou com Nelzir de Miranda, filha de Francisco Antônio de Miranda e Emilia Etelvina de Arruda. Sem geração.

10-2 José, falecido.

10-3 Ivo Bloem Nogueira, dentista, solteiro.

- 9-4 Matilde casou em primeiras núpcias com Carlos Pinheiro Júnior, e segunda vez com Eugênio Lefevre, engenheiro.

Filhos do primeiro casamento:

10-1 Enoé, solteira.

10-2 Maria de Loreto, casada.

10-3 Carlos Gui, casado, sem geração.

10-4 Rubens, casado com Guaraciaba Nogueira de Sá.

Filho:

11-1 Roberto.

- 9-5 Luiza Cândida casou com Mário Rodrigues Dias, engenheiro agrônomo, neto do Dr. Cândido Rodrigues, vice-presidente do Estado de S. Paulo.

Filha:

10-1 Maria Helena, nascida em 13 de setembro de 1931.

- 9-6 Maria José, falecida em 9 de maio de 1939, casou com Artur Gonçalves dos Santos, filho do Cel. João Gonçalves dos Santos (Silva Leme, vol. 6, página 405, n. 12-10).

Filhos:

10-1 Artur.

10-2 Renato.

10-3 Maria de Lourdes.

- 9-7 Ester casou com Antônio Hércules da Silveira.

Filho:

10-1 Luiz Antônio, nascido em 27 de dezembro de 1928.

- 8-2 Ana Eufrosina casou com Paulino Moniz, nascido em 19 de março de 1858, no Rio de Janeiro, filho de Agostinho de Andrade Moniz e Cândida Moniz.

Filhos:

- 9-1 Paulino Moniz Filho, professor público, casado com

Maria de Queiroz Pinto, filha de Antônio de Queiroz Pinto e Alexandrina Moraes da Silva.

- Filhos:

- 10-1 Cesídio Pinto da Fonseca Moniz, nascido em 14 de novembro de 1911, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1938, Delegado de Polícia no Estado, casou-se com Vilva da Fonseca Moniz.

Filha:

11-1 Regina Elisabete, nascida em São Paulo aos 10 de janeiro de 1942.

11-2 Washington Luiz, nascido em S. Paulo aos 8 de novembro de 1943.

- 10-2 Ariovaldo, nascido em 28 de novembro de 1914, acadêmico de Direito.

10-3 Zaira, nascida em 11 de março de 1916.

10-4 Maria Estela, nascida em 3 de outubro de 1920.

10-5 Laís, nascida em 7 de outubro de 1923.

- 9-2 Jaime Moniz, nascido a 19 de novembro de 1883 e falecido em 2 de setembro de 1929 em Campinas, foi casado com Matilde Sbraggia Moniz, filha de João Sbraggia, natural de Luca-Itália, nascido em 16 de abril de 1850 e falecido em Campinas aos 11 de julho de 1921, onde foi comerciante e fazendeiro, e de Cesira Pieri Sbraggia, também de Luca, nascida aos 6 de janeiro de 1849 e falecida em Campinas a 28 de novembro de 1932.

Filhos:

- 10-1 Dr. João Sbraggia Moniz, médico veterinário, casou-se em Campinas, a 10 de fevereiro de 1933, com Jaci Oppermann, filha de Jaime Oppermann, natural de Campinas, e Angelina Turoni, natural da Itália.

Filhos:

11-1 Roberta, nascida a 6 de março de 1938.

11-2 João Rui, nascido aos 2 de julho de 1939, em Campinas.

- 10-2 Gilberto Sbraggia Moniz, nascido em Campinas a 20 de maio de 1916, solteiro.

10-3 Luciano Sbraggia Moniz, nascido em Campinas a 20 de maio de 1916, solteiro.

10-4 Hélio Sbraggia Moniz, nascido em Campinas aos 24 de outubro de 1918, solteiro.

10-5 Jaime Sbraggia Moniz, nascido em Campinas a 25 de janeiro de 1919, solteiro.

- 9-3 Adalgisa casou-se com Lauro Alvaro de Souza Camargo, falecido, filho do major Elisiário Alvaro de Souza Camargo, e de Ana Duarte de Souza Camargo.

## Filha:

10-1 Laura Alvaro de Souza Camargo, nascida em Campinas, solteira, residente em São Paulo.

7-4 Ana Isabel Ribeiro de Camargo e Castro casou com Antônio José de Oliveira Pinheiro, secretário interino da 1.<sup>a</sup> Sessão da 1.<sup>a</sup> Câmara de Brotas em 1859, filho de Manuel Antônio Pinheiro, um dos fundadores da cidade de Brotas, e de Maria Teresa de Jesus. Manuel Antônio doou em 1868 o terreno onde se ergue hoje a bela matriz de Brotas, que tem por padroeira N. S. das Dores de Brotas. Foi proprietário das fazendas Monte Alegre, Monte Alto, Palmeirinha e parte da fazenda S. Luiz, município de Brotas.

## Filhos:

8-1 Antônio de Oliveira Pinheiro casou em primeiras nupcias com Brasilina Carneiro, e segundas nupcias com Maria Gertrudes dos Santos Camargo, 8-2, filha de 7-11, adiante.

## Filhos:

Do primeiro casamento:

9-1 Francisca Pinheiro Carneiro casou com Antônio de Souza Lara.

## Filhos:

10-1 Alfredo de Souza Lara casou com Genoveva Malaguti.

## Filhos:

11-1 Inocência.  
11-2 Benedita.  
11-3 Nair Estelina  
11-4 Maria Antônia.

10-2 Cecília casou com José Ribeiro dos Santos, neto de 7-11, onde tem geração.

10-3 Antonieta casou com João Silva. Sem geração.

10-4 Lázara casou com José D'Orta Filho.

## Filhos:

11-1 Antônio.  
11-2 Júlia.  
10-5 Santa, solteira.  
10-6 Isabel, casada com Lázaro Dorta.

## Filhos:

11-1 Maria Aparecida.  
11-2 Luiz.

9-2 Maria casou com João Batista de Camargo, filho da Paula Ribeiro Leite, neta do comendador Querubim.

## Filhos:

10-1 Maria Aparecida casou com Abraão Jibara, natural de Garça.

## Filhos:

11-1 Maria Isabel.

11-2 Maria Sílvia.

10-2 Paulo casou com Aurora de Oliveira.

## Filhos:

11-1 Paulo.

11-2 Palmércio.

11-3 Plínio.

9-3 Minervina casou com Antônio de Figueiredo Pinheiro, 9-1, filho de 8-8, onde tem geração.

9-4 Margarida casou com José Silva Pinheiro, 9-2, filho de 8-4, seguinte, onde tem geração.

9-5 Idalina casou com Jacó Bressen.

## Filha:

10-1 Edna Rita.

Do segundo casamento com Maria Gertrudes:

9-6 Clarice, solteira.

9-7 Ester Rita casou com João de Deus Pinheiro, 9-4, filho de 8-5, seguinte. Sem geração.

9-8 José.

9-9 Benedito.

9-10 Alice casou com Antônio da Silva Braga.

8-2 Manoel Antônio de Oliveira Pinheiro, um dos benfeitores da Matriz de Brotas, casou com Ana Querubina (Sinhara) da Fonseca (filha de 7-2 retro). Proprietária das fazendas Santana do Laranjal, Alto da Serra das Palmeiras e São Sebastião do Paraíso, bairro Pinheiros, município de Brotas.

## Filhos:

9-1 Ana Cândida casou com Clodoaldo de Camargo Sampalo (8-4, filho de 7-9, onde tem geração). Proprietário das fazendas Santana do Laranjal, Alto da Serra das Palmeiras e São Sebastião do Paraíso, bairro Pinheiros, município de Brotas.

9-2 Maria Aparecida, falecida.

9-3 Maria Isabel, falecida.

8-3 Sebastião Oliveira Pinheiro, solteiro, falecido.

8-4 José Oliveira Pinheiro casou com Amélia da Silva Braga, filha de João Braga, natural de Portugal.

## Filhos:

9-1 João da Silva Pinheiro casou com Margarida, 9-1, filha de Adão Camargo Sampalo, 8-1, filho de 7-9, adiante.

## Filhos:

10-1 Maria Isabel, solteira.

10-2 Luiz Clarete, solteiro

10-3 Diva

10-4 Domingos Savio

10-5 Darci

10-6 Maria Amélia  
9-2 José da Silva Pinheiro casou com Margarida, 9-4, filha de 8-1, retro.

## Filhos:

10-1 Maria Aparecida  
10-2 Raquel  
10-3 Ruth  
10-4 Antônio  
10-5 Daniel  
10-6 João Bosco  
10-7 Rita  
10-8 Adail Tadei, falecido  
9-3 Maria das Dores casou com Sebastião Pinheiro Florin, 9-2, filho de Maria Rosário Pinheiro, 8-7, onde tem geração.  
9-4 Antônio da Silva Pinheiro casou com Albina, filha de Antônio Costa Florin, natural de Brotas.

## Filhos:

10-1 Teresinha de Jesus  
10-2 José  
10-3 Maria Inês  
10-4 Dorotéa  
10-5 Maria Otília  
10-6 Antônio Jerson  
9-5 Manoel da Silva Pinheiro casou com Santa, filha de Manoel da Silva Braga, natural de Brotas.

## Filhos:

10-1 Teresinha de Jesus  
10-2 José  
10-3 Maria da Penha  
10-4 Moacir  
9-6 Francisco Silva Pinheiro, casado com Matilde, filha de Antônio Costa Florin, natural de Brotas.

## Filhos:

10-1 Dirce  
10-2 Doraci de Lourdes  
10-3 Rita Dorotéa  
10-4 José Haroldo  
9-7 Luiz Gonzaga Silva Pinheiro casou com Geralda, 9-4, filha de Joaquim de Oliveira Pinheiro, 8-5, seguinte.

## Filho:

10-1 Geraldo Déclo  
9-8 Ana de Jesus casou com José da Silva Braga Júnior, natural de Brotas.

## Filhos:

10-1 Norival  
10-2 Nadir  
10-3 Nilva

9-9 Lídia casou com João da Silva Braga, irmão de José da Silva Braga Júnior, casado com 9-8, retro.

## Filhas:

10-1 Maria Marisa  
10-2 Maria Amélia  
9-10 Pedro, solteiro  
9-11 Maria do Carmo, solteira.  
8-5 Joaquim de Oliveira Pinheiro, vereador da Câmara de Brotas em 1930, casou com Luiza, filha de Antônio Souza Lara, de Porto Feliz, e de Eudóxia Lázara de Souza, de São Carlos do Pinhal.

## Filho:

9-1 Maria Auxiliadora casou com Hortêncio da Silva Braga, natural de Brotas.

## Filhos:

10-1 Maria Romilda, falecida.  
10-2 Matilde casou com Júlio de Castro Florin.

## Filho:

11-1 Júlio  
10-3 Sebastiana  
10-4 Ranulfo Pinheiro Braga  
10-5 Laércio Pinheiro Braga  
10-6 José Pinheiro Braga  
9-2 Laura casou com Otone Piva

## Filhos:

10-1 José  
10-2 Maria Marta  
10-3 Eunice  
10-4 Ligia  
10-5 Célia  
10-6 Dêlse  
9-3 Antônio de Souza Pinheiro casou com Maria José, 9-3, filha de Adão Camargo Sampaio, 8-1, filho de 7-9, adiante.

## Filhos:

10-1 José  
10-2 Antônio  
10-3 Maria de Lourdes  
10-4 Maria Helena  
9-4 João de Deus Pinheiro casou com Ester Rita, 9-7, filha de Antônio de Oliveira Pinheiro, 8-1, retro; sem geração.  
9-5 Leontina casou com Antônio da Silva Braga. Sem geração.  
9-6 Raul de Souza Pinheiro, solteiro.  
9-7 Geralda casou com Luiz Gonzaga da Silva Pinheiro, 9-7, filho de José de Oliveira Pinheiro, 8-4, retro, e de

Amélia da Silva Braga.

8-6 João de Oliveira Pinheiro casou com Alzira, filha de Frutuoso da Silveira Almeida e de Gertrudes da Silveira Almeida, residentes em Pirassununga, à rua Duque de Caxias, 33.

Filhos:

9-1 Sérgio Silveira Pinheiro casou com Maria Isabel, 9-4, filha de Francisco Xavier Ribeiro de Camargo Castro (8-2, filho de 7-1).

Filhos:

10-1 Juraci  
10-2 João Francisco  
10-3 Vera  
10-4 Armando  
10-5 Afonso  
9-2 Clotilde  
9-3 Clodomira  
9-4 Sofia, casada com Angelo Pereira Nunes

Filha:

10-1 Vilma  
9-5 José  
9-6 Gaspar  
9-7 Antônio José Silveira Pinheiro  
9-8 Aquiles  
9-9 João Sálvio  
9-10 Eloá Teresinha  
8-7 Maria do Rosário Pinheiro casou com Clementino da Costa Florin, filho de José da Costa Florin e de Felicidade Fernandes Florin.  
9-1 Luiz Gonzaga casou com Teresa Florin, filha de Antônio Costa Florin, natural de Brotas

Filhos:

10-1 Clementino  
10-2 Felicidade  
9-2 Sebastião Pinheiro Florin casou com Maria das Dores, filha de 9-3, retro.

Filhos:

10-1 Iná, casada com Manoel Silva Braga Júnior. Sem geração.  
10-2 Geraldo  
10-3 Maria  
10-4 Lidia Clementina  
9-3 Maria Guiomar casou com Leônidas da Silva Braga  
9-4 Clementino casou com Maria Silveira Florence, filha de Antônio S. Florence.

Filha:

10-1 Maria  
8-8 Ana das Dores Pinheiro casou com Francisco Uladislau de Figueiredo.

Filhos:

9-1 Antônio, casado com Minervina, 9-3, filha de 8-1, retro.

Filhos:

10-1 José  
10-2 Maria Aparecida  
10-3 Plínio  
9-2 Uladislau  
9-3 Francisco  
9-4 Sebastiana  
9-5 Emília  
8-9 Maria Augusta de Pinheiro casou com Pedro Silveira Almeida, filho de Frutuoso Silveira Almeida e Gertrudes da Silveira Almeida.

Filhos:

9-1 Renato  
9-2 Regina, viúva de Nicola Boreli.

Filhos:

10-1 Maria Aparecida  
10-2 José Elcio  
10-3 Nicolete  
9-3 Maria Isabel, casada com Antônio Silva Braga Sobrinho

Filhos:

10-1 Maria da Penha  
10-2 Vilson  
10-3 Nelson  
10-4 Neusa  
9-4 Estela, casada com Guilherme Booter Zoéga.

Filhos:

10-1 Guilherme Júnior  
10-2 Maria Stela  
10-3 Maria Sílvia  
10-4 Maria Helena  
9-5 Guilherme  
9-6 Célia  
9-7 Hélio  
9-8 Gilberto  
7-5 Rafaela Carolina de Camargo Barros, afilhada de batismo de d. Maria Justina de Camargo, única irmã do padre Diogo Antônio Feijó, casou-se com José Ribeiro de Camargo Barros. Em sua residência em Brotas, aos 13 de maio de 1897, realizou-se uma reunião de 32 pessoas gradas da cidade para a fundação do Grémio Literário e Recreativo Brotense, iniciativa do capitão Joaquim Ribeiro dos Santos e de Vicente José Neto. Faleceu em Jaú, com 55 anos de idade, sendo sepultada em Brotas.

Filhos:

8-1 Joaquim de Camargo Barros, nascido aos 12 de dezembro de 1866, casou com Isabel de Moraes Navarro, filha de An-

tônio Manuel de Moraes Navarro e Maria Justina de Barros.

Filhos:

- 9-1 Cícero de Camargo Barros, nascido em 24 de janeiro de 1895, funcionário bancário, casou com Diana Mendes, filha de José Mendes e Sebastiana da Silveira. Sem geração.
- 9-2 Antonino de Camargo Barros, nascido a 8 de junho de 1899, casou com Maria de Lourdes. Sem geração.
- 8-2 Maria das Dores Camargo Barros, falecida solteira aos 27 de julho de 1938, em Brotas, com 70 anos de idade.
- 8-3 Ana Gabriela casou com Antônio Dias de Almeida, em 14 de abril de 1887, filho de José Dias de Almeida, de Piracicaba.

Filhos:

- 9-1 Antônio de Camargo Almeida, nascido a 2 de maio de 1891, casou com Ana Marques, filha de Joaquim Marques de Sousa e Maria Luiza Porto.

Filhos:

- 10-1 Maria de Lourdes, nascida em 7 de janeiro de 1914, diplomada pela Escola Normal Padre Anchieta, solteira.
- 10-2 José Carlos, nascido em 5 de março de 1921, estudante.
- 9-2 Edgar de Camargo Almeida, nascido em 23 de dezembro de 1894, cirurgião-dentista, solteiro.
- 8-4 José de Anchieta Camargo Barros casou em primeiras núpcias com Amélia de Matos, e segunda vez com Ismênia Galvão, filha de José Saturnino Dias Galvão e Júlia Galvão. Filha do primeiro casamento:
- 9-1 Maria de Lourdes casou em primeiras núpcias com José Bueno Fonseca e segunda vez com Antenor Ribeiro dos Santos, filho de 7-11.
- Do primeiro casamento teve os filhos:
- 10-1 José
- 10-2 Plínio.
- 10-3 Laura
- 10-4 Iraides
- Do seu segundo casamento teve:
- 10-5 Otilia
- Do seu segundo casamento com Ismênia Galvão teve:
- 9-2 Francisco de Camargo Barros, solteiro
- 9-3 Regina casou com João de Moura, filho de Américo Vicente e Maria Piedade de Moura. Sem geração.
- 8-5 Francisca, nascida a 5 de agosto de 1877, em Brotas, casou com Joaquim Ribeiro, filho de Antônio Francisco e Maria Emília Ribeiro, naturais de São Carlos:

Filhos:

- 9-1 Maria da Conceição casou com José Garcia Simões. Sem geração.
- 9-2 Olga, nascida em 22 de julho de 1897, em Brotas, casou com João Goubart, engenheiro mecânico.

Filho:

- 10-1 Jurandir, nascido em 13 de agosto de 1925.
- 9-3 Leontina, nascida em 1 de março de 1901, solteira.
- 9-4 Rafaela, nascida em 3 de julho de 1902, casou com Mário Batista, filho de Alfredo Batista e Alexandrina Costa.

Filhos:

- 10-1 Maria Wanderley, nascido em 3 de junho de 1934.
- 9-5 Geraldina, nascida em 24 de setembro de 1904, casou com Alberto Marçal, gerente da Companhia Texas, em Santos, filho de Eugênio Marçal e Rosa Neves.
- 9-6 Olavo, nascido em 8 de setembro de 1906, casou com Isabel, filha de João Batista Laureano e Pedrina B. Laureano. Sem geração.
- 9-7 João, nascido em 8 de dezembro de 1908, solteiro.
- 9-8 Guaraciaba, nascida em 19 de fevereiro de 1909.
- 9-9 Adelmo, nascido em 17 de fevereiro de 1912.
- 9-10 José Anchieta Ribeiro, nascido em 21 de novembro de 1918, estudante.
- 8-6 Maria Madalena, solteira, falecida em 6 de abril de 1934.
- 8-7 Sebastiana casou com José Luiz Simões, filho de Amador Flávio Simões, natural do Estado de Minas.

Filho:

- 9-1 Jandira, nascida em 20 de novembro de 1898, casou com Silvío Silveira Melo, filho do Dr. João Batista Silveira Melo, médico, de Piracicaba.

Filhos:

- 10-1 João Batista, nascido em Brotas, em 16 de setembro de 1925.
- 10-2 Maria Amélia, nascida em Brotas, em 26 de novembro de 1926.
- 10-3 Silvío, nascido em Brotas, em 13 de julho de 1928.
- 10-4 Josete, nascido em Brotas, em 22 de agosto de 1933.
- 10-5 Jandira, nascida em Brotas, em 12 de fevereiro de 1932.
- 10-6 Maria da Glória, nascida em Piracicaba, em 15 de agosto de 1938.
- 9-2 Amador de Camargo Simões casou com Marina, filha de Antônio e Carmen Estério.

Filho:

- 10-1 Luiz Wilson, nascido em 1 de julho de 1938.
- 10-2 Vera Regina, nascida no Rio de Janeiro a 30 de outubro de 1942.
- 9-3 Cíntia, nascida em 1900.
- 9-4 Lucila, nascida em 1902 casou com Elias Seidenberg, natural da Rússia.

## Filho:

- 10-1 Luiz, nascido em 24 de fevereiro de 1938.
- 9-5 Maria José, nascida em 1905, professora normalista, solteira.
- 9-6 José, nascido em 1910, solteiro.
- 9-7 Romeu, nascido em 1912, funcionário do D.N.C.
- 9-8 Zilda, nascida em 1915, professora normalista, casou com Roberto Damas Salgado. Filha: Maria Lúcia, nascida em S. Paulo a 6 de novembro de 1942.
- 9-9 Rafael, nascido em 1917, solteiro, estudante.
- 9-10 Sebastião, nascido em 1919, solteiro, estudante.
- 9-11 Jaime, nascido em 1923, solteiro, estudante.
- 7-6 Joaquina Augusta Ribeiro, casada com Manoel José Vaz Pacheco, filha de Francisco de Almeida Pacheco e Maria da Assunção Vaz Pacheco (Gen. Paulistana, Silva Leme, vol. 4.º Tit. Tenórios, pág. 466), falecida em São José do Rio Pardo em 1902.

## Filhos:

- 8-1 Maria Augusta Pacheco, nascida em Capivari aos 12 de junho de 1869, casada com Cândido José da Silveira, advogado provisionado, filho de Leopoldino Augusto da Silveira Vasconcelos e Maria Vitorina da Silveira, neto paterno de Cândido José da Silveira, que foi Tabelião em Bragança e Guilhermina de Vasconcelos (Ob. cit., vol. 5.º Tit. Alvarengas, pág. 405, 9-2). Cândido José da Silveira (neto) foi um dos pioneiros das ligações telefônicas interurbanas no Brasil, construindo, como concessionário, uma linha telefônica ligando as cidades de Amparo, Itapira, Mogi-Mirim, Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista, posteriormente vendida à Companhia Telefônica Brasileira; faleceu em São Paulo em 25 de abril de 1925, aos 60 anos de idade.

## Filhos:

- 9-1 Plínio Pacheco Silveira, nascido em Amparo aos 24 de agosto de 1889, professor normalista, falecido em São Paulo em 3 de março de 1936. Foi alto funcionário da Companhia Telefônica Brasileira em São Paulo, tendo exercido por muitos anos o cargo de gerente da mesma Companhia em Santos. Casou-se em Campinas em 28 de dezembro de 1909 com Julieta de Magalhães, professora normalista, filha de João Damasceno Magalhães, cirurgião-dentista, e Ana Barreto Magalhães, irmã de D. Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas.

## Filhos:

- 10-1 Lourdes de Magalhães Silveira, nascida em Amparo em 20 de setembro de 1910, casou com Renato Vieira Armando, funcionário do Banco do Estado de S. Paulo, perito contador, filho de Renato Del-

duque Armando e Maria Julieta Vieira Armando. Filhos:

- 11-1 Marco Antônio da Silveira Armando, nascido em S. Paulo a 18 de maio de 1937.
- 11-2 Marco Paulo da Silveira Armando, nascido em São Paulo a 28 de julho de 1938.
- 10-2 Mary Magalhães Silveira, nascida em Amparo aos 30 de outubro de 1912, professora normalista, solteira.
- 10-3 Ruth, nascida em Amparo aos 31 de janeiro de 1914, professora normalista, solteira.
- 10-4 Cândido José da Silveira Neto, nascido em Amparo aos 25 de agosto de 1916, perito contador; funcionário do Instituto de Café do Estado de S. Paulo.
- 10-5 Vanda de Magalhães Silveira, nascida em Santos a 7 de outubro de 1917, professora normalista, funcionária da Secretaria da Educação, casou em S. Paulo aos 9 de outubro de 1937 com Armando Filinto da Silva, funcionário do Banco do Brasil, filho de José Filinto da Silva e Maria Adelaide Marques Filinto da Silva.
- 10-6 Mário de Magalhães Silveira, nascido em Santos aos 4 de fevereiro de 1919, estudante.
- 10-7 Elza de Magalhães Silveira, nascida em Santos aos 14 de junho de 1921, bacharel em Ciências e Letras.
- 9-2 Décio Pacheco Silveira, nascido em Amparo aos 12 de novembro de 1891. Fez seus primeiros estudos em Campinas. Diplomou-se pela Escola de Comércio Álvares Penteado em 1912. Em 1934 recebeu o grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de S. Paulo. Fez o Curso de Filosofia do Prof. Henrique Geenem. Foi gerente do Departamento do Paraná-Santa Catarina da Companhia de Seguros de Vida "Sul América", cargo que deixou em 1921 para gerir o Departamento do Estado de S. Paulo da congênere "A S. PAULO", em que permaneceu até 1925. Gerente do Banco Hipotecário "Lar Brasileiro". Contador do Banco do Estado de S. Paulo, sendo logo promovido a Subgerente e posteriormente a Gerente. Deixou o Banco do Estado em 1933, tendo, nesse mesmo ano, com outros elementos de destaque da sociedade e das finanças de S. Paulo, fundado a Rádio Difusora de São Paulo. Não é apenas um financista triunfador, que fez sua carreira de mensageiro da Companhia Telefônica Bragantina em 1910 a gerente do nosso maior estabelecimento bancário, vencendo mercê dos seus próprios esforços. E, também musicista e crítico literário. Suas composições musicais, entre as quais destacaremos "NoSSa Senhora do Amparo", "Saudades de minha terra", "Noite de Reis", "Folha Caida", e "Mãe Preta" alcançaram sucesso. Criador do programa da Saudade. Lavrador e Industrial. Casou-se em Amparo com Aida Viana, pro-

fessora normalista, nascida em Monte Alegre (Amparo) em 28 de outubro de 1893, filha de Felix Bento Viana Junior e de Maria Marques Viana, neta paterna de Felix Bento Viana, antigo Guarda-mor da Alfândega de Santos, que foi presidente da Câmara daquela cidade e de Maria Luiza Aubin Viana e neta materna de Antônio Pereira Marques, abastado lavrador em Amparo e Benedita de Almeida Marques.

## Filhos:

- 10-1 Décio Geraldo Silveira, nascido em S. Paulo aos 25 de dezembro de 1923, aluno do quarto ano ginasial em 1939. Aos doze anos, já tinha três composições musicais "Minha primeira inspiração" e "Saudades de Campo Limpo", valsas e a polka-maxixe "E na batata", para banda de música.
- 10-2 Renato Ubiratan Tamandaré da Silveira, nascido em São Paulo aos 5 de março de 1933.
- 9-3 Clovis Pacheco Silveira, nascido em Amparo a 16 de março de 1897, perito contador pela Escola de Comércio Alvares Penteado, residente em São José do Rio Pardo, onde se casou em 1923 com Guiomar de Lima Silveira, filha de Antônio Caetano de Lima e Paulina Melo de Lima.
- Filhos:
- 10-1 Maria do Céu de Lima Silveira, nascida em S. José do Rio Pardo em 14 de junho de 1924.
- 10-2 Maria Lucia, nascida em S. José do Rio Pardo a 2 de fevereiro de 1926.
- 10-3 Rosa Maria, nascida em S. José do Rio Pardo a 16 de junho de 1929.
- 10-4 Celina, nascida em S. José do Rio Pardo a 24 de junho de 1930.
- 10-5 Antônio Cândido, nascido em S. José do Rio Pardo a 28 de julho de 1932.
- 10-6 Paulina, nascida em S. José do Rio Pardo a 27 de novembro de 1933.
- 10-7 Adriano, nascido em S. Paulo a 31 de julho de 1935.
- 10-8 Clovis, nascido em S. José do Rio Pardo em 2 de julho de 1938.
- 9-4 Dr. Ciro Pacheco Silveira, nascido em S. José do Rio Pardo a 9 de agosto de 1899. Diplomou-se pela Escola Normal de S. Paulo em 1920. Médico veterinário pela Escola de Medicina Veterinária de S. Paulo em 1922. Faleceu prematuramente em 23 de abril de 1923. Foi músico de fina sensibilidade.
- 9-5 Cândida Pacheco Silveira, nascida em Amparo a 29 de agosto de 1902, professora normalista, casou-se em S. Paulo com Messias de Melo Godói, funcionário do Banco do Estado e bacharelado em direito, nascido em Amparo, em 27 de dezembro de 1898, filho de Adão Avelino de Godói e Ana Elisa de Melo Godói, neta materna de Elias Juvenal de Melo e Josina de Melo.

## Filhos:

- .....
- 10-1 Ciro Rubens, nascido em S. Paulo a 22 de novembro de 1926.
- 10-2 Lincoln, nascido em S. Paulo em 9 de fevereiro de 1930.
- 10-3 Nelson, nascido em S. Paulo em 20 de novembro de 1934.
- 10-4 Luiz Roberto, nascido em S. Paulo em 7 de janeiro de 1938.
- 8-2 Francisco Pacheco, nascido em Capivari em 15 de maio de 1871 e falecido em S. Paulo em 28 de setembro de 1928, casou-se a primeira vez em Serra Negra com Maria Tereza Leite, filha de Felix Leite e Maria Sampaio Leite, falecido em Jaboticabal em 1902. Residiu muitos anos em S. Sebastião da Gramma, onde foi lavrador. Casou-se pela segunda vez nesta localidade com Corina Ribeiro, filhos: Augusto Pretestato Ribeiro e Stela Ribeiro.
- Filhos do primeiro matrimônio:
- 9-1 Sílvia Pacheco, nascida em Serra Negra a 10 de abril de 1893, professora normalista, casou-se em S. Paulo com o jornalista Estanislau Rubens do Amaral, viuvo de Matilde Alves de Arruda, filho de José Elias do Amaral e de Ana Joaquina Pacheco do Amaral.
- Filhos:
- 10-1 Luciano, nascido em S. Paulo em 14 de março de 1890.
- 10-2 Eurico, nascido em S. Paulo em 18 de abril de 1924.
- 10-3 Maria Tereza, nascida em S. Paulo em 9 de agosto de 1925.
- 10-4 Maria Sílvia, nascida em S. Paulo em 6 de maio de 1927.
- 9-2 Alfeu Pacheco, nascido em Serra Negra a 6 de setembro de 1895, engenheiro agrícola pela Escola Agrícola de Piracicaba, casou-se em S. Paulo com Heralde Etott.
- Filhos:
- 10-1 Maria Tereza.
- 10-2 Celso.
- 10-3 Vera.
- 9-3 Célia Pacheco, nascida em Amparo a 16 de maio de 1897, professora normalista, casada com o Dr. Jacinto do Angerami, advogado em Rio Preto.
- Filhos:
- 10-1 Dagmar.
- 10-2 Eduardo.
- 10-3 Maria da Graça.
- Filhos do segundo matrimônio:
- 9-4 Djanira Ribeiro Pacheco, viuva do farmacêutico Moacir Torres.
- Filhos:
- 10-1 Moacir.
- 9-5 Cicero Ribeiro Pacheco, casado com Iolanda Spinardi.

9-6 Cássio Ribeiro Pacheco, casado com Ondina Ribeiro, filha do Dr. Valdemar Ribeiro e de Jovita Ribeiro, neta paterna de Augusto Pretestates Mendes Ribeiro e de Stela Ribeiro.

Filho:

10-1 .....

9-7 Fausto Ribeiro Pacheco, funcionário do Banco do Estado, solteiro.

9-8 José Ribeiro Pacheco.

9-9 Lourdes Ribeiro Pacheco, solteira.

9-10 Augusto Ribeiro Pacheco, solteiro.

9-11 Stela Ribeiro Pacheco, solteira.

8-3 Isaura Pacheco, nascida em Capivari em 15 de maio de 1871, casou-se em Amparo em 26 de maio de 1895 com seu parente Otaviano de Campos Melo, falecido em São José do Rio Pardo.

Filhos:

9-1 Durval, falecido em criança.

9-2 Fausto Pacheco de Melo, nascido em S. José do Rio Pardo, funcionário do Sindicato dos Bancários, casado com Odila Schmidt, irmã do escritor Afonso Schmidt.

Filho:

10-1 Gustavo, nascido em S. Paulo a 4 de dezembro de 1923.

9-3 Otaviano Osvaldo, falecido em criança.

8-4 Manuel Pacheco Filho, nascido em Campinas em 11 de agosto de 1879, casado em S. José do Rio Pardo aos 7 de setembro de 1901 com Maria Rodrigues, falecido em S. Carlos do Pinhal. Foi coletor Estadual nesta cidade e em S. José do Rio Pardo.

Filhos:

9-1 Ofélia Pacheco, nascida em S. José do Rio Pardo em 2 de fevereiro de 1903, solteira.

9-2 Mercedes Pacheco, nascida em S. José do Rio Pardo a 15 de junho de 1905, casada em S. Paulo com Alberto Furlani, funcionário da Companhia Telefônica Brasileira.

Filha:

10-1 Vera, nascida em S. Paulo.

9-3 Nilsa Pacheco, nascida em S. José do Rio Pardo aos 28 de junho de 1905, professora normalista. Casou-se em S. Paulo com Roberto da Rocha Mendes.

9-4 Herci Pacheco, nascida em S. José do Rio Pardo, em 12 de outubro de 1912, casada em S. Paulo com Carlos dos Santos, industrial, filho de Adelino Cecilio dos Santos e Maria Vicentina dos Santos.

Filho:

10-1 Manuel Carlos, nascido em S. Paulo aos 29 de julho de 1932.

9-5 Airton, nascido em S. José do Rio Pardo aos 11 de janeiro de 1905, solteiro.

9-6 Gladys, nascida em S. José do Rio Pardo a 18 de abril de 1918, solteira.

8-5 Alzira Pacheco, nascida em Serra Negra em 22 de junho de 1884, e falecida no Rio de Janeiro em 5 de setembro de 1938, casou com Noberto Ferraz de Matos.

Filhos:

9-1 Nair Pacheco de Matos, nascida em S. Sebastião de Gramma, casada com Onofre Purita, farmacêutico.

Filhos:

10-1 Regina.

10-2 Marina.

9-2 Dirceu Pacheco de Matos casou com Blandina Junqueira, filha de Jose Américo Junqueira.

Filhos:

10-1 Paulo.

10-2 José Américo.

10-3 Marília.

9-3 Dr. Durval Pacheco de Matos, promotor público em Aplai, em 1939.

9-4 João Pacheco de Matos.

9-5 Valter Pacheco de Matos.

9-6 Iná Pacheco de Matos.

9-7 Elza Pacheco de Matos casada com Mário Castanheira, funcionário do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, em 1939.

8-6 Gustavo Pacheco, falecido solteiro em S. José do Rio Pardo, em 1900.

8-7 Arthur Pacheco, nascido em S. José do Rio Pardo a 10 de agosto de 1903, jornalista, secretário da Folha da Noite, de S. Paulo, casado com Maria Aparecida da Mota, filha de Júlio Mota dos Santos e Deolinda Domingues Mota, nascida em Campinas a 25 de dezembro de 1913.

Filha:

9-1 Arlete, nascida em S. Paulo a 10 de março de 1936.

7-7 Paula Emilia Ribeiro casou com José Teixeira de Toledo sem geração.

7-8 Clotilde Eugênia casou-se a 25 de janeiro de 1872 (Matriz Santa Cruz, L. 1.º, fls. 18) com o Comendador Torlogo O'Connor Paes de Camargo Dauntre, seu primo, filho de 6-6, onde vem a geração.

7-9 Maria Miquelina Ribeiro de Sampaio, residente na fazenda Pinheiros, Espraiado, onde veio a falecer no dia 23 de novembro de 1941, com 96 anos de idade, viúva de Sebastião Floriano de Camargo Sampaio, com quem se casara em Campinas a 25 de janeiro de 1872 (L.º 1.º, fls. 17, Matriz Sta. Cruz), filho de Francisco de Paula Sousa Camargo e sua primeira mulher Maria Fausta do Amaral Camargo (Gen. Paulistana, Silva Leme, I, 239).



## Filhos:

8-1 Adão de Camargo Sampaio casou com Ernestina de Sousa Lara.

## Filhos:

9-1 Margarida casou com João da Silva Pinheiro, 9-1, filho de José de Oliveira Pinheiro, 8-4, onde tem geração.

9-2 Eudoxia casou com Sílvio Lopes de Camargo, 9-1, filho de Wenceslau de Camargo Sampaio, 8-3, seguinte, onde tem geração.

9-3 Maria José casou com Antônio Sousa Pinheiro, filho de Joaquim de Oliveira Pinheiro, 8-5, onde tem geração.

9-4 Maria Helena

9-5 Clarinda casou com José Granja

## Filhos:

10-1 José Ariovaldo

10-Emeri

9-6 Nair casou com Celso Guimarães

## Filhos:

10-1 Edna Terezinha

10-2 Benedito Edio

9-7 Antônio de Sousa Sampaio

9-8 Benedita de Sousa Sampaio

9-9 Cacilda Sousa Sampaio

9-10 Leonor Sousa Sampaio

8-2 Ismália casou com Antenor Ribeiro dos Santos, 8-1, filho de Alfredo Justiniano Ribeiro, 7-11, onde tem geração.

8-3 Wenceslau de Camargo Sampaio casou com Antônia Lopes Ribeiro.

## Filhos:

9-1 Benedita, casada com Clementino Florin Sobrinho

## Filhos:

10-1 Terezinha

10-2 Olga

10-3 Diná

10-4 José

10-5 Maria Auxiliadora, falecida

9-2 Sílvio Lopes de Camargo casou com Eudóxia, 9-2, filha de Adão de Camargo Sampaio, 8-1, retro.

## Filhas:

10-1 Elisabeth

10-2 Rita de Cássia

9-3 Isaura casou com Luiz Rodrigues

## Filho:

10-1 Antônio

9-4 Maria de Lourdes casou com Pedro Rodrigues

## Filha:

10-1 Maria Catarina

9-5 Geraldo

9-6 Romeu

8-4 Clodoaldo de Camargo Sampaio casou com Ana Cândida, 9-1, filha de Manuel Antônio de Oliveira Pinheiro, 8-2, filho de 7-4.

## Filhos:

9-1 Manuel Pinheiro de Camargo Sampaio casou com Sebastiana Florin Simões, filha de Anibal Simões e neta do Cel. Amador Flávio Simões, um dos benfeitores da cidade de Brotas, Estado de São Paulo, onde foi chefe político até seu passamento em 11 de junho de 1896.

## Filha:

10-1 Maria da Penha, nascida em Brotas, aos 21 de agosto de 1939.

9-2 Maria Auxiliadora de Cássia

9-3 Clotilde

9-4 Benedito

9-5 Antônio

9-6 Sebastião

9-7 Terezinha

9-8 José

9-9 Joaquim

9-10 Maria Natividade.

7-10 Querubina Rosa de Camargo casou com Francisco de Paula Machado.

## Filhas:

8-1 Olga, nascida em Campinas a 22 de julho de 1883, casou em 17 de abril de 1900 com José Estanislau Barbosa, nascido em Campinas a 28 de abril de 1879 e falecido em São Paulo aos 29 de setembro de 1940. Era filho do Capitão José Rodrigues Barbosa, nascido em 7 de maio de 1838, lavrador e comerciante, e Antônia Xavier da Silva, naturais de Campinas e foi, durante longos anos, funcionário da Secretaria da Agricultura, tendo exercido os cargos de Chefe da 2.ª Secção de Contabilidade e de Contador-Chefe do Departamento de Botânica da mesma Secretaria.

## Filhos:

9-1 Olantina, nascida em 12 de janeiro de 1901, solteira, professora normalista, funcionária da Secretaria da Fazenda.

9-2 Murla, nascida em 23 de março de 1902, casou com Agostinho de Moraes Mendonça.

## Filho:

10-1 Fernando, nascido em 18 de julho de 1933.

9-3 Euridice, nascida a 18 de julho de 1903, casada com Martin Francisco Tamandaré de Toledo, filho do major Firmino Tamandaré de Toledo e Antônia Monteiro de Carvalho e Silva.

## Filhos:

- 10-1 José Paulo, nascido em 1 de maio de 1933  
 10-2 José Luiz, nascido em 5 de março de 1935  
 10-3 Gul, nascido em 15 de janeiro de 1937
- 9-4 Zélia, nascida em 17 de fevereiro de 1905, solteira, funcionária do Instituto Biológico.
- 9-5 Padre Paulo Machado Barbosa, nascido em 20 de julho de 1907, sacerdote da Companhia de Jesús, ordenado a 30 de novembro de 1939, celebrando sua primeira missa aos 10 de dezembro de 1939, na Capela do Colégio São Luiz, em São Paulo.
- 9-6 Francisco de Assis, nascido em 13 de fevereiro de 1910, solteiro, classificador de algodão da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
- 9-7 Rafael Leonardo, nascido em 26 de novembro de 1912, estudante atualmente (1939) em Turim, na Itália.
- 9-8 José Inácio, nascido em 13 de julho de 1913, funcionário do Instituto Biológico, casou com Maria de Lourdes, filha de Jovita Lopes e Alice Pina.
- Filho:
- 10-1 José Antônio, nascido em 28 de maio de 1938.
- 9-9 Maria de Lourdes, nascida em 19 de julho de 1915, diplomada em piano pelo Instituto Musical de São Paulo, solteira.
- 9-10 Iaél Antônia, nascida em 9 de julho de 1917, diplomada em piano pelo Instituto Musical de São Paulo, solteira.
- 9-11 Miguel Geraldo, nascido em 18 de janeiro de 1919, comerciante, solteiro.
- 9-12 Maria Tereza, nascida em 3 de junho de 1921, estudante na Escola de Comércio e diplomada em piano no Instituto Musical de São Paulo, solteira.
- 8-2 Aurea, nascida em Campinas, em 11 de fevereiro de 1887, casou com João Rodrigues Barbosa, filho do Capitão José Rodrigues Barbosa, retro mencionado. Sem geração.
- 7-11 Alfredo Justíniano Ribeiro casou com Anna Rosa, filha de Eleutério dos Santos Camargo, natural de Cotia, filho de Manoel dos Santos Camargo, irmão de 5-1.
- 8-1 Antenor Ribeiro dos Santos casou em primeiras núpcias com Esmália, 8-4, filha de Sebastião Floriano de Camargo Sampaio e de Maria Miquelina Ribeiro, 7-9, e em segundas núpcias com Maria de Lourdes, 9-1, filha de José Anchieta de Camargo Barros, 8-6, filho de 7-5, retro.  
 Do primeiro casamento teve:

## Filhos:

- 9-1 José Ribeiro dos Santos casou com Cecília, filha de Antônio de Souza Lara e Francisca Pinheiro Carneiro, neta de 7-4.

## Filhos:

- 10-1 Sebastião  
 10-2 Catarina  
 10-3 Maria do Carmo

- 9-2 Alfredo Ribeiro dos Santos casou com Marta, filha de Francisco Braga, natural de Brotas, sem geração.
- 9-3 Jorge Ribeiro dos Santos
- 9-4 Maria do Carmo
- 9-5 Alberto
- 9-6 Geralda
- 9-7 Miguel
- 9-8 Terezinha
- Do segundo casamento teve:

## Filha:

- 9-9 Otilia
- 8-2 Maria Gertrudes casou com Antônio de Oliveira Pinheiro, filho de Antônio José de Oliveira Pinheiro e de Ana Isabel Ribeiro Camargo, 7-4, onde tem geração.
- 8-3 Ana casou com Júlio Ferraz, residentes em Amparo.

## Filho:

- 9-1 Santo
- 8-4 Altemira casou com João da Silva Braga, natural de Brotas.

## Filha:

- 9-1 Maria Jose
- 7-12 Diogo Antônio Ribeiro de Castro, solteiro, afilhado do Padre Diogo Antônio Feijó.
- 7-13 Miguel Ribeiro de Camargo Gama casou com Malvina Luzia de Andrade, filha de Raphael Carvalho Andrade e Francisca Emilia dos Santos Camargo.

## Filha:

- 8-1 Maria Ribeiro de Camargo, viuva de Antônio Flaquer, que foi comerciante em Campinas.

## Filhos:

- 9-1 Antônio Flaquer, casado com Alzira de Oliveira, natural de Pindamonhagaba.

## Filhos:

- 10-1 Raquel Beatriz  
 10-2 Mariana Eloisa  
 10-3 Ronaldo Luciano
- 9-2 José Benedito Flaquer, farmacêutico e químico do Instituto Agrônomo do Estado em Campinas.
- 9-3 Haraldo Flaquer, solteiro
- 9-4 Edgard Flaquer, solteiro
- 6-2 Senhorinha Francisca de Jesús recebeu o batismo em 15 de maio de 1814, na Matriz de São Carlos, sendo padrinhos o capitão Bento dos Santos, por procuração ao capitão Joaquim José Teixeira, e a mulher deste, Angela Isabel Maria. Oficiou o ato o coadjutor Bernardo José da Silva (L.º batismos III, fls. 19 — 1813-1819). Consorciou-se com seu tio paterno, Bento José dos Santos, batizado em Cotia a 6 de maio de 1789, falecido aos 26 de outubro de 1858, em Campinas.

e sepultado no jazigo do cônego Melchior, hoje Igreja de São Benedito. Foi d. Senhorinha proprietária das fazendas Roseira, Palmeiras e Macaco Branco, no município de Campinas, tendo residido na cidade à rua Campos Sales (antigas ruas de Santo Antônio e do Bom Jesus) atuais ns. 671 e 675, esquina da rua Ernesto Kuhlmann (antigas ruas do Teatro, do José de Alencar e 24 de fevereiro) e, depois, à rua do Sacramento, atual n. 354, antigos ns. 1 e 47, atualmente propriedade de Joaquim Ferreira Penteado Neto, casa conhecida pela denominação de "Mirante".

## Filhos:

- 7-1 Joaquim Henrique casou com Cândida Leite Penteado, tia do dr. Heitor Penteado. Sem geração.
- 7-2 Capitão José Bento Pereira dos Santos (Juca Bento), vereador em Campinas (1877-1880), (1887-1890), proprietário da fazenda Roseira, casou-se em primeiras nupcias a 8 de julho de 1856, na Matriz de N. S. da Conceição, em Campinas, com Maria Nazaré Ferraz, filha de Luiz Manuel de Almeida e Francisca Rufina de Oliveira. Testemunhas: Pedro José dos Santos, solteiro, e o alferes Eliseu Ferraz de Campos Sousa, casado (L.º 5.º, fls. 114 — 1841-1861) e segunda vez com Engrácia Perpétua da Silva, falecida com 80 anos, aos 27 de abril de 1937, no Rio de Janeiro, filha do dr. Daniel Frederico Julio da Silva, médico, natural de Santos, e de Emilia Augusta da Silveira, natural de Sergipe.

Filhos do primeiro casamento:

- 8-1 José Luiz dos Santos, solteiro.
- 8-2 Bento José dos Santos casou com Domitila Egídio de Sousa Santos, falecida a 11 de junho de 1939, em Campinas, filha de Martin Egídio de Sousa Aranha (irmão da Baronesa de Itapura) e de D. Talvina do Amaral Nogueira Aranha.

## Filhos:

- 9-1 Tenente Haroldo Egídio de Sousa Santos casou com Maria Francisca Damy de Sousa Santos, filha de José Inocêncio Damy e Maria Luiza de Sousa Damy.

## Filhos:

- 10-1 Tarcísio Damy de Sousa Santos, engenheiro civil pela Escola Politécnica de S. Paulo, onde obteve prêmio de viagem à Europa.
- 10-2 Marcelo Damy de Sousa Santos, diplomado pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, na qual obteve prêmio de um curso na Inglaterra.
- 10-3 Luiz Damy de Sousa Santos.
- 10-4 Maria Luiza casou com Benedito Malta Marques, engenheiro civil.
- 10-5 Geraldo Damy de Sousa Santos, falecido.
- 9-2 Celso Egídio de Sousa Santos casou com Judith Alvaro de Sousa Santos, filha do Coronel Antônio Alvaro de Sousa Camargo e Olímpia Lapa de Sousa Camargo.

## Filhos:

- 10-1 Célio Alvaro de Sousa Santos, solteiro
- 10-2 Delza Alvaro de Sousa Santos casou a 3 de janeiro de 1940, em Campinas, com o dr. Carlos Mendes de

Paula, médico, filho do dr. Carlos Francisco de Paula e de Dulce Mendes de Paula.

- 10-3 Leilá Alvaro de Sousa Santos, solteira
- 10-4 Lígia Alvaro de Sousa Santos, solteira.
- 10-5 Stela Alvaro de Sousa Santos
- 10-6 Marcos Alvaro de Sousa Santos
- 9-3 Zuleika dos Santos Barros casou-se com seu primo Silvio Leite de Barros, filho de Ladislau Leite de Barros e Augusta dos Santos Camargo, 8-5, onde tem geração.
- 9-4 Odila Santos de Sousa Camargo casou com Lafayette Alvaro de Sousa Camargo e Olímpia Lapa. Sem geração.
- 8-3 Vitalina casou com Alberto Nascimento, irmão do conde Asdrubal do Nascimento e de Augusto Cesar do Nascimento.

## Filhos:

- 9-1 Antonieta, falecida em 1914, segunda esposa de Carlos Kayser.

## Filha:

- 10-1 Maria do Carmo, solteira, professora normalista.
- 9-2 Angelina, falecida em 1911, primeira esposa de Carlos Kayser. Sem geração.
- 9-3 Artur, faleceu solteiro.
- 9-4 Alcides Nascimento, diretor de Grupo Escolar no Estado, casou com Alice Mascaro.

## Filhos:

- 10-1 Célia
- 10-2 Amauri
- 9-5 Alberto Nascimento Junior casou com Ana Cândida Amorim, filha de José Bonifácio Rabelo de Amorim, Oficial do Registro Civil do Distrito de Paz de Santa Cruz, em Campinas, falecido em 1919.

## Filhos:

- 10-1 Marilla
- 10-2 Gilberto
- 10-3 Gilda
- 8-4 Joaquina casou com Carlos Augusto Ferreira, nascido em Porto Alegre aos 26 de outubro de 1846, de onde veio para São Paulo em 1866, transferindo-se para Campinas em 1881. Dedicou-se ao magistério e teve os colégios "Benjamin Constant" e "Instituto Carlos Ferreira" em Campinas. Em Amparo e Pedreira: "Colégio Santana". Tabelião em 1890. Em 1868 cursava a Faculdade de Direito, a expensas do Imperador D. Pedro II (ver Feituras e Feições, pgs. 111 e 127), sendo contemporâneo de Castro Alves, Américo de Campos, José Felisardo, Brasílio Machado, Ferreira Menezes, Joaquim Xavier da Silveira, Fagundes Varela, José Bonifácio, Fernando Magalhães, Ubaldino do Amaral e outros. Morava, nesse tempo, com Castro Alves e José Felisardo, à rua Riachuelo, em São Paulo. Deixou em 1871 a Faculdade de Direito, interrompendo os estudos, e ingressou no "Correio Paulistano", onde foi um dos principais redatores. Dirigiu

em 1887 a "Gazeta de Campinas", tendo feito através das colunas deste jornal, toda a campanha republicana, ao lado de Campos Sales, Bento Quirino, Francisco Glécério, Francisco Quirino dos Santos e Jorge Miranda. Era membro da Academia Paulista de Letras, onde é patrono de uma cadeira. Dos seus livros o que mais sucesso alcançou foi "Rosas Loucas". E desse livro a poesia "O Bailie das Múmias", que se tornou na época muito popular. Faleceu no Rio em 12 de fevereiro de 1913.

Filhos:

9-1 Carlos Ferreira casou com Olívia Benedita, 9-8, filha de Joaquim José dos Santos, 8-1, e de Ana Maria Nunes de Siqueira, 7-4, naturais de Cotia. Sem geração. (Vide nota 9.)

9-2 Eduardo dos Santos Ferreira casou com Rosina de Vatti.

Filhos:

10-1 Durval, nascido em 27 de março de 1921  
10-2 Dulce, nascida em 10 de novembro de 1923.  
10-3 Diva, nascida em 22 de agosto de 1925  
10-4 Dalva, nascida em 29 de agosto de 1929

9-3 Ana Augusta Ferreira casou com Antônio Benedito dos Santos, filho de Joaquim dos Santos, de Cotia, sem geração.

9-4 José Santos Ferreira casou com Olívia Barton

Filhos:

10-1 Fábio, nasceu em 19 de junho de 1931  
10-2 Mábio, nasceu em 19 de junho de 1931

9-5 Alberto Santos Ferreira casou com Elvira de Paula Tosti.

Filhos:

10-1 Carlos Augusto nasceu em 31 de dezembro de 1928  
10-2 Neide nasceu em 22 de janeiro de 1931  
10-3 Nanci nasceu em 2 de agosto de 1933

8-5 Augusta dos Santos Barros casou com Ladislau Leite de Barros, filho de Antonio Leite de Camargo Barros e de D. Maria Carolina de Arruda Barros.

Filhos:

9-1 Coralina Leite de Barros Castro, falecida em 8 de dezembro de 1938 em Campinas, casou com Antônio Galvão de Castro, filho de Gabriel José Rodrigues de Castro e de D. Joaquina Moreira Lima de Castro, falecidos.

Filhos:

10-1 Dirceu Barros Castro casou com Lucia Oliveira de Limeira.

Filhos:

11-1 Luiz Augusto  
11-2 José Eduardo

11-3 Maria Lúcia

11-4 Maria Sílvia

10-2 Aláisa casou com Francisco Oliveira

Filho:

11-1 Marcelo

10-3 Jarbas Barros Castro casou com Lola Enck

Filhos:

11-1 Rui

11-2 Antônio Galvão

10-4 Deise, viuva do Dr. José Duarte, promotor público interino de Baurú.

Filhos:

11-1 Antônio Augusto

11-2 Maria Nilza

11-3 Sônia

10-5 Albari Barros Castro casou com Geni França

Filha:

11-1 Corali

10-6 Naur Barros Castro casou com Yole Degenaro, natural de Baurú.

Filho:

11-1 Fábio

10-7 Coralina Barros Castro casou aos 2 de fevereiro de 1940 em Baurú, com o Dr. Renato Barros Camargo, advogado.

10-8 José Barros Castro, recentemente casado.

9-2 Clarice de Barros Bueno casou com Osvaldo Alvaro Bueno, filho de Afonso Bueno de Andrade e Ana Brândina de Camargo Bueno.

Filhos:

10-1 Ana (Nicota) casou com Dante Pozzi, natural da Itália.

Filhos:

11-1 Ivone

11-2 Léa

11-3 Afonso Carlos

10-2 Ladislau de Barros Bueno casou com Eunice Vilela.

Filhas:

11-1 Maria Carolina

11-2 Maria Helena

10-3 Carlos, falecido.

10-4 Ivone, falecida.

10-5 Gilda.

10-6 Rasberge, solteiro.

9-3 Sílvia Leite de Barros, Fiscal Geral da Prefeitura de

Campinas, casou com sua prima Zuleica, filha do n.º

Filhos:

10-1 Augusta de Barros Barreto casou com Dr. Edmundo do Barreto, advogado, diretor da Sucursal do "Estado" em Campinas.

Filhos:

11-1 Sérgio Barros Barreto.  
11-2 Sônia Barros Barreto.  
10-2 Cláudia dos Santos Leite de Barros, casou com Alice Hilker de Barros.  
10-3 Cid dos Santos Leite de Barros casou com Adelia Jahn de Barros.

Filho:

11-1 Jahn de Barros.  
10-4 Dirce casou com Carlos Foot Guimarães.

Filho:

11-1 Egberto Barros Guimarães  
10-5 Eunice dos Santos Leite de Barros  
Do seu segundo casamento com Engracia Perpetua da Silva, teve  
8-6 FERNANDO DA SILVA SANTOS, nascido em 12 de fevereiro de 1874, casou com Alzira Pinto da Silva Santos, filha de José Ferreira Pinto e Inácia Ferreira.

Filhos:

9-1 Jurema casou com Salvador Medeiros Matera, filho de Santo Matera.

Filhos:

10-1 Célia  
10-2 Dario  
10-3 Yeda  
10-4 Mauro  
9-2 Elza casou com Frederico Solon Sampaio Ribeiro Netto, 2.º tenente reformado, filho do falecido Major Alberto Solon Ribeiro e neto do General Solon.

Filhos:

10-1 Zuleica  
10-2 Dalva  
10-3 Alda  
10-4 Ari  
9-3 Mário Pinto da Silva Santos, solteiro.  
9-4 Ismênia casou com Nicolau Galizio De Bonis, filho de José De Bonis e Amalia Galizio De Bonis.  
9-5 João Pinto da Silva Santos, solteiro.  
9-6 Júlia casou com Adauri Paiva Rio, filho de Ernesto Paiva Rio e Alzira Paiva Rio.

Filhos:

10-1 Jorge  
10-2 Léa  
10-3 Maria de Lourdes  
10-4 Norma  
10-5 Iberê  
9-7 Daniel Pinto da Silva Santos, solteiro.  
9-8 Ester Pinto da Silva Santos, solteira.  
9-9 Carlos Pinto da Silva Santos, solteiro.  
9-10 Antonio Pinto da Silva Santos casou com Maria de Lourdes da Silva, filha de Agenor Silva e de Palmyra da Silva.

Filhos:

10-1 Mirna Aparecida  
8-7 DANIEL DA SILVA SANTOS, falecido em 23 de novembro de 1935, com 58 anos, casou-se em primeiras núpcias com Emilia Portugal, e a 2.ª vez com Maria da Silva Pêgo, filha do Marechal Antônio José Maria Pêgo Júnior e Júlia Amália da Silva Pêgo.

Filhos: (do 1.º casamento):

9-1 Augusto Portugal Santos.  
9-2 Eurídice casou com Paulo Nascentes da Silva, filho de Godofredo Nascentes da Silva e Maria Carolina Nascentes da Silva.

Filhos:

10-1 Leilã, nascida a 26-10-1930.  
10-2 Maria Cecília, nascida a 27-3-1932.  
9-3 Dalva casou com Armando Pêgo de Amorim, filho do General Aurélio Amorim e Júlia Pêgo de Amorim.

Filho:

10-1 Ricardo, nascido a 1-10-1940.  
8-8 ISMENIA casou com Antônio Ferreira.

Filhos:

9-1 Olimpio Santos Ferreira casou com Etelvina Azevedo Ferreira.  
Filhos:  
10-1 Neuza  
10-2 Ierecé  
7-3 Francisca Eugênia casou-se em Campinas, aos 27 de maio de 1852, com José Cândido de Camargo, filho legítimo do Capitão Manuel Leite de Barros e Cândida Maria Ferraz de Camargo.  
Filho:  
8-1 Manuel, falecido solteiro.  
7-4 Maria Anelica casou com o Capitão Eliseu Leite de Barros.

filho do Cap. Manuel Leite de Barros e de Cândida Maria Ferraz de Barros.

Filhos:

8-1 Guiomar de Barros Camargo casou com Américo Ferreira de Camargo, filho de Pedro Américo de Camargo Andrade e de Ana de Arruda Camargo.

Filhos:

9-1 Homero Ferreira de Camargo, bacharel em Direito, casou com Ada, filha de Antônio Nogueira Ferraz e Ernestina Corrêa Dias.

Filho:

10-1 Benedito

9-2 Higinio de Barros Camargo, solteiro.

9-3 Pedro Américo de Camargo, solteiro.

9-4 Guiomar de Barros Camargo Troncoso casou com Haroldo Troncoso. Sem geração.

9-5 Elza casou com Rogério de Freitas, bacharel em Direito, filho do Dr. Herculano de Freitas e neto do General Francisco Glicério. Sem geração.

8-2 Otilia casou com Alfredo Teixeira de Camargo, filho de Luciano Teixeira Nogueira (o moço) e de sua 1.ª mulher Carolina de Camargo Andrade.

Filhos:

9-1 Maria das Dores

9-2 Alfredo Teixeira casou com Nanci Caramuru.

Filhos:

10-1 Maria Lúcia

10-2 Daisy

10-3 Carlos Eduardo

9-3 Luciano Teixeira, dentista.

9-4 Elizeu Teixeira Penteado, classificador de café da praça de Santos, casou com Iracema Maria Rivi Penteado.

9-5 Maria Carolina

9-6 Mario Teixeira

8-3 Adolfo de Camargo Barros casou com Ana, filha de Pedro Américo de Camargo Andrade e Ana de Arruda Camargo. Sem geração.

7-5 Fernando Lopes de Camargo, falecido solteiro, com 16 anos aos 20 de dezembro de 1854, em Campinas.

6-3 Gertrudes Miquilina dos Santos recebeu o batismo em 23 de dezembro de 1819, com 8 dias, na Matriz de São Carlos. Foram padrinhos o capitão-mor Floriano de Camargo Penteado e sua mulher Paula Joaquina de Andrade, vigário oficiante, Joaquim José Gomes (L.o IV, fls. 4, 1819-1830). Foi casada com o alferes João Batista Rodrigues, natural de Santos, em 3 de setembro de 1820. O casamento celebrado no Engenho de Atibala ou Sítio Grande, no

município de Campinas, propriedade agrícola de Joaquim José dos Santos Camargo, servindo de testemunhas o dr. Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro e o capitão Joaquim José Soares de Carvalho (L.o IV, fls. 112v, 1826-1841). O alferes João Batista foi escrivão de órfãos em Campinas, era filho de João Batista Rodrigues da Silva e de Engrácia Perpétua de Loreto. D. Gertrudes Miquilina, falecida em 1896, foi proprietária da fazenda Ribeirão, município de Campinas, em cuja cidade residia na rua General Osório (antiga rua das Casinhas), atual n. 393, e, depois, numa casa então existente no Pátio da Matriz Velha, atual Praça Bento Quirino, junto ao sobrado do cel. Bento Quirino.

Filhas:

7-1 Brasília Deolinda da Silva Camargo, falecida em 1901, casou com seu primo José Joaquim dos Santos Camargo, falecido em 1896, irmão de Eleutério Santos Camargo, filhos de Manuel José dos Santos Camargo, (5-4) e de Mafalda Joaquina.

Filho:

8-1 Joaquim Lino de Camargo, nascido em 11 de julho de 1868, casou com Anacleta Dolores, nascida em 27 de fevereiro de 1881, filha de Luiz Gonzaga Batista Martins e Antônia Egídia Silveira, falecidos.

Filhos:

9-1 Benedito Martins de Camargo, nascido em Louveira aos 26 de julho de 1901 e falecido em Ourinhos a 6 de novembro de 1939, cursou o Ginásio Hydercroft em Jundiaí e a Escola Normal de Campinas; funcionário da Estrada-de-Ferro Sorocabana; funcionário bancário; comerciante em Ourinhos, Estado de São Paulo, onde foi vereador e prefeito municipal, devendo-se-lhe a iniciativa de importantes obras públicas; distinguiu-se como combatente das Forças Constitucionalistas em 1932; foi casado com Alzira Marin Portela, deixando os seguintes

Filhos:

10-1 Deocleciano

10-2 José Luiz

10-3 Lídia

10-4 Rui

10-5 Maria Helena

10-6 Paulo Brasília

10-7 Ester

9-2 Brasília, nascida em 1904.

9-3 Brasília, nascida em 1906, casou com Euclides Marin Portela.

Filhos:

10-1 Daila Ester, nascida em 1930

- 10-2 Eulália, nascida em 1932  
 10-3 Euclides, nascido em 1933  
 10-4 Edith, nascida em 1936.  
 9-4 Lutz Gonzaga Martins de Camargo, nascido em 1904, casou com Arlinda Marchi, nascida em 1911.

## Filhos:

- 10-1 Maria Anacleia, nascida em 1934  
 10-2 Darcy, nascida em 1936  
 10-3 Maria Lúcia, nascida em 1939, gêmeas  
 10-4 Maria Aparecida, nascida em 1939  
 9-5 Lucila, nascida em 1913  
 9-6 Joaquim Lino de Camargo Junior, nascido em 1910 em Jundiá onde se casou aos 10-7-1941, com Dorotéia (Doly) West, filha de Henrique West Filho, natural da Inglaterra e de Pauline Bonaldi, natural da Itália.

## Filho:

- 10-1 Henrique, nascido em Jundiá, a 5 de maio de 1942  
 7-2 Enegracia Olivia de Camargo Silva, faleceu solteira em 29 de junho de 1926, em Campinas, onde residia. Coração generoso, afeito à prática de virtudes domésticas e cristãs, protegeu muitos orfãos.  
 6-4 Francisca de Assis dos Santos foi batizada na Matriz de São Carlos, pelo padre Albino de Godói, em 15 de setembro de 1822. Apadrinharam esse ato o alferes Miguel Ribeiro de Camargo e sua mulher Querubina Rosa (Lo IV, fls. 55, 1819-1830). Aos 3 de setembro de 1839 casou-se com Venerando Joaquim de Almeida, de Mogdas Cruzes, filho de Antonio Joaquim de Almeida e Ana Bueno de Luz, cujo consórcio foi realizado no Engenho de Joaquim José dos Santos, vigário João Manuel d'Almeida Barbosa; testemunhas Bento José dos Santos e Joaquim Policarpo Aranha (Lo 4.o fls. 117, 1826-1841). Venerando faleceu em 19 de fevereiro de 1843 (Lo de óbitos 4.o, fls. 151, 1832-1849, Paróquia de Sta. Cruz), vindo D. Francisca a casar-se, segunda vez no mesmo Engenho, com Salvador Ribeiro de Moraes Pinto, em 12 de junho de 1845, sendo oficiante o padre Francisco Ortiz de Siqueira e testemunhas o capitão Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e José Francisco Xavier dos Santos (Paróquia cit., L.º 5.º, fls. 25v., 1841-1861). Salvador finou-se em São Carlos (Campinas) a 19 de julho de 1850 e Francisca casou-se pela terceira vez (Lo 5.o, fls. 81, Matriz de S. Conceição de Campinas), em 19 de abril de 1853, com José de Campos Sousa Pimentel, natural de Santa Bárbara, filho do 3.º matrimônio de Manuel Joaquim de Campos com Cecília Maria de Jesus, natural da Ilha Graciosa e filha de Francisco de Sousa Pimentel e Inês Perpétua do Rosario, casados na Vila de São Carlos aos 5 de abril de 1826. Desse matrimônio não houve geração. D. Francisca, que faleceu em Serra Negra, foi proprietária da fazenda Santa Rita município de Amparo, residindo em Campinas, às ruas Regente Feijo (antiga rua da Matriz Nova) atual n. 909, e Dr. Quirino (antigas ruas do Meio e do Comércio) atual n. 1775.

esquina da rua 14 de Dezembro (antigas ruas do Alecrim e do Mascarenhas).

## Filhos do primeiro casamento:

- 7-1 Maria Francisca (Nhanhã) casou-se em primeiras núpcias com Eleutério Santos Camargo, filho de Manuel dos Santos Camargo, 5-4 e de D. Mafalda Joaquina onde vem a geração; segunda vez, casou-se com João Antônio de Arruda, tendo deste casamento os filhos seguintes:  
 8-5 Risoleta, solteira.  
 8-6 Nestor dos Santos Arruda casou com Josina Ferreira Coutinho.

## Filhos:

- 9-1 José Geraldo  
 9-2 Edison  
 9-3 Iracema  
 9-4 Haroldo  
 8-7 Eddar de Arruda, casado, com geração.  
 7-2 Antonio Venerando, solteiro.  
 Do segundo casamento com Salvador Ribeiro de Moraes Pinto:  
 7-3 Henriqueta, casou com José de Sousa Campos, com geração.  
 7-4 Francisca Amélia, casou com Joaquim Urias dos Santos, português.

## Filhos:

- 8-1 Carmesina de Camargo Aranha casou com Antônio Egídio Vasconcelos Aranha, filho de Francisco Egídio de Sousa Aranha e Angelina de Vasconcelos Pinto.  
 Filhos:  
 9-1 Vaisia, solteira, professora.  
 9-2 Maria, professora normalista, solteira.  
 9-3 Aline, professora normalista, solteira.  
 9-4 Edistio, falecido.  
 9-5 Nilde  
 9-6 Maria Luiza, falecida.  
 8-2 Edistio Santos Camargo, casado com Brisabela Carneiro de Siqueira em primeiras núpcias, e segunda vez com Erícilia Costa Pinto. Filhos:  
 Do primeiro casamento:  
 9-1 Milton Santos Camargo, casado.  
 Do segundo casamento:  
 9-2 Dr. Haroldo Camargo, médico, solteiro, residente em Santos.  
 9-3 Dr. Plínio Camargo, médico, solteiro, residente em Santos.  
 9-4 Haidê, normalista  
 9-5 Edistio  
 9-6 Rui  
 9-7 Flávio  
 8-3 Izilda Santos Camargo casou com Joaquim Manso da Costa Lima.

## Filhos:

- 9-1 Josedil
- 9-2 Armênio
- 9-3 Joaquim
- 9-4 Maria José
- 8-4 Armênio Santos Camargo, solteiro, falecido.
- 8-5 Atenógenes Santos Camargo, solteiro, lavrador.
- 8-6 Atilia Santos Camargo casou com Antônio Pinto Soares.

## Filhos:

- 9-1 Alcides Santos Pinto casou com Rosa Amarante, falecida.

## Filhos:

- 10-1 Roland
- 10-2 Rui
- 9-2 Domitília, falecida, casou com Cláudio Torres, filho de José Gonçalves Torres, natural de Portugal.

## Filha:

- 10-1 Dilce.
- 9-2 Aureo Camargo Soares, solteiro.
- 9-3 Joaquim de Camargo Soares casou com Adélia Chatter.
- 9-4 Maria de Lourdes, casou com Dr. Antônio de Souza Mariz, médico, residente em Campinas.

## Filhas:

- 10-1 Daisy, nascida a 16 de setembro de 1928.
- 10-2 Magali, nascida a 15 de maio de 1930.
- 10-3 Vera Helena, nascida a 18 de julho de 1934.
- 9-5 José Camargo Soares, casou com Ida Robert, sem geração.
- 9-6 Armênio Camargo Soares, solteiro.
- 9-7 Antônio Camargo Soares, solteiro.
- 9-8 Edite Camargo Soares, solteira.
- 6-5 Pedro José dos Santos, nascido em Campinas aos 29 de junho de 1818 e batizado em 16 de julho do mesmo ano, pelo vigário Joaquim José Gomes; padrinhos: Rafael Antônio Tobias e D. Maria Joaquina, filha solteira do capitão Bento dos Santos (Lo 3.º, fls. 81). Residiu nas ruas Regente Feijó (antiga rua da Matriz Nova) atual n. 1378, e Barreto Leme (antiga rua da Matriz Velha), atuais ns. 909 e 917, casa vizinha ao antigo Clube Semanal. Nessa cidade foi vereador da 38.ª Câmara Municipal, eleito em 7 de janeiro de 1849 (1849-1852). Faleceu solteiro em São Paulo, aos 6 de março de 1878. Foi proprietário no município de Campinas da fazenda das Doreas, atual (1941) fazenda São Pedro, a qual pertenceu, sucessivamente, ao padre Diogo Antonio Feijó, a Joaquim José dos Santos Camargo, a Pedro José dos Santos, ao capitão Eliseu Leite de Barros, a Pedro Américo de Camargo Andrade e a Américo Ferreira de Camar-

go, seu atual proprietário. Nessa fazenda, Pedro José dos Santos fundou, em 12 de setembro de 1854, juntamente com portugueses, uma colônia agrícola (Cronologia Paulista, vol. 2.º, fls. 471, de J. J. Ribeiro).

6-6 Ana Francelina (Aninha) dos Santos Camargo, nascida em Campinas e batizada pelo vigário Antônio Joaquim Teixeira aos 24 de março de 1821; padrinhos, o vigário da Parnaíba, João Gonçalves Lima, por procuração ao vigário da Vara, José Teixeira Villela, e D. Gertrudes Tereza Leocádia, por procuração a D. Maria Luiza, mulher do sargento-mor Teodoro Ferraz Leite (Lo IV, fls. 28 — 1819-1830). Casou-se em 18 de setembro de 1845, no Engenho de Atibaia, propriedade de seu pai, com o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, casamento celebrado pelo padre Francisco Ortiz de Siqueira e perante as testemunhas capitão Joaquim Bonifácio do Amaral (futuro Visconde de Indaiatuba) e Manuel Gonçalves Vieira (Lo 5.º, fls. 28). O Dr. Ricardo foi médico exímio, filantropo, genealogista, historiador, erudito nos estudos clássicos, cientista, político-conservador, polemista, poliglota, propagandista e defensor da ação moral social católica, exemplo vivo dos princípios que propagava e defendia, com sacrifício de sua pessoa e de seus interesses materiais. (Para sua biografia, vide: **O Doutor Ricardo Gumbleton Daunt** (1818-1893), por Estevão Leão Bourroul, (1900) Espindola, Siqueira e Cia., São Paulo. **Livro de Ouro de Ricardo Gumbleton Daunt**, (1918), Cardozo Filho e Cia., São Paulo. **Genealogia Paulistana**, 1.º vol. por Luiz Gonzaga da Silva Leme (1903), Duprat e Cia., São Paulo. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**, vol. VII, pág. 131, por Sacramento Blake, (1883), Tipografia Nacional, Rio de Janeiro. **Enciclopédia e Dicionário Internacional**, vol. VI, pág. 3342. **Irish Pedigrees** by John O'Hart, 3rd Edition (1881). The "Daunt", pág. 442, M. H. Gill e Son, Dublin, Irlanda. **Some account of the Family of Daunt** by the Rev. John Daunt, printed at E. T. W., Dennis, Westborough, Scarborough, 1899. **Pedigree of the ancient Family of Daunt of Cowlpen**, in Gloucestershire and of Gortigrenane, Tracton Abbew, Kilcascan, in the County of Cork, by Sir William Betham, Ulster King of Arms and Principal Herald of all Ireland, of March 6th, 1844. **O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt** — Conferência realizada a 1.º de dezembro de 1939 no Centro de Cultura Intelectual de Campinas, em comemoração ao Bi-Centenário de Campinas, pelo Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (neto), Revista de Cultura, n.º 163, rua do Catete, 160, Rio de Janeiro (1940). "O Estado de São Paulo", de 24 e 25 de janeiro de 1940).

D. Ana Francelina, que foi proprietária da fazenda Mont-Serrat, a melhor parte do Engenho de Atibaia ou Sítio Grande, herdado de seus pais (propriedade com cerca de 280 alqueires, inclusive a sede da fazenda, pertencente em 1943 aos herdeiros do Barão de Paranapanema), faleceu em Campinas, onde residiu nas ruas do Comércio (atual Dr. Quirino), casa então existente unida ao sobrado do Barão de Ibitinga, hoje Colégio Ateneu Paulista, e Marechal Deodoro atual n.º 1117, antigos ns. 10, 12 e 26, propriedade do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (neto), aos 31 de outubro de 1885, tendo sido esposa e mãe modelar, espírito



formado nos mais elevados princípios evangélicos. Dedicava-se muito à leitura e sabia dar à conversação um colorido atraente e repleto de narrativas inspiradas no martirológico cristão. As orações que se comprazia em compor, dão-nos o testemunho de sua profunda fé religiosa. No Livro do Tombo da Paróquia de N. S. da Conceição de Campinas, pg. 10 V, consta: "Uma apólice. O altar do Santíssimo Coração de Jesus, da Matriz da Conceição da cidade de Campinas, tem uma apólice de n. 161.888, que deixou D. Ana Francelina dos Santos Camargo, mulher de Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, para celebrar-se uma missa no dia do Santíssimo Coração de Jesus, anualmente, no altar onde se venera a sua imagem. Esta apólice foi comprada por Elias de Sousa a 16 de julho de 1886. No meu livro de assentos particulares está o esclarecimento sobre o quantum despendeu-se. Cônego Scipião Fera G. Junq. Declaro em tempo que esta apólice do valor nominal de um conto de réis de n. 171.888. Cônego Junq." (Pesquisa do Sr. José Nogueira Novais, de Campinas).

Filhos:

7-1 Padre Haroldo de Tracy Prado de Camargo Dauntre, nascido em Campinas a 17 de junho de 1846 e batizado em 24 de julho de 1846 pelo padre Antônio Fernandes Nunes. Padrinhos: Joaquim José dos Santos e D. Maria Justina de Camargo (Paróquia da Conceição, L.o 6.o, fls. 121). Faleceu na mesma cidade em 20 de novembro de 1886. Estudou humanidades no Colégio de Saint-André-de-Cubzac, no Arcebispado de Bordeaux, onde muito se distinguiu. Curso de teologia no Seminário do Caraça, onde se ordenou de Presbítero no dia 17 de maio de 1874, impondo-lhe as mãos o Conde da Conceição, D. Antônio Ferreira Viçoso. Pela Sagrada Congregação da Propaganda Fide, de 4 de abril de 1886, S. S. o Papa Leão XIII o nomeou Missionário Apostólico ad honorem. Viajou pela Europa e não deixou de ir à Irlanda e Inglaterra. Foi um sacerdote dotado de um espírito culto, um fidalgo no trato particular e na prática das virtudes cívicas; pregador eloquente e ilustrado. Exerceu o paróquiato em diversas localidades importantes, entre outras Bananal e S. João de Capivari. A sua morte prematura e quase repentina (a-pesar-de robusto, foi vítima de uma tísica de laringe, em consequência de um resfriamento descuidado) causou geral consternação. A imprensa de Capivari publicou um número especial em homenagem à sua memória e a cidade, em cuja Igreja Matriz se guarda com veneração seu retrato, perpetuou suas virtudes, dando o nome de Padre Haroldo à uma das ruas da cidade. Vejamos a anotação constante do livro de Atas, correspondente aos anos 1884 a 1892:

"Indicações": — O Sr. Dr. Cesário Junior indicou o seguinte:

Considerando a bondade, tolerância e mais virtudes que exornavam o Reverendíssimo Vigário Padre Haroldo, falecido a vinte de novembro p. passado, bem como a dedicação que consagrava a este Município, indico:

1.o — Seja lançado na ata um voto de pesar pela sua morte

2.o — Dê-se o seu nome à rua do Cemitério.

Capivari, dezembro de 1886.

(a) Dr. Cesário Junior

Posta em discussão e votação, foi aprovada.

José Rodrigues de Almeida Leite

Dr. Cesário Junior

Antônio José de Sousa

Manuel de Melo Almada

Teófilo Olinto de Arruda".

7-2 Torlago O'Connor Paes de Camargo Dauntre, nascido a 4 de setembro de 1847, batizado pelo padre José Joaquim de Quadros Leite em 30 de outubro de 1847. Foram padrinhos: José Francisco Xavier dos Santos, solteiro, e D. Ana Eufrosina de Almeida. Com apenas 15 anos de idade apresentou-se à Junta Militar, pois desejava incorporar-se nas fileiras do Exército Nacional, para, assim, lutar pela Pátria na Guerra do Paraguai. Com a aprovação e o estímulo de seu pai, seguiu para o Rio de Janeiro. A sua tenra idade, porém, impediu-o de realizar tão elevado sonho. Exerceu por muito tempo, com proficiência, a advocacia em Campinas, onde residiu. Foi nomeado Oficial da Imperial Ordem da Rosa pelo Ministério de 10 de março, presidido pelo Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, em atenção aos serviços prestados com a organização da Exposição Regional de Campinas, em 1885, um dos grandes acontecimentos nos anais da história local. Foi fazendeiro. Casou com Clotilde Eugênia de Camargo Barros, sua prima, 7-8, filha do comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e de D. Maria Gertrudes, 6-1. Faleceu em 8 de setembro de 1909, em Campinas.

Filhos:

8-1 Rodrigo O'Connor de Camargo Dauntre, falecido em São Paulo a 7 de novembro de 1918, foi casado com Zuleica, filha de Manuel de Moraes, e segunda vez com Noêmia, filha do Dr. Vieira Bueno, médico, sem geração.

8-2 Fergo, solteiro, falecido.

8-3 Alfrida, nascida em Campinas aos 24 de janeiro de 1874, casou-se com João Florentino Meira de Vasconcelos Junior (n. em 1865, f. em 1918), farmacêutico, professor e fundador da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo, autor da obra didática: "Elementos de Farmácia". Filho do Conselheiro, Senador, Ministro da Marinha do Império e Presidente da Província de Minas, de igual nome (Ver "Dicionário Bibliográfico Brasileiro" de Sacramento Blake, vol. 2.o, pg. 430).

Filhos:

9-1 Maria José, nascida em Campinas, aos 9 de abril de 1893, solteira, fundadora e diretora do Externato Meira (São Paulo).

9-2 Dr. Gualter Meira de Vasconcelos, nascido aos 16 de janeiro de 1894, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1918, aposentado no cargo de Procurador da Prefeitura de São Paulo, casou-se com Dolores, filha de João Viana Biltencourt e de Ludgéria Pinto.

## Filha:

- 10-1 Ivone, nascida em 11 de maio de 1919.  
 9-3 João Meira de Vasconcelos, nascido ao 1.º de setembro de 1895, capitão do Exército, casou com Amália Nogueira, filha de Venâncio e Jupira Nogueira.

## Filhos:

- 10-1 Mali, nascida aos 28 de setembro de 1921.  
 10-2 João Florentino, nascido em 6 de janeiro de 1924.  
 10-3 Ivan, nascido aos 6 de julho de 1926.  
 10-4 Paulo, nascido em 11 de outubro de 1928.  
 10-5 Maria, nascida a 19 de maio de 1931.  
 9-4 Alfrida, nascida aos 14 de novembro de 1896, casou com o Dr. Helvécio Bastos, médico, filho de Emídio e da Guilhermina Bastos.

## Filhos:

- 10-1 Marina, nascida aos 30 de julho de 1922, casou-se em 12 de setembro de 1939, em São Paulo, com Paulo Reis de Magalhães, filho de Carlos Leônico de Magalhães e Ernestina Reis.  
 10-2 Helvécio, nascido aos 2 de setembro de 1924.  
 9-5 Aquiles Meira de Vasconcelos, cirurgião-dentista, casou com Rosa Ribeiro.

## Filhos:

- 10-1 Teresa, nascida aos 19 de maio de 1925.  
 10-2 Sara, nascida aos 28 de março de 1928.  
 10-3 Emília, nascida aos 10 de setembro de 1929.  
 10-4 Analírida, nascida aos 25 de agosto de 1935.  
 9-6 Sara, nascida aos 19 de março de 1900, falecida em 20 de janeiro de 1932.  
 9-7 Haroldo, nascido aos 4 de setembro de 1901, falecido aos 31 de julho de 1936, casou com Hortência Ellis. Sem geração.  
 9-8 Ana Alexandrina, nascida aos 5 de novembro de 1902, solteira.  
 9-9 Maria do Carmo, nascida em 27 de novembro de 1905, solteira.  
 9-10 Francisco, nascido aos 4 de maio de 1907, casou com Maria A. Cesar.

## Filho:

- 10-1 Francisco, nascido aos 21 de outubro de 1940.  
 9-11 Nelson, nascido aos 15 de maio de 1913, casou com Helena, filha de José Martins de Araújo e de Helena Mateus.  
 7-3 Monsenhor Doutor Fergus O'Conner de Camargo Dauntre, nascido em Campinas aos 3 de maio de 1849 batizado em 3 de agosto de 1849, foram seus padrinhos: Dr. José Martins da

Cruz Jobim e d. Teresa Miquelina do Amaral, oficiante, o vigário José Joaquim de Quadros Leite (L. 6.º, fls. 174 v) e crismado pelo bispo D. Antonio Joaquim de Melo. Sacerdote dos mais ilustres. Recebeu ordens menores em Laval, França, aos 15 de junho de 1872 e as de Presbítero em Liège a 11 de junho de 1881.

Foi Vigário-geral e Provisor do Bispado de São Paulo durante toda a administração do Exmo. e Revmo. Sr. D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, mais tarde Arcebispo do Rio de Janeiro e o primeiro cardeal brasileiro. Era doutor em cânones, e as teses com que conquistou aquele grau na Cidade Eterna, em 1883, foram elogiadas, tal o seu brilhantismo, pelos grandes diários católicos da península itálica e por "L'Univers", de Louis Veuillot. Viajou pelos principais países do Velho e Novo Mundo. Em São Paulo, no Chile e Bolívia, salientou-se na imprensa e na Tribuna Sagrada. Há precisamente 53 anos (1943) em 27 de julho de 1890, na bela e magnífica Catedral da Capital Chilena, proferiu eloquente sermão, em honra ao grande patrono Santiago, e que mereceu a presença do grande e virtuoso prelado Don Mariano Casanova e de outros ilustres nomes do clero chileno. Seu sobrinho, dr. Ricardo Gumbleton Daunt, delegado de Polícia de São Paulo ao 2.º Congresso Latino-Americano de Criminologia, reunido em Santiago do Chile, em janeiro de 1941, deu a conhecer à Imprensa Chilena (vide "El Mercurio" — Amistad brasileiro-chilena — Santiago do Chile, 25-1-1941) cópia fiel da saudação proferida na noite de 20 de maio de 1897, em nome do Governo, por Monsenhor Fergus, então Vigário-geral da diocese de São Paulo, na recepção com que o presidente do Estado, general Campos Sales, recebeu a delegação da gloriosa Marinha Chilena, quando, naquela época, em águas brasileiras.

Falava familiarmente várias línguas vivas e conhecia perfeitamente o sânscrito, o grego e o latim. Exerceu com suma proficiência o magistério superior no Seminário Episcopal; foi diretor do Internato Ferreira Penteadado, em Campinas, fundado sob sua inspiração, para instrução dos filhos da família daquele nome; dispunha de variadíssima ilustração teológica e literária, escrevia e falava a língua vernácula com elegância clássica e admirável correção. Na eleição estadual de 30 de abril de 1891 obteve espontaneamente honrosa votação do eleitorado católico, extra-chapa.

Sob o Império, militou nas fileiras do partido conservador. Não aderiu ao novo regime, e mantinha estreitas relações de amizade com a Família Imperial do Brasil, que o cercava de afeto e consideração. Monsenhor Doutor Fergus era sócio fundador do Instituto Histórico de São Paulo, correspondente do Instituto Histórico Brasileiro e do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, honorário do Círculo dos Estudantes Católicos desde 1877 e do Centro Católico do Braz, membro de diversas associações científicas e literárias da América Espanhola e da Europa, e protonotário apostólico ad instar participantium. Em 1900 visitou os Santos Lugares, fixando residência definitiva em Paris, Auteuil. Ali, nas duas primeiras quintas-feiras do mês, abria os seus salões à aristo-

cracia francesa e aos membros mais conspícuos da colônia brasileira.

Este sacerdote exemplar, estimado e respeitado por suas virtudes emanadas de um caráter integérrimo da velha tempo paulista, faleceu em 1.º de janeiro de 1911. A imprensa parisiense registou com relevância de conceitos o passamento do ilustre paulista. O enterramento foi concorridíssimo, achando-se presente a Família Imperial do Brasil, membro da aristocracia francesa e da colônia brasileira.

Foi no jazigo perpétuo do cemitério "du Sud" ou "Montparnasse" sob n. 202, divisão 13, onde jazia desde 18 de março de 1839, William Harold Daunt, estudante de medicina, tombado aos 18 anos de idade, que se sepultou Monsenhor Fergus: — morada por ele escolhida quando mandou restaurar esse jazigo, em que repousavam os restos mortais de seu tio paterno William Harold Daunt.

- 7-4 Alicia O'Connor de Camargo Dauntre, nascida em Itu, aos 11 de janeiro de 1851 e batizada em 11 de abril do mesmo ano. Foram padrinhos: Diogo Benedito dos Santos Prado e d. Maria Justina de Camargo, fregueza de Campinas, e vigário: Braz Luiz de Pinna (Arq. da Cúria, certidões de batismos de Itú, Estante 3, Prat. 2, L. 31, fls. 1). Finou-se piedosamente em Campinas, a 19 de março de 1933, depois de uma longa vida, passando em moldes dos mais severos princípios cristãos. Inteligente e culta, foi uma das primeiras alunas do Colégio de N. S. do Patrocínio em Itú, matriculada em 1860, segundo ano da fundação do colégio. Visitou duas vezes à Europa, percorrendo-a com seu irmão Monsenhor Fergus, que, depois de haver deixado o cargo de Vigário-geral de São Paulo, se fixara em Paris.

Mantinha interessante correspondência com os parentes da Irlanda e com a Baronesa de Muritiba, a quem muito admirava. Quando em Paris, foi carinhosamente acolhida pela Excelsa Princesa Imperial D. Isabel, Condessa d'Eu e membros da Família Imperial, como galardão à sua perene dedicação à Augusta Família.

- 7-5 Dr. Eriano O'Connor de Camargo Dauntre, nascido aos 18 de abril de 1854, recebeu o batismo em 22 de junho do mesmo ano. Padrinhos: Jesuino do Nascimento Silva e d. Maria Gertrudes de Figueiredo e o padre José de Quadros, por procuração do ex-presidente Josino do Nascimento Silva e d. Senhorinha Francisca dos Santos, por procuração de d. Maria Gertrudes de Figueiredo. Celebrou o sacramento do batismo o coadjutor Manuel Ferraz de Camargo (Arq. da Cúria, Paróquia de Itú, Est. 3, prat. 3, L. 27, fls. 28). Faleceu na Corte em 31 de julho de 1887, solteiro. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1879. Foi um dos membros fundadores do Círculo dos Estudantes Católicos, criado por Estevam Leão Bourroul e Bento Carneiro de Almeida Pereira, em 1877; e foi eleito em 1879 redator-chefe da *A Reação*, órgão do Círculo. Escreveu também no *O Constitucional*, órgão do Clube Constitucional Acadêmico, fundado por Francisco Bernardino Silva, José Luiz de Almeida Nogueira, Luiz Paulino Pereira Pinto e outros. Seus artigos foram quase todos transcritos na "*A Sentinela*". Foi Promotor Público de Jundiaí e Juiz de Direito Substituto de Campinas. Era um caráter bem

formado, espírito lúcido, uma inteligência cultivada, que muito prometia.

- 7-6 Winifrida de Owlpen de Camargo e Medela Dauntre, nascida e batizada em Itú, respectivamente em 7 de abril e 5 de junho de 1856. Oficiou o ato o vigário José Joaquim de Quadros Leite e foram padrinhos o sargento-mor Fernando de Almeida Leite e d. Maria Gertrudes de Camargo e Castro (Arq. cit., est. 3, prat. 3, L. 27, fls. 61). Veio a falecer em São Paulo aos 30 de agosto de 1928, senhora de exemplares virtudes cristãs e domésticas. Foi casada com o cel. José de Sales Leme, filho do alferes José de Campos Sales, um dos primeiros republicanos históricos de Campinas, primo e cunhado do Presidente Campos Sales (Generl. Paul. Silva Leme, vol. 8, pg. 158), casamento celebrado em 9 de novembro de 1865, em Oratório privado da paróquia de Sta. Cruz, de Campinas, na presença do coadjutor Haroldo de Camargo Daunt e na das testemunhas Manuel Carlos Aranha e Francisco de Paula Camargo (paróquia cit., L. I, fls. 53 v). Lavrador progressista, formou grandes cafezais, pioneiro da plantação de eucaliptos, da venda de terras a prestações e da abertura de estradas de rodagem. Fundador da cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo. Faleceu em São Paulo a 30 de outubro de 1930.

Filhos:

- 8-1 José de Campos Sales, nascido em Jaú, aos 31 de março de 1881, falecido aos 13 de fevereiro de 1938, em São Paulo, casou-se com Maria Antonieta Mota Silva, filha do dr. Carolino Ferreira da Silva, médico, e Maria Emiliana, filha do 2.º Barão de Mota Pais. (Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, pg. 301).

Filhos:

- 9-1 Nair, casou com João Ferreira Lopes. Sem geração.  
9-2 Carolino José, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Solteiro.  
9-3 Odila, casou com Joaquim Faria de Paula.

Filho:

- 10-1 Odila, nascida aos 22 de maio de 1935, em São Paulo.  
9-4 Maria Emiliana, solteira.  
8-2 Ranulfo de Campos Sales, nascido aos 31 de maio de 1882, casou com Maria Elisa Ferreira (Marieta), filha de Elisário Ferreira de Camargo Andrade e de Maria Joana Joana Ferreira Penteadó (Generl. Paul. Silva Leme, vol. I, pg. 275).

Filhos:

- 9-1 José Ferreira de Campos Sales, nascido aos 14 de novembro de 1914, casou com Rute Vidigal Pontes em 27 de dezembro de 1939.

## Filha:

- 10-1 Maria Rute, nascida em São Paulo aos 13 de dezembro de 1940.
- 9-2 Roberto, nascido aos 21 de maio de 1916, em São Paulo, solteiro.
- 9-3 Ranulfo, nascido aos 5 de dezembro de 1917, em São Paulo, solteiro.
- 9-4 Carlos Elisiário, nascido aos 23 de outubro de 1921, em São Paulo, solteiro.
- 8-3 Eponina, nascida em Jaú, aos 26 de abril de 1883. Em 1904 casou com o dr. Ariosto Augusto do Amaral, engenheiro, nascido em 1876, filho do dr. Carlos Augusto do Amaral Sobrinho, chefe liberal monarquista na Província de São Paulo, e de Ana Carolina de Souza (Geneal. Paul. Silva Leme, vol. 4.º, pg. 88).

## Filhos:

- 9-1 Eponina (Nina), nascida em São Paulo, aos 13 de janeiro de 1907, casou com Calo Silveira Rocha, filho de Domingos Rocha e de Maria Eudóxia Silveira.
- 9-2 Cícero, nascido em São Paulo, aos 4 de junho de 1909, advogado, 1.º Tte. da Cavalaria do Exército, casou com Mafalda (Fada), nascida aos 24 de fevereiro de 1910, filha de Domingos Rocha e de Maria Eudóxia Silveira.

## Filha:

- 10-1 Vera Helena, nascida aos 17 de junho de 1934.
- 9-3 Osvaldo, nascido aos 8 de janeiro de 1921, estudante de Direito.
- 8-4 Lavinia, nascida em Barra Bonita (Jaú), em 9 de setembro de 1884. Em São Paulo, aos 20 de junho de 1906, casou com Joaquim Franco de Melo, filho de Rafael Joaquim da Silveira Melo e de Ana Franco de Moraes Barros (Genealogia Paulistana, Silva Leme, vol. 4.º, pg. 151).

## Filhos:

- 9-1 Dr. Rafael Franco de Melo, nascido aos 13 de abril de 1907 em São Paulo, diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil.
- 9-2 Dr. Raul Franco de Melo, nascido em S. Paulo a 9 de agosto de 1910, fez o curso primário de 1917 a 1924 no Ginásio de S. Bento e o curso secundário de 1924 a 1927 no Ginásio do Estado, em São Paulo. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil em 2 de dezembro de 1933, doutorando-se a 3 de março de 1936. Durante seu curso de medicina, frequentou: Laboratório de Fisiologia do Prof. Álvaro Osório de Almeida, acompanhando diferentes problemas de Metabolismo; Instituto Osvaldo Cruz — Laboratório do Prof. Miguel Osório de Almeida, para a fisiologia da

respiração e do sistema nervoso, o curso de Microbiologia, e o Laboratório de Endocrinologia do Prof. Thales Martins. Obteve em 22 de novembro de 1938 o certificado do curso de Zoologia e Fisiologia Animal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Assistente da Cadeira de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina (15-3-1935), da Secção de Pesquisas do Instituto do Café no Departamento de Fisiologia do Instituto de Butantã (13-10-1936), do Departamento de Fisiologia do Instituto Butantã (30-9-1937), do Departamento de Genética do Instituto Butantã (1937-1938); da Secção de endocrinologia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; assistente convidado (1939) no Kaiser Wilhelm Institut für Biologie, Berlin-Dahlem, Alemanha; convidado e membro honorário do Segundo Congresso Pan-Americano de Endocrinologia, reunido em Montevideo, Uruguai (1941); assistente convidado no Departamento de Medicina Experimental de Santiago, sob a direção do Prof. Dr. A. Lipschütz, do Serviço Nacional de saúde da República do Chile (1942-43); membro da Associação Paulista de Medicina, do Clube Zoológico do Brasil e da Sociedade de Biologia de São Paulo; autor de várias e apreciáveis publicações, resultado de investigações científicas nos setores da fisiologia, da genética e da endocrinologia. Casou-se em São Paulo a 3 de setembro de 1940 com Charlotte Helen Franke, norte-americana.

- 9-3 Rubens Franco de Melo, nascido aos 14 de março de 1919, em São Paulo, (estudante de Direito), casou com Lia, filha de Mário Junqueira e Generosa Diniz Junqueira.
- 8-5 Ana, nascida em Jaú a 1.º de outubro de 1886, casou com João Batista de Almeida Sampaio, filho do cel. Antônio de Almeida Sampaio e de Escolástica de Almeida Prado (Genealogia Paulistana, Silva Leme, vol. 4.º, pg. 103).
- Filhos:
- 9-1 Ana Elisa (Neli), nascida aos 11 de dezembro de 1909, solteira.
- 9-2 Antonieta, nascida aos 25 de novembro de 1914. Em 8 de junho de 1934, casou com o dr. Fernando Rudge Leite, advogado, nascido aos 13 de fevereiro de 1912, filho do dr. Aureliano Leite, advogado, escritor e deputado, e de Dulce Rudge.

## Filho:

- 10-1 Fernando, nascido aos 5 de dezembro de 1935.
- 9-3 Antônio, nascido aos 2 de julho de 1919, solteiro.
- 8-6 Elisa, nascida em Jaú, aos 6 de outubro de 1910, casou com o dr. Jorge Araujo da Veiga, advogado, juriconsulto, ex-ministro do Tribunal Eleitoral, nascido aos 9 de novembro de 1887, em São Paulo, filho do dr. João Pedro da Veiga Filho, professor da Faculdade de Direito, falecido, e de Marieta Jesuina Araujo, filha de Francisco Evangelista de Araujo, um dos primeiros precursores da República no Par-

lamento do Império, em 1876 (Geneal. Paul., Silva Leme, vol. 5.º, pg. 466).

Filha:

- 9-1 Winifrida Elisa, nascida em São Paulo aos 14 de novembro de 1911, casou com Altino Washington de Faria, bacharel em Direito.
- 8-7 Dulce, nascida em São Paulo, aos 13 de junho de 1890, casou aos 22 de junho de 1911 com Luiz Vicente de Azevedo, nascido em São Paulo a 21 de julho de 1888 e falecido em 24 de julho de 1939, filho do dr. Pedro Vicente de Azevedo, advogado, magistrado, deputado provincial e vereador em São Paulo na República, Presidente das Províncias do Pará (1874), Minas (1875), Pernambuco (1876) e São Paulo (1888), e de Maria Amália Lopes dos Anjos.

Filhos:

- 9-1 Cornelia, nascida em São Paulo em 1.º de maio de 1912. Em 15 de agosto de 1933 casou com Plínio da Cunha Freire, nascido a 1.º de maio de 1912, filho de José da Cunha Freire e de Andreolina Oliveira.

Filhas:

- 10-1 Maria Helena, nascida aos 31 de março de 1934.
- 10-2 Maria Cecília, nascida em São Paulo a 24 de fevereiro de 1943.
- 9-2 Dr. Luiz Vicente de Azevedo Filho, advogado, nascido aos 16 de dezembro de 1913, solteiro.
- 9-3 Dulce Vicente de Azevedo, solteira, nascida em 16 de dezembro de 1914.
- 9-4 Elisa Vicente de Azevedo, nascida a 1.º de março de 1916, solteira.
- 9-5 Gilberto Vicente de Azevedo, nascido em 21 de junho de 1917, solteiro.
- 9-6 Maria Lourdes Vicente de Azevedo, solteira, nascida aos 15 de agosto de 1919.
- 8-8 Evangelina. Em 8 de dezembro de 1918, casou com o dr. Raul Vargas Cavalheiro, médico, ex-diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo, filho de Felizardo Assunção Cavalheiro e Silva e de Deolinda Madalena Melo Vargas.

Filho:

- 9-1 Raul, nascido aos 21 de janeiro de 1921, estudante de engenharia.
- 8-9 Doralisa (Dora), primeira vez casou com Carlos Artur de Oliveira Escorel, falecido, filho do dr. Manuel Clementino de Oliveira Escorel e de Amélia de Azevedo.
- Filhos:
- 9-1 Cecília, nascida em São Paulo, aos 4 de março de 1922.

9-2 José Carlos, nascido em São Paulo aos 3 de abril de 1923.

9-3 Helena, nascida em São Paulo, aos 5 de julho de 1924.

9-4 Terezinha, nascida em São Paulo, aos 25 de maio de 1926.

8-9 2.ª vez casou com Otaviano Silveira da Mota Júnior, filho de outro do mesmo nome e de Maria Nébias.

Filho:

9-1 Fábio, nascido aos 9 de julho de 1934.

7-7 Fernando Achilles de Santa Maria de Camargo de Warrenne, nascido em 15 de junho de 1858 e falecido em Campinas aos 24 de janeiro de 1930, Espírito investigador e comunicativo.

7-8 Cornélio O'Connor Ortiz de Camargo Dauntre, nascido em Campinas aos 26 de janeiro de 1860. Foi batizado em 23 de fevereiro do mesmo ano pelo padre Antônio Corrêa Leme. Padrinhos: dr. Francisco Antônio Pinto e d. Ana Eufrosina Teixeira Nogueira (Paróquia Conceição, L. 8, fls. 82 - 1858-1861). Nesse assentamento existe uma nota do ilustre pesquisador dr. Teodoro de Souza Campos Júnior, a quem devemos a descoberta de todos os dados do Arquivo Paroquial de Campinas, transcritos neste trabalho: D. Ana Eufrosina Teixeira Nogueira, a madrinha do sr. Cornélio, supomos ser filha do sargento-mor Joaquim José Teixeira Nogueira e de d. Angela Isabel de Souza Camargo (esta irmã de meu trisavô capitão Francisco de Paula Camargo) e não d. Ana Eufrosina de Almeida Nogueira, que foi casada com José Teixeira Nogueira, pai de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida. Vide Gen. Paul., Silva Leme, v. I, pág. 238. D. Ana Eufrosina Teixeira Nogueira, senhora dotada de raras virtudes, conservou-se solteira, tendo criado vários sobrinhos e parentes que a estimavam como mãe; era conhecida em Campinas pela alcunha de "Vovó da Chácara", por residir em sua Chácara do Botafogo, em Campinas, onde faleceu em avançada idade.

Cornélio casou-se em 22 de janeiro de 1887 com d. Anésia de Queiroz Ferreira, neta do finado Barão de Jundiá e sobrinha do Conde de Parnaíba. Foi 1.º anista de Direito em São Paulo; exerceu o magistério em Campinas e Jundiá, onde se casara. Faleceu a 5 de novembro de 1894; sua mulher falecera em Campinas a 1.º de março do mesmo ano.

7-9 Dr. Rogério O'Connor Lopez de Camargo Dauntre, nascido em Campinas aos 17 de agosto de 1862 e batizado pelo coadjutor Sabato Antônio de Luca em 30 de setembro do mesmo ano. Foram padrinhos o Desembargador Doutor Antônio Joaquim Ribas, representado por procuração pelo alferes Joaquim Henrique dos Santos, e d. Maria Angelica de Camargo Barros (L. IX, fls. 89). D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, ainda como seu padrinho, deu-lhe o crisma. Capuchinho pernambucano, Bispo de Olinda, que, com D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, suscitaram a famosa questão religiosa (1873-1875). cursou com brilhantismo o Colégio São Luiz, de Itú. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 30 de novembro de 1886. Em agosto de 1887 entrou no exercício do

cargo de Promotor Público de Caconde, por nomeação do Conde de Parnaíba, *Presidente da Província*. Exerceu este cargo até 1889, quando foi nomeado Juiz Municipal do Termo do Rio Novo, hoje Avaré, pelo governo do Dr. Prudente de Moraes. Em 1891 foi removido para o Termo da Mococa e em dezembro de 1892 foi nomeado Juiz de Direito da mesma comarca. Após a renúncia do dr. Américo Brasiliense, abandonou a magistratura e exerceu a advocacia com talento e probidade, até que em janeiro de 1895 instalou o Banco de Mococa, importante estabelecimento de crédito, fundado por ele e pelo inolvidável e prestante brasileiro Gabriel Garcia de Figueiredo, Barão de Monte Santo, falecido em 18 de novembro do mesmo ano. Pelo seu tino administrativo e sãbia direção, o Banco de Mococa foi um dos mais sólidos e florescentes estabelecimentos financeiros do Oeste. Graças ao seu espírito atilado e à máxima correção do seu procedimento, quer como caválheiro, quer como homem público, o dr. Rogério gozou de legítima preponderância na zona de sua residência e nos círculos bancários. Nas eleições de dezembro de 1894, para o Congresso do Estado, alcançou, sem ser candidato, brilhante votação para deputado, na chapa organizada à última hora por alguns chefes parlamentaristas e autonomistas. Foi fundador e sócio da importante firma comercial de Santos, Dauntre & Cia. Em 1910 foi indicado para deputado pelo sexto e sétimo distritos, renunciando a sua candidatura. Faleceu em São Paulo aos 2 de dezembro de 1914, vitimado por uma síncope cardíaca. Casou-se aos 11 de fevereiro de 1893, em Casa Branca, com d. Iria Leopoldina Gonçalves dos Santos Figueiredo, nascida na mesma cidade em 11 de maio de 1876, filha do Comendador Urias Gonçalves dos Santos e de d. Ana Jacinta, filha de Gabriel Garcia de Figueiredo, Barão de Monte Santo. (Vide "Os Gonçalves dos Santos", etc., pelo dr. Ricardo Gumbleton Daunt, na Revista do Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, n. 8). D. Iria foi aluna do Colégio N. S. do Patrocínio, de Itá, então sob a direção da venerável Madre Maria Teodora Voiron. Ao completar seus estudos, cultivou, sempre com carinho, as melhores relações com suas antigas mestras, principalmente com a Madre Maria Teodora, com quem se correspondia, conservando, assim, a mais grata recordação. Nas festividades do jubileu de ouro da Madre Teodora, realizado em 1919, D. Iria tomou parte ativa nos trabalhos da comissão incumbida de angariar recursos para aqueles memoráveis festejos comemorativos. Integravam a comissão as seguintes senhoras: D. Olímpia Fonseca de Almeida Prado, D. Vitalina de Souza Queiroz, D. Carolina Prado, D. Ana Monteiro de Barros Conceição, D. Iria de Figueiredo Dauntre, D. Alda Pompeu de Camargo, D. Maria Antonieta de Queiroz Teles, D. Carolina de Costa Carvalho de Souza e Queiroz.

#### Filhos:

8-1 Doutor Ricardo Gumbleton Daunt, nascido em Casa Branca aos 27 de fevereiro de 1894. Cursou o Ginásio de São Bento e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1919. Foi promotor público de Santa Cruz do Rio Par-

do e Itápolis. Exerceu o cargo de Comissário no Gabinete de Investigações. Chefe interino do Serviço de Identificação de São Paulo, de maio de 1928 a outubro de 1930. Efetivado no cargo de Chefe do mesmo Serviço em 1.º de janeiro de 1934. É membro das sociedades científicas seguintes: Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo, do qual é um dos fundadores, Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas da qual é membro honorário.

Faz parte do corpo de redatores da Revista de Identificação e Ciências Penais do Museu Vucetich de La Plata, República Argentina. Foi diretor e fundador dos "Arquivos de Polícia e Identificação" editados pelo Serviço de Identificação de São Paulo.

Representou o Serviço de Identificação, apresentando trabalhos, nos Congressos Científicos seguintes:

- 1.º Congresso Nacional de Identificação, reunido no Rio de Janeiro em São Paulo, em 1934;
- 2.º Semana Paulista de Medicina Legal, em julho de 1937;
- 3.º 1.º Congresso Paulista de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminologia em julho de 1938;
- 4.º 2.º Congresso Latino Americano de Criminologia, realizado em Santiago do Chile, de 20 a 25 de janeiro de 1941.

Casou-se com Maria Amália (Maly), filha de Antônio Teixeira Leomil e Maria Elisa Ferreira de Abreu (Genealogia Paulistana, Silva Leme, vol. 7.º, pg. 118 e Revista do Instituto Heráldico-Genealógico, n. 8, pg. 37).

#### Filhos:

- 9-1 Ricardo Gumbleton Daunt Filho, nascido em São Paulo, aos 3 de maio de 1922, estudante de Direito.
- 9-2 Alcília Maria, nascida em São Paulo, aos 23 de setembro de 1923.
- 9-3 Maria Elisa, nascida em São Paulo, aos 24 de abril de 1932.
- 8-2 Ana Francelina (Nina) casou com o dr. Argemiro Couto de Barros, filho do dr. Adriano de Barros, médico, e de Altamira Alves Couto (Silva Leme, vol. 6.º, pg. 191), engenheiro industrial pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1917; diretor técnico da Companhia Paulista de Louças Esmalçadas; diretor da filial em São Paulo da Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil-Cobrasil; Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, Vogal Empregador do Conselho Regional de Justiça do Tribunal da Sexta Região (São Paulo, Paraná e Mato Grosso), Ministério do Trabalho; Membro do Conselho Diretor do Instituto de Engenharia de São Paulo; Ex-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (6.ª Região — São Paulo, Paraná e Mato Grosso — MI-

nistério do Trabalho); ex-presidente da Viação Aérea São Paulo-Vasp; ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo.

8-3 Irene, viúva do engenheiro pelo Mackenzie College em 1915, Sebastião Cintra Cunha, prefeito de Piracala, deste Estado, falecido em 1923, filho do Coronel Tomaz Gonçalves da Rocha Cunha e de Ana Cintra.

8-4 Alicia, casada com o Dr. Alcides Leal da Costa, nascido em S. Paulo aos 30 de maio de 1892, bacharel em ciências e letras pelo Ginásio de S. Bento, em 1909, e diplomado, em 1915, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e laureado com a tese "Estudo clínico das distopias renais". (Tip. Gomes Irmão e Cia., Assembléa, 32, Rio-1916), aprovado com distinção: interno na enfermaria da Cirurgia de mulheres da Santa Casa de Misericórdia do Rio sob competente direção do Dr. Daniel de Almeida; interno da Casa de Saude S. Sebastião, Rio de Janeiro, dirigida pelo prof. Simões Correia; primeiro interno do Sanatório Santa Catarina, de São Paulo, e assistente da clínica do Dr. Walter Seng; membro da Associação Paulista de Medicina; chefe do serviço médico da Companhia Antártica Paulista; chefe da clinica da Maternidade de São Paulo.

Filho único do primeiro casamento do Dr. João Maria da Costa, nascido em 1870 em Campos, Estado do Rio (filho de Anastacio Leão da Costa e Maria de Araujo), que se diplomara em direito pela Faculdade de São Paulo em cuja cidade foi promotor público adjunto, cargo que também exerceu em Macaé, S. João da Barra e em Campos, de cuja cidade foi juiz municipal e, mais tarde, prefeito, faleceu aos 4 de julho de 1915, viúvo de D. Olimpia Adelina Leal, nascida aos 8 de abril de 1877, em São Paulo, onde faleceu a 25 de janeiro de 1893, filha de Joaquim Antonio Leal, muito conhecido nos meios artísticos musicais, e D. Maria Luiza Chaves, filha do Major Manuel Quirino Chaves, o qual tomou parte na campanha do Paraguai.

Filhas:

9-1 Maria Helena, nascida em São Paulo a 7 de outubro de 1921.

9-2 Maria Lúcia, nascida em São Paulo a 1.º de fevereiro de 1922, casou-se na mesma cidade, aos 20 de janeiro de 1943, com Roberto da Silva Porto, nascido em Petrópolis, Estado do Rio, a 14 de julho de 1917, filho de Luiz da Silva Porto Filho e Stela Lafayete da Silva Porto.

8-5 Abigail casou com o dr. José Vargas Cavalheiro, engenheiro pela Escola Politécnica de São Paulo em 1921, engenheiro-chefe da Divisão de Engenharia Sanitária do Departamento de Saude do Estado, ex-membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Sexta Região (São Paulo-Mato Grosso), ex-membro do Conselho Diretor

do Instituto de Engenharia de São Paulo, filho do dr. Felizardo Assunção Cavalheiro e Silva, nascido a 15 de agosto de 1845 e falecido a 15 de março de 1917, médico pela Faculdade do Rio de Janeiro (1876), tendo exercido a clínica em Bragança, Jundiá, Sorocaba, Avaré, São Paulo e Corumbá, onde, em 1884, fez parte do Corpo de Saude do Exército Nacional (era irmão do estimado sacerdote Cônego Augusto Cavalheiro e Silva, que foi Capelão da Penitenciária e do recolhimento da Luz, e em 1876 Vigário de Araras) e de D. Deolinda Madalena Melo Vargas, nascida a 25 de maio de 1859 e falecida em 11 de outubro de 1925; neto paterno de Felizardo Antonio Cavalheiro e Silva, falecido a 2 de janeiro de 1876, rico proprietário em São Paulo, onde possuía, em 1852, além de outros imóveis, casa em Pirapora e boa escravatura: a casa de sobrado de sua residência, com frente para a rua da Imperatriz, atual 15 de novembro, e para o largo do Tesouro, fundos com o antigo edifício do Correio Geral; o prédio, em quadra, à rua, atual avenida S. João, confinando com as ruas Aurora e Joaquim Gustavo, e que em 1852 foi vendido ao Governo de São Paulo para servir de Hospício de Alienados; a grande e bela chácara "Floresta", nas proximidades da Ponte Grande sobre o rio Tietê (Vide "São Paulo Antigo", por Antônio Egídio Martins, 1.º e 2.º volumes).

6-7 Maria dos Anjos dos Santos, batizada em 11 de agosto de 1825 na Matriz de São Carlos, pelo vigário Joaquim José Gomes, padrinhos Francisco Egídio de Souza Aranha e sua mulher D. Maria Luzia, futura Baronesa e Viscondessa de Campinas. (L. IV, fls. 114, 1819-1830), casou-se com Manuel Gonçalves Vieira, por alcunha Maneco Pitada, natural de Braga, Portugal, onde fez alguns estudos de medicina, comerciante de armarinho em Campinas. Esse casamento foi celebrado em 12 de junho de 1845 no Engenho agrícola de Joaquim José dos Santos e teve como testemunhas os capitães Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e Bento José dos Santos (Matriz N. S. Conceição, L. 5.º, fls. 26, 1841-1861). O casal residiu em Campinas à rua Marechal Deodoro, atual 1766, esquina da rua do Sacramento; rua Marechal Deodoro (antiga rua do Imperador, 4), casa chamada de "Botica" porque numa das salas existia uma "botica", no terreno das atuais casas ns. 1179, 1189, 1193 e 1203; rua Dr. Quirino (antiga rua do Meio), no local onde hoje (1940) levantaram o prédio da Caixa Econômica do Estado, e onde Manuel Gonçalves Vieira teve loja de armarinho, ponto de reunião de pessoas cultas e gradas da cidade. Foi fazendeiro de café nas propriedades: Santa Maria e Descampado, município de Campinas, Cruz Coberta, município de Amparo, sendo que a segunda houve por herança de sua sogra d. Francisca de Assis Camargo.

Filhos:

7-1 José dos Santos Camargo Vieira casou com sua prima Maria Angélica, natural de Campinas, filha de Pedro dos Santos Camargo e Ana Cardoso, irmã de Fabiana, progenitora de Carlos Gomes. Sem geração.

- 7-2 Antônio, falecido solteiro.  
 7-3 Manuel, falecido solteiro.  
 7-4 Teófilo, falecido solteiro.  
 7-5 Antônio Sérgio, falecido solteiro.  
 7-6 Joaquim dos Santos Camargo Vieira, natural de Campinas, casou-se com Idalina, filha de Joaquim Ribeiro e Idalina Camargo, falecidos.

## Filhos:

- 6-1 Joaquim, nascido em Campinas a 13 de dezembro de 1897, casou-se com Isoleta, filha de Isoleta Guaritá e Elídio Salatiel dos Santos, naturais de Minas. Sem geração.  
 8-2 Odete, nascida em Campinas em janeiro de 1899, casou-se com Constante Cecarelli, filho de José Cecarelli e Josefina Luchesi, naturais de Lucca - Itália. Sem geração.  
 7-7 Vitor, falecido solteiro.  
 7-8 Maria Angélica (Sinhara) nascida em Campinas a 10 de maio de 1855, casou-se aos 10 de maio de 1873 com Inácio Pelegrini, natural de Lucca - Itália, filho de Frederico Pelegrini e Maria Biagoni, natural de Roma - Itália. Testemunhas do casamento: João Fortunato Ramos dos Santos, Pedro José dos Santos Camargo, cap. Eliseu Leite de Barros e alferes João Batista Rodrigues (Paróquia de Sta. Cruz, L.º 1, fls. 26v.). Falecida em Campinas aos 3 de novembro de 1939.

## Filhos:

- 8-1 Luiza Luzia, nascida em Campinas a 4 de janeiro de 1878, falecendo solteira em 16 de março de 1932.  
 8-2 Osmundo dos Santos Pelegrini, nascido em Campinas a 11 de setembro de 1880, casou-se com Alice de Queiroz Guimarães, filha do tte. cel. Adolfo Carlos Guimarães, natural do Rio de Janeiro, e de Escolástica de Queiroz Teles, natural de Jundiá, E. de São Paulo, filha dos barões de Japy.

## Filho:

- 9-1 Eduardo, nascido em Jundiá em 21 de novembro de 1910, fazendeiro.  
 Mont-Serrat, casou-se com Ester Fonseca de Oliveira, natural de Amparo, filha de Joaquim de Oliveira Campos e Hortência Fonseca Oliveira.

## Filha:

- 10-1 Maria Helena, nascida em Amparo aos 17 de maio de 1938.  
 9-2 Maria do Carmo, nascida em Jundiá a 5 de março de 1912, casou-se com João Franco Bueno, funcionário federal, filho do engenheiro dr. Salvador Franco Bueno e Georgina da Silveira Bueno.

## Filhos:

- 10-1 João Carlos, nascido em Jundiá a 2 de dezembro de 1932

- 10-2 Roberto, nascido em Juiz de Fora a 21 de junho de 1934  
 9-3 Maria Escolástica, nascida em Jundiá aos 24 de novembro de 1913, casou-se com o dr. Caio Damásio dos Santos, médico-veterinário e funcionário estadual, filho dos professores Amadeu Damásio dos Santos e Henriqueta de Lima Santos, naturais de Jundiá.

## Filho:

- 10-1 Caio, nascido em São Paulo aos 17 de abril de 1939.  
 9-4 Cecília, nascida em Jundiá a 25 de outubro de 1918, professora normalista, solteira.  
 8-3 Manuel dos Santos Pelegrini, nascido em Campinas em 8 de setembro de 1882, casou-se em Campinas aos 8 de dezembro de 1925 com Ida, nascida em 8 de abril de 1887, filha de Júlio Alfredo Nickelsen, casado em Campinas aos 8 de julho de 1886 com Luiza Dorotéa Augusta Hempel, nascida em 11 de dezembro de 1868, filha legítima de Hans Marcus Julius Hempel, pintor e decorador, proprietário na cidade de Kiel, em Holstein (Alemanha), onde deixou trabalhos "afresco" em vários castelos e palácios. Júlio Nickelsen, nascido aos 30 de abril de 1858, em Segeberg-Holstein, Alemanha, era filho legítimo de Ida Wilhemina von Melle, de origem nobre de Lubeck e Hamburgo e de Henrich Carl Christian Nickelsen, pintor autor de vários quadros e retratos de valor existentes em Igrejas de Segburg e Lubeck e em coleções particulares, sendo contemporâneo e muito amigo do célebre escultor dinamarquês Thorwaldsen, com quem fez uma viagem de estudos à Itália. Veio para o Rio de Janeiro em 1878, a-fim-de trabalhar na fotografia de Hentschel e Benque, onde permaneceu dois anos. Desfeito o contrato, pelo falecimento do sr. Hentschel, veio para Campinas, onde logo adquiriu a fotografia Rosen, que então tomou a denominação de Fotografia Campinense e à frente da qual permaneceu até 1927, vindo a falecer em São Paulo, aos 5 de junho de 1929. Júlio Nickelsen retratou várias gerações de paulistas, tendo deixado nome respeitado, como artista e homem de bem.

## Filhos:

- 9-1 Fausto Roberto, nascido em Campinas aos 5 de julho de 1927.  
 9-2 Maria Luiza, nascida em São Paulo aos 31 de janeiro de 1930.  
 8-4 Maria dos Anjos dos Santos Pellegrini (Ninica) nascida em Campinas a 1.º de maio de 1884 e falecida em 30 de outubro de 1932. Foi casada com o Dr. Lucio Pereira Peixoto, advogado do Forum de Campinas. Sem geração.  
 8-5 Senhorinha dos Santos Pellegrini, nascida em Campinas, em 22 de abril de 1889, solteira, afeiçoada ao culto das tradições da família.  
 8-6 Eudoxia dos Santos Pellegrini, nascida em Campinas a 16 de maio de 1899, normalista, casada com o professor Jorge Nogueira Ferraz, lente do Ginásio do Estado em Campinas,



fundador, diretor do Colégio Ateneu Paulista, de Campinas, filho de João Nogueira Ferraz e Antonia Eufrosina Almeida Salles (vide Silva Leme, vol. 4, pág. 53).

Filho:

9-1 Haroldo, nascido em Campinas a 19 de março de 1925, estudante no Colégio Ateneu Paulista.

7-9 Francisca de Assis, nascida em Campinas, casou-se com Luiz Felipe Salman, relojoeiro, estabelecido em Campinas, filho de José Felipe Salman, de origem inglesa, com casa de relojoaria em São Paulo, à rua de São Bento, e Francisca de Toledo, de São Paulo;

Filhos:

8-1 Raul, falecido, solteiro.

8-2 Ramiro, nascido em Campinas aos 5 de junho de 1884, fotógrafo.

8-5 Mario, nascido em Campinas aos 13 de maio de 1886, casou-se com Marcela, filha de Raphael Luporini, natural da Itália.

Filhos:

9-1 Nelson

9-2 Lucia

7-10 Anna Engracia dos Santos Camargo Vieira, nascida em Campinas, casou-se com José Felipe Salman, filho de José Felipe Salman e Francisca de Toledo.

Filhas:

8-1 Orminda, nascida em Campinas, aos 8 de dezembro de 1884, casou-se com Napole Maganini, funcionário da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, filho de Attilio Maganini e Concilia Maganini, italianos.

Filhos:

9-1 Maria Antonietta, casada com Nelo Lavorini, filho de Ernesto Lavorini e Maria Antonietta Lavorini.

Filho:

10-1 Antonio Carlos.

9-2 Concilia, casada com Durvalino Walter, filho de Conrado Walter e Raphaela Danuano.

Filha:

10-1 Therezinha.

9-3 Attilio, solteiro.

9-4 Americo, solteiro.

3-2 Palmyra, nascida em Campinas aos 24 de fevereiro de 1903, casou com Manoel Rodrigues dos Santos, filho de Antonio Rodrigues dos Santos e Anna Mathilde Gouvêa, auxiliar da locomoção da Estrada de Ferro São Paulo Goiaz.

Filhos:

9-1 Iracema, casada com Carlos Crist, filho de João Crist e Elisa Crist

9-2 Ormindo, solteiro.

9-3 Oswaldo, solteiro.

9-4 Francisco, solteiro

9-5 Zilda

8-3 Aurea, nascida em Campinas, a 9 de maio de 1888, solteira.  
6-8 João Augusto Nepomuceno dos Santos, natural de Campinas, onde foi batizado em 15 de maio de 1827. Padrinhos: Padre Antônio Fernandes Nunes e Maria Justina de Camargo, por procuração a D. Ana Eufrosina, filha do capitão Joaquim José Teixeira vigário, Joaquim José Gomes (L.º IV, fls. 128). Residiu nas ruas Regente Feijó (antiga rua da Matriz Nova), atual n. 593, e Francisco Gilcério (antiga rua do Rosário), atuais ns. 1.263 e 1.267 e foi agricultor na fazenda Angélica, entre Jaguari e Atibala. Casou-se com Catarina Amélia de Castro Prado (7-2, filha do alferes Raimundo Alvares dos Santos Prado, 6-6, e Maria Miquelina de Camargo — Silva Leme, vol. 2.º, tit.º Lemes, pgs. 233-34), aos 12 de agosto de 1849, em casa de d. Ana Rufina de Almeida. Testemunhas: dr. Teófilo Ribeiro de Resende e comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro (Paróquia Conceição, L.º 5.º, fls. 54v).

Filho:

7-1 Aurélio, farmacêutico, solteiro, falecido no Rio de Janeiro.

6-9 Manoela Francisca dos Santos, batizada em 18 de março de 1832. Padrinhos, o reverendo Diogo Antonio Feijó, por procuração que dele apresentou o alferes Querubim Uriel Ribeiro de Camargo, e D. Manuela Francisca, por procuração de D. Maria Gertrudes, casada com o referido Alferes. Oficiou o vigário Joaquim Anselmo de Oliveira (L.º V, fls. 48 v, 1830-1839). Faleceu aos 12 de maio de 1910. Foi casada, a 19 de outubro de 1852, com Francisco Bueno Barbosa Aranha, nascido em 8 de julho de 1837 e falecido em 16 de junho de 1912, natural de Atibala, filho de Miguel Arcanjo Barbosa e Ana Francisca, filha do capitão Francisco Rodrigues Bueno de Agular. Serviram como testemunhas: comendador Manuel Carlos Aranha, Dr. Ricardo Gumbleton Daunt e capitão José Bento dos Santos (Matriz da Conceição, L.º 7, fls. 309 v, 1872-1888). D. Manoela Francisca foi proprietária da fazenda Camandocaia, município de Amparo, e morou em Campinas na rua Marechal Deodoro, n.º atual 1.131, propriedade do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (Neto). Casa unida à residência de Joaquim José dos Santos Camargo (vide D. Maria Gertrudes) e que serviu, durante algum tempo, como depósito de produtos agrícolas provenientes das suas fazendas.

Filhos:

7-1 Vicente, falecido com 25 anos de idade, no Rio de Janeiro, quando cursava o 5.º ano de Medicina.

7-2 Presciliana, falecida com 5 anos.

7-3 Laura, nascida em 7 de abril de 1874 e falecida a 31 de janeiro de 1942, em São Paulo, casou com o capitão Ricardo Coelho vereador (1892-95) em Campinas, filho de José Tomaz Silva Coelho, natural de Portugal, e Teresa Rangel, natural do Rio de Janeiro.

Filhos:

8-1 Eduardo, nascido em 3 de maio de 1892, faleceu em 4 de abril de 1921, solteiro.

8-2 Didima, nascida em 11 de outubro de 1894, casou com Júlio Joaquim Pedreira.

Filhos:

9-1 Cecília, nascida em 26 de abril de 1933

9-2 Júlio, nascido a 15 de maio de 1934

9-3 Laura, nascida em 28 de maio de 1935

8-3 Roberto, nasceu em 11 de julho de 1897 e faleceu em 2 de novembro de 1897.

8-4 Adali, nascida a 25 de novembro de 1899, casou com Jorge Passos.

Filhos:

9-1 Vinícius, nascido em 30 de abril de 1931

9-2 Dionísio, nascido em 13 de outubro de 1935.

9-3 Aloísio, nascido em 6 de agosto de 1938

8-5 Tiago Coelho, nascido em 8 de agosto de 1901, casou com Ivoneta Almeida Pinto, professora, falecida a 26 de novembro de 1936.

Filhos:

9-1 Mirto, nascido em 30 de setembro de 1930.

9-2 Berenice, nascida em 10 de fevereiro de 1933.

9-3 Eduardo, nascido em 1.º de abril de 1934.

8-6 Maria José, nascida em 26 de junho de 1908, solteira.

8-7 Cecília Teresa, nascida em 7 de março de 1913, casou com Plínio Passos.

Filho:

9-1 Luiz Ricardo, nascido em 28 de julho de 1936.

5-2 Ana Ismeria dos Santos Camargo, nascida em Cotia, onde foi batizada pelo vigário Manuel da Cruz Lima aos 31 de agosto de 1780; padrinhos: padre Rafael Antonio de Barros, por procuração a José Ortiz de Camargo, e Maria Joaquina de Camargo, solteira, filha de Inácio Soares de Barros (Arq. da Cúria, 5-3-23 — fls. 64 v.) Casou-se com Vitorino José Dias Guimarães, como se vê do teor deste documento: "Aos 4 dias de maio de 1808, nesta Igreja Matriz de N. S. do Monte Serrat de Cotia, com provisão, e sem inconveniente, pelo meio dia, em minha

presença e das testemunhas o reverendo Diogo Antonio Feljó e Joaquim Dias Novais, se receberam em matrimônio Vitorino José Dias Guimarães, natural da Freguezia de San Martinho de Moreira de Rei, comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, filho legítimo de João Ferreira Coelho e Catarina Dias, com D. Ana Ismeria, natural desta Freguezia, filha do Capitão Bento dos Santos Pereira, natural da Vila de Curitiba e sua mulher D. Senhorinha Francisca de Camargo, natural desta Freguezia; o pai do contraente é natural da Freguezia da Lagoa, e a mãe natural da Freguezia de San Martinho Moreira de Rei. Neto por parte materna de D. Ana Dias, casada de cuja marido não se lembra o nome, como também de mais avós. Neta por parte é a contraída de Sebastião dos Santos Pereira, natural da Freguezia de San Martinho de Puçuciro, Bispado de Viseu e de sua mulher D. Joana Garcia, natural da Vila de Curitiba, e por parte materna do Capitão Inácio Soares de Barros e de sua mulher D. Marta de Camargo Lima, naturais desta Freguezia. E na mesma ocasião receberam as bênçãos solenes. O vig.º Mel. Dias Bueno". (Arq. cit.).

Filhos:

6-1 Antônio Fernandes Dias casou-se aos 12 de fevereiro de 1839 em Parnaíba. Eis o documento, na íntegra: "Certifico que, revendo o Livro de Casamentos, do ano de 1839, da Paroquia de Parnaíba, existente no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, à folha 93 encontra-se o assento do teor seguinte: "Antônio Fernandes Dias com D. Maria Elaria de Camargo. Aos doze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e trinta e nove anos nesta Matriz de Santa Ana da Vila de Parnaíba, feitas as denunciaçãoes sem impedimento algum, pelas 9 horas da manhã mais ou menos, em presença do muito reverendo vigário colado João Gonçalves Lima, e das testemunhas abaixo assinadas, se receberam em matrimônio, por palavras de presente, Antonio Fernandes Dias, natural da Freguezia da Cotia, de idade de 27 anos mais ou menos, filho de Vitorino José Dias, natural do Porto, e de D. Ana Esmeria, natural da Cotia, neto por parte paterna não souberam dizer os nomes, por parte materna do capitão Bento dos Santos Pereira, natural de Curitiba, e D. Senhorinha Francisca de Camargo, natural da Cotia: com D. Maria Elaria de Camargo, de idade de 20 anos mais ou menos, natural da Freguezia da Cotia, filha de Joaquim Blanco Ribeiro, natural desta Vila, e de D. Inácia Maria de Camargo, natural da Cotia, neta por parte paterna de José Blanco Ribeiro, natural de Santo Amaro, e de D. Catarina Nunes de Siqueira, natural desta Vila, por parte materna do alferes Vicente Pedroso, da Cotia e de Rita de Moraes, da Cotia, e logo receberam as bênçãos nupciais entre o Sacrificio da Missa, conforme o rito e cerimônia da Igreja e, para constar, fiz este assento em que assino com as testemunhas Francisco Pais da Silva e o alferes Salvador Dominguez Moreira, solteiro, freguês de Santo Amaro, e os mais desta Vila. O Coadjor. Joaquim José de Oliveira. O vigário colado João Gonçalves Lima, Francisco Pais da Silva, Salvador Dominguez Moreira". Nada mais continha o sobredito assento a cujo original fielmente me reporto e dou fé. São Paulo, 24 de janeiro de 1939. Pe. Paulo Aurisol C. Freire — Diretor Arquivista". Antônio Fernandes Dias, instituído único herdeiro dos bens de sua tia materna, Maria Angélica dos Santos Camargo, falecida solteira, tornou-se proprietário do sítio

do Barro Branco, em Cotia, onde moram em 1939 alguns de seus descendentes.

Filhos:

7-1 Benedito José Dias, solteiro, falecido em sua fazenda Palmeiras, município de Palmeiras, Estado de São Paulo.

7-2 Antônio Dias dos Santos, casou com Ana, filha de Antônio Rodrigues e Lulza Maria de Moraes, de Cotia.

Filhos:

8-1 Joaquim Dias dos Santos, morador, em 1939, em seu sítio do Barro Branco, Cotia, casou com Maria Antônia, filha de Amaro e Pedra da Luz, de Santo Amaro. São Paulo.

Filhos:

9-1 Amaro Joaquim da Luz casou com Pedra, falecida aos 4 de junho de 1940, filha de Luiz Ribeiro.

Filhos:

10-1 Benedita

10-2 Joaquim

9-2 José da Luz casou com Brígida, filha de Benedito Paulino.

Filhos:

10-1 Maria

10-2 Joana

10-3 Joaquim

9-3 Antônio da Luz casou com Rosa, filha de Benedito Antônio Pires.

Filhos:

10-1 Josefina

10-2 Benedita

10-3 Teresinha

9-4 Luiz

9-5 Paulo

9-6 Pedro

9-7 Januária

8-2 Benedito Moraes dos Santos casou com Ana Maria de Jesus, filha de Antônia Moraes dos Santos.

Filhos:

9-1 Antônia casou aos 6 de julho de 1941 com Amaro Antônio, filho de João Antônio Garcia, natural de Santo Amaro, São Paulo.

9-2 Ana casou com Benedito José de Oliveira, natural de Cotia.

Filho:

10-1 Juventino.

9-3 Maria

9-4 Escolástica

9-5 Rosália

9-6 José

9-7 João Batista

9-8 Benedito

8-3 Juvência casou com João de Camargo Guerra, filho de Antônio de Camargo Guerra, natural de Cotia.

Filhos:

9-1 João de Camargo Junior, solteiro.

9-2 Laurentina casou com Manuel de Camargo, filho de Benedito de Camargo, natural de M'Boy, São Paulo.

Filhos:

10-1 João

10-2 Benedito

10-3 Rafael

9-3 Rosa casou com Juvenal Belduino, filho de Amaro Belduino, natural de Cotia.

Filhos:

10-1 Aurélio

10-2 Tarcizo

9-4 Durvalino

9-5 Benedito

9-6 Helena

8-4 José Moraes dos Santos casou com Ana, filha de Antônio de Camargo e neta de Inácia de Camargo.

Filhos:

9-1 Benedito

9-2 Emília

9-3 Antônio

9-4 João Batista

9-5 Francisco de Assis

9-6 Teresinha de Jesus

8-5 Bibiana casou com José Crispim de Camargo, filho de Antônio Simião da Guerra.

Filhos:

9-1 Lulza casou com Eugênio Costa, natural de Cotia. Sem geração em 1938

9-2 Madalena casou com Antônio Camargo, filho de Bene-

- 10-2 Ana  
 9-4 Marcellana casou com Benedito Camargo, filho de Benedito Camargo, natural de M'Boy.  
 9-5 Catarina  
 9-6 José  
 dito Camargo, natural de M'Boy.  
 9-3 Maria casou em primeiras núpcias com João Pires, falecido, de Itapeperica; e segunda vez com Virgílio.

## Filhos:

- 10-1 Salvador  
 9-7 Manuel  
 7-3 Amaro Claro dos Santos casou com Eufrásia Carrinho, natural de Cotia.

## Filhos:

- 8-1 Maria casou primeiro com João Pinto de Camargo, segunda vez com Adão, vulgo "Adão Cipó", natural de Santo Amaro, São Paulo, e terceira vez com Benedito Nunes.  
 Filhos do segundo casamento:  
 9-1 Josefina, casada, sem geração.  
 9-2 Pedra, casada, sem geração.  
 9-3 Idalina, viuva de José Diogo, com um filho:  
 10-1 Benedito  
 9-4 Amaro  
 9-5 Benedita  
 8-2 Benedita casou com João Pinto do Prado, de Cotia.

## Filhos:

- 9-1 Otávio, viuvo de Edwiges Leme, sem geração.  
 9-2 José Pinto, casado duas vezes, com um filho do segundo casamento, com Benedita, filha de Leonardo Soares Rodrigues.

## Filho:

- 10-1 Ari  
 9-3 Amélia casou com Sebastião Castro Pedrosa, filho de José Augusto Pedrosa.

## Filho:

- 10-1 Bernadete.  
 9-4 Maria, solteira, com 18 anos, em 1939.  
 9-5 Ismênia  
 9-6 Alcides, com 7 anos, em 1939.  
 7-4 José Dias dos Santos casou com Iria Blanco

## Filho:

- 8-1 Benedito, falecido em 1940, casou com Idalina de Camargo Guerra.

## Filhos:

- 9-1 Benedito, solteiro  
 9-2 José, falecido  
 9-3 Raul  
 9-4 Joaquim  
 9-5 José  
 9-6 Antônio  
 9-7 Casimiro  
 9-8 Maria  
 7-5 Maria Benedita dos Santos casou com Messias Marcos de Almeida Sousa, filho de João de Sousa, português, ilheu, morto na guerra do Paraguai, e Maria José de Almeida.

## Filhos:

- 8-1 Antônio, solteiro, falecido.  
 8-2 Benedito, solteiro, falecido.  
 8-3 Maria Luiza do Espírito Santo, moradora em 1941 no sítio do Barro Branco, em Cotia, casou com Martiniano Lemos Leite, filho de Eliseo Lemos Leite e Maria Clara de Jesus, de Cotia.

## Filhos:

- 9-1 Benedito, solteiro  
 9-2 Leopoldina casou com Adão de Moraes Domingues, falecido no dia 6 de junho de 1940, em Cotia, filho de João Pires, de Itapeperica, São Paulo.

## Filhos:

- 10-1 Maria, com 16 anos em 1939  
 10-2 Pedro, com 11 anos em 1939  
 10-3 Alcides, com 5 anos em 1939  
 9-3 Maria casou com João Antônio Pires, filho de Firmino Antônio Pires e Brasilina Maria de Jesus, de Itapeperica, São Paulo.

## Filhos:

- 10-1 José, com 15 anos em 1939  
 10-2 Luiz  
 10-3 Joaquim  
 10-4 Angelina  
 10-5 João Batista  
 10-6 Benedito  
 10-7 Antônio, com 11 meses de idade em 1939  
 10-8 Maria Aparecida, nascida em Cotia a 17 de fevereiro de 1942  
 9-4 José Luiz dos Santos casou com Josefina Francisca, filha de Antônio Sales e Deolinda Maria de Jesus, naturais do Rio de Janeiro. Sem geração.  
 9-5 Joaquim, solteiro, com 19 anos em 1939.

8-4 Paulo Eugênio dos Santos, solteiro, com 63 anos de idade em 1939.

8-5 Messias de Almeida casou com Cecília, filha de Serafim Lemos Leite.

Filhos:

9-1 Inês, com 20 anos em 1939, casou em 1941 com João de Oliveira Costa.

9-2 Aurora

9-3 Antônio

9-4 Maria, com 10 anos em 1939

8-6 Marcelina casou com Amaro Hipólito de Camargo, filho de Antônio Simão Guerra, falecido em 21 de abril de 1941.

Filhos:

9-1 Benedita

9-2 Emília

9-3 Idalina

9-4 Elisia casou com Roque de Oliveira

Filhos:

10-1 Luiz

10-2 José

8-7 Pedro dos Santos casou com Francisca Assunção, filha de José de Camargo.

Filhos:

9-1 Pedro

9-2 José

8-8 José Francisco dos Santos casou com Conceição, filha de José de Oliveira Leite e Ana Estefano

Filhos:

9-1 João, com 12 anos em 1939

9-2 José, com 8 anos em 1939

7-6 Ana Isméria dos Santos casou com João de Oliveira Leite, de Cotia.

Filhos:

8-1 João de Oliveira Leite Junior casou com Sebastiana.

8-2 Dulce casou com Eduardo

8-3 Antônio, casado com Alice

8-4 Sebastião de Oliveira Leite casou com Leopoldina Leme

Filhos:

9-1 Luiz

9-2 Benedita

9-3 Ana

8-5 José casou com Maria. Com geração.

7-7 Joaquim Evaristo dos Santos casou com Maria Amélia de Brito, de Cotia. Sem geração. Falecidos.

8-2 Benedito Dias dos Santos casou com Gertrudes, natural de Mogi-Mirim.

Filhos:

7-1 Cândido Dias dos Santos, falecido.

7-2 José Eugênio dos Santos casou com Gertrudes Maria de Oliveira, falecida, natural de Amparo.

Filhos:

8-1 Maria casou com Messias Bueno da Silva, natural de Mogi-Mirim.

Filhos:

9-1 João, solteiro

9-2 Alzira casou com Benedito, natural de Mogi-Mirim.

9-3 Dormélia, solteira

9-4 Durvalina, solteira

9-5 Silvino.

8-2 Olímpia, viúva de Manuel Antônio de Araujo, natural de Cotia.

Filho:

9-1 Joaquim casou com Benvenida Pires

Filhos:

10-1 Benedita

10-2 Cecília

9-2 Benedita casou com Roque da Silva, natural de Cotia.

Filhos:

10-1 Gregório, solteiro

10-2 Olívia, solteira

10-3 Maria casou com João Martins de Oliveira, natural de Cotia. Sem geração.

10-4 Narcisca casou com Abílio, natural de Portugal

Filho:

11-1 Agostinho

8-3 Benedita casou com Antônio Moreira de Lima

Filhos:

9-1 Maria Aparecida, casada com José Siqueira. Sem geração.

9-2 Isaura, solteira

9-3 Maria, solteira

9-4 José

9-5 Pedro

8-4 Maria José dos Santos casou com José Pereira.

## Filhos:

- 9-1 Rosa
  - 9-2 Cecília
  - 9-3 João
  - 9-4 Aurélia
  - 9-5 Orzélia
  - 9-6 Pureza
- 8-5 Idipina casou com Benedito Rodrigues de Oliveira

## Filhos:

- 9-1 José casou com Isaura, natural de Cotia, sem geração.
  - 9-2 Gertrudes, casada.
  - 9-3 Maria
  - 9-4 Ismael
  - 9-5 Geraldo
- 8-6 João Batista Eugênio dos Santos casou com Ana Dias Pereira, natural de Amparo.

## Filhos:

- 9-1 José, solteiro
  - 9-2 Isaura casou com José dos Santos Oliveira. Sem geração.
  - 9-3 Maria Aparecida
  - 9-4 João
  - 9-5 Teresinha
  - 9-6 Gení
- 8-7 Pedro Eugênio dos Santos casou com Joaquina Maria Luz, natural de Cotia. Falecida em 31 de dezembro de 1944.

## Filhos:

- 9-1 João
  - 9-2 Carlos
  - 9-3 Maria
  - 9-4 Antônio
- 8-8 Isaura Verginia dos Santos casou com Francisco Manuel Sousa, falecidos.

## Filhos:

- 9-1 José casou com Francisca, natural de Amparo. Sem geração.
  - 9-2 Ana, solteira
  - 9-3 Maria, solteira
  - 9-4 João
- 8-9 Petronilha E. dos Santos, falecida, casou com Antônio Amaro Dias, natural de Amparo.

## Filhos:

- 9-1 Gertrudes casou com Pascoal Franco, natural da Itália

## Filhos:

- 10-1 Fernando, solteiro
  - 10-2 Teresinha
- 9-2 Benedita casou com Pepino, natural da Itália

## Filha:

## Ruth

- 8-10 Zulmira E. dos Santos casou com José dos Santos Monteiro, falecido.

## Filhos:

- 9-1 Ana casou com Gregório Manuel, natural da Bahia. Sem geração.
- 9-2 Pedro, solteiro
- 9-3 Jacira
- 9-4 Benedito casou com Francisca, natural de Cotia. Sem geração.
- 7-3 Maria Inocência do Nascimento casou com José Joaquim dos Santos Guerra, 8-2, filho de Antônio João Nepomuceno dos Santos, 7-1. Com geração à pág. ...
- 6-3 Joaquim Dias dos Santos (Nhô Joaquim da Cotia), solteiro, faleceu em Campinas.
- 6-4 Ana Joaquina foi casada com Pacífico Soares, falecido em Araraquara.

## Filhos:

- 7-1 Senhorinha casou com Carlos Baruel de Miranda, que foi funcionário dos Correios em São Paulo.

## Filhos:

- 8-1 Joaquim, falecido.
  - 8-2 Francisco, funcionário da E. F. Sorocabana, onde morreu vítima de um desastre.
  - 8-3 Faustina, falecida.
  - 8-4 Francisca, falecida.
- 7-2 Ana Isméria, segunda mulher de José Camilo de Moraes. Manuel José dos Santos Camargo foi casado com Mafalda Joaquina de Oliveira.

## Filhos:

- 6-1 Eleutério Santos Camargo casou com sua prima Maria Francisca (Nhanhã), 7-1, filha de Francisca de Assis dos Santos Camargo, 6-4, com seu primeiro marido Venerando Joaquim de Almeida (vide descendentes de Joaquim José dos Santos, título deste trabalho).

## Filhos:

- 7-1 Maria Mafalda casou com Antônio Costa Cardoso. Sem geração.

- 7-2 Ana Rosa casou com Alfredo Justiniano Ribeiro, filho do Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro e de Maria Gertrudes dos Santos Camargo, n. 6-1, onde vem a geração.
- 7-3 Isolina casou com Demétrio Honório de Moraes.

Filha:

- 8-1 Benedita, viuva de Alberto de Benedictis.

Filhos:

- 9-1 Maria de Lourdes casou com Paulo Camargo. Sem geração.
- 9-2 Leonor casou com o Dr. José Ribeiro, médico, residente em Nova Granada, Estado de São Paulo.

Filho:

- 10-1 Sérgio.

- 7-4 Maria das Dores (Nhodati) casou com José Pedroso da Silva Nogueira, de Campinas. Sem geração.
- 6-2 Maria das Dores casou com Joaquim Nunes de Siqueira

Filhos:

- 7-1 José Nunes dos Santos casou com Benedita Novais, natural de Cotia.

Filha:

- 8-1 Benedita casou com Joaquim Augusto da Rocha.

Filhos:

- 9-1 Joaquim Amâncio da Rocha casou com Sara Lemos Rocha.

Filhos:

- 10-1 José  
10-2 Durval  
10-3 Luiz  
10-4 Joaquim  
10-5 Benedito  
10-6 Benedita  
10-7 Maria Aparecida  
10-8 Bento  
10-9 Djalma  
10-10 Hélio

- 9-2 Benedito Panerácio da Rocha casou com Sara Gonçalves da Rocha.

Filhos:

- 10-1 Maria de Lourdes

- 10-2 Ana Amélia  
10-3 Zanífa  
10-4 Maria Zeni  
10-5 Teresa Mafalda  
10-6 Maria Neide  
10-7 Joaquim
- 9-3 José Silvestre da Rocha casou com Araci Vilaça.

Filhos:

- 10-1 Joci José  
10-2 Mário  
10-3 Zilda Maria  
10-4 Maria Eliza  
10-5 Maria Luiza
- 9-4 Maria dos Santos Rocha casou com Benedito dos Santos Guerra, 9-3, filho de José Joaquim dos Santos Guerra, 8-2, com geração (anexo 9).
- 9-5 Ana casou com Agenor da Rocha Machado.

Filha:

- 10-1 Maria Aparecida
- 9-6 Julieta casou com Agenor, viuvo de Ana, 9-5, retro.

Filhos:

- 10-1 João  
10-2 Walkiria  
10-3 Agenor  
10-4 Teresinha  
10-5 Nelson  
10-6 Arnaldo  
10-7 Benedito
- 9-7 Ernestino dos Santos Rocha casou com Esmeralda Martins da Rocha.

Filhos:

- 10-1 Teresinha  
10-2 Neuza  
10-3 Roque  
10-4 Eunice  
10-5 Lanef
- 9-8 Francisca da Rocha casou com Alfieres Sartti. Sem geração.
- 7-2 Joaquim Nunes dos Santos casou com Ermelinda Maria das Dores.

Filhos:

- 8-1 Joaquim Nunes Filho casou em primeiras núpcias com Benedita Juvelina Lemos dos Santos, e segunda vez com Floriza de Camargo Nunes.

Filhos do primeiro casamento:

9-1 Maria Leite dos Santos Lemos casou com Ernesto Lemos Leite.

Filhos:

- 10-1 Benedita Aparecida
- 10-2 Irene, professora normalista do Grupo Escolar Cotia em 1941.
- 10-3 Floriza
- 10-4 Benedito
- 10-5 Alvaro
- 10-6 Maria Teresa
- 10-7 Paulo
- 10-8 Maria da Penha

9-2 Joaquim Leite dos Santos casou com Aurora Cristiana

Filhos:

- 10-1 Isabel
- 10-2 Agulnaldo

Filhos do segundo casamento:

9-3 Benedita Nunes Vaz casou com Antônio Vaz Sobrinho

Filhos:

- 10-1 Luci
- 10-2 Guiomar
- 10-3 João Carlos
- 10-4 Izolina

9-4 Helena Nunes Ambrogi casou com Alfredo Ambrogi

Filhos:

- 10-1 Anibal
- 10-2 Iolanda
- 10-3 Arnaldo
- 10-4 Carlos José
- 9-5 Maria Anacleto Nunes
- 9-6 Eva Nunes Domingues casou com João Domingues, 2ª geração.
- 9-7 Maria José Nunes Crespi casou com Hugo Crespi.

Filha:

- 10-1 Celi Cecília.
- 9-8 Gabriel
- 9-9 Maria Madalena
- 9-10 Maria Ermedina
- 9-11 Paulo
- 9-12 Maria Virgínia
- 9-13 Maria Teresa
- 9-14 Maria de Jesus
- 8-2 Benedita dos Santos Novais (Tití) casou com Ramiro dos Santos Novais, falecido.

Filhos:

9-1 José dos Santos Novais casou com Maria do Rosário Novais.

Filhos:

- 10-1 Luiz
- 10-2 José
- 10-3 Neuza
- 10-4 Maria Stela
- 9-2 Benedito dos Santos Novais
- 9-3 Maria Antonieta
- 9-4 Ana Novais Pinto casou com Eduardo Pinto Filho.

Filhos:

- 10-1 Ana Maria
- 10-2 Geraldo
- 10-3 Maria Cecília
- 10-4 Maria Aparecida
- 10-5 Antônio Benedito
- 9-5 Sílvio Novais casou com Maria Pedroso Novais.

Filha:

- 10-1 Maria Celina
- 9-6 Joaquim Novais casou com Helena Michelote

Filhos:

- 10-1 Maria Helena
- 10-2 Marii Aparecida
- 9-7 Maria de Lourdes Novais casou com Benedito André de Moraes.

Filhos:

- 10-1 Maria de Lourdes
- 10-2 Aurea
- 9-8 Maria Aparecida casou com Orlando de Campos, funcionário bancário.

Filha:

- 10-1 Elza Maria
- 9-9 Maria do Carmo
- 9-10 Maria José casou com Sílvio Iazi Pedroso
- 9-11 Ismênia
- 9-12 Ramiro Novais Filho, colegial em 1941
- 8-3 José Bonifácio dos Santos casou com Cândida Xavier dos Santos, falecidos.



## Filhos:

9-1 José Bonifácio dos Santos (Zeca Neto) casou com Maria Aparecida de Almeida.

## Filho:

10-1 Vicente de Paulo

9-2 Benedita dos Santos Oliveira casou com João Batista de Oliveira.

## Filhos:

10-1 José

10-2 Antônio Maria Galvão

9-3 Joaquim dos Santos casou com Ondina de Lima Santos. Sem geração.

8-4 Eleutério Marçal dos Santos casou em primeiras núpcias com Pedrina Pedroso dos Santos e, segunda vez, com Maria Albuquerque.

Filhos do primeiro casamento:

9-1 José Marçal dos Santos casou com Isabel dos Santos.

## Filho:

10-1 Eleutério

9-2 Maria do Rosário Novais casou com José dos Santos Novais.

## Filhos:

10-1 Luiz

10-2 José

10-3 Neuza

10-4 Maria Stela

9-3 Benedita da Conceição Santos casou com Francisco de Abreu.

## Filhos:

10-1 Inês

10-2 Aparício

Filhos do segundo casamento:

9-4 Joaquim

9-5 Eleutério

8-5 Ladislau Nunes dos Santos casou com Constantina Liberato dos Santos, natural da Itália.

## Filhos:

9-1 Joaquim dos Santos casou com Olga Michelotti dos Santos

## Filhos:

10-1 Lucília

10-2 Jalro

9-2 Maria de Lourdes dos Santos Guerra casou com Emílio Guerra, proprietário da Empresa de Auto Onibus N. S. Aparecida de Cotia.

## Filhos:

10-1 Dirceu

10-2 Jaime

10-3 Rubens

10-4 Emílio Júlio

9-3 Carlos Nunes dos Santos casou com Lucila de Lima dos Santos. Sem geração.

9-4 Luiz

8-6 Amélia dos Santos Moraes casou com Antônio Benedito de Moraes, oficial do Registro Civil de Cotia.

## Filhos:

9-1 Benedito André de Moraes casou com Maria de Lourdes Moraes.

## Filhos:

10-1 Maria de Lourdes (Marilyn)

10-2 Aurea

9-2 José dos Santos Moraes casou com Maria dos Prazeres Moraes.

## Filhos:

10-1 Maria José

10-2 José Maria

9-3 Lourival dos Santos Moraes, auxiliar do Registro Civil de Cotia, casou com Maria José Guerra, 10-2 (vide anexo 9).

9-4 Antônia Luiza de Moraes casou com Ernesto Barreto, funcionário bancário, filho do Professor José Barreto, de Cotia.

## Filho:

10-1 Luiz Antônio.

9-5 Mauro

8-7 Isolina dos Santos Pedroso casou com João Evangelista Pedroso.

## Filhos:

9-1 José dos Santos Pedroso, Coletor Estadual em Cotia, casou com Irene Maguarine.

## Filhos:

10-1 Teresinha

10-2 Ermelina

10-3 Maria do Rosário

10-4 José Benedito

9-2 Jarbas dos Santos Pedroso casou com Benedita Laranjeira Pedroso.

## Filhos:

- 10-1 João Joaquim  
10-2 Walter  
9-3 Paulo dos Santos Pedroso casou com Francisca Alves Pedroso, natural de Minas Gerais.

## Filhos:

- 10-1 Djanira  
10-2 Benedito  
9-4 Vicente, solteiro  
8-8 Antonieta dos Santos Lemos casou com Raul Lemos Leite.

## Filhos:

- 9-1 Benedito, solteiro  
9-2 Joaquim, solteiro  
9-3 José  
9-4 Maria da Glória  
9-5 Raul Lemos Leite Filho  
9-6 Maria Antonieta  
9-7 Maria Luiza  
9-8 Pedro  
8-9 Benedito Carlos dos Santos casou com Maria de Lourdes Lemos dos Santos.

## Filhos:

- 9-1 Joaquim, colegial  
9-2 Rita de Cassia  
8-10 Maria das Dores Santos Rocha casou com Pedro Dias da Rocha.

## Filhos:

- 9-1 Benedito dos Santos Rocha casou com Deolinda de Almeida Rocha. Sem geração.  
9-2 José, solteiro  
9-3 Cecília Aparecida Carvazani casou com Dionísio Carvazani. Sem geração.  
9-4 Ana  
9-5 Dulce  
9-6 George  
9-7 Ermedina  
7-3 Maria Nunes dos Santos casou com Vicente Nunes.

## Filhos:

- 8-1 Benedito Nunes dos Santos, falecido, foi casado com Ana Nunes dos Santos.

## Filhos:

- 9-1 José Nunes casou com Iolanda Nunes Camargo.

## Filha:

- 10-1 Walkiria  
9-2 Alípio Nunes casou com Lourdes.

## Filhos:

- 10-1 Benedito  
10-2 Benedita  
9-3 Laurinda casou com Orlando Francisco de Andrade.

## Filhos:

- 10-1 Aurte  
10-2 Dorotéa  
10-3 Orlando  
9-4 Olímpia casou com João Pedroso.

## Filhos:

- 10-1 Benedito  
10-2 José  
10-3 Teresinha  
10-4 Roque  
8-2 Vicentina Nunes dos Santos casou com Pedro Augusto da Silva, residentes no Bairro de Itaquí, município de Cotia.

## Filhos:

- 9-1 Bertolino, falecido  
9-2 Lino casou com Benedita Caetano

## Filho:

- 10-1 Benedito  
9-3 Augusta casou com Benedito Pereira.

## Filhos:

- 10-1 João  
10-2 Santini  
10-3 Altair  
9-4 Ana, solteira.  
7-4 Ana Maria casou com seu parente Joaquim José dos Santos. 8-1, com geração no anexo 9.  
6-4 Francisca Maria de Jesus casou com Jerônimo Pais dos Santos, foi proprietária, no município de Cotia, dos sítios denominados Portão, Guabiroba, Potreiro e Sítio Grande, sendo que neste último ainda existe a velha casa de morada. De paredes muito grossas, a casa ainda conserva o telhado antigo de beiral sem calha. As portas, de batentes toscos, são feitas de pranchas largas dispostas verticalmente. As janelas, sem vidraças, têm uma proteção feita de madeira, sarrafos dispostos verticalmente, e, na parte interna, uma forte porta de janela.  
A frente da casa tem um alpendre com colunas de madeira, que vão do chão ao teto, e, sem formar um corpo avançado, está fechado por

uma balaustrada também de madeira, deixando no centro uma abertura de entrada.

O tempo não perdoou, na sua ação devastadora, a conservação do prédio. Assim, os retoques apresentados marcam um singular contraste, pois que a casa de talpa está em vários pontos recomposta com tijolos. Mesmo assim, é digna de apreciação a solidez da construção.

A direita do terraço existe uma sala que, atendendo-se às pinturas sacras ainda conservadas no teto, nos leva a crer tenha sido uma capela.

Esta casa foi, segundo a tradição, construída pelos jesuítas com o auxílio do braço índio, tendo sido a sede um colégio da Companhia de Jesus.

Filhas:

6-1 Gertrudes Maria da Conceição dos Santos casou com seu sobrinho Antônio João Nepomuceno dos Santos, 7-1, seguinte, onde tem geração.

6-2 Maria Justina casou com Reginaldo Antônio Guerra.

Filhos:

7-1 Antônio João Nepomuceno dos Santos casou com sua tia materna Gertrudes Maria da Conceição dos Santos, 6-1, retro.

Filhos:

8-1 Joaquim José dos Santos casou com Ana Maria, 7-4, filha de Joaquim Nunes de Siqueira e de Maria das Dores, 6-2, filha de Manuel José dos Santos Camargo, 5-3, que foi casado com Mafalda Joaquina de Oliveira. Foi indômito desbravador do Sertão na zona dos rios Feio e Aguapeí, infestada de índios Coroados, onde, a-pesar-de toda sorte de canseiras e perigos, conseguiu formar a fazenda São Benedito que, em 1905, era "a última moradia do sertão paulista no córrego da "Corredeira" (conforme se vê da publicação intitulada "Exploração dos Rios Feio e Aguapeí — extremo sertão do Estado — da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo 1903)". Em 1906, com extraordinária resignação cristã, sofreu a perda de seu filho Joaquim Cesário dos Santos e de seu genro Felício Alves de Campos, mortos pelos bravos índios Coroados.

Filhos:

9-1 Maria Margarida casou com Benedito Antônio de Camargo, 8-2, filho de Francisco Justino de Camargo, 7-2, seguinte. Sem geração.

9-2 José Maximiano dos Santos casou com Eliséa Alves de Campos, natural de Amparo.

Filhos:

10-1 Maria Cesária casou primeiro com Manuel Rabelo

Filho:

11-1 Benedito

Do seu segundo matrimônio com Joaquim Cintra, teve os filhos:

11-2 Maria

11-3 Olga

11-4 Luiz

11-5 Jorge

11-6 José Carlos

10-2 Benedita casou primeiro com Manuel Gigueira e segunda vez com Raul Costa.

Filhos do primeiro casamento

11-1 Maria de Lourdes, casada com André Antequera.

Filhos:

12-1 Vilma

12-2 Vladimir

12-3 Vaney

11-2 Abílio

11-3 Mário

10-3 Gertrudes casou com José Soares

Filhos:

11-1 Maria

11-2 Benedito

11-3 Osvaldo

11-4 José Carlos

10-4 Antonio Francisco dos Santos casou com Maria Mistrinal.

Filhos:

11-1 Celso

11-2 Eliseo

10-5 Sebastiana, casada com Ciceto Corrêa de Moraes

Filhos:

11-1 Afonso Celso

11-2 Carlos Alberto

11-3 Leonor Candida

11-4 Terezinha

9-3 Joaquim Cesário dos Santos Junior, morto pelos índios Coroados, em Guarantã, São Benedito da Corredeira, em 1906, foi casado com Matilde Alves

Filha:

10-1 Maria Angelica casou com Joaquim dos Santos Guerra, 9-7, com geração em 8-2, seguinte.

9-4 Benedito Antônio dos Santos casou com Rafaela Maria, 9-1, filha de 8-2, seguinte.

## Filhos:

10-1 Moisés dos Santos casou com Carmelina Galego.

## Filhos:

11-1 Maria  
11-2 Josefina  
11-3 Benedito  
11-4 Rafaela

10-2 Daniel dos Santos casou com Isaura Alves de Paula.

## Filhos:

11-1 Teresinha  
11-2 José  
11-3 Joaquim  
11-4 Maria  
11-5 Alice

10-3 Maria da Conceição casou com Benjamin Bowen.

## Filhos:

11-1 Maria  
11-2 Edith casou com Dimas Bueno dos Santos,  
10-3, filho de José dos Santos Filho  
10-4 Antônio casou com Angelina Parra Senger  
10-5 Elias casou com Rosa. Sem geração.  
10-6 Esméria casou com Manuel Malva.

## Filhos:

11-1 Conceição  
11-2 Ruth  
11-3 José  
11-4 Mário  
11-5 Maria Cândida

10-7 Gertrudes casou com João Ferreira de Castilho

## Filhos:

11-1 Leonor  
11-2 Olinda  
11-3 José  
10-8 Paulo, residente em Garça, Estado de S. Paulo.  
10-9 Antônia casou com Matias Ross.

## Filhos:

11-1 Rafael  
11-2 Benedita  
11-3 Elídia  
9-5 Eleutério Francisco dos Santos casou com Cristina Alves de Campos, irmã de Elisea Campos.

## Filhos:

10-1 Lázaro Alves dos Santos casou com sua prima Benedita Moraes, 8-2, professora normalista, filha de Ismênia, 9-6, seguinte, residentes em Amparo.

## Filhos:

11-1 Benedito José  
11-2 Ana Maria  
11-3 Marcio Antonio  
10-2 Antonio  
10-3 Dirceu  
10-4 Geraldo  
10-5 Rafael  
10-6 Eleutério  
10-7 Gabriel

9-6 Ismênia dos Santos Moraes foi casada com Laudelino Camilo de Moraes (Nhô Lau), 7-2, filho de José Camilo de Moraes e Benedita Maria da Conceição, filha do segundo casamento de Vitorino José Dias Guimarães com Maria Conceição Guerra, irmã de Reginaldo Antônio Guerra, que foi casado com Maria Justina, 6-2. Laudelino Camilo de Moraes (Nhô Lau) faleceu com 74 anos de idade, a 10 de novembro de 1939, em Amparo, onde residia à rua Barão de Campinas, 251. Foi fazendeiro. Casara-se, em primeiras núpcias, com Maria Amélia, filha de Inácio Soares.

## Filhos:

10-1 Benedita Moraes dos Santos, professora normalista, casou com seu primo Lázaro Alves dos Santos, 10-1, filho de Eleutério Francisco dos Santos, 9-6, retro, onde tem geração.  
10-2 Antônia casou em 10 de junho de 1939 com Aveilino Salateu, residentes em São Paulo.

## Filho:

11-1 Roodné  
10-3 Conceição Aparceida, diplomada em dezembro de 1940, pela Escola Normal Livre de Amparo  
10-4 Maria de Lourdes  
10-5 José Geraldo, falecido em 1939  
10-6 Teresinha  
10-7 Maria Helena  
9-7 Ana Saturnina casou com Joaquim Alves de Campos.

## Filhos:

10-1 Maria Cezira casou com Virgílio José dos Santos.

## Filhos:

11-1 Alaide

- 11-2 Filomena  
 11-3 Santana  
 10-2 Noêmia, casada com Serafim Malhati  
 10-3 Cacilda casou com Lázaro Pacheco de Toledo.

## Filhos:

- 11-1 Altair  
 11-2 Adair  
 11-3 Jeni  
 11-4 Lourdes  
 10-4 Dulce, casou com José Balduino Silva. Sem geração.  
 9-8 Olívia Benedita casou em primeiras nupcias com Salvador Andrade e segunda vez com Carlos Ferreira Filho, 9-1, filho de Carlos Augusto Ferreira e de Joaquina dos Santos Camargo, 8-4, filha do n. 6-2 deste trabalho.  
 Filhos do primeiro casamento:  
 10-1 Wilson  
 10-2 Odilon  
 9-9 Francisca Maria de Jesús casou em primeiras nupcias com Felício Alves de Campos (morto pelos índios em "Corredeira" em 31 de julho de 1906), e segunda vez com Antônio Ribeiro Júnior.  
 Do primeiro casamento teve uma única filha:  
 10-1 Felícia casou com Washington Lacerda Ortiz

## Filhos:

- 11-1 Neide, casada  
 11-2 Washington  
 11-3 Wellington  
 11-4 Neuza  
 11-5 Gabriel  
 11-6 Nizabel  
 do seu segundo casamento, teve:  
 10-2 Benedita casou com José Barbosa Machado

## Filhos:

- 1-6 João Batista  
 11-7 José Carlos  
 10-3 Maria casou com Homero Machado

## Filhos:

- 11-1 Iica  
 11-2 Daise  
 11-3 Joaquim Gabriel  
 10-4 Manuel, casado com Vilma

## Filho:

- 11-1 José Roberto  
 10-5 Ana, casada com Heráclito Braga

## Filho:

- 11-1 José Antônio  
 10-6 Sebastião  
 9-10 Antônio Benedito dos Santos casou com Ana Augusta Ferreira, 9-3, filha de Carlos Augusto Ferreira e de Joaquina, 8-4 (vide 6-2 do título Joaquim José dos Santos).  
 9-11 Leonidia casou com João Toledo de Sousa Ramos.

## Filhos:

- 10-1 Joaquim  
 10-2 Maria José  
 10-3 Enoé  
 10-4 Sebastião  
 10-5 Adair  
 10-6 Reginaldo  
 10-7 Cassiano  
 8-2 José Joaquim dos Santos Guerra casou com Maria Inocência do Nascimento, 7-3, filha do primeiro casamento de José Camilo de Moraes com Benedita Maria da Conceição, filha de Vitorino José Dias Guimarães e Maria Conceição Guimarães, irmã de Reginaldo Antônio Guerra, casado com Maria Justina, 6-2, deste anexo.

## Filhos:

- 9-1 Rafaela Maria casou com Benedito Antônio dos Santos, 9-4, filho de Joaquim José dos Santos, 8-1, retro, onde tem geração.  
 9-2 Antônio, falecido  
 9-3 Benedito Santos Guerra casou com Maria Santos Rocha 9-4, filha de Joaquim Augusto da Rocha e de Benedita dos Santos, 8-1, bisneta de Manuel José dos Santos, 5-3 (anexo 8).

## Filhos:

- 10-1 Antônio dos Santos Guerra solteiro.  
 10-2 Maria José, casou aos 28 de setembro de 1940, em Cotia, com Lourival dos Santos Moraes, 9-3, filho de Antônio Benedito de Moraes e Amélia dos Santos Moraes, 8-6 (vide anexo 8).

## Filha:

- 11-1 Maria Amélia  
 10-3 José dos Santos Guerra  
 10-4 Manuel dos Santos Guerra  
 10-5 Edith dos Santos Guerra  
 10-6 Benedito dos Santos Guerra  
 10-7 Célia dos Santos Guerra  
 9-4 José dos Santos Filho casou em primeiras nupcias com Benedita Silveira Bueno, filha de Atanázildo Bueno, natural de Amparo, e segunda vez com Alzira Tonalezil.

## Filhos do primeiro casamento:

10-1 Ester, casou com Alberto Tonalezi

10-2 Elza, solteira

10-3 Dimas Bueno dos Santos casou com Edith Borwen, 11-2, filha de Benjamin Borwen e de Maria da Conceição, n. 10-3.

10-4 João

10-5 Francisco

10-6 Ondina

## Do seu segundo casamento:

10-7 Carlos Ismael

10-8 José Luiz

9-5 Ana Hermogênea casou com Benedito Bonifácio de Campos Leme, filho de Pedro de Campos Leme e de Manuel Campos Leme, naturais de Amparo.

## Filho:

10-1 José de Campos Guerra, professor do Ginásio N. S. de Amparo, casou com Maria Eufrásia Aruda.

## Filhos:

11-1 José Reginaldo

11-2 Guilherme

11-3 João Flávio

9-6 Maria Cecília casou com Antônio Frederico.

## Filhos:

10-1 Dirceu

10-6 Clarice

10-3 Mário

10-4 Antônia

10-5 Maria Inocência

10-6 Clarice

10-7 Décio

10-8 Marina

10-9 Jonas

10-10 Eunice

9-7 Joaquim dos Santos Guerra casou com Maria Angélica dos Santos, 10-1, filha de Joaquim Cesário dos Santos Júnior, 9-3, n. 8-1, retro.

## Filhos:

10-1 Josefa, solteira

10-2 Sebastiana, solteira

10-3 Geraldo, casado com Jesuina Martins

10-4 Paulo

10-5 Maria

10-6 Antônio

10-7 Francisco de Assis

10-8 Reginaldo

10-9 José Luiz

10-10 Teresinha

10-11 Joaquim Lúcio

10-12 Angelo Guido

10-13 Matilde

10-14 Maria Ester

9-8 Bento dos Santos Guerra casou com Dinorá Campos, residentes em Amparo.

## Filhos:

10-1 Maria Antonieta

10-2 Fernando

10-3 Virgília

10-4 Carmelina

10-5 Ana Zélia

10-6 Lucélia

10-7 Bento

10-8 Neli

10-9 Francisco

10-10 Maria Lúcia

10-11 Luiz Augusto

7-2 Francisco Justino de Camargo casou com Maria Felicíssima Proença, natural de Tatuí.

## Filhos:

8-1 Maria Justina casou com Manuel Fernandes. Sem geração.

8-2 Benedito Antônio de Camargo, casou com Maria Margarida Santos, 9-1, página 1. Sem geração.

8-3 Antônio, falecido solteiro

8-4 Francisca, solteira

8-5 Lucidoro, falecido, casou com Teresa.

## Filhos:

9-1 Francisco

9-2 Irco, oficial do Exército

9-3 Benedito

9-4 Clarice, casada.

9-5 Teresinha

9-6 Nair

9-7 Sebastião

9-8 Valter

7-3 Diogo dos Santos, casou com Belarmina, filha de Joaquim Branco Ribeiro e de Inácia Maria de Camargo.

## Filhos:

8-1 Joaquim Sant'Ana casou com Ana Conceição Oliveira.

## Filhos:

9-1 Joaquim casou com Maria Luglio

## Filhos:

- 10-1 Alice
- 10-2 Rubens, casado com Eunice Teceroli
- 10-3 João
- 10-4 Joana
- 10-5 Luiz
- 10-6 Maria Lúcia
- 9-2 Ana, solteira
- 9-3 Maria José casou com Antônio Ortiz

## Filhos:

- 10-1 Benedito
- 10-2 Crécio
- 10-3 Geraldo
- 9-4 Laura, solteira
- 9-5 Antônio
- 8-2 Francisco Raimundo dos Santos casou com Adelaide da Conceição.

## Filhos:

- 9-1 Luiz Romão dos Santos casou com Clementina Leme.

## Filhas:

- 10-1 Cíntia
- 10-2 Mercedes
- 10-3 Ercília
- 10-4 Lourdes
- 10-5 Cacilda
- 9-2 Ana Cândida
- 9-3 João Clementino dos Santos (Joanico) casou com Adelaide Rodrigues.

## Filhos:

- 10-1 Maria Aparecida
- 10-2 José Roberto
- 10-3 Carlos Gilberto
- 10-4 Marilda Arleid
- 9-4 José Marciano dos Santos casou com Clementina Mancini.

## Filhos:

- 10-1 Maria Aparecida
- 10-2 Leonidia
- 10-3 Clarice
- 10-4 Giselda
- 10-5 José Valdemar
- 10-6 Moacir
- 10-7 Reinaldo
- 10-8 Ovando
- 10-9 Ariovaldo

- 9-5 Francisco Tibúrcio casou com Amélia Costa

## Filhos:

- 10-1 Nelson
- 10-2 Dirce

- 8-3 Porferina casou com Joaquim Camilo Moraes, 7-1, filho de José Camilo de Moraes e Benedita Maria da Conceição, filha do segundo casamento de Vitorino José Dias Guimarães com Maria Conceição Guerra.

## Filhos:

- 9-1 Maria casou com Antônio Piquete

## Filhos:

- 10-1 José
- 10-2 Maria Benedita
- 10-3 Porfirina

- 9-2 Benedita casou com José Leopoldino Campos.

## Filhos:

- 10-1 Celina
- 10-2 Gema
- 10-3 Nilsa

- 9-3 Belarmina, solteira

- 9-4 Antônio Camilo de Moraes casou com Sebastiana Vieira

## Filhos:

- 10-1 Luiz Camilo de Moraes
- 10-2 Maria Natalina de Moraes
- 10-3 Nelson Camilo de Moraes
- 10-4 Odir Camilo de Moraes
- 10-5 Perci Diogo de Moraes

- 7-4 Bento dos Santos Camargo casou com Guilhermina Corrêa. Sem geração.

## ANEXO X

### CARTAS DO DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT, MÉDICO, A FRANCISCO INÁCIO MARCONDES HOMEM DE MELO, BARÃO HOMEM DE MELO.

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello,  
Itú, 17 de julho de 1856.

(Recebi esta carta no dia 21 julho 1856, ... Mello.)

De volta de uma viagem a Sorocaba para onde fui chamado para ver um enfermo, recebi no dia 15, à noite, a mimavelmente lisonjeira carta com a qual dignou honrar-me acompanhada pela sua eloquente noticia biográfica do Ex-Regente o finado Feijó. —

Não sei se V.a S.a saberia das circumstancias pessoais que fazem ainda mais grata a delicada atenção que teve V.a S.a em mandar-me um exemplar de sua obra e que dão a V.a S.a títulos a homenagem de minha gratidão pelo culto que V.a S.a tributa ao elevado e heróico caracter do grande Regente. O P.e Diogo era primo-irmão de meu sogro e com ele foi criado juntamente na casa e sob as vistas do Vigário de Parnaíba o bom P.e João Gonçalves Lima — primo-irmão de meu sogro, parente e padrinho do P.e Diogo. Assim aconteceu que quem ensinou ao Feijó o A. B. C. foi meu sogro Joaquim José dos Santos Camargo e entre eles existia até o último momento da vida de Feijó a mais estreita amizade. O P.e Diogo era como irmão ou ainda mais de meu sogro e agora depois que morreu o amparo de sua irmã a quem ternamente amava, tem sido o mesmo meu sogro. Esta senhora a D. Maria Justina de Camargo é minha comadre duas vezes e talvez hoje a ninguem dedico maior amizade. Aponto isto assim para que V.a S.a fique ciente das razões domésticas que me tornam cioso da reputação do P.e Diogo a quem infelizmente nunca conheci pois que vim a esta Província em 1845. Mas não é somente como parente que venero o P.e Diogo. Em primeiro lugar sei que resistindo à insinuações e solicitações ele salvou a causa monárquica amparando, com o poder que sobre as massas lhe dava o que de quase divino por sua energia e coragem tinha o seu caracter, a infância do Snr. D. Pedro II. Que as ambições ilegítimas de aventureiros ou as theorias especulativas de visionários não arrancassem o cetro da débil mão do Principe se deve à firmeza e à pureza de consciéncia do P.e Diogo. — Venero-o pela sua pura moral e pela singular combinação



de nobres elementos que compunham o seu caracter; pela sua grandeza intellectual e pela ausência do menor resabio de motivos sórdidos em todos os seus atos. Serviu bem ao país e com o mais nobre desinteresse. É verdade que Eu sou Aristocrata com limitações na prática, que lamento as opiniões do P.e Diogo sobre disciplina eclesiástica, mas Deus não permita que estas diferenças que explico pelas tendências da época e pelas circunstâncias particulares de seu nascimento e suas relações sejam razão para tornar-me menos entusiasta na minha admiração dos grandes homens da geração que se vai sumindo ou de contemporâneos dignos, ainda sendo de proporções de caracter e de engenho menos gigantescos.

Nota algumas omissões em seu esboço, e talvez algumas por prudência devem subsistir, desta última ordem são as desavenças entre o Feijó e a família Andrada. Eu vi uma carta (com vexame o digo porque quizeria não me ver obrigado de acreditar no fato) do José Bonifácio em que este recomenda ao finado Capitão Mor Vicente da Costa Taques Góis e Aranha que exerça uma espionagem atívisima sobre o P.e Feijó, e que dê relatórios mensais de tudo quanto este obrar! Depois da abdicação de 7 de abril houve guerra decidida entre estes homens que todos tanto nos merecem.

A vida ituana do P.e Diogo era interessante. Foi católico tão fervoroso em algum tempo que se disciplinava. É verdade que ensinava em Itú mas eram estudos secundários.

V.a S.a chama o P.e Feijó filho do povo, homem do povo: perdoe-me se diga que nisto erra. O P.e Diogo foi fruto de um grande crime — mas a brilhante carreira do filho e os acerbos sofrimentos físicos da Mãe por longos anos continuados resgataram a vergonha e expliaram talvez em parte o crime. O Feijó foi filho ilegítimo mas a Mãe era Camargo e do âmago dessa nobilíssima raça. Era primo-irmão da Mãe da Sra. D. Ana Vicência e do Brigadeiro Jordão e do sangue mais aristocrático da Província, e descendente em 9.º grau da Princesa M. Byc. mulher de João Ramalho. Tão cioso porem foi ele da honra materna que nunca reconheceu parente algum e dizia sempre que era filho somente por criação de D. Maria Joaquina. —

Quem organizou as emendas do projeto da Constituição do Império foi o P.e Feijó. Eu já tive a pachorra de copiar muitos documentos que se referem aos sucessos políticos de 1821 — 2 e 3 dos livros da Câmara de Itú, e entre estes foi o plano da reforma do dito projeto. Estas cópias del ao Sr. Conselheiro Dr. Josino. O P.e Feijó e o Sr. Cândido Mota (para com quem o país tem sido tão ingrato) foram as molas reais dos sucessos importantes que naqueles anos tiveram Itú por seu teatro. Nestas emendas o P.e Diogo mostrava que ainda conhecia mal os homens. Transborda uma sinceridade de convicções e uma plenitude de confiança na boa fé de todos os seus patricios e em seu civismo que produz uma mui dolorosa impressão ao ver o contraste que a história subsequente do país e desta Província apresenta. Assim quanto a continuação do uso das distinções honoríficas e especialmente títulos, diz o P.e Diogo que por si este uso se extinguirá pelo justo desprezo que para tais coisas todos sentem depois de se ter conquistado a liberdade! —

O Sr. D. Pedro I mandou a todas as Câmaras do Império o seu projeto de Constituição e a todas autorizou que lhe mandassem depois suas reflexões; 3 câmaras em todo o Império foram as únicas que se antmaram de tomar o negócio ao sério e foram — Itú, Rezende e Pernambuco! —

Para o fim de sua vida o P.e Diogo ia-se tornando centralizador e de-clarava-se cônico que o poder era mais proficuamente empregado a bem do andamento dos negócios quando em menor número de mãos. Não estou bem certo se o P.e Diogo nasceu na cidade de São Paulo ou na Vila da Cotia. O que fora ele a não ter sido educado pelo Padre João Gonçalves Lima (em cuja companhia creio que ele foi à Guaratinguetá) e a não ter residido por algum tempo em Itú? Além do que devia a sua natural ótima índole, creio que estas duas circunstâncias concorreram poderosamente para dar a seu carater aquella tẽpera de honestidade, aquella rigidez de moral que ainda mais do que o seu talento e a sua dedicação patriótica o tornam um Varão raro. —

Mas V.a S.a se impacientará que leve tanto tempo a discorrer sobre a vida deste que parece que foi fadado para ser um dos que haviam de fechar a longa lista dos grandes paulistas — "cuipudor et justitia soror inconupta fides, nuda que veritas. Quando ullum invenient parem? Multis ille bonis flebilis occidit nulliflebilior quam mihi" E quizeria que responda à seus quesitos sobre alguns pontos da vida do grande ituano Paula Souza. Isso farei pelo correio próximo futuro pois por este não me foi absolutamente possível averiguar a exata data de seu nascimento que creio foi em 1796, e comuhei de querer acompanhar as respostas a esses quesitos com algumas observações não duvidei adiar esta matéria.

Há um notavel antagonismo entre os caracteres de Feijó e de Paula Souza. Aquelle tão destemido que rivalizava com os maiores heróis da Lacedemonia ou da Roma Consular; este fraco e sem ação ao ponto de inutilizar em momentos criticos as suas altas virtudes e sua atilada intelligencia. E todavia a familia de Melo à qual por sua mãe Paula Souza pertencia é espiituosa e cheia de uma coragem cavalheiresca e de um denodo no perigo em um grau que a adquiriu uma tradicional e proverbial reputação pela posse dessas qualidades. —

Talvez V.a S.a ignore que não muito tempo depois de receber ordens sagradas o P.e Diogo foi acusado pelo Reginaldo de Moraes rábula de Campinas, (um desses reptis que especulando com a ascendência do antigo Partido Liberal agarraram-se a ele e a sua custa vivendo, contribuíram por suas mazelas mais do que qualquer outra coisa, a desligar o povo desse partido que em certo tempo era o partido de todos), de um crime horrendo — de nada menos do que de aproveitar-se do confissionário para aliciar uma mulher sua confessada para prestar-se a ser a amásia de outro Padre!!! — O Feijó sofreu um processo — obteve uma honrosa absolvição e ao Reginaldo de Moraes (que depois era o seu maior adulator) uma triste celebridade.

Se me animei a estender-me tanto, é porque o teor de sua carta me convence que V.a S.a me faz mais justiça do que comumente acontece. O estado de nossas cousas, o carater de nossas facções, a nossa má organização politica e outras cousas que coagem. Até agora era perigoso que as individualidades formassem um relevo sobre a aliás monótona face de um partido; com os círculos não será mais assim! Apelo para a primeira eleição circular quando, se os cálculos e as promessas valem, tenho seguro o voltar à Assembléa Provincial para então desenvolver com franqueza as minhas idéias e espero mostrar que posso logicamente ser Monarquista — Conservador — (não desta ou daquela lei mas no sentido genuino da palavra). — Aristocrata mesmo, sem porisso ser menos zeloso pelos direitos da liberdade individual e pela prosperidade de todas as classes e pelas garantias que a constituição bem interpretada lhes outorga, — menos dedi-

cado à causa das liberdades provinciais e da descentralização ou inimigo do direito inato das minorias (não professando doutrinas blasfemas ou anti-sociais) de se fazerem ouvir. Todavia para falar a verdade requer grande soma de coragem — mais do que para encontrar a morte! Quem a terá sempre ou mesmo muitas vezes? Infelizmente bem poucos e não me atrevo a reclamar um lugar entre estes! — Sou — De V. a S. a — com a maior consideração e estima atencioso venerador e menor criado — O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

Ilmo. Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo,

Itú, 25 de julho de 1856.

(Recebi esta carta no dia 28 de julho, — Melo).

Escrevo algumas linhas muito rapidamente a-fim-de aproveitar o correio que já parte. Recebendo ontem a muito honrosa carta de V. a S. a cabe-me o dever de novamente agradecer a V. a S. a as finas expressões de que digna servir-se a meu respeito. O alto conceito que de V. a S. a os seus escritos me obrigam a fazer, quanto torna ainda mais agradável declarações tão lisonjeiras a meu respeito, traz um onus impondo-me novas razões para nunca ficar aquém na elevação de princípios e na retidão de conduta que só podem tornar verdadeiramente digno da estima de homens como V. a S. a.

Entrando já in medias res porque o tempo urge quero primeiro voltar ao que diz respeito ao Padre Diogo. A única irmã do Feijó é D. Maria Justina de Camargo que hoje mora em Campinas; — a D. Maria Luíza moradora em São Miguel e parenta mas não irmã. O Padre Diogo e a D. Maria Justina a tratavam de irmã (e a D. Maria Justina ainda assim a trata) pelo amor nascido de se terem criado juntos. —

Incluso envio um documento de magno interesse que me acaba de confiar o meu bom Amigo Cândido Mota. É uma oração fúnebre que ele compôs para ser recitada nos funerais que para o Feijó foram celebrados em Itú. O acaso fez com que nessa ocasião se substituisse uma outra obra e porisso o escrito que ora mando nunca recebeu publicidade alguma, V. a S. a o lerá e se quiser reter uma cópia o pode mandar copiar, tendo a bondade de me restituir logo o original porque o Sr. Mota não tem outro exemplar. Eu quis mandar copiar esta peça para depois oferecer a cópia a V. a S. a mas pensei que talvez V. a S. a antes preferiria o empréstimo para assim evitar maior demora. Deve notar que a ortografia é aquela mesma que o próprio Feijó empregava em seus escritos.

Muitos votos faço para que V. a S. a fique conhecendo pessoalmente o meu cunhado Querobim Uriel de Ribeiro de Camargo e Castro e outros amigos velhos do Feijó em Campinas e igualmente o Sr. Cândido Mota de Porto Feliz, pois assim V. a S. a podia beber a tragos largos abundantes e genuinas tradições quanto ao Feijó como homem público e particular e quanto a outros de nossos grandes homens e sobre os principais acontecimentos da época da Independência e do 1.º reinado.

O país tem sido ingrato para com a memória de muitos dos seus bons servidores, e mesmo em sua vida os esquece — exemplos são o Candido Motta e o Dr. Padre Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo que é o verdadeiro herdeiro político e moral do Feijó — seu favorito discípulo e seu íntimo confidente.

Eu mesmo me incumbi de mandar copiar no Arquivo da Câmara a proposta da reforma da Constituição e mais alguns documentos e lhos

remeterel. Creio que foi a Câmara de Baependi e não aquela de Rezende, como por equívoco na minha última disse, que também enviou ao Governo observações sobre o projeto remetido por D. Pedro I.

Eu envio juntamente as informações que me pediu quanto ao Conselheiro Paula Souza. Existe em São Paulo um género daquele grande paulista, o Sr. Vicente de Queiroz e tantos associados políticos que com ele estiveram unidos que facilimo ser-lhe-á organizar uma notícia rica de factos e que sirva de mina para os futuros historiadores. O que escrevi foi confiado ao papel com rapidez e a custa de horas de sono, pois foi escrito ontem depois das 9 horas da noite e o mando sem poder ler o que escrevi a-fim-de suprir quaisquer lapso ou omissões. V. a S. a terá a bondade de discriminar entre aquilo que no dito meu apontamento deve por sua natureza ser reservado. Não encubri o que me parecem ser os defeitos do caracter de Paula Souza e descí a trivialidades em tratar de seu nascimento e educação porque importa a V. a S. a saber toda a verdade, mas doeria-me muito se por alguma facilidade me tornasse réo de cometer em público o mínimo agravo contra a memória desse grande varão. Não considere pois alguma cousa que vai dito como uma indiscreta revelação ou como envolvendo qualquer menosprezo da minha parte de tão nobre caracter. Escrevendo em confidência disse tudo — narrei tudo quanto tenho ouvido.

Já não posso escrever mais; demorei-me um pouco em casa e já os chamados dos enfermos me importunam. Muito brevemente escreverei a V. a S. a com mais socego e Sou, com a mais distinta consideração, — De V. a S. a — Vdor. Amigo e muito dedicado criado, — Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

P. S. — Recebi o n. do "Gualaná". Mil agradecimentos! Perdoe o desa-

linho desta carta, pois me interrompem a cada momento e o correio já parte.

NOTA DO A. — Anexado à carta acima transcrita, encontrava-se o seguinte manuscrito do Dr. Ricardo:

"O Sargento Mor João de Souza Rodrigues, que veio a Itú, deixando a mulher no reino depois de cuja morte veio o seu filho e mais parentes. De uma filha natural deste Sargento Mor João de Souza Rodrigues descendem os srs. Souza Breves do Bananal ou Arrozal, o Barão do Pirai etc. Era homem de família e de teres.

Teve; Dr. Antônio José de Souza, formado em Coimbra, com dois irmãos irades que morreram no Convento do Carmo em Itú e irmãs freiras no Porto. Casou-se com D. Gertrudes Chelidonia de Serqueira, filha do Guarda Mor Calixto de Rego Souza, Mello e sua mulher D. Maria Pais de Serqueira. O Dr. Antônio José de Souza era já homem adiantado em anos e solteiro e sendo íntimo amigo do Capitão Mor de Itú Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, homem notavel por sua erudição clássica, este o fez mudar de estado casando com sua cunhada D. Gertrudes. Passaram-se alguns anos sem que do consórcio resultasse prole — e como era tanto mais a desejar que a houvesse por ter o Dr. Souza casado com carta de Arrhas fez a D. Gertrudes uma promessa a São Francisco de Paulo que tendo um filho lho poria o seu nome. Logo depois teve o seu único filho e tendo ele 4 a 5 anos de idade faleceu o Dr. Souza. O tio Capitão Mor exerceu uma decidida influência sobre a educação do menino que foi criado com muito recato pela Mãe, sendo de constituição débil mas de uma

inteligência mui precoce e com uma vocação literária tão pronunciada que sendo ainda criança tenra nos seus desgostos se lhe agradava com livros e acordando de noite por vezes exigia que o deixassem ler!

Francisco de Paula Souza e Mello foi batizado a 13 de junho de 1791 na matriz de Itú, pelo Vigário Coadjutor P.e Francisco Xavier de Carvalho, sendo os padrinhos seus avós maternos.

Ascendência do Guarda Mor

Calixto do Rego Souza e Mello é filho do Coronel Pedro de Mello e Souza e D. Maria de Arruda; -- não dou a ascendência de D. Maria de Arruda, pois que em 1854, a publiquei no "Correio Paulistano", quando por esta linha levei a ascendência do Senador Dr. J. M. da Fonseca até o seu 20.º avô -- D. Paio de Mongudo e Sanden, rico homem contemporâneo com D. Afonso I de Leão.

Este Cel. Pedro de Mello e Souza é filho de Manoel de Mello Almada que é por sua vez filho de Agostinho de Souza Almada e D. Izabel de Mello, e D. Luzia Cabral de Mello, irmã do Capitão Mor Manuel do Rego e Souza.

Ascendência de D. Luzia Cabral de Mello. Esta Sra. é filha de Calixto de Souza e D. Maria Cabral de Mello. Neta paterna de Gonçalo do Rego, casado duas vezes, sendo sua primeira mulher D. Briolania Manoel, filha de Gonçalo Manoel, a segunda Dna. Izabel de Faria (ignoro qual dessas foi mãe de Calixto de Souza). Neta materna de André Alves de Siqueira e de Dna. Catharina Cabral de Mello, irmã do Capitão Adão Cabral, o Velho, e filha do Capitão Adão Cabral que procedeu por linha legítima dos Cabraes de Voleen termo da ilha de S. Miguel, fundadores da hermita de Nossa Senhora dos Remédios, Capela sua.

Gonçalo do Rego, pai de Calixto de Souza, era filho de Manoel do Rego e Dna. Maria Jeronima, filha de Jeronimo Jorge e Dna. Beatriz de Viveiros. Manoel do Rego é filho de Gonçalo do Rego, filho de João Vaz do Rego, fidalgo da casa real do Senhor Rei D. Fernando (setimo avô do Conelheiro Paula Souza), e de Dna. Izabel Pires.

Ascendência de Dna. Maria Paes de Cerqueira, mulher do Guarda Mór Calixto do Rego Souza e Mello.

Esta senhora é filha de Fernão Paes de Barros, filho de Manoel Correa Penteado (este por sua vez filho de Francisco Roiz" Penteado) e Dna. Beatriz de Barros, filha de Pedro Vaz de Barros (neto do Capitão Mór Governador Pedro Vaz de Barros, família muito nobre) e de Dna. Angela de Cerqueira Leite, irmã do bisavô do Senador Dr. J. M. da Fonseca. Dna. Angela de Cerqueira Leite é filha de Francisco Leite Ribeiro e Dna. Maria de Cerqueira. Aquele filho de Pascoal Leite de Miranda e de Dna. Anna Ribeiro, e neto paterno de Antonio Roiz de Miranda e sua mulher Dna. Potencia Leite, e materno de Sebastião Fey" Correa e Dna. Anna Ribeiro; esta (Dna. Maria de Cerqueira) é filha de Diogo Gonçalves Moreira -- filho de Gaspar Gonçalves Ordonho e Dna. Anna Moreira -- e de Dna. Catharina de Miranda Tavares, filha de Francisco Cesar de Miranda e Dna. Anna Pires.

Diz a genealogia do Dr. Gaspar Fructuoso, Livro 4.º, Cap. 22, página 226, quanto aos Regos:

"Os Regos são nobres fidalgos: tiveram sua morada a princípio na cidade do Porto e seu termo onde faleceu uma Dna. Izabel do Rego na terra da Feyra em um lugar chamado Antas, já muito velha e muito mais honrada. Dois filhos seus andavam em Índia em serviço d'El Rey, e duas filhas tinha em sua casa; uma chamada Lucrecia da Cunha, outra Izabel da Cunha, cujo marido também andava na Índia. O pai desta Dna. Izabel do Rego, Senhora d'Antas, foi Diogo Fernandes Homem, irmão de

MANOEL

ARRROS  
de

MARIA PIRES DE MEDEIROS  
Filha de

FRANCISCO ROIZ PENTE  
Filho de

MANOEL CORREA

ADOR PIRES -- D. IGNES MONTEIRO

ANTONIO ROIZ PIRES -- D. MARIA ROIZ  
+ antes de  
1880

ANTONIO ROIZ ALVARENGA -- D. MECIA MONTI

BALTAZAR DE ALVARENGA  
fidalgo da Casa Real

MANOEL CORREA PENTEADO .....  
Filho de

D. BEATRIZ DE BARROS  
Filha de

D. MARIA LETTE MESQUITA — PEDRO VAZ DE BARROS  
Filha de Filho de

ANTONIO PEDROSO DE BARROS — MARIA PIRES DE MEDEIROS  
Filho de Filha de

PEDRO VAZ DE  
BARROS — D. LUZIA LEME  
Governador Capitão Mor da Capitania

D. MARIA LETTE S.A. — DOMINGOS ROIZ MESQUITA

SALVADOR PIRES — D. IGNES MONTEIRO

SCO ROIZ PENTEADO — D. CLARA DE MIRANDA  
Filho de Filha de

MANOEL CORREA

ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA — D. POTENCIA LEITE  
irmã de D. Veronica Dias e do Governador Fernão Dias Paes.  
Filha de

JOAO PIRES — D. MARIA ROIZ  
o gago. 1.º juiz ordinário da Villa de Sto. André da Borda do Campo. † antes de 1580

PEDRO DIAS PAES LEME — D. MARIA LETTE  
† 1633

ANTONIO ROIZ ALVARENGA — D. MECIA MONTEIRO

BALTAZAR DE ALVARENGA  
fidalgo da Casa Real

Nuno Ferraz Homem que era avô de D. Rodrigo Covilha, eram filhos de Fernão Homem casado com uma filha do Mestre D. Vasco de Siqueira chamada Dna. Sancha de Siqueira. Houve também outra fidalga Dna. Leonor do Rego (neta de João do Rego) casada, o nome de cujo marido se ignora; mas o certo é que os Regos são fidalgos de muito nome e o Conde da Feira foi uma das testemunhas nas justificações do Brazão de sua Nobreza".

Não entro em tantos pormenores quanto a ascendência de Dna. Beatriz de Barros, por ser esta mais conhecida e acessível, mas o farei querendo-se. Vê-se pois que o Cons<sup>o</sup> cala em grão de sobrinho de sua mulher a Exma. Sra. Dna. Maria de Barros, neta de Fernão Paes de Barros, Senhora de uma inteligência mui vigorosa e fina, e de um tino para os negocios que mesmo em homens raramente se vê. Ei uma senhora de raras virtudes e o seu bom senso e habiliçade tem contribuido muito para atenuar **materialmente** a sua familia a perda de seu illustre marido. A familia Mello é notória por um engenho atilado e vivaz. Desde longo tempo os Regos e Mellos sendo afeitos a cargos elevados e a uma posição social proeminente a familia não se amoldou facilmente à necessidade de rude trabalho a que todos aqui se sujeitavam e pois não se tornou notavel por riqueza; a mesma causa imprimiu em quasi todos os ramos da familia maneiras cavalheirescas e sentimentos nobres em um grão excepcional. Conheci um primo-irmão da mãe do Conselheiro Paula Souza e do Pai do Sr. Bispo Manoel de S. Pajo e Mello que morreu em Junho de 1855, com perto de 100 anos de idade, que era o tipo do velho fidalgo cristão. Havia viajado em Europa onde foi receber morgados que haviam devolvidos a familia nas Ilhas.

O Paula Souza estudou primeiramente em Itú onde pode aproveitar as instruções de seu parente o veneravel Pe. José de Campos Lara (que depois de um longo exilio na Itália ao qual o condenou o Marquês de Pombal como membro da Companhia de Jesus onde em Roma ficou sepultado um irmão o e. Miguel de Campos Bicudo (veio findar os seus dias na terra natalicia) e dos bons Mestres que Itú então possuia; depois estudou por bastante tempo em S. Paulo e voltando a Itú cultivava as letras com esmero. Aqui ele adquiriu a amizade dos Andradas que da-quele tempo frequentavam muito Itú e estes se confessaram pasmos de encontrar cá pela terra dentro um tão portentoso talento. Ligou-se tambem em intima amizade com o Pe. Feijó com quem se assemelhava por sua honestidade e ardentes aspirações pelo justo e pela felicidade pública e no seu amor pelo estudo, mas diferenciava toto coelo por faltar-lhe a férrea coragem do Feijó que dava a este um ascendente merecido nesses tempos procelosos. O Paula Souza foi timorato e indeciso desde a sua mocidade e a tal ponto chegava a sua falta de ânimo que durante grande parte do tempo occupado pelo grande drama de que Itú foi o teatro em 1821 e 22 quando, invocando o concurso das vilas do sul e do oeste, declarou guerra ao partido português que teve um breve triumpho na Capital da Província e impediu o pronunciamento que a junta da Capital projectava a favor das cortes portuguezas, ele se ausentou para Piracicaba e ali se conservou em ingloriosa observação do caminho que os acontecimentos iam seguindo. Como porem era moço de conhecido talento e que promettia um grande futuro e era parente consaguineo com a maior parte da nobreza da terra buscava-se o seu nome com empenho para apadrinhar com ele os feitos daqueles que então dirigiam a agitação política da qual Itú era o centro e marchando as cousas favoravelmente ele voltou — identificou-se contudo quanto havia sido feito e foi eleito membro da Constituinte e ao depois nunca deixou de pertencer à legislatura, concorrendo para a sua elevação ao Senado o estar membro da Regência seu concunha-

do o atual Marquês de Monte Alegre, sendo ele o menor votado da lista triplice e estando em segundo lugar um honrado ituano o finado Desembargador Dr. José Correa Pacheco, cunhado e primo do Desembargador Fernando Pacheco Jordão que havia figurado na luta da Independência como membro do Governo Provisório de São Paulo.

Paula Souza foi eleito Deputado às Cortes Portuguesas quando o foram Feijó e Antonio Carlos de Andrada, mas negou-se a ir alegando (dizem-me) sua saúde debil. Paula Souza foi bom cristão — monarquista sincero — um modelo como marido e como pai — humano para com os seus escravos e tão chelo de abnegação do próprio interesse que levando o mesmo princípio a um círculo maior tem sido censurado por tão pouco haver feito em prol dos interesses materiais de Itú e de seus parentes. Era ótimo latino e sabia o italiano que o ensinou o seu parente vítima da sanha do Marquês de Pombal. As lutas partidárias não podiam deixar de anuviar o horizonte desse carater eminentemente respeitavel ainda que em grau só perceptível a quem procure com magna diligência as suas ligeiras impressões; assim tendo ele declarado que o partido que chamasse a si Tristão de Abreu Rangel cometeria uma infâmia, ele para destruir a influência Pacheca em Itú não muito tempo ao depois fez liga com esse homem e o fez subir, e em uma ou outra ocasião é sabido ter proferido ditos intolerantes. São porem estes defeitos trivialísimos e se somem inteiramente quando se contempla o toda da brilhante e util carreira desse insigne patriota. Respeito pela verdade obriga a declarar que grande parte da glória que popularmente se atribue a Paula Souza em relação com os feitos políticos de Itú de 1820 a 1824 pertence realmente ao muito illustrado Cândido José da Mota que por ter sistematicamente evitado a primeira plana na cena politica em sua demasiada confiança na lealdade e nos sentimentos de equidade dos seus companheiros e do povo tem ficado gravemente prejudicado em seus interesses e vive hoje em modesto retiro na Villa de Porto Feliz. Entretanto documentos que foram presentes ao mundo como emanando de outros eram obra sua — ele foi quem inspirava os atores na agitação politica de Itú — foi o verdadeiro organizador dos movimentos que aqui houveram e a ter tido um génio diverso podia com igualdade de direito ter occupado posições tão elevadas qual outro qualquer ator no drama da Independência em São Paulo menos Feijó e os Andradas. Todo aquele que deseja instruir-se nos fatos dessa época memoravel e de colher tradições dos homens de nota que então figuravam deve cultivar relações com o sr. Candido Motta a quem espero que assim se fará tardia justiça.

Durante a ausência de Paula Souza em Piracicaba foi o Sr. Motta que planizou a reunião das vilas do sul e do oeste e a criação de um Governo Provisório do qual deveria ele ter sido o Secretário se a entrada do Príncipe Imperial nesta Província não tivesse tornado esta medida desnecessária.

Paula Souza e Feijó tambem assemelham-se muito no seu procedimento desinteressado e consciencioso em largar mão do poder logo que se convenciam que já não o exerciam com utilidade à Nação.

Nunca se deve esquecer que a reforma eleitoral envolvendo a eleição direta e por círculos com as incompatibilidades de que já recebemos uma primeira prestação foi o sonho dourado dos últimos anos da vida de Paula Souza. Nada digo de sua vasta e comprehensiva erudição, de sua memória e de todas as mais qualidades que o tornaram o notavel estadista que era porque os seus amigos pessoais as descreveram melhor como tambem o de-

feito que veio inutilizar o immediato resultado de uma tão extraordinária combinação de talentos e virtudes — isto é — a sua hesitação e vacillação na hora da ação. Tinha desinclinação de comprometer-se e muita susceptibilidade. A sua mãe soffria incômodos nervosos, e Eu como fisiologista e genealogista arrisacria aventar a idéia que o sangue de Penteadado em Paula Souza e aquele do cacique Tibiriçá, — dos Prados Leme e de Fernão de Camargo o Tigre em Feijó operavam poderosamente em dar a respectiva complexão a seus caracteres. O Paula Souza declarava que não queria que seus filhos fossem magistrados dizendo ele que um virtuoso magistrado nada podia adquirir e procedendo neste princípio fez dois filhos se formar em Medicina em cuja profissão muito conspícuos se hão tornado e o mais velho, o Dr. Antonio Francisco de Paula Souza reputo uma grande capacidade politica, e se algum dia as nossas eleições forem a genuina expressão da vontade da Província parece-me impossivel que ele continue a ser excluido do número dos deputados à Assembléa Geral.

Quando Paula Souza saiu da Província pela primeira vez foi para tomar assento na Constituinte do Rio de Janeiro.

Alguns accusam o Paula Souza de ter insuflado o povilêu de Itú a excessos na época da Independência — outros (e entre estes o Sr. Candido Motta) negam terminantemente o fato. O Paula Souza com quanto como já disse fosse um monarquista decidido e por convicção nos últimos anos da sua vida, nutriu em sua mocidade idéias republicanas que a observação e a reflexão e a idade o fizeram depois repudiar. O carater de Paula Souza foi menos estóico do que aquele de Feijó — igualmente patriótico Paula Souza representava melhor o tipo do estadista criado na Escola da Diplomacia das Monarquias Christãs; Feijó aquele do patriota dos tempos republicanos de Roma.

Ambos merecerão as saudades e as benções dos Brasileiros e constituirão a glória de São Paulo e o orgulho dos Paulistas até o fim dos tempos.

Itú, 24-7-1856"

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

(Recebida a 6 de agosto 1856 Mello).

Itú, 4 de agosto 1856.

Acuso recebida mais uma sua muito prezada carta com a qual me envolve o M. S. do Sr. Motta. É tão raro achar entre pessoas dedicadas as letras um verdadeiro nacionalismo paulista e uma paixão para o estudo do nosso passado que quando essas qualidades se me apresentam assim combinadas gozo de um sentimento de ilimitado prazer e esqueço-me por um pouco do meu habitual descoroçoamento quanto ao futuro. Há muita gente que quer ver São Paulo crescer em riqueza e atingir um insigne desenvolvimento, mas pouco se lhes dá se será com perda das feições

próprias do carater paulistano ou à custa de um abalo na posição dos paulistas. Olham para a Província como uma máquina produtora e um elemento de possível aumento da receita do orçamento. Eu porem, como quanto não quero ceder a estes em amor à Província, não ambiciono uma transformação tão rápida. Quero que o aumentado desenvolvimento da Província simbolize fielmente a aumentada felicidade da velha população paulistana e não quero que esta seja deslocada ou que se rompam os fios da tradição entre o São Paulo libérrimo do século XVII e o São Paulo do tempo de D. Pedro II. Eu não concebo verdadeira grandeza em um povo sem um passado — sem um forte sentimento de nacionalidade — sem homogeneidade — e estremeço do progresso que se faz em aplinar as saliências e as distintivas do carater e dos costumes paulistanos que rapidamente se efetua e que alguns aplaudem como uma garantia da unidade do Império! No meu ver a uniformidade de pensamento — de costume — de gosto — de carater é um preságio da decadência de qualquer grande Império, porque sendo em si uma cousa forçada e não natural só pode provir da indébita influência da Corte ou de qualquer centro e é sempre indício de uma falta de seiva — de virilidade — nos povos assim uniformizados que ficam desta sorte preparados para o Despotismo.

Tenho porisso uma mui positiva birra com a tendência estrangeira de grande parte dos homens educados em nossas faculdades de Direito, que as idéias centralizadoras unem uma insensata admiração para as instituições de outros países e outras raças querendo nos tratar como se São Paulo tivesse sido uma tábua rasa onde tudo estive para principiar como qualquer colônia norte-americana. Os centralizadores que condenam o Provincialismo como perigoso à Monarquia e a unidade do Império esquecem-se do forte espirito provincial que reinava nas várias provincias que constituíram a França de Lulz XIV e os *fuéros* das provincias de Espanha que mantidos intactos nos gloriosos dias daquele reino foram suprimidos pelos democratas como base da mesquinha existência da Espanha de hoje. Outrossim um governo não pode felicitar país algum de cujas tradições e índole não tiver bebido a tragos largos. Logo pois que se despreza a história paulistana em qualquer de suas ramificações — logo que se quer assumir que nada há que distingue profundamente São Paulo do semi-estrangeiro Rio de Janeiro — logo que se quer sustentar que São Paulo não tinha uma velha civilização — robusta e fértil — nem o Governo poderá nos reger e administrar a contento nosso e nem a opposição poderá indicar o remédio. Faço estas reflexões com mui especial referência às cousas de São Paulo. As desgraças de São Paulo se fillam por um encadeamento lógico às circunstâncias que são a fonte principal de suas glórias. A população primitiva de São Paulo se compunha em muito maior parte de Castelhanos (1.º) com Italianos e Flamengos do que de Portuguezes, (pois que a imigração mais ativa teve lugar sob o Governo dos Filipes), e os Portuguezes que cá vieram no século XVI foram de bem outra classe do que a maior parte dos que subsequentemente vieram.

Sob os Filipes parece que os paulistas se governavam por si mesmos com ascendência dos Camargos e existia uma espécie de feudalismo muito favoravel ao desenvolvimento de algumas grandes virtudes. Depois do restabelecimento da casa de Bragança o Governo Português se conservava em perpétua desconfiança dos paulistas que julgava mais afelçoados a Coroa Castelhana e procurou todos os meios de os aniquillar. Todavia foi reservado ao Marquês de Pombal de conquistar São Paulo e acabrunhar por uma vez este grande povo. Esse homem cuja memória é ainda diariamente amaldiçoada no seio de muitas famílias em nossos matos achou

os paulistas senhores de grande riqueza e possuindo em alto grau a instrução que a Itália — a Espanha e o Portugal podiam ministrar. Elle percebeu que a ruina das grandes famílias era indispensavel para poder firmar-se a despótica autoridade Régia e para conseguir essa ruina deu alforria aos indios administrados, e, a-fim-de secar as fontes de onde os paulistas se fortaleceram com sua erudição, desterrou os religiosos da Companhia de Jesús. Os efeitos destas medidas apareceram prontamente e foi então que o férreo jugo do regime colonial foi uma verdade em São Paulo. Os paulistas foram tomados por surpresa e não havendo uma consciência comum do perigo não houve combinação para resistir. A altivez era tal que pensavam fazer mossa ao Governo retirando-se e entrando-se pelo sertão! sendo assim co-réus em sua própria destruição. Desta maneira foi que 60 e tantos Camargos emigraram em um só dia da Atibaia para Goiaz.

São Paulo naquele tempo não era um país bárbaro! — tinha uma civilização bela — sã e favoravel ao franco desenvolvimento das virtudes morais e sociais e que era ornada pela cultura da intelligência em um grau incrível mas que as tradições familiares nos atestam. Não foi uma civilização importada — enxertada — mas sim homogênea com o povo e filha da história deste. Foi esta civilização que deu à Europa o grande missionário apostólico Pe. Angelo de Siqueira Ribeiro e tantos outros heróicos varões: — os restos desta civilização nos deram os grandes paulistas do primeiro reinado. A mão do Marquês de Pombal não pode combater as Jesuitas arrancar a semente que deixaram no coração e na intelligência de seus discípulos! e assim a escravidão de São Paulo a Metrópole devia ter um fim. Um primo-irmão de meu sogro o Cônego Cruz foi educado no Colégio dos Jesuitas de Paranaguá — este educou a seu irmão mais moço o grande e virtuoso Pe. João Gonçalves Lima padrinho de Feijó e o educou. Alvares Machado veio, um moço rude embora intelligente e dotado com o ardente engenho dos Machados, refugiar-se em Itú, por causa de uma infração disciplinar que cometera no Hospital de São Paulo onde praticava: — sympathizou com ele e o recolheu em sua casa o Tte. Manoel Pacheco Gato tio do Sr. Desembargador Fernando e da nobre família dos Borbas Gato de S. Amaro. O Tte. Manoel Pacheco Gato advogava em Itú e foi um literato distinto, e por ele em grande parte foi formado o carater e cultivada a intelligência de Alvares Machado; e bem habilitado era ele para dar ao mundo tão illustre discípulo pois do erudito Antonio Leite Ribeiro havia o Tte. Manoel Pacheco Gato sido um assíduo aluno e Antonio Leite Ribeiro foi, com o seu irmão José Manoel da Fonseca (avô paterno do Sr. Senador Fonseca), educado no colégio da Companhia em São Paulo onde ele com o seu irmão foram entregues em sua infancia pela sua mãe D. Francisca Xavier de Affonseca quando na ausência de seu marido Francisco Leite Ribeiro em Cuiabá ella viu-se sem recursos e atacada de mortal enfermidade. O tio de Paula Souza de quem já falei tinha um irmão paterno o sábio Pe. Dr. Costa que exercendo influencia sobre o irmão obraria assim por ele sobre a educação de Paula e o Pe. Costa estudou no Colégio da Companhia. O Paula também aproveitou das lições do Pe. José de Campos Lara de quem já falei. O pai dos Srs. Barões de Itú e de Piracicaba aprendeu por pouco tempo no Colégio da Companhia em Araçariguama. Eis pois alguns apontamentos de genealogia intellectual e como em parte se pode explicar o haver em São Paulo intelligências de proporções tão gigantescas quaes os acontecimentos que deviam dirigir e dominar! O sistema que produzia esses homens não custava cento e tantos contos por ano ao Erário Público e

imprimia nas inteligências que formava um impresso de patriotismo e de heroísmo de caráter que atualmente custaríamos igualar.

Em Itá dantes havia uma aula de Filosofia, mantida pelo Convento de São Francisco e nesta aula entrando um dia Martim Francisco de Andrada foi convidado para um certamen filosófico pelo lente Frei Bernardino de tal. Diz a tradição ituana (não afaço a sua exatidão) que o Andrada foi vencido mas a sua destreza e o seu desembaraço na argumentação influíram tanto sobre o ânimo de um dos ovinos da aula que serviram de poderoso estímulo e o levaram a ir a Coimbra onde formando-se foi depois o Desembargador Dr. José Corrêa Pacheco. Por muitos, muitos anos teve sempre moços ituanos estudando na Europa e um dos velhos vigários de Itú foi a Roma. O Papa Pio VII foi amigo pessoal do Pe. José de Campos Lara a quem conhecera em seu exílio. Em outro tempo haviam ituanos que sabiam a língua grega. Itú veio a ser em certo sentido a antítese da cidade de São Paulo e o centro onde o velho paulistanismo se refulgiu e quanto ao sul da Província. Hoje também sofre do mal do estrangeirismo ainda que não tanto e as mesquinhas lutas políticas (degenerada prole do sistema representativo) que aqui tem se identificado com a vida íntima de todos, tem contribuído para abastardar a fisionomia moral do lugar e em tudo uma deterioração é sensível, mas não obstante isso o número de ituanos que ocupam elevadas posições é tal que exista vivos ciúmes entre muitos da Capital da Província que falam de Itú sempre com mais ou menos azedume. Não sei se alguma cousa que tenho dito será considerada por V. S. como lançando alguma luz sobre a dificuldade que acha em conciliar a existência das grandes illustrações paulistanas com as trevas em que convencionalmente se concorda em supor que São Paulo como o resto do Brasil então jazia. A mesma dificuldade me ocorreu já há muito, mas hoje explico pela teoria que nestes grandes homens cintilavam as últimas coruscações de ingente lume de instrução e de amor da liberdade que clareava toda a Província antes de sua sujeição pelo Marquês de Pombal. Alguns negavam a instrução — não faço disso questão: se a instrução dada nos colégios jesuíticos era de pouco valor fica o *Método* que é tudo e resta a *educação*. Eu distingo entre São Paulo e o mais do Brasil. Talvez Pernambuco deve ser exceptuado mas em geral penso que São Paulo não é somente muito superior às outras Províncias mas que apresenta traços de uma quase distinta nacionalidade — traços que infelizmente cada dia mais se apagam. Se V. S. pudesse ver os quadros de nossa Igrejas em Itú ou tivesse visto as decorações de algumas velhas casas veria quão pronunciado era o gosto das belas artes no século p. p. e quão insignes artistas então tivemos. Eu mando junto a cópia das reflexões sobre o projeto de Constituição que a Câmara de Itú ofereceu a D. Pedro I e cujo autor foi o Feijó: são assinados por várias outras pessoas mas automaticamente. O que é singular é a ascendência que o Feijó exercia para poder fazer aceitar idéias tão democráticas depois da manifestação ultra monárquica de Itú em 1822 a cujo respeito mandarei copiar também vários documentos interessantes. Espero que o Sr. Candido Motta chegue amanhã de Porto Feliz e então saberei com certeza se o Pe. Feijó foi ou não à Constituinte; todos me dizem que foi mas nestas cousas fio-me somente no Sr. Motta cuja memória é muito fiel — Saberá V. S. que por uma linha o Álvares Machado descendia de um tronco comum com o economista J. B. Say? Não posso desenhlar isso mas é tradição na família. Terá V. S. alguma noticia de Luiz Antônio Patrício da Silva Mansio? Paulista notavel — monomaniaco porque sendo pardo foi vítima de pre-

juízos sociais. Vejo que chego ao fim da segunda folha de papel! Vexone de ter escrito tanto mas fiado em sua bondade arriscarei de mandar tudo. Não tenho tempo e nem coragem para ler o que escrevi; se pois houver qualquer lapso de pena ou lacuna não estranhará. Creia que me sinto muito honrado pelas ocasiões que me fornece de comunicar-me com V. S. de quem me ufano em ser respeitador — Amigo e muito dedicado fiado. — O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

1.<sup>o</sup> — Uma mescla de sangue indio que em todas as velhas familias paulistanas há, deu-lhes desde logo uma *consciência* de legitimidade como Srs. da Província — é uma *razão de ser* da prontidão com que gerou-se nelas o amor pátrio e fez despontar idéias de uma nacionalidade paulistana. Desta mesma causa talvez depende a robustez física e quase férrea dos velhos paulistas. Feijó descendia em 10.<sup>o</sup> ou 11.<sup>o</sup> grau da Princesa M. Bycy (depois de batizada D. Izabel) mulher de João Ramalho e filha de Tibiriçá).

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

Itú, 17 de agosto de 1856.

Pelo correio de 14 do corrente fui honrado com o recebimento de outra mui preciosa carta de V. S. Estou hoje abatido em consequência de um fortíssimo dellyxo, mas conquanto não possa ser extenso não quero demorar mais o comunicar a V. S. o resultado de minhas indagações quanto ao fato histórico da presença ou ausência do Feijó na Constituinte. O Pe. Diogo não foi membro da Constituinte e nem esteve no Brasil na ocasião da eleição. Ele demorou o seu regresso por mais um pouco de tempo do que a mor parte dos seus colegas que foram deputados às Cortes de Lisboa. Não sei se esta demora foi em Falmouth ou se devida também a uma viagem difficiliosa. O que é certo é que não veio em directura ao Rio de Janeiro mas desembarcou primeiramente em Pernambuco e de lá veio ao Rio. No Rio de Janeiro ele parou pouco e teve uma entrevista com o José Bonifácio de Andrada, o resultado sendo a expedição de ordens severas ao então Capitão-Mor de Itú para exercer uma vigilante espiagem sobre todos os atos do Pe. Feijó a quem qualificou de *Demagogo perigoso*, devendo o Capitão-Mor dar partes mensais. Um íntimo amigo do Feijó o Pe. João Paulo Xavier, (vigário da Vara de Itú e que merece uma Mitra), contou-me ontem à noite que ele se lembrava de um discurso do Feijó em que, transbordando em satíricas allusões a Martim Francisco (que o tratara de hipócrita) e ao irmão mais velho, ele lançou-lhe em rosto essa comissão de espioná-lo dada ao Capitão-Mor como também ao Martim Francisco increpou por ter feito enforcar couço depois da corda rebentada um (1.<sup>o</sup>) criminoso sobre quem a Irmandade da Misericórdia em virtude de antigo uso quis resgatar cobrindo com sua bandeira.

Nunca houve uma perfeitamente cordial intelligência entre Feijó e os Andradas, porque o Feijó nunca se esqueceu do que sofrera do José Ba-

(1.<sup>o</sup>) Em São Paulo há de haver muita gente que saiba do caso. Dizem que o enforcado foi um soldado réu em uma espécie de tumulto militar que houve em Santos. Não sei bem como foi isto.



nifácio e do Martim Francisco embora não patenteasse a todos o seu modo de sentir.

Houve mais um documento importante redigido pelo Feijó que merece ser conservado como Monumento de seu sincero amor à Justiça e de seu desprezo da popularidade que somente podia coexistir com o sacrifício parcial dos grandes princípios humanitários que compunham o símbolo de sua fé política e social. Refiro-me ao projeto para melhorar a condição dos escravos apresentado por Alvares Machado ao Conselho Geral de São Paulo e conhecido como o *Código Negro*. Vis e mesquinhos interesses e paixões sufocaram este projeto, que nunca vi, mas o fato de sua apresentação deve ser registado em eterna honra dos dois grandes paulistas cujos nomes só por si serviria de immortalizar. Para a feliz prossecução dos seus estudos históricos é indispensável que V. S. faça uma visita um pouco demorada a Itú e que também passe por Campinas (2.º). Aquí acharia V. S. fontes inexgotáveis de notícias interessantes e encontraria caracteres que tem podido conservar o lustre virginal da honradez paulistana não obstante as misérlas e as intrigas das facções que profanam hoje a nossa terra. Ficaria conhecendo um homem a quem dedico ardentes simpatias e em quem podemos ver como em um espelho quais eram os paulistas quando as existências eram delineadas com formas mais nobres: falo do Tte. Cel. Francisco Galvão de Barros Franca, tipo do antigo cavalheiro cristão e que foi o comandante em chefe da força insurgida em 1842. Na casa do pai deste muito illustre ituano (que era sobrinho carnal do grande Frei Antonio de Santana Galvão e filho do licenciado José Galvão de Franca, parente não remoto do Franca e ditador do Paraguai), hospedou-se Mont'Alverbe em occasião de uma visita que fez a Itú e foi aonde o Feijó também se hospedava quando vinha a Itú posteriormente à venda da pequena propriedade que aquí possuía. Assim como esta há outras famílias para assim dizer, históricas e que são conservatórias fiéis das tradições e dos velhos costumes e da velha fé e honradez dos paulistas.

Infelizmente cada ano concorre para diminuir o número dos homens em quem se vê estampados em alto relevo os caracteres da velha nacionalidade e aqueles que ficam vão sendo cada vez mais postos à margem por sua idade e enfermidade. Creio que não é somente em São Paulo que os homens têm degenerado. Em quase toda a Europa o movimento comercial e o progresso da civilização material em prol dos ricos tem enervado os caracteres e reduzido a proporções pigméias e uma monotonia letárgica a expressão da vida moral. Assim como o indivíduo que se distingue o faz em virtude de qualidades intellectuais, morais ou físicas bem pronunciadas, também o povo que não tiver particularidades bem salientes que o diferenciem dos outros torna-se mero imitador e logo perde a nacionalidade distinta de que já é indigno. O nosso povo hoje tem uma fatal propensão para receber inspirações do estrangeiro e acomodar-se

(2.º) Em Campinas as pessoas com quem mais interessaria relacionar-se são os Srs. Raymundo Alves dos Santos Prado e o filho deste meu compadre Diogo Santos Prado, o dr. Pe. Miguel Archanjo e o irmão deste meu cunhado Querobin e o meu sogro. Os viajantes em geral nunca encontram com os indivíduos a quem é de interesse real conhecer, ou quando acontece encontrá-los não tem meios de vencer a reserva habitual de muitos das pessoas mais próprias para lançar uma luz clara sobre o passado.

suas idéias a estranhos moldes, o que muito convem aos centralizadores mas que fará mirrar a selva da vitalidade paulistana. A uniformidade nos desagrada no mundo material: — no moral é sinal de uma decrepitude geral!

Sobre maneira sensível às generosas expressões de V. S., sou com a maior consideração, de V. S. — respeitador, Amigo dedicado e menor criado, — O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

P. S. — Pelo correio de 15 do corrente mandei a V. S. 2 ns. do "Univers" de abril do corrente ano.

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

(Recebida no 1.º de outubro).

Itú, 26 de setembro de 1856.

Recebi em tempo o n. do "Guaianá" que trás o seu artigo sobre o 7 de abril e a carta com a qual dignou fazê-lo acompanhada.

Não acusei logo o recebimento por estar muito ocupado e por achar-me mesmo muito preocupado com alguns casos graves de enfermidade entre os quais é infelizmente aquele da Sra. Baronesa de Itú, irmã do Brigadeiro Tobias, senhora de uma virtude angélica e infinita bondade e que há muitos anos passa uma vida de martir. Eu desejava também ouvir as opiniões de alguns amigos contemporâneos daqueles acontecimentos e que occupam ainda hoje a mesma posição prestigiosa no partido liberal como naquela época, mas isso ainda não pude fazer e sinto dizer que um destes, o Sr. Candido José da Motta, teve em Porto Feliz um segundo ataque de paralisia. É sumamente difficil fazer uma apreciação correta do grande successo estudado por V. S. no interessante escrito que acaba de dar à luz.

Sem dúbida no primeiro reinado muitos erros foram cometidos, — foi uma consequência da muito limitada deslocação das individualidades que teve lugar na occasião da Independência. Muitos homens figuravam que não ofereciam ao povo sufficientes penhores da realidade de sua adesão às novas instituições. Entretanto não foi por ventura util que ao partido popular, mal amanhado à gestão dos negócios públicos, houvessem barreiras à realização de suas idéias que obrigando os seus homens notáveis a exercer-se nas lides políticas deram-lhes uma educação política *prática* e tornaram as suas idéias mais refletidas? Não é esta uma justificação daqueles que sob D. Pedro I quiseram viciar as instituições, é somente um modo de interpretar a ação da Providência sobre a história política do Império. Esta protetora ação da divina Providência me parece muito visível em toda a nossa história, mas especialmente depois do 7 de abril de cujo fato extraiu incalculáveis bens para a Nação que no meu ver eram longe de ser legítimas consequências. Quão inseguro (humanamente falando) não deveria ser o futuro de um berço Real e Orfão em um país americano depois de uma bem sucedida revolução filha de uma reação popular! É impossivel não lastimar a fatalidade que divorciou a causa do Brasil daquele do Sr. D. Pedro I, porque a Nação a ele era infinitamente devedora: não de sua Independência porque Deus a decretara e era um fato irresistível, — mas sim da transição calma com a qual teve lugar. A não ser a adesão de um Príncipe da casa de Bragança à causa nacional a nossa existência política depois de conseguida a liberdade nacional teria sido tão procelosa qual de outros países deste Continente, e a nossa civilização moral teria certamente retrogradado.

Por grandes benefícios que sejam os resultados da abdicação e necessária que fosse não posso contemplá-la com um perfeito contentamento, e bem quisera que a salvação pública não a exigisse.

Creio que se o Sr. D. Pedro I quisera que podia ter lutado (e quem sabe com que fruto) contra o partido popular, mas ele parece ter sido enfraquecido ou cônico que cometera erros irreparáveis e a sua própria inclinação o levou a voltar para a Europa. Se V. S. tivesse em seu poder os documentos (que logo espero poder mandar-lhe) que espelham as notáveis ocorrências de Itú em 1822 estou certo que em seu esboço histórico teria feito a Itú e às vilas coligadas a devida justiça e que igualmente profligaria a junta da Capital que queria nos atraí-lo às Cortes Portuguesas. Essas ocorrências obraram fortemente sobre o correr dos sucessos e animaram o então Príncipe Imperial a formar sua nobre resolução. É excusado dizer que li com sumo prazer e aproveitamento o seu artigo e espero que proseguirá em uma carreira pela qual tem uma tão pronunciada vocação.

É quase uma irreverência de tratar das nossas últimas eleições no mesmo papel com fatos de alta política mas não posso adiar uma observação, e é que duvido realmente se os organizadores de nosso atual sistema político o teriam feito qual é se tivessem podido antever o grau de imoralidade e de corrupção a que cairia o nosso povo. A 7 de setembro gastou-se na Paróquia de Itú, para mais de 5 contos de réis na compra de votantes, e em Indaiatuba igual quantia! De lado a lado se traficou em votos publicamente e como se os votantes estivessem em leilão. Não houveram violências e as vinganças foram limitadas mas a corrupção cresceu como nunca em Itú. Eu fiz o que pude para arranjar uma transação entre as facções mas só conseguí desgostar a algumas pessoas mandei a V. S. um número do Monitor, em que se tratava deste arranjo que foi proposta pelo Sr. F. J. Pinto. Não se tratava de princípios e somente de interesses de indivíduos e porisso entendi que a quadra permitia dar ao povo uma lição de tolerância e votei em uma lista para vereadores colhida de duas chapas e em candidatos avulsos. Ainda não averigui o lugar do nascimento do Padre Feijó. A minha comadre D. Maria Justina de Camargo, irmã do finado Regente, veio de Campinas visitar-me no começo deste mês e ela não soube esclarecer a dúvida; disse-me todavia que convinha indagar sobre isto da Sra. D. Manoela Feijó moradora na Rua da Freira em São Paulo e sogra do Sr. José Pereira Mendes e mãe do Sr. Antonio Benedito Palhares. Se V. S. tiver algumas informações exatas sobre os recentes fatos de Pindamonhangaba eu agradecerá muito se m'as communicasse. A gente do Pe. Chico se apresenta como perseguido e violentada, mas não é verosímil que assim seja pois são por vergonha da Província demais conhecidos, e conquanto mereçam correição ninguém pode acreditar que seja preciso recorrer a meios violentos ou fraudulentos para os derrotar em uma eleição. Contrário aquilo que pensaria quem lesse correspondências ituanas no Ipiranga de 1854. Eu recebi a 7 deste mês os votos de muitas pessoas distintas do Partido Liberal para vereador e fiquei no lugar do primeiro suplente. Eis esgotada a folha de papel e forçoso é concluir, o que faço reiterando os protestos de estima e dedicação que consagro a V. S. de quem sou o respeitador, amigo e muito obrigado criado. — O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

de abril do corrente ano.

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

(Respondida a 9 de fevereiro 1857. Homem de Mello).

Itú, 25 de janeiro 1857.

Recebi com o costumado prazer as duas últimas cartas de V. S. com os jornais e o folheto.

Agora remeto um folheto que rogo lhe queira aceitar. Não é cousa completa nem pretende a isso. É somente um desafio a curiosidade a-fim de provocar exame e reflexão e o estudo dos grandes pensamentos do passado em suas fontes. A alma do todo o movimento em Itú e nas vilas coligadas, ao qual se refere o folheto que me devolveu, foi o mineiro Cândido José da Motta e irmão paterno do advogado da Corte Fernando Sebastião Dias da Motta e parente de João da Motta cujo nome figura na história de Minas no século p.p. Este homem dotado de uma rara inteligência, de notável honestidade, e em quem nem a idade e a reflexão e nem os maus tratos recebidos dos modernos liberais tem podido arrefecer a dedicação entusiástica de sua mocidade aos princípios dos Andradas e Feijó, vive hoje uma vida vegetativa em Porto Feliz! Terá um rendimento de seiscentos mil réis por ano que ganha da advocacia. É horrível que assim seja. Uma vez no tempo das ilusões ele recusou o hábito do Cruzzeiro que o Martin Francisco ou um dos irmãos lhe ofertou; depois em 1853 ele viu um seu filho recrutado e levado a São Paulo em ferros por ordem de um subdelegado saquarema de Porto Feliz! O Sr. Josino era então Presidente e vingou o quanto pode mandando soltar o moço já em caminho e demitindo logo depois todos os saquaremas de Porto Feliz que exerciam empregos. O Sr. Bispo teve uma parte ativa em promover este desagravo. Durante a realização desses grandes fatos em Itú o Sr. Paula Souza retirou-se a Piracicaba (então quase sertão) dizendo que temia ser assassinado por agentes de uma sociedade secreta. Os homens de São Paulo daquele tempo (exceptuando o Jordão e alguns de quem não tenho certeza) guiados pelo Francisco Ignacio e seus amigos e inspirados pelas Cortes de Lisboa quiseram fazer embarcar o Príncipe para a Europa e proclamar em São Paulo um Governo Republicano sujeito à antiga Metrópole.

O movimento de Itú salvou a monarquia e a Independência Nacional. Veio a Itú o Brigadeiro Macedo querendo assumir o comando da tropa e proclamar a República. Os ituanos o apedrejaram e ele fugiu. O movimento de Itú e das vilas da Comarca foi uma declaração de guerra ao republicanismo e a Portugal e não havia então em Itú separação de partidos. Nesse tempo um parente de V. S. hoje secularizado e residente nessa, se fez muito proeminente pelo calor com que se atirou nesse movimento sendo então religioso franciscano e guardião do convento de São Luiz de Itú.

Foi a memória do bom sucesso do movimento de 1822 e a sua justificação pelo prêmio que Itú recebeu de D. Pedro I do título de fidelíssima que unidas às enganosas alegações de homens (alguns) à quem o povo estava acostumado a ouvir que tornaram fácil a sedução do povo em 1842 e o seu arrastamento para aquela infeliz e inqualificável revolta. Eu parto para São Paulo nestes 4 dias, se me couber assento na Provincial como suplente ficarei até o fim da Sessão se não logo regressarei. Sou inalteravelmente de V. S. — Vor. Amigo dedicado e menor criado. — Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.

Ilmo. Sr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

Campinas, 13 de junho de 1857.

Conquanto viva aqui vida muito retrada todavia a bulha da cidade me perturba e não posso ter o recolhimento e sossego tão facéis a achar

em Itú, em muita cousa a antítese de Campinas. Parece-me também estar mais removido dos centros de atividade política e intelectual e já as minhas correspondências se afrouxam.

Recebi a de V. S. e já escrevi a Itú pedindo as mais minuciosas informações possíveis sobre o irmão Joaquim que ali instalou o Seminário de Nossa Senhora do Bom Conselho na casa para este fim legada pelo heróico mártir ou antes, em linguagem eclesiástica, confessor da fé o muito nobre paulista Pe. José de Campos Lara último jesuita paulista. Quando se me fornecer estas informações as transmitirei a V. S. Pela circular junto verá V. S. que quero, se tiver apoio, vulgarizar a preciosidade da literatura paulistana — vida do Pe. Pontes — que ameaça perder-se se não houver uma nova edição. Mando-lhe um mimo apreciável que se achou nos papéis de um Santo Varão (por alguns tido por louco). Pe. Manoel da Silveira que morreu em Itú há anos e pouco. É o esqueleto do regimento da célebre comunidade dos **Padres do Patrocínio** de que faziam parte homens tão eminentes como Feijó o atual Sr. Bispo Diocesano, o dr. Pe. Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo, etc., etc. Vê-se revelado o espírito folgazão do Feijó a qual em sua privança e mesmo até os seus últimos dias e sob o peso de cruéis amarguras ele se entregava. Não é possível ter um hológrafo de Feijó de mais interesse porque refere-se a um período de sua vida em que o seu caráter se aperfeiçoou e as suas idéias se consolidaram no exercício de práticas de austero asceticismo. Tão longe estava o Feijó do terreno da mor parte daqueles que ao depois especularam com o seu nome como passaporte à confiança pública que nesse tempo ele se disciplinava!!!

Não tenho tempo para continuar, e — Sou de V. S. com a mais distinta consideração Vor. respeitoso, amigo dedicado e obrigado criado, — **Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.**

## Anexo XI

### INVENTÁRIO DE D. FRANCISCA DE ASSIZ CAMARGO

27. Ofício — Serventuário Nilo Ferraz de Abreu — Rua Francisco Glicério, 1.303, Campinas).

Data do falecimento da inventariada:  
6 de julho de 1844 em Campinas.  
Abertura do inventário:  
26 de outubro de 1844.  
Juiz de Orfãos:  
Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende.  
Monte-Mor:  
141:9708861.  
Sentença que julgou a partilha:  
25 de abril de 1846, lavrada pelo  
Juiz Luciano Teixeira Nogueira.  
Inventariante:  
Joaquim José dos Santos

### TÍTULO DE HERDEIROS

- 1) Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, por cabeça de sua mulher D. Maria Gertrudes dos Santos, moradores no município de Campinas.
- 2) Bento José dos Santos, por cabeça de sua mulher Senhorinha Francisca de Jesus, moradores no município de Campinas.
- 3) João Batista Rodrigues da Silva Junior, por cabeça de sua mulher Gertrudes Miquelina dos Santos, moradores na cidade.
- 4) Francisca de Assiz dos Santos, viúva de Venerando Joaquim d'Almeida, moradora no município de Campinas.
- 5) Pedro José dos Santos, de 25 para 26 anos, morador com o inventariante.
- 6) Ana Francelina dos Santos, solteira, de 23 para 24 anos, mora com o inventariante.
- 7) Maria dos Anjos dos Santos, solteira, com 19 anos, na companhia do inventariante.
- 8) João Nepomuceno dos Santos, solteiro, com 17 anos, em companhia do inventariante.
- 9) Manoela Francisca de Jesus, solteira, com 12 anos, mora com o inventariante.

### BENS DO SÍTIO DE ATIBAIA — IMAGENS

- 1 crucifixo de bom tamanho com cruz ornada com molduras douradas ..... 10\$000
- 2 imagens de bom tamanho sendo uma a Senhora

de Monte Serrate e outra Sta. Bárbara em madeira bem trabalhadas e bem ornadas a 30\$ cada .....	60\$000	
1 oratorozinho com 6 imagens de pedra .....	12\$000	
4 quadros com estampas de santos a 2\$ .....	8\$000	
Pertences do oratório constando de 8 jarras, 6 palmas, 4 castiçais de casquinha, 1 frontal velho e 2 toalhas de bretanha .....	20\$000	
Ornamentos para celebrar Missa: 1 casula branca com bolsa, estoja e manipulo .....	30\$000	
Outra casula branca e vermelha mais inferior tambem com bolsa, estoja e manipulo .....	20\$000	
Uma outra casula verde e roxa com bolsa, estoja e manipulo .....	20\$000	
1 Missal velho .....	2\$000	
1 Alva da Bretanha nova .....	8\$000	
1 cálice, patena e colherinha .....	40\$000	230\$000

## TRASTE DE MADEIRA

1 máquina de espreçar algodão em bom uso ....	40'000	40\$000
---	--------	---------

## SEMOVENTES

1 vaca a .....	14\$000	
1 vaca a .....	18\$000	
13 ditas .....	104\$000	
11 ditas .....	55\$000	191\$000
1 besta a .....	50\$000	
3 ditas a .....	45\$000	
1 dita a .....	30\$000	215\$000
1 cavalo a .....	12\$800	
3 ditos a .....	25\$600	
1 dito a .....	40\$000	
1 dito a .....	30\$000	
2 ditos a .....	32\$000	198\$000
		604\$000
Obras de ferro .....	13\$640	
Peças de cobre .....	124\$040	
Ferramentas de Carpintaria .....	16\$760	
Ferramentas de ferreiro e 1 bigorna e s pertences .....	17\$000	
Ferramenta agricola .....	152\$000	323\$440
Animais vacum:		
5 juntas de bois de coices a 40\$ a junta .....	220\$000	
5 juntas de bois mais inferiores .....	200\$000	
3 ditos .....	150\$000	

10 bois de guia a 18\$ cada .....	342\$000	
1 touro grande de raça já idoso .....	25\$000	
3 ditos (preços variados) .....	191\$000	
23 vacas em diversos tamanhos e idades com crias e parte solteiras .....	367\$000	
20 cabeças de cabras de criar .....	20\$000	
38 cabeças de ovelhas .....	76\$000	
7 cavalos (preços diversos) .....	198\$000	
1 égua .....	16\$000	
5 bestas de carga com cangalha .....	215\$000	
1 parilha de bestas de liteira .....	70\$000	2.090\$000

## LITEIRA

1 liteira em bom uso com os competentes arreios .....	80\$000	80\$000
---	---------	---------

## ESCRAVATURA

		Idade
1 lambiqueiro .....	350\$000	40 anos
1 carpinteiro .....	800\$000	30 "
1 carpinteiro .....	600\$000	42 "
1 alfaiate .....	700\$000	40 "
1 ferreiro .....	700\$000	25 "
1 alfaiate .....	450\$000	30 "
1 pedreiro .....	600\$000	42 "
1 escravo paralítico .....	100\$000	40 anos
18 escravos sem officio .....	9.060\$000	30 "
1 doente .....	50\$000	30 "
1 doente .....	30\$000	70 "
1 doente .....	200\$000	40 "
1 com papo .....	200\$000	30 "
7 escravos, sem officio .....	2.650\$000	40 "
2 escravos, sem officio .....	700\$000	28 "
1 sem officio, com papo .....	250\$000	50 "
3 escravos sem officio .....	1.550\$000	25 "
1 banqueiro .....	500\$000	28 "
1 banqueiro .....	500\$000	35 "
1 quase cego, sem officio .....	30\$000	60 "
1 sem officio .....	300\$000	50 "
1 lambiqueiro .....	600\$000	30 "
2 carreiros .....	900\$000	40 "
4 banqueiros .....	2.400\$000	30 "
1 banqueiro .....	600\$000	40 "
1 banqueiro .....	500\$000	42 "
1 sem officio .....	500\$000	34 "
1 sapateiro e banqueiro .....	600\$000	30 "
1 escravo .....	650\$000	40 "
1 banqueiro .....	800\$000	30 "
12 sem officio .....	6.860\$000	20 "
1 sem officio .....	400\$000	16 "
1 sem officio .....	650\$000	19 "

## ESCRAVAS

		Idade
1 casada	600\$000	30 anos
1 crioula seu filho	400\$000	7 "
1 crioula sua filha	300\$000	8 meses
1 casada	500\$000	30 anos
1 seu filho	80\$000	5 "
1 solteira	600\$000	30 "
1 seu filho	100\$000	8 meses
1 casada com préstimo	550\$000	40 anos
1 sua filha	450\$000	9 a 10 anos
1 seu filho	150\$000	ano e meio
1 seu filho	40\$000	15 dias
1 casada	550\$000	30 anos
1 seu filho	250\$000	3 "
1 casada cozinheira	650\$000	30 "
1 seu filho	500\$000	9 "
1 sua filha	300\$000	6 "
1 casada	400\$000	40 "
1 sua filha	200\$000	3 "
1 casada	300\$000	40 "
1 sua filha	250\$000	3 "
1 casada	350\$000	30 "
1 seu filho	250\$000	6 "
1 casada cozinheira	550\$000	30 "
1 sua filha	350\$000	5 "
1 sua filha	200\$000	2 "
1 casada	500\$000	30 "
1 sua filha	300\$000	5 "
1 casada	400\$000	30 "
1 solteira	600\$000	20 "
1 casada	500\$000	30 "
1 casada cozinheira	600\$000	25 "
1 casada	500\$000	20 "
1 casado doente	350\$000	30 "
1 casada	550\$000	30 "
1 solteira	400\$000	16 "
1 casada doente	300\$000	40 "
1 casada doente de morfina	250\$000	30 "
1 cozinheira e engomadeira, casada	650\$000	30 "
1 seu filho	500\$000	11 "
1 seu filho	400\$000	8 "
1 seu filho	250\$000	4 "
1 pagem	600\$000	18 "
1 pagem	600\$000	13 "
1 casada	500\$000	40 "
1 casada cozinheira	600\$000	30 "
1 solteira paralytica	100\$000	25 "
1 escravo sem officio	550\$000	14 anos
1 escravo sem officio	500\$000	11 "
1 escrava	500\$000	8 "
1 escravo	400\$000	8 "
1 escrava	300\$000	4 "

29:130\$000

## CANAS

36 quartéis de canas novas a 16\$	608\$000	
28 de ditos mais crescidas a 40\$ o quartel	800\$000	
8 ditas soqueiras a 30\$000	240\$000	1:648\$000

## SÍTIOS E TERRAS

(Fazenda Atibaia ou Sitio Grande, avaliada em Rs. 20:000\$000)

Pelo sitio com casas de morar em bom estado, sendo parte dela forrada e assoalhada com um oratório e altar, para celebrar Missa, casas de enfermaria, de ferreiro, de carpinteiro, paiol, senzalas, moinho, pilões e roda de ralar mandioca, engenho de moer cana de cilindros com abundância de água para todas as máquinas, 6 carros com seus pertences, 1 caixão de açúcar, 4 gavetões de secar açúcar, 2 pipas de gastaños, 2 alambiques grandes, 5 caldeiras, 88 formas de tábuas, uma porção de copos de azedar e outros para mel e garapa, esfiadeiras, espumadeiras, sendo uma velha e 4 que servem, 2 punhais e mais utensílios atualmente existentes pertencentes às referidas máquinas; as pastagens do sitio, faixas de valos e cercas porteiras e as terras cujos limites são: Para o rio de Atibaia acima confina com a fazenda de Atibaia pertencente a Vicente de Souza Queiroz por uma peroba que se marcou com uma Cruz, e da peroba segue para a banda da cidade por uma restinga da Capoeira que divide os cultivados das duas fazendas, e segue nesta direção a estrada que vai de Atibaia para o Bom Jardim, e segue por esta para a banda do Bom Jardim ao alto que fica ao pé da casa da dita fazenda, donde desce à direita por uma barroquinha a procurar a cerca do pasto, e segue por esta abaixo, enquanto esta vai em linha reta, e adiante onde a cerca se faz torta atravessa seguindo sempre em linha reta a procurar o espigão atravessando antes uma barroca, e ganhando o espigão segue o espigão até dar suas divisas do sitio que foi do finado Padre Aranha, onde deixa de confinar com o Bom Jardim e vai confinando com as terras dos herdeiros do dito finado Padre por outra linha reta, que vai do ponto acima indicado a procurar o Rio abeirando o canavial deste sitio, e caindo no Rio sobe por ele acima até um rumo dos Aranhas, pelo qual segue para a banda do Jaguarí aí ganhando o espigão que desagua para Atibaia e Jaguarí, e segue o espigão para a banda do Rio acima divisando em alguma distância com os mesmos Aranhas, depois destas com terras de Bento José dos Santos até uma porteira, donde quebra à direita e segue o Caminho divisando com Manoel Baptista até o rumo de Vicente Queiroz, segue para estrada abaixo divisando com a dita fazenda Atibaia até o Rio do mesmo nome onde fecha tudo acima mencionado, desce rumo abaixo até o Rio, e desce por este abaixo até a fronteira da peroba onde se começa as divisas.

## AVALIAÇÃO DOS BENS DA CIDADE

## Prata

1 taqueiro de prata e um paliteiro ainda novo, dúzila — marca Porto	305\$360 - 15 marcos, 6 onças, uma ½ oitava
1 par de castiçais de prata	71\$090 - 4 onças e 7 oitavas
1 prato e tesoura de prata	30\$400

3 salvas de prata .....	231\$760	
2 pares de castiçais de prata com tulipas novas ..	140\$250	
4 dúzias de colheres e garfos de prata, 6 libras e ¼ a duzentos e quarenta réis a oitava .....	199\$680	
1 frelo de prata com peso de 180 oitavas .....	45\$120	
1 cabeção de prata 46 oitavas .....	15\$040	
1 cnapeado de cabeçuda .....	15\$800	
1 par de esporas velhas 55 oitavas .....	11\$000	
1 par de estribos de prata 230 a 7 oitavas .....	47\$400	
1 copo de prata lavrado de viagem com corrente e aro 64 oitavas .....	39\$360	
1 copo e salva de prata, 102 oitavas .....	25\$920	
9 cabos de prata de faca, 196 oitavas .....	30\$240	
1 colher de sopa, com 72 oitavas .....	14\$400	
14 colheres de chá e 1 de açúcar e uma espuma-deirinha — 80 oitavas .....	19\$200	
2 pares de castiçais de casquinha lavrados e muito finos, com mangas — 20\$000 o par .....	40\$000	1:282\$100

## Ouro

1 par de brincos com brilhantes com um alfinete grande já fora de moda .....	20\$000	
1 par de orneços filigrana, fora da moda .....	10\$000	
1 bracelete ouro com corais azuis .....	12\$000	
1 memória ouro com tetéias .....	3\$500	
1 dita três aros com pedras miudas .....	2\$500	
1 dita de duas carreiras de grisálitas .....	5\$000	
1 dita de 3 pedras amarelas .....	2\$000	
1 dita de 1 pedra .....	1\$600	
2 ditas pedras brancas miudas a 2\$000 cada uma ..	4\$000	
1 coração ouro liso .....	5\$000	
1 carolina em figura de coração com argola de ouro ..	1\$600	
1 colar corais falsos com algumas contas de ouro ..	5\$000	
1 alfinete ouro pedra topázio .....	2\$000	
1 par de brincos cachos de uvas .....	4\$000	
1 par de brincos grisálitas .....	7\$000	
1 par de bichas pedras com figos de corais .....	2\$000	
1 cordão corrente com três tetéias, 10 oitavas ¼ ouro .....	31\$500	
1 dita com 2 carolinas, 8 1/2 oitavas .....	25\$500	
1 rosário com 7 oitavas 3/4 ouro .....	23\$250	
1 rosário com 6 oitavas 3/4 ouro .....	20\$250	
1 rosarinho com cruz e 3 peças de potões de camisa, 3 oitavas e 3/4 .....	11\$250	
1 porção de ouro velho 10 1/2 oitavas .....	31\$500	
14 corais grandes, 400 réis cada um .....	5\$600	
1 enfeite de corais falsos, para pescoço .....	2\$000	
1 crucifixo com imagem de prata de Nossa Senhora da mesma cruz tendo esta ornamentos de prata na extremidade da cruz .....	50\$000	
60 palmos cordão ouro Porto, 88 oitavas .....	296\$450	584\$500

## Louça

1 aparelho de louça fina azul .....	60\$000	
1 par de compoteiras de vidro .....	12\$000	
12 copos de vidro .....	9\$600	
4 pares de açucenas de vidro .....	3\$200	
1 aparelho de porcelana branca .....	12\$000	
1 aparelho de porcelana grossa, usado .....	12\$000	
1 aparelho ordinário azul incompleto .....	8\$000	
1 serviço louça para café, leite .....	6\$000	
2 dúzias de cálices para vinho .....	6\$000	
18 pratos travessas brancos .....	8\$340	
1 dúzia de pratos brancos .....	2\$560	
1 dúzia de pratos de louça azul .....	1\$230	
1 frasqueira pequena para licores .....	8\$000	148\$980

## Trastes

1 armário grande .....	8\$000	
1 armário menor .....	4\$000	
2 mesas de jantar .....	6\$000	
3 mesas de sala .....	15\$000	
2 outras mesas .....	8\$000	
1 marquesa forrada, de sala, em bom estado .....	8\$000	
1 marquesa também forrada, de sala, em bom estado ..	8\$000	57\$000
1 marquesa forrada de palhinha .....	10\$000	
2 cômodas .....	120\$000	
1 dita com pepulcina .....	40\$000	
1 meia cômoda .....	30\$000	
11 cadeiras .....	44\$000	
1 dúzia de cadeiras antigas jacarandá, forradas, de sala, a 3\$000 cada .....	36\$000	
1 cama de jacarandá .....	20\$000	
6 camas simples .....	36\$000	372\$000

## Objetos diversos

1 Panorama com 5 vidros e numerosas vistas .....	150\$000	
1 relógio de parede com caixa .....	30\$000	
1 realejo pequeno .....	15\$000	
12 lanternas .....	12\$000	
1 caixa de música .....	10\$000	
5 bandejas velhas .....	9\$000	
1 selim inglês de pouco uso com acolchoado de camursa rabicho .....	25\$600	
3 colchas de danasco, 2 vermelhas e 1 azul .....	60\$000	311\$600

## Cobre

3 tachinhos de cobre .....	14\$400
----------------------------	---------

Escravos da cidade			
		Idade	
1 sapateiro . . . . .	700\$000	30 anos	João de Nação
1 escravo . . . . .	500\$000	16 "	José de Nação
1 crioula . . . . .	500\$000	28 "	Venância — muçamba prestimosa com ataques histéricos.
1 cozinheira . . . . .	600\$000	30 "	Joaquina, mulher de Lucas.
1 cozinheira . . . . .	600\$000	30 "	Cecilia de Nação, mulher de Marcelino, mãe de 2 crioulos.
	2:900\$000		
Dinheiro existente			
Rendimento da safra do ano passado . . . . .	4:001\$310		

## BENS DE RAIZ, NA CIDADE

Casas: Uma casa na rua Picador com quatro salas na frente, forradas e assoalhadas, com grande quintal até o córrego, divisando por um lado com o beco da matriz e por outro lado com casas de Antonio Manoel Teixeira com puchados que servem para cozinha e outros cômodos, envidraçada nas duas frentes — 4:000\$000.

— Casa rua Picador com uma sala forrada e assoalhada com quarto de negócio no canto do beco da matriz, divisando com a casa do defunto João Batista do Amaral Gurgel para a banda da Matriz e na rua do Picador, divisa com quintal de D. Ana de Campos, avaliada em 2:400\$000.

— Casa térrea na mesma rua Picador, divisando com o quintal das casas de D. Ana Esmerla da Cruz, um quintal, com Salvador Bueno da Silveira para o lado de baixo, com puxado e grande quintal, avaliada em 1:200\$000.

— Casa térrea sita no pátio da Matriz Velha, entre a Casa de Bernardino do Espírito Santo e o terreno dos herdeiros do Cel. Francisco Inácio de Souza Queiroz, só com duas janelas e uma porta na frente — avaliada por 770\$000.

— Casa rua do Rosário, denominada "Paioi", com uma porta e uma janela na frente com fundos na rua da Matriz Nova, partindo com casas dos herdeiros de Agostinho de Campos, por um lado, e com casas do Padre Antônio Corrêa Leme por outro lado — 400\$000.

— 3 quintais — 1.º pátio da Matriz Velha, divisando com fundos da casa de Felisberto Pinto Tavares e que chega até ao córrego — avaliada em 400\$000.

— 2.º — rua do bairro alto, avaliada em 250\$000.

— 3.º — rua do bairro alto, divisando com o quintal do Major Miguel Ribeiro de Camargo e por detrás com o beco novo já mencionado, avaliada em 150\$000.

## CASA DE MORADA EM SÃO PAULO

Avaliada por precatória em 600\$000 uma casa em São Paulo, sita na rua da Freira n. 7, de 2 lanços, velha, com quintal murado com um portão que sai na rua da Casa Santa, dividindo de um lado com casa dos herdeiros de Maria Pacheco e por outro com casas de Germana de tal, viúva de Floriano Antônio Rodrigues. Morava na casa Gertrudes Maria do Rosário.

## PAGAMENTO AO CO-HERDEIRO DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT DA LEGÍTIMA MATERNA DE SUA MULHER

Rs. 7:212\$770

Em dinheiro . . . . .	1:000\$000
Escravo Paulino . . . . .	600\$000
Escravo João Angola . . . . .	600\$000
Escravo Rafael . . . . .	550\$000
Uma cômoda nova . . . . .	60\$000
Dinheiro em moeda . . . . .	1:000\$000
Uma colcha de Damasco . . . . .	20\$000
Um faqueiro novo de dúzia e um paliteiro . . . . .	305\$360
Um quintal murado no bairro Alto . . . . .	250\$000
Duas Varas de cordão de ouro . . . . .	49\$408
Um relógio de algebeira . . . . .	15\$000
Uma parte da dívida do devedor José Malaquias . . . . .	5\$295
Uma parte do principal e prêmio de 1/100 que é devedor Manoel Carlos de Carvalho . . . . .	11\$690
Idem do devedor Antonio Gonçalves de Araujo . . . . .	46\$172
Idem do mesmo . . . . .	5\$347
Idem do devedor José Gomes Pinto . . . . .	6\$573
Idem do devedor Antonio de Noronha Miranda . . . . .	80\$002
Idem do devedor João Evangelista Noronha e abono de Ignacio João . . . . .	18\$323
Idem do devedor Antonio Felisberto . . . . .	14\$287
Idem do devedor Aureliano Furquim de Almeida . . . . .	25\$777
Idem do devedor Fortunato José da Rocha . . . . .	1\$818
Idem do devedor Bernardo José de Almeida . . . . .	4\$283
Idem do devedor Bernardino Bueno da Silva . . . . .	5\$558
Idem do devedor viúva de Antonio Fernandes . . . . .	62\$125
Idem do devedor Salvador José Barbosa . . . . .	1\$648
Idem do devedor Major Miguel Ribeiro de Camargo . . . . .	119\$965
Idem do devedor Pedro José Pompeu . . . . .	31\$330
Em dinheiro de resposta do Inventariante . . . . .	2:322\$811

7:212\$770

## ORÇAMENTO

Bens, Dotes e dinheiro . . . . .	131:612\$996
Dividas ativas . . . . .	11:357\$871
Monte-mor . . . . .	141:970\$861
Monte-partível . . . . .	129:829\$860
Meação do viúvo . . . . .	64:914\$930
Legítima . . . . .	7:212\$770
Custas . . . . .	193\$000

## ANEXO XII

### INVENTARIO DE JOAQUIM JOSE DOS SANTOS

Inventariante: Pedro José dos Santos, filho do Inventariado.  
Juiz que julgou a partilha: Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, em  
4-9-1867.

#### LANÇAMENTOS DOS BENS

Foram avallados todos os bens do Inventariado, constantes de imóveis,  
móveis, semoventes, escravos, objetos de arte, etc., assim discriminados:

#### ORÇAMENTO E PARTILHA

##### Bens de raiz:

Terras na Fazenda Atibaia, com as seguintes divisas: a margem do rio Atibaia, dividindo com Joaquim Policarpo Aranha e irmãos, até a vertente do Jaguari, com herdeiros de Antonio Barbosa Aranha e Bento José dos Santos, Manoel Batista, Vicente de Souza Queiroz, cachoeira, caminho do Bom Jardim, avalladas em .....	122:000\$000
Casa de morada, senzalas, moinhos, monjolos e outras benfeitorias da dita Fazenda .....	3:000\$000
Cafezais existentes na mesma Fazenda .....	15:000\$000
Casa da rua do Imperador, nesta cidade .....	8:000\$000
Terreno na rua do Alecrim, da mesma cidade .....	2:000\$000
Terras da Fazenda Atibaia, legadas a Diogo Antonio Luz...	2:500\$000

##### Móveis:

Trastes existentes na Fazenda Atibaia .....	425\$800
---	----------

##### Semoventes:

Porcada .....	216\$000
Animais cavallares e muares .....	250\$000
Gado vendido segundo a declaração de fls. 728 .....	492\$000
Gado repartido entre os herdeiros, conf. declarações .....	1:490\$200

##### Escravos:

Escravos libertos sem condição (quatro) .....	2:400\$000
Dois escravos para serem libertos aos trinta annos .....	900\$000



Dez escravos libertos quartados (tendo falecido um) .....	20:200\$000
Escravos não libertos abatidos os mortos e carregados os acres- cidos .....	148:590\$000
Escravos que ainda não estavam avaliados fls. 729 .....	500\$000

**Diversos:**

Objetos de cobre .....	582\$020
Objetos de ferro e bronze .....	252\$100
Ornamento de missa, tapete e óculo de alcance .....	76\$000
Couros restantes .....	108\$000
Prata e trastes diversos nesta cidade .....	1:067\$920
Sal e mamono em poder dos herdeiros .....	90\$780
Mamono existente .....	87\$500
"Met.e" (?) pertencente à herança da Fábrica da serra .....	400\$000

**Dinheiro:**

Dinheiro já dispendido pelo testamenteiro por conta do testa- mento .....	500\$000
Dinheiro já dado a conta de custas .....	623\$300
Dinheiro em caixa em poder de Santos & Irmão .....	523\$859

**Dívidas ativas:**

Importância que João Batista Rodrigues está devendo à herança .....	2:000\$000
Importância que diversos estão devendo .....	1:063\$760
Dívidas que os herdeiros estão devendo com os juros e prêmios dos que os têm, contados até 9 de janeiro de 1865, em que se partilhou provisoriamente os escravos .....	35:510\$689
MONTE-MOR .....	370:550\$178
Deduzem-se dívidas passivas diversas, no total de .....	24:424\$718
Monte líquido partível .....	346:125\$460
Terça .....	115:375\$153
Total das legítimas .....	230:750\$306
Citações dos herdeiros e coherdeiros .....	20:400\$000
Líquido partível entre os nove herdeiros .....	251:150\$306
Dívida entre eles — toca cada um do legítimo paterno .....	27:905\$589

**Legados:**

A Santa Casa de Misericórdia .....	1:000\$000
A Diogo Antonio da Luz em terras e dinheiro .....	2:610\$000
A décima do legado referido .....	290\$000
O legado ao neto Aurélio .....	200\$000
Deixado aos pobres .....	400\$000
Para se partir entre vinte netos, em vista do despacho de fls. 586 v .....	97:995\$153

**Louvados:**

José Egídio de Sousa Aranha e Joaquim Egídio de Sousa Aranha.

**Herdeiros:**

1 T.te. Cel. Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro.

- 2 D. Senhorinha Francisca dos Santos Camargo.
- 3 João Augusto dos Santos Camargo.
- 4 João Batista Rodrigues da Silva Junior.
- 5 Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- 6 Pedro José dos Santos Camargo
- 7 Manoel Gonçalves Vieira.
- 8 José de Sousa Campos Pimentel.
- 9 Francisco Bueno Barbosa Aranha.

**Legatários:**

- 1 D. Maria, filha de Manuel Gonçalves Vieira.
- 2 D. Francisca, filha de Manuel Gonçalves Vieira.
- 3 D. Ana, filha de Manuel Gonçalves Vieira.
- 4 D. Alicia, filha do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- 5 D. Winifrida, filha do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- 6 D. Francisca, enteada de José de Sousa Campos Pimentel.
- 7 D. Maria, enteada de José de Sousa Campos Pimentel e viuva de Eleu-  
terio Francisco dos Santos Camargo.
- 8 D. Henriqueta, enteada de José de Sousa Campos Pimentel.
- 9 D. Brazília, filha do Alferes João Batista Rodrigues da Silva Junior.
- 10 D. Engracia, filha do Alferes João Batista Rodrigues da Silva Junior.
- 11 D. Maria Angelica, filha de D. Senhorinha Francisca dos Santos Ca-  
margo.
- 12 D. Ana filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 13 D. Joaquina, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 14 D. Maria Candida, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e  
Castro.
- 15 D. Rafaela, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 16 D. Francisca, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 17 D. Paula, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 18 D. Clotildes, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.
- 19 D. Maria Miquelina, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e  
Castro.
- 20 D. Querubina, filha do T.te Cel. Querubim Uriel de Camargo e Castro.

## ANEXO XIII

### TESTAMENTO DEIXADO PELO FINADO PADRE JOÃO GONÇALVES LIMA (\*)

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro.

Sabam quantos este instrumento virem, como no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e oito, aos dez dias do mês de maio, nesta vila de Santa Ana de Parnaíba, eu o Vigário colado João Gonçalves Lima, estando em meu perfeito juízo e com saúde, para ter a minha alma no caminho da salvação, não sabendo quando Nosso Senhor será servido tirar-me desta vida presente, faço este meu testamento. Encomendo minha alma à Santíssima Trindade, que a creou e rogo ao Padre Eterno se digne recebê-la consumida pelo sangue e morte de seu Unigênito Filho Nosso Senhor Jesus Cristo. Rogo à Virgem Maria Nossa Senhora na invocação especialmente do Rosário, ao anjo da minha guarda, aos santos de meu nome e a todos os anjos, santos, santas da Corte do Céu, a Senhora Santa Ana, minha especial advogada e protetora, sejam meus intercessores na vida e na morte para o gozo da Bem-aventurança, como a espero conseguir pelos infinitos merecimentos de Jesus Cristo, nosso Redentor, cuja lei santa professo e protesto viver e morrer na Santa Fé Católica Romana. Sou natural da Vila de Curitiba, filho de meus falecidos pais Miguel Gonçalves Lima e Rosa Maria Pais dos Santos e estou a completar em junho do corrente ano setenta e cinco anos; não tenho portanto herdeiros necessários. Nomeo e constituo por meu herdeiro a meu afilhado José Joaquim Pereira Marçal com sua mulher, minha comadre, Senhorinha Antônia Martins Pedrosa, e sua família, do remanescente de meus bens, satisfeitas as minhas dívidas e disposições. Rogo aos reverendos senhores sacerdotes, padre coadjutor Joaquim José de Oliveira, padre vigário Francisco Gonçalves Cruz, padre Ildefonso Xavier Ferreira, por serviço de Deus, e por me fazerem mercê, sejam meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado no lugar em que eu falecer e a solenidade do costume a arbítrio de meu testamenteiro, segundo permitir o meu estado, e tempo. Me acho presentemente embarçado com várias dívidas para pagar, e várias quantias que me devem; tenho feito várias relações do que devo e se me devem. Como consta de meus papéis; e também estão constantes os meus bens. Meu testamenteiro tomará conta de tudo e disporá para pagamento do meu funeral, sufrágios e dívidas, e da parte que remanescer dará a meu herdeiro constituído, dando contas por um juramento somente em juízo de ter tudo cumprido, e de só haver remanescente ao herdeiro para pagamento da décima competen-

(\*) 3.º Ofício da Família e das Sucessões, maço n.º 73.

te; o que tudo confio da fidelidade de cada um de meus testamenteiros nomeados, e confirmo o tempo de cinco anos para poderem pagar e receber o que se me deve. Tenho feito e pretendo fazer algumas esmolas aos pobres e..... desta Matriz, e tudo o que constar ter eu dado e prometido, meu testamenteiro não contemplará entre meus bens. Pelos bons serviços dos dois meus restantes escravos, Inácio, casado com mulher forra, e Luiz Com a condição de me servirem em minha vida, os deixo forro, e libertos: meu testamenteiro lhes passará a sua carta. Pretendo ir fazendo por pagar as minhas dívidas, e fazer minhas outras disposições em vida, e algumas satisfações, as quais sou responsável, de que tudo farei declaração. E por quanto esta é a minha última vontade, por se ter passado novos bastantes, me resolvi presentemente a fazer este novo testamento, revogando os antigos que tinha feito, ficando este só em vigor, e rogo as Justiças de Sua Magestade Imperial façam inteiramente cumprir a este meu testamento por mim feito, escrito e assinado nesta Vila de Santa Ana da Parnaíba aos dez do mês de maio de 1838 — O Vigário Colado João Gonçalves Lima. Declaro mais que meu testamenteiro só disporá, e venderá as duas minhas propriedades de casas nesta Vila, e receberá e cobrará aos meus devedores para pagamento do que se inda restar, e dever, e para pagamento do meu funeral, sufrágios, gratificação da vintena e meu testamenteiro, ou mais antes quarentena, ficando o remanescente para o meu substituído herdeiro. Também se poderá servir do dinheiro, casa, e o mais que houver em casa para o meu funeral. Em quanto aos meus trastes, livros, prata, roupa, louça, tenho destinado para os pobres desta Vila. Fábrica da Matriz, os dois meus escravos forros: Maria forra Serafina. Como melhor declararei e caso não possa declarar e fazer em minha vida, meu testamenteiro distribuirá a seu arbitrio antes do meu enterramento e sepultura. E por ser esta a minha última vontade, como também os meus animais e arreios, será contemplado na disposição dita, fiz esta última declaração por mim escrita e assinada nesta vila de Parnaíba, no mesmo dia 10 de maio de 1838. O Vigário Colado João Gonçalves Lima.

**Aprovação:** 12 de maio de 1838.

**Abertura:** Certifico que abri o presente testamento com que faleceu no dia de hoje, as sete horas menos um quarto mais ou menos da noite o Muito Reverendíssimo Senhor Vigário Colado e Aposentado João Gonçalves Lima, cujo testamento se achava fechado, lacrado, sendo presente por testemunha o Sr. Manuel Fernandes Souto e Sr. Antônio José da Silveira. Referido é verdade que afirmo aos Santos Evangelhos. Parnaíba, 3 de abril de 1844.

O Vig.º Encom.º Joaquim José de Oliveira  
Manuel Fernandes Souto de Castro  
Antônio José da Silveira.

Inventário - 2.º officio civil - 1844;  
Inventariante — Padre Joaquim José de Oliveira;  
Herdeiro — Joaquim Pereira Marçal;  
Bens: Casas na Vila de Parnaíba.

#### Obito da Paróquia de Parnaíba

**O Muito Reverendo Vigário Colado Aposentado João Gonçalves Lima.**

Aos 3 de abril de 1844, nesta Vila de Santa Ana da Parnaíba, assistido de todos os Sacramentos na idade de oitenta e um anos mais ou menos, de enfermidade de urinas e paralisia, faleceu da vida presente o Muito Reverendo Vigário Colado e Aposentado João Gonçalves Lima, natural da Vila

de Curitiba, filho dos falecidos Miguel Gonçalves Lima e de Dona Maria Pais dos Santos, foi sua alma recomendada com solenidade, que permitia o dia de Quinta-Feira Santa, em que foi sepultado; Seu corpo foi envolto com as Vestes Sacerdotais, convuzido em Caixão acompanhado por mim, e mais Sacerdotes que estiveram presentes, e da Irmandade do Santíssimo Sacramento do qual era Irmão, e foi sepultado dentro desta Matriz na Capela Mor, na Sepultura que está embaixo da Alâmpada. Fez Testamento Solene que se achou fechado e lacrado, o qual eu como Pároco abri na presença de duas Testemunhas, a-fim-de poder dar sepultura a seu corpo, e por não haver aqui Juiz Municipal para abrir, o ser assim de costume em ausência do Juiz. Nomeou seus Testamenteiros a mim, e Muito Reverendo Vigário Colado desta Freguezia de Nossa, Francisco Gonçalves Cruz, e o Muittíssimo Senhor Conego Ildelfonso Xavier Ferreira morador em São Paulo. Declarou deixava o tempo de cinco anos para seu Testamenteiro dar contas do seu Testamento em Juizo, Instituiu Seus herdeiros no restante de suas disposições, e depois de pagar as suas dívidas, a José Joaquim Pereira Marçal e a sua mulher Dona Senhorinha Martins Pedrosa e seus filhos. Deixou alguns bens para pagamento de suas dívidas, consta as declarações, que fez constar de seu mesmo Testamento, e para constar fiz este assento, que vai por mim assinado. O Vigário Encomenda.º Joaquim José de Oliveira Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, folha 21 V.o.....

ANEXO XIV

MAPAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO (\*)  
Ano 1794

Rua das Freiras

D. Maria de Camargo ..... 60

Filhos

Rdo. Pde. Fernando Lopes ..... 35  
D. Maria Joaquina ..... 30  
D. Maria Gertrudes ..... 40  
O Pe. Ignacio de São João ..... 25  
D. Gertrudes Thereza ..... 22

Agregados

Diogo Antonio Estudante ..... 11  
Emerisiano ..... 27  
Anna Roza ..... 22

Escravos

Anna ..... 10  
Joaquina ..... 12  
Secilia ..... 16  
Pedro ..... 25  
Pedro ..... 12  
João ..... 20  
Adam ..... 1  
Simplicio ..... 40  
Joaquim ..... 60  
Mathias ..... 28  
Cosme ..... 30  
Manoel ..... 25  
Filipe ..... 8  
Maria ..... 6  
Agustinho ..... 3  
Anna ..... 10

(\*) Existente no Departamento de Arquivo do Estado.

Florencia	7
Rita	6
Thomazia	3
Caterina	39
Efigênia	26
Esperansa	50
Aguida	23
Quiteria	24
Ignacia	30
Antonia	22
Filipe	4
Silvano	30
Pasqual	14
Albino	25

## Agregados

Domiciana	3
Antonio	1
Maria	3
Candido	1
Apolinario	40
Joaquina	5
Maria	7
João	4
Victoria	12
Anna	37

## ANEXO XV

## MAPAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO, Ano de 1798 (\*)

Maço n. 2, fls. 29 v.

O R. Fernando Lopes de Camargo	42
D. Maria de Camargo Lima, viuva	76
D. Maria Gertrudes de Camargo, filha — viuva	54
O R. Ignacio de Abucida Feijó, Sobr.	35
José — Sobr.	18
Diogo — Agreg.	14
Antonio — Agreg.	19
Antonio — Agreg.	5

## Escravos

Joaquim	60
Matias	30
Pascoal	15
Antonio	11
Iria	40
Aguida	36
Silvana	40
Rita	11
Tomazia	16
Florencia	10

Vive de suas ordens e da Capelania do Regimento de Milicia.

Idem, maço n. 2

n. 270

1798

## Rua da Freira

Pe. Fernando Lopes de Camargo	42
Pe. Ignacio Ferz. Feijó	32
Marta de Camargo Lima	70
Maria Gertrudes de Camargo	50
Maria Joaquina	38
Joze Custodio	19
Antonio Paes	18
Diogo Antonio	13
João	12

(\*) Existentes no Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo.

## Escravos

## Idem, ano 1802:

407	Rua da Freira		
	O Rvdo. Pe. Fernando Lopes de Camargo nat. da Cotia	47	E B
	D. Marta de Camargo Lima nat. da mesma		
	Roque de Souza Menorista nat. desta	17	E B
	D. Maria Gertrudes nat. da mesma	58	V B

## Agregados

	O Pe. Antonio Paes de Camargo	23	E B
--	-------------------------------	----	-----

## Idem, maço n. 3

Ano 1804

	Nomes, empregos e naturalidades		
	Rua da Freira		
	O Revdo. Fernando Lopes de Camargo nal da Fregue- zia de Cutia	49	E B
	Marta de Camargo May nal. damma	82	V B
	Ocupacions e Cazualidades		
	Vive de suas Ordens, comparada com antecedentes n. 388 confere, só falta o Pe. Antonio Paes e seu aggregadº An- tonio Felix.		

## Idem, ano 1805

360	Rua da Freira		
	Rdo. Fernando Lopes de Camargo nat. da Freg. da Cotia	50	E B
	D. Marta de Camargo May	83	V B
	D. Maria Gertrudes	61	S B

## Escravos

	Matias	37	V N
	Silvana	43	S N
	Rita	18	S N
	Tomazia	17	S N
	Joana Angela	18	S N

## Idem, maço n. 4, pasta n. 1

1807

378	Rua da Freira		
	O Rdo. Fernando Lopes de Camargo natural da Cotia	48	E B
	D. Maria Gertrudes nal. desta	61	U B
	D. Maria Francisca Sobrinha	48	S B

## Escravos

	Iria	36	S N
	Demétrio	41	S N
	João	36	S N
	Manoel	30	S N
	Joaquim	21	S N
	Maria	18	S P

Vive de suas ordens.

## Idem, pasta n. 2

Ano 1808

	Rua da Freira n. 359		
	Rdo. Fernando Lopes de Camargo	52	E B
	D. Maria Gertrudes	62	V B
	D. Maria Joaquina	50	S B
	Maria Justina Agra	13	S B

## Escravos

	Iria crioula	52	C N
	Silvana	52	S N
	Matias	44	V N
	Florencia	18	S N
	Rita	18	S N
	Tomázio	16	S N
	Umbelina	12	S N
	Cândida	13	S P
	Ifigênia	40	S P
	Ana	29	S N
	Ilário	23	S N

Vive de suas Ordens e de Escrivão Ajudante da Câ-  
mara Episcopal.

## Idem, maço n. 6

1822

	Rua da Freira n. 146		
	Rdo. Fernando Lopes natural da Cotia	66	C B
	D. Maria Joaquina irmã	64	S B
	D. Maria Justina exposta	27	S B

## Escravos

	Umbelina	26	S N
	Benedita	15	S N
	Manoel	13	S N
	Jacinto	16	S N
	Tereza	14	S N
	João	33	S N
	Manoel	25	S N
	Francisco	23	S N

Escrivão da Câmara Episcopal.

Idem, maço n. 3, fls. 20

1823

Rua da Freira  
n. 24

O Rdo. Pe. Fernando nat. desta ..... 50 E B

## Irmãos

D. Maria Joaquina ..... 40 S B  
 D. Maria Justina ..... 30 S B  
 D. Senhorinha ..... 12 S B

## Escravos

Umbelina crioula ..... 31 S N  
 Benedito Nação ..... 18 S N  
 Tereza ..... 16 C N  
 Francisco ..... 24 C N  
 Antonio ..... 23 S N

## ANEXO XVI

## MAPAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE S. PAULO, ANO 1798 (\*)

Maria Joaquina ..... 40

## Agregados

Maria ..... 7  
 Maria ..... 9  
 Maria ..... 3

## Escravos

Dandido ..... 6  
 Cosme caz. .... 40  
 Agostinho ..... 7  
 Generoso ..... 1  
 Manoela caz. .... 30  
 Felipa ..... 12  
 Maria ..... 10  
 Umbelina ..... 4  
 Esperança ..... 50  
 Catarina caz. .... 50  
 Rigênia ..... 30  
 Domiciana agreg. .... 10

Vive de Assistência que lhe faz seu Irmão o Padre Fernando Lopes de Camargo.

## Idem, 1802

Rua da Freira  
 Maria Joaquina de Camargo nat. da Freg. de Cotia ..... 45 S B

## Agregados

Maria Justina nat. desta ..... 6 S B  
 Maria Luiza nat. desta ..... 10 S B  
 Maria Fabiana nat. desta ..... 11 S B  
 Domiciana Crioula ..... 14 S B

(\*) Existentes no Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo.

## ANEXO XVII

### INVENTÁRIO DE MARTA MARIA DE CAMARGO (\*)

Inventariante: Padre Fernando Lopes de Camargo.  
Autuação ou data da abertura do Inventário: 23 de janeiro de 1809.  
Data, hora e lugar do falecimento: 10 de outubro de 1808, cerca das 2 horas da tarde, em São Paulo. Data do testamento: 21 de fevereiro de 1805; aprovação: 22 de fevereiro de 1805; local: casa de morada da Testadora, em São Paulo; Tabelião: José Luiz Pereira Braga; abertura: 10 de outubro de 1808, na casa de residência do Ministro Desembargador Miguel Antonio de Medvedo Veiga.

Testamenteiros: 1.º Padre Fernando Lopes de Camargo.  
2.º Maria Gertrudes Soares de Camargo.  
3.º Maria Joaquina Soares de Camargo.

Data da sentença que julgou a partilha: 25 de março de 1813 — Juiz Estevam Ribeiro de Rezende.

#### TÍTULO DE HERDEIROS

- 1 Custódio Soares de Camargo, casado, morador em Cotia, que vive de suas lavouras.  
2 Rev. Fernando Lopes de Camargo, inventariante, morador em São Paulo e que vive do exercício de suas Ordens.  
3 D. Maria Gertrudes Soares de Camargo, viúva, moradora em São Paulo.  
4 D. Maria Joaquina de Camargo, solteira, de cerca de 51 anos de idade, moradora em São Paulo.  
5 D. Brígida Soares de Camargo, casou com Vicente Ferreira do Amaral, morador na Vila de Itú, e vive de suas lavouras.  
6 D. Senhorinha Francisca de Camargo, falecida, representada por seus filhos:  
a) Rafael Antonio de Barros, de 33 anos, solteiro, ausente para Goiás.  
b) Joaquim José dos Santos, de 31 anos, solteiro, morador em Campinas, onde vive de suas lavouras.  
c) João dos Santos, solteiro, 24 anos, morador em Campinas.  
d) Bento José dos Santos, solteiro, 22 anos, ausente em Goiás.  
e) Manoel José dos Santos, solteiro, 19 anos, ausente em Goiás.

(\*) 1.º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo. Auto n. 1.576, ano 1809. Serventuário Manoel Coelho Neto.



- f) Inácio José dos Santos, solteiro, 17 anos, que vive em companhia de seu pai.  
 g) D. Ana Isméria, casou com Vitorino José Dias, morador em Cotia e que vive de suas lavouras.  
 h) D. Maria Angélica, solteira, 25 anos abaixo pátrio poder.  
 i) D. Francisca, solteira, 14 anos abaixo pátrio poder.

## BENS DE RAIZ

- 1 Uma morada de casas de 2 lanços na freguezia de Cotia, em poder do herdeiro Custódio Soares de Camargo, recebida em vida da Inventariada pelo preço taxado de 76\$800 réis;
- 2 Um sítio em poder do herdeiro Custódio Soares de Camargo e pertencente à herança, no bairro de nome Poturuvera (grafado também Potuvera ou Putevera) freguezia da Cotia, com uma casinha de palha e terras a ele pertencentes, avaliadas em Rs. 32\$000.
- 3 Uma morada de casas sitas no canto da rua chamada da Freira com seu competente quintal e chãos contíguos, dividindo de um lado com o P.e Fernando Lopes de Camargo e de outro lado com casas do Reverendo Fidelis José de Moraes, com reserva na avaliação das benfeitorias existentes, que coube pelo preço de Rs. 300\$000. Dada em pagamento ao herdeiro P.e Fernando Lopes de Camargo.

## ESCRAVOS EM PODER DOS HERDEIROS

Custódio Soares de Camargo (fls. 8):

"Que tem mais em seu poder um escravo crioulo de nome Flebão no valor de 102\$400".

Capitão Bento dos Santos Pereira (fls. 11v.)

"Que tem o valor do escravo Manuel, falecido, 24\$000.

Que tem o valor do escravo Manuel, vendido, 153\$600.

Que tem o valor da escrava Gertrudes, vendida 89\$600.

Mais Lucrécia, mulata, e Jacinta, crioula as quais devem ser avaliadas.

Maria Gertrudes Soares:

"Que tem em seu poder o valor de uma escrava Francisca vendida pela quantia de 38\$400.

Que tem em seu poder o valor de uma escrava Luiza vendida pela quantia de 140\$800".

Declarações do inventariante.

"Aos 17 dias de agosto de 1810 nesta cidade de São Paulo, pelo inventariante Fernando Lopes de Camargo foram feitas as declarações seguintes (fls. 33v):

Que o co-herdeiro Vicente Ferreira do Amaral por cabeça de sua mulher não havia declarado o valor da escrava de nome Paula ou Paulina que havia trocado por animais cavalares.

Que o mesmo co-herdeiro não havia declarado mais o valor do escravo Lourenço o qual havia falecido já em idade avançada.

Que o co-herdeiro Capitão Bento dos Santos Pereira não declarou os escravos de nomes Antonio e Vicência que hoje tem em seu poder e que pouco havia ter notificado para vir declarar.

Que em poder de Joaquim José dos Santos morador na Vila de São Carlos se acham duas escravas, de nomes Manuela e Filipa, as quais foram dis-

tas na terça da herdeira d. Maria Joaquina Soares de Camargo, que se devem avaliar e que para o dito efeito se passasse precatória para a Justiça daquela Vila a-fim-de abaixo de juramento declarar o mesmo Joaquim José dos Santos as suas produções e reproduções, para serem avaliadas e a mesma escrava Manoela.

Que nesta cidade se acha uma morada de casas também dispostas na terça que se deve avaliar as quais são sitas no canto da rua chamada da Freira com seu competente quintal que deve ser avaliada com reserva das benfeitorias que a legatária D. Maria Gertrudes tem feito.

Que deve entrar mais a terça da quantia de 51\$200 que a falecida inventariada deu ao Reverendo Diogo Antonio Feijó.

Que deve entrar mais na terça a quantia de 25\$600 que a falecida inventariada havia dado a um exposto em sua casa de nome Antonio Felix.

Que deve entrar mais na terça a quantia de 25\$600 que a falecida inventariada havia dado a uma exposta de nome Maria Fabiana. Requeiro ao Reverendo inventariante fosse notificada a herdeira d. Maria Joaquina Soares de Camargo para abaixo de juramento declarar as produções e reproduções da escrava Manoela visto existir debaixo do seu domínio.

Que se passasse carta precatória para as justiças da Vila de Itú a-fim-de ser notificado o co-herdeiro Vicente Ferreira do Amaral para abaixo de juramento declarar o valor do escravo de nome Lourenço que havia falecido e juntamente da escrava de nome Paula ou Paulina que o mesmo co-herdeiro havia vendido por animais cavalares."

Aos 23 de agosto de 1811, nesta cidade de São Paulo foi vindo o Reverendo Fernando Lopes de Camargo, inventariante, e por ele foram feitas as seguintes declarações (fls. 79):

"Que a fls. 34 deste inventário declarou ele haver a inventariada sua mãe dado ao Reverendo Diogo Antonio Feijó a quantia de 51\$200, a Antonio Felix a quantia de 25\$600, cujas duas parcelas importam em 76\$800, cuja parcela é a mesma de que trata o testamento, de 2 pobres estudantes, e pouco não deve fazer carga neste inventário, mais do que a dita quantia por ser a mesma idêntica de que se tratou neste mesmo inventário a fls. 34.

Que mais deve entrar na terça por conta do que a mesma falecida inventariada dispôs de que trata no testamento a quantia de 46\$400 que a inventariada deu em sua vida a seu neto Joaquim dos Santos e a Maria Fabiana, cuja dádiva desta já se acha declarada neste inventário a fls. 34 v. cuja declaração não terá efeito e só esta ficará em seu inteiro vigor.

Que mais deve fazer carga a terça a quantia de 76\$800 de que a inventariada faz menção em o seu testamento, haver dado a seus netos o Reverendo Inácio de Assunção Feijó, Ana e Francisca.

Que o escravo Matias avaliado neste inventário a fls. 4 v. na quantia de 115\$200 era falecido.

Que o forno de cobre avaliado por 9\$600 e a escrava Jacinta avaliada em 80\$000, sem embargo de andarem entre os bens dotados ao Capitão Bento dos Santos Pereira, este tinha levantado como dote que tem, com o neto e uma escrava.

Que a inventariada sua mãe havia vendido em sua vida um sítio chamado Caraguatá no qual ele Reverendo inventariante e o mano Custódio Soares de Camargo e a herdeira d. Maria Joaquina Soares de Camargo tiveram cada um em legítima da terça a quantia de 13\$750 cuja quantia se não foi satisfeita pela inventariada, e porisso agora também haverá tenção.

Que a escrava Tomázia, avaliada nestes autos a fls. 4 v. havia falecido (fls. 31).

Que a escrava Filipa, que foi dada à herdeira Maria Joaquina ao tempo da doação lhe pariu e caberia a quantia de 20\$000, cuja declaração fazia por bem do despacho retro do Juiz de Fora e Orfãos, dr. Estevão Ribeiro de

Rezende, isto a-fim-de fazer abatimento na quantia de 128\$000, preço por que foi dada a escrava Manoela. Esta escrava e sua filha somam 20\$000 (fls. 83 v.).

Em virtude do despacho proferido na petição de d. Maria Gertrudes Camargo, declarou o inventariante que as casas sitas na rua da Freira, que partem por um lado com casas dele inventariante e por outro lado com casas do Reverendo Fidells José de Moraes, que foram doadas pela inventariada testadora à dita herdeira sua filha, se devem carregar no acervo comum desta herança no preço e quantia por que foi legada de 300\$000 (fls. 85 v.).

#### REFORMA DE AVALIAÇÃO — pg. 81 v.

Uma escrava crioula, Florência, com 23 anos, avaliada por 80\$000.

Uma escrava crioula, Silvéria, com 53 anos, avaliada por 16\$000.

Requerimento (fls. 83) — Snr. Juiz de Orfãos. — Diz Custódio de Moraes (sic) Camargo, filho herdeiro da falecida d. Marta Maria de Camargo, de quem é inventariante o Reverendo Fernando Lopes dos Santos Pereira como também a escrava Manuela com 10 produções em poder de d. Maria Joaquina. Nestes termos, P. a V.Mcé. seja servido mandar que o Reverendo Inventariante seja notificado para que dentro de 24 horas faça as ditas declarações a-fim-de se proceder à avaliação nos ditos escravos seguindo-se os termos da partilha com pena de se passar mandado de sequestro quando na mão do escrívão do referido termo.

E. R. M.

Foram opostos embargos pelo co-herdeiro Capitão Bento dos Santos Pereira, por seu advogado Dr. Manoel Joaquim de Orneias, à notificação para vir declarar os nomes dos filhos da escrava Lucrécia, dada em dote pela sua sogra e inventariada. Assim foram excluídos da colação os escravos Antônio e Vicência, filhos de Lucrécia, nascidos antes do falecimento da inventariada (não sem contestação do herdeiro Custódio Soares de Camargo, por seu advogado Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro), por sentença do Juiz Ordinário Guarda-Mor Vicente Ferreira de Oliveira, por impedimento de molestia do Trienal Dr. Francisco José de São Paulo Peixoto, confirmada pelo Juiz de Fora Dr. Estevam Ribeiro de Rezende, interpretando a letra e o espírito da Orden. Livro 4.º T. 97 e do Direlto Substidário L. 19, Cod. de Collationib.

#### CARTAS PRECATÓRIAS

1) — Ao Juizo de Orfãos de São Carlos (Campinas) — 29 de julho de 1811 — 1.º de agosto de 1811, Juiz Trienal Felipe Neri Teixeira, para efeito da avaliação da escrava Manoela e de sua filha Felipa, em poder de Joaquim José dos Santos, neto da inventariada, avaliando-se apenas Felipa por 100\$000, pois Manoela já era falecida, sendo avaliadores: Miguel Ribeiro de Camargo e Alexandre Bueno da Silva.

2) — Ao Juiz de Orfãos Trienal de Itú, Tenente Elias Antonio Pacheco, recebida aos 2 de setembro de 1809 e devolvida aos 30 de setembro de 1809, para efeito de tomar declarações do co-herdeiro Vicente Ferreira do Amaral a respeito dos bens dotais recebidos da sua sogra D. Marta Maria de Camargo.

3) — Ao Juiz de Orfãos de Itú, Capitão Felipe de Campos (15 de julho

1811) para avaliação dos escravos em poder do co-herdeiro Vicente Ferreira do Amaral, a saber: Lourenço (avaliado em 25\$600), Paulina, que fora vendida por 19 éguas, estas ao preço de 2\$500 cada uma, vindo a importar a quantia de 48\$640.

“Que por ocasião do casamento dele, co-herdeiro (Vicente Ferreira do Amaral) com a herdeira sua mulher, haverá 40 anos, mais ou menos, recebeu daquele monte um casal de escravos a saber: Lourenço, já velho de 30 anos pouco mais ou menos, que pouco tempo serviu a ele respondente, pois faleceu de um estupor. A escrava Paulina, mulher daquele dito Lourenço, era de menor idade e lhe havia dito o falecido Muito Reverendo Salvador de Camargo Lima, que esta escrava tinha então a mesma idade de sua irmã a dita inventariada: a qual escrava ele dito co-herdeiro havia levado à Vila de Curitiba e lá a vendera por 19 éguas sem preço. Este dito casal de escravos lhe foram dados, como já disse, sem preço. O mais isto é roupas e algumas espécies de ouro e prata, declarou ele dito co-herdeiro, que se conforma com a declaração feita pela inventariada sua sogra em seu testamento. Enquanto um escravo rapaz de nome Marcos, que da mesma casa obteve ele dito co-herdeiro, lhe havia a mesma inventariada sua sogra dado em pagamento de 4 dobras, que (illegível) em seu poder, de diádiva que havia feito a madrinha de batismo da dita herdeira mulher dele co-herdeiro a dita sua afillhada, que a mesma sua sogra havia gasto e oferecia em pagamento delas uma rapariga, e ele co-herdeiro quis antes o dito rapaz. E isto foi ao depois de ele já casado.”

#### ORÇAMENTO

Monte Mor: 2:835\$597 Terça: 926:115

Monte Menor: 2:778\$347

Legítima materna: 421\$134. Disposições testamentárias: 656\$000. Remanescentes da terça: 207\$810. Composição da legítima paterna: 135750 (Sítio Potunovera).

1) Pagamento à herdeira Maria Joaquina Soares de Camargo, na quantia de 476\$446.

Haverá para seu pagamento:

Parte de 114\$000 que tem no monte o herdeiro levantado, Bento dos Santos Pereira (Cap.) na importância de 32\$800.

Parte de 114\$000, que tem d. Ana Maria Cardoso, a quantia de 22\$813 2/5.

Dinheiro em seu poder, pertencente ao monte, a quantia de 400\$000.

Parte dos 800\$000 que o Revdo. Invt. declarou dever a este ao monte, a quantia de 2:800\$33.

Soma tudo 476\$446.

#### JUIZES QUE FUNCIONARAM NO INVENTÁRIO

- 1) — Dr. Estevam Ribeiro de Rezende, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Alteza Real, Juiz de Fora do Cível e Crime, Orfãos, Siza e Superintendente da Décima da Cidade de São Paulo e seu termo e na mesma Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas, Resíduos e Cativos. Procurador da Real Coroa e Fazenda.
- 2) — Dr. Francisco José de São Paulo Peixoto, Juiz de Orfãos Trienal, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Tenente-Coronel de Milícias.
- 3) — Capitão José da Cunha e Abreu, por ausência do Juiz Trienal, Dr. José de Aroucho de Toledo.
- 4) — Tenente-Coronel Francisco Alvares Ferreira, Juiz Ordinário no impedimento do n. 2.
- 5) — Vicente Ferreira de Oliveira, Guarda-Mor, Juiz Ordinário no impedimento do n. 2.

## ANEXO XVIII

## TESTAMENTO DEIXADO PELA FINADA MARTA MARIA DE CAMARGO

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este público instrumento virem que aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinco, nesta cidade de São Paulo, onde residio eu, Marta Maria de Camargo, estando de saúde em meu perfeito juizo, ignorando quando Deus será servido de chamar-me e desejando desembaraçar-me para a eternidade, faço este meu testamento da maneira seguinte. Encomendo minha alma à Santíssima Trindade que a criou e a meu Senhor Jesus Cristo de dizer a recebê-la e dar-me pelos infinitos merecimentos de seu Paião e Mãe, intercessão de minha Senhora Maria Santíssima, do Anjo da minha guarda, da Santa de meu nome, de todos os Santos da corte do céu, aos quais invoco a rogarem por mim nesta vida, quando minha alma sair deste corpo, e como cristão protesto viver e morrer na fé de meu Senhor Jesus Cristo e sua Igreja, e assim espeto salvar minha alma. Rogo em primeiro lugar a meu filho, o Padre Fernando Lopes de Camargo, em segundo a minha filha, Maria Gertrudes Soares de Camargo, e em terceiro a minha filha Maria Joaquina Soares de Camargo, por serviço de Deus sejam meus testamenteiros. Sou natural da freguesia de Nossa Senhora do Monte Serrate da Cotia, filha legítima do falecido Capitão Fernando Lopes de Camargo, Dona Maria de Lima, e viúva que fiquei de meu marido o Capitão Inácio Soares de Medeiros, de cujo matrimônio tivemos os acima nomeados testamenteiros e os três filhos e outros três seguintes, Custódio Soares de Camargo, Brígida Soares de Camargo, casada com Vicente Ferreira de Amaral e Senhorinha Francisca de Camargo, hoje falecida, casada com o Capitão Bento dos Santos Pereira, na freguesia de Cotia, e de seus filhos, os quais meus netos, e todos os mais meus filhos acima nomeados são os meus legítimos herdeiros, e como tais os nomeio e reconheço e os instituo filhos. Cadaver envolto no habito dos religiosos de São Francisco, quero seja sepultado na minha Ordem Terceira de São Francisco, nesta cidade onde moro e penso falecer, acompanhado sem maior solenidade pelo meu Reverendo Senhor Cura e alguns capelões, pela minha Ordem Terceira, ou depositado sem acompanhamento na Igreja referida dos religiosos da minha Ordem, e depois encomendado solenemente, com officio de corpo presente, porém tudo ao arbitrio de meus testamenteiros, que farão o que for possível e permitir o estado e tempo em que eu falecer, e da mesma sorte, se eu morrer em outro lugar fora desta cidade, se fará o meu enterramento como puder ser a arbitrio de meus testamenteiros. Quero assim e determino que no dia do meu falecimento ou enterramento, ou seguinte dia, sendo nesta cidade, meus testamenteiros façam logo dizer vinte missas de corpo presente, que serão distribuidas na forma do costume, e se falecer noutra parte, se farão dizer as vinte missas até o sétimo dia, depois do meu enterramento. Presentemente tenho em ser os seguintes bens: — o escravo Maria, viúva — Silvana — Hortênsia — Rita — Tomázia — alguma roupa de meu uso e dinheiro que me tocou de herança da minha falecida filha Ana Maria de Camargo, casada que foi com o sargento-mor Antonio Ferraz Pacheco, hoje sacerdote, que andou por cinco mil e tantos cruzados, como há de constar da declaração do mesmo reverendo Senhor Ferraz, o qual toda a dita herança assim mais dinheiro produzido dos escravos Pascoal e Apolinário; cujo dinheiro

recebido, tanto da herança como dos escravos, tenho posto em mão e guarda de meu filho o padre Fernando Lopes de Camargo, e dele vou gastando no meu necessário e no que me foi preciso satisfazer, para o que em meu falecimento dará o meu filho, como confio na sua notória fidelidade, o que restar das minhas despesas e gastos, para o que, aliás, para os quais appliquei como foi mister; assim mais umas patacas, penso trinta e dois mil réis, que mandei dar, e emprestei a minha nora Ana Maria, e uma conta, que também me deve o capitão Bento dos Santos Pereira, meu genro; o que ele declarar e meus filhos souberem; de tudo darão contas ao inventário; assim mais o sítio de Piragerú, ou terras dele, em que mora meu filho Custódio Soares; tenho enfim disposto por parte de minha terça as casas nesta cidade, e a escrava Manoela, com filha Filipa, de idade de um mês, como farei declaração disto na disposição de minha terça; como também da quantia pouco mais ou menos de duzentos mil réis e que já dispus, e dispor parte de minha terça. Tenho entregado a meus filhos a herança paterna e penso nada lhes devo; e também a todas minhas filhas vesti e lhes dei algum ornato de ouro, e prata, como meia dúzia de colheres e garfos, o que também fiz a meu filho, o Padre Fernando, do que se não pode fazer conta, e se houver alguma dívida nisto ou prejuizo em algumas delas entre si fraternalmente se compaunham e se constar dever alguma coisa tanto a meus filhos como estranhos, não haja a menor dúvida em se satisfazer; dei em conta das suas legítimas por minha parte os bens seguintes: a meu filho Custódio Soares, as casas da Freguezia da Cotia por preço de setenta e seis mil e oitocentos — o escravo Elessbão, no preço de cento e dois mil e quatrocentos — o que tudo soma 189\$800. Mais como o mesmo meu filho não teve as 6 colheres e garfos de prata, se descontará neste importe 16\$000 e portanto se lançará de sua parte a quantia de 173\$800. A minha filha Maria Gertrudes, quando casou as escravas Francisca, mulata alta e Aurea, mulata pequena. A minha filha Brígida quando casou, os escravos Lourenço e Paula. A minha filha hoje falecida Senhorinha, quando casou, os escravos Manuel Minas, Gertrudes mulata, Lucrécia, mulata, Manuel, filho da mesma, e dei mais depois a escrava Jacinta, que se acha casada com um escravo da casa dita. **Disposição da terça:** Segundo a descrição, regulando-se a minha terça na importância de 700\$000, quando menos, passo a dispor dela na forma seguinte: Meus testamenteiros farão logo dizer em sufrágio da minha alma, uma capela de missas, que são cincoenta, mais 3 em favor da Paixão de meu Senhor Jesus Cristo, 3 em louvor da Conceição da Virgem Maria minha Senhora, 3 em louvor do anjo da minha guarda, 3 da santa do meu nome, 3 em louvor de São Francisco, 3 em louvor de minha Senhora das Dores e 3 em louvor de Santana, que todas são 21, mais uma Capela de Missas que são 50 pelas almas de meus pais, filhos falecidos e marido, irmãos; mais enfim 29 missas pelas almas de meus escravos falecidos, e as almas que forem de minha obrigação. Deixo na minha terça a minha filha Gertrudes Soares de Camargo a morada de casas nesta cidade, como o chão immediato e quintais onde ella tem feito outras casas no valor de 300\$000, preço pelo qual há mais de vinte anos lhas tinha vendido, de que passei escritura, tendo recebido esse valor, que então tinha para eu pagar as minhas dívidas e para alimento de minha casa; como pois a venda de mãe e filha é nula e me sobreveio a herança, determinei a meu filho, o Padre Fernando, restituísse a ella os 300\$000, e no mesmo valor deixo na minha terça a ella 100\$000, que ficará em si, e 100\$000, que dará a minha filha Brígida Soares de Campos, aliás, de Camargo, 50\$000 que dará a meu filho Custódio Soares de Camargo, e, finalmente 50\$000 aos meus netos João, Manuel e Inácio, filhos de meu genro o capitão Bento dos Santos Pereira, e assim ficará com as referidas casas, dando estes 200\$000 aos referidos, aos quais deixo da minha terça a quantia consignada. Deixo na minha terça a

minha filha Maria Joaquina Soares de Camargo, a escrava Manuela, com uma filha Felipa, na idade de um mês, no valor de 128\$000, preço razoado e que podia ter quando lhe entreguel e lhe dei para casar com o seu escravo Cosmo; na dúvida de poder dar ou não assim esta escrava com filha pequena, recebi em troca a escrava Catarina que depois aceitei por ela 102\$400 que deu o marido Apolinário pela sua alforria e portanto determinei a meu filho o padre Fernando que restituia do dinheiro meu da herança os mesmos 102\$400, ficando a ela a dita escrava no valor dito em minha terça; a saber 50\$000, ficando assim 48\$000 dando para as 3 capelas de missas que determinei acima. 30\$000 dando a meu filho o Padre Fernando Lopes de Camargo, satisfazendo assim estas duas quantias, ficará com inteiro domínio da dita escrava na minha terça, esta minha filha, me assistiu alguns anos com dinheiro seu próprio para o meu alimento e gasto da casa, na quantia quando menos de 8 dobras, o que porem nisso não fala e se deu por satisfeita com a deixa dita da escrava, caso haja alguma dúvida e opposição a esta minha última vontade a esse respeito, meus testamenteiros satisfarão esta quantia a qual estou responsável de 102\$400 com os 200\$000 que tenho distribuido, como já apontei, a saber: a meu neto padre Inácio de Assunção Feijó, no valor do mulatinho José 25\$600, a minha neta Ana, filha de meu genro Vicente Ferreira do Amaral, uma mulatinha que valeria o mesmo, a minha neta Francisca, filha de meu genro Capitão Bento dos Santos Pereira, outra mulatinha que valeria o mesmo, a meu neto Joaquim dos Santos, e outros vários em várias porções mais ou menos 46\$400, e enfim dois pobres estudantes 76\$800 (?) a minha disposição na terça em 628\$000 no que penso chegará, e caso não chegue se rateará igualmente as deixas a cada um de meus filhos. Por exemplo: ao que deixava cem, dando-se noventa, ao de cinquenta, quarenta, caso haja remanescente além do que tenho disposto se rateará igualmente entre todos os meus herdeiros acima declarados; e nesta forma hei por findo este meu testamento e declaração de minha última vontade, pedindo às justicas de Sua Alteza Real façam inteiramente cumprir, e se faltar algumas cláusulas em direito requeridas as hei aqui por expressadas e por não saber escrever, pedi ao Padre Vigário da Parnaíba, João Gonçalves Lima assim escrevesse por mim este meu testamento na forma que lhe declarei e ditei, o que assim tudo foi escrito, e a meu rogo assinasse nesta cidade de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 1805.

Aprovação: 22 de fevereiro de 1805.

Abertura: 10 de outubro de 1808.

## ANEXO XIX

## MAPA DA POPULAÇÃO DA VILA DE PARNAIBA (\*)

"N. 9 — João Gonçalves Lima, presbítero secular deste Bis-pado de São Paulo, natural da Vila de Curitiba ..	41 E B
João Lourenço, exposto, natural da Concelção de Guarulhos ..	10 E B

## Escravos

Pedro, crioulo ..	42 C N
Maria, mer. Banguela ..	25 C N
Gertrudes, crioula ..	8 S N
Domingos, crioulo ..	35 C N
Francisca, mer. ..	25 " P
Patricio ..	8 S P
Felciano ..	7 " "
Inácio ..	5 " "
Casimiro ..	3 " "

Vigário colado desta Igreja Matriz da Vila de Santana da Parnaíba tem de Cóngrua 200\$000, outra tanta quantia darão os reditos da Estola.

Na sua chácara fez trabalhar no fabrico da cal de pedra, que ali se descobriu; fez 404 alq. que se transportou para a cidade e se gastou na terra a preço de 240 rs. a condução para a Cid. pagar-se a 120 rs. cada alq.

Manou animais vacum 2. Faltam nesta lista com a do ano antecedente: Antonio Teixeira Marques, seu sobrinho, natural da Vila de Curitiba, que se acha nos Estudos da Cidade de São Paulo — Diogo Antonio Feijó, natural da Cidade, que hoje se acha na Vila de São Carlos".

ANEXO XX

MAPAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO CARLOS (Campinas) (\*)

Ano 1805 — Maço n. 115, fls. 4

O Rdo. Diogo Ant.º Feijó, nal. da cidade de São

Paulo .....	22 E B
Modesto, agr. ....	16 S P
Agost.º, escr.º .....	13 S N

Observação.

Vive de Signar gramática

Idem, maço n. 115, fls. 3

Ano 1806

O Rdo. Diogo Ant.º Feijó nal. da Cide .....	23 E B
Observ. Vive de esmolas	

Idem, maço n. 115, fls. 5 verso

Ano 1807

O Rdo. Subdiácono Diogo Ant.º Feijó nal. da	
Cide. ....	24 E B
Escr.º	
Agostinho .....	15 S N
Observ. Vive de esmolas.	

Idem, maço n. 115 — fls. 3

Ano 1809

O Rdo. Pe. Diogo Ant.º Feijó nal. da Cide. ....	27 E B
---	--------

(\*) Existente no Departamento do Arquivo do Estado.

(\*) Existentes no Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo.

## Escravos

Cosme	52 S
Manoela	43 S
Agostinho	20 S
Maria	21 S
Felipa	25 S
Generoso	14 S
Felipe	12 S
João	8 S
Luiz	3 S
Efigênia	40 S
Cândido	17 S
Benedito	3 S

Observ. Vive de suas ordens. Planta mantimentos para sua sustentação.

Idem, maço n. 115, fls. 3 verso

Ano 1810

O R. Diogo Antonio Feijó nal. da Cde. de S. Paulo ..... 27 S

## Escravos

Cosme	50 S
Efigênia	40 S
Cândido	15 S
Agostinho	20 S
Generoso	13 S
Felipe	2 S
João Paulo	7 S
Luiz	3 S
Benedito	3 S
Maria	22 S
Felipa	21 S
Observações	Vive de seus bens

Lavrador colheu  
Milho alq. 50  
Feijão alq. 15

Idem, maço n. 115, fls. 3

Ano 1811

O R. Diogo Antonio Feijó natural de S. Paulo ..... 28 S

## Esc.os

Cosme	54 V P
Efigênia	40 S P
Cândido	19 S P
Agostinho	22 S N
Generoso	13 S N
Felipe	11 S N

João Paulo	7 S N
Luiz	4 S N
Benedito	4 S N
Maria	24 S N
Felipa	26 S N
Observ. Vive de suas ordens.	

Idem, maço n. 115, fls. 2

Ano 1812

Pe. Diogo Antonio Feijó nal. de S. Paulo ..... 29 E B

## Escravos

Agostinho	21 S N
Cosme	50 V N
Efigênia	40 S P
Maria	22 S N
Felipa	26 S N
Cândido	18 S P
Generoso	15 S N
Felipe	13 S N
Luiz	5 S N
João	8 S N
Benedito	4 S P
Observ. Lavrador — Colheu mantimentos pa. seu gasto.	

Idem, 1813:

O Rdo. Diogo Ant.º Feijó natal. da Cide. .... 30 S B

## Escravos

Cosme	50 V P
Agostinho	20 S N
Cândido	16 S P
Generoso	15 S N
Felipe	10 S N
João	6 " N
Luiz	5 " N
Hilário	7 " P
Efigenia	36 S P
Ma.	24 S N
Felipa	27 S N

## Agregados

Hilário	29 C P
Mereciana	25 C P

Agricultor — Planta pa. sustentação de s. casa.

Idem, 1814:

12 O Revdo. Diogo Antonio Feijó nal. de S. Paulo ..... 31 S B

## Escravos

Cosme	61	V P
Agostinho	21	"
Cândido	19	"
Generoso	16	S
Felipe	11	"
João	7	"
Luiz	6	"
Hilário	8	"
Efigênia	36	"
Ma.	25	"

## Agregados

Hilário	30	C P
Mereciana	26	"

Agricultor. Planta mantimentos para s. casa.

## Idem, maço n. 116

Ano 1816

12 O Revdo. Diogo Ant <sup>o</sup> Feijó, nal. de São Paulo	33	S P
---	----	-----

## Escravos

Cosme	50	V P
Agostinho	23	S N
Benedito	7	"
Balduino	15	" P
Efigênia	37	"
Cândido	19	" N
Generoso	18	"
Felipe	13	"
Luiz	8	"
João	7	"
Ilária	8	"
Ma.	27	"
Felipa	30	"

## Aggs.

João	25	" P
Teobaldo	15	"

Sr. de Engenho  
Sua safra anda:  
Branco — infra  
Redondo — "  
Mascavo — infra  
Mantimentos para seu gasto e agoarde. exigida para os lavradores.

## Idem, maço n. 116

Ano 1817

14 O Rdo. Diogo Ant <sup>o</sup> Feijó, nal. da Cide.	34	S B
---	----	-----

## Escravos

Cosme	54	V P
Agostinho	24	S N
Cândido	20	" P
Generoso	19	" N
Felipe	14	"
Luiz	9	"
João	10	"
Ilário	9	"
Benedito	9	" P
Balduino	16	"
Efigênia	38	"
Maria	28	" N
Felipa	31	"

## Aggs.

João	16	" P
Teobaldo	14	" N

Snr. de Engenho. Sua safra anda por

200 ar.  
B. 160  
R. 30  
M. 10

Canadas de agoarde.	50
Alq. de mo.	100
Dos. de feijam	40
dos. de arroz	30
para gasto de sua casa.	

## Idem, maço n. 116

1818

O Revdo. Diogo Ant <sup>o</sup> Feijó, nal. da Cide.	35	S B
--	----	-----

## Escravos

Agostinho	25	S N
Cândido	21	" P
Generoso	19	" N
Felipe	16	"
Luiz	10	"
João	11	"
Flávio	10	"
Maria	29	"
Felipa	32	"
Eduardo	19	"
Eustáquio	18	"
Eusébio	17	"
Evaristo	16	S N
Balduino	17	" P
Benedito	8	"

Apos.	
Cosme .....	58 V
Camilo .....	23 B
Manuel .....	28 "
João .....	17 "
Teobaldo .....	14 "

Senhor de Eng <sup>o</sup>	
Sua safra anda por .....	650
A. ....	550
R. ....	100
Agoardente cands. ....	80
Mantim <sup>o</sup> para seu gasto	

Idem, maço n. 116

Ano 1822

O Revdo. Diogo Ant. <sup>o</sup> Feijó .....	34 S B
Raimundo Alves dos Stos. Prado Leme, administrador e Alf. de Cavalaria de Milicia, n. de Jundiaí .....	36 C B
D. Maria Miquelina .....	24 C B
fls. ....	4 - B
Diogo .....	1 - B
Raimundo .....	7 - B
Maria .....	ms. 7 - B

Agregados

Camilo .....	31 S P
Josefa .....	40 S P

Escravos

Aleixo .....	20 S N
Anacleto .....	25 S N
Maria .....	35 S N
Flávia .....	15 S N
Eduardo .....	23 C N
Bernardina .....	18 C N
Evaristo .....	20 S N
Euzébio .....	21 S N
Eustáquio .....	22 S N
Agostinho .....	33 S N
Generoso .....	28 S N
Felipe .....	26 S N
João .....	17 S N
Luiz .....	14 S N
Flávio .....	16 S N
Benedito .....	12 S P
Cândido .....	27 S P
Balduíno .....	24 S P
Felipa .....	37 S N
Umbelina .....	30 S N
Tomé .....	18 S N

Sr. de Eng<sup>o</sup> Rendeu sua safra 500 ar.

B .....	220
R .....	240
M .....	40

Aguardente 100 canadas Milho e feijão para o gasto de Casa.

Idem, maço n. 116

Ano 1822

14 O Rmo. Diogo Antonio Feijó nat. de S. Paulo .....	34 E B
Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, Administrador, e Alferes de Cavalaria e Milicia, nat. de Jundiaí .....	36 C B
D. Maria Miquelina .....	24 C B

Filhos

Diogo .....	4 S B
Raimundo .....	1 " "
Maria .....	7 " "

Agregados

Camillo .....	31 S P
Josefa .....	40 S P

Escravos

Aleixo .....	20 S N
Anacleto .....	25 S N
Maria .....	35 S N
Flávia .....	15 S N
Eduardo .....	23 C N
Bernardina .....	18 C N
Evaristo .....	20 V N
Euzébio .....	21 S N
Eustáquio .....	22 S N
Agostinho .....	23 S N
Generoso .....	28 S N
Felipe .....	26 S N
João .....	17 S N
Luiz .....	14 S N
Ilário .....	16 S N
Benedito .....	12 S P
Cândido .....	27 S P
Balduíno .....	24 S P
Felipa .....	37 S N
Umbelina .....	30 S N
Tomé .....	18 S N

Sr. de Eng<sup>o</sup> Rendeu a sua safra 500 a.

B. ....	220
R. ....	240
Aguardente .....	100 canadas

Milho e feijão, inda senão colhe dito, pa. gasto de Casa.



## ANEXO XXI

### SÍTIO EM CAMPINAS DO PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

De acordo com os mapas de recenseamento de São Carlos (anexo XX), hoje Campinas, reunimos aqui alguns elementos referentes à escravatura e à produção do sítio "N. S. das Dores" do Padre Diogo Antônio Feijó (\*).

Nos anos de 1805, 1807, 1809 a 1814, e 1816, é nula a estatística de produção, mencionando-se, apenas, em 1810, 50 alqueires de milho e 15 de feijão. A escravatura é assim distribuída: 1805, um agregado e um escravo; 1807, um escravo; 1809, doze escravos; 1810 a 1813, onze escravos, com dois agregados em 1813; 1814 dois agregados e dez escravos; 1816 e 1817, dois agregados e treze escravos; 1818, cinco agregados e quinze escravos, e, finalmente, em 1822, dois agregados e vinte e um escravos.

A produção começa de 1817 em diante. Nesse ano, a produção é a seguinte: açúcar branco, redondo, mascavo: 200 arrobas; aguardente: 50 canadas; milho, feijão e arroz, 100, 40 e 30 alqueires, respectivamente. Em 1818, produz 650 arrobas de açúcar branco e redondo e 80 canadas de aguardente; 1822, a fabricação de açúcar branco, mascavo e redondo é de 500 arrobas, elevando-se a 100 o número de canadas de aguardente.

Em 1822, tinha como administrador Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, alferes de Cavalaria, natural de Jundiá, casado com d. Maria Mi-quilina, e tinha, também, os filhos deste casal, Diogo, Raimundo e Maria, todos menores.

Do Livro da Secretaria da Província de São Paulo, 1841-1842, existente no Departamento do Arquivo do Estado, extralimos o seguinte ofício endereçado ao Senador Feijó:

"Para o Senador Feijó — Ilmo. e Exmo. Sr. — Informado dos patrióticos esforços que V. Excia. tem feito para melhorar a agricultura desta Prova, lembrei-me de enviar-lhe uma lata que esta acompanha uma porção de semente de lucerna, cuja cultura parece dever ser muito interessante, e bem assim a nota inclusa que oferece algumas instruções sobre o modo de preparar a terra para esta planta, e o tempo de colhê-la. Estou certo de que V. Excia. não poupará seus esforços para colher algumas observações sobre a vantagem da cultura desta planta, e que terá a bondade de comunicar-me para eu transmiti-las à Sociedade auxiliadora da Indústria Nacional. Prevaleço-me desta ocasião para renovar a V. Excia. os meus cor-

(\*) O sítio que depois foi chamado S. Pedro, pertenceu em ordem sucessiva aos proprietários seguintes: Joaquim José dos Santos e seu filho Pedro José dos Santos, capitão Eliseu Leite de Barros, Pedro Américo de Camargo Andrade e a Américo Ferreira de Camargo, seu atual proprietário (1943).

alia: protestos de alta consideração e da mais sincera estima. Deus guarde a V. Excia. Palácio do Governo de São Paulo, 16 de novembro de 1841. Miguel de Souza Melo e Alvim".  
 Mercê da gentileza do Sr. João Batista de Campos Aguiar, damos em seguida a relação dos livros do 1.º Tabelionato de São Paulo, com referências às escrituras de alforrias concedidas pelo Pe. Diogo Antônio Feijó: Eustáquio e Antonina, livro 39, fls. 126; Euzébio e Querubina, livro 39, fls. 127; Generoso e Gertrudes, livro 39, fls. 138; João e Teresa, livro 38, fls. 54; Luiz e Manuela, livro 39, fls. 130.

No arquivo do mesmo cartório, constam as outorgas de procurações de d. Maria Justina de Camargo ao Pe. Diogo Antônio Feijó: livro 36, fls. 40; livro 43, fls. 23 e livro 40, fls. 139.

## ANEXO XXII

CARTA DO DR. JOAQUIM DE PAULA SOUZA AO DR. RICARDO (\*)

Ilmo. Sr. Dr. Ricardo G. Daunt.

São Paulo, 18-2-1882.

Vou recorrer aos seus conhecimentos, fiado em seus estudos, e na bondade com que me trata.

É o caso que estou em grande dúvida com o Sr. Dr. Couto de Magalhães, que afirma que pelos traços de retrato, e energia que o distinguia, o considera mestiço de índio, enquanto eu o julgo branco. É verdade que só pelo lado da mãe posso afirmar, pois sei ser puro sangue espanhol, pelas informações do Padre José Galvão, D. Ana Galvão, Sra. Belem, de Itú, que sabem perfeitamente. Mas é possível que sendo filho natural, em algum tempo paterno tenha sangue de índio. O argumento da energia, que é o que distinguiu Pombal preto da Arco Verde, e do Duque de Saldanha, (neto de Pombal) é um argumento forte; mas também D. Ana Galvão me fez notar que tendo os pasquins do tempo dito contra Feijó tudo que era possível, nunca se lembraram de o dizer mestiço, tendo aliás escrito que era atirado em latrina, que os cueiros eram da plebe, etc. etc.

Somos tão incuriosos que sobre um homem de nossos tempos, e dos mais importantes, nem se sabe a geração. Sei que os olhos eram azuis; a opinião o diz branco. O Sr. Dr. Ricardo me pode esclarecer, naquelas contos que não for reservado, só a saber se podia ou não ter entre os avós um índio, que o Dr. Couto afirma que a conformação do rosto e cabeça é de índio.

Eu, entendo não ser pecha ter entre os avós um pouco de sangue índio, que entende muito melhor que o africano. A nossa classe inferior, em grande parte formada com sangue índio, tem qualidades nobres: não mata para roubar, não atura uma palavra má; não é bêbado.

Até há pouco um camarada sabia que o patrão levava contos de réis e defendia-lhe a vida com sua vida. Gardner diz que ao desembarcar em Liverpool, viu mais bêbados em um dia do que em 5 anos de viagens pelo Brasil. Hoje não está tanto assim; mas ainda tem seriedade, ainda leva o dinheiro a Santos, etc. Sem desvario, a que breve com tanto italianos, nada se pode fazer, atacando eles mesmos nas ruas.

Porisso nem que mestiço seja, perde ele o prestígio que goza, pelo que me peço informar-me.

Tendo agora um quitute intelectual, a obra de Pedro Taques, encadernada em separado, formando dois grossos volumes. Se o Sr. Dr. Ricardo quiser lê-lo com vagar eu poderei levar-lhe quando for, pedindo não em-

\*) Do arquivo particular do A.

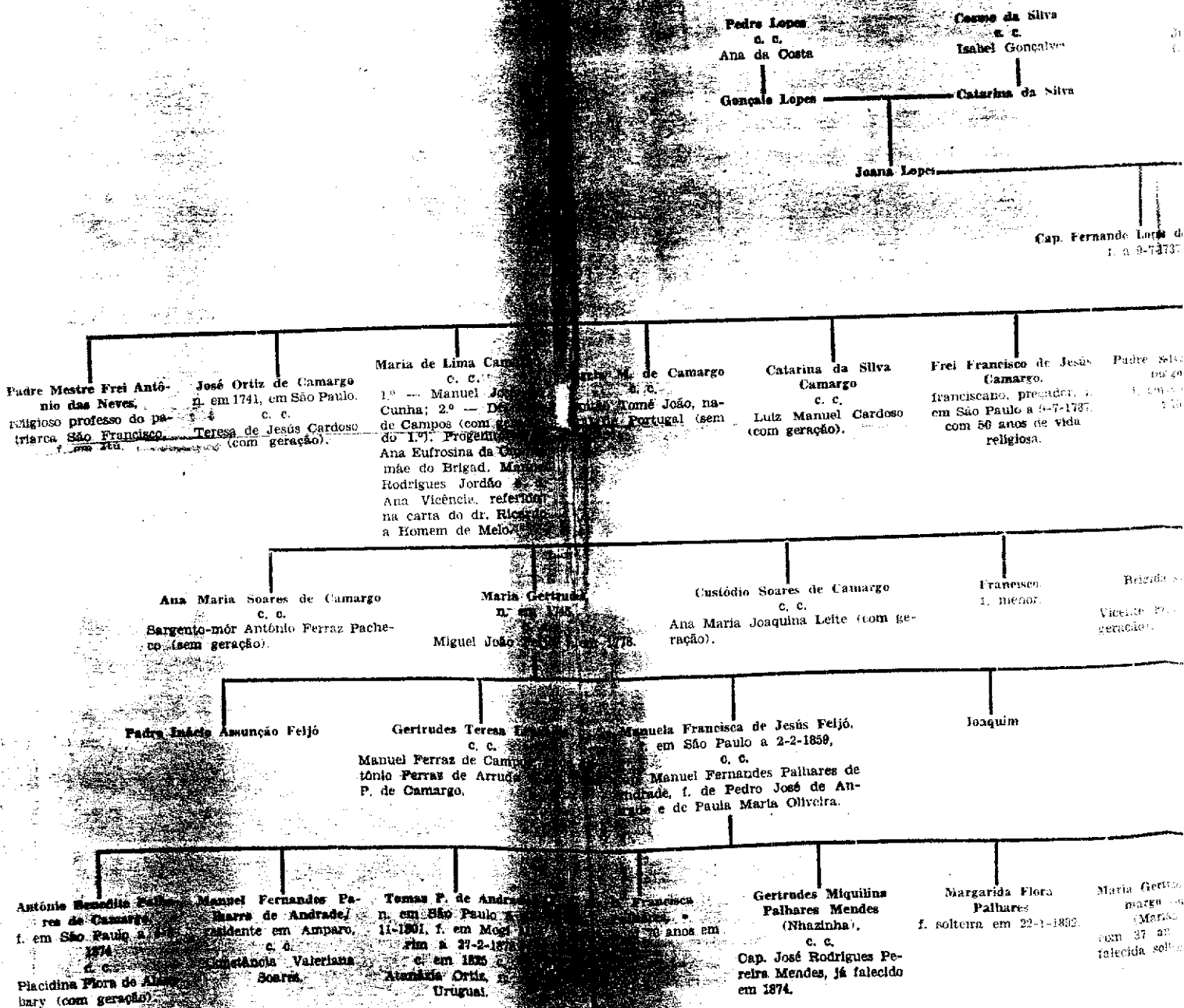
preste, que faço nele grande cabedal. Acho que alguns capítulos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme foram extraviados, pois sobre Rodrigues Lemes me parece que tem lacunas.

Não me alongo mais para não enfiá-lo; mas espero me relevará neste pedir-lhe informação sobre um ponto histórico, muito importante no futuro.

Sou com toda consideração e respeito. — Ato. Veror. Amo. Colega —  
a Dr. Joaquim de Paula Souza.

# Árvore genealógica mostrando a família e o parentesco do Padre Diogo Antônio Feijó com os troncos paulistas

Os volumes 1.º, 2.º, 3.º, 6.º e respectivos  
Títulos, são da "Genealogia Paulista de Silva Leme"



## ANEXO XXIV

### VIAGEM A SÃO PAULO 1868. OUTUBRO (\*)

Inácio Marcondes Homem de Melo

Em Campinas, tive ocasião de fazer conhecimento com o sr. tenente-coronel Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, amigo que foi, de íntimo trato, do finado Padre Diogo Antônio Feijó. Era este primo-irmão do sogro do sr. Uriel, Joaquim José dos Santos Camargo.

Aqui copio a nota que, sobre a vida de Feijó, escreveu, a meu pedido, o sr. Uriel:

"Feijó foi criado e educado na Parnaíba pelo padre João Gonçalves Lima, seu padrinho.

Quando este virtuoso sacerdote foi de vigário para Guaratinguetá, Feijó o acompanhou. De lá voltaram ambos para Parnaíba, onde Feijó permaneceu até ordenar-se presbítero. Dali veio para Campinas, onde morou, exercendo as funções de seu ministério, e ensinando latim, francês, história e geografia.

Pregou no funeral de d. Maria I, e nas festividades pela aclamação de el-rei d. João VI.

Em Campinas, residia em sua pequena chácara, que comprara com os seus escassos haveres.

Em 1821 seguiu para Portugal, como deputado por São Paulo.

De volta a esta província, vendeu a sua chacinha em Campinas, e mudou-se para Itú, onde formou um internato religioso, regido por estatutos por ele formulados; e aí dedicou-se ao ensino da filosofia, de que era lente por nomeação do reverendo diocesano.

Em Itú, comprou depois uma pequena chácara, em a qual se aplicou à cultura do chá e fabricação de telha para subsistir. Eleito deputado à legislação de 1826, pediu escusa do cargo por entender que não possuía a renda legal para poder ser reconhecido membro do parlamento.

Em Itú residiu até ser nomeado ministro da justiça, em 1831. Voltou então à província, e comprou na cidade de São Paulo a chácara da "Mooça", onde morou até 1835.

Havendo resignado a regência do império, foi em 1838 residir em Campinas, em um sítio de cana que, aí comprou, e no qual morou até rebentar a revolução de 1842.

Tendo tomado parte nesta, seguiu para Sorocaba com o fim de auxiliar o movimento. Aí foi preso e conduzido a São Paulo, de onde foi mandado, por Santos, para o Rio de Janeiro; aqui não lhe foi permitido desembarcar, sendo nas águas da baía transferido para outro navio, e nele deportado para a cidade da "Vitória", no Espírito Santo.

(\*) "Gazeta de Campinas", 17 de abril de 1873.

Assistiu à sessão do senado de 1843, e aí respondeu ao processo que lhe fora instaurado.

Voltando a São Paulo, aí faleceu.  
Campinas, 18 de outubro de 1866.

a) Querubim Ulriel Ribeiro de Camargo e Castro.\*

#### GAZETA DE CAMPINAS

24 de abril de 1873.

#### VIAGEM A SÃO PAULO 1868. OUTUBRO (\*)

Distingue-se em Itú, no largo do Patrocínio, em frente à igreja deste nome, um sobrado antigo, notável pelas tradições que a ele se ligam. Tem o sobrado três janelas de frente, sendo a porta de entrada por uma casa térrea, de que forma ele parte integrante.

Esta casa foi edificada pelo padre Jesuino do Monte Carmelo, e por sua morte passou a seu filho legítimo o padre Elias do Monte Carmelo. O padre Jesuino, antes de tomar ordens sacras, fora casado; e desse casamento houvera vários filhos, que pela maior parte seguiram a vida eclesiástica.

Nesta casa morou, logo que voltou de Portugal, o padre Diogo Antônio Feijó, conjuntamente com o referido padre Elias, o padre Manuel da Silveira e o padre Antônio Joaquim de Melo, formando um internato eclesiástico, e dedicando-se o mesmo padre Feijó ao ensino da filosofia.

(\*) "Gazeta de Campinas", de 24 de abril de 1873.

#### BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRÁFICA DO PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

##### FONTES ORIGINAIS (\*)

Litografia de Jjbutlery, in "Sketches of Residence and Travels in Brazil", Embracing Historical and Geographical Notices of the Empire and its Several provinces. By Daniel P. Kidder. In two volumes, with illustration vol. I. Philadelphia: Sorin & Ball, London: Wiley & Putnam, 1845. (Da biblioteca do historiador J. F. de Almeida Prado). Corresponde ao n.º 18.551 no Catálogo na Exposição Histórica organizada na Biblioteca Nacional em 1881 pelo Barão de Ramiz Galvão, in "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", v. IX 1881-1882. Gravura avulsa, formato grande, com o título "Galeria Contemporânea Brasileira", oficina de Heaton e Rensburg Lit. — por F. R. Moreau.

Litografia de S. A. Sisson Editor: Rua do Cano, 45. Meio corpo sentado, 24,5 x 31,5 cm. in "Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os contemporâneos)" Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na Política, Ciências e Letras, desde a guerra da Independência até os nossos dias. Copiados do natural e litografados por S. A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias. Publicada sob a proteção de Sua Magestade o Imperador. 2.º volume. Tip. Universal de Laemmert. Rua dos Inválidos, 61-B. Rio de Janeiro, 1859. (Obra existente na Biblioteca Municipal de São Paulo). Corresponde ao n.º 18.554 no Catálogo da Exposição Histórica organizada na Biblioteca Nacional em 1881, pelo Barão de Ramiz Galvão, in "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", vol. IX, 1881-1882.

##### REPRODUÇÕES CORRESPONDENTES

"História do Brasil" — Curso Superior. F. T. D.  
"História do Brasil" — Rocha Pombo. Edição Melhoramentos.  
"Diogo Antônio Feijó" — Otávio Tarquínio de Sousa. S. Paulo, 1942.  
"História de Minas Gerais" — Resumo Didático. Lúcio José dos Santos. Ed. Prop.: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1926.  
"Breves Lições de História do Brasil" — Creso Braga (da Academia Fluminense de Letras). Tip. Piratininga. Rua Brigadeiro Tobias, 16, São Paulo, 1922.  
"História de São Paulo" (Resumo Didático) — Rocha Pombo — 2.ª edição. Cia Melhoramentos de São Paulo, 1923.

"Enciclopédia Lelo Universal".  
"Enciclopédia Jackson".  
"Pequena História da Civilização Brasileira" — Pedro Calmon, 5.ª edição primária.  
"História de São Paulo" ensinada pela biografia. Tancredo do Amaral. Livraria Alves, 1895.  
"Caxias em São Paulo". A revolução de Sorocaba. E. Vilhena de Moraes, Rio, 1933. A effigie de Feijó corresponde ao n.º 2, tendo, porém, maior acentuação na musculatura facial.  
"Galeria de História Brasileira" 1500-1900. Ramiz Galvão.  
"A Pátria Brasileira" 1822-1922. A. R. Gomes de Castro.  
"Diogo Antônio Feijó" — Otávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, 1942.

(\*) Damos como "Fontes Originais", não só os trabalhos indiscutivelmente originais, como também outras gravuras ou reproduções por nós conhecidas como possivelmente as mais antigas.

2-a Litografia, meio corpo, sentado, 32 x 25 cm, que hoje se encontra na Biblioteca Nacional. Corresponde ao anterior de S. A. Sisson, em posição diferente para o braço direito, ostentando faixa e condecoração. No alto do retrato, o dístico "Os Contemporâneos"; em baixo, à direita, reprodução da assinatura de Diogo Antônio Feijó. Exemplar da Biblioteca Nacional.

2-b Tela a óleo, em busto, vendo-se pouco acima do ombro esquerdo a marca do pintor "R. A.", em monograma, e a data "907". Propriedade do Ministério das Relações Exteriores, figurando na respectiva sala dos Regentes. É de autoria de Amoedo, que o pintou sob encomenda do Barão do Rio Branco. Segundo informações e respectivas reproduções fotográficas que nos foram gentilmente fornecidas pelo dr. Gastão Ferrel de Almeida, o quadro é cópia de uma fotografia antiga da gravura de Sisson (n. 1), feita por Insley Pacheco, fotógrafo da Casa Imperial e Cavaleiro da Ordem de Cristo (de Portugal). Essa fotografia, que ainda hoje existe no Itamarati, como tendo sido do arquivo do Barão do Rio Branco, não reproduz totalmente a gravura de Sisson, mas apenas o busto com a parte inferior e ombros esfumados. No verso da fotografia vêem-se litografados os dizeres "Insley Pacheco - Pintor de Paisagens (separadas por um monograma "J. I. P.") — Fotógrafo da Casa Imperial — Cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal — Premiado com a medalha de 1.ª classe na Exposição Internacional do Porto e em outras Exposições — n. 102, Rua do Ouvidor n.º 102 — Rio de Janeiro". No centro encontram-se as reproduções das medalhas contornando as armas do Império e, ao alto, em dois escudos ovados, as armas acoladas da Princesa Imperial D. Isabel e do Príncipe consorte Gastão de Orleans, condes d'Eu, encimadas pela coroa imperial.

Retrato, de "Hércules Florence" — 1830. Reprodução fotográfica do original em poder da família do autor. Vide "A Litografia no Brasil", Estevam Leão Bourroul, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", vol. XIII, pg. 36.

"Diogo Antônio Feijó" — Otávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, 1942. Reprodução fotográfica existente no Museu Paulista.

Tela a óleo  
Propriedade do Museu Paulista, tendo pertencido, segundo informação do seu diretor, o historiador dr. Afonso d'Escragolle Taunay, à coleção do Coronel Joaquim Sertório, e que foi incorporada por doação do Cons.º Francisco de Paula Mayrinck, ao Museu do Estado em 23 de dezembro de 1890. Completando esta informação, diz-nos o sr. João Batista de Queiroz ser a tela a mesma que pertenceu, sucessivamente, a d. Maria Justina de Camargo, d. Margarida Flora Palhares e D. Antônia Soares de Queiroz, progenitora do informante, cujo marido, Bento Soares de Queiroz, cedera ou vendera a mesma ao Governo do Estado. Informa, ainda, que é tradição na família ter sido o trabalho executado por um estudante de direito, curioso em pintura. Segundo, ainda, Afonso de Freitas, a tela é de autoria do artista Prof. Jorge José Pinto Vedras (Rev. do Inst. Hist. de São Paulo, vol. XXIII (pg. 96), autor de painéis na antiga Igreja do Colégio, Convento da Luz (São Paulo Antigo — 1554 a 1910 — Antônio Egídio Martins, 1.º vol.).

"Feijó" — Osvaldo Orico, 1932.  
"Diogo Antônio Feijó" — Otávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, 1942.

Retrato a "gouche", de meio corpo, pintado em 1835, 8 x 8, sob moldura. Existente na Biblioteca Municipal de São Paulo, adquirido do dr. Tácito de Almeida.

"Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo" — vol. XXIII, pg. 31. 1925.  
"Diogo Antônio Feijó" — Otávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, 1942.  
"Feijó" — Osvaldo Orico — Rio de Janeiro, 1932.

Tela a óleo, 60 x 184 1/2 cm.  
Em baixo, a inscrição: "O Senador Diogo Antônio Feijó. Nasceu a 17 de agosto de 1784. Retratado a 20 de julho de 1842".

Pintor anônimo. Pertenceu ao Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (1818-1893), que o legou por disposição testamentária, em 18 de abril de 1893, à sua nora d. Clotilde, casada com seu segundo filho o Comendador Torlago O'Connor Paes de Camargo Dauntre, dizendo: "Deixo o retrato a óleo do Regente Padre Diogo Antônio Feijó (primo-irmão de meu sogro) à minha nora D. Clotilde". (Inventário 3.º Ofício da Família, São Paulo, 1893). Com esse procedimento, não seria de estranhar que o dr. Ricardo quisesse homenagear, na pessoa de sua nora, a filha do Comendador Querubim Ulriel Ribeiro de Camargo e Castro, amigo e compadre que era do Padre Diogo Antônio Feijó. Das mãos dessa sua parenta e tia é que veio às do autor deste trabalho, como presente, a preciosa tela, que tanto enriquece o seu pequeno patrimônio histórico de família.

"Diogo Antônio Feijó" — O autor anônimo, tem em baixo a inscrição: "Lith. S. A. Sisson. Rua do Cano, 45, Rio de Jano." a reprodução da assinatura "Diogo Antônio Feijó". Encontra-se na Biblioteca Nacional com a indicação do n.º 18.553 com que figurou na Exposição Histórica de 1881, sob a seguinte catalogação: "Diogo Antônio Feijó; em busto. Lith. por Anon. na off. de Sisson. S. d. (B. N.)". A mesma gravura, com as mesmas dimensões, figura na obra "Necrologia do Senador Diogo Antônio Feijó", de \*\*\* (Geraldo Leite Bastos), publicada pelo dr. A. J. de Melo Moraes, Rio de Janeiro, 1861. Exemplar da biblioteca do sr. J. F. de Almeida Prado. A litografia (n.º 8) é a mesma da citada obra, porém é curioso observar-se que o Catálogo da Exposição Histórica da Biblioteca Nacional, ao consigná-la, não faz referência alguma à incluída "Necrologia". Daí ser razoável supor-se que, existindo já litografada a gravura, Melo Moraes aproveitou-a para incluir naquela obra, tanto que o respectivo papel é diferente (mais grosso) do das folhas do livro.

7 Fotografia antiga de um retrato em busto, 86 x 54 m/m. Autor anônimo, s/d. Encontra-se na Biblioteca Nacional. A fotografia está colada sobre um cartão, no qual se encontra timbrada, em relevo, a inscrição "L. A. Boulanger".

7-a Retrato em busto, 62 x 45 m/m, dentro de um oval dourado. Encontra-se na Biblioteca Nacional. O retrato é colorido e tem o n.º 18.555, com o qual figurou na Exposição Histórica de 1881, com a seguinte indicação do respectivo catálogo: "O mesmo (Diogo Antônio Feijó); em busto, dentro de um oval. Phg. (colorida à mão) por Anon. S. d. (B. N.)".

Fotografia em busto. Autor anônimo, tem em baixo a inscrição: "Lith. S. A. Sisson. Rua do Cano, 45, Rio de Jano." a reprodução da assinatura "Diogo Antônio Feijó". Encontra-se na Biblioteca Nacional com a indicação do n.º 18.553 com que figurou na Exposição Histórica de 1881, sob a seguinte catalogação: "Diogo Antônio Feijó; em busto. Lith. por Anon. na off. de Sisson. S. d. (B. N.)". A mesma gravura, com as mesmas dimensões, figura na obra "Necrologia do Senador Diogo Antônio Feijó", de \*\*\* (Geraldo Leite Bastos), publicada pelo dr. A. J. de Melo Moraes, Rio de Janeiro, 1861. Exemplar da biblioteca do sr. J. F. de Almeida Prado. A litografia (n.º 8) é a mesma da citada obra, porém é curioso observar-se que o Catálogo da Exposição Histórica da Biblioteca Nacional, ao consigná-la, não faz referência alguma à incluída "Necrologia". Daí ser razoável supor-se que, existindo já litografada a gravura, Melo Moraes aproveitou-a para incluir naquela obra, tanto que o respectivo papel é diferente (mais grosso) do das folhas do livro.

Fotografia em busto, 115 x 140 m/m. Encontra-se na Biblioteca Nacional. Tem o n.º 18.550, sob o qual figurou na Exposição Histórica de 1881 com a seguinte indicação do respectivo catálogo: "O mesmo (Diogo Antônio Feijó); em busto. Lith. por L. A. Boulanger (B. N.)".

"História da Polícia do Rio de Janeiro" 1831-1870 — Melo Barreto Filho e Hermeto Lima. Rio de Janeiro, 1942.

"Apostilas de História do Brasil" Max Fleiuss. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1933.

"Renascença" — Revista mensal de letras, ciências e artes — abril 1907, Ano IV, n. 38, Rio de Janeiro, artigo "Diogo Antônio Feijó", por Teodoro Magalhães, Ed. proprietários: E. Bevilacqua e C. Rua do Ouvidor, 151. Diretores: Rodrigo Otávio e Henrique Bernardelli.



- 10 Litografia em busto, 222 x 182 m/m, recortada e colada sobre uma folha de cartolina. Encontra-se na Biblioteca Nacional, sendo a mesma que, sob n.º 18.549, figurou na Exposição Histórica de 1881, exposta pelo Barão Homem de Melo, com a seguinte inscrição: "Diogo Antônio Feijó, Bispo eleito de Mariana e Regente do Império do Brasil, em nome do Imperador o Sr. Dom Pedro II" e no Catálogo da Exposição está anotado ser uma "Lith. por V. Larée, segundo José Correa de Lima. 1836".
- 11 Retrato, em busto. litografia de Heaton e Rensburg (aos quais, em 28 de abril de 1851, foi concedido Alvará de Litógrafos, L.º 8º das mercês, fls. 150, segundo informação do sr. Roberto Thut, que obteve na Biblioteca Nacional, especialmente para este estudo, os retratos aqui sob ns. 2-a, 7.7-a, 8, 9 e 10), in "História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais — Cônego José Antônio Marinho — 2.º vl. Tip. de J. E. S. Cabral — Rua do Hospício, n. 66 — Rio de Janeiro. 1844. Exemplar do Museu Paulista.
- 12 Tela a óleo, retrato em meio corpo, de Oscar Pereira da Silva, 1919, que se encontra no Museu Paulista.
- 13 Retrato em zincogravura, in "A Revolução de 1842" — Martins de Andrade. Rio de Janeiro. 1942. Sem correspondente.
- "História do Brasil (Ilustração de Rocha Pombo — vol. VIII) — por: Benjamin de Aguiar do Carmo, 19 sob. Rio de Janeiro. Tip. da Empresa Literária e Litográfica — 178 — Rua de S. Pedro, 184 — Porto. S/d.
- "História Pátria" — O Brasil 1831 a 1840 — Dr. Moreira de Azevedo. L. Garnier, Livreiro e Editor. Rua do Ouvidor, 71, Rio. 1884.
- "História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais" — por: Cónego José Antônio Marinho. edição. Tip. Almeida, Rua Alameda, 9. Conselheiro Lafaiete. 1939.
- "Album Imperial" — Mensário gráfico Brasileiro. Diretor: Couto de Magalhães. Ano III, 2. pg. 1. São Paulo, 20 de fevereiro de 1908.
- "Dicionário Prático Ilustrado" — Ségurier — Rio de Janeiro.
- "Cronologia Paulista" — José Cinto Ribeiro. 2.º vol. São Paulo. 1901.
- "O Imperio Brasileiro" — 1822 — Oliveira Lima (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)
- Edit. Propr.: Cia Melhoramentos de São Paulo. 1927. (Retrato parcial, em busto).



N.º 1



N.º 2



N.º 2a



N.º 2-b

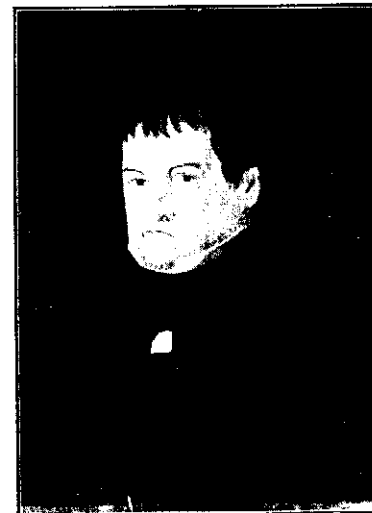
Retratos do Padre Feijó, das fontes originaes, com os respectivos números a que se refere o Anexo XXV.



N.º 2-b (fotogr. do N.º 2)



N.º 3

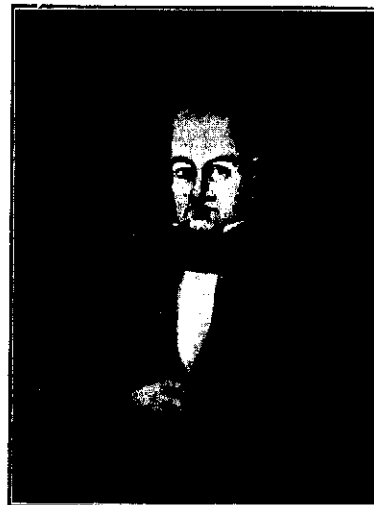


N.º 4

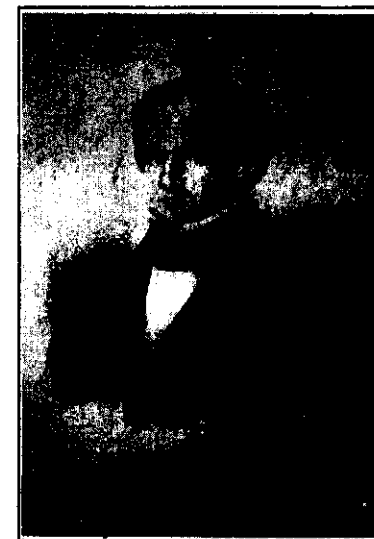


N.º 5

Retratos do Padre Feijó, das fontes originais, com os respectivos números a que se refere o Anexo XXV.



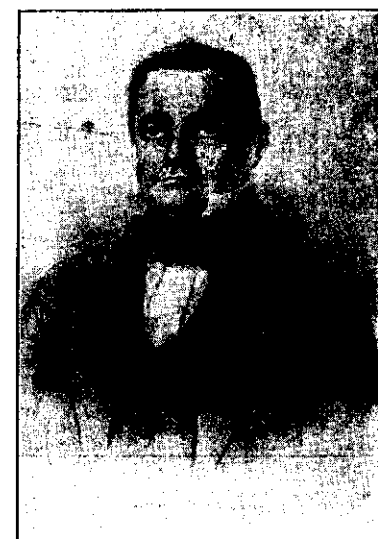
N.º 6



N.º 7 e 7-a



N.º 8



N.º 9

Retratos do Padre Feijó, das fontes originais, com os respectivos números a que se refere o Anexo XXV.



N.º 10



N.º 11



N.º 12



N.º 13

Retratos do Padre Feijó, das fontes originaes, com os respectivos  
números a que se refere o Anexo XXV.

## ANEXO XXVI

### LAUDOS ODONTO-LEGAIS

Estudo odonto-legal (Cranimetria, Prosopometria, Maxilometria, Mandibulometria, Odontometria), apresentado em 18 de maio de 1943.

Aos doze dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e três, os odonto-legalistas abaixo-assinados professor Luiz Silva, odonto-legalista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia de São Paulo e Chefe do Laboratório de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo; José Ramos de Oliveira Júnior e dr. Carmelino Scartezzini, assistentes de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo, incumbidos pelo exmo sr. dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que se achava devidamente autorizado por S. Excia. Revma. D. José Gaspar de Afonseca e Silva, dd. Arcebispo Metropolitano de São Paulo, realizaram um exame odonto-legal no crânio do padre Diogo Antônio Feijó e apresentam o seguinte

#### ESTUDO ODONTO-LEGAL

Os restos mortais do rev. padre Diogo Antônio Feijó acham-se depositados na Cripta da Catedral de São Paulo, em construção, no largo da Sé, nesta Capital, protegidos por uma armação de folhas de chumbo devidamente soldadas entre si e tudo encerrado em um ataúde que, além de fechado com parafusos, tinha as respectivas alças laterais ligadas entre si por uma fita.

Desamarrada a fita, pelo rev. cônego Paulo Rolim Loureiro, dd. chanceler do Arcebispado de São Paulo, foi o ataúde aberto e serrada a armação de chumbo, ficando expostos os restos mortais do rev. padre Diogo Antônio Feijó, até pouco abaixo dos ombros.

Retirado o crânio, notamos as seguintes particularidades: porção superior da caixa craniana serrada; grande quantidade de cabelos; supercílio direito e esquerdo ainda com pelos; sobre os ossos da face, em quase toda a extensão e como se fora tecido epidérmico, um pano fortemente aderido aos ossos; base do crânio e mandíbula com uma tonalidade de cor muito diversa da cor das demais regiões, não tendo sido possível determinar a razão dessa diferença de cores dada a impossibilidade de ser o crânio transportado para o laboratório odonto-legal e submetido às técnicas precoces; restos de meníngeas; caninos superiores direito e esquerdo com desgastes do 4.º grau nas respectivas faces palatinas; falta de todos os dentes superiores e, segundo os princípios odonto-legais, perdidos antes da morte; arcada dentária inferior apresentando o 1.º pré-molar direito em ablação axial distal e desgaste coronário do 3.º grau; canino direito com desgaste coronário do 3.º grau; incisivo lateral direito com desgaste coronário do 2.º grau, incisivo central direito, incisivo central esquerdo, incisivo lateral

esquerdo, com desgaste do 2.º grau, canto esquerdo com desgaste do 3.º grau, 1.º pré-molar esquerdo com desgaste do 3.º grau da face jugal e processo alveolar; um processo de alveolite na região correspondente ao 2.º grau molar inferior direito, o que significa, tenha esse dente sido perdido em alguma época anterior ao prazo de três meses antes da morte do rev. padre Antônio Feijó; falta dos demais dentes, grossos molares e segundos pré-molares inferiores, e, segundo os princípios odonto-legais, perdidos antes da morte. Não foi verificado nenhum sinal ou particularidade de dentes perdidos "post-mortem". A conservação geral do crânio é regular, pois vários ossos já se apresentam com certas porções destruídas. Os cabelos medem, em média, 110 (cento e dez) milímetros de comprimento, tendo sido retirada uma pequena porção para ulteriores estudos, em laboratório.

Depois de devidamente anotadas as particularidades acima descritas, procedemos à mensuração das diferentes regiões anatómicas, que, segundo as normas odonto-legais, foi efetuada tanto no crânio cefálico como no crânio facial. As medidas obtidas são as seguintes:

Diâmetro occipito-frontal	180 mm
Diâmetro da base do crânio	100 mm
Diâmetro biparietal	140 mm
Diâmetro bitemporal	145 mm
Diâmetro frontal-mínimo	99 mm
Diâmetro frontal máximo	120 mm
Diâmetro basióbregma	139 mm
Diâmetro occipito-mentoniano	235 mm

Com as medidas acima obtivemos os seguintes índices e classificações:

$$\text{Largura-comprimento} = \frac{145 \times 100}{180} = 80,55$$

Classificação correspondente ao índice 80,55:

- Braquicéfalo (segundo Sicher, Thurnann e outros),
- Sub-braquicéfalo (segundo Broca, Retzius, Topinard e outros),
- Mesocéfalo (segundo Frizzi),
- Braquicéfalo (segundo a Odontologia legal).

$$\text{Altura-comprimento} = \frac{139 \times 100}{180} = 77,22$$

Classificação correspondente ao índice 77,22: HIPSICEFALO.

$$\text{Altura-largura} = \frac{139 \times 100}{145} = 95,86$$

Classificação correspondente ao índice 95,86: METRIOCEFALO.

No crânio facial, as medidas são:

Diâmetro basiopróstico	90 mm
Diâmetro basionásio	100 mm
Diâmetro basióbregma	110 mm
Diâmetro frontal máximo	120 mm

Diâmetro frontal mínimo	99 mms.
Diâmetro bizigomático	127 mms.
Diâmetro médio da face	88 mms.
Altura da face	110 mms.
Altura facial superior	60 mms.
Altura alveolar	12 mms.
Largura máxilo-alveolar	47 mms.
Comprimento máxilo-alveolar	56 mms.
Largura palatina	39 mms.
Comprimento palatino	43 mms.
Altura palatina	13 mms.
Diâmetro intercondíleo	83 mms.
Largura angular da mandíbula	107 mms.
Largura anterior da mandíbula	44,5 mms.
Altura do mento	30 mms.
Altura do ramo mandibular direito	63 mms.
Altura do ramo mandibular esquerdo	61 mms.
Largura do ramo mandibular direito	26 mms.
Largura do ramo mandibular esquerdo	26 mms.
Altura da órbita direita	35 mms.
Altura da órbita esquerda	35 mms.
Largura da órbita direita	38 mms.
Largura da órbita esquerda	40 mms.
Diâmetro interorbitário anterior	96 mms.
Largura nasal	25 mms.
Comprimento nasal	55 mms.

Com as medidas acima obtivemos os seguintes índices e classificações:

$$\text{Facial} = \frac{110 \times 100}{127} = 86,61$$

Classificação correspondente ao índice 86,61: MESOPRÓSOPO.

$$\text{Facial superior} = \frac{60 \times 100}{127} = 47,24$$

Classificação correspondente ao índice 47,24: EURIENO.

$$\text{Jugofrontal} = \frac{99 \times 100}{127} = 77,95$$

$$\text{Jugozigomático} = \frac{107 \times 100}{127} = 84,25$$

Para o curso do contorno facial, a orientação seguida pela Odontologia legal, e isso por ser a mais exata, é proporcionada pelas relações entre a separação de um a outro arco zigomático e o diâmetro frontal mínimo, ainda, a separação entre os arcos zigomáticos comparada ao diâmetro angular mandibular. Segundo a magnitude das dimensões transversais em diferentes alturas, a face tem um contorno mais quadrado ou mais afilado na sua porção inferior. Para estas relações, os índices jugofrontal e jugozigomático proporcionam a mais exata orientação (Sicher). Para o presente caso, temos:

índice jugofrontal	=	77,95
índice supraalveolar	=	84,25
Frontal —		
	$\frac{92 \times 100}{120}$	= 76,66
Classificação correspondente ao índice 82,50: ESPEROMETÓPICO		
Máxilo-alveolar —		
	$\frac{47 \times 100}{56}$	= 83,92
Classificação correspondente ao índice 83,92: DOLICOURANO		
Palatino —		
	$\frac{39 \times 100}{43}$	= 90,69
Classificação correspondente ao índice 90,69: BRAQUIESTAFILINO		
Altura palatina —		
	$\frac{13 \times 100}{39}$	= 33,33
Classificação correspondente ao índice 33,33: ORTOESTAFILINO		
Gnato —		
	$\frac{99 \times 100}{100}$	= 99,00
Classificação correspondente ao índice 90,00: ORTOGNATA		
Orbitário —		
Direito:		
	$\frac{35 \times 100}{38}$	= 92,10
Esquerdo:		
	$\frac{35 \times 100}{40}$	= 87,50
Classificação correspondente aos índices 92,10 e 87,50: HIPSICONCO		
Nasal —		
	$\frac{25 \times 100}{55}$	= 45,45

Classificação correspondente ao índice 45,45: LEPTORRINO.  
 Não podemos deixar de fazer certas considerações a respeito da aparência prognata apresentada não só pelo crânio como, também, pelos tratos e quadros a óleo, por nós examinados, do rev. padre Diogo Antônio Feijó. Assim é que, ao procedermos ao exame do crânio aqui estudado, um ilustre professor de medicina-legal, que assistia entre outros convidados ao exame odonto-legal, externou sua respeitável impressão, também,

do prognata o rev. padre Antônio Feijó. Esta impressão parece unânime e até mesmo os odonto-legistas, que o presente estudo subscrevem, dela escaparam até que as medidas, o paralelograma intermaxilar de Valma e outros estudos fossem feitos.  
 Assim, para evitar possíveis discussões e enganos, originados por uma falsa aparência, daremos a seguir, os motivos da falsa apresentação prognata do rev. padre Diogo Antônio Feijó. Diremos:  
 A exagerada atrofia dos bordos alveolares superiores direito e esquerdo, arcadas superior e inferior, assim como a também exagerada atrofia do alveolar anterior superior, correspondente aos dentes incisivos laterais direito e esquerdo e incisivos centrais direito e esquerdo, devidamente associadas pelos odonto-legistas que o presente estudo subscrevem, indicam que os dentes foram perdidos em época bem remota ou melhor, em data bem distante ao tempo da morte do rev. padre Diogo Antônio Feijó.  
 Na mandíbula, com exceção do 2.º grosso molar direito e que pelo estado atual da região óssea correspondente, indica tratar-se de um dente que seria atacado por uma odontólise do 4.º grau e que fora perdido em época bem remota, a atrofia apresentada nas regiões alveolares dos dentes desaparecidos, é, como ficou dito, bastante exagerada também, mas, de acordo com certas particularidades descritas pela Odontologia-legal, podemos afirmar que a perda dos dentes inferiores, embora tenha se verificado mais tarde do que os dentes superiores, não transcorreu, entre a perda dos dentes superiores e dos inferiores, um lapso de tempo muito distanciado.  
 Com tais particularidades, o rev. padre Diogo Antônio Feijó era, então, obrigado a exercer o ato mastigatório apenas com a ajuda dos caninos superiores, únicos dentes restantes na arcada dentária superior. O esforço de mastigação, assim por largo tempo concentrado em dois caninos apenas, terminou um desgaste profundo, 4.º grau, na face palatina daqueles dentes, e um desgaste do 3.º grau para os dentes inferiores. Evidentemente, os dentes inferiores seriam menos atacados, pois o esforço mastigatório dividia-se entre os dentes 1.º pré-molar, canino e incisivo lateral direitos e esquerdos, quando dos movimentos próprios da mandíbula no ato da mastigação.  
 Embora dividido o esforço mastigatório, ainda assim os dentes inferiores escaparam à ação traumatizante, tanto que, além dos desgastes apontados, os pré-molares apresentam alterações patológicas de etiologia exclusivamente mecânica, sem dúvida ligada à ação mecânica da trituração, da mastigação.  
 Os caninos superiores estão, por sua vez, projetados para fora, marcando a oclusão pronunciada do tipo Enarmosis, característica essa que não permite, sequer, admitir-se a possibilidade de um prognatismo.  
 Procedido ao exame odonto-legal na oclusão acima determinada, para maior e indispensável exatidão ficar, em definitivo, classificada a oclusão dentária do rev. padre Diogo Antônio Feijó, os odonto-legistas que o presente estudo subscrevem, concluíram por uma Dis-di-enarmosis de características congênita e adquirida, sendo a verdadeira classificação uma Dis-enarmosis. Do exposto, vemos que o rev. padre Diogo Antônio Feijó possuía, realmente, por determinação congênita, o tipo de oclusão Enarmosis na classificação Dis-enarmosis e que, pelo esforço da mastigação concentrada nas regiões correspondentes aos dois caninos superiores, passou para uma Dis-di-enarmosis, da classificação de Iszlav.  
 Outra particularidade digna de menção é a que diz respeito à demasiada abertura do ângulo mandibular. Assim, tanto para o lado direito como

para o lado esquerdo, os ângulos obtidos marcam: lado direito, 128° e esquerdo, 124°.

Para esta particularidade, foram feitas certas interpretações do mesmo, com aplicados estudos odontológicos baseados na "Lei da Horizontalidade" que determina: "O ângulo mandibular do recém-nascido é muito maior do que o ângulo mandibular, o verdadeiro retorno, capaz de conferir a esse ângulo mandibular do indivíduo senil, a proporção que a atrofia óssea se pronuncia, cada vez mais aumenta o ângulo mandibular, até que ele se apresenta com uma angulatura aproximada da mandíbula do recém-nascido".

"Não poucos são os motivos", diz um de nós (Tratado de Odontologia Legal — Luiz Silva), "que responsabilizam a perda dos dentes como o principal capital da atrofia mandibular e subsequente retorno do ângulo à sua primitiva apresentação. As nossas observações, porém, autorizam-nos a afirmar que, se a perda dos dentes influe, até certo ponto, num aumento de abertura do ângulo mandibular, o verdadeiro retorno, capaz de conferir a esse ângulo um número de graus aproximado dos graus apresentados pela angulatura mandibular do recém-nascido, tem sua causa mais decisiva na senilidade".

A afirmativa acima encontra, na atualidade, apoio unânime na opinião dos modernos odonto-legistas.

Também foi devidamente considerada a "Lei do Paralelismo Alveolar", cujo desaparecimento dá à fisionomia expressões morfológicas as mais variadas, desde o aparente opistognatismo até o aparente prognatismo.

Segundo o estudo da mandíbula e da oclusão, não podíamos deixar de fazer apreciação a atrofia dos maxilares em relação à idade. Assim é que, devidamente informados pelo ilustre historiador dr. Ricardo Gumbleton Dias sobre a idade com que falecera o rev. padre Diogo Antônio Feijó, 59 (quenta e nove) anos 1784-1843), a atrofia apresentada pelo crânio em exame não pode ser considerada, segundo a cronologia estabelecida pela odontologia legal, como resultante da senilidade. Foram, por isso, aplicados os métodos odontométricos, maxilométricos e mandibulométricos, assim como rigorosamente apreciadas as relações da linha condilo-mentoniana em projeção, os buracos mentonianos, a relação do bordo alveolar com os buracos mentonianos e outros estudos, considerados, por indispensáveis, os trabalhos de Valderrama, Dehierre e Pravaz.

Com estas observações e outras de natureza complementar, concluiu-se ser exagerada a abertura do ângulo mandibular, que é perfeitamente justificada pela descompensação mecânica do ato mastigatório e, considerando-se a presença de uma franca assimetria facial, explicada fica a diferença de graus encontrada entre os ângulos mandibulares direito (128°) e esquerdo (124°) do crânio em exame.

Com a descrição acima e mais inúmeras outras observações feitas e a orientação das normas odontológicas, concluiu-se que o prognatismo apresentado pelas fotografias e quadros a óleo e pelo próprio crânio do rev. padre Diogo Antônio Feijó, todo esse material por nós devidamente examinado e estudado, é inteiramente aparente, porque inexistente, sendo apenas uma consequência da falta dos dentes já apontados linhas acima, falta que favorecia maior amplitude funcional da articulação temporomandibular e, sendo assim, permitia fosse a mandíbula projetada exageradamente para além da sua posição normal determinada pelo tipo ortognato. Por sua vez, a projeção para fora da mandíbula deu origem a uma oclusão do tipo Dis-di-enarrosis, que se contrapõe inteiramente à oclusão típica do prognatismo, pois, para o prognatismo, o tipo clássico e indiscutível está enquadrado na Efarmosis, ou um dos seus subtipos: Di-efarmosis, Dis-efarmosis ou Dis-di-efarmosis.



s marcam: lado direito (128°)

na crânio, apresentando

nao, capaz de conferir a

ão que a atrofia óssea se pro

bulular, até que ele se apresen

ula do recém-nascido

in de nós (Tratado de Odontol

am a perda dos dentes, com

ente retorno do ângulo a sua

es, porem, autorizam-nos a

erto ponto, num aumento de

rno, capaz de conferir a esse

graus apresentados pela angul

causa mais decisiva na senil

ualidade, apoio unânime na op

a a "Lei do Paralelismo Alve

expressões morfológicas as ma

até a aparente prognatismo

apresentando, desde a

lação a idade. Assim, é que

dor dr. Ricardo Gumbelton

padre Diogo Antônio Feijó, 59

apresentada pelo crânio em

ologia estabelecida pela odont

ram, por isso, aplicados os m

bulométricos, assim como rig

ondilo-mentoniana em projeçã

do alveolar com os buracos re

por indispensáveis, os trabalh

natureza complementar, conclui

andibular, que é perfeitamente

lo ato masticatório e, considera

a facial, explicada fica a dife

andibulares direito (128°) e esq

peras outras observações feitas

onclue-se que o prognatismo

óleo e pelo próprio crânio de

aterial por nós devidamente

te, porque inexistente, sendo ap

apontados linhas acima, falta

da articulação têmporo-mandib

andíbula projetada exageradam

erminada pelo tipo ortognata.

andíbula deu origem a uma oclusão

e intrinsecamente à oclusão típica

tipo clássico e indiscutível está

subtipos: Di-efarmosis, Dis-efarme

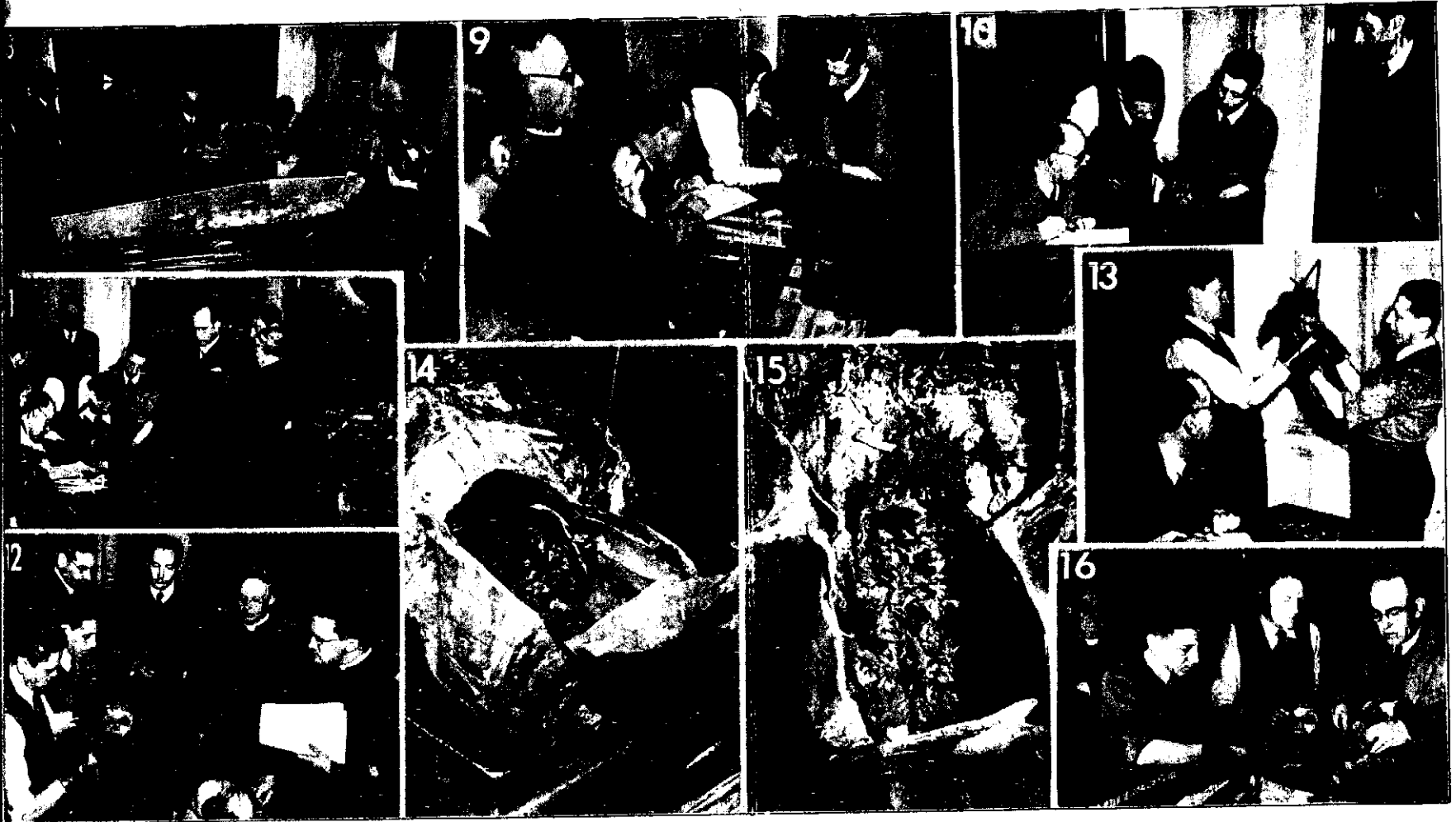


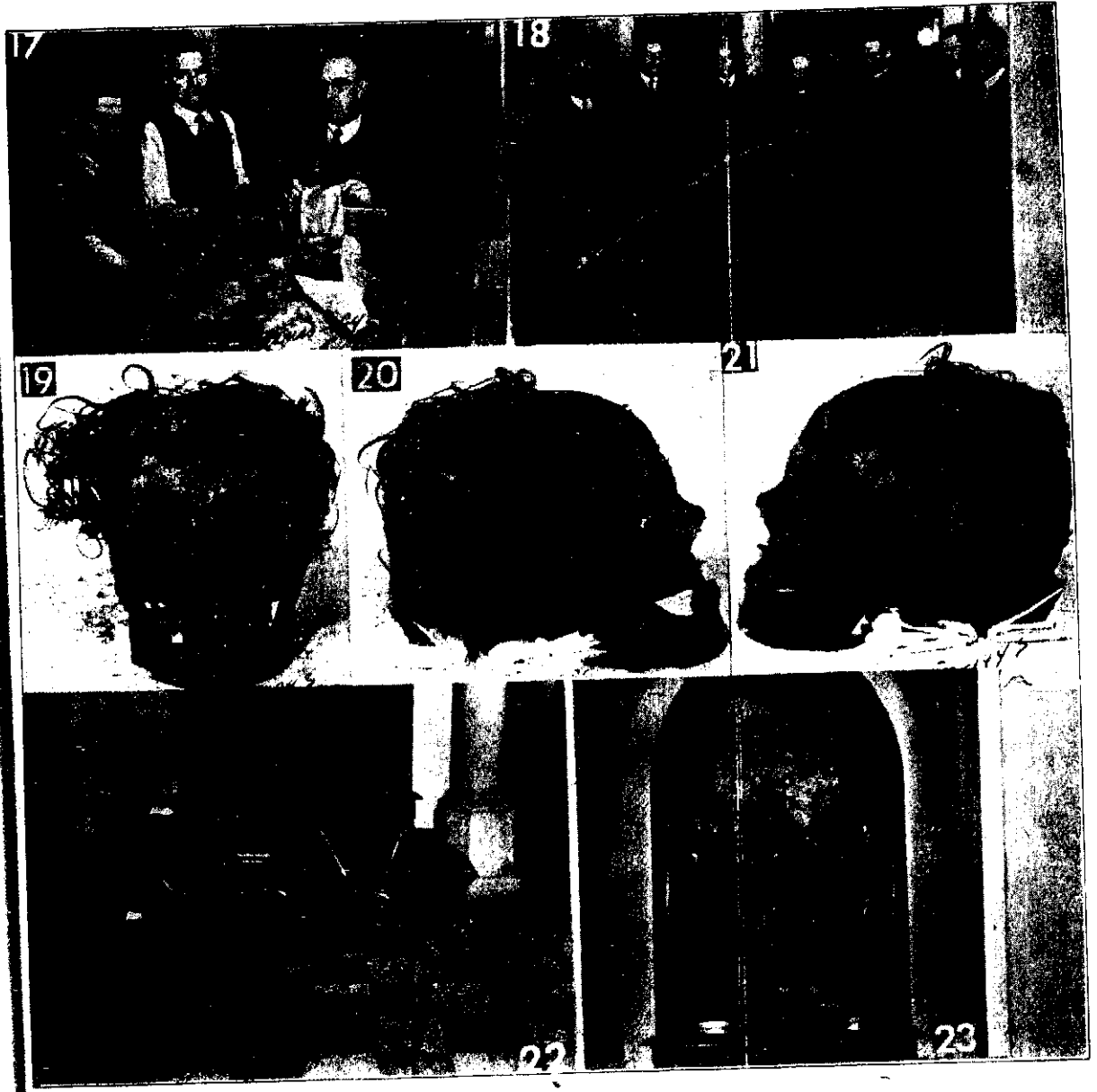
2

3

5

6





Sendo, pois, possível o cerramento mais pronunciado, e mesmo exageradamente pronunciado, da boca, pelas razões expostas explicada fica, no âmbito odonto-legal, o motivo pelo qual é o rev. padre Diogo Antônio Feijó, apresentado, em fotografias e quadros a óleo, como prognata.

Terminadas as considerações acima, em torno do falso prognatismo do rev. padre Diogo Antônio Feijó, mais uma vez declaramos ser Ortognata a sua verdadeira classificação gnata.

O presente estudo odonto-legal vai acompanhado da necessária documentação, que é formada de 23 fotografias executadas, sob a assistência dos odonto-legistas que este estudo subscrevem, pelo sr. Aristódemo Beccherini, do Laboratório de Fotografia Especializada do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia de São Paulo.

As fotografias documentam:

- Fotografia n.º 1 — Ataude do rev. padre Diogo Antônio Feijó, depositado na Cripta da Catedral de São Paulo, em construção no Largo da Sé, nesta Capital;
- Fotografia n.º 2 — Dr. Arnaldo Amado Ferreira, dd. representante da Universidade de São Paulo; odonto-legista dr. Carmelino Scartezzini; historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt; odonto-legista prof. Luiz Silva e odonto-legista dr. José Ramos de Oliveira Júnior, vistos, a partir da esquerda, ao lado do ataude do rev. padre Diogo Antônio Feijó, na Cripta da Catedral;
- Fotografia n.º 3 — Abertura do ataude do rev. padre Diogo Antônio Feijó;
- Fotografia n.º 4 — O ataude já aberto e tendo em volta, a partir da direita: revmo. cônego Paulo Rolim Loureiro, chanceler do Arcebispado de São Paulo; revmo. monsenhor dr. João Batista Martins Ladeira, dd. presidente do Cabido Metropolitano; historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt; odonto-legista dr. José Ramos de Oliveira Júnior; odonto-legista dr. Carmelino Scartezzini; odonto-legista prof. Luiz Silva; prof. dr. Ernesto Leme, dd. representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; dr. Arnaldo Amado Ferreira; dois operários das obras da Catedral.
- Fotografia n.º 5 — A armação de chumbo que protege os restos mortais do rev. padre Diogo Antônio Feijó;
- Fotografia n.º 6 — Começo da abertura da armação de chumbo;
- Fotografia n.º 7 — O prof. Luiz Silva retirando o crânio do rev. padre Diogo Antônio Feijó;
- Fotografia n.º 8 — O prof. Luiz Silva e os drs. Carmelino Scartezzini e José Ramos de Oliveira Júnior em trabalho de observação das particularidades;
- Fotografia n.º 9 — Prof. Luiz Silva, dr. Carmelino Scartezzini e dr. José Ramos de Oliveira Júnior em trabalho de observação e anotação das particularidades;
- Fotografia n.º 10 — Prof. Luiz Silva e dr. Scartezzini nos trabalhos de mensuração e o dr. José Ramos de Oliveira Júnior, no de anotação;
- Fotografia n.º 11 — Outra fase de descrição feita para a fotografia n.º 10;
- Fotografia n.º 12 — Outra fase da descrição feita para a fotografia n.º 10;
- Fotografia n.º 13 — Outra fase da descrição feita para a fotografia n.º 10;
- Fotografia n.º 14 — Armação de chumbo aberta e não contendo mais o crânio;

Antes, porém, da apresentação do exame feito, julgamos imprescindível apresentar que tais estudos não poderão ir além das considerações científicas que serviram de base para novos trabalhos, da escultura, pinacura, etc., para que seja o padre Diogo Antônio Felijo apresentado sob um plano de identidade física.

Sendo a Prosopometria e a Prosopografia capítulos exclusivos da Odontologia legal, os odonto-legalistas têm, sem dúvida, elementos seguros, porque científicos, para uma apreciação relativamente exata da morfologia cranio-facial.

No presente estudo, as fotografias apresentadas constituem, sem dúvida magnífica fonte informativa, que de muito auxiliará a apreciação dos caracteres morfológicos das diferentes regiões anatómicas.

Os retratos aqui observados, embora muito diferentes entre si, ainda assim apresentam determinadas harmonias de certas regiões anatómicas.

Locke afirmou que a identidade física do indivíduo não se pode colocar no que a supõe. Como, então, estabelecer a exata morfologia de um nariz, por exemplo, se os tecidos cartilaginosos laterais, sesamóides, septal, malolares, desaparecerem destruídos pela morte?

Se o retrato asseguraria um resultado satisfatório.

O tecido muscular, por sua vez, também deverá ser levado em conta, assim como o tecido gorduroso, exigências essas que, ao lado de outras, bem aplicam o valor dos retratos apresentados.

"A face humana", diz um de nós (Luiz Silva — "A Fragilidade das Provas Genéticas da Filiação a Luz da Odontologia-Legal"), "cit. de Gal-jei, "Anatomia", é máquina complicada, cujas peças se congregam em dois grupos independentes: uma porção sincraniana (maxilar) e outra porção lacraniana (mandibular). O maxilar, como a mandíbula, podem estar afetados de anomalias de forma, devidas a causas constitucionais, seja por hereditariedade ou por aquisição, capazes de perturbar o harmônico conjunto facial".

Logo, as anomalias dentárias, maxilares, dento-mandibulares, etc., podem determinar profundas alterações da expressão morfológica facial, assim como certas particularidades das arcadas dentárias, que se apresentam com des-tos dos tipos normais, simulando uma anomalia qualquer, também agredem o conjunto facial em sua normal apresentação morfológica. Esta última condição foi, pelos odonto-legalistas abaixo assinados, encontrada no crânio do padre Diogo Antônio Felijo, podendo ser apontada, sem dúvida, como a razão para a diversidade morfológica da expressão fisionômica dos retratos aqui estudados.

Conforme o nosso primeiro laudo já apresentado (Estudo Odonto-legal Mandibulométrico, Maxilométrico, Mandibulométrico e Odontométrico), a classificação gnata do padre Diogo Antônio Felijo engadra-se à ortognatia, enquanto que os retratos ora examinados apresentam, em sua maioria, nitida expressão prognata.

Citando, mais uma vez, "A Fragilidade das Provas Genéticas da Filiação a Luz da Odontologia legal" — Luiz Silva —, "A Odontologia legal, considerada umas tantas causas capazes de modificar em regiões anatómicas afetadas, tais como as anomalias dentárias alterando a morfologia do rosto, etc., dispensa um cuidado especial a certas anomalias e a certas morfologias". Assim sendo, foram devidamente aplicados os planos da simetria e da odonometria, conjugados com os da prosopometria, para que fossem cientificamente eliminadas as dúvidas existentes.

Na impossibilidade de registarmos todas as cautelas tomadas, pois trata-voluntar de muito o presente exórdio, diremos, entretanto, que as indaga-

Fotografia n.º 15 — Armazém de chumbo aberta até um pouco além do ombro, sendo-se no seu interior os restos mortais de vestes sacerdotais do rev. padre Diogo Antônio Felijo.

Fotografia n.º 16 — Da direita para a esquerda: no primeiro plano o padre Diogo Antônio Felijo, o odonto-legalista dr. Carmelino Scazzini, o odonto-legalista prof. Luiz Silva e o odonto-legalista dr. José Ramos de Oliveira Junior, recolocando o crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo, dentro do armazém de chumbo.

Fotografia n.º 17 — O crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo recolhido dentro do armazém de chumbo.

Fotografia n.º 18 — Entrada, pelos odonto-legalistas, do crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo, vendê-se, a partir da esquerda, o odonto-legalista dr. Carmelino Scazzini, o odonto-legalista dr. José Ramos de Oliveira Junior, dr. Arnaldo Amador de Ferreira, historiador dr. Ricardo Gumbelton Dauri, rev. monsenhor dr. João Batista Martins Ladeira, rev. monsenhor dr. João Paulo Rolim Loureiro, prof. dr. Ernesto Leizaola.

Fotografia n.º 19 — Crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo, norma frontal.

Fotografia n.º 20 — Crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo, norma lateral direita.

Fotografia n.º 21 — Crânio do rev. padre Diogo Antônio Felijo, norma lateral esquerda.

Fotografia n.º 22 — Ataque do rev. padre Diogo Antônio Felijo, na Catedral de São Paulo, em construção no Largo da Catedral de São Paulo.

Fotografia n.º 23 — Tumulto do rev. padre Diogo Antônio Felijo, na Catedral de São Paulo, em construção no Largo da Catedral de São Paulo.

Se, nesta Capital, o presente estudo odonto-legal, dactilografado em 15 (quinze) folhas deste papel, vai acompanhado de 23 (vinte e três) fotografias, tirando-se devidamente consentada por este original, tudo rubricado pelos odonto-legalistas que abaixo subscrevem

São Paulo, 18 de maio de 1943.

Relator: Prof. Luiz Silva

Jose Ramos de Oliveira Junior

Carmelino Scazzini

2.º Estudo Odonto-Legal Prosopográfico, apresentado em 30 junho-1943.

EXAME COMPARATIVO ENTRE O CRÂNIO DO PADRE DIOGO ANTONIO FELIJO E SETE RETRATOS DO MESMO SACERDOTE

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e três, eu, o odonto-legalista abaixo assinado, prof. Luiz Silva, odonto-legalista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia de São Paulo e do Instituto de Odontologia legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo, dr. José Ramos de Oliveira Junior e dr. Carmelino Scazzini, respectivamente 1.º e 2.º assistentes de Odontologia legal da referida Escola de Polícia, incumbidos pelo historiador dr. Ricardo Gumbelton Dauri, procedi a um exame comparativo entre o crânio e sete (7) retratos do padre Diogo Antônio Felijo, sob os métodos comparativos, prosopométricos e prosopográficos, da Odontologia legal, aqui descritos.

ções prosopegráficas a serviço da restauração morfológica do conjunto cranio-facial têm os seus limites devidamente marcados pela própria Odontologia-legal. Assim é que, em rigor, a Odontologia-legal sempre, exclusivamente, determinar, com possível exatidão, todos os caracteres capazes de influir na expressão fisionômica e, sem jamais intervir na parte artística, apresentar os elementos científicos considerados úteis, para que a arte consiga por meios o mais exato possível, exprimir a verdade morfológica.

Expostos, em linhas gerais, os limites da Odontologia-legal em trabalhos desta natureza, descreveremos, a seguir, o

**ESTUDO CRÂNIO-PROSOPEGRÁFICO DO PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ**

Em o nosso "Estudo odontológico — craniométrico, prosopométrico, maxilométrico, mandibulométrico e odontométrico — procedido no crânio do padre Diogo Antônio Feijó, apresentamos os seguintes índices e classificações:

Altura-comprimento	77,22	(hipsicéfalo);
Largura-comprimento	80,55	(braquicéfalo);
Altura-largura	95,86	(metricocéfalo);
Facial	86,61	(mesoprosopo);
Facial superior	47,24	(eurieno);
Jugofrontal	77,95	
Jugozigomático	84,25	
Frontal	82,50	(cefalometópico);
Maxilo-alveolar	83,92	(dollicourano);
Palatino	90,69	(bráquiestafilino);
Altura palatina	33,33	(ortostafilino);
Gnato	95,00	(ortognata);
Orbitário direito	92,10	(hipsiconco);
Orbitário esquerdo	87,50	(hipsiconco);
Nasal	45,45	(leptorrino);
Angulo mandibular direito	128°	
Angulo mandibular esquerdo	124°	

Oclusão dentária — tipo enarmosis na subclassificação dis-enarmosis, por determinação congênita, alterada para uma dis-di-enarmosis, da classificação de Iszlay, mareante, simultaneamente, às características congênita e adquirida.

Com os dados acima e mais as medidas por nós obtidas, conseguimos todos os elementos precisos para o estudo da morfologia crânio-facial do padre Diogo Antônio Feijó, comparada aos retratos apresentados.

Na fotografia do crânio do padre Diogo Antônio Feijó, norma lateral direita, seguido o perfil de acordo com a projeção sagital, comparativamente às projeções de algumas das fotografias apresentadas, traçamos o perfil, contornamos as diferentes regiões anatômicas, justificando, com este trabalho, a apresentação prognata comum a certo número dos retratos em estudo. Temos, assim, a seguinte demonstração:

Fotografia n.º 1 — Crânio do padre Diogo Antônio Feijó, em norma lateral direita.

Fotografia n.º 2 — Crânio do padre Diogo Antônio Feijó, com o contorno das diferentes regiões anatômicas.

Notamos, na fotografia n.º 2, a apresentação do prognatismo, aliás cientificamente descrito, no primeiro laudo já citado, como sendo uma falsa apresentação de uma característica na realidade inexistente.

De acordo com as medidas obtidas e consideradas as razões expostas no primeiro laudo, aplicamos em outra fotografia do crânio do padre Diogo Antônio Feijó, também em norma lateral direita, os planos maxilométricos, mandibulométricos e prosopométricos, tudo sob o controle do "paralelograma intermaxilar de Valderrama" e da "curva dentária de Spee", com o fim de marcar a exata oclusão dentária sob o índice gnato já determinado. Concluído este estudo, fizemos o traçado do perfil, contornando as diferentes regiões anatômicas. Este estudo compreende a seguinte demonstração: Fotografia n.º 3 — Crânio do padre Diogo Antônio Feijó com o contorno das diferentes regiões anatômicas, sob uma apresentação clássica dos cânones da estética aplicada ao crânio estudado.

Advertimos, entretanto, que a demonstração acima tem por finalidade única excluir, cientificamente, o prognatismo apresentado em certas fotografias do padre Diogo Antônio Feijó, uma vez que tal característica não interpreta a verdade morfológica em relação às medidas e ao índice gnato obtidos e, ainda, das razões odonto-legais descritas no primeiro laudo orientado pela craniometria, pela prosopometria, pela maxilometria, mandibulometria e odontometria.

Outrossim, o perfil ora traçado é a expressão dos cânones da estética facial e não do que, na realidade, seria o perfil do padre Diogo Antônio Feijó.

Se, até o momento, não concluímos ainda pela exata morfologia crânio-facial do padre Diogo Antônio Feijó, já conseguimos, entretanto, eliminar uma falsa característica, que de muito prejudica a realidade morfológica.

Conforme ficou dito, determinadas regiões jamais poderiam ser reconstituídas sob a segurança da exatidão, uma vez destruídos certos tecidos. Para que se forme uma idéia a respeito, apresentamos a demonstração:

Fotografia n.º 4 — Alguns exemplos das inúmeras e possíveis morfologias do nariz e dos lábios, em estudo procedido no crânio do padre Diogo Antônio Feijó. Vemos: a) — nariz convexo-côncavo de lóbulo proeminente, acompanhado de uma proqueilia total; b) — nariz de dorso convexo e lábios normais; c) — nariz de dorso convexo e lóbulo redondo, retroqueilia superior e proqueilia inferior; d) — nariz de dorso reto-convexo e sub-septo de projeção inclinada para baixo (canon estético feminino), lábio superior fino e lábio inferior grosso; e) — dorso do nariz convexo e lóbulo grosso e levantado, lábios superior e inferior grossos; f) — dorso do nariz convexo e lóbulo fino e caído, proqueilia total.

Não damos aqui, evidentemente, todos os exemplos possíveis. Apenas procuramos exemplificar a impossibilidade da restauração de certas regiões sem o auxílio singelo do crânio. Daí o valor da apresentação dos retratos, tornando possível seja verificada a constância, pelo maior número, de certas características individualizadoras.

O estudo feito nos diferentes retratos do padre Diogo Antônio Feijó foi sempre regulado por uma constante observação do crânio e, quando possível, das medidas e índices obtidos. Como a maioria dos retratos apresenta o padre Diogo Antônio Feijó em 3/4 de perfil, o nosso trabalho tornou-se

ainda mais complexo. Entretanto, tal particularidade em nada influiu no desenvolvimento do estudo.

Antes de descrevermos as observações colhidas no exame procedido por todos os retratos, apresentamos as demonstrações:

Fotografia n.º 5 — Crânio do padre Diogo Antônio Feijó, em norma lateral esquerda;

Fotografia n.º 6 — Crânio do padre Diogo Antônio Feijó, norma frontal. Notamos uma profunda assimetria facial, em que o lado direito apresenta a arcada zigomática mais alta e estreita do que à esquerda, e o maxilar superior direito mais para dentro do que o esquerdo.

Passemos ao estudo dos retratos apresentados. Vejamos:

Fotografia n.º 7 — Regente Diogo Antônio Feijó, retrato a óleo executado em 20 de julho de 1842, pertencente ao historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt;

Fotografia n.º 8 — Regente Diogo Antônio Feijó, pintor anônimo (do livro "Diogo Antônio Feijó", de Otávio Tarquínio de Sousa);

Fotografia n.º 9 — Retrato a óleo, pintado antes da morte de Feijó, pelo velho artista Pinto Vedras (do livro "Feijó", de Osvaldo Orico).

As fotografias n.º 8 e n.º 9 impõem a seguinte nota: Otávio Tarquínio de Sousa declara que o retrato n.º 8 é de autoria de um pintor anônimo e não declara a data da execução do quadro. Por sua vez, Osvaldo Orico diz que a fotografia n.º 9 é um retrato a óleo pintado, antes da morte de Feijó, pelo velho artista Pinto Vedras.

Ora, pelas pesquisas feitas nas duas fotografias, os odonto-legistas concluíram tratar-se do mesmo quadro. O quadro apresentado em "Feijó" de Osvaldo Orico, parece carregado de retoques, ou, quando muito, tratar-se de uma cópia do quadro apresentado por Otávio Tarquínio de Sousa com sendo de pintor anônimo, ou vice-versa. A demonstração seguinte assinala as coincidências apresentadas em ambos os retratos 8 e 9.

Fotografia n.º 10 — Assinalamento das coincidências observadas entre os retratos n.º 8 e n.º 9, indicando a impossibilidade de tratar-se de obras independentes uma da outra. Vejamos, embora na fotografia assinalada o cabelo seja mais denso, ainda assim notamos a mesma direção da cabeleira e, o que torna mais discutível a coincidência registada, com a mesma apresentação das porções terminais; o supercílio direito com a mesmíssima projeção da fotografia n.º 8; idem para o supercílio esquerdo, para os olhos direito e esquerdo, para as regiões alares direita e esquerda, para o lóbulo nasal. No lado direito apresentado o sulco naso-jugal que, no lado esquerdo não aparece. O colarinho, lado direito, vemos apenas uma porção mínima com o seu bordo superior voltado para cima; no lado esquerdo, em uma porção bem maior, notamos uma ligeira curvatura para baixo e, a seguir, uma linha reta. Entretanto, se tais coincidências podem, com algum esforço, ser admitidas, o mesmo não concordaríamos com respeito às sombras. Assim é que, na região lábio-mentoniana temos uma sombra escura voltada para baixo; no mento, uma sombra curva, seguida por uma sombra reta, em direção à direita; na hemiface esquerda, notamos três sombras claras e todas elas distribuídas sobre os mesmos lugares: a infe-

rior, ao lado da comissura bucal; a do centro, na região geniana; a superior, na altura do malar. Não diremos que este retrato seja cópia daquele, ou que aquele seja cópia deste. Afirmamos, porém, que os dois retratos aqui apresentados pelas fotografias n.º 8 e n.º 9 são o mesmo trabalho, ou melhor, um é apenas reprodução do outro.

Fotografia n.º 11 — Regente Diogo Antônio Feijó, em 1837 (do livro "Diogo Antônio Feijó", de Otávio Tarquínio de Sousa);

Fotografia n.º 12 — Retrato a gouache, pintado em 1835, no momento em que Feijó escrevia o seu testamento (do livro "Feijó", de Osvaldo Orico);

Fotografia n.º 13 — Retrato de Feijó, por Hércules Florence, em 1830 (do livro "Diogo Antônio Feijó", de Otávio Tarquínio de Sousa).

Estudadas as fotografias em relação aos índices e medidas do crânio do padre Diogo Antônio Feijó, destacamos uma, por ser a que melhor corresponde às exigências prosopométricas. Trata-se da

Fotografia n.º 14 — Feijó (do livro "Diogo Antônio Feijó", de Otávio Tarquínio de Sousa).

Se a fotografia acima apresenta uma certa conformidade prosopográfica-prosopométrica com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó, ainda assim foram registadas certas discordâncias em relação à maioria dos demais retratos, para certas características impossíveis de serem determinadas por outros meios. O supercílio esquerdo, por exemplo, é apresentado pela fotografia n.º 14 com a conformação em ângulo, enquanto as fotografias 7, 12 e 13 apresentam o mesmo supercílio esquerdo com uma nítida conformação sinuosa. Em rigor, não diremos seja o supercílio esquerdo da fotografia n.º 14 exatamente em ângulo. Nota-se, na verdade, uma queda para baixo e para dentro, no terço interno, imprimindo uma característica intermediária entre a linha sinuosa e o ângulo.

A ciência não dispondo, ainda nos dias de hoje, de meios capazes de determinar o exato curso morfológico de certas regiões e características, tais como para os olhos, os lábios, o curso dos supercílios, etc., recorre, como complemento de suas possibilidades reais, e isso quando possível, o que aliás se verificou no presente estudo, a uma observação pormenorizada feita no maior número possível de retratos do indivíduo estudado. No final, caberá a Prosopografia, sempre dirigida pela Prosopometria, uniformizar a apresentação das características individualizadoras, numa síntese de princípios científicos e dos informes da arte.

Como estudo preparatório das demonstrações prosopográficas, iremos, a seguir, desenvolver o exame comparativo dos retratos apresentados, marcando, primeiramente, a concordância de traços encontrada nos diferentes retratos e, a seguir, a concordância e a discordância verificadas entre os retratos e o crânio do padre Diogo Antônio Feijó.

Assim, para a primeira parte — concordância de traços encontrada nos diferentes retratos apresentados — diremos:

Cabelo — parecido para as fotografias n.º 16 e n.º 20, aproximado para a de n.º 19; diferente para as fotografias ns. 15, 17 e 18;

Testa — diferente para todas as fotografias ns. 15, 16, 17, 18, 19 e 20;

Supercílio direito — parecido para as fotografias ns. 15, 17, 18 e 19; diferente para as fotografias ns. 16 e 20;

Supercílio esquerdo — parecido para as fotografias ns. 15, 18 e 19; diferente para a fotografia n.º 17; impossível de ser verificado na fotografia n.º 16; duvidoso para a fotografia n.º 20;

Olho direito — parecido para as fotografias ns. 15, 19 e 20; impossível de

- ser verificado na fotografia n.º 16; diferente na fotografia n.º 17; duvidoso na fotografia n.º 18;
- Osso esquerdo** — parecido para as fotografias ns. 15, 19 e 20; impossível de ser verificado na fotografia n.º 16; diferente na fotografia n.º 17; duvidoso na fotografia n.º 18;
- Dorso do nariz** — parecido para as fotografias ns. 15, 16, 17, 19 e 20; impossível de ser verificado na fotografia n.º 18;
- Lóbulo do nariz** — parecido para as fotografias ns. 15, 16, 17, 18, 19 e 20;
- Região alar nasal** — parecido para as fotografias ns. 15, 16, 19 e 20; diferente nas fotografias ns. 17 e 18;
- Lado direito do lábio superior** — parecido para as fotografias ns. 19 e 20; diferente nas fotografias ns. 15 e 18; aproximadamente parecido para as fotografias ns. 16 e 17 em relação às fotografias ns. 19 e 20;
- Lado esquerdo do lábio superior** — parecido para as fotografias ns. 15, 16, 19 e 20; diferente nas fotografias ns. 17 e 18;
- Arco de Cupido** — parecido para as fotografias ns. 16, 19 e 20; diferente nas fotografias ns. 15 e 18; aproximado para a fotografia n.º 17;
- Lábio inferior** — parecido para as fotografias ns. 15, 16, 19 e 20; diferente nas fotografias ns. 17 e 18;
- Região mentoniana** — parecida para as fotografias ns. 16 e 20; diferente nas demais fotografias.

Passemos, agora, ao estudo das concordâncias e discordâncias existentes entre os retratos e o crânio do padre Diogo Antônio Feijó. Fica estabelecido que as linhas pontilhadas marcam as discordâncias e as linhas cheias, as concordâncias. Vejamos:

- Fotografia n.º 21** — Testa, discordante: **Regiões Zigomática e Infraorbitária direita e esquerda, concordantes; Região Mentoniana direita, discordante; Região Mentoniana esquerda, concordante;**
- Fotografia n.º 22** — Testa, porção lateral direita aproximadamente concordante; porção anterior, discordante; porção lateral esquerda, concordante; **Regiões Zigomática e Infraorbitária direita e esquerda, concordantes; Regiões Mentonianas direita e esquerda, concordantes;**
- Fotografia n.º 23** — Testa, porção lateral direita, discordante; porção frontal, concordante; **Regiões Zigomática e Infraorbitária direita, discordantes; Regiões Zigomática e Infraorbitária esquerda, concordantes; Regiões Mentonianas direita e esquerda, discordantes;**
- Fotografia n.º 24** — Discordância total;
- Fotografia n.º 25** — Discordância total;
- Fotografia n.º 26** — Concordância total.

Detalhadamente estudados todos os retratos, tanto comparativamente como em relação ao crânio do padre Diogo Antônio Feijó, sempre respeitadas as conclusões prosopométricas, maxilométricas, mandibulométricas e odontométricas, daremos, a seguir, as demonstrações prosopográficas, que representam a síntese dos nossos estudos. Vejamos:

- Fotografia n.º 27** — Apresentamos a fotografia n.º 13 com retalhos fotográficos da fotografia n.º 14, correspondentes ao terço lateral direito da testa, nos terços médio e superior do nariz e ao olho esquerdo, à porção esquerda da boca. Notamos que a expressão fisionômica não se alterou. As linhas pontilhadas marcam a discordância com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó;



ferente na fot  
o 18;  
20; imposs  
ferente na fot  
o 18;  
7, 19 e 20; impo  
o 18;  
17, 18, 19 e 20;  
16, 19 e 20; dife

as ns. 19 e 20; di  
aproximadamen  
17 em relação

ografias ns. 15, 1  
17 e 18;  
e 20; diferente na  
para a fotografia

19 e 20; diferent  
e 20; diferente m

ordâncias exist  
ô. Pica estabele  
s linhas cheias,

ica e Infraorbitá  
ção Mentoniana  
na esquerda, com

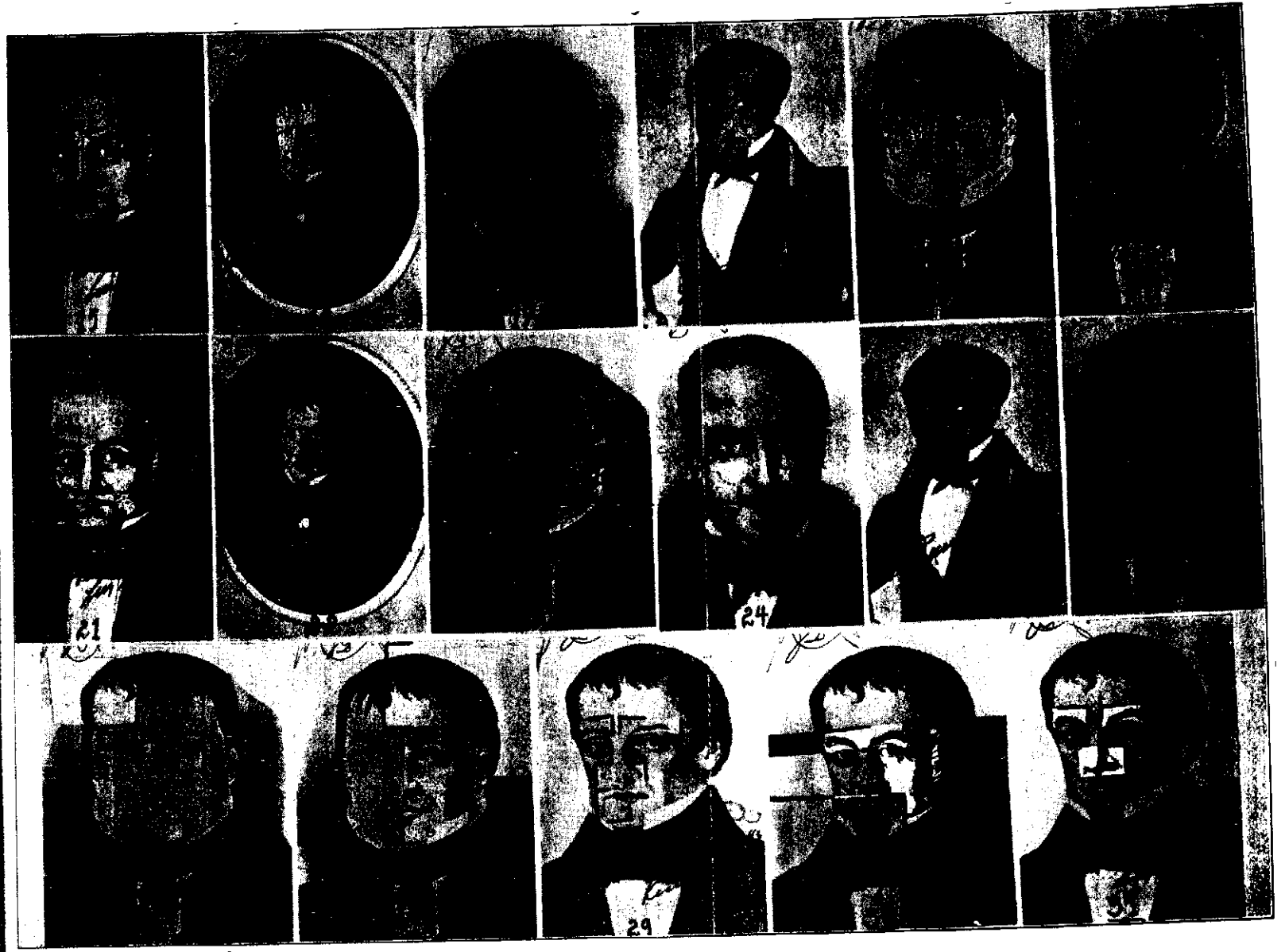
madamente concor  
porção lateral es  
ática e Infraorbitá  
Regiões Menton

S;  
dante: porção fron  
ca e Infraorbitá  
ática e Infraorbitá  
Mentonianas dire

o comparativamen  
eijó, sempre respec  
mandibulométrica  
prosopográficas,

com retalhos fotogr  
ndentes ao terço  
édio e superior do na  
squerda da boca. No  
a não se alterou. As  
ordância com o crânio

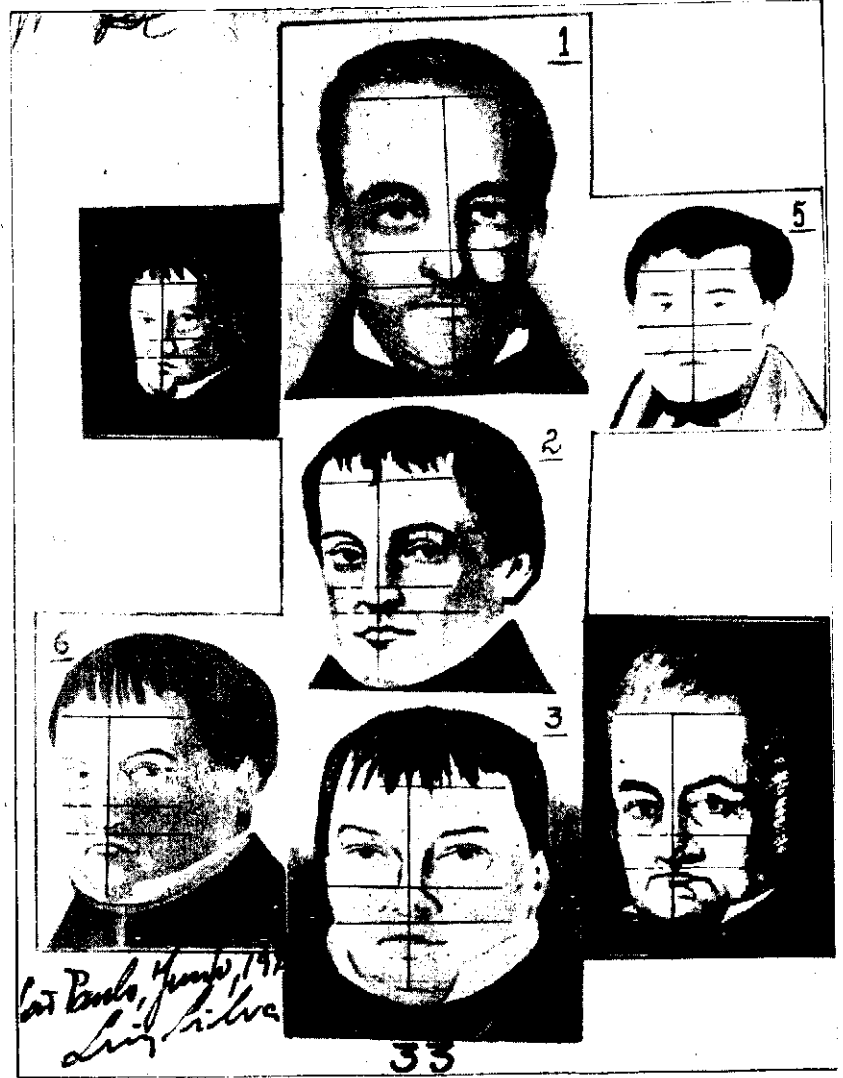






*Not Pank, 4/11/19  
Lin. 1/1/19*

32



Fotografia n.º 28 — Apresentamos a fotografia n.º 13 com retalhos da fotografia n.º 14, correspondentes à porção frontal média e temporal esquerda, ao olho esquerdo, porção lateral esquerda do nariz, porção esquerda da boca e região mentoniana esquerda. As linhas pontilhadas marcam a discordância com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó;

Fotografia n.º 29 — Apresentamos a fotografia n.º 14 com retalhos da fotografia n.º 13, correspondentes aos supercílios direito e esquerdo, ao terço inferior do nariz e à porção direita da boca;

Fotografia n.º 30 — Apresentamos a fotografia n.º 7 com retalhos da fotografia n.º 14, correspondentes à testa e cabeça, ao terço médio da hemiface direita com apresentação completa do nariz, a toda região mentoniana direita, à boca e à região mentoniana esquerda até o seu terço médio;

Fotografia n.º 31 — Apresentamos a fotografia n.º 14 com retalhos da fotografia n.º 7, correspondentes aos supercílios direito e esquerdo e ao terço inferior e médio do nariz.

Em toda a demonstração prosopográfica, compreendendo as fotografias ns. 27, 28, 29, 30 e 31, a expressão fisionômica é uma só, muito embora tenhamos aplicado retalhos de outras fotografias.

As observações precedidas em todos os retratos aqui estudados compreenderam tanto as singelas anotações das particularidades encontradas como, também, as rígorosas indagações dos complexos problemas prosopométricos originados com o estudo das projeções. Assim, para a determinação dos tipos faciais, dentro das possibilidades oferecidas pelo material em estudo, daremos a seguinte demonstração:

Fotografia n.º 32 — Apresentação, em conjunto, dos retratos do padre Diogo Antônio Feijó, para o estudo do tipo facial correspondente;

Fotografia n.º 33 — Determinação, ressalvadas as mínimas possibilidades oferecidas pelo material, dos tipos faciais apresentados nas diferentes fotografias do padre Diogo Antônio Feijó. Retrato n.º 1) — tipo facial ovóide; 2) — ovóide-triangular; 3) — quadrado; 4) — triangular-quadrado; 5) — ovóide-quadrado; 6) — triangular-quadrado; 7) — quadrado. Retrato n.º 1) — leptoprósopo; 2) — mesoprósopo; 3) — euriprósopo; 4) — mesoprósopo; 5) — o presente retrato não foi possível classificar, nem mesmo sob a ressalva das possibilidades mínimas de todo o material; 6) — o presente retrato é uma reprodução, conforme consta no presente laudo, do retrato n.º 4; 7) — euriprósopo.

Retratos n.º 1, n.º 4, n.º 6 e n.º 7, com apresentação prognata; retratos n.º 2, n.º 3, e n.º 5, com apresentação ortognata.

Antes de qualquer conclusão, devemos, como indispensável esclarecimento, justificar os seguintes pontos:

1.º) — O tipo facial exato dos retratos apresentados só poderá ser aquele que esteja em harmonia com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó;

2.º) — O prognatismo apresentado em alguns dos retratos examinados não tem razão de ser porque, em face dos estudos prosopométricos, maxilométricos, mandibulométricos, odontométricos e dos planos odonto-legais procedidos no crânio do padre Diogo Antônio Feijó, pelos odonto-legistas abaixo assinados, a classificação enata é, indiscutivelmente, ortognata;

3.º — se as fotografias n.ºs 11 e 12 apresentam o padre Diogo Antônio Feijó como prognata, as fotografias n.ºs 13 e 14 apresentam-no, tanto, como ortognata;

4.º — a maioria dos retratos apresenta o supercílio direito em ângulo, e o esquerdo com um trajeto sinuoso;

5.º — os supercílios não podem ser finos porque o crânio do padre Diogo Antônio Feijó ainda apresenta regular porção de pelos em ambos os supercílios, formando arcadas bem densas e grossas;

6.º — todos os retratos do padre Diogo Antônio Feijó apresentam-no de olhos estreitos (classificação de A. Scheinfeld);

7.º — a maioria dos retratos apresenta o padre Diogo Antônio Feijó com narinas largas e lóbulo do nariz redondo;

8.º — a maioria dos retratos apresenta o padre Diogo Antônio Feijó com o lábio superior fino e o lábio inferior médio, simulando uma proquieila inferior;

9.º — o cabelo do padre Diogo Antônio Feijó, devidamente examinado pelos odonto-legistas abaixo assinados, é de cor castanha, correspondente ao tipo V da Escala Fischer-Saller.

Do exposto apresentamos a seguinte

De acordo com os estudos feitos no crânio e em retratos do padre Diogo Antônio Feijó, sempre devidamente orientados pelos princípios odonto-legal em seus capítulos: Prosopometria, Craníometria, Maxilometria, Mandibulometria, Odontometria, Prosopografia e Exame Comparado;

de acordo com a predominância, nos retratos apresentados, de certas determinadas características morfológicas;

tudo nos leva a crer e aceitar seja a demonstração Fotografia n.º 3 (trinta e um) o mais razoável dos retratos do padre Diogo Antônio Feijó tendo os supercílios a conformação ali apresentada, com a espessura, por rem, dos supercílios da Fotografia n.º 14.

O presente estudo odonto-legal está dactilografado em dezessete (17) folhas deste papel e vai acompanhado de trinta e três (33) fotografias, devidamente rubricadas pelos odonto-legistas abaixo assinados, de tudo ficando cópia.

São Paulo, 30 de junho de 1943.

RELATOR — Prof. Luiz Silva, odonto-legista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia do Estado de São Paulo e catedrático de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo.

José Ramos de Oliveira Júnior, 1.º assistente de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo.

Carmelino Scartezini, 2.º assistente de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo.

#### LAUDOS PERICIAIS

#### ESTUDO ODONTOLEGAL PROSOPOGRÁFICO SOBRE O PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e três, o abaixo-assinado, prof. Luiz Silva, odonto-legista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia do Estado de São Paulo e catedrático de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo, foi incumbido, pelo historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, de proceder o

presente exame odonto-legal sob os métodos comparativo, prosopométrico e prosopográfico em diversos retratos do padre Diogo Antônio Feijó, como elemento subsidiário do estudo odonto-legal-prosopográfico apresentado em Arinta de junho de mil novecentos e quarenta e três.

O exórdio apresentado no primeiro estudo odonto-legal-prosopográfico, marcando os limites de aplicação das conclusões a que chegaram os peritos odonto-legistas, continua a prevalecer para o presente trabalho e, assim sendo, não há necessidade de repetirmos aqui as considerações já feitas.

Outrossim, fazemos notar que, se o primeiro exame odonto-legal-prosopográfico investigou as relações entre os retratos apresentados e o crânio do padre Diogo Antônio Feijó, podendo, assim, marcar uma identidade física mais aproximada entre os retratos e o crânio, o presente exame odonto-legal, que também é um estudo prosopográfico, não deixará de levar em conta as medidas e classificações marcadas para o crânio do padre Diogo Antônio Feijó, medidas e classificações essas apresentadas em um outro "Estudo Odonto-legal (Craníometria, Prosopometria, Maxilometria, Mandibulometria e Odontometria)", apresentado em dezoito de maio de mil novecentos e quarenta e três.

Assim sendo, qualquer nova relação encontrada será devidamente descrita e, no caso de uma discordância, porventura existente, com o presente exame odonto-legal-prosopográfico, será ela devidamente descrita em respeito à verdade científica.

Segue em seguida a relação dos retratos examinados do padre Diogo Antônio Feijó, compreendendo:

- 1) Estudo Odonto-legal (Craníometria, Prosopometria, Maxilometria, Mandibulometria e Odontometria), apresentado em 18 de maio de 1943;
- 2) Estudo Odonto-legal Prosopográfico, apresentado em 21 de junho de 1943;
- 3) Estudo Odonto-legal Prosopográfico, apresentado em 4 de outubro de 1943.

Passemos, então, ao

#### ESTUDO ODONTOLEGAL PROSOPOGRÁFICO

Para o presente estudo, o odonto-legista abaixo-assinado recebeu, do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, um total de vinte e duas (22) fotografias de retratos do padre Diogo Antônio Feijó, compreendendo quinze (15) fotografias de retratos originais e sete (7) fotografias de reproduções feitas por outros autores e que correspondem, os retratos feitos, a retratos "originais", que serão aqui devidamente apontados.

Os retratos "originais" serão marcados com números, e os "correspondentes", com letras seguidas do número do "original" correspondente. Ou seja, n. 1, n. 5, n. 12, significa que tais retratos são originais; A-1, D-5, F-12, significa ser A-1 um retrato feito baseado no original 1; que o retrato D-5 é baseado no original 5; que o retrato F-12 teve por base o original 12.

Porque afirmamos serem tais ou quais retratos baseados neste ou naquele original?

Jamais poderíamos aceitar como possível a presença das mesmas sombras, dos mesmos detalhes em dois retratos executados em épocas diferentes e, não raro, por autores distintos. Tal coincidência exigiria a repetição de inúmeros fenômenos, tanto do domínio objetivo como do subjetivo. Ou seja, uma identidade de luz, de posição do retratado, o mesmo penteado, o mesmo olhar, etc., culminando com uma idêntica sensibilidade artística para os dois autores dos trabalhos examinados. Ora, compreendemos, sem grande esforço, que seria um absurdo semelhante fato e, tratando-se de uma per-

sonalidade como Diogo Antônio Feijó, é natural que outros artistas tenham se preocupado com a figura do grande Regente do Império. Na falta de pessoa para orientar o artista, os retratos existentes serviram para substituir o retratado. Do exposto, se os argumentos apresentados não repugnarem e são, por princípio, razoáveis, a nossa orientação deve satisfazer o rigor científico indispensável a um trabalho da presente natureza, pois que, além de amparada em razões científicas, também não dispensa o rigor de uma análise escrupulosa.

Como primeira demonstração, apresentaremos sob a marcação X um conjunto fotográfico de sete (7) retratos do padre Diogo Antônio Feijó, todos eles estudados no segundo exame odontolegal-prosopográfico já mencionado linhas acima. Tratando-se de material já estudado, deixaremos para não repetir, de fazer qualquer descrição.

**Fotografia N. 1** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de trabalho original feito pela Litografia de Jjbutlerny, em "Sketches of Residence and Travels in Brazil". Embracing Historical and Geographical Notices of the Empire and its Several Provinces. Por Daniel P. Kidder.

Este original teria servido para orientar a execução do retrato n. 1 da **Demonstração X**, pois que, entre ambos, notamos uma inconfundível identidade de traços fisionômicos. O estudo prosopográfico poderá, assim, ser feito de uma só vez, pois que abrangerá, em sua descrição, os dois trabalhos. Vejamos: tipo facial — **ovóide e leptoprósopo**; testa larga e alta; supercílios direito e esquerdo, curvos e densos; nariz, acentuadamente projetado para o lado esquerdo, de lóbulo caído e região alar larga; região geniana direita, redonda; região geniana esquerda, reta e com leve depressão; metade direita do lábio superior, levemente saliente; metade esquerda do lábio superior nitidamente projetada para dentro da boca; lábio inferior, pseudo-proquelha; região mentoniana, redonda; prega submentoniana, redonda e voltada para cima; sulco naso-jugal direito, acompanhado de uma saliência da comissura bucal direita; sulco naso-jugal esquerdo, nitido e atingindo o corpo da mandíbula.

Tendo o retrato n. 1, da **Demonstração X**, sido já descrito no segundo exame odontolegal-prosopográfico, nada mais temos que acrescentar.

**Fotografias Ns. 2 e 2-A** — Para os dois retratos ora estudados, o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt forneceu-nos as seguintes informações:

N. 2 — Litografia de S. A. Sisson, Editor, rua do Cano, 45. Meio corpo sentado, em "Galeria dos Brasileiros Ilustres" — (Os Contemporâneos) — 1859. Obra existente na Biblioteca Municipal de São Paulo. Corresponde ao n. 18.554 do Catálogo da Exposição Histórica organizada, na Biblioteca Nacional e em 1881, pelo Barão de Ramiz Galvão, "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", vol. IX, 1881-1882.

N. 2-A — Litografia, em meio corpo, sentado, que se encontra, atualmente, na Biblioteca Nacional.

Para ambos os retratos acima não foi possível dizer qual deles serviu como "original". Do metucioso exame procedido, o perito odontologista colheu inúmeras particularidades, que marcam nitidas diferenças entre ambos os retratos, mas, ainda assim, conservam, entre si, muitas características, que permitem estabelecer indiscutível relação entre os dois retratos. Se o retrato n. 2 tem, por exemplo, o antebraço pousado sobre a mesa,

deixando a mão direita livre, o retrato n. 2-A, por sua vez, apresenta a mão e o antebraço direitos colocados sobre a mesa, sendo que o retratado ainda ostenta uma faixa e uma outra condecoração. Em ambos os retratos, todo o lado esquerdo, compreendendo ombros, braço, antebraço e mão, conservam a mesma posição. As sombras das calças são, também semelhantes entre si, dando-se o mesmo para a casaca, o colete, a camisa, o colarinho. A camisa tem, para o lado esquerdo, três pregas e, para o lado direito, duas pregas. As cadeiras têm os mesmos ornatos, além das mesmas particularidades de apresentação.

O exame prosopográfico apontou discreta diferença na posição dos cabelos; a mesma projeção da testa; a mesma conformação dos supercílios direito e esquerdo; a mesma projeção do nariz; uma pequena diferença para o lado esquerdo do lábio superior, tendo o retrato n. 2-A uma depressão acentuada; a mesma conformação do "arco de cupido"; a mesma conformação do lábio inferior; a mesma conformação do queixo; no retrato n. 2 o sulco naso-jugal direito é sinuoso e, no retrato n. 2-A, o mesmo sulco é reto nos dois terços superiores e curvo no terço inferior; o sulco naso-jugal esquerdo em ângulo no retrato n. 2 e curvo no retrato n. 2-A; a hemiface direita conserva a mesma projeção em ambos os retratos; a hemiface esquerda conserva a mesma projeção em ambos os retratos; a orelha esquerda a mesma projeção em ambos os retratos; os olhos direito e esquerdo, na mesma posição.

Conforme o exame odontolegal-prosopográfico (n. 2) já apresentado, a classificação do tipo facial dada para o retrato n. 2, da **Documentação X**, que corresponde ao retrato n. 2 ora estudado, foi: **ovóide-triangular, mesoprósopo**. Esta mesma classificação continua prevalecendo para o retrato n. 2-A, que também conserva as mesmas características prosopográficas já descritas no laudo odontolegal-prosopográfico (n. 2) para o retrato n. 2 da **Demonstração X**.

**Fotografia N.º 3** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, retrato executado por Hércules Florence, 1830. Reprodução fotográfica do original em poder da família do autor.

Este retrato foi estudado no Exame odonto-legal-prosopográfico (n. 2) e completa, sob n. 3, a **Demonstração X** aqui apresentada. Toda a descrição prosopográfica feita no estudo acima citado continua prevalecendo.

**Fotografia N.º 4** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de uma tela a óleo, propriedade do Museu Paulista, tendo pertencido, segundo informações do seu diretor o historiador dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, à coleção do coronel Joaquim Sertório, conhecida por Museu Sertório, e incorporada, por doação do conselheiro Francisco de Paula Mayrink, ao Museu do Estado em 23 de dezembro de 1890. Segundo informação de Afonso de Freitas, a tela é de autoria do artista prof. Jorge José Pinto Vedras Revista do Instituto Histórico de São Paulo, vol. XXIII, pág. 96), autor de painéis da antiga Igreja do Colégio. Convento Santa Teresa, Convento da Luz São Paulo Antigo — 1554 a 1910 — 1.º vol. — Antônio Egídio Martins).

Este mesmo retrato foi estudado no Exame odonto-legal-prosopográfico (n. 2) e forma, sob n. 4, na **Demonstração X** aqui apresentada. Toda a descrição prosopográfica já feita no estudo acima citado continua prevalecendo.

**Fotografia N.º 5** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de um retrato a "gobbe" de mármore pintado em 1836, segundo o autor, na Galeria Municipal de S. Paulo.

Este retrato já foi estudado no Exame odonto-legal-prosopográfico (n. 2) e forma, sob n. 5, na Demonstração X aqui apresentada. Toda descrição prosopográfica já feita no estudo citado continua prevalecendo.

**Fotografia N.º 6** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de uma tela a óleo, de pintor anônimo, 1842. A referida tela é, hoje, propriedade do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que determinou fosse ela restaurada pelo pintor Vitorio Gobbis.

Este retrato já foi estudado no Exame odonto-legal-prosopográfico (n. 2) e forma, sob n. 7, na Demonstração X aqui apresentada. Toda descrição prosopográfica já feita no estudo citado continua prevalecendo.

**Fotografia N.º 7** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de uma fotografia de retrato cujo autor desconhecido.

De acordo com as medidas crânio-prosopográficas obtidas diretamente do crânio do padre Diogo Antônio Feijó e apresentadas no Estudo odonto-legal-prosopográfico n. 2, verificamos acentuadas diferenças, que chegam a modificar o próprio tipo facial. A testa apresenta-se, no retrato ora examinado muito mais alta do que na realidade marcam as medidas obtidas no crânio do padre Diogo Antônio Feijó; o nariz é, também, muito exagerado em relação às medidas obtidas; a região sub-náso-mentual é, por sua vez, muito menor do que as medidas obtidas. O retrato apresenta um falso prognatismo. Notamos, em comparação com a maioria dos retratos estudados, uma concordância no traçado do supercílio esquerdo, que tem a forma sinuosa. Outrossim, a orelha esquerda tem uma conformação semelhante às orelhas apresentadas nos retratos mais aproximados das medidas do crânio de Feijó. Evidentemente o perito abaixo-assinado não pode dizer, com exatidão, se tal forma reproduz, ou não, a verdadeira morfologia da orelha do padre Diogo Antônio Feijó. Entretanto, aceitando como retratos mais fiéis aqueles que mais se aproximam das medidas obtidas no crânio de Feijó além das formas mais vezes observadas no exame de todos os retratos, o perito julga que deve prevalecer a forma assim mais repetidamente apresentada. Do exposto, o odonto-legista é de parecer que a concordância de diversas regiões, isso em relação à maioria dos retratos apresentados e estudados, constitui elemento razoável para o estabelecimento da identidade física-morfológica da fisionomia do padre Diogo Antônio Feijó, máxime quando há, também, uma concordância métrica entre o crânio e o retrato estudado, muito embora esta última particularidade não seja elemento para a determinação morfológica de certas regiões.

**Fotografia N.º 7-A** — Segundo o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato, que se encontra na Biblioteca Nacional, sob n. 18.555 da Exposição Histórica de 1881, apresenta a seguinte indicação: "O mesmo (Diogo Antônio Feijó)".

Aquí, o tipo facial não corresponde ao tipo marcado para o crânio do padre Diogo Antônio Feijó. O tipo gnata é: ortognata. Em comparação

feita com os demais retratos já examinados, notamos uma concordância no traçado do supercílio esquerdo, que tem a forma sinuosa; a orelha esquerda tem a mesma morfologia apresentada por outros retratos.

**Fotografia N.º 8** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de uma litografia de autor anônimo da Biblioteca Nacional, com a indicação n. 18.553 e que figurou na Exposição Histórica de 1881, sob a catalogação: "Diogo Antônio Feijó; em busto. Lit. por Anon., na off. de Sisson. S. d. (B. N.)".

Neste retrato o tipo facial não corresponde ao tipo facial marcado para o crânio do padre Diogo Antônio Feijó. Temos, aquí, o tipo quadrado, da classificação de Gysi, sendo que, para o crânio, além de outras classificações, temos o tipo ovóide-triangular, também do método de Gysi. A despeito desta acentuada diferença, o odonto-legista verificou a existência de uma semelhança morfológica, em comparação com a maioria dos retratos, para as seguintes regiões: Supercílio esquerdo, sinuoso; olhos estreitos (classificação de A. Scheinfeld): região alar-nasal, larga; arco de cupido sob morfologia comum à maioria dos retratos; orelha, de conformação comum à maioria dos retratos, também. Neste retrato, a classificação gnata se enquadra no tipo: ortognata.

**Fotografia N.º 9** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato consiste numa litografia existente na Biblioteca Nacional, sob n. 18.554 e que figurou na Exposição Histórica de 1881, com a seguinte indicação: "O mesmo (Diogo Antônio Feijó). Lit. por L. A. Boulanger (B. N.)".

Este retrato, em rigor, não apresenta nenhuma relação morfológica com o crânio e com os demais retratos do padre Diogo Antônio Feijó. Notamos, apenas, uma leve conformação sinuosa do supercílio esquerdo, que a maioria dos retratos examinados apresenta sob nítida conformação sinuosa. Os olhos com abertura média (classificação de A. Scheinfeld). A região alar-nasal mais baixa do que o subseto, morfologia essa até agora não encontrada nos demais retratos. Considerando-se a assimetria facial do padre Diogo Antônio Feijó e devidamente descrita no Estudo Odonto-Legal (Craníometria, Prosopometria, Maxilometria, Mandibulometria e Odontometria) n. 1, a hemiface direita deveria ser projetada, em comparação com a hemiface esquerda, mais para dentro. Entretanto, no presente retrato verifica-se justamente o contrário, ou seja: forte depressão da hemiface esquerda, em relação à hemiface direita. O tipo facial, método Gysi, está classificado como: triangular-quadrado. O presente retrato não é possível de maiores descrições, atendendo-se às profundas discordâncias prosopométricas e prosopográficas verificadas em relação ao crânio e demais retratos do padre Diogo Antônio Feijó.

**Fotografia n.º 10** — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato é uma litografia, que se encontra na Biblioteca Nacional e figurou, sob n.º 18.549, na Exposição Histórica de 1881. Foi exposta pelo Barão Homem de Melo, com a seguinte anotação: "Diogo Antônio Feijó, Bispo eleito de Mariana e Regente do Império do Brasil em nome do Imperador o sr. Dom Pedro II. No catálogo da Exposição está anotado ser uma litografia de V. Larée, segundo José Corrêa de Lima, 1836".



A despeito do estado de conservação deste retrato, o odontólogo conseguiu proceder ao necessário estudo e colher as seguintes particularidades: tipo facial correspondente ao tipo facial do crânio do padre Diogo Antônio Feijó, ou seja, ovóide, triangular, da classificação de Grun. Em relação à maioria dos retratos, foram marcadas as seguintes semelhanças: supercílio direito em ângulo, voltado para baixo, supercílio esquerdo arqueado; narinas, largas; lóbulo do nariz, baixo; hemiface direita com pressão franca, em relação à hemiface esquerda; arco de cupido sob morfologia semelhante à maioria dos retratos já examinados.

Fotografia n.º 11 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de um retrato em litografia de Heaton e Rensbury, aos quais, em 28 de abril de 1851, fora concedido o Alvará de Litógrafos, L.º 8.º das Matrículas, fls. 150, segundo informações do filatelista sr. Alberto Thut, que obteve da Biblioteca Nacional, especialmente para este estudo, vários outros retratos.

Este retrato, em face do seu total afastamento das conclusões do estudo odontológico prosopométrico e prosopográfico procedido no crânio e em retratos do padre Diogo Antônio Feijó, não comporta qualquer análise. Seja pelo tipo facial, pela forma do crânio, do nariz, etc., nele apresentados, as medidas obtidas e as respectivas morfologias revelam um completo desconhecimento das características individualizadoras do retratado. Admita-se que o presente retrato seja uma simples caricatura, ainda assim forçoso seria que, de nossa parte, estivéssemos desobrigados do rigor imposto, indispensável, ao desenvolvimento do presente estudo. Logo, em obediência às conclusões apresentadas nos dois estudos odontológicos anteriores a este estudo, somos forçados a declarar: o presente retrato não comporta um estudo rigoroso, pois não apresenta uma única relação com os demais retratos e, também, com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó. Do mesmo modo, diremos que só os supercílios mantêm uma conformação semelhante à maioria dos retratos até agora estudados.

Fotografia n.º 12 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, o presente retrato é uma tela a óleo, de autoria de Oscar Pereira da Silva, 1919, pertencente ao Museu Paulista.

O presente retrato apresenta os traços fisionômicos fortemente pronunciados. As relações prosopométricas com o crânio do padre Diogo Antônio Feijó deixam de ser exatas. A conformação do lóbulo do nariz, do arco de cupido, assim como a conformação do lábio inferior, estão de acordo com a morfologia das mesmas regiões apresentadas na maioria dos retratos até agora estudados. Entretanto, as demais regiões não mantêm a mesma concordância.

Fotografia n.º 13 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de um desenho publicado em "A Revolução de 1842" — Martins de Andrade, Rio de Janeiro, 1942.

Este retrato não apresenta traço algum capaz de permitir aceitá-lo como apresentando Diogo Antônio Feijó. Tipo facial, disposição morfológica das hemifaces direita e esquerda, projeção da testa, do nariz, da região mentoniana, conformação da boca, etc., tudo apreciado em relação

ao crânio e inúmeros outros retratos do padre Diogo Antônio Feijó, completam uma pesquisa cuidadosa, que nos permite duvidar seja o retrato ora estudado a figura do padre Diogo Antônio Feijó. As divergências encontradas, tanto em relação às medidas do crânio como no exame comparativo feito junto aos demais retratos, são tão profundas e radicais que não permitem qualquer aproximação, de ordem prosopográfica ou prosopométrica, com a figura do padre Diogo Antônio Feijó.

Estudados os retratos apresentados como "Fontes Originais", passemos ao estudo dos retratos que constituem as "Reproduções Correspondentes". Conforme ficou expresso, os retratos "correspondentes" serão marcados por letras devidamente acompanhadas do número do respectivo "original". Assim, as marcações A-1 e B-1, por exemplo, significam que os retratos A e B são "correspondentes" do mesmo original n.º 1; as marcações D-5 e F-12, por exemplo, significam que o retrato D é um "correspondente" do "original" n.º 5 e, por sua vez, o retrato F é um correspondente do "original" n.º 12.

Fotografia n.º A-2 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, trata-se de uma ilustração apresentada em págs. da obra "Educação Cívica — A História de São Paulo", Tancredo do Amaral, São Paulo, 1895.

Este retrato tanto poderá ser um "correspondente" do "original" n.º 2 como do "original" n.º 2-A. Assim, em relação ao "original" n.º 2, encontramos a seguinte correspondência morfológica: o arco de cupido. Para o "original" n.º 2-A, nota-se correspondência na projeção e morfologia do nariz. As demais regiões são, todas elas, uma reprodução, embora com menor vigor morfológico, de um ou de outro "original".

Fotografia n.º B-2 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato é uma ilustração apresentada no livro "Caxias em São Paulo — A Revolução de Sorocaba", E. Vilhena de Moraes, Rio de Janeiro, 1933.

Corresponde ao n.º 2, tendo, porém, maior acentuação da musculatura facial. O supercílio esquerdo deste retrato não corresponde, exatamente, ao mesmo supercílio do "original" n.º 2, assim como a morfologia apresentada nos dois retratos, o "original" e o "correspondente", não corresponde à da maioria dos retratos até aqui examinados.

Fotografia n.º C-6 — Segundo o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato ilustra "O Polichinelo", editor P. P. Carneiro, Ano I, n.º 1, São Paulo, 16 de abril de 1876.

Este retrato, embora de corpo voltado para o lado esquerdo, corresponde ao retrato n.º 6 que, por sua vez, apresenta o corpo voltado para o lado direito. Fora esta particularidade, notamos que todas as características se apresentam com as mesmas particularidades. Como o "original" foi devidamente estudado no trabalho *Odontologia-legal-Prosopográfica* n.º 2, deixamos de fazer aqui a descrição prosopográfica, pois seria apenas uma repetição.

Fotografia n.º D-8 — Segundo o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, este retrato ilustra a obra "História da Polícia do Rio de Janeiro", 1831-1870, Melo Barreto Filho e Hermeto Lima, Rio de Janeiro, 1942.

As particularidades encontradas neste retrato são as mesmas apontadas para o "original" n.º 8. As mensurações feitas, tanto no "correspondente" como no "original", e o estudo prosopográfico, seguindo rigorosamente a morfologia de cada região, apresentaram-se sempre uniformes.

Fotografia n.º E-8 — Segundo o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daumb, este retrato ilustra a obra "História da Polícia do Rio de Janeiro".

Embora seja um correspondente do "original" n.º 8, este retrato já não apresenta, como o "correspondente" D-8, a mesma harmonia de linhas e medidas. Conservando as linhas gerais, permitindo assim a apresentação de uma mesma expressão fisionômica, o estudo das projeções evidenciou o desvio de várias medidas. O exame prosopográfico também denotou nítido afastamento da unidade morfológica, conservando, porém, o mesmo tipo facial marcado para o "original" n.º 8.

Fotografia n.º F-11 — Segundo informações do historiador dr. Ricardo Gumbleton Daumb, este retrato ilustra a obra "História da Pátria", O Brasil de 1831 a 1840, dr. Moreira de Azevedo — 1884.

As razões expostas no estudo do "original" n.º 11 justificam a não apresentação de um estudo com relação a este retrato. Entretanto, se o "original" n.º 11 ainda apresenta os supercílios com uma conformação semelhante à maioria dos retratos examinados, o "correspondente" ora estudado tem os supercílios, direito e esquerdo, inteiramente diferentes.

Fotografia n.º G-11 — Segundo o historiador dr. Ricardo Gumbleton Daumb, o presente retrato ilustra a obra "Dicionário Prático Ilustrado", Séguier — Rio.

As considerações feitas para o "correspondente" F-11 aplicam-se inteiramente ao retrato ora estudado.

Terminada a descrição de todos os retratos, itaí, a seguir, apresentar em conjunto, as diferentes regiões do crânio e da face, para a verificação das respectivas morfologias predominantes.

Fotografia A — Neste quadro são apresentadas as cabeças que apresentam entre si uma apreciável semelhança. Vemos, então, que os "originals" n.º 2, n.º 2-A, n.º 4, n.º 10 e o "correspondente" B-2 apresentam uma semelhante projeção para os planos da testa e da cabeça. O original n.º 10, devido ao seu estado de conservação, apresenta o lado direito superior visivelmente danificado.

Fotografia B — Neste quadro são apresentadas as cabeças que não mantêm, mesmo entre si, uma harmonia morfológica. Vemos aqui, as cabeças dos "originals" 1 — 3 — 5 — 6 — 7 — 7-A — 8 — 9 — 11 e os "correspondentes" A-2 — C-6 — D-8 — E-8 — F-11 — G-11. Uma detalhada apreciação servirá para evidenciar que todas as testas e cabeças aqui apresentadas são diferentes entre si, salvo quando se trate de "correspondentes" e respectivos "originals".

Fotografia C — Neste quadro são apresentados os supercílios direitos, que marcam uma morfologia semelhante entre si. Notamos a conformação em ângulo nos "originals" — 1 — 3 — 5 — 6 — 8 — 9 e nos "correspondentes" B-2 — E-8.

Fotografia D — Neste quadro apresentamos os supercílios direitos, de morfologias diversas. São aqui apresentadas retículas dos "originals" 2 — 4 — 7 — 7-A — 10 — 11 e dos "correspondentes" A-2 — D-8 — F-11 — G-11.

Fotografia E — Neste quadro apresentamos os supercílios esquerdos, que marcam uma morfologia em linha sinuosa. Notamos esta conformação nos "originals" 2 — 2-A — 3 — 5 — 6 — 7 — 7-A — 10 — 11 e no "correspondente" A-2.

Fotografia F — Neste quadro apresentamos os supercílios esquerdos, ora em linha curva e ora em ângulo. Figuram aqui os supercílios dos "originals" — 1 — 4 — 8 — 9 — 11 e dos "correspondentes" B-2 — D-8 — E-8 — G-11.

Fotografia G — Neste quadro apresentamos os olhos sob a classificação "estreitos", escala A. Scheinfeld, dos "originals" 2 — 2-A — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 7-A — 8 — 12 — 13 e dos "correspondentes" A-2 — B-2 — C-6 — D-8 — E-8 — F-11.

Fotografia H — Neste quadro apresentamos os olhos cujas respectivas classificações são as mais variadas, exceto para a classificação "estreitos". Temos os "originals" 1 — 9 — 10 — 11.

Fotografia I — Neste quadro apresentamos os narizes de região alar largas e de lóbulo baixo. Figuram os "originals" 1 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 10 e os "correspondentes" B-2 — C-6 — D-8 — E-8 — F-11 — G-11.

Fotografia J — No presente quadro temos os narizes cujas classificações respectivas estão em desacordo com a classificação da maioria e, até mesmo, em desacordo entre si. Vemos, então, que os "originals" 2 e 2-A apresentam região alar de largura média e lóbulo de altura média; o "correspondente" A-2 apresenta a região alar estreita e o lóbulo alto; o "original" 11 apresenta a região alar mais baixa do que o sub-septo nasal, e lóbulo exageradamente alto, dando ao nariz uma expressão morfológica inteiramente diversa da apresentada por todos os retratos.

Fotografia K — Neste quadro apresentamos a boca, para uma apreciação da morfologia do arco de cupido, que é semelhante para os "originals" 2 — 2-A — 3 — 7-A — 8 — 10 e "correspondentes" A-2 — B-2 — D-8 — E-8 — G-11.

Fotografia L — Este quadro, que também apresenta a boca para o estudo da morfologia do arco de cupido, comporta a seguinte descrição: "originals" 4 — 7 — 9 — 11 de morfologia aproximada e apresentada no quadro Fotografia K; "originals" 6 — 11 — "correspondente" C-6 respectivas morfologias inteiramente diversas.

Do exposto vemos que as morfologias predominantes são aquelas que integram a seguinte demonstração:

Fotografia M — Neste quadro apresentamos as morfologias predominantes encontradas na maioria dos retratos do padre Diogo Antônio Feijó, apresentadas a exame.

Classificadas as morfologias predominantes dos retratos examinados, iremos, a seguir, aplicar todos os estudos feitos, compreendendo, também, a craniometria, a prosopometria, a maxilometria, a mandibulometria, a odonometria e a prosopografia, na preparação do busto científico do padre Diogo Antônio Feijó. Apresentamos, então, as seguintes demonstrações:

**Fotografia N** — Aqui temos a demonstração N.º 9, do Estudo Odonto-Legal Prosopográfico apresentada em vinte e cinco (25) junho de 1943, em São Paulo, em uma sessão pública, na sala de aula do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. O estudo foi feito em um indivíduo de ascendência espanhola, demonstrando a exatidão do estudo prosopométrico-prosopográfico, pois que, além de respeitar as características individualizadoras predominantes na maioria dos retratos examinados (estudo prosopográfico), também apresenta perfeita harmonia com o crânio no tocante às medidas (estudo crânio-prosopométrico).

**Fotografia O** — Nesta demonstração apresentamos, de perfil, o crânio e o busto do padre Diogo Antônio Feijó, para verificação goniométrica. A identidade dos ângulos obtidos evidencia uma completa concordância entre o crânio e o busto. Trata-se de um estudo da prosopometria aplicado em exames da presente natureza e cujas conclusões permitem uma apresentação exata, para o busto, do tipo facial e, ainda, do curso da massa muscular. Aplicadas as características prosopográficas, tudo indica que, num estudo assim feito, o busto apresentado marca, sob norma científica, a identidade morfo-fisiológica do indivíduo estudado.

**Fotografia P** — Aqui apresentamos, em normal frontal, o crânio e o busto do padre Diogo Antônio Feijó, verificação goniométrica da projeção da massa muscular. Como para a demonstração da Fotografia O, a apresentação de ângulos iguais sob um mesmo traçado prosopométrico, define uma exata concordância morfológica entre o crânio e o busto. Aproveitadas as características dominantes obtidas no ESTUDO ODONTO-LEGAL PROSOPOGRÁFICO, o busto marca, sob norma científica, a identidade morfo-fisiológica do indivíduo estudado.

**Fotografia Q** — Esta demonstração compreende a apresentação do crânio em norma lateral e o recorte, também em norma lateral, do busto do padre Diogo Antônio Feijó, para apreciação das diferentes projeções sagitais. Notamos uma completa concordância dos pontos antropométricos entre si, que indica plena harmonia morfológica entre o crânio e o busto.

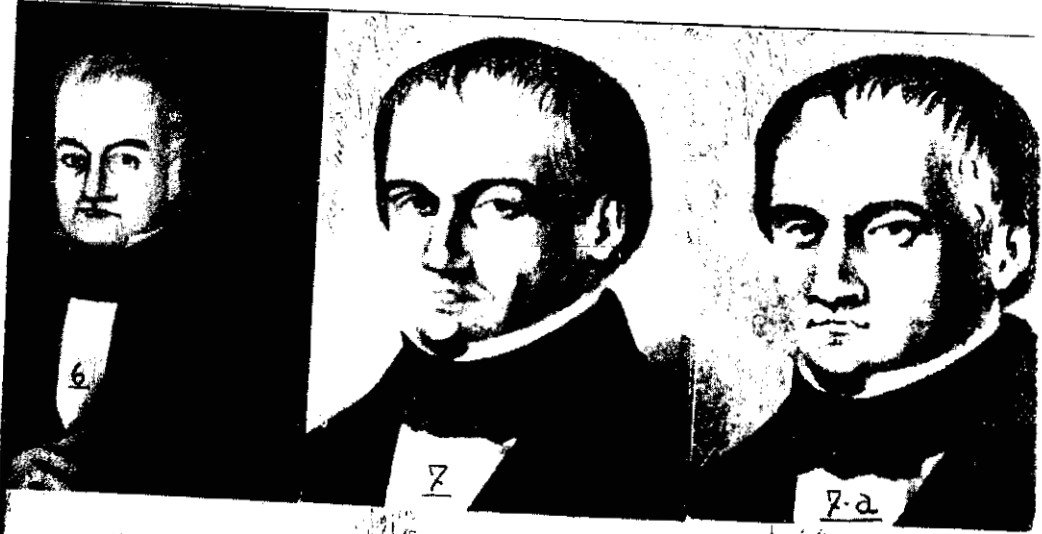
**Fotografia R** — A presente demonstração completa o estudo da Fotografia Q, vendo-se, em normal lateral, todo o crânio e o busto, acompanhados das linhas de projeção.

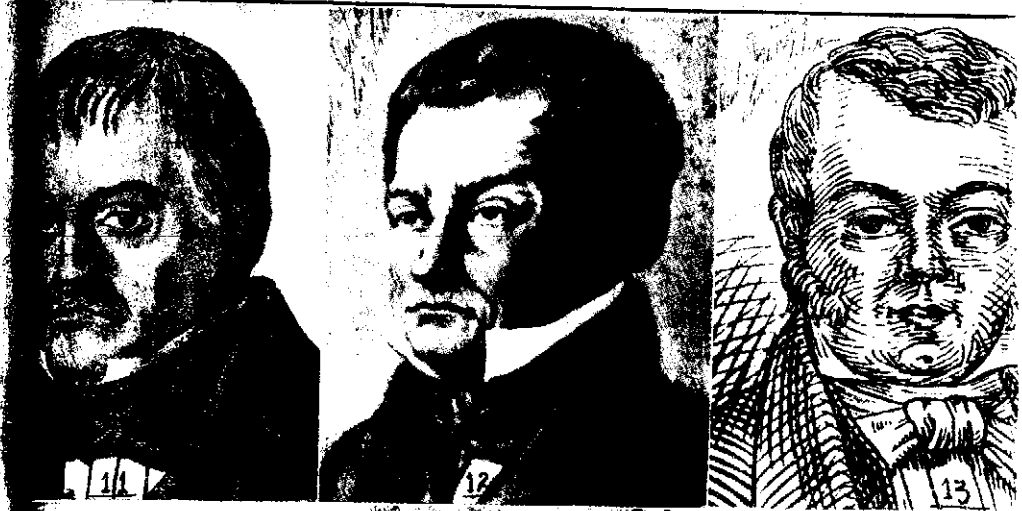
**Fotografia S** — Aqui temos as características morfológicas apresentadas nas conclusões do ESTUDO ODONTO-LEGAL PROSOPOGRÁFICO e o busto do padre Diogo Antônio Feijó. Assim, todas as regiões anatômicas impossíveis de serem determinadas, tais como os olhos, as orelhas, a porção cartilaginosa do nariz, os lábios, o queixo, os supercílios, foram esculpidas de acordo com as características aqui apresentadas e que são aquelas das conclusões do ESTUDO ODONTO-LEGAL PROSOPOGRÁFICO anteriormente feito.

**Fotografia T** — Perfil do busto do padre Diogo Antônio Feijó, lado esquerdo, executado pelo escultor José Cucé, de acordo com

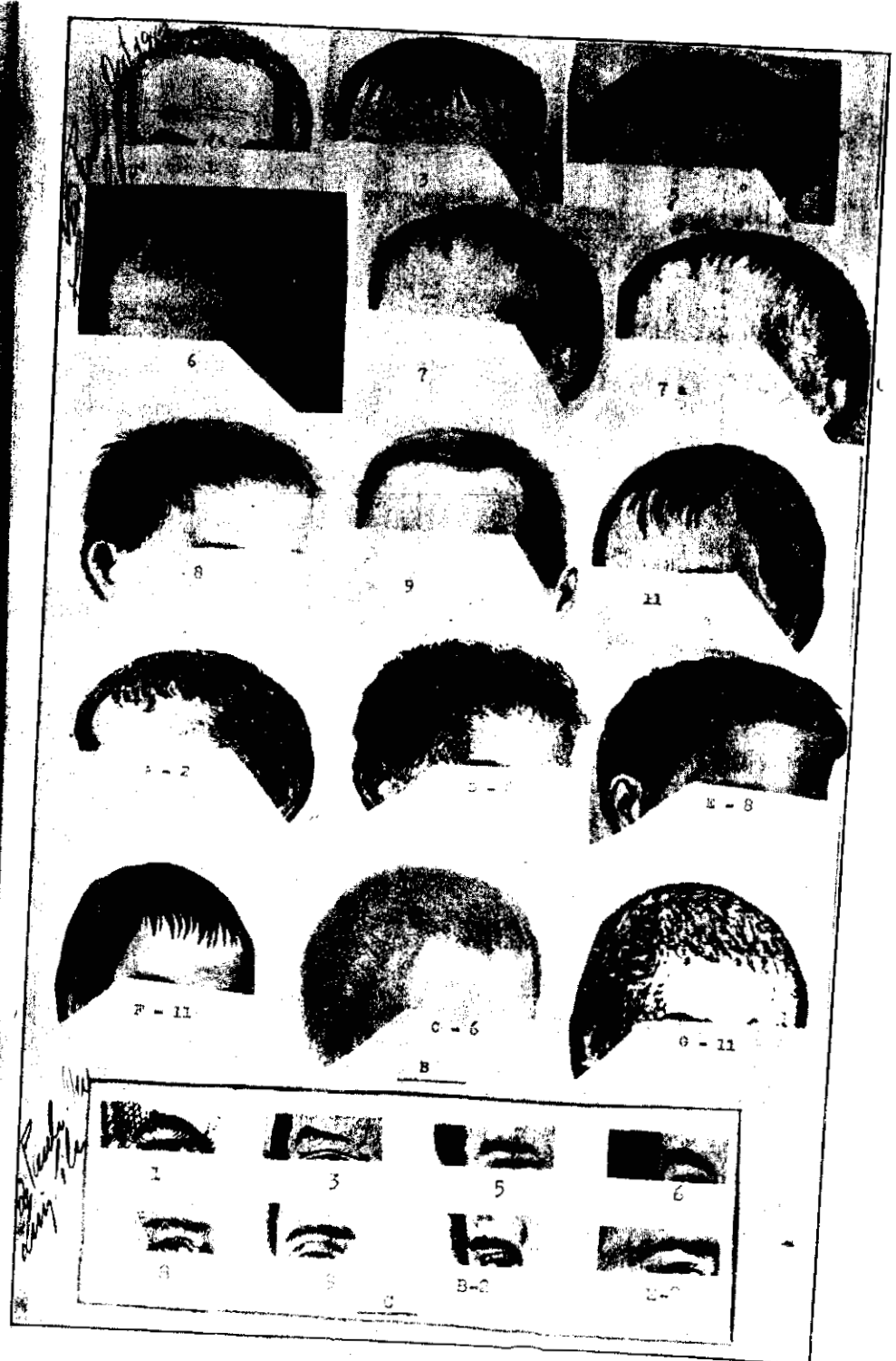






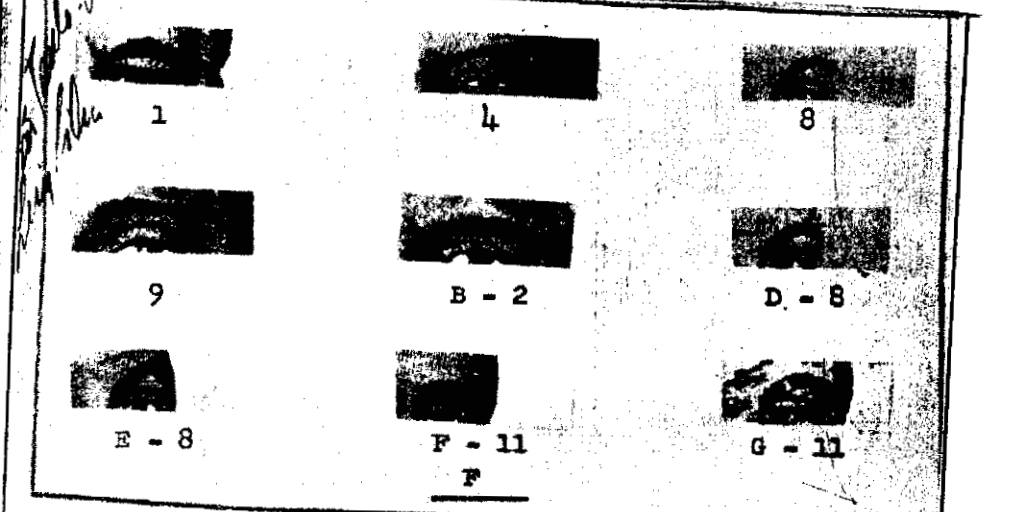
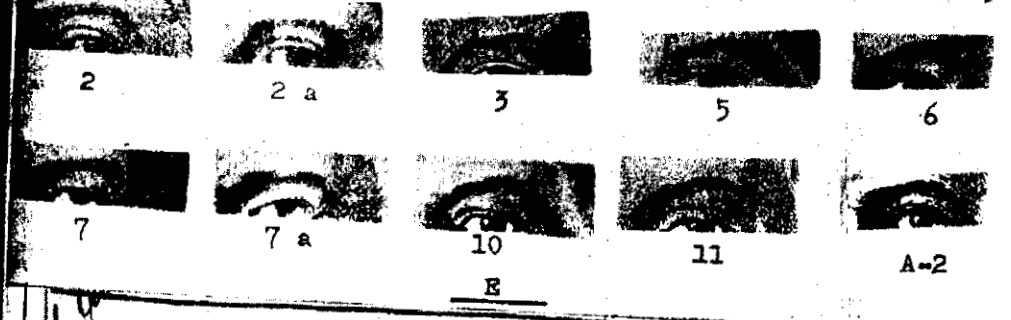
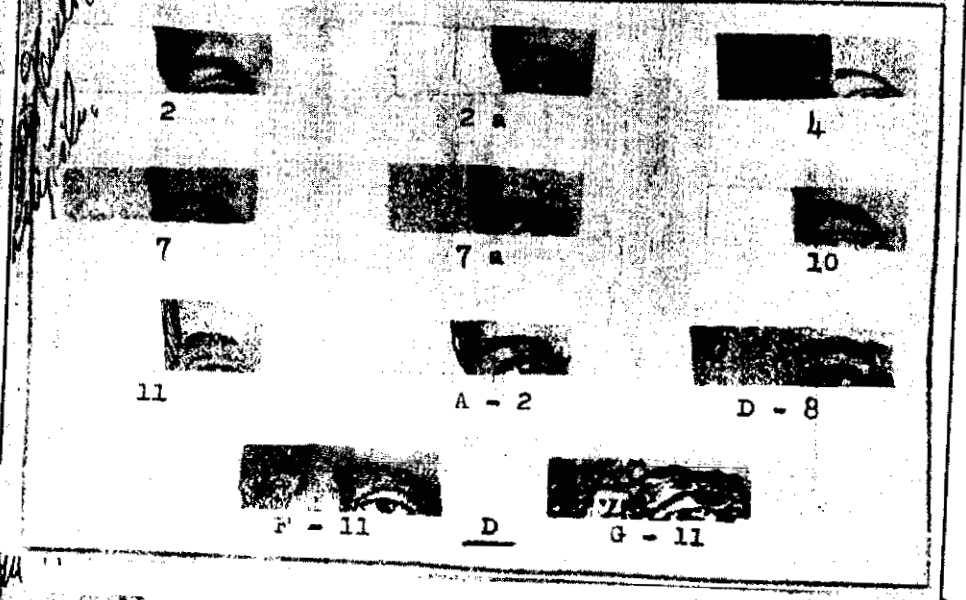








6/6 1917





2 2 2 2 2 2 2 2



5 6



8 12 13 A-2



B-2 C-6 D-8

*Handwritten signature: E. J. Connelley, Oct 1943, New York*



F-11



9 10 11



1 3 4 5 6



7 7a 8 10 11



J-2 C-6 I D-8 E-8 G-11

1914



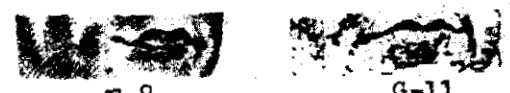
2      2 a      9      A-2      F-11



2      2 a      3      7 a



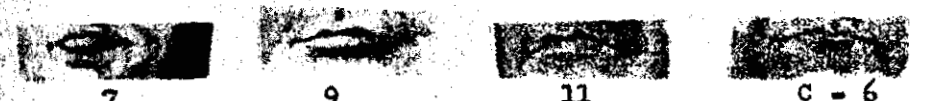
8      A-2      B-2      D-8



E-8      K      G-11



1      4      5      6



7      9      11      C-6



F-11      L





- as conclusões dos Estudos Odonto-Legais procedidos no crânio e em retratos do padre Diogo Antônio Feijó.
- Fotografia U — Busto do padre Diogo Antônio Feijó, lado esquerdo, executado pelo escultor José Cucé, de acordo com as conclusões dos Estudos Odonto-Legais, procedidos no crânio e em retratos do padre Diogo Antônio Feijó.
- Fotografia V — Perfil, lado direito do busto do padre Diogo Antônio Feijó, executado pelo escultor José Cucé, de acordo com os Estudos Odonto-Legais procedidos no crânio e em retratos do padre Diogo Antônio Feijó.
- Fotografia X — Outra apresentação do mesmo busto do padre Diogo Antônio Feijó executado pelo escultor José Cucé, de acordo com as conclusões dos Estudos Odonto-Legais.
- Fotografia Y — Novamente o busto, em três quartos de perfil, do padre Diogo Antônio Feijó, executado pelo escultor José Cucé e de acordo com os Estudos Odonto-Legais.
- Fotografia Z — Busto, norma frontal, do padre Diogo Antônio Feijó, executado pelo escultor José Cucé e de acordo com as conclusões dos Estudos Odonto-Legais.

Observados e respeitados todos os índices, medidas, classificações e conclusões do ESTUDO ODONTO-LEGAL (Cranimetria, Prosopometria, Maxilometria, Mandibulometria, Odontometria), de dezotto (18) de maio de mil novecentos e quarenta e três (1943), o perito abaixo-assinado, terminando o presente estudo, apresenta a seguinte

#### CONCLUSÃO

O presente exame odonto-legal-prosopográfico, procedido em vinte e duas (22) fotografias de retratos do padre Diogo Antônio Feijó e observados os estudos feitos diretamente no crânio do retratado, mantem as conclusões do "Estudo Odonto-Legal-Prosopográfico — padre Diogo Antônio Feijó, apresentado em vinte e um (21) de junho de mil novecentos e quarenta e três (1943), aqui apresentado sob n.º 2.

O presente laudo odonto-legal-prosopográfico concluído nesta data, vinte e nove de outubro de mil novecentos e quarenta e três, devido à confecção do busto e subsequentes estudos de comparação, Está dactilografado em vinte e duas (22) folhas deste papel e vai acompanhado de quarenta e sete (47) fotografias, devidamente rubricadas pelo odonto-legista abaixo assinado.

São Paulo, 29 de outubro de 1943.

Prof. Luiz Silva, odonto-legista do Serviço de Identificação de São Paulo e Catedrático de odontologia legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo.

## ANEXO XXVII

### EXAME HISTOLOGICO DO CABELO DO PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

Cabelo ligeiramente ondulado, incluído no grupo euplócomo da classificação de Sterzi-Pávano. Pelas fotomicrografias de cortes transversais, em pequeno e grande aumento (montagens praticadas no Instituto Oscar Freire), nota-se cutícula fina, cortical espessa e pigmentada. Foi uma ovóide característica da raça branca.

## ANEXO XXVIII

### REPRESENTAÇÃO AO ARCEBISPO DE SÃO PAULO

No desejo de oferecer uma contribuição toda especial à próxima comemoração do primeiro centenário do falecimento do Padre Diogo Antônio Feijó, ocorreu-nos endereçar a S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo Metropolitano de São Paulo a representação seguinte:

São Paulo, 25 de março de 1943

Exmo e Revmo. Senhor D. José Gaspar de Afonseca e Silva, DD.  
Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Em dez de novembro próximo futuro, regista-se a efeméride do primeiro centenário do falecimento do Padre Diogo Antônio Feijó. Personalidade de destaque da nossa história pátria, foi um semeador de feitos e exemplos significantes, legando à posteridade um inconfundível patrimônio de virtudes cristãs, apanágio da sua condição de sacerdote.

Como Deputado às Cortes Portuguesas, ou como Deputado Geral, ou Senador do Império, ou Ministro da Justiça, ou como Regente do Império do Brasil, jamais deixou de ser simplesmente o Padre Feijó.

Figura singular, cuja marcante personalidade a todos confundia, soube servir a Pátria dentro dos princípios de sua formação sacerdotal, deixando a grandeza dos cargos para preferir a elevação do sentimento de bem servir.

Justo é, pois, que o nosso entusiasmo se transforme em gratidão, e, como uma humilde prece, seja-nos concedido o prêmio de mostrar ao Brasil, dentro das nossas possibilidades, com rigor científico e histórico, o perfil do Padre Diogo Antônio Feijó.

Muito embora já tenha sido feito o trabalho de mensuração do crânio do Padre Diogo Antônio Feijó, graças à clarividência e patriotismo do Exmo Sr. Arcebispo Metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, cuja saudosa memória reverenciamos, como se vê na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 23, ano 1925, relatório sobre "O encontro dos restos mortais do Padre Diogo Antônio Feijó" por Afonso A. de Freitas, é de meu interesse, atendendo aos progressos da ciência, terminar aquele estudo, que apenas concluiu o índice cefálico.

Tenho elementos e técnicos de competência comprovada, para recolher os índices orbitários, nasal, prosopográfico, mandibular, estafilmo, alveolar, etc. etc., permitindo, assim, um estudo completo e até mesmo novo, que de muito enriquecerá, é o que espero, a nossa literatura histórico-científica.

Não se trata de uma novidade e, muito menos, de simples curiosidade. A leitura de estudos feitos no estrangeiro é que nos leva a associar a ciência à história como índice identificador. Assim permito-me lembrar os seguintes estudos congêneres, cujo valor de muito foi acrescido, depois de antropologicamente estudados os crânios daqueles que foram objeto da atenção dos historiadores. El-os:

Dante (1265 — 1321), estudado por Welcker;  
 Schiller (1564 — 1816), estudado por Welcker;  
 Kant (1724 — 1804), estudado por Welcker;  
 Rafael (1483 — 1520), estudado por Schaaff Lansen;  
 Bach (1685 — 1750), estudado por W. His;  
 Richelieu (1585 — 1642), estudado por Du Lousset's;  
 Jeremias Bentham (1748 — 1832), estudado por Karl Pearson;  
 Thomaz Browne (1605 — 82), estudado por Karl Pearson;  
 Robert the Bruce (1274 — 1329), estudado por W. Scoular;  
 George Buchenan (1506 — 82), estudado por Karl Pearson;  
 Darnley (1541 — 87), estudado por Karl Pearson;  
 Cromwell (1599 — 1658), estudado por Pearson e Morant;  
 Shakespeare (1564 — 1616), estudado por Karl Pearson.

Acreditamos sejam suficientes os trabalhos acima, para o ajuizamento do valor do estudo que nos propomos fazer em Feijó.

Va. Excia. Revma., cuja cultura e patriotismo proclamamos em tom uníssono, saberá, melhor do que ninguém, apreciar o nosso desejo e abençoá-lo com sua permissão. De nossa parte, hipotecando os nossos melhores agradecimentos, assumiremos o compromisso de procurar merecer, pela dignificação, a honra que tanto nos distingue.

Graças ao esclarecido e patriótico consentimento de S. Excia. Revma., a quem Deus guarde, prevaleço-me do momento para apresentar-lhe a respeitosa homenagem de meu alto apreço.

O Chefe do Serviço de Identificação  
 Ricardo Gumbleton Daunt

Graças ao esclarecido e patriótico consentimento de S. Excia. Revma., que bem traduz sua cultura e interesse pelos altos estudos, foi executado o trabalho, observadas as prescrições do Direito Canônico, como faz certo documento seguinte:

#### ATA DA ABERTURA DO CAIXÃO MORTUÁRIO DO REVMO. PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Aos doze dias do mês de maio do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e três, às 8 horas e 20 minutos da manhã, na Cripta da nova Catedral de São Paulo, presentes o Exmo. Mons. dr. João Batista Martins Ladeira, Arcebispo do Colégio Capelo Metropolitano, Cônego Paulo Rollim Loureiro, Chanceler do Arcebispado, os Ilmos. Dr. Ernesto Leme, lente-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Arnaldo Amado Ferreira, lente-docente da Faculdade de Medicina e atualmente na direção do Instituto Oscar Freire, representando a Universidade de São Paulo, ambos a convite do Exmo. Sr. Arcebispo, e mais os seguintes peritos em mensuração craniana, incumbidos dos exames em apreço: Ilmos. Professor Luiz Silva, odontologista do Serviço de Identificação e catedrático de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. José Ramos de Oliveira Junior e Dr. Carmelino Scartezzini, odontologistas e, respectivamente, 1.º e 2.º assistentes de odontologia-legal da mencionada Escola de Polícia, e ainda o fotógrafo sr. Aristodemo Becherini, do Laboratório de Fotografia Especializada do Serviço de Identificação, Eduardo Paneta e dois operários das obras da Catedral — o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, digno Chefe do Serviço de Identificação de São Paulo, idealizador dos exames e que dirigiu o pedido ao Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, DD. Arcebispo Metropolitano no sentido de lhe ser concedida a

licença para terminar o estudo odonto-legal de crânio-prosopometria do Revmo. Padre Diogo Antônio Feijó — com a devida permissão de S. Excia. Revma. procedeu-se a abertura do caixão mortuário e do envólucro de chumbo em que jazem os restos mortais do eminente e preclaro sacerdote brasileiro, ex-Regente do Império.

Concluídos os trabalhos científicos, com toda a veneração e respeito, foram recolocados os preciosos despojos no recipiente de chumbo, depois de fotografados.

Na presença de todos os abaixo assinados e em minha presença, — representando o Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano de São Paulo — foi devidamente soldada a caixa metálica que, verificada pelos presentes, estava na realidade cuidadosamente cerrada, procedendo-se, ato contínuo, ao fechamento do caixão de embuia, que circundado por faixas auriverdes, leva sobre estas o selo das armas do Exmo. Sr. Arcebispo, impresso em lacre encarnado.

Todos os presentes puderam verificar que na ocasião da abertura do caixão não foi encontrado sinal algum oficial que tivesse sido colocado quando do encerramento do corpo, de que faz menção a ata da trasladação, de 13 de dezembro de 1921, arquivada na Cúria Metropolitana de São Paulo.

Eram 11 horas e 35 minutos da manhã, quando se concluíram os trabalhos.

E para constar, eu Cônego Paulo Rollim Loureiro, Chanceler do Arcebispado, lavrei a presente ata que vai assinada, também, por todos os presentes.

Monsenhor Doutor João Martins Ladeira

Ernesto de Moraes Leme, professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Arnaldo Amado Ferreira, Livre-Docente, 1.º Assist., Chefe de Lab. do Dep. de Med. Legal da Faculd. de Med. da Univ. de S. P. — Diretor int. do Inst. Oscar Freire, ora na regência da cátedra de Med. Legal da Fac. de Medicina, representando a Universidade de São Paulo.

Luiz Silva — odontologista do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações da Polícia de São Paulo e catedrático de Odontologia-legal da Escola de Polícia do Estado de São Paulo.

José Ramos de Oliveira Junior

Carmelino Scartezzini

Aristodemo Becherini

Eduardo Paneta

Ricardo Gumbleton Daunt.



## ANEXO XXIX

### NOTAS SOBRE O PADRE DR. MIGUEL ARCANJO RIBEIRO DE CASTRO E CAMARGO

Foi filho do sargento-mor Miguel Ribeiro de Camargo, natural de Curitiba, e de Querubina Rosa de Azevedo e Castro, sobrinha e afilhada de Manuel Cândido Xavier de Almeida e Sousa: doutor em direito, ocupou importantes cargos na Vila de São Paulo, inclusive o de juiz de orfãos em 1840 (Genealogia Paulistana), Silva Leme, vol. 6.º, Tit. Chassins, pág. 542).

#### ATAS DA CAMARA DE SAO PAULO:

Vol. XXVI, pág. 466 — sessão de 9-6-1852: — procedendo-se à nomeação de inspetor das escolas da cidade obteve o padre dr. Miguel 3 votos, em empate com Manuel Alves Alvim, pelo que passando-se a desempatar foi a sorte favoravel ao segundo.

Vol. XXVII, pág. 13 — sessão a 8-10-1832: ofício de José Antônio Pimenta em que participa que delegou as matérias crimes ao juizo de paz ao cidadão Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro; à pág. 16 — sessão de 19-10-1832: requerimento de José dos Santos Viana com despacho do Presidente da Província para a Câmara informar com urgência sobre a queixa do mesmo contra o delegado de paz da cidade Miguel Arcanjo Ribeiro por não querer dar-lhe apelação de uma sentença condenatória — pediu-se informação; à pág. 212 — sessão a 29-7-1833: acusação de José Vieira contra o ex-delegado padre Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro — pediu-se informação; à pág. 240 — sessão de 31-8-1833: discussão do parecer adiado na mesma sessão sobre a queixa contra o ex-delegado Miguel Arcanjo Ribeiro de Castro, ao qual o sr. Pinheiro Prado ofereceu uma emenda, dando-se de suspeitos os srs. Brito, Camargo Pires e Teles.

**ANEXO XXX**  
**INVENTÁRIO DO PADRE FELIÓ**  
**AVALIAÇÃO DOS LIVROS**

- Dicionário de conversação e leitura, em Francês, em trinta e quatro volumes encadernados, em bom uso, e em quinze volumes em brochura, usados, 23\$400;
- Dicionário de descoberta, em Francês, dezessete volumes encadernados e em bom estado, 8\$000;
- Curso completo de agricultura, em Francês, em dezesseis volumes, brochados, 9\$000;
- Dicionário de agricultura, em português, cinco volumes encadernados, usados, 5\$000;
- História das Seitas Religiosas, em Francês, encadernado, em bom uso, cinco volumes, 3\$000;
- Razão do Cristianismo, em três volumes, em Francês, em bom uso, 6\$000;
- História Sagrada, de Carnet, usada, três volumes, 3\$000;
- História dos Autores Sagrados, vinte e três volumes, usados, 16\$000;
- Meciada, em três volumes, bom uso, 1\$500;
- Botica do Papa, um volume em francês, \$320;
- História da Igreja, dezesseis volumes em meia encadernação, 8\$000;
- Cerimônias-Bouldre-Cerimonial, em latim, um volume, usado, \$640;
- História Sagrada, de Pereira, em português, usada, em sete volumes, 7\$000;
- História Universal, de Anquetil, oito volumes, em francês; 5\$000.
- Lamessa-História de Roma, um volume, 1\$000;
- Imitação de Cristo, em francês, um volume, 1\$000;
- Dicionário Português, Morais, dois volumes, 18\$000;
- Ciência Política, um volume, usado, em francês, \$320;
- Manual de Geografia, usado, \$400;
- Buchão, em dez volumes, usados, 4\$000;
- Vade Mecum de Medicina, um volume pequeno, \$160.
- História Sagrada, um volume, boa encadernação, 4\$000;
- Os Quatro Evangelhos, um volume, 2\$000;
- Diurno, em latim, usado, 1\$000;
- Parecer sobre os Atos de Fé, Esperança e Caridade, um volume, \$320;
- Tentame Teológico, Pereira, um volume, 1\$000;
- Gazaniga-Teologia, dois volumes, 2\$000;
- Epitome de Moral, um volume, \$800;
- Teatro Eclesiástico, velho, \$500;
- Ofícios Próprios dos Santos, em latim, \$400;
- Ritual Romano, velho, 1\$000;
- Horas de Semana Santa, 1\$000;

- Montes — Teologia, dois volumes, 2\$000;  
 Biblioteca Contemporânea, um volume, \$300;  
 Sermões de Blair, cinco volumes, 2\$500;  
 Obras de Horácio, dois volumes, 1\$200;  
 Democracia na América, dois volumes, 1\$300;  
 Princípios de Polícia, brochura, \$500;  
 Anais de Ciências, cinco brochuras, 1\$000;  
 Observações sobre o Sublime, \$320;  
 A Religião, base da Felicidade, um volume, 1\$000;  
 Manuel da Polícia, um volume, \$600;  
 Filosofia do Budget, dois volumes, 1\$500;  
 Tabaró, um volume em brochura, \$500;  
 Cronologia dos Papas, um volume, \$500;  
 Flores do Céu, um volume, \$800;  
 A Virgem, um volume, \$500;  
 Moral Governo Republicano, um volume, 1\$000;  
 Estorque-Filosofia, um volume, \$600;  
 Arte de fazer Cachaça, um volume, \$400;  
 Sermões dos Protestantes, um volume, \$500;  
 Tabaró-Instituição dos Bispos, um volume, \$500;  
 Espozem-Ensaio de Filosofia, um volume, \$500;  
 Fragmentos de Santo Hermes, um volume, \$640;  
 Teologia de Gnuenci, dois volumes, usados, 1\$000;  
 Selvagio, cinco volumes, truncados, 2\$500;  
 Dante, um volume, \$300;  
 Filosofia do Cristianismo, um volume em brochura, \$160;  
 Bortalon, um volume, \$200;  
 O Bom Jardineiro, um volume, 1\$000;  
 Progresso da Grã-Bretanha, um volume, \$400;  
 São Martinho e mais sete cadernos em brochura, 1\$000;  
 Dicionário Francês-Latim, um volume, 1\$000;  
 Anais da Província de São Pedro, 2\$000;  
 Rieger Direito Canônico, cinco volumes, 2\$000;  
 Onze volumes Semanários Franceses, em brochura velha, 4\$000;  
 Semanários Franceses, quatro volumes, em brochura, 1\$000;  
 Cuvier — História Natural dos Animais, dois volumes, em francês brochura, 1\$000;  
 Organização dos Conselhos Gerais, em francês, um volume, \$640;  
 Ugo — História da França, um volume usado, 1\$000;  
 Concílio Tridentino, um volume, 1\$000;  
 Congresso-Estólio Teopio, dois volumes, 3\$000;  
 Aletes, democracia novo, dois volumes, 2\$000;  
 História do Cristianismo, um volume, 1\$000;  
 Dicionário dos Povos, um volume, 1\$000;  
 Olívio de Enoque, um volume, 1\$000;  
 A Casa de Campos — três volumes truncados, 2\$500;  
 Coleção de Leis do Brasil, dois volumes, encadernados, em brochura, 5\$000;  
 Vitorino Alfieri, três volumes, truncados, 1\$200;  
 Obras de Bossuet, cinco volumes, 4\$000;  
 Cerimônias da Igreja, quatro volumes, usados, 2\$000;  
 Pronces, cinco volumes, 1\$600;  
 Concórdia dos Evangelhos, um volume, \$400;  
 Geometria do Marquês de Maricá, um volume, \$320;

- Firine — Comentário à Bíblia, três volumes, em latim, 5\$000;  
 Sermões de Bovi, quatro volumes, 1\$280;  
 Chefe d'Obras de Eloquência, dois volumes, 1\$230;  
 Tesouro de Meninos, cinco volumes, 1\$200;  
 Dicionário dos Santos, dois volumes, 1\$000;  
 Biografia da Mocidade, quatro volumes, 1\$000;  
 Odes — Os Elementos de Economia Política, \$500;  
 Say — Riqueza Individual, um volume, 1\$000;  
 Dicionário Francês, de Constâncio, dois volumes, 3\$000;  
 Quarenta e oito volumes de diversas obras usadas e truncadas, 8\$000;  
 Diversos cadernos em brochura, 4\$000.

#### AVALIAÇÃO DA MOBÍLIA

- Um par de canastras usadas, 5\$000;  
 Vinte e três cadeiras tecidas de palhinha, usadas e algumas desmanchadas, 57\$500;  
 Duas poltronas tecidas de palhinha, usadas, 6\$000;  
 Um aparador com pés torneados, 6\$000;  
 Três mesas de jogo, 12\$000;  
 Uma mesinha com uma gaveta, 1\$600;  
 U'a marquezia de palhinha, 8\$000;  
 Uma outra marquezia forrada de sola, 5\$000;  
 Um espelho de parede, ordinário, 3\$000;  
 Uma bandeja grande, usada, 2\$000;  
 Outra bandeja pequena, bom uso, 1\$000;  
 Uma bandeja e tesoura de casquina, para velas, \$640;  
 Uma cruz com imagem do Senhor Crucificado, de metal branco, 8\$000;  
 Um tinteiro, arceiro de vidro, campainha, de bronze, 2\$000;  
 Quatro catres tecidos de couro, usados, 8\$000.

#### SÍTIO DA D. JUSTINA (\*)

- U'a meia cômoda ordinária, de araribá, 6\$000;  
 U'a mesa ordinária, antiga, 4\$000;  
 Um baú usado, com duas fechaduras, 4\$000;  
 Quatro cadeiras, sendo duas de assento de palhinha e duas de encosto e assento de pau, 6\$000;  
 Um banco tecido de palhinha, 4\$000;  
 Outro banco tecido de palhinha, velho, forrado e quebrado, 1\$000;  
 Um armário, usado, 5\$000;  
 U'a mesa ordinária, 2\$000;  
 Duas mesinhas ordinárias, 2\$500;  
 Um par de canastras usadas e sem chaves, 2\$000;  
 Um folé com uma panela de ferro, para matar formigas, 6\$400;  
 Uma pistola fulminante, usada, 2\$000;  
 Uma frasqueira com seis frascos brancos, 6\$400;  
 Um óculo de alcance, 6\$000;  
 Um toucador velho, com gaveta, 2\$000;  
 Um par de caçambas, bom uso, 6\$400;

(\*) Fazenda "Pau Grande", vendida ao Barão de Limeira.

Uma tesoura de podar plantas, \$500;  
 Dois parafusos de cama, uma tesoura de podar, uma baleira, um cate e desparafusador de pistola, 1\$500;  
 Dois pares de castiçais de casquinha, sendo um par com manga de vidro, 6\$000;  
 U'a manga de vidro grande, 3\$000;  
 Uma bandeja usada e uma escova para cabelo, 1\$000;  
 Um tinteiro areeiro, de latão, 2\$000;  
 Uma banheirinha pequena com assento de madeira, 2\$000;  
 Um tacho de cobre, velho, pesando oito libras, mais ou menos, 3\$200;  
 Outro tacho de cobre, velho, de quatorze libras, mais ou menos, 5\$600;  
 Outro dito, grande, com vinte e cinco libras mais ou menos, bem velho, 10\$000;  
 Uma panela de ferro, velha, fundida, 1\$000;  
 Uma dita, com duas arrobas e oito libras, 3\$600;  
 Dois fornos de ferro, fundido, 6\$400;  
 Duas bacias de arame grande, bem usadas, 7\$000;  
 Uma balança grande com pesos de ferro, de uma arroba, 4\$000;  
 Um serrotão, 6\$000;  
 Cinco enxadas usadas, 2\$000;  
 Duas foices e um machado, 1\$920;  
 Três macacos de erguer madeiras, 24\$000;  
 Um couro de onça, em parte furado, pequeno, 1\$000;  
 Dois ferros de arados e uma charrua, 6\$000;  
 Uma estante, 1\$600;  
 Uma cômoda velha, 5\$000;  
 Um termômetro, 1\$000;  
 Uma agulha de marcar, \$640;  
 Um forno mais de ferro, 3\$200;  
 Um fogareiro de cobre, \$500;  
 Um lampeão de candieiro, \$640;  
 Dois bancos de tábuas, usados, 2\$000;  
 Duas salvas pequenas, de casquinha para copos d'água, usadas, 2\$000;  
 U'a mesa de jantar, 4\$000;  
 Um banguê coberto e forrado de couro cru, com cilhões, 40\$000;  
 Um realejo com desmancha, 40\$000;  
 Um par de credências, 2\$000;  
 Um relógio de parede, com caixa, 30\$000;

#### Avaliação do oratório e pertences

Um missal novo, 10\$000;  
 Um quadro com estampa do Senhor Bom Jesus, 2\$000;  
 Seis castiçais de casquinha para baqueta, 12\$000;  
 Um turíbulo... de casquinha, 8\$000;  
 Uma campainha, \$320;  
 Um par de galhetas, 1\$000; sendo a galheta e prato de vidro;  
 Três sacras, \$960;  
 Um par de vasos-azues e dourados, 4\$000;  
 Cinco vasos dourados, sendo três grandes e dois pequenos e um já quebrado, 4\$000;  
 Seis castiçais de pau, dourados, e quatro palmas de pau, douradas, 6\$000;  
 Uma imagem do Senhor Crucificado, grande, e Senhora das Dores, com resplendor de prata, 30\$000;

Outra imagem do Senhor Crucificado, pequena, com resplendor de prata, 6\$000;  
 Duas casulas ricas, sendo uma encarnada e outra branca, com seus pertences, 180\$000;  
 Duas casulas de seda, lavradas, uma vermelha e outra branca, com seus pertences, 70\$000;  
 Duas casulas, sendo uma roxa, outra verde, uma de damasco e outra de seda lavrada, 40\$000;  
 Três sanefas para preparo do nicho, com galão e renda, 10\$000;  
 Duas casulas, sendo uma branca e vermelha e outra roxa e verde, 40\$000;  
 Uma alva, amito e cordão, 4\$000;  
 Uma toalha de altar, 1\$600;  
 Uma colcha de Damasco, amarela, forrada de tafetá carmezim, com alguns furos, 5\$000;  
 Uma colcha grande de Damasco, com barcobas e forrada de tafetá, 20\$000;  
 Dezenove peças de sanefas, todas de Damasco, 19\$000;  
 Outra colcha de Damasco, encarnada, sem barcobas, 16\$000;  
 Um frontal de lhama, amarelo, falso, 10\$000;  
 Outro frontal velho, 2\$000;  
 Três pedaços de velins branco e vermelho, 3\$000;  
 Um relógio de algibeira com caixa de ouro, 60\$000;

#### Segue avaliação da prata e ouro

Um cálice palma e colherzinha, de prata, com cento e setenta oitavas, a \$240 a oitava, tudo por 40\$800;  
 Uma espora de prata e seis fivelas e um lapis de prata, com quarenta e três oitavas, a \$240 a oitava, tudo por 10\$320;  
 Um par de fivelinhas de ouro, para calções, 4\$000;  
 Um par de fivelas de ouro, para sapatos, 20\$000;  
 Outro par de fivelas de sapatos, de prata, 4\$000;  
 Outro par de fivelas de sapatos, douradas, 2\$000;

#### Seguem mais ferros e outras cousas

Uma luneta com corrente de aço, 2\$000;  
 Um par de estribos de ferro, de mola, 2\$000;  
 Dois signos, um grande e outro pequeno, de bronze, sendo um quebrado, 14\$000;

ANEXO XXXI

RELAÇÃO DOS OBJETOS QUE PERTENCERAM AO PADRE DIOGO  
ANTÔNIO FEIJÓ E QUE FAZEM PARTE DA COLEÇÃO DO MUSEU  
HISTÓRICO NACIONAL (\*)

- I — Oratório.
- II — Relógio.
- III — Crucifixo.
- IV — N. Sra. das Dores.
- V — Botão de uma roupa de caça.
- VI — Emblema (coroa) de farda usada quando regente do Império.
- VII — Cabaça para mate.
- VIII — Faqueiro de prata. Faltam duas facas.
- IX — Livro de orações que pertenceu ao Padre Feijó e fora de seu padrinho e educador Padre Fernando Lopes de Camargo.
- X — Imitação de Cristo. Edição de 1826. Pertenceu ao Padre Feijó e fora de seu padrinho e educador Padre Fernando Lopes de Camargo.
- XI — Tratado das Obrigações da Vida Cristã. Edição de 1779. Pertenceu ao Padre Feijó e fora de seu padrinho e educador Padre Fernando Lopes de Camargo.

(\*) Ver na página seguinte a Relação dos objetos de Feijó existentes no Museu Paulista.

Na sala A-18 (1.º Pavimento — lado oeste):

- Cama em que se celebrou a Missa.
- Sofá ("canapé").
- Mesa de abrir. Fechada, servia de consolo.
- Mesa de abrir, com pano verde desbotado (mesa de jogo).
- Poltrona.

Na sala B-3 (2.º Pavimento — lado oeste):

- Paramentos sacerdotais usados pelo Pe. Feijó em sua Fazenda das Dores, Município de Campinas: Casula, estola e manipulo.
- Bolsa usada na celebração da Missa.
- Estas quatro peças são de fazenda branca, com ramos e flores de ouro.
- Galões (nas quatro peças), franjas (na estola e no manipulo) e borda (na bolsa): amarelo-ouro.
- Colete de fantasia marron (com ramos e flores da mesma cor).
- Guarda-Chuva. Pano branco. Aberto: diâmetro 1 m 15.
- Escrivaninha portátil.

## ANEXO XXXII

### O RETRATO DO HOMEM DE HONRA E VERDADEIRO SÁBIO (\*)

O sábio e homem honrado põe a sua felicidade em temer a Deus, e em lhe ser fiel; olha o pecado como o maior dos males e quisera antes perder tudo que cometê-lo.

Fala sempre com o maior respeito de Deus, da religião, das cousas santas, e dos maiores; nem murmura deles, nem o consente fazer se pode. Não se envergonha de ser devoto, nem de o parecer, mas evita exteriores, que faria ridicularizar sua piedade.

Nem um interesse é capaz de o fazer mentir, e faltar à verdade; mas não jura por ele: e sabe guardar segredo a tempo, e sem mentir jamais.

É tão fiel à sua palavra como prudente em a dar. Observa o que tem prometido, sem agravar a consciência e faltar à lei.

Está sempre pronto para servir a todos, quando pode.

É docil e afável até com os pequenos, nunca mostra desigualdade de humor e de gênio, que o faça odioso e insuportável, tem sempre um rosto sereno, e esta amável alegria, companheira da inocência e da bondade do coração, naturalmente é civil e político com todos e se contrafaz para não molestar alguém.

Não despoja e vexa cruelmente o pobre ainda que este lhe deva, quer antes experimentar as infelicidades do que fazer alguém infeliz; nem também conserva na mão o salário, do artifice e trabalhador.

O homem de honra cumpre fielmente com as obrigações de pai, de esposo e de amo: seus domésticos se julgam felizes em o servir; porque ele os trata mais como filhos do que como servos; seu império é o da doçura e do amor. Honra com o maior respeito aos que lhe deram a vida, e a sua mesma velhice lhe aumenta o cuidado e o amor; debaixo de qualquer exterior que os veja, suas pessoas lhe são sempre veneráveis.

Agradecido ao bem que se faz, corresponde, quando pode, igualmente, e até com a maior liberalidade, mas sem mostrar que não quer ficar em obrigação.

É generoso, humano, benéfico; gosta de fazer o que pode atrair os outros sem contudo pensar nisso nem o desejá-lo. Ele nem se admira nem se desanima quando lhe pagam com ingratidões os benefícios, porque os não faz só por amor dos homens, mas para agradar e imitar ao soberano-benfeitor.

Seu gosto é fazer bem, antes que lho peçam e, quando não pode, se desculpar em termos tão sinceros e cortezes, que obriga e encanta; e jamais se jacta do benefício que faz; nem se esquece do que lhe fazem.

Estima emprestar sem algumas outras precauções do que aquelas que dita a prudência; e faz aos outros o mesmo que em iguais circunstâncias quereria que lhe fizessem, sem esperar interesse ou recompensa, senão daquelle que declara — que todo o que emprestar a elle, é não ser lumbro (Luz. 6) e olharia como um ganho sórdido e vergonhoso, o que grangeasse de esse modo, se ao menos não soffresse ou temesse alguma perda.

Não tem inveja da fortuna dos outros; fala bem até dos seus mesmos emulos, não procura escurecer o esplendor que os cerca; é o primeiro em lhes fazer justiça; nunca se presume mais digno do que eles; só faz à sua glória uma louvavel emulação e ansiosos desejos de praticar melhor o que os outros praticam bem.

Ele guarda sem trabalhos os segredos dos outros e encerra com igual discreção o que a imprudência ou a liberdade da conversação declara, sem lhe escapar palavra que o faça mesmo suspeitar.

É prudente em seus discursos e em suas ações nem se mostra violentado nem muito livre; quer antes parecer um tímido que atrevido. A ninguém condena, se pode, ser ouvir particularmente no que PERTENCE a honra do próximo.

O homem honrado se aplica a saber e a estudar a religião; mas não rejeita o que a razão não pode compreender, antes submete suas fracas luzes à autoridade de Deus, que não pode enganar-nos.

Faz bem aos pobres, mais em vida que depois de morto, porque seu merecimento é muito maior; e se empenha em aliviar a humanidade abatida conforme as suas posses.

Gosta de conservar boa reputação; pois aquelle que não a estima transgride a lei do Espirito Santo e se faz digno de desprezo; e olha com horror os duelistas, que por um falso ponto de honra, por matérias, algumas vezes, bem frívolas respiram a mais bárbara vingança.

O sábio é reto, sincero, e nada preza tanto como ser virtuoso; ele não se entrega à vingança; antes põe a glória em dominar seus movimentos vencer-se a si mesmo e perdoar as ofensas, os termos impolíticos; os ditos picantes e injuriosos ultrajes, recaem sobre o seu autor, e só a ele deshonram. A sua vingança é dar bem por mal e obrigar a seus inimigos quando apesar — se os tem, a que o amem não se vingando deles senão com benefícios.

O sábio não fala muito, porque os grandes faladores são olhados como insensatos e loucos.

Sabe na conversação falar e ouvir; ou para melhor dizer, ouve mais do que fala; sem cair contudo em extremos viciosos. Instruído pela sua experiência e pela dos outros, que é no falar que se cometem maiores faltas, pensa muito no que diz, e tem cuidado em não dizer qualquer cousa que possa ofender a Deus, aos homens, e prejudicar aos outros ou a si.

Evita as disputas, que não são necessárias porque a caridade, perde nelas mais do que ganha a verdade. Sabe acomodar-se a todos os espiritos e a todos os gênios, quando a decência e a sabedoria o permitem; e se porta de modo que a ninguém desagrade, julgando favoravelmente dos outros, escusando suas fraquezas e não envenenando suas virtudes. Contudo não confia imprudentemente em todo o gênero de pessoas; encerra em si mesmo o que importa ter occulto, e não diz senão o que quer que lhe se saiba; nem procura meter-se nos negócios alheios, nem comunica os seus, patenteia o rosto e fecha os lábios e o coração, porque a lingua indiscreta arruina os mais sábios projetos.

O sábio não é soberbo, por mais nobre e rico que seja; persuadido de que o merecimento nada tem, que se lhe assemelhe menos do que a altivez

e orgulho. Sabe quando é preciso conservar os direitos de sua ordem e dignidade, mas sem soberba.

Jamais se jacta do seu nascimento ou riqueza; mostra-se superior a estas vantagens esquecendo-as. Não louva seus talentos e qualidades, é o unico que os ignora. Por mais alto que seja o ponto de glória onde sobe a vaidade não se assenta ali com elle; conserva no meio dos benefícios da fortuna a simplicidade dos costumes e a afabilidade do gênio.

Ele encontra em sua virtude e religião, remédio para todos os contratempos, que lhe succedem, e triunfa deles pelo seu valor, sem a ridícula insensibilidade dos falsos sábios do paganismo. As desgraças e as enfermidades o abalam mas não o abatem; affligem-no, porem não o perturbam. A mesma injustiça dos homens a seu respeito não o surpreende, porque já o esperava e vivia tranquillo. O testemunho da sua consciência o consola. Sente ter inimigos, mas não perde porisso assaz nem enfada os mais com a narrativa de suas dores e desgraças; e se não pode deixar de sentir seus males ao menos foge de os fazer sentir aos outros.

O sábio sofre com paciência o mau gênio e defeitos das pessoas com quem trata, e procura não precisar de igual indulgência; nada lhe parece mais ridiculo, do que intentar reduzir todo o mundo à sua vontade, e não querer sujeitar-se a nem um.

O infeliz, e principalmente seus amigos, parentes, acham sempre alívio na bondade de seu coração, remédio em sua beneficência, e poderoso arrimo em seu crédito.

Ocupa-se mais em se emendar das suas faltas do que em emendar as dos outros; e quando se vê obrigado a repreender ou castigar, o faz com brandura e bondade.

Os defeitos dos homens lhe inspiram mais compaixão e ternura do que aversão e aspereza, porisso não é arrebatado e cruel a respeito dos que deva repreender; não usa jamais destas admoestações picantes e duras, que só servem ordinariamente de azedar os culpados, desesperá-los e enchê-los de odio e de aversão.

Emprega firmeza quando se faz precisa e nunca cólera.

Elogia aos outros de boa vontade, mas não é pródigo nos louvores. Crê dever ao merecimento e a virtude unicamente este justo tributo, que é tão puro como o seu coração.

Envergonha-se igualmente de receber elogios que não merece. Ainda que a verdade seja menos agradável que a lisonja, estima ouvi-la da parte dos seus mesmos inimigos; honra a virtude debaixo dos mais vis exteriorres: estima todo o homem virtuoso em qualquer estado e situação em que o veja e unicamente aborrece o vicio.

As graças que lhe dizem não o irritam, porque tem a alma grande e lança tudo à boa parte. Não se afflige sem propósito; nem dá falsas interpretações a palavras e discursos, que podem não lhe pertencer. As mesmas graças picantes e inofensivas dissimula com prudência, ou as repulsa com presteza.

Foge das amizades perigosas que poderiam corromper seu coração, e perverter seu espirito; e quanto mais agradável é a companhia de certas pessoas sem religião e bons costumes, tanto mais a teme.

Conhece que nos acostumamos facilmente a gostar e adotar os sentimentos ainda mais desprezíveis das pessoas que amamos, e adverte que os pomos podres comunicam depressa sua corrupção aos bons.

Igualmente evita a comunicação pedante; e todos, pelo temor de se impacientar, e porque são opostos ao seu carater sério e modesto.

É prudente na escolha de seus amigos e procura mais tê-los bons do

que muitos, persuadido que um amigo fiel é das cousas mais raras no mundo. A ninguém dá sua amizade, senão depois de os ter longo tempo experimentado, porque os quer para sempre.

Custa-lhe tomar amigos e ainda mais deixá-los; porém não os quer se não virtuosos e honrados.

O sábio renuncia gostosamente a toda comunicação que não pode conservar sem crime, e prefere quase sempre a sociedade dos seus iguais às pessoas muito acima ou abaixo de sua condição.

Jamais profere cousa alguma que ofenda a reputação do próximo. Sabe que as murmurações fazem de ordinário chagas profundas, e sabe também que é maldade e imprudência de nossa língua que adquirimos os maiores inimigos. Ele diz com prazer todo o bem que conhece nos outros e cala o mal quando não tem justas razões de o descobrir. Falando dos vícios e defeitos, não nomela as pessoas enquanto elas mesmas não têm renunciado publicamente à reputação e honra.

Gosta de ouvir dizer bem dos seus inimigos, e até de falar. Aplauda os elogios que se dão aos ausentes, principalmente quando o seu silêncio pode ser olhado como uma tácita maledicência. Não somente foge de murmurar, mas nem o consente em sua presença.

Na sociedade algumas vezes graceja para divertir a conversação, mas sem ofender a alguém; todos riem com ele, e nem um se entristece. Não se assemelha aos indiscretos, que querem antes perder um amigo que uma boa lembrança.

O sábio nada enuncia sem consultar com pessoas discretas e prudentes. Toma conselho com seus amigos, porque não confia em si; porém, tem grande cuidado em discernir o amigo do lisonjeiro, que pode enganar e precipitar.

Consulta de melhor vontade do que aconselha e deixa que as pessoas que não estão a seu cargo obrem segundo as próprias idéias, quando a necessidade ou a caridade não obriga a propor-lhes as suas.

Não se mete em demandas facilmente sem consultar as pessoas mais habéis, porque muitas vezes principiam bem e acabam mal; mas sem mostrar que as teme faz tudo quanto pode para as evitar, persuadido, que diminua os pecados a composição das demandas. Não é mexeriqueiro, nem vai com palavras inconsideradas perturbar o sossego das famílias e desunir os amigos, antes o seu gosto é procurar-lhes a paz e a concórdia.

Ele não é desconfiado, mas acautela-se de todos, principalmente dos que conhece, e até com os mesmos amigos tem uma prudente reserva, enquanto por longas experiências não conhece serem dignos de toda a sua confiança. Contudo, desconfia ainda, mais de si mesmo e de seu próprio coração que está sempre disposto a entregá-lo e a deixar-se vencer dos enganosos objetos.

Teme as formidáveis setas do amor e foge para mais seguramente triunfar delas, invocando os socorros do céu, que lhe são necessários contra um inimigo tantas vezes vencedor de nossa razão quando confia unicamente em si.

Evita todas as ocasiões perigosas e vigia sempre sobre os sentidos, que lhe não dê entrada.

Foge igualmente do vinho, porque tem quase sempre por companhia a sensibilidade, e porque de ordinário não nos deixa até à sepultura e nos atrai o desprezo de todos.

Algumas vezes joga, mais por condescendência que por gosto; e nunca sacrifica à paixão do jogo o seu tempo, os seus bens e a sua virtude.

Proíbe-se severamente de todos os jogos de fortuna. O ganho e a perda o acham sempre com o mesmo rosto alegre.

É moderado em seu trabalho e em seu sono. Evita o excesso dos manjares, porque o uso imoderado ainda dos mais saudáveis os faz nocivos e venenosos.

Obrigado a comer para se alimentar, não o faz para deleitar-se, mas para reparar suas forças e para cumprir melhor as suas obrigações. A dignidade de seus motivos justifica a sua ação.

Em todo o tempo de sua vida procura estar sempre igualmente apartado de uma louca prodigalidade, e de uma infame avareza, porque a virtude acaba onde o excesso principia. Liberal por gênio e econômico por justo, poupa seu dinheiro em um dia para servir-se dele a propósito em outro; persuadido que o dinheiro é um bom servo e muito mau senhor; e ainda que se trate com parcimônia ordinariamente é generoso nas ocasiões e sabe gastá-lo quando é preciso. Sua mesa é simples e frugal e os banquetes e jantares que dá são sempre regulados pelas suas posses e pelas circunstâncias e qualidade dos hóspedes e convidados, e nunca põe a sua glória em arruinar-se com eles.

O sábio é avarento do tempo, de que conhece todo o peso; não dá nem um só instante a cousas inúteis e frívolas; sempre está ocupado porque o maior incômodo para ele é não ter que fazer e reputa por um homem digno de compaixão o que não se aplica a alguma cousa sólida.

A tristeza foge dele, porque enchendo toda a sua vida de uma contínua série de ocupações virtuosas, forma delas uma cadeia de verdadeiros prazeres. Considera o trabalho como o amigo dos homens, como o seu consolador, como uma cousa que lhes é sumamente precisa, e assim o ama e o abraça.

Quer antes ordinariamente conversar consigo mesmo do que com os outros, convencido de que nunca estamos mais bem acompanhados senão quando estamos sós.

Sua sabedoria nem é sombria nem feroz, mas, alegre e amavel; não rejeita os prazeres e divertimentos inocentes, e bem regulados; mas os toma como honesto recreio e descanso, ou como um remédio concedido pela natureza à nossa fraqueza e sempre depois de haver cumprido com as obrigações do estado.

Aplicado invariavelmente ao seu dever, vive contente quando o tem cumprido, sua alma descansa no testemunho interior de uma consciência pura e goza do maior contentamento quando nada sente nela, que possa repreender-se. Prefere as suas obrigações a tudo.

Amando sempre o autor da natureza, e louvando-o igualmente, qualquer que seja a sua fortuna tem esta manifestação de desejos, que é a herança do homem virtuoso, e a mais pura fonte de felicidade que podemos gozar sobre a terra. Contento com o que possui, não troca sua preciosa mediocridade por todo o brilhante fausto da opulência.

O sábio não aspira nem procura as dignidades, não chega a elas senão quando é chamado pela autoridade conduzido pelo talento e colocado pelo nascimento.

Quer antes fugir das grandezas, que buscá-las; teme mais os escolhos que nelas se encontram, do que se agrada do esplendor que as acompanha. Não deseja adquirir grandes riquezas, mas não as lança fora, porque podem servir-nos empreendendo-as bem.



Desta sorte discorre o sábio, elevando seus pensamentos e idéias até o trono do mesmo Deus. Lá pede alguns raios dessa suprema sabedoria com que governa o universo, afim de que possa condizir-se com paz e no meio dos charcos e trevas deste mundo, e chegar felizmente ao porto imortal da felicidade.

Eis aqui o retrato do homem de honra e verdadeiro sábio. Imitai-o se quereis ser felizes.

Padre Diogo Antônio Feijó.

### ANEXO XXXIII

#### CASAS DE D. MARIA JUSTINA DE CAMARGO

Ilmos. Snrs. da Câmara Municipal — Diz D. Maria Justina de Camargo que tendo sido rebaixado há muito tempo o terreno da rua que vai da Academia para o da Casa Santa, e achando-se portanto as três casas que a supte. aí possui muito acima do nível da dita rua, requer a VV. SS. se dignem mandar fazer o respectivo nivelamento, afim de que a supte. possa quanto antes providenciar sobre a fatura da calçada pertencente às mesmas casas — P. a VV. SS. se dignem deferir na forma requerida. Assina pela suplicante o procurador José Pereira Mendes. Requerimento deferido a 1.º de julho de 1861 (Cartas de Datas de Terra (1861 a 1863) vol. XX., pg. 45, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1940)".

Para melhor orientação, diremos que duas casas edificadas na rua Senador Feijó, uma delas fazendo esquina com a rua Cristovão Colombo, eram contíguas. A rua da Casa Santa é hoje denominada rua do Riachuelo, sendo que os terrenos de ambas as casas chegavam até esta última rua.

Mais tarde, nos fundos do terreno ocupado pela casa da rua Senador Feijó, esquina com Cristovão Colombo, foi construída uma casa, que, por sua vez, situada na rua do Riachuelo, fazia esquina com Cristovão Colombo, também.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVES (Comendador José Luiz) — "O Regente Padre Diogo Antônio Feijó", in "Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro", 54, 131, Rio, 1891.
- AMARAL (Leopoldo) — "Campinas — Recordações". Secção de Obras d'O Estado de São Paulo", São Paulo, 1927.
- ANON. — "Monografia da Catedral de Campinas". Tip. da "Ave Maria", São Paulo, 1942.
- ANON. — "Monografia de Campinas". II, Ed. Casa Genoud, Campinas, 1922.
- ANON. — "Necrologia do Senador Diogo Antônio Feijó", escrita por \*\*\* (segundo o Catálogo da Exp. Hist. da Biblioteca Nacional, o autor é Geraldo Leite Bastos) e publicada pelo dr. A. J. de Melo Moraes. Ed. J. J. do Patrocínio, Rua das Violas, 39, Rio, 1861.
- BLAKE (Augusto Vitorino Alves Sacramento) — "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", 2.º, 173-175 e 463-467. Imprensa Nacional, Rio, 1893.
- ROAS (F.) — "Race, Language and Culture". — MacMillan, New York, 1940.
- BOURROUL (Estevam Leao) — "O Padre Feijó", in Revista do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo, XI, 1907.

NOTA DO AUTOR — Conforme referência do jornalista José Elias Lisboa, em seu "Almanaque Literário Paulista", 1880, o cidadão Tristão Mariano da Costa, de Itú, tinha em seu poder o autógrafo desse trabalho que o Padre Feijó deu a seu pai, o Cirurgião-Mor Francisco Mariano da Costa.

- "O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt (1818-1893)". Ensaio Biográfico. Tip. Espindola, Siqueira e Cia., São Paulo, 1900.
- CARTAS:**  
Do Comendador Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro ao dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, o Barão Homem de Melo, transcrita no artigo "Viagem a São Paulo", in "Gazeta de Campinas", de 17-4-1873 (anexo XXIV).  
Do dr. Ricardo Gumbleton Daunt ao Barão Homem de Melo (anexo X).
- Do mesmo, a diversos, no arquivo particular de seu neto e homônimo, autor deste trabalho.
- CARVALHO FRANCO** (Francisco de Assiz) — "Os Camargos de São Paulo", ed. Spes, São Paulo, 1937.
- CHAGAS LIMA** (pe. Francisco das) — "Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava" in "Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, IV, reeditada em "Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava", de Artur Martins Franco.
- CODEX JURIS CANONICI.**
- COUTO DE MAGALHÃES** (José Vieira) — "Ensaio de Antropologia — Região e Raças Selvagens", in Revista Trimensal do Inst. Hist. Geog. e Etnog. do Brasil", XXXVI, parte 2.ª, pág. 359, 1876.
- "O Selvagem". Tip. da Reforma, Rua 7 de Setembro, 181, Rio, 1876.
- Idem. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 4.ª ed., coleção Brasileira, 1940.
- DAUNT, Neto** (Ricardo G.) — "Tradições Paulistas — Dona Maria Justina de Camargo", in "Revista do Inst. de Estudos Genealógicos", São Paulo, I, 1937.
- "Diogo Garcia e Júlia Maria da Caridade, naturais da Ilha de Fayal, e sua geração", in "Revista do Inst. Heráldico-Genealógico de São Paulo", n. 9.
- "O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt", conferência proferida, a 1.º de dezembro de 1939, em Campinas, a convite do Centro de Cultura Intelectual, em comemoração ao bi-centenário da cidade, in "Revista Cultura", Rio de Janeiro, 1940; "O Estado de São Paulo", de 24 e 25 de janeiro de 1940; e "Diário do Povo", Campinas, 20 de janeiro de 1940.
- "A individualidade do pe. Diogo Antônio Feijó", conferência proferida no Inst. Hist. Brasileiro, em sessão de 30-10-943, publicada no "Jornal do Comércio", de 14-11-943.
- "Da família Camargo à identidade física do Pe. Diogo Antônio Feijó", conferência proferida no Inst. Hist. e Geog. de São Paulo, em sessão de 5-11-943, publicada no "O Estado de São Paulo", de 7-11-943.
- "Aspectos da individualidade do Pe. Diogo Antônio Feijó", conferência proferida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, em sessão de 27-11-943.
- DAUNT** (Ricardo G.) — "Reminiscências do Distrito de Campinas em Bairro, Freguezia e Vila", in "Revista do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo, XL, 1942.
- "A Capela de Nossa Senhora do Rosário de Campinas — 1880", in "Almanaque Literário de São Paulo para 1881", VI, 137-141, ed. José Maria Lisboa, São Paulo, 18.
- EGAS** (Eugênio) — "O Monumento de Diogo Antônio Feijó — 1908-1913". Tip. do Diário Oficial, São Paulo, 1913.

- "Diogo Feijó", 1.º e 2.º. Tip. Levi, Rua Brigadeiro Tobias, 21, São Paulo, 1912.
- ELLIS JUNIOR** (Alfredo) — "Feijó e sua Época", in "História da Civilização Brasileira", XVI, Universidade de São Paulo, 1940.
- FEIJÓ** (Diogo Antônio) — "O retrato do homem de honra e verdadeiro sábio", in "Almanaque Literário de São Paulo", 1880, pg. 107.
- FREYRE** (Gilberto) — "Problemas Brasileiros de Antropologia", Ed. C. E. B., Rio, 1943.
- HOMEM DE MELO** (Francisco Inácio Marcondes) — "Diogo Antônio Feijó", in "Guaianá", jornal científico, político e literário, redigido por acadêmicos. Tip. 2 de Dezembro, de Antônio Louzada Antunes. São Paulo, 1856. (Da coleção do Ins. Hist. e Geog. de S. Paulo. Estudo reeditado e refundido nos dois seguintes).
- "O Padre Diogo Antônio Feijó", in "Esboços Biográficos". Tip. Literária, 1858. Exemplar encadernado em conjunto com a obra "Estudos Históricos Brasileiros", do mesmo autor, Tip. 2 de Dezembro, de Antônio Louzada Antunes, São Paulo, 1858. (Exemplar pertencente ao Inst. Hist. e Geog. de São Paulo).
- "O Padre Diogo Antônio Feijó", in "Esboços Biográficos", na "Biblioteca Brasileira", II, 1.ª parte. Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", Rio, 1862.
- "Viagem a São Paulo 1868-outubro", in "Gazeta de Campinas", de 24-4-1873 (anexo XXIV).
- LEAO** (Ermelino de) — "Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná".
- MARTINS FRANCO** (Artur) — "Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava", Ed. do Museu Paranaense. Tip. João Haupt, e Cia, Curitiba, 1943.
- MELO** (J. A. Teixeira de) — "Efemérides Nacionais", in "Gazeta de Notícias", 1.º, 236, Rio, 1881.
- MELO MORAIS** ( ) — "Diogo Antônio Feijó", in "Galeria dos Brasileiros Ilustres", S. A. Sisson, 2.º, 81. Tip. Universal de Laemmert, Rio, 1859. (Exemplar pertencente à Biblioteca Municipal de São Paulo).
- MENDES CORREIA** (A.) — "Cariocas e Paulistas". F. Machado — Porto, 1935.
- MONOGRAFIA...**  
"Livro de Ouro de Ricardo Gumbleton Daunt" (1818-1918). Primeiro Centenário do seu nascimento. Ofs. gráficas Cardoso Filho e Cia., Rua Direita, 25, São Paulo, 1918.
- MONT'ALVERNE** (Frei Francisco de) — "Obras Oratórias", I, Porto, 1887.
- NEGRÃO** (Francisco) — "Genealogia Paranaense", I, Imprensa Paranaense, Curitiba, 1926.
- OTAVIO** (Benedito) — "Campinas e a Independência", Ed. Casa Genoud, Campinas, 1922.
- e **MELILO** (Vicente) — "Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas para 1912", Tip. Casa Mascotte, Campinas, 1911.
- POMPEU** (A.) — "Os Paulistas e a Igreja", I e II, Empr. Gráf. "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1929.
- PUBLICAÇÕES OFICIAIS:**  
"Atas da Câmara de São Paulo", pub. do Arquivo Municipal de São Paulo, 19..
- "Cartas de datas de terra (1861-1863)", pub. do Dep. de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1940.

- "Documentos Interessantes" publicado no Arquivo do Estado, div. ...  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (coleção ...)  
 RIBEIRO (José Jacinto) — "Cronologia Paulista", III. Imprensa Oficial, São Paulo, 1899.  
 RIO BRANCO (Barão do) — "Efemérides Brasileiras", Imprensa Nacional, Rio, 1918.  
 RODRIGUES (João Lourenço) — "Pró Aris et Focis" — Monografia sobre a Matriz Velha de Campinas, atual do Carmo. Tip. Cruzeiro do Sul, São Paulo, 1939.  
 SAINT-HILAIRE (Auguste de) — "Viagem à Província de São Paulo", trad. de Rubens Borba de Moraes. Ed. Livraria Martins, rua da Quitanda, 82, São Paulo. Impresso na "Revista dos Tribunais", 1940.  
 SILVA LEME (Lutz Gonzaga da) — "Genealogia Paulistana", I, IV, VII, VIII. Duprat e Cia. Rua Direita, 14, São Paulo, 1903.  
 SIMONSEN (Roberto C.) — "História Econômica do Brasil — 1500-1820" I e II Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.  
 SOUSA (Otávio Tarquínio de) — "Diogo Antônio Feijó (1784-1843)", José Olímpio Editora, 1942.  
 VIEIRA (Domingos) — "Dicionário da Língua Portuguesa", Porto, 1871.  
 XAVIER FERREIRA, (Cónego dr. Ildefonso) — Prólogo no Livro 2.º, Tit. VI das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, aceitas pelo Sinodo Diocesano celebrado em 12 de junho de 1707. Impressas em Lisboa em 1719 e em Coimbra em 1720 com todas as licenças necessárias e reimpressas em São Paulo. Tip. 2 de Dezembro, de Antônio Louzada Antunes, 1853. (Obra pertencente à Biblioteca da Faculdade de Direito).

#### FONTES DE CONSULTA

Arquivo Geral da Cúria Metropolitana de São Paulo.

- " da Cúria Diocesana de Campinas.
- " particular do A.
- " particular do Sr. João Batista de Campos Aguirre.
- " particular do Sr. José Nogueira Novais.
- " particular do Dr. Teodoro de Sousa Campos Jor.
- " particular do Revmo. Mons. Dr. João Martins Ladeira.
- " particular do Dr. Celso Maria de Melo Pupo.
- " particular do Dr. José Ramos de Oliveira Júnior.

Biblioteca do A.

- " Municipal de São Paulo.
- " da Faculdade de Direito.
- " do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- " do Museu Paulista.
- " do Serviço de Identificação.
- " do Sr. Roberto Thut.
- " do Dr. F. A. Carvalho Franco.
- " do Sr. J. F. de Almeida Prado.
- " do Dr. A. A. Meneses Drummond.

Cartório do 1.º Tabelionato de Campinas.

- " do 3.º Tabelionato de Campinas.

- " do 2.º Tabelionato de São Paulo.
- " do 1.º Ofício Cível de São Paulo.
- " do 1.º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo.
- " do 3.º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo.
- Coleção de fotografias da família de D. Antônia Soares de Queiroz.
- " de fotografias da família do Dr. Paulo Florence.
- " de fotografias da família do A.
- " de gravuras da Biblioteca Nacional.
- Departamento do Arquivo do Estado.
- Ministério das Relações Exteriores.
- Museu Histórico Nacional.

NOTÍCIA BIOGRÁFICA A QUE SE REFEREM  
AS CARTAS DO ANEXO X  
(I)

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ (\*)

A Província de S. Paulo tem em seu passado verdadeiros títulos de glória, de que se orgulha com justa razão, e que a mão poderosa do tempo, que tudo destrói, lhe não poderá roubar.

Ainda o Brasil se achava sepultado nas trevas da ignorância, e sofria os tratos opressores do despotismo colonial, ela ostentava já com nobre orgulho à Europa e ao mundo o nome dos Gusmões -- circundado de uma brilhante auréola de glória.

Seus filhos, levados pelo espírito de empresa e estimulados pelo ardor dos grandes feitos -- haviam já afrontado os desertos longínquos do País, e dado ao Brasil as magníficas regiões de Minas, Mato Grosso e Goiás -- descortinando terrenos até então desconhecidos, que guardavam em seu seio tesouros grandiosos, que sua intrepidez aventureira descobriu e expôs à avidez do europeu.

No século passado muitos de seus filhos inscreveram seus nomes nos anais das letras, e o alvorecer do século XIX viu brilhar os nomes de Antonio Carlos, José Bonifácio e Martin Francisco, e essa plêiade brilhante foi mais tarde aumentada com as cívicas e acrisoladas virtudes dos Paulas Sosas e Feijós.

Ela teve a glória de ligar seu nome à Independência do País, e de tornar dessa grande epopéia a página mais gloriosa de sua história; esta preeminência não lhe pode ser disputada com triunfo por suas co-irmãs.

E hoje, que é a Província de S. Paulo? Um monumento carcomido e esborado aos golpes do tempo, que recorda apenas as passadas glórias -- fanadas em um presente lugubre, e em um futuro melancólico e sombrio!

Fatal destino, que acompanha e persegue o homem e as gerações! O prestígio da grandeza, e a fascinação do heroísmo de hoje se tocam amanhã pelo martírio do sofrimento, pelos males da obscuridade e do desprezo -- singular e doloroso contraste com o viver de outrora!

Decaída de sua glória, a Província de S. Paulo -- aí repousa triste e abatida -- ouvindo apenas os ecos sentidos da saudade -- sem ao menos refletir a luz radiosa, com que iluminou outrora o Brasil inteiro!

Essa província, que conquistou em nossa história uma página gloriosa inteiramente votada a seus patrióticos feitos, teve a preeminência de ser o berço feliz dos grandes homens, que a Providência destinara a ilustrar nossa vida social com os rasgos de suas virtudes. Os grandes políticos e homens de estado, que viram a luz em seu seio, ainda falam hoje ao seu orgulho de Mãe; ela os recorda com religiosa gratidão, e bendiz a sua memória. Feliz dela, se esses nomes servirem para despertar seus bríos, e acordá-la desse letargo profundo, que lhe impõe o presente!

Recordemos esse passado risonho -- apagado já nas trevas de um futuro precário, e vamos aí buscar um lenitivo ao menos aos males de hoje.

(\*) GUAYANA -- N. 2, 1.ª Série -- Maio, 31, 1856. Número pertencente ao Inst. Hist. e Geog. de São Paulo.

A história do Brasil tem sido ilustrada pelos nomes de muitos paulistas distintos, que têm todos concorrido para o engrandecimento de nosso País, e ligado seu nome às suas glórias. Nesse grupo magnífico e soberbo figura com honra o Padre Diogo Antônio Feijó.

Percorramos o vasto período de sua vida, seguindo em feitos grandiosos e proveitosos para a história nacional.

Diogo Antônio Feijó é um dos vultos mais bem cuidados da nossa galeria política: dotado de uma energia de ferro, e talhado para as grandes crises e comições sociais, ele desenvolveu na vida pública esse nobre e elevado caracter de desinteresse e patriotismo, que o coloca entre os maiores homens de nosso País.

Nascido nos tempos coloniais -- sofrendo a condição pesada de então -- e privado dos recursos de uma educação científica ou literária regular -- ele chegou só por seus talentos e subidas qualidades a conquistar o primeiro posto do Império.

Nem sempre os teóricos são os mais felizes nas tempestades da vida pública e da política; os "sábios discorrem bem e governam mal", disse o Marquês de Maricá: -- com efeito a história nos mostra que não poucas vezes os homens e as cousas triunfam de seus cálculos mais bem combinados: do pensamento à realização -- há a transpor um grande intervalo, erigido de dificuldades, em que baqueiam muitas vezes ainda as maiores inteligências.

O Político deve antes de tudo ser homem de ação: a sua inteligência não deve curvar-se a imposições, e a firmeza inabalável de sua vontade deve imprimir uma marcha seguida na direção suprema do estado. Esse sim, vence o império das circunstâncias, atrai-se animado às comições políticas, e foge dirigir a nau no meio dos elementos desencadeados e frementes. A vida pública de Feijó é a realização dessa grande verdade: antes de tudo, ele era homem de ação, e quando o País precisou de um braço vigoroso e enérgico, que o salvasse na borda do abismo, -- o velho e venerando Paulista apareceu no prosênio da história, e desenvolveu um papel digno dos tempos da antiga Roma. É esse o destino, que a Providência marca aos grandes homens: na ocasião, eles são tudo: fora dela, nada.

A cidade de S. Paulo cabe a glória de o haver produzido: o ano de 1784 viu nascer esse homem, que estava nos secretos designios da Providência destinado a representar um tão elevado papel (veja-se a "Oração Fúnebre" -- que na sua morte recitou, a 15 de novembro de 1843, o Padre Pedro Gomes de Camargo, à pg. 5, onde se encontram estes dados), em nossa história política. A sua mocidade nada tem de importante: a sua educação, acompanhando o espírito de então, ele a recebeu dos Padres, e foi ordenado Presbítero pelo Bispo D. Mateus de Abreu Pereira, e por algum tempo residiu nas vilas de Parnaíba e Guaratinguetá; a realização de seu destino aguardava só o concurso das circunstâncias para consumir-se; elas não tardaram em aparecer.

A gloriosa revolução do Porto -- proclamada em 24 de agosto de 1820 -- havia repercutido com força no Brasil, e trazido a este País uma nova fase política. A nacionalidade Portuguesa, longo tempo sufocada, se havia erguido para dar ao Reino uma Constituição, a nova ordem de cousas foi imposta ao velho Rei D. João VI, e a prerrogativa das circunstâncias o coarçou a sancioná-la. O Brasil teve então de nomear seus deputados às Cortes de Lisboa; nessa época esperançosa em que novos horizontes se abriam para o País, o nome do respeitável Paulista foi lembrado com honra para figurar entre seus representantes; e a Província de S. Paulo o nomeou de-

putado às Cortes. Feijó se mostrou digno da missão que lhe fora confiada: os interesses brasileiros estavam gravemente comprometidos pelas medidas revolucionárias das Cortes; Feijó abraçou com ardor a causa do Brasil, e quando viu, que seus esforços eram impotentes no congresso Português, retirou-se à sua Pátria com outros dignos brasileiros para se votar ao serviço da Independência.

Chegado ao Brasil, ele continua seu tirocínio político: antes de aparecer no teatro da história e desenvolver esse elevado caracter de civismo romano, que faz sua glória, a ordem das cousas e dos acontecimentos o fazia passar por longos ensaios.

A Constituinte, a primeira Legislativa ordinária, e ainda a seguinte o viram em seu seio como mandatário de sua Província: sua fisionomia política, porém, não estava ainda constituída e pronunciada: apenas os fatos e as circunstâncias o preparavam para o cumprimento de sua missão.

No primeiro reinado sua figura foi mediocre: pouco influiu na política de então; e o acontecimento estrondoso da época -- o 7 de abril de 1831 viu seu nome passar despercebido e desconhecido quase: nesse successo -- Feijó não teve parte alguma -- achando-se a esse tempo em sua Província. De 1831 em diante, porém, a cena mudou-se, e é propriamente dessa época que começa sua existência para a história; a revolução de 7 de abril transformara a ordem de cousas do País -- abalando-o profundamente, e chegando até a ameaçá-lo com uma dissolução social: o Império estremejava até os alicerces: as cousas públicas havia mtomado um caracter sinistro e aterrador, e o político consternado antevia já páginas de sangue manchando nossa história: as exigências da democracia vitoriosa e a sanha de uma facção desvairada e iníqua, que procurava aproveitar-se das eventualidades da revolução para rasgar o seio da Pátria, ameaçavam já sorver a Monarquia. A consternação iavrava em todos os espíritos: tudo vacilava, e o Império Brasileiro parecia prestes a desmoronar-se.

É uma triste fatalidade, que acompanha todas as revoluções: por mais moderadas que seja, por mais sagrado que seja o principio que elas defendam, depois da vitória não lhes é jamais dado conter-se na meta, que visavam antes do combate. O carro da revolução se despenha por um plano declivoso, esmaga em seu rodar precipitado a justiça e a virtude, e só para depois que chegou até o fundo do abismo -- os principios mais nobres e mais gloriosos são manchados com sangue, e os louros do triunfo enegrecidos pelo crime. Nosso País parecia condenado a essa triste e lúgubre sorte: os primeiros dias do 7 de abril auguraram um futuro negro e medonho. Mas não! -- a Providência condeou-se de nós, e a moderação magnânima e heróica dos patrióticos fautores dessa revolução veio salvar-nos! Obtida a vitória, ainda no meio do entusiasmo ardente do triunfo o patriotismo os inspira, e eles se voltam para o povo amotinado, e dizem: "Não! -- Vós não podeis prosseguir... Basta!

Como Saturno, eles tiveram medo de seu próprio filho, e o devoraram em seu nascimento; e suas virtudes cívicas lhes deram bastante alcance de vistas políticas para compreenderem que a revolução se desvirtuava e poluía-se, se esquecesse sua elevada missão para lisonjear os instintos grosseiros da população, e sancionar seus crimes.

É o que salvou o País e assegurou àquela revolução o seu caracter de justa e gloriosa.

É essa página, talvez, a mais gloriosa de nossa história, que Feijó conquistou para sua vida política.

Nas circunstâncias críticas de 7 de abril, ele ergue seu braço vigoroso e enérgico, e contém o carro da revolução próximo a despenhar-se no abis-

mo: seu caráter firme e elevado desconcerta os planos da anarquia, e o trono é o País das garras sangrentas das facções demagógicas, que ostentavam armadas na praça pública. O grande Patriota desenvolveu uma atividade e força de vontade espantosas; nomeado Ministro da Justiça em julho de 1831, ele se apressa em tomar as enérgicas medidas que reclamavam as circunstâncias do País: dissolve os Corpos indisciplinados; contém e sufoca a insurreição da Ilha das Cobras — fazendo preencher o seu motor: cria a Lei das Guardas Nacionais (18 de agosto), que deviam manter a ordem pública e substituir os corpos dissolvidos; desarma as facções, que com as armas nas mãos queriam ditar a lei ao governo, e assim salvou da dissolução social o glorioso legado de 1822. A 30 de julho de 1832, ele retira-se do poder rodando do prestígio de tantos serviços e cingindo em sua fronte os louros merecidos de tantas glórias, e no dia 1.º de julho de 1833 o Brasil via possesso de júbilo o velho Patriota ir ilustrar o Congresso dos Anciãos da Pátria — tomando assento em seus bancos.

Os tempos se passaram: a tempestade sucedera a bonança e as exigências da época e da democracia haviam trazido à Constituição o Ato Adicional.

Em 1834 começou ele a reger-nos: a suprema direção do Estado tinha de ser confiada a um só cidadão: o País guardava indelével lembrança daquele que o salvara nos dias de 1831, e uma honrosa maioria nacional veio conferir a Feijó as rédeas supremas da administração do Império; a 12 de outubro de 1835 o ministro da Justiça de 1831 prestava juramento como Regente Único do Ato Adicional: na véspera desse dia, a regência permanente o havia eleito Bispo de Mariana, porém nem ele aceitou, e nem lei apresentado.

A sua estrela política, porém, empalidecera: e os belos dias de 1831 se trocaram por cruéis análogos, que põem em dura provação sua grandeza d'alma.

Nomeado apenas Regente, ele vê sua vontade contrariada por mil obstáculos invencíveis quase: de cada lado surge uma dificuldade, que vem por embaraço seu governo: quase como um protesto contra sua ascensão ao poder, apareceu no Rio Grande do Sul o monstro da guerra civil devorando a vida e o sangue dos Brasileiros. Feijó não se acobarda diante do perigo, e consegue fazer prender (no combate do Faria em outubro de 1836) o chefe dos rebeldes — Bento Gonçalves da Silva: — outros obstáculos, porém ainda mais difíceis estão reservado a seu gênio: um partido havia no Brasil — poderoso e sustentado por grandes inteligências, que procurava estabelecer a regência prematura da Princesa Dona Januária: esse partido punha em movimento todos os recursos para derribar a Feijó do poder: na imprensa, na tribuna, por toda a parte, ele lhe opunha embaraços continuos e enérgicos, que paralizavam a eficácia da ação governamental: uma vigorosa maioria na Câmara dos Deputados lhe era adversa, o que em parte nascia da tenacidade indomável e mesmo dura com que o Regente tratava o Corpo Legislativo: a imprensa abdicou sua nobre missão para bufê-lo com uma desenvoltura louca e desvairada, e vomitava contra o chefe do Governo as mais criminosas imprecacões, em um tempo, em que as circunstâncias excepcionais e críticas do País proclamavam força, prestígio e eficácia na ação da administração: além disso mil outros embaraços de menor escala vitimam contrariar suas convicções no sentido de dirigir o Estado.

Feijó, porém, abrigava em seu peito patriotismo bastante para oferecer-se em holocausto no altar da Pátria, e a firmeza invencível de seu caráter tudo superaria, se a organização da regência não guardasse em seu próprio seio o germe de sua destruição: queremos falar da Lei das Re-

gências de 14 de junho de 1831; é a primeira condição de um governo, de todo principio diretor, a força e estabilidade necessárias para imprimir eficácia em sua ação: toda a autoridade constituída — para se fazer obedecida — demanda antes de tudo, que nela repouse a confiança pública, sem o que ela é nula e não passa de um vão simulacro: é esse o elemento essencial de todo governo.

E perguntamos nós: que fé pública pode existir em um governo, que uma Lei do Estado declarou transitório, como um mal irremediavel, que parece lamentar, e a quem ceceando de antemão seus poderes e atribuições, parecia retirar-lhe sua confiança?

Uma incredulidade fatal havia contra o governo da Regência: sem ser um Napoleão, um César, um Alexandre, o homem do povo não se impõe às massas, e nem tem força em sua autoridade: o 19 de setembro de 1837 estava contido nessa incredulidade e na Lei de 14 de junho: foram essas as causas que o produziram: todas as outras lhes são subordinadas, e derivam delas sua importância.

Veementemente contrariado pela Câmara temporária, que essa lei coercitiva o inibia de dissolver (a-pesar-dos esforços em contrário feitos no Senado pelo Senador Paula e Sousa em 1836), Feijó não quis transigir com suas convicções: a tenacidade de seu caráter não se prestava a isso: a sinceridade e a franqueza, que determinavam todos os atos, deviam ainda aqui ser a norma de seu comportamento: ele tomou a nobre e elevada resolução de abdicar o poder supremo, e o entregou a seus adversários.

"Não devo por mais tempo conservar-me na Regência", disse ele ao retirar-se do poder: "não quero por mais tempo conservar-vos na expectação de bens, de que tendes necessidade, mas que não posso fazer-vos".

Caráter rígido e tenaz, Feijó estava antes talhado para as grandes crises que demandam energia e firmeza, do que para o regular andamento da máquina governamental em tempos ordinários.

É um dos belos episódios da nossa história o fato de 19 de setembro de 1837: nele se revela a abnegação heróica de um cidadão, que colocava os interesses de sua pátria acima de tudo, mas que nem porisso se sujeitava a servi-los contra suas convicções.

Resignando o mando supremo, Feijó se retirara à vida privada, quando em 1842 o veio encontrar a revolução de S. Paulo: os princípios por ela proclamados em vista do estado do País mereceram a simpatia e adesão do Patriota, que votara toda sua vida ao triunfo das idéias liberais: ele julgava um dever de todo cidadão não ficar indiferente aos males de seu País, e indigno da estima de seus compatriotas, se tivesse outra conduta: seu estado, porém, na na última quadra da vida, não lhe consentia tomar parte ativa na direção do movimento. Entretanto sua posição política e social gorou apreensões do Governo, e o Regente de 1835 foi preso em Sobradinha, deportado violentamente para a Província do Espírito Santo, e declarado Cabeça de Rebelião.

Sua consciência, porém, era pura e tranquila, e com aquela franqueza, que o caracterizava, ele expor livremente no Senado seus sentimentos — em a resposta dada sobre esses acontecimentos em 12 de maio de 1843: "Eu penso — dizia ele — que se uma Nação é tal, que vê submissa a violação de suas instituições, é da indigna de ser Nação livre, e é já escrava, e se já não tem senhor, terá o primeiro que o queira ser... eu resigno-me a tudo... não serei eu a primeira vítima inolada pela defesa das liberdades públicas: talvez mesmo são indispensáveis tais sacrificios para firmar-se

uma Constituição, porque todas as Nações os tem tido: oxalá seja eu a única vítima, e assim se consolide em meu país a Monarquia Representativa!

... Que pois mais poderel sofrer?... já à borda do túmulo, poderel acaso apreciar tantos esses poucos dias, que me possam restar de vida, muito mais quando pelo meu estado de saúde, não os posso mais empregar a bem do país?"

Tal é a linguagem do homem justo e patriota!

Sua vida ia com efeito a extinguir-se; as cãs do venerando Ancião foram desacatadas em sua velhice, e passados seis meses — no dia 11 de novembro de 1843, a Pátria chorava a perda de um Filho, que fazia sua glória e seu orgulho.

Filho do povo e honrado sempre, ele foi-se finar obscuro, pobre e desconhecido em sua modesta casa da rua da Freira em S. Paulo, — ele que tinha ocupado em seu país todos os postos os mais elevados — ele, um Ministro, um Bispo, um Senador, um Regente!

É assim: queremos os grandes homens; mas é para pagar-lhes com a pobreza, a obscuridade e a ingratidão!

## NOTÍCIA BIOGRÁFICA A QUE SE REFEREM AS CARTAS DO ANEXO X (II)

### O PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ (\*)

A provincia de São Paulo, tem em seu passado verdadeiros títulos de glória, de que se orgulha com justa razão, e que a mão poderoso do tempo, que tudo destrói, lhe não poderá roubar.

Ainda o Brasil se achava envolto nas trevas da ignorância, e sofria os tratos opressores do despotismo colonial, ela ostentava já com nobre orgulho à Europa e ao mundo o nome dos Gusmões, circundado de uma brilhante auréola de glórias.

Seus filhos levados pelo espírito de empresa, e estimulados pelo ardor dos grandes feitos, haviam já afrontado os desertos longínquos do interior e dado ao Brasil as magnificas regiões de Minas, Goiaz e Mato Grosso, descobrindo terrenos até então desconhecidos, que guardavam em seu seio tesouros grandiosos, que sua intrepidez aventureira descobriu e expôs à acidez do eutopen.

No século passado muitos de seus filhos inscreveram seus nomes nos annals das letras, e o alvorecer do século XIX viu brilhar os nomes de Antônio Carlos, José Bonifácio e Martim Francisco, pleiade brilhante, que foi mais tarde aumentada com as acrisoladas virtudes cívicas dos Paulias Sousas e Feijós.

Ela teve a gloria de ligar seu nome à independência do país, e de tornar dessa grande epopéia a página mais gloriosa de sua história. Essa preeminência não lhe pode ser disputada com triunfo por suas co-irmãs.

E hoje o que é a provincia de São Paulo? Um monumento esboroado nos golpes do tempo, que recorda apenas as glórias de outrora, fanadas em um presente lúgubre, e em um futuro melancólico!

Triste condição de tudo quanto é humano! ontem a fascinação do heroísmo e o prestigio da grandeza; hoje o martírio do sofrimento, da obscuridade e do desprezo!

Decaída de sua glória, a provincia de São Paulo, aí repousa abatida e triste, e só tem para consolar-se das máguas do presente as saudades

(\*) Esboços Biográficos, por Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. — São Paulo. Tipografia Literária — 1858.

Exemplar encadernado em conjunto, com a obra "Estudos Históricos Brasileiros, do mesmo autor — Tip. 2 de dezembro, de Antônio Louzada Antunes, 1858, cuja obra pertence ao Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo.

de um passado glorioso, que há de viver eternamente nas crônicas de nossos feitos.

Ainda bem que esse passado tem hoje seus representantes nesses caracteres romanos, que o tempo respeitou como para dar-nos uma página viva das virtudes de nossos maiores; a religião do patriotismo não morreu no peito dessa geração feliz, que assistiu à aurora de nossa nacionalidade, e que repousa hoje no crepúsculo da tarde. Se os velhos lidadores se recolheram das cenas tempestuosas da vida pública, nem por isso penséis, que suas crenças arrefeceram-se, ou que seu patriotismo amorteceu-se: nestes tempos de descrença e de indiferentismo, perduram ainda severos caracteres, dignos legatários dos tempos de outrora, cuja inteligência é ainda aquecida aos raios vivificantes do amor pátrio, e cujo coração palpita com força pelo renascimento de nossas glórias!

A provincia de São Paulo tem a preeminência de ser o berço feliz dos grandes homens, que a Providência destinara a ilustrar nossa vida social com os rasgos de suas virtudes. Os grandes políticos e homens de estado, que viram a luz em seu seio, ainda faltam hoje ao seu orgulho de mãe: ela os recorda com religiosa gratidão, e bendiz a sua memória. Feliz dela se esses nomes servirem para despertar seus brios, e acordá-la desse letargo, profundo, que lhe impõe o presente!

Recordemos esse passado risonho, e com ele aviventemos este presente inerte e entorpecido, para revivermos as antigas crenças, que tão ardentes bulhavam em nossos peitos.

A história do Brasil há sido ilustrada pelos nomes de muitos paulistas distintos, que todos têm concorrido para o engrandecimento de nossa pátria, e ligado seu nome às suas glórias. Nesse grupo grandioso e magnífico figura com honra o padre Diogo Antônio Feijó.

Percorramos o vasto período de sua vida, tão rico em feitos proveitosos e fecundos para a história nacional.

Diogo Antônio Feijó é um dos vultos mais notáveis e mais bem caracterizados de nossa galeria política: dotado de uma probidade a toda prova, e talhado pela sua energia de ferro para as grandes crises e comoções sociais, ele desenvolveu na vida pública esse nobre e elevado caráter de desinteresse e civismo patriótico, que o coloca entre os maiores homens do nosso país.

Nascido nos tempos coloniais, sujeito a acompanhar em sua vida o atraso de então, e privado dos recursos de uma educação científica ou literária regular, ele chegou só por seus talentos e subidas qualidades pessoais a conquistar o primeiro posto do império.

Sua vida é o brilhante episódio de um grande princípio. Nem sempre os teóricos são os mais felizes nas tempestades da política; os sábios discorrem bem e governam mal, disse-o o marquês de Maricá, e a história vem em apoio desta grande verdade, mostrando que não poucas vezes os homens e as coisas triunfam dos cálculos do gabinete. De feito do pensamento a realização há transpor um grande intervalo, erigido de dificuldades, em que baqueiam muitas vezes ainda as maiores inteligências.

O político deve antes de tudo ser homem de ação; porque só esse vence o império prepotente das circunstâncias, atira-se animado às como-

ções políticas, e folga de dirigir a nau do estado no meio dos elementos desencadeados e frementes. E essa a fisionomia característica de Feijó, antes de tudo ele era homem de ação, e quando o país precisou de um braço vigoroso e enérgico que o salvasse na borda do abismo, o velho, e venerando paulista surgiu no prescênio da história, e desenvolveu um papel digno dos tempos da antiga Roma. É esse o destino, que a Providência marca aos grandes homens: na ocasião eles são tudo: fora dela, nada.

O ano de 1784 viu nascer (vide a Oração Fúnebre do Padre Gomes de Camargo, a 15 de novembro de 1843, pg. 5) na cidade de São Paulo esse homem, que estava nos secretos desígnios da Providência destinado a representar tão elevado papel em nossa história política.

A sua mocidade nada oferece de importante. Sua educação acompanhou o espírito da época: foi cuidada pelos padres, de quem recebeu os primeiros princípios de mora, sendo para logo iniciado nos estudos eclesiásticos, tanto que em breve ordenou-se presbítero com o bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Passado esse primeiro período, o futuro regente occupou-se na educação da mocidade na vida de Parnaíba, e nas cidades de Campinas e Itúe resistiu por algum tempo em Guaratinguetá.

A Providência porem o talhara para maiores coisas, e seu gênio apontava-lhe já um teatro mais vasto: a realização de seu destino aguardava só o concurso das circunstâncias para consumir-se: elas não tardaram em aparecer.

A gloriosa revolução do Porto, proclamada em 24 de agosto de 1820, havia repercutido com força no Brasil, e trazido a este país uma nova fase política. A nacionalidade portuguesa, longo tempo sufocada, se havia erguido para dar ao reino uma Constituição. A nova ordem de cousas foi imposta ao fraco rei D. João VI, e a prepotência das circunstâncias o coagiu a sancioná-las. Eram as premissas de nossa vida política: o Brasil, até então acostumado às velhas usanças do despotismo colonial, viu de repente a Europa e o mundo civilizado em face, e foi chamado a partilhar os frutos da revolução.

Nessa época esperançosa, em que novos horizontes se abriram para o país, o nome do respeitável paulista foi lembrado com honra, e a provincia de São Paulo o elegeu deputado às Cortes de Lisboa.

Feijó apressou-se em ir ocupar o posto, que lhe marcavam os sufrágios do povo: uma ocasião solene se apresentou para pôr em relevo o seu patriotismo. Cegas pela ambição, as cortes tentavam esbulhar o Brasil de seus direitos e prerrogativas por meio de medidas retrógradas e impolíticas. As ameaças e a prepotência portuguesa, reboradas pelos preconceitos de lusitanismo, tornavam impotentes os esforços enérgicos desse grupo patriótico, que se ergueu no congresso a favor do Brasil; seria louca temeridade empenhar-se em uma luta vã para dar à onipotência e ao despotismo do número facil vitória sobre a causa do Brasil. Então Feijó, e mais seis outros dignos deputados brasileiros, entre os quais se numeravam Antônio Carlos, Lino Coutinho, José Ricardo (da C. A. de Andrade), Barata C. J.), embarcam-se furtivamente para Falmouth (Inglaterra), e aí publicam com data de 22 de outubro de 1822 a forma declaração dos motivos desse proceder. Daí Feijó retira-se com seus dignos colegas ao Brasil para votar-se ao serviço da independência, que reclamava o concurso de todos os seus filhos.



Chegado ao Brasil, a vida pública o espera, o seu tirocínio político continua: o homem de 1831 e 1836 prepara-se nos primeiros ensaios de nossa vida política.

Após o lúgubre episódio da dissolução da Constituinte, ofereceu Pedro I ao país o projeto de Constituição, que devia reger o Império. As Câmaras Municipais, como órgãos da nação, foram chamadas a dar esse voto supremo. — Uma aprovação quase unânime veio sancioná-la. De Itú, porém, surgiu uma voz que, em nome do povo, levou seus votos até o trono, exigindo reformas na Constituição projetada. Essa voz era a do Padre Diogo Antônio Feijó.

A primeira legislatura ordinária (1826), e ainda a seguinte (1830) o viram em seu grêmio como mandatário de sua província. Sua fisionomia política começou logo de apresentar os traços severos, que caracterizam o patriota de 1842.

No primeiro reinado, sua figura revelou já o homem, que se votou à defesa dos direitos e imunidades legítimas do povo. Suas idéias liberais e patrióticas traçaram-lhe a linha de conduta, que devia levar nas lutas, que então se travaram entre a nação e o poder: Feijó pertenceu a essa fração esclarecida e gloriosa, que no parlamento de então combateu com vigor oserros e desatinos desses ministros impopulares de Pedro I, que alienaram a confiança pública, e lançaram o país nos vórtices da revolução, cavando o abismo de 7 de abril, de que só nos salvou a longanimidade da nação. Feijó, porém, quando rebentou na corte a revolução, achava-se em sua província, e não tomou nela parte "mais do que pelo impulso, que davam ao espírito público as opiniões, que nele se conheciam". (História do Brasil-Armitage, p. 302).

Nos acontecimentos, que se seguiram, porém, Feijó tomou uma parte ativa e gloriosa, e os feitos que então praticou tornaram de sua vida uma página da história.

A revolução de 7 de abril transformou a ordem de coisas do país, abalando-se profundamente e chegando até a ameaçá-lo de uma dissolução social. O Império estremecia até os alicerces: as coisas públicas haviam tomado um caráter sinistro e aterrador, e o político consternado anteia já páginas de sangue manchando nossa história: as exigências da democracia vitoriosa, e a sanha de uma facção desvairada, que procurava aproveitar-se das eventualidades da revolução para rasgar o selo da pátria, ameaçavam já solver a monarquia. A consternação lavrara em todos os espíritos: tudo vacillava, e o império brasileiro parecia prestes a desmoronar-se.

Há em todas as revoluções uma triste fatalidade, que as torna perigosas e deploráveis: por mais moderadas que sejam, por mais sagrado o princípio, que defendam, depois da vitória não lhes é jamais dado conter-se na meta, que lhes marca o triunfo de sua causa: o carro da revolução se despenha por um plano declinoso, atropela tudo, esmaga em seu rodar precipitado a justiça e a virtude, e só para depois que chegou até o fundo do abismo: os princípios mais nobres e mais gloriosos são manchados com sangue, e os louros do triunfo enegrecidos pelo crime. "Toda insurreição bem sucedida, ainda legítima, produz pelo bom êxito novas insurreições", disse o dtque de Broglie (discurso do D. de Broglie na sessão de 25 de agosto de 1835), e revelou nisso um conhecimento profundo do espírito das revoluções.

Nosso país parecia condenado a essa lúgubre sorte: os primeiros dias do 7 de abril auguravam um futuro negro e medonho. Mas não! A Proclamação condeou-se de nós, e a moderação heróica dos patrióticos fautores dessa revolução veio salvar-nos! Obtida a vitória, ainda em meio do entusiasmo ardente do triunfo o patriotismo os inspira, e eles se voltam para o povo amotinado, e dizem: "Não! Vós não podeis prosseguir!... Basta! (veja-se a Proclamação de 13 de abril de 1831, e o órgão da Revolução de 7 de abril a — Autora Fluminense).

Como Saturno (Verguiaud disse: A República é como Saturno: devora seus próprios filhos), eles tiveram medo de seu próprio filho e o devoraram em seu nascer: e suas virtudes cívicas lhes deram bastante perspicácia política para compreenderem que a revolução se desvirtuava e podia se deslembrasse sua elevada missão para lisongear os instintos grosseiros da população e sancionar seus crimes.

É o que salvou o país, e assegurou àquela revolução o caráter de justa e legítima.

É essa página talvez a mais gloriosa de nossa história, que Feijó conquistou para sua vida política.

Nas circunstâncias críticas de 7 de abril, ele ergue seu braço vigoroso e enérgico, e contem o carro da revolução próximo a despenhar-se no abismo; seu caráter firme e elevado desconcerta os planos da anarquia e salva o país das garrs sangrentas das facções demagógicas, que, armadas se ostentavam na praça pública. O grande patriota desenvolveu uma atividade e força de vontade espantosas: nomeado ministro da justiça em julho de 1831, ele se apressa em tomar as enérgicas medidas, que reclamavam as circunstâncias do país: dissolve os corpos indisciplinados; contem e sufoca a insurreição da ilha das Cobras, fazendo prender o seu motor: cria a lei das guardas nacionais (18 de agosto), que deviam manter a ordem pública e substituir os corpos dissolvidos; desarma as facções, que com armas nas mãos queriam ditar a lei ao governo, e assim salvou da dissolução social o glorioso legado de 1822.

A 30 de julho de 1832 ele retira-se do poder rodeado do prestígio de tantos serviços e cingido em nossa frente os louros imorredouros de tantas glórias: e no 1.º de julho de 1833 o Brasil via possuído de júbilo o velho patriota ir ilustrar o congresso dos anciãos da pátria, tomando assento em seus bancos.

Os tempos se passaram: a experiência política demonstrou ao país a ineficácia a impotência do poder executivo confiado a três membros, e o ato adicional, que sagrava os dogmas da revolução como filhos da democracia e da situação, veio conferir esse poder a um só.

Procedeu-se à eleição do regente na forma do ato adicional.

O país guardava indelevel lembrança daquele que o salvara nos dias de 1831, e uma honrosa maioria nacional veio conferir a Feijó o mando supremo do Império: a 12 de outubro de 1835, o ministro da justiça de 1831 prestava juramento como regente único do ato adicional. Sua grandeza pareceu haver tocado o apogeu: as honras eclesiásticas o procuraram, mas ele as declinou de sua cabeça: o decreto de 11 de outubro de 1835 o elegeu bispo de Mariana, mas nem ele aceitou, e nem foi posteriormente apresentado.

Tudo, porém neste mundo de desenganos e decepções é precário e vão; as amarguras e as dores estão na razão direta das grandezas humanas. De longe o diadema encanta; colocado sobre a fronte se converte em coroa de espinhos.

Feijó tocara o último degrau da grandeza; a sua estrela política, porém empalidecera; e os belos dias de 1831 se trocam por cruéis amarguras que põem em dura prova sua grandeza d'alma.

Nomeado apenas regente, ele vê sua vontade contrariada por mil obstáculos invencíveis quase; de cada lado surge uma dificuldade, que vem pôr em embaraço seu governo. Quase como um protesto contra sua ascensão ao poder, aparece no Rio Grande do Sul o monstro da guerra civil, devorando a vida e o sangue do brasileiro. Feijó não se acobardou diante do perigo, e consegue fazer prender (no combate do Fanfa em outubro de 1836) o chefe dos rebeldes, Bento Gonçalves da Silva.

O Pará debate-se nas lutas ensanguentadas das dissensões civis, e apresenta ao Império o sinistro espetáculo da desoluição e dos assassinatos as energicas medidas do regente, porém, superam as facções, e o general Andréa, mandado por Feijó, consegue pôr termo a uma luta de morte e encarniçamento.

Outros obstáculos porém ainda mais difíceis estavam reservados a seu gênio; com a reação monárquica em 1836 um partido poderoso surgiu no Brasil, que contava em seu seio um dos mais célebres parlamentares e estadistas de então, recentemente separado do grupo liberal; esse partido procurava substituir ao governo de Feijó a regência da princesa d. Januária, e punha em movimento todos os seus recursos para derrubar o regente do poder; na imprensa, na tribuna, por toda a parte, ele lhe opunha embaraços contínuos e enérgicos que paralisavam a eficácia da ação governamental; uma vigorosa maioria na câmara dos deputados era adversa ao regente, o que em parte nascia da tenacidade indomável e mesmo dura, com que ele tratava o corpo legislativo. A imprensa abdicou sua nobre missão para batê-lo com louca desenvoltura; a desvairada já, ela vomitava contra o chefe do governo as mais criminosas imprecções, em um tempo em que as circunstâncias excepcionais e críticas do país reclamavam força, prestígio e eficácia na ação da administração; além disso; mil outros embaraços de menor escala vinham contrariar suas convicções no sentido de dirigir o estado.

Feijó, porém, abrigava em seu peito patriotismo bastante para oferecer-lhe em holocausto no altar da pátria, e a firmeza invencível de seu caráter tudo superaria, se a organização da regência não guardasse em seu próprio seio o germe de sua destruição: queremos falar da lei das regências de 14 de junho de 1831. Enquanto subsistir no Brasil esta lei restritiva e excepcional, podemos a todo o governo regencial, que para o futuro apareça, augurar a mesma franqueza e impotência, que assinalaram entre nós o período da administração de 1831 a 1840.

Restringem-se as atribuições da regência; priva-se o poder supremo da força e prestígio, que o devem rodear; arrancam-se-lhe todos os recursos e meios de repressão em uma época crítica, em que o povo desencana suas paixões com todo cortejo de suas perigosas exigências; e des-

se governo, assim desarmado e atirado de mãos atadas em frente dos outros poderes fortes e centralizados; exige-se com inexorável dureza, que restabeleça a ordem no meio dos distúrbios; reconstrua as instituições abaladas e a força das autoridades; que realize aquilo que, em tempos ordinários, com todos os vastos recursos da Constituição difficilmente se consegue obter; e isso mesmo sabe Deus como!

Apelamos para os anos de 1842 e 1848.

Um governo oscilatório, ainda em tempos ordinários, não pode dirigir com segurança a sociedade; e em tempos críticos sua ação torna-se inefficaz, e sua fraqueza arredea dele o apoio da confiança pública; e a confiança é o verdadeiro laço das sociedades. Desde então ele não passa de um vão simulacro, que só se vive para provocar os motejos da multidão.

Como pode a fé pública descansar em um governo, que é por força de sua natureza transitório e efêmero; um governo que a lei apenas tolera como um mal irremediável, que parece lamentar, e ao qual cercando de antemão seus poderes inculca negar-lhe sua confiança?

Ajuntai a isso a onipotência parlamentar de então, da qual o "governo era como uma comissão" (veja-se o Opúsculo, Ação, Reação e Transação, pelo sr. J. J. da Rocha); e tercis a medida da fraqueza e inefficácia da administração.

Uma incredulidade fatal havia contra o governo da regência; sem ser um Napoleão, um Cesar, um Alexandre, o homem do povo não tem prestígio bastante para impor-se às massas. O fato de 19 de setembro de 1837 estava contido como consequência necessária nessa incredulidade e na lei de 14 de junho.

A oposição da câmara temporária não se dirigia ao ministério; atacava de frente a vontade irresponsável. Veementemente contrariado pelo corpo legislativo, e não podendo fazer apelo ao país (em 1836 o senador Paula Sousa propôs no Senado que se conferisse por lei ao regente o poder de dissolver a Câmara dos Deputados; mas não passou), Feijó não quis transigir com suas convicções; a tenacidade de seu caráter não se prestava a isso; a sinceridade e a franqueza, que determinavam todos os seus atos, deviam ainda aqui ser a norma de seu comportamento. Felizmente para sua glória compreendeu que não era o homem da situação, que sua continuação no poder era improficua para os bens, que desejava fazer ao país; e por uma abnegação, que traduz de um modo honroso sua grandeza d'alma, tomou a nobre e elevada, resolução de abdicar o mando supremo, e o entregou a seus adversários.

"Estando convencido — disse ele retirando-se do poder — de que a minha continuação na regência não pode remover os males públicos, que cada dia se agravam pela falta de leis apropriadas; e não querendo por maneira alguma servir de estorvo a que algum cidadão mais feliz seja encarregado pela nação, de reger seus destinos, pelo presente me declaro demittido do lugar de regente do império..."

"...Não devo por mais tempo conservar-me na regência — disse-o ainda em seu manifesto. — ...não quero por mais tempo conservar-vos na expectação de bens de que tendes necessidades, mas que não posso fazer-vos."

Caráter rígido e tenaz, incapaz de transigir com a nobreza de suas idéias para grangear apoio, Feijó estava antes talhado para as grandes

crises, que exigem energia e firmeza, do que para o regular andamento da máquina governamental em tempos ordinários.

É um dos belos episódios de nossa história — o fato de 19 de setembro: nele se revela a abnegação heróica de um cidadão que, colocando os interesses de sua pátria acima de tudo, mas que nem por isso os sujeitava a servi-los contra suas convicções.

Resignando o mando supremo e as regalias do poder, que inebriam tantos espíritos medíocres, Feijó retirou-se a São Paulo para repousar das fadigas e dos desgostos da vida pública; buscou o retiro, e na simplicidade austera de suas maneiras, que fielmente expressavam seu caráter, sabia, como um espírito superior, encarar as ocas grandezas humanas com o desdém, que elas merecem.

Quando pensaria ele, o Regente desenganado de 1837, que a causa da pátria o viria ainda arrancar de seu retiro, e que seus últimos dias seriam agitados pelos ventos da desgraça?

Para que foi ainda o mundo profanar a morada do respeitável ancião, e fazer-lhe penetrar as dores e as amarguras da terra para perturbar a plácida serenidade, que como recompensa, deveria coroar os últimos dias de uma existência pura e virtuosa?

É realmente admirável, que em um tempo de descrença e entorpecimento moral como este, Feijó alimentasse até à avançada idade de quase sessenta anos o fogo do patriotismo, e que os desgostos de amarga experiência não atrofiassem nele as crenças, e o entusiasmo santo dos grandes ideais; é que há caracteres que não se quebram, crenças que não morrem; e no peito de Feijó ardia esse fogo sagrado, que constitue a superioridade dos grandes homens. Caráter respeitável esse que desarmado pelo tempo, mutilado pela enfermidade, denunciava ainda sua energia de outorça, como o sol tombado no ocaso recorda em seu clarão desmaldado a aurora, que irradia a terra com sua luz cintilante!

Do fundo de seu retiro ele vê com dor a reação monárquica ir lançando por terra as gloriosas conquistas de 7 de abril: sob sua frente, sulcada pelo andar dos anos, agitava-se uma inteligência robusta e forte, e em seu peito pulsava um coração patriótico, como sempre o retratara sua vida pública. Esses acontecimentos, que comprometem a liberdade de seu país, despertam-lhe na alma os sentimentos do patriotismo e a centelha do entusiasmo.

O movimento de 1842 em São Paulo mereceu a simpatia e adesão do patriota, que votara toda sua vida ao triunfo das idéias liberais. Feijó troca a farda de regente pela opa do tribuno, e empresta o prestígio de seu nome à causa de revolução, oferecendo em holocausto ao povo as glórias de sua vida política.

De Campinas, onde se achava a esse tempo, ele se dirige a Sorocaba para servir a causa da revolução, e aceitar sobre si a responsabilidade dela. As forças porém mandadas pelo governo, entrando nesta cidade, prendem-no esquecidas de suas imunidades, e cinduzem-no em custódia à cidade de São Paulo. Aí o presidente da província intimou-lhe que saísse de São Paulo para o Rio de Janeiro, ao que Feijó recalcitrou, usando do direito de resistência a ordens ilegais: contra a violência, porém, não havia recurso, e o respeitável velho viu-se obrigado a obedecer.

Não se pense, porém, que o mando arbitrário abatia seu nobre orgulho e independência; obedecendo, respondeu que não resistia por não ter recursos, e confirmou-o nobremente no senado, nas seguintes notáveis palavras:

“Se eu pudesse, daria por certo este exemplo ao Brasil de resistir a ordens ilegais, sem o que será sempre nominal nossa liberdade, e nós escravos dos atrevidos. Nada porém podendo contra a violência, retirei-me.”

De feito, o Regente de 1835 foi por ordem do governo conduzido a Santos, metido em um vapor de guerra, e deportado violentamente sem saber para onde sendo afinal atrado nas praias da Vitória (julho de 1842).

Aí sofreu Feijó as amarguras do exílio por seis meses, e só em dezembro lhe foi permitido voltar para sua câmara. Mas o cálice da amargura não estava ainda esgotado; e o infortúnio guardava suas dores e provas para coroar o martir da pátria. Um processo o espera no senado, que o inculpa cabeça de rebelião; e Feijó tem de responder por seu proceder. Sua consciência porém, era pura e tranqüila, e com a nobre franqueza de seu caráter, ele expôs livremente no senado seus sentimentos:

“Eu penso (disse ele) — (Resposta de Diogo Antônio Feijó dada ao Senado sobre a pronuncia de cabeça de rebelião contra ele proferida — 12 de maio de 1843) — que se uma nação é tal, que se vê submissa a violação de suas instituições, é ela indigna de ser nação livre, e é já escravidão, e se já não tem scuhor, terá o primeiro, que o queira ser... Eu resigno-me a tudo... não serei a primeira vítima imolada pela defesa das liberdades públicas; talvez mesmo são indispensáveis tais sacrificios para firmar-se uma constituição, porque todas as nações os tem tido; oxalá seja eu a única vítima, e assim se consolide em meu país a monarquia representativa!... Que pois mais poderei sofrer? Já quase de sessenta anos, e alem disso já à borda do túmulo, poderei acaso apreciar tanto esses poucos dias, que me possam restar de vida, muito mais quando pelo meu estado de saúde, não os posso mais empregar a bem do país?”

Tal é a linguagem do homem justo e patriótico.

Que espetáculo doloroso e triste, a acusação de um venerável ancião de sessenta anos, em cuja frente a imaginação, ferida pelo prestígio da virtude, parece ler em cada ruga severa o perpassar pesenganador dos anos, os serviços feitos à pátria e respondidos com a ingratitude, a dedicação, o heroísmo talvez, recompensados com a dureza dos sofrimentos!

Que dor vê-lo assim disputado à morte para satisfazer os caprichos da justiça humana!

Sua resignação, porém, no meio das amarguras é o que mais deve engrandecê-lo aos olhos da posteridade. Que nobreza e elevação de caráter, quando descreve os males, porque o fizeram passar!

“Portanto, srs. (disse ao apresentar sua resposta ao Senado) sofri tudo isto! prisão, deportação, e seis meses de degredo, quase 4:000\$000 de multa, e de que estou privado até hoje! Mas o governo não está satisfeito ainda; mandou por isso formar este processo, e não ficará satisfeito senão com o meu exterminio! Estou pois entregue ao senado, faça ele de mim o que quiser; a vida em mim será pouca...sofra-se tudo.”

Sua vida ia com efeito a extinguir-se; as cans do venerando ancião foram descaatadas em sua velhice, e no dia 11 de novembro de 1843 a pátria chorava a perda de um filho, que fazia sua glória e seu orgulho.

Filho do povo e honrado sempre, ele foi-se finar obscuro, pobre (o Decreto n. 176, de 15 de junho de 1841, concedeu a Feijó a pensão de 4:000\$000 anuais) e desconhecido em sua modesta casa da rua da Freixo em São Paulo; ele que tinha ocupado em seu país todos os postos mais elevados, ele, um bispo, um senador, um regente!

E assim: queremos os grandes homens; mas é para pagar-lhes com a pobreza, a obscuridade e a ingratição!

## NOTAS AVULSAS SOBRE O PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

### O PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

"Como o governo livre é aquele em que as leis imperam, eu as farei executar mui restrita e religiosamente, sejam quais forem os clamores que possam resultar de sua pontual execução; não só porque esse é o dever do executor, como por esperar que depois de algum tempo, cessado o clamor dos queixosos, a nação abençoé os que cooperaram para a sua prosperidade"

(Condições com que Diogo Antonio Feijó aceitou o Ministério da Justiça em 1831).

Entre tantos brasileiros distintos, que legaram à posteridade o nobre exemplo de raras virtudes e de um caráter puro, avulta como uma figura proeminente o padre Diogo Antonio Feijó.

Talento quase intuitivo, de previsão política; coragem cívica, desasomburada e invencível, na ocasião das crises supremas; dedicação cega e devotada pela causa pública; deliberação pronta e decisiva; vontade de ferro e tenacidade indomável na execução; completa ausência de cálculos interesseiros ou de vistas individuais nos negócios públicos; uma austeridade e simplicidade republicana de palavras e de maneiras que nos recordam os mais severos caracteres de Roma consular ou da Lacedemonia; nenhum luxo ou fausto em suas relações privadas ou públicas; proibição ilibada e desinteresse nunca desmentido em todos os atos de sua vida; certa expressão de dureza e de empenhamento no todo de seu caráter; sobriedade de ânimo e serenidade impassível no meio das maiores adversidades: eis Diogo Antônio Feijó, talvez o vulto mais bem caracterizado de nossa história política.

Homem de ação, nunca hesitou diante do perigo; seu caráter, talhado para as grandes crises, ostentava-se superior nas comoções políticas; e todos o viam então, cheios de admiração, dirigir a nau do estado no meio dos elementos desencadeados.

Diogo Antônio Feijó nasceu na cidade de São Paulo em o mês de agosto de 1784 (1).

Nascido nos tempos coloniais, sujeito a acompanhar em sua vida o atraso de então, privado dos recursos de uma educação literária regular, chegou, só por seus talentos e merecimento pessoal, a ocupar o primeiro posto do império.

A sua mocidade nada oferece de importante.

Sua educação acompanhou o espírito da época. Do clero recebeu os primeiros princípios de moral; e tendo seguido os estudos eclesiásticos, ordenou-se presbítero no ano de 1807.

Dedicou-se então à educação da mocidade na vila de Parnaíba e em Campinas e Itú, ensinando gramática latina, retórica e filosofia racional moral.

A austeridade de seu viver é atestada pelas tradições que a seu respeito ainda se conservam nesses lugares, onde o seu nome é repetido com veneração.

Começavam entretanto de pôr-se em movimento os acontecimentos, que deviam dar outra direção à sua vida.

A gloriosa revolução, do Porto, proclamada em 24 de agosto de 1820, havia repercutido em todos os domínios da monarquia portuguesa. O Brasil, até então alheio às velhas usanças do despotismo colonial, viu de repente a Europa e o mundo civilizado em face, e foi chamado a partilhar os frutos da revolução.

Eleito por sua província deputado às cortes de Lisboa, Feijó patriu para Portugal e tomou assento no congresso na sessão de 11 de fevereiro de 1822. Na sessão de 25 de abril desse ano proferiu um longo e animado discurso, defendendo os direitos de sua pátria, ameaçados pelas cortes.

Cegas pela ambição, as cortes tentavam esbulhar o Brasil de suas prerrogativas por meio de medidas retrógradas e impolíticas.

As ameaças e a prepotência do número tornavam impotentes os esforços enérgicos dos deputados brasileiros.

Seria louca temeridade empenhar-se em uma luta vã para dar ao despotismo do número fácil vitória sobre a causa do Brasil.

Então Feijó, com mais alguns dignos companheiros, embarcaram-se furtivamente para Falmouth, onde, com data de 22 de outubro de 1822, publicaram a formal declaração dos motivos do seu proceder. (2)

Voltando daí ao Brasil, Feijó retirou-se à província, entregando-se à vida privada em Campinas e em Itú, onde residia.

Após o lúgubre episódio da dissolução da Constituinte em 1823, oferecera o Imperador ao país o projeto de Constituição, que devia reger o Império. As câmaras municipais, como órgãos da nação, foram chamadas a dar-lhe o voto supremo da aprovação.

Uma aceitação quase unânime veio sancioná-la.

De Itú, porém, surgiu uma voz, que, em nome do povo, levou seus votos até ao trono, apresentando emendas à Constituição projetada. (3)

Essa voz era a do Padre Diogo Antônio Feijó.

A primeira legislatura ordinária (1826) e ainda a seguinte (1830) o viram em seu grêmio como representante de sua província. Sua fisionomia política começou logo de apresentar os traços severos, que caracterizam o patriota de 1831.

Foi nessa sessão notável de 1827, que Feijó propôs a abolição do celibato clerical, dessa lei, que, na sua expressão, faz o mundo da imoralidade pública. (4)

Na sessão de 1828 propôs a reforma das municipalidades.

No parlamento pertenceu sempre a essa oposição patriótica e ilustrada, que combateu com vigor os erros dos ministros do primeiro reinado, erros que alienaram do governo a confiança pública e produziram esse descontentamento nacional que só desapareceu com a abdicação.

Quando rebentou na corte a revolução de 7 de abril, Feijó achava-se em sua província, e não tomou nela parte mais do que pelo impulso que davam ao espírito público as opiniões, que nele se conheciam. (5)

Entretanto nos acontecimentos que se seguiram, tomou uma parte ativa, que o fez sobressair a todos os grandes vultos da época.

A revolução de 7 de abril abalara profundamente o país, chegando até a ameaçá-lo de uma dissolução social.

O império estremeceu até os alicerces. As coisas públicas haviam tomado um caráter aterrador; e o político consternado antevia já páginas de sangue manchando nossa história.

A arrogância de uma facção desvairada, que procurava aproveitar-se das eventualidades da revolução para rasgar o seio da pátria, ameaçava ser o fim da monarquia.

A consternação lavrava em todos os espíritos: tudo vacillava, e o império brasileiro parecia prestes a desmoronar-se.

Nessa situação crítica e arriscada em que os espíritos se debatiam em dolorosa ansiedade, todos os olhos volveram-se para Diogo Antonio Feijó, como para a esperança suprema de salvação pública.

Nomeado ministro da justiça em 4 de julho de 1831 (6), apressou-se ele em tomar as medidas enérgicas, que reclamavam as circunstâncias do país.

Dissolveu os corpos indisciplinados; sufocou a insurreição da Ilha das Cobras (7 de outubro de 1831), que deviam substituir os corpos dissolvidos e manter a ordem pública; debelou os movimentos armados de 3 de abril (liga dos exaltados com os restauradores) e 17 de abril (restauradores) de 1832.

Redobrando de severidade e energia, desconcertou, as facções, que com as armas nas mãos queriam ditar a lei ao governo.

Feijó tinha uma inteligência perspicaz e certa. Diante do perigo guardava uma impassibilidade infrangível, como a imagem do civismo, que se conservasse em pé no meio do tumultuar das facções. Seu olhar desassombrado e seguro desarmava a anarquia.

Seu estilo era nervoso, conciso e correto, transparecia nele o mais esclarecido bom senso.

Vede como ele descreve a câmara a situação sombria do país, em 1832: "Tudo quanto tenho de expor é triste; e mais melancólico é ainda o futuro que se me antolha, se a Providência Divina não dirigir os importantíssimos trabalhos da presente sessão."

Talvez que minha imaginação assombrada com tantos acontecimentos desastrosos que rapidamente têm-se sucedido uns aos outros em todo o Império; que minhas forças estancadas na luta com tantas dificuldades; e que minha razão pouco fecunda em recursos, sejam a causa de prever males tão próximos, e que porventura se acham a tão grande distância; mas sou brasileiro; interesso-me pela minha pátria; e antigos e novos exemplos me fazem estremecer à vista da marcha progressiva do espirito revolucionário no Brasil...

Tal é, senhores o governo do Brasil; tais são as tristes consequências, em que nos achamos. Um abismo horroroso está a um só passo diante de nós. Remédios fortes e prontíssimos podem ainda salvar a pátria. Um só momento de demora talvez faça a desgraça inevitável. Ou lançai mão deles com presteza, ou decidí-vos já pela negativa. O governo está firmemente resolvido a ajudar vossos esforços em salvar o Brasil, quando queirais marchar de acordo com ele; ou abandonar já o lugar para ser substituído por quem se julgue com valor de arrostar tantas dificuldades." (7)

Todos os seus atos têm esse cumho de patriotismo e de fineza inabalável.

"...o governo tendo por guia a vontade nacional e por norma a lei jamais capitulará com partido de qualquer natureza, que seja e debaixo de qualquer prospecto que se apresente, e constante persevera na resolução de ou salvar o Brasil da anarquia que promovem ambiciosos e iludidos exaltados, ou sepultar-se debaixo das ruínas da pátria." (8)

Na sessão de 29 de julho de 1831 foi denunciado à câmara pelo deputado Montezuma por crime de responsabilidade por haver expedido a portaria de 22 de julho, suspendendo a concessão de cartas de seguro. A denúncia foi, na sessão de 31 de agosto, julgada improcedente. (9)

Caindo no Senado a medida, por ele proposta, da suspensão do tutor Feijó retirou-se do ministério em 26 de julho de 1832, dirigindo por essa ocasião à regência o seguinte officio:

"Senhor. -- Se alguém se persuade que com grande energia da parte do Governo, e sem a cooperação sincera e muí ativa dos empregados públicos, pode manter-se ainda por algum tempo a tranquillidade pública da capital: ninguém dirá, que com os meios à disposição do governo podem as facções ser suplantadas ou o Brasil prosperar.

A mais tempo teria eu cumprido a minha palavra, se a honra me não obrigasse a esperar pelas acusações que dentro e fora da câmara se dizia preparadas; mas está quase a findar-se o terceiro mês; e nenhuma tem aparecido: estou portanto demittido do ministério que Vossa Magestade Imperial confiou ao meu cuidado.

"Sinto não haver feito quanto desejo a bem da pátria: mas, ao menos, fiz o que pude, e muito agradeço a Vossa Magestade Imperial a sincera aprovação que deu sempre aos meus atos.

"Como cidadão em qualquer parte do império onde me achar, prestarei os serviços que forem compatíveis com as minhas circunstâncias, para ajudar ao governo de Vossa Magestade Imperial a sustentar a dignidade nacional, a liberdade e independência de meus compatriotas." (10)

Descendo dos conselhos da coroa, Feijó retirou-se para São Paulo, e aí foi eleito e escolhido senador pela província do Rio de Janeiro por carta imperial de 5 de fevereiro de 1833.

Anulada a eleição pelo senado na sessão de 13 de abril, foi novamente incluído em lista triplíce pela mesma província; e escolhido senador por carta imperial de 1.º de julho de 1833, tomou assento na sessão de 15 desse mesmo mês.

A gratidão nacional pelos serviços prestados em 1831 manifestou-se de u'a maneira ainda mais significativa.

Procedendo-se a eleição de regente do império na forma decretada pelo ato adicional, uma honrosa maioria veio conferir ao ministro de 1831 esse cargo supremo.

A 12 de outubro de 1835, Feijó prestou no senado juramento, como regente único do ato adicional.

Por decreto de 11 de outubro desse mesmo ano, havia sido eleito bispo de Mariana: mas declinou de si essa honra, deixando de accitar a nomeação.

Tendo tocado o último degrau da grandeza, sua estrela politica pareceu anuviar-se.

Apenas tomara posse da regência, viu sua vontade contrariada por mil obstáculos, que vieram complicar a situação.

Quase como um protesto contra a sua ascensão ao poder, appareceu no Rio Grande do Sul a guerra civil, devorando a vida e o sangue do brasileiro.

Feijó não acobardou diante do perigo, e conseguiu fazer prender, no combate do Fanfa em outubro de 1836, o chefe dos rebeldes, Bento Gonçalves da Silva. A luta entretanto prosseguiu com repetidos desastres para a causa do império.

O Pará debatia-se em uma luta de facções sangrentas, e apresentava ao império o triste espetáculo da desolação e dos assassinatos. As enérgicas medidas do regente, porém, superaram as facções, e o general Andréa mandado para suplantar a revolta conseguiu por termo a uma luta de morte e encarniçamento.

Entretanto a veemente opposição formada contra o regente no seio da câmara temporária, veio empecer-lhe a ação e trazer-lhe embaraços invencíveis.

Exacerbando-se a luta, manifestou-se logo entre os dois poderes um antagonismo flagrante, agravado de mais a mais pela dura tenacidade, com que o regente tratava o corpo legislativo.

Carater rígido, emperrado, incapaz de transigir com suas idéias para grangear apóio, Feijó estava antes talhado para as grandes crises que

exigem energia, firmeza e poder discricionário, do que para o regular andamento da máquina governamental em tempos ordinários.

Veementemente contrariado em suas convicções, desarmado perante a "onipotência parlamentar de então da qual o governo era como uma comissão" (12), inibido de fazer apelo ao país (13); compreendeu que não era o homem da situação e que a sua continuação no poder era imprópria para os bens que desejava fazer ao país.

Então, com essa abnegação que formava o fundo de seu caráter, tomou a nobre e elevada resolução de abdicar o mando supremo, e o entregou a seus adversários.

"Estando convencido — disse ele retirando-se do poder — de que a minha continuação na regência não pode remover os males públicos, que cada dia se agravam pela falta de leis apropriadas; e não querendo por maneira nenhuma de servir estrovo a de que algum cidadão mais feliz seja encarregado pela nação de reger seus destinos: pelo presente me declaro demittido do lugar de regente do império."

O manifesto, que então dirigiu aos brasileiros, é um dos mais notáveis documentos de nossa história política:

"Brasileiros. Por vos subi à primeira magistratura do império: por vós desço hoje desse eminente posto.

Há muito conheço os homens e as coisas. Eu estava convencido da impossibilidade de obterem-se medidas legislativas adequadas às nossas circunstâncias: mas forçoso era pagar tributo à gratidão, e fazer-vos conhecer pela experiência, que não estava em meu poder acudir às necessidades públicas, nem remediar os males que tanto vos afligem.

Não devo por mais tempo conservar-me na regência: cumpre que lanceis mão de outro cidadão, que, mais hábil ou mais feliz, mereça as simpatias dos outros poderes políticos.

Eu poderia narrar-vos as invencíveis dificuldades que prevê: mas para que? Tenho justificado o ato de minha espontânea demissão, declarando ingenuamente que eu não posso satisfazer ao que de mim esperáveis.

Entregando-vos o poder que generosamente me confiastes, não quero por mais tempo conservar-vos na expectativa de bens de que tendes necessidade, mas que não posso satisfazer-vos; confessando o meu reconhecimento e gratidão à confiança que vos merece: tenho feito tudo quanto está da minha parte.

"Qualquer, porém, que for a sorte que a Providência me depare, como cidadão brasileiro, prestarei o que devo à pátria." (14).

Resignando o mando supremo, Feijó retirou-se a São Paulo para repousar das fadigas e dos desganhos da vida pública. Buscou o retiro, empregando-se em uma pequena lavoura que possuía, e na sessão de 1833 não compareceu no senado pelo mau estado de sua saúde.

Na simplicidade austera de suas maneiras, na modéstia do seu viver, no desprezo das riquezas, na humildade cristã de que revestiu os seus atos, deu um exemplo raro, que só bastaria para a sua glória.

Em 1838 fez publicar a respeito de suas opiniões religiosas a seguinte importante declaração:

"Tendo eu escrito alguma coisa sobre diferentes pontos de disciplina eclesiástica, havendo também pronunciado alguns discursos na câmara

dos sres. deputados sobre o mesmo objeto; ainda que tudo isto fizesse, persuadido que zelava da mesma igreja católica de que sou filho e ministro, e atentar a bem a salvação dos fiéis; contudo constando-me que algumas pessoas não só estranharão as minhas opiniões, como algumas expressões pouco decorosas à mesma igreja e ao seu chefe; não querendo eu em nada separar-me da igreja católica e ainda menos escandalizar a pessoa alguma; por esta declaração revogo e me desdigo de tudo quanto pudeste direta ou indiretamente ofender a disciplina eclesiástica, que a mesma igreja julgou dever ser conservada, ou a pessoa alguma.

Esta minha declaração, é espontânea, filha unicamente do receio de haver errado, apesar-das minhas boas intenções; e é tanto mais desinteressada, que há pouco acabei de declarar ao governo de Sua Majestade Imperial, de que eu nunca aceitei a nomeação de bispo de Mariana, nem a carta de apresentação que então se me quiz entregar. Deus queira, que se algum escândalo hei dado por causa de tais discursos e escritos, cesse ele com esta minha ingênua declaração." (15)

Este ato, em nada inferior ao que em França praticou o grande arcebispo Fénelon sobre suas opiniões religiosas, honra a memória de Feijó, desse homem extraordinário, que, no meio das tempestades políticas, soube sempre ser um sacerdote modelo, de costumes austeros e ilibados.

Entretanto, sob a sotaina do padre pulsava um coração patriótico. Em um tempo de descrença e entorpecimento moral como este, alimentou até à avançada idade de sessenta anos o fogo do patriotismo; e os desganhos de amarga experiência não arrefeceram nele as crenças e o entusiasmo santo das grandes idéias.

Desarmado pelo tempo, mutilado pela enfermidade, denunciava ainda sua energia de outrora, como o sol caído no ocaso recorda em seu clarão desmaiado a aurora que irradiou a terra com sua luz cintilante.

A plácida serenidade, que parecia dever coroar os últimos dias de sua existência tão pura e virtuosa, não tardou em ser perturbado.

O movimento de 1842, em São Paulo, veio arrancar do retiro o regente desenganado de 1837.

Tendo votado toda sua vida ao triunfo das liberdades públicas, que lhe pareciam ameaçadas pelo ato do poder, Feijó aderiu à revolução oferecendo em holocausto ao povo as glórias de sua vida política.

De Campinas, onde então se achava, se dirigiu a Sorocaba para servir à causa da revolução, por ele esposada, e tomar sobre si a responsabilidade dela.

Sendo aí preso, foi, por ordem do governo, conduzido a Santos, metido em um vapor de guerra, e deportado violentamente sem saber para onde, sendo afinal atraído nas praias da Vitória, no Espírito Santo, em julho de 1842. Aí sofreu as amarguras do exílio por seis meses, até que em dezembro lhe foi permitido voltar para ao senado, onde o esperava o processo contra ele instaurado como cabeça da rebelião.

Tendo de responder ao senado por seu proceder, expôs livremente seus sentimentos com esse civismo e franqueza, que lhe eram habituais:

"...Se eu pudesse, daria por certo este exemplo ao Brasil de resistir às ordens ilegais, sem o que será sempre nominal nossa liberdade e nós escravos dos atrevidos. Nada, porém, podendo contra a violência, retirei-me..." Eu penso que se uma nação é tal, que vê submissa a violação de

suas instituições, é ela indigna de ser nação livre, e é já escrava, e se já não tem senhor, terá o primeiro que o queira ser... Eu resigno-me a tudo... não serei a primeira vítima imolada pela defesa das liberdades públicas; talvez mesmo são indispensáveis tais sacrifícios para firmar-se uma constituição, porque todas as nações os tem tido; oxalá seja eu a única vítima, e assim se consolide em meu país a monarquia representativa!... Que por mais poderei sofrer? Já quase de sessenta anos, e além disso já à borda do túmulo, poderei acaso apreciar tanto esses poucos dias que me possam restar de vida, muito mais quando pelo meu estado de saúde, não os posso mais empregar a bem do país?" (16)

Apresentando esta resposta ao senado, assim exprimiu-se:

"Portanto, senhores, sofri tudo isto! prisão, deportação e seis meses de degredo, quase quatro contos de réis de multa e de que estou privado até hoje. Mas o governo ainda não está satisfeito; mandou por isso formar este processo e não ficará satisfeito senão com o meu extermínio! Estou pois, entregue ao senado, faça ele de mim o que quiser; a vida em mim será pouca... sofra-se tudo."

Sua vida ia, com efeito, a extinguir-se; sua fronte, enrugada pela adversidade, pendia para a terra. No dia 10 de novembro de 1843, deu sua alma ao Criador. (17).

Sua morte foi a do filósofo cristão, resignado e crente até exalar o último suspiro.

O homem, que havia ocupado em seu país os postos mais elevados de bispo, senador, ministro e regente, finou-se obscuro, pobre e desconhecido em sua modesta casa da rua da Freira em São Paulo! (18)

E o seu maior elogio!

- (1) Sobre Feijó veja-se a "Oração Fúnebre" do padre Pedro Gomes de Camargo a 15 de novembro de 1843, folheto publicado em São Paulo; e a "Necrologia" do Senador D. A. Feijó, escrita por... Rio de Janeiro, 1861.
- (2) Este manifesto, assinado em Falmouth pelos deputados Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Antonio Manuel da Silva Bueno e Diogo Antonio Feijó, foi impresso no "Correio Brasilense" de novembro de 1822, e daí transcrito no periódico "O espelho" (do Rio de Janeiro) n. 127 de 4 de fevereiro de 1823.
- (3) As emendas redigidas por Feijó e oferecidas pela câmara de Itú, das quais possuo cópia autêntica, continham a idéia das eleições diretas, abolição de condecorações, etc.
- (4) Em sustentação de suas idéias escreveu Feijó um opúsculo com o título seguinte:

"Demonstração da necessidade da abolição do Celibato Clerical pela assembléa geral do Brasil; e da sua verdadeira e legítima competência nesta matéria". Pelo deputado Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro, 1828 — 4.o.

- (5) História do Brasil, por J. Armitage, pg. 302.
- (6) Eis como Evaristo, na "Aurora Fluminense", narra a entrada de Feijó para o ministério:

"No Brasil, um patrióta conhecido pela firmeza de carater e retidão de seu espirito, de tal mérito que aos mesmos anarquistas foi impossível recusar-lho, não duvidando sacrificar-se pela pátria em perigo, tomou em circunstâncias delicadíssimas a pasta da justiça, e tem aí feito aparecer uma força de alma, uma constância, que antes dele não fora conhecida entre nós. Não se fizeram mais vergonhosas capitulações com o crime ufano de suas vitórias. Os olhos da população ameaçada se voltaram para este homem forte e íntegro; é dele que aguardam as providências com que a sociedade se mantenha sem o risco de ser invadida por hordas de bárbaros; e a confiança veio finalmente coroar os esforços do digno membro da administração pública. Não lhe queimamos podre incenso; esta linguagem tem sido a de todos os jornais da capital... e se acaso se inquirir a massa dos cidadãos interessados na ordem, eles dirão que é no sr. Feijó e na sua coragem cívica que tem posto a âncora de sua esperança".

- (7) Relatório do Ministro da justiça, Diogo Antonio Feijó; apresentado à assembléa geral, em 10 de maio de 1832 (coleção Plancher, vol. 7.o.
- (8) Portaria de Diogo Antonio Feijó ao Intendente geral da policia do Rio de Janeiro, de 9 de março de 1832 (Coleção Plancher, vol. 7.o. pg. 54 dos decretos, portarias, etc.).
- (9) Correio da câmara dos deputados em 1831.
- (10) Segue-se: "Deus guarde a V. M. mperial Rio de Janeiro. 26 de julho de 1832. De V. M. Imperial subdito respeitador Diogo Antonio Feijó.
- (11) No dia 31 de outubro de 1836, Feijó encerrou a assembléa geral com as seguintes palavras:

"Seis meses de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos males públicos: eles infelizmente vão em progresso. Oxalá que na futura sessão o patriotismo e sabedoria da assembléa geral possa satisfazer as urgentissimas necessidades do Estado".

- (12) Palavras do sr. dr. J. J. da Rocha no seu excelente opúsculo "Ação, Reação e Transação".
- (13) Na discussão da lei de 14 de junho de 1831, foarm de opinião que se conferisse à regência o direito de dissolver a câmara temporária, e nesse sentido votaram os deputados Paula Souza, Evaristo, Carneiro de Campos, Xavier de Carvalho, entre outros; no sentido contrário, votaram, além dos mais, os deputados Alencar, Rebouças, Luiz Cavalcanti, Lino Coutinho, Martim Francisco. O principal argumento invocado para este cerceamento das atribuições da regência foi a dissolução da Constituinte em 1823. (Veja-se o "Correio da Câmara dos Deputados, em 1831).

Em 1836 Paula Sousa propoz no senado, que se conferisse por lei ao regente a atribuição de dissolver a câmara dos deputados: mas não passou o seu projeto.

- (14) Manifesto de Diogo Antonio Feijó aos brasileiros, em 10 de setembro de 1837, datado do Rio.



- (15) Segue-se: São Paulo, 10 de julho de 1838, Diogo Antonio Feijó. Esta declaração foi inserta no "Observador Paulistano".
- (16) Resposta do senador Diogo Antonio Feijó dada ao senado sobre o processo contra ele instaurado como cabeça de rebelião, datada do Rio de Janeiro de 12 de maio de 1843.
- (17) Feijó morreu, na cidade de São Paulo, em sua pequena casa à rua da Freira n. 11 às 9 horas e 20 minutos da noite do dia 10 de novembro de 1843, e não 11 de novembro, como por engano tem saído em algumas publicações. (Veja-se o periódico "O Nacional", n. 68, de 29 de novembro de 1844).
- (18) O Decreto n. 176, de 15 de junho de 1841, concedera a Feijó a pensão de 4:000\$000 anuais.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

## RELATÓRIO DE 1943

Srs. Consócios:

Em conformidade com o art. 21, letra "e", dos nossos Estatutos, cumpre-nos submeter ao vosso exame, na presente sessão, o relatório das realizações e da atividade administrativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo durante o ano social decorrido entre 25 de janeiro e 1.º de novembro de 1943.

FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO — Em sessão inaugural, realizada no dia 25 de janeiro, comemorou-se o 389.º aniversário da fundação desta cidade. Como estivesse ausente o orador oficial, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, que previamente se escusara de comparecer por motivo de força maior, usou da palavra, por designação do sr. presidente perpétuo, dr. José Tôres de Oliveira, o nosso prezado consócio e 1.º secretário, prof. Tito Lívio Ferreira, que dissertou sobre o tema: **Nóbrega, Fundador de São Paulo e Primeiro Jesuíta do Brasil**. Desenvolvendo o assunto com raro brilho, acentuou o conferencista o mérito excepcional do padre Manuel da Nóbrega na fundação de São Paulo, de tal maneira que lhe cabe indiscutivelmente a gloriosa primazia do empreendimento, como já tivera o Instituto, aliás, oportunidade de deixar bem claro, através da palavra e dos trabalhos publicados por vários historiadores eminentes que honram o seu quadro social.

10.º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O Instituto emprestou sempre todo o apoio às realizações dos congressos de geografia. Não podia, pois, furtar-se ao convite que lhe fora dirigido para aderir ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia, que deveria realizar-se, no mês de setembro último, na capital paraense. Assim, em sua sede, no dia 27 de janeiro, o prof. Raja Gabaglia, da comissão organizadora, espe-

cialmente convidado para este fim, fez interessante explanação das finalidades do referido Congresso. Ulteriormente, porém, atendendo a um pedido da Interventoria Federal no Estado do Pará, resolveu a Comissão Organizadora Central do 10.º Congresso Brasileiro de Geografia adiar a realização do certame para oportunidade mais favorável, uma vez que, no momento, o estado de beligerância em que nos encontramos tornou deficiente os meios de transporte e criou uma série de outras dificuldades.

**CENTENARIO DO NASCIMENTO DO VISCONDE DE TAUNAY** — O Instituto comemorou o 1.º centenário natalício do Visconde de Taunay, transcorrido em 22 de fevereiro, com uma sessão extraordinária, na qual o prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, como orador oficial, discorreu sobre a vida e a obra do inolvidável brasileiro. Em colaboração com a Companhia Melhoramentos de São Paulo, organizou-se interessante exposição das obras do Visconde de Taunay, assim como de vários objetos que lhe pertenceram. Finalmente, na sessão ordinária de 5 de março, discursaram, ainda, o desemb. dr. Afonso José de Carvalho, para prestar uma homenagem ao ilustre consócio dr. Afonso de Taunay, que se achava presente, o cel. Tenório de Brito e o prof. Tito Lívio Ferreira, que trataram, os dois últimos, da personalidade do Visconde de Taunay, respectivamente, "como militar" e "como escritor e parlamentar".

**CENTENARIO DA MORTE DE ROBERT SOUTHEY** — O 1.º centenário do falecimento de Robert Southey foi comemorado pelo Instituto em sessão de 5 de abril, tendo o dr. Igor Dolgorukij produzido, nessa ocasião, interessante conferência subordinada ao tema: **Robert Southey, Sua Vida e Sua Obra**. Pelo nosso consócio sr. Ciro Tassara de Pádua foi apresentado, igualmente, substancial trabalho crítico sobre a obra do grande historiador britânico, o qual será oportunamente estampado na *Revista*.

**ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO** — Em memória do benemérito brasileiro que foi Arnaldo Vieira de Carvalho, e assinalando a passagem do 20.º aniversário de sua morte, pronunciou o prof. dr. Ernesto de Sousa Campos uma palestra sobre a instituição do ensino médico no Brasil pelo governo de Antônio José da Franca e Horta.

**CENTENARIO DE CARLOS VASCONCELOS DE ALMEIDA PRADO** — A ocorrência do 1.º centenário do nascimento de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, em cuja resi-

dência se realizou em 1873 a Convenção de Itú, foi anunciada pelo dr. Geraldo Rúffolo em sessão de 5 de junho. Comemorando a efeméride (12 de agosto), o dr. Fausto de Almeida Prado Penteado proferiu, em sessão de 5 de agosto, uma conferência em que situa a personalidade do homenageado nos acontecimentos políticos que deram origem à proclamação da República.

**CENTENARIO DE PEDRO VICENTE DE AZEVEDO** — Pela palavra do dr. Bueno de Azevedo Filho, comemorou o Instituto a passagem do centenário natalício do dr. Pedro Vicente de Azevedo, personalidade de grande projeção na vida política e administrativa do Brasil imperial.

**40.º ANIVERSÁRIO DA ELEIÇÃO DO DR. JOSÉ TÓRRES DE OLIVEIRA COMO SÓCIO EFETIVO DO INSTITUTO** — Atendendo a uma sugestão do nosso prezado confrade sr. Amador Florence, unanimemente aprovada, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo comemorou festivamente o 40.º aniversário do ingresso do dr. José Tórres de Oliveira em seu quadro social. Entre outras homenagens ao antigo sócio efetivo e atual sócio honorário e presidente perpétuo desta casa, tiveram especial relevo as que lhe foram prestadas em sessão extraordinária realizada no dia 20 de julho, na qual proferiu expressivo discurso o prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, como orador oficial. Nessa mesma ocasião, foi o retrato a óleo do dr. José Tórres de Oliveira, de autoria do pintor prof. Paulo do Vale, inaugurado na galeria reservada aos presidentes do Instituto. Na cadeira da presidência das sessões, colocou-se uma placa de prata, com a inscrição: "Cadeira Tórres de Oliveira -- 20-7-1943".

**DOM JOSÉ GASPAR DE AFONSECA E SILVA** — O Instituto resolveu consagrar a sessão ordinária de 6 de setembro à memória do nosso ilustre vice-presidente Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, tragicamente desaparecido no desastre de aviação que tantas vidas preciosas roubou ao Brasil. Fez a biografia do extinto, em termos comoventes e altamente expressivos, o orador oficial, prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira. Pelo sr. presidente perpétuo, dr. José Tórres de Oliveira, foi anunciado que a vaga aberta na Diretoria pelo infausto acontecimento não seria preenchida, como homenagem não só ao eminente confrade, mas também ao vulto que São Paulo aprendera a admirar e respeitar pela sua cultura, pela sua inteligência e, sobretudo, por suas obras.

**4.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS** — Por intermédio do prof. dr. Ernesto de Sousa Campos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo participou das comemorações que se realizaram para assinalar a passagem do 4.º centenário da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos. O ilustre consócio abordou, então, o problema da organização hospitalar no Brasil e apresentou uma memória sobre a fundação da Santa Casa de São Paulo. Por incumbência do sr. presidente, o prof. Sousa Campos representou ainda o Instituto nas comemorações que se realizaram na vizinha cidade de Santos.

**PRUDENTE DE MORAIS E MANUEL DE MORAIS BARROS** — No dia 25 de setembro, em Piracicaba, inauguraram-se, por iniciativa de amigos e admiradores, os monumentos das proeminentes figuras nacionais que foram o dr. Prudente José de Moraes Barros e o senador Manuel de Moraes Barros. O Instituto esteve representado no ato pelos distintos consócios: embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, dr. Aureliano Leite e prof. Celestino Fazzio.

**NOVAS DENOMINAÇÕES DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS** — O Decreto-lei n. 3599, de 6 de setembro de 1941, determinou, como se sabe, a eliminação de homônimas na denominação dos municípios brasileiros, devendo conservar seu nome, em tal hipótese, a localidade que tiver maior graduação administrativa. Divergiu desse critério, com o nosso apoio, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que dirigira uma circular às sociedades congêneres solicitando que os historiadores e estudiosos do nosso passado intercedessem junto ao Governo Federal no sentido de se pleitear a revogação do artigo 9.º do aludido decreto.

**CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ** — Entrava o Instituto no gozo de suas férias estatutárias, quando se anunciou a comemoração, em todo o país, da passagem do centenário da morte do padre Diogo Antônio Feijó. O nosso prezado consócio dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em estreita colaboração com o eminente odontólogo e craniométrista prof. Luis Silva, terminava, justamente nesta ocasião, uma série de interessantes pesquisas do mais alto valor científico sobre a identidade física de Feijó. Assim, para que tivéssemos a possibilidade de tomar conhecimento dos trabalhos realizados em torno do assunto e, ao mesmo tempo, para participarmos, desse modo, de tão justas comemorações, realizou-se uma sessão ex-

traordinária no dia 5 de novembro, tendo o dr. Ricardo Daunt dissertado sobre o tema: **Da Família Camargo à Identidade Física do Padre Diogo Antônio Feijó**. Usou também da palavra o prof. Luis Silva, que pronunciou interessante palestra sobre **O Estudo Cranométrico para a Reconstituição Científica da Identidade Física de Feijó**. Fizera-se várias projeções luminosas, com explicações do prof. Luis Silva. Exibiu-se ainda o busto do Regente, moldado em gesso, pelo escultor José Cucé, de acordo com as conclusões da craniometria.

**SÓCIOS FALLECIDOS** — Tivemos que lamentar o desaparecimento, no transcurso do ano findo, de vários ilustres consócios que foram a dra. Marie Kennotte, o dr. Max Fleiuss, o dr. Antônio Pompeu de Cauargo, o dr. José Maria Lisboa Júnior, dom José Gaspar de Afonseca e Silva, o dr. Paulo de Lima Correia e o dr. Paulo Prado. Por esse motivo, foram prestadas à sua memória as devidas homenagens do Instituto, tendo sido feito o elogio histórico dos extintos pelo prof. dr. José Carlos de Alaliba Nogueira, orador oficial, na sessão magna de 1.º de novembro.

**NOVOS SÓCIOS** — Enriqueceu-se o quadro social do Instituto, durante o ano transato, com a aquisição de novos e brilhantes elementos, eleitos para as diferentes categorias de sócios, a saber: efetivos, os srs. prof. Joaquim Alfredo da Fonseca, prof. Celestino Eusébio Fazzio, cap. dr. José Nogueira Sampaio, 1.º tte. Arrisson de Sousa Ferraz, prof. Joaquim Silva, sr. José Benedito Silveira Peixoto, dra. Alice Piffer Canabrava, prof. Rafael Rocha Campos, dr. Eduar de Sousa Queiroz e cap. Henrique Oscar Wiederspahn; e correspondentes, os srs. dr. Augusto Meira (Belém, Pará), frei Adalberto Ortman (Guaratinguetá, São Paulo), dr. Ramón de Castro Esteves (Buenos Aires, Argentina), dr. Henrique D. Tovar y R. (Lima, Peru), sr. José Alberto Pelúcio (Bacpendi, Minas Gerais), dr. Guilherme Martínez Auler (Recife, Pernambuco), dr. Gaston Bénédiet de Bénédietis (Los Angeles, Califórnia), e, finalmente, no Rio de Janeiro, dr. Carlos Studart Filho, cel. Luís Lobo, prof. dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, dr. Murilo de Miranda Basto, dr. Florêncio de Abreu e dr. Hélio Viana.

**REVISTA** — Reimprimiram-se, nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado, os volumes XVII e XVIII da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, que durante tantos anos estiveram esgotados. Três outras edições, referentes aos volumes XXI, XLII e XLIII, acham-se em bom andamento.

**SESSÕES** — Além de 11 sessões ordinárias e da sessão magna de 1.º de novembro, realizou o Instituto 3 outras, extraordinárias, especialmente consagradas, em ordem cronológica, à comemoração do centenário natalício do Visconde de Taunay, do 40.º aniversário da eleição do dr. José Tôres de Oliveira como sócio efetivo do Instituto e do centenário da morte do padre Diogo Antônio Feijó.

**TRABALHOS APRESENTADOS** — Em diferentes sessões do Instituto, em 1943, foram apresentados os seguintes trabalhos, quer sob a forma de conferências, quer sob a de comunicações: **Simão da Cunha Gago, o Fundador de Rezende**, pelo dr. Carlos da Silveira; **Nóbrega, Fundador de São Paulo e Primeiro Jesuíta do Brasil**, pelo prof. Tito Lívio Ferreira; **Vida e Obra da Dra. Maric Rennotte**, pelo sr. Félix Soares de Melo; **Max Fleiuss**, pelo dr. Aureliano Leite; **O Visconde de Taunay**, pelo prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira; **O Visconde de Taunay como Militar**, pelo cel. Tenório de Brito; **O Visconde de Taunay como Escritor e Parlamentar**, pelo prof. Tito Lívio Ferreira; **Os Dois Taunay**, pelo desemb. dr. Afonso José de Carvalho; **Robert Southey, Sua Vida e Sua Obra**, pelo dr. Igor Dolgorukij; **Um Governador de São Paulo no começo do Século XIX (Antônio José da Franca e Horta)** — Em Memória de Arnaldo Vieira de Carvalho, pelo prof. dr. Ernesto de Sousa Campos; **Carlos Vasconcelos de Almeida Prado**, pelo dr. Fausto de Almeida Prado Pentecado; **O Dr. Pedro Vicente de Azevedo**, pelo dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho; **Tapirapés, Chave do Roncador**, pelo sr. Roberto Pampílio; **Meus Irmãos, Homens Livres**, pelo sr. José Benedito Silveira Peisoto; **Traços Biográficos de D. José Gaspar de Afonseca e Silva**, pelo prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira; **Memória Histórica Sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**, pelo prof. dr. Ernesto de Sousa Campos; **Da Família Camargo à Identidade Física de Feijó**, pelo dr. Ricardo Gumbelton Daunt; e **O Estudo Craniométrico para a Reconstituição Científica da Identidade Física de Feijó**, pelo prof. Vais Silva.

**COMISSÃO DE HISTÓRIA** — A Comissão de História, composta dos srs. dr. Afonso de Escagnolle Taunay, dr. Omar Simões Magro e prof. Antônio Piccarolo, foi incumbida, pela assembléa geral realizada no dia 5 de junho, de emitir parecer sobre a conveniência e a oportunidade da adesão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo à Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia, recentemente fundada nos Estados Unidos. Em obediência a esse parecer, solicitou-se, em seguida, a opinião da Comissão de Etnologia.

**COMISSÃO DE ETNOLOGIA** — Os distintos consócios srs. dr. Herbert Baldus, dr. Plínio Airoso e prof. Jorge Bertolaso Stella, da Comissão de Etnologia, emitiram pareceres a respeito da proposta do nosso confrade sr. Ciro Tassara de Pádua, no sentido de que o Instituto patrocinasse a fundação da Casa do Índio em São Paulo. Vitoriosa a idéia de se consultar o general Cândido Rondon, este egrégio consócio considerou prejudicada a sugestão, por já ter o Governo Federal tomado a iniciativa de concretizá-la. A Comissão de Etnologia deve manifestar-se ainda, em definitivo, sobre a adesão do Instituto à Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia, já tendo emitido seu parecer o dr. Herbert Baldus.

**BIBLIOTECA E ARQUIVO** — A atividade desses departamentos, a saber, Biblioteca e Mapoteca, e Arquivo e Museu, prosseguiu normalmente no decurso do ano findo. A secção de Arquivo, embora desprovida de fichário dos jornais e documentos existentes, nem porisso deixou de atender a várias consultas. Quanto à Biblioteca, bastante sensíveis foram os progressos verificados durante o ano. Aumentou consideravelmente o número de consulentes, tendo sido recebidas numerosas doações, muitas de grande valor, num total de 579 volumes, 4 exemplares de jornais antigos, 6 mapas, 4 peças musicais e 2 fotografias, sem incluir o recebimento diário do **Diário Oficial do Estado**, do **O Estado de S. Paulo**, do **Diário Popular** e do **Jornal do Brasil**.

**CORRESPONDÊNCIA E PUBLICIDADE** — Na imprensa diária desta Capital, publicaram-se, durante o ano social de 1943, 45 notícias relativas à vida do Instituto. O movimento de correspondência foi relativamente considerável, como demonstram os dados seguintes:

**Correspondência recebida:**

Cartas e ofícios . . . . .	212
Telegramas . . . . .	58
Cartões . . . . .	58
Circulares . . . . .	28

**Correspondência expedida:**

Cartas e ofícios . . . . .	363
Agradecimentos (impressos) . . . . .	338
Cartões (impressos) . . . . .	619

**SECRETARIA** — O movimento da Secretaria decorreu com a ordem habitual. Foram fornecidos, a pedido de sócios, 3

atestados. Um novo regulamento referente ao trabalho dos funcionários foi organizado. Notou-se um aumento da frequência diária de sócios e visitantes, acusando o livro de presença um total de 1739 assinaturas.

TESOURARIA — O Instituto iniciou o ano de 1943 com um saldo de Cr\$ 176.488,70 ou sejam Cr\$ 14.998,20 menos do que no período anterior. Tal diminuição originara-se das despesas extraordinárias, feitas em 1942, com a comemoração do centenário de Taubaté, com a regularização do pagamento de mensalidades devidas pelo Instituto e seus funcionários ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, etc. O saldo para o ano de 1944, constante do balancete que ora submete ao vosso exame o prof. Dácio Pires Correia, digno diretor tesoureiro, é ainda menor, quer por ter havido acréscimo de despesas com o aumento de ordenados dos funcionários, quer por não terem sido tais despesas compensadas, durante o ano social findo, por qualquer auxílio proveniente de renda ou subvenção por parte dos poderes públicos. Entretanto, o saldo de Cr\$ ..... 166.671,60 para o ano social entrante, será acrescido por duas subvenções: uma do Governo Federal, na importância de Cr\$ 10.000,00, e outra do Governo do Estado, na de Cr\$ 50.000,00. Assim, poderemos não só fazer face as despesas que em breve serão exigidas pela comemoração do nosso cincoentenário, como também esperar uma situação geral mais próspera.

CINCOENTENÁRIO DO INSTITUTO — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com relevantes serviços prestados ao estudo e à divulgação da história e da geografia pátrias, ingressa no 50.<sup>o</sup> ano de sua existência. Para comemorar este meio século de atividade científica, que se completará no dia 1.<sup>o</sup> de novembro vindouro, far-se-á uma edição, em 2 volumes, da obra **Moedas do Brasil**, de autoria do nosso ilustre e prezado confrade dr. Alvaro de Sales Oliveira. Os respectivos originais já foram entregues às oficinas da Imprensa Oficial do Estado, estando em vias de iniciar-se o trabalho de composição. Além disso, prepara-se a publicação do volume XLIV da **Revista**, com o histórico da vida do Instituto nestes cinquenta anos. Outros atos comemorativos serão oportunamente anunciados, devendo nomear-se para tanto uma comissão organizadora.

Eis, em síntese, o que foi a obra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo durante o ano de 1943.

São Paulo, 25 de janeiro de 1944.

A DIRETORIA.

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

### DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1940

#### RECEITA

SALDO DO ANO DE 1939 .....	255:129\$400
DOAÇÃO DO CEL. JÚLIO CONCEIÇÃO ...	5:000\$000
JOIAS, ANUIDADES E MENSALIDADES DE SÓCIOS .....	9:760\$000
JUROS DE APÓLICES E DE BANCO .....	18:172\$800
CARTEIRAS, DISTINTIVOS E DIPLOMAS DE SÓCIOS .....	285\$000
VENDA DE VOLUMES DA "REVISTA" ...	305\$000
ALUGUEL DE UMA SALA À SOCIEDADE NUMISMÁTICA .....	500\$000
	<hr/>
	289:152\$200

#### DESPESA

SECRETARIA .....	1:282\$900
BIBLIOTECA .....	12:148\$800
TESOURARIA .....	1:192\$400
PUBLICAÇÕES .....	15:763\$400
MUSEU E ARQUIVO .....	672\$000
DESCONTOS .....	76\$000
TAXA DE PREVIDÊNCIA DE BANCÁ- RIOS .....	2\$900
CUNDAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA .....	9:600\$000
ORDENADOS E GRATIFICAÇÕES .....	24:298\$600
DESPESAS GERAIS .....	3:956\$500
SALDO PARA O ANO DE 1941 .....	220:158\$700
	<hr/>
	289:152\$200

São Paulo, 31 de dezembro de 1940.

Dácio Pires Correia, Tesoureiro.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA  
DO ANO DE 1943

R E C E I T A

	Cr\$
Saldo do ano de 1942	176.488,70
Juros de Apólices	13.892,30
Foias, anuidades, remissão e mensalidades	11.800,00
Diplomas, distintivos e cartelas de sócio	160,00
Publicações	766,00
Almuguel de sala	1.300,00
<b>Total</b>	<b>204.407,00</b>

D E S P E S A

	Cr\$
Secretaria	1.333,10
Biblioteca	685,50
Tesouraria	1.280,90
Museu e Arquivo	40,00
Publicações	388,50
Ordens e gratificações	27.295,00
Despesas gerais	6.703,40
Saldo para 1944	166.671,60
<b>Total</b>	<b>204.407,00</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 1943.

Dácio Pires Correia, Tesoureiro.

CADASTRO SOCIAL

(1944)

Presidente Perpétuo

José Torres de Oliveira (1)

Presidente Honorário

Alfonso de Escaignolle Tannay (1)

Sócios Beneméritos

José Carlos de Macedo Soares

Manuel Pereira Guimarães

Samuel Ribeiro (3)

Sócios Honorários

Mfonso José de Carvalho

Alberto José Gonçalves (Dom)

Alino Arantes

Alvaro de Sales Oliveira

Ana de Queiroz Teles Tibiriçá

Antonio Colbachini (Padre)

Cândido Mariano da Silva Rondon (General)

Carlos da Silveira

Carlos de Sousa Nazare

Carlota Pereira de Queiroz

Densedit de Araújo (Padre)

Edmundo Krug

Ernesto de Sousa Campos

Rugênio Fgas

Françisca Pereira Rodrigues

Françisco de Aquino Correia (Dom)

Fredrico de Barros Brotero

Gastão Liberal Pinto (Dom)

Hipólito Chevelon (Padre)  
 João Batista de Carvalho (Padre)  
 João Lourenço Rodrigues  
 José Adriano Marrey Júnior  
 José Augusto de Magalhães  
 José Danti (Padre)  
 José de Castro Néri (Padre)  
 José Pires do Rio  
 Júlio César de Faria  
 Júlio de Mesquita Filho  
 Laudo Ferreira de Camargo  
 Leopoldo Aires  
 Manuel da Costa Manso  
 Maria Imaculada Navier da Silveira  
 Maria Pais de Barros  
 Noemia Nascimento Gama  
 Pedro Dias de Campos (Coronel)  
 Serafim Leite (Padre)  
 Sinésio Rocha  
 Washington Luís Pereira de Sousa (38)

#### Sócios Efetivos

Alcindo Muniz de Sousa  
 Alfredo Gomes  
 Alice Piffer Canabrava  
 Alípio Leme de Oliveira  
 Álvaro da Veiga Coimbra  
 Álvaro Soares Brandão  
 Amadeu de Queiroz  
 Amador Bueno Machado Florence  
 Amando Franco Soares Caiubi  
 Américo Brasiliense Antunes de Moura  
 Américo Netto do Rêgo Cavalcanti  
 Antônio Augusto de Meneses Drummond  
 Antonio Ferreira Cesarino Júnior  
 Antônio Paulino de Almeida  
 Antônio Piccarolo  
 Armando de Arruda Pereira  
 Aroldo Edgar de Azevedo  
 Arrisson de Sousa Ferraz (Capitão)  
 Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker  
 Astrogildo Rodrigues de Meilo  
 Augusto Gonzaga  
 Aureliano Leite

Bento Bueno  
 Bento de Abreu Sampaio Vidal  
 Cândido de Sousa Campos  
 Cantídio de Moura Campos  
 Carlos Alberto Nunes  
 Carlos Borges Schmidt  
 Carlos de Moraes Andrade  
 Celestino Eusébio Fázio  
 Cícero Arsênio de Sousa Marques  
 Cincinato Braga  
 Ciro Tassara de Pádua  
 Clodomiro Pereira da Silva  
 Coriolano Roberto Alves  
 Dácio Pires Correia  
 Dagoberto Sales  
 Djalma Forjaz  
 Domingos Laurito  
 Edmur de Sousa Queiroz  
 Edvard Carmilo  
 Enzo Silveira  
 Ernesto de Moraes Leme  
 Eurípedes Simões de Paula  
 Fábio da Silva Prado  
 Fausto de Almeida Prado Penteado  
 Francisco Antônio de Almeida Morato  
 Francisco de Assis Carvalho Franco  
 Francisco de Assis Iglésias  
 Francisco Isoldi  
 Francisco Pires Martins  
 Galeno Martins de Almeida  
 Gastão Ferreira de Almeida  
 Gastão Vidigal  
 Geraldo Rúffolo  
 Gofredo Teixeira da Silva Teles  
 Henrique Oscar Wiederspahn (Capitão)  
 Honório de Silos  
 Igor Dolgorukij  
 Inácio da Costa Ferreira  
 João Batista de Campos Aguiar  
 João Dias da Silveira  
 João Gomes de Oliveira Mendonça Cortez  
 João Lélis Vieira  
 João Pedro Cardoso  
 Joaquim Alfredo da Fonseca



Joaquim de Abreu Sampaio Vidal  
 Joaquim Silva  
 Jorge Bertolaso Stella  
 José Aires Neto  
 José Augusto César Salgado  
 José Benedito Silveira Peixoto  
 José Bueno de Oliveira Azevedo Filho  
 José Carlos de Ataliba Nogueira  
 José Cássio de Macedo Soares  
 José de Moura Resende  
 José de Oliveira Orlandi  
 José Eugênio de Paula Assis  
 José Ferreira de Melo Nogueira  
 José Furtado Cavalcanti  
 José Higino de Campos (Monsenhor)  
 José Maria Whitaker  
 José Nogueira Sampaio (Capitão)  
 José Pedro Leite Cordeiro  
 José Ribeiro de Sá Carvalho  
 Juan Francisco Recalde  
 Laerte Teixeira de Assunção  
 Lélío Piza  
 Leonardo Pinto  
 Luís Amaral  
 Luís da Câmara Lopes dos Anjos  
 Luís Ribeiro do Vale  
 Luís Sérgio Tomás  
 Luís Tenório de Brito (Coronel)  
 Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz  
 Manuel Gândara Mendes  
 Maria Andraça Procópio de Carvalho  
 Maria da Conceição Martins Ribeiro  
 Maria de Lourdes de Paula Martins  
 Mário de Andrade  
 Mário de Sampaio Ferraz  
 Mário de Sauctis  
 Martinho da Silva Prado Júnior  
 Miguel Franchini Neto  
 Nicolau Duarte Silva  
 Odécio Bueno de Camargo  
 Otoniel Mota  
 Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)  
 Paulo Ribeiro de Magalhães  
 Paulo Vergueiro Lopes de Leão

Percival de Oliveira  
 Pérsio Pereira Mendes  
 Plínio de Barros Monteiro  
 Plínio Marques da Silva Airosa  
 Rafael Rocha Campos  
 Raul de Frias Sá Pinto  
 Raul Romano  
 René Thiollier  
 Ricardo Gumbleton Datunt  
 Rivadávia Dias de Barros  
 Roberto dos Santos Moreira  
 Roberto Pompílio  
 Roberto Simonsen  
 Roberto Thut  
 Rubens Borba Alves de Moraes  
 Rui Bloem  
 Rui Calasans de Araújo  
 Salvador de Moya (Coronel)  
 Sebastião Pagano  
 Sílvio Pimentel Portugal  
 Sinésio Rangel Pestana  
 Sud Memucci  
 Teodomiro Dias  
 Teodoro Braga  
 Tito Lívio Ferreira  
 Ulisses Continho  
 Vítor Freire da Silva Júnior (137)

## SÓCIOS CORRESPONDENTES

Adalberto Ortmann (Frã) — Guaratinguetá, São Paulo  
 Afonso Antônio de Freitas Júnior — Casa Branca, São Paulo  
 Alamiro de Ávila y Martel — Santiago, Chile  
 Alberto Frederico de Moraes Lamego — Campos, Estado do Rio  
 Alcionílio Bruzzi Alves da Silva (Padre) — Itália  
 Amílcar Salgado dos Santos (Tenente-Coronel) — Curitiba, Paraná  
 Anibal de Matos — Belo Horizonte, Minas Gerais  
 Antônio da Gama Rodrigues — Lorena, São Paulo  
 Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho — Salvador, Bahia  
 Antônio Figueira de Almeida — Rio de Janeiro  
 Antônio Tavares Pinhão — Ribeirão Preto, São Paulo  
 Ariosto Espinheira — Rio de Janeiro

- Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niterói, Estado do Rio
- Arlindo Drummond Costa — Rio de Janeiro
- Arquimedes Pereira Guimarães — Salvador, Bahia
- Augusto Meira — Belem, Pará
- Basílio de Magalhães — Rio de Janeiro
- Benedito Pires de Almeida — Tietê, São Paulo
- Bernardino José de Sousa — Rio de Janeiro
- Buenaventura Caviglia Hijo — Montevideu, Uruguai
- Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro
- Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo
- Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul
- Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo
- Cristóvão T. de Camargo — Rio de Janeiro
- Dante de Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
- Davi Antônio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná
- Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (Tenente-Coronel) — Rio de Janeiro
- Edelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Eduardo d'Araújo Ferreira Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo
- Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São Paulo
- Elmano Gomes Cardini — Rio de Janeiro
- Emílio Fernandes de Sousa Doca (General) — Rio de Janeiro
- Emílio José Salim (Cónego) — Campinas, São Paulo
- Enrique D. Tovar y R. — Lima, Perú
- Eugênio Teixeira de Castro (Comandante) — Rio de Janeiro
- Félix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo
- Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro
- Fernando São Paulo — Salvador, Bahia
- Flávio Maurano — Casa Branca, São Paulo
- Florêncio de Abreu — Rio de Janeiro
- Francisco de Paula Santos — Tapiratiba, São Paulo
- Gaston Bénédicte de Bénédicte — Los Angeles, Estados Unidos
- Geraldo Dutra de Moraes — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Guilherme Martínez Auler — Recife, Pernambuco
- Haroldo Renato Ascoli — Rio de Janeiro
- Hélio Viana — Rio de Janeiro
- Henrique de Campos Ferreira Lima (Coronel) — Lisboa, Portugal
- Henrique de Gandía — Buenos Aires, Argentina

- Henrique Jorge Hurlcy — Belém, Pará
- Hildebrando Siqueira — Amparo, São Paulo
- Joaquim da Silveira Santos — Itapetininga, São Paulo
- José Alberto Pelúcio — Baependi, Minas Gerais
- José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso
- José de Toledo — Planalto, São Paulo
- José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro
- José Feliciano de Oliveira — Paris, França
- José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná
- José Mariz de Moraes — Recife, Pernambuco
- José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro
- Juan S. Pivel Devoto — Montevideu, Uruguai
- Laurindo Dias Minhoto — Tatuí, São Paulo
- Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro
- Lísias Augusto Rodrigues (Coronel) — Rio de Janeiro
- Luís Carlos de Moraes — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
- Luís Castanho de Almeida (Cónego) — Sorocaba, São Paulo
- Luís Filipe Castilhos Goleiocheia — Rio de Janeiro
- Luís Filipe Vieira Souto — Rio de Janeiro
- Luís Gastão d'Esenguolle Dória — Rio de Janeiro
- Luís Lobo (Coronel) — Rio de Janeiro
- Mannel Cicero Peregrino da Silva — Rio de Janeiro
- Mário Melo — Recife, Pernambuco
- Mário Sette — Recife, Pernambuco
- Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro
- Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro
- Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte
- Olavo Dantas (Capitão-Tenente) — Rio de Janeiro
- Paul Rivet — Paris, França
- Paulo Silvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo
- Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo
- Rafael Duarte — Campinas, São Paulo
- Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro
- Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina
- Rodolfo Garcia — Rio de Janeiro
- Rui Almeida (Tenente-Coronel) — Rio de Janeiro
- Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo
- Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro
- Teófilo Pen de Carvalho — Belo Horizonte, Minas Gerais
- Vergílio Correia Filho — Rio de Janeiro (90)

## A T A S

### ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 25 DE JANEIRO DE 1943

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e cinco de janeiro do ano de 1943, em sua sede social à rua Benjamin Constant n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão inaugural dos trabalhos sociais de 1943 e comemorativa da fundação de São Paulo, tendo comparecido os sócios srs. drs. Carlos Alberto Nunes, Alvaro da Veiga Coimbra, José Ribeiro de Sá Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Igor Nicolaievitch Dolgorukij, Geraldo Rúffolo, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Fausto de Almeida Prado Penteado, Afonso de Escragnolle Taunay, prof. Nicolau Duarte Silva, Amador Bueno Machado Florence, prof. Tito Lívio Ferreira e prof. Dácio Pires Correia. Representaram o Instituto Genealógico Brasileiro os srs. dr. Olavo Dias da Silva e Igor Dolgorukij. Na ausência do Presidente Perpétuo do Instituto, Dr. José Torres de Oliveira, assumiu a direção dos trabalhos o 1.º Vice-Presidente, prof. N. Duarte Silva, que, declarando aberta a sessão, convidou a participar da mesa os srs. dr. Murilo de Miranda Basto, chefe da Mapoteca do Itamarati, prof. Cristovão Leite de Castro, Secretário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dr. Afonso de Taunay, Presidente Honorário do Instituto, e prof. Raja Gabaglia, Presidente da Comissão Central Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia, tendo ocupado seus lugares habituais o 1.º Secretário, prof. Tito Lívio Ferreira e o 2.º Secretário, dr. Carlos Alberto Nunes. Depois de justificar a ausência do dr. Torres de Oliveira, assim como dos sócios srs. prof. Ataliba Nogueira, José de Oliveira Orlandi e Ciro Tassara de Pádua, teceu o sr. Presidente algumas considerações sobre a importância da efeméride que então se comemorava em todo o país. Depois de lidas e aprovadas as atas das sessões de 25 de outubro e 1.º de novembro de 1942, passou-se à leitura do Relatório relativo àquele mesmo ano, o qual ficou sobre a mesa, à disposição dos srs. sócios, até à próxima reunião. Em seguida, o dr. Bueno de Azevedo Filho pediu fosse lançado em ata um voto de pesar pelo falecimento do embaixador Afrânio de Melo Franco e do general Agustín Justo. Continuando com a palavra, o dr. Bueno de Azevedo Filho lê um telegrama pelo qual o Instituto Histórico do Pará lhe delega poderes para representá-lo nas comemorações patrocinadas pelo Instituto de São Paulo. Pode ainda o orador que os sócios sejam avisados de que no próximo dia 27 o prof. Raja Gabaglia fará, na sede social, uma exposição das finalidades do X Congresso Bra-

sileiro de Geografia. Responde o sr. Presidente dizendo julgar desnecessário consultar a assembléa a respeito dos votos de pesar propostos, os quais seriam consignados em ata. Quanto à conferência do prof. Raja Gabaglia, cuja visita tanto prazer causa ao Instituto, o sr. Presidente declara que os sócios serão avisados a respeito. A seguir, foi dada a palavra ao prof. Tito Lívio Ferreira, que, com erudição e eloquência, discorreu sobre o tema: "Nóbrega, fundador de São Paulo e primeiro jesuíta do Brasil". Concluindo sua brilhante conferência, disse o orador: "Apóstolo do Brasil, fundador de São Paulo e primeiro jesuíta da Terra de Santa Cruz, padre Manuel da Nóbrega, nesta noite comemorativa da primeira missa rezada no Colégio de Piratininga, a nossa terra e a nossa gente enobrece e exalta a sua memória radiosa, dignificando-o. Seu espírito fervoroso e irradiante consubstanciava, em potencial, o espírito da unidade característica da raça portuguesa, de que orgulhosamente descendemos. Sua luminosidade solar envolveu a terra virgem e vicejante, interpenetrando-a. Certo, o Brasil de ontem, o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã, o Brasil de nossos antepassados e o Brasil de nossos descendentes, há de sempre bendizer a sua obra gigantesca, palpitante de luz, de ensinamentos e de religiosidade. Porque o seu espírito clarificado viverá no radioso idealismo em ação da gente bandeirante — legado precioso que recebemos de seu gênio dinâmico, onde se fundiam o sonho e a atividade, para o engrandecimento de São Paulo e do Brasil. E, fiéis ao seu gênio imortal, guardaremos, intacta e indivisível, a nossa Pátria, para que as gerações futuras a civilizem cada vez mais, a enriqueçam nos campos da inteligência e da economia, e a dignifiquem em beleza, seriedade e cultura." Uma salva de palmas cobriu as últimas palavras do conferencista. O sr. Presidente, depois de enaltecer os méritos literários da peça que acabava de ser ouvida, pediu ao prof. Tito Lívio Ferreira entrega dos originais, a fim de serem publicados na Revista do Instituto. Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada. **Em tempo:** Ressalvo a emenda feita nesta ata, referente ao Relatório da Diretoria do Instituto, correspondente ao ano de 1942.

(aa) Artur P. de Aguiar Whitaker

Tito Lívio Ferreira

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA 2.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1943

Presidente: Dr. Artur Pequeto de Aguiar Whitaker.

1.<sup>o</sup> Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco de fevereiro do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a segunda sessão ordinária do corrente ano social, tendo comparecido os sócios srs. Artur P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, José Carlos de Macedo Soares, Carlos Alberto Nunes, Aureliano Leite, J. R. de Sá Carvalho, Felix Soares de Melo, Igor Dolgorukij, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Tenório de Brito, Geraldo Rúfelo, Djalma Forjaz, A. Taunay, Edmundo Krug e Dácio Pires Correia. Na ausência dos Srs. José Torres de Oliveira e N. Duarte Silva, respectivamente presidente e 1.<sup>o</sup> vice-presidente, assumiu a direção dos trabalhos o sr. Aguiar Whitaker, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes. Convidados a tomar assento à mesa os srs. Macedo Soares e Afonso de Taunay, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente honorário do de São Paulo, respectivamente, declinaram ss. ss. do convite, por desejarem participar dos debates na qualidade de simples sócios. Lida pelo sr. Carlos Alberto Nunes, 2.<sup>o</sup> secretário, a ata da sessão anterior, foi ela aprovada sem discussão. A seguir, o 1.<sup>o</sup> secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, dá leitura ao expediente, que constou de vários officios e telegramas. Acedendo a uma sugestão do sr. Carlos da Silveira, o sr. presidente declara invertida a ordem dos trabalhos, deixando para o fim da sessão as propostas para novos sócios, e dá a palavra ao proponente, que se achava inscrito para fazer uma comunicação sobre Simão da Cunha Gago, o fundador de Rezende. "O coronel Simão da Cunha Gago — esclarece o orador — fundou, em mil setecentos e quarenta e quatro, na Capitania das Minas Gerais, a nova Aiuruoca (sobre o povoado que outro paulista, João de Siqueira Afonso, ali levantara, em mil setecentos e seis); e fundou também, ainda em mil setecentos e quarenta e quatro a povoação do Campo Alegre, mais tarde Rezende, na Capitania Fluminense: pode-se considerar identificado com o Simão da Cunha Gago que a "Genealogia Paulistana", do Dr. Luis Gonzaga da Silva Leme, registra, no volume 9.<sup>o</sup>, pág. 30, em título Avias, Aguirres e Sodrés. E a tal conclusão chegou o autor, à vista de um assentamento matrimonial, referente à filha do coronel Simão da Cunha Gago, de nome Escolástica de Vasconcelos, assentamento que o orador descobriu, em novembro do ano passado, quando da viagem de pesquisas a Aiuruoca, ao repassar papéis paroquiais da localidade. O sobredito casamento foi celebrado aos vinte de fevereiro de mil setecentos e setenta e três, data em que o pai da noiva deveria contar cerca de oitenta anos". Terminada pelo distinto genealogista a comunicação que desejava fazer, sucedeu-o na tri-

buna o sr. Felix Soares de Melo, que leu uma biografia da dra. Marie Rennotte, sócia honorária falecida no dia 23 de novembro último, na avançada idade de 92 anos, 63 dos quais vividos ininterruptamente no Brasil, em atuação fecunda e altruística. Natural da Bélgica, a dra. Marie Rennotte considerava o Brasil como sua segunda pátria, pois aqui chegara com apenas 29 anos de idade. Era formada pela Universidade de Filadélfia, tendo-se dedicado, entre nós, a obras de grande benemerência, como a fundação de hospitais de sangue e, particularmente, a da Cruz Vermelha Brasileira. A pedido do sr. presidente, o sr. Soares de Melo entregou à Mesa o seu trabalho, para o arquivo do Instituto. Em seguida, pediu a palavra o sr. Macedo Soares, que dissertou a respeito da figura do historiador Max Fleiuss, recentemente falecido no Rio de Janeiro. Precisamente há 43 anos, em 1900, — acentua o orador, — Max Fleiuss ingressava, como sócio, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao qual sempre se referia com palavras cheias de carinho e entusiasmo. Depois de fazer ressaltar a personalidade do antigo secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja atividade em prol dos estudos históricos foi tão profícua, propõe o sr. Macedo Soares a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do grande cientista patriota e pede seja transmitido aos sócios do sodalicio paulista o convite para comparecerem à missa que, pelo sufrágio de sua alma, será realizada nesta cidade, na próxima terça-feira, dia 9 do corrente. Usou da palavra, a seguir, o sr. Aureliano Leite, corroborando a proposta do sr. Macedo Soares e solicitando seja enviada à Família Max Fleiuss, assim como ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma comunicação acerca das homenagens do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao ilustre historiador. Lê, depois, o orador, um artigo de sua autoria, publicado na *Folha da Manhã* sobre Max Fleiuss, um dia após o seu falecimento. Sucede-o com a palavra o sr. Sá Carvalho, que propõe seja esse artigo integralmente transcrito na ata dos presentes trabalhos. O sr. presidente julga desnecessário consultar a casa a respeito, considerando assim aprovada a sugestão. O sr. Geraldo Ruffolo pede a palavra e, manifestando-se inteiramente de acordo com os oradores que o antecederam, propõe se realizem várias conferências em memória de Max Fleiuss, a fim de que seja amplamente estudada a sua atividade intelectual. Para representar o Instituto nas exéquias e, ao mesmo tempo, elaborar o programa das homenagens propostas, o sr. presidente nomeia uma comissão composta dos srs. Macedo Soares, Aureliano Leite e Geraldo Ruffolo, a qual, por indicação do sr. Aureliano Leite, foram acrescentados os nomes dos srs. Afonso de Taunay e Djelma Forjaz. Solidário com essas manifestações de pesar, o sr. Afonso de Taunay pede que da ata conste também o seu voto de condolências. Encerrado esse assunto, fala o sr. Igor Dolgorukij, para declarar que deseja oferecer ao Instituto um *ex-libris* de acabamento artístico. Com esse propósito, pede seja nomeada uma comissão para orientar o desenhista encarregado do trabalho. O sr. presidente toma em consideração essa proposta e diz que oportunamente serão indicados os nomes dos sócios capazes, por seus conhecimentos especializados do assunto, de se desincumbirem a contento de semelhante encargo. Voltando a fazer uso da palavra, pergunta o sr. Macedo Soares se o Instituto já organizou o programa das comemorações do centenário do Visconde de Taunay, cuja ocorrência se verifica no dia 22 do corrente. O sr. presidente informa que o presidente perpétuo do Instituto, sr. José Torres de Oliveira, já convidara o orador oficial, sr. José Carlos de Ataliba Nogueira, para realizar uma conferência naquela data. O sr. Macedo Soares faz ver, então, que as comemorações não podem cingir-se a uma conferência, propondo, porisso, que se promova uma série de palestras nas quais seja a personalidade do Visconde de Taunay estudada sob as suas diferentes facetas, a saber, como escritor, como político, como mili-

tar e como patriota. O sr. Afonso de Taunay, em seguida, agradece as expressões de carinho com que estava sendo cultuada a memória de seu pai, declarando, entretanto, que não poderá comparecer às homenagens projetadas em São Paulo, por já se haver comprometido a ir ao Rio de Janeiro para participar das comemorações patrocinadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Instituto Militar de História. Torna a fazer uso da palavra o sr. Macedo Soares, que propõe se comemore, igualmente, em 21 de março próximo, a inolvidável personalidade de Robert Southey, por motivo do centenário de sua morte, que ocorre naquela data. O nome do grande poeta laureado inglês é especialmente caro a todos nós, pois está ligado à publicação da excelente História do Brasil que tantos serviços tem prestado à divulgação do nosso passado histórico. Aprovada a proposta do sr. Macedo Soares e não havendo mais quem desejasse usar da palavra, passou-se à discussão e votação das propostas para novos sócios, tendo sido eleitos os srs. Joaquim Alfredo da Fonseca e Celestino Fazio, na categoria dos efetivos, e os srs. Augusto Meira e frei Adalberto Oranann, na dos correspondentes. E, como não houvesse nada mais a ser tratado, foi encerrada a sessão. Na leitura do expediente, foi especialmente destacado pelo sr. Tito Lívio Ferreira, 1.º secretário, o seguinte officio de pêsames, enviado à Família Getúlio Vargas: — "Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas e Exma. Família: Em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e no meu pessoal, apresento a V. Exas. os pêsames mais sinceros pelo irreparável golpe que representa para toda a sociedade brasileira o falecimento do Dr. Getúlio Vargas Filho, jovem cheio de esperanças em relação ao nosso futuro e de cujo labor tanto se esperava muito em prol da glória da pátria. Deus guarde a V. Exas. — (na) José Torres de Oliveira, presidente." E o seguinte o artigo de autoria do sr. Aureliano Leite, a que se fez referência acima: **Max Fleiuss** — Morreu Max Fleiuss. Não há bem que sempre dure. Ele, como tudo de bom na vida, tinha que acabar... Em compensação — segundo as notícias dos jornais — morreu de repente. Se com esse descalace inesperado consternou mais a sua queridíssima família e os seus devotados amigos, alcançou para ele a ventura da morte boa, aquela que os deuses reservavam para os seus eleitos. Morreu sem longas dores, sem a agonia lenta e cruciante. Morreu da morte que eu peço para mim e para todos os que amo no mundo. Morreu produzindo, morreu na arena da luta de mais de sessenta anos contínuos, em que manejou a pena como um autêntico e nobre escritor de raça. Ainda ontem, li com emoção o seu "Recordando..." no "Jornal do Comércio". Que ternura inesgotável e que espírito inconfundível! Está ali no "Recordando..." de domingo o espelho de sua alma invejável e a projeção de sua cultura sempre renovada, embora vivesse com os olhos voltados para o pretérito. Sofro a sina de andar atrasado na vida. Para apenas falar no domínio das letras, só conheci intimamente Martim Francisco, o terceiro, nos derradeiros anos de sua fecunda existência. Com Afonso Celso — o moço, deu-se-me a mesma coisa. E esse fenômeno que, com lástima para mim, se repete amide comigo, agora, de novo, me vem acabrunhar. Só nos últimos tempos da vida de Max Fleiuss pude gozar da sua proveitosa intimidade. Pelo que adquiri no convívio com o Mestre, com a sua sabedoria, o seu bom-humor, a sua piedade, em tão exiguo tempo, imagino quanto perdi, quanto deixei de aprender. Para felicidade dos que ficaram e não de vir, a sua obra está aí, viva e palpante, destinada à relativa imortalidade das coisas humanas. Porque Max Fleiuss não foi dos que levaram egoisticamente para as eternas sombras aquilo que adquiriram na terra. A larga soma de conhecimentos bebidos nos seus estudos acurados da história do Brasil e da América, ele os soube recolher aos seus livros preciosos, que lhe reservaram um lugar luminoso na galeria dos cultos da inteligência no Novo Mundo. Per-

correndo a sua fecunda bibliografia composta de mais de quarenta volumes publicados, sem referir o que deixou disperso e perdido na imprensa, onde pelejou desde menino, quem quer que o faça se verá obrigado a detetar-se em muitas delas, em quase todas, com interesse, proveito e deleite. Abandonando desde logo o género da ficção, no qual se distinguiu por um indiscutível pendor, que o levou a experimentar com sucesso a poesia e, talvez, a novela, enveredou-se sem detença para o género mais salutar e mais difícil da história, que guardava para ele os seus melhores e mais fulgurantes lauréis. Assim, se começou traduzindo poeticamente, embora esparsamente, a obra melancólica e cética de Henrique Heine, apaixonado das líricas do seu tempo; se se dedicou com Valentim Guimarães a dirigir "A Semana", revista exclusivamente literária, e em todos os géneros explorados alcançou a palma de uma vitória incontestável; não se deixou dominar pela inclinação dos trabalhos fáceis e inglorios, decidindo investir no terreno dificultoso da ciência. Aos 1900, ano em que o Instituto Histórico Brasileiro lhe abriu as portas, ele já lançava "Centenários do Brasil". Daí em diante, o venerando sodalício criado pelos estadistas de D. Pedro II e posto sob a proteção do magnânimo monarca, teve na sua colaboração eficiente e ininterrupta, até ao dia em que tombou, por todo o sempre, um dos mais vigorosos dos seus estêios. O seu derradeiro posto ali — secretário perpétuo daquela casa de sábios — ele o deveu ao reconhecimento de todos os seus méritos. No Silogeu, "continuou a cultivar estudos, que ninguém tinha mais amplos do que ele, sobre os fatos da nossa história e ninguém, nestes últimos quarenta anos, escreveu com acerto sobre coisas históricas da nossa pátria sem recorrer à sabedoria do illustre extinto, posta impessoalmente ao serviço do país. Aconselhava, emendava, fornecia documentos, indicava fontes, guiava, em suma, os que começavam na iniciação histórica, com indulgência, bondade, irmãs dos frades de velhos conventos, divididos entre o amor à cultura e o culto divino." É difícil destacar nas 42 obras da sua vasta bibliografia os seus volumes mais notáveis. Entretanto, como trabalhos de consulta, distinguiremos: "História Administrativa do Brasil", "Apostilas da História do Brasil", "A Cidade do Rio de Janeiro", "Esboço da História do Instituto Geográfico Brasileiro", "Quadros da História Pátria" (em colaboração com Basílio de Magalhães), "A Batalha do Passo do Rosário" (polêmica com o general Tasso Fragoso), "Biografia de Pedro II" e "Centenário de Ayacucho". É difícil também enumerar os postos que exerceu e as consagrações que recebeu no Brasil e no estrangeiro. Entretanto, se lhe picava a alma o desgosto de não pertencer à Academia Brasileira de Letras, onde foi derrotado e para onde nunca mais desejou entrar, ele se gloriava de figurar nos quadros da Academia das Ciências e Academia de História de Madrid, da Academia de História da Argentina... para só falar nestas. Mas não quero, nem seria possível, na estreiteza deste espaço e na pressa desta obscura crônica, descrever e apreciar todos os altos méritos desse anúncio insigne. Entretanto, o que dele, numa pequenina fração, envolto na minha saudade, aqui deixo estampado, é suficiente para lembrar que grande filho o Brasil perdeu. Pranteemos o seu desaparecimento. Lavemos com as nossas lágrimas a dor dos nossos corações." E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) Tito Lívio Ferreira

Carlos Alberto Nunes

José de Oliveira Orlandi.

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO VISCONDE DE TAUNAY, REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 1943**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e três, em sua sede, à rua Benjamin Constant, n.º 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, solene, comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, com a presença dos sócios srs. drs. José Torres de Oliveira, José Carlos de Ataliba Nogueira, Artur Pequero de Aguiar Whitaker, Carlos da Silveira, desemb. Afonso José de Carvalho, Igor Nicolaievitch Dolgorukij, Jorge Bertolaso Stela, Marcelo de Toledo Piza e Almeida, Djalma Forjaz, Alvaro da Veiga Coimbra, Aureliano Leite, Alípio Leme de Oliveira, Domingos Laurito, Frederico de Barros Brotero, Carlos Alberto Nunes, Félix Guisard Filho, Geraldo Ruffolo, Carlota Pereira de Quadros, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Roberto Simonsen, Prof. Dácio Pires Corveia, Félix Soares de Melo, Hermes Pio Vieira, Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito, Prof. Hildebrando Siqueira, Prof. Nicolau Duarte Silva, Prof. Celestino Fázio, Prof. Tito Lívio Ferreira e Padre Paulo Aurisoli Cavalheiro Freire. Justificaram sua ausência os sócios drs. César Tripoli e Leonardo Pinto. Perante numeroso e seletto auditório e os representantes de autoridades civis, militares e eclesiásticas, o presidente perpétuo do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, secretariado pelos srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto Nunes, declarou aberta a sessão, tendo convidado para tomar assento à mesa o dr. Paulo d'Escagnolle Taunay e sua Exma. Esposa, a. Maria Luíza Botelho d'Escagnolle Taunay, representantes do dr. Afonso d'Escagnolle Taunay; cap. Guilherme Rocha, representante do Sr. Interventor Federal no Estado; Tte. Alberto Cardoso, representante do sr. Comandante da 2.ª Região Militar; Cônego Rolim Loureiro, representante do sr. Alcaide Metropolitano; dr. Goffredo da Silva Teles, Presidente do Departamento Administrativo do Estado; dr. Alvaro Soares Brandão, representante do sr. Consul de Portugal; dr. René Thiollier e d. Prisciliana Duarte de Almeida, representantes da Academia Paulista de Letras; sr. Zuínglio Homem de Melo, presidente da Sociedade Numismática Brasileira; dr. Aníbal de Andrade, representante do sr. Prefeito Municipal; dr. Ari Junqueira, representante do sr. Secretário da Segurança Pública; dr. Jorge da Silveira Melo Filho, representante do sr. Secretário da Educação; e prof. José César Rosa, repre-

sentante do diretor do Departamento de Educação. Foram lidos pelo 1.º Secretário, vários telegramas, cartas e officios de particulares e de instituições culturais do país, que se fizeram representar na solenidade trazendo sua solidariedade às homenagens prestadas à memória do grande brasileiro. O Sr. Presidente Perpétuo, a seguir, fez um ligeiro esboço da personalidade do Visconde de Taunay, tendo comunicado que, além da conferência anunciada para hoje e que iria ser feita pelo orador official do Instituto, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, já estavam determinadas mais duas para dias que seriam oportunamente marcados, a saber: uma pelo Tte.-cel. Tenório de Brito, e outra pelo prof. Tito Lívio Ferreira, que estudariam, respectivamente, a personalidade do Visconde de Taunay como militar e como escritor e parlamentar. A seguir, deu a palavra ao dr. Paulo de Escagnolle Taunay, que leu, em nome do dr. Afonso de Taunay, seu pai, a seguinte justificativa da ausência deste na reunião: "Pede-me meu Pai que o represente nesta solenidade, a ele, a mim e a todos os nossos, tão grata, encarregando-me de ler algumas palavras ditadas pelo seu grande reconhecimento e justificadoras de sua ausência a esta reunião: — "Forçado a afastar-me de São Paulo em virtude de compromisso antigo com o Instituto de Geografia e História Militar e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representados pelos seus eminentes Presidentes, os exmos. srs. General Sousa Doca e Embaixador Macedo Soares, é com verdadeiro pesar que deixo de assistir às homenagens que, neste recinto sagrado, se prestam à memória de meu Pai. Não encontro termos pelos quais possa agradecer, à altura de sua significação, o que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entendeu executar exaltando figura que me é tão cara, entre uma série das mais nobilitantes e carinhosas demonstrações. Ao nosso querido Presidente Perpétuo, aos seus digníssimos colegas de Diretoria, ao nosso orador official Dr. Ataliba Nogueira, mestre da tribuna, a todos os meus companheiros de trabalho nesta casa de tradição, já quase meio-secular, dos *Gesta Brasiliæ per Paulistas*, aos dedicadíssimos servidores de sua administração, a toda a grande família do Instituto, sempre tão bondosa, que dizer, se não é mais comovido e grato dos "muito e muito obrigado!"? As comemorações do Instituto aderiu a Companhia Melhoramentos de São Paulo com uma exposição bio-bibliográfica, a mais sugestiva e valiosa. Quero endereçar aos dedicados editores de quase toda a obra de meu Pai os meus mais sinceros agradecimentos. Recebo, agora, nova e a mais desvanecedora demonstração da amizade do Instituto, deste Grémio que tanto prezo e a que tanto me honro de pertencer, cuja generosidade me conferiu um titulo de mais alta relevância e do qual sobremodo me ufano. Assim, embargado pela comoção decorrente do avivamento da saudade filial, só me é dado repetir: A vós todos, generosos amigos, muito e muito obrigado!". A seguir, foi dada a palavra ao dr. Ataliba Nogueira, orador official do Instituto, que discorreu longamente a respeito da vida e da obra multiforme do Visconde de Taunay, traçando-lhe a biografia luminosa, desde os seus ascendentes illustres; os primeiros estudos sob a direção do seu proprio pai, o Barão de Taunay, preceptor de S. M. D. Pedro II; o curso excepcional na Escola Militar; as vicissitudes na campanha militar do Paraguai; a fase parlamentar e administrativa, durante os ultimos anos do regime monárquico no Brasil; e, finalmente, o derradeiro periodo de existência do grande brasileiro, já então retirado da vida pública para dedicar-se aos seus estudos prediletos e variados. Em seguida, o orador faz um rápido esboço a respeito da actividade literária do Visconde de Taunay, salientando as duas obras-primas universalmente conhecidas, o romance *Inocência* e a descrição do episódio da

campanha da guerra do Paraguai, conhecido pelo nome de *Retirada da Laguna*, as quais, sem exagero nem receio de contestação, podem ser classificadas como duas jóias da literatura universal. Devido à premência do tempo, o orador declara que não pode demorar-se na apreciação de toda a obra artistica e literária do autor, conquanto houvesse trazido uma relação completa da bibliografia do Visconde de Taunay, com datas e demais indicações bio-bibliográficas pertinentes ao assunto. Contudo, ainda se estendeu na apreciação do sentimento monárquico do homenageado e de sua fidelidade aos principios que nortearam por mais de meio século os destinos políticos do Brasil, apreciando o valor literário e moral de alguns livros do Visconde de Taunay, entre os quais salientava o que traz o título de *Um Grande Imperador*. Numa peroração eloquente, em que o orador exaltou o patriotismo do Visconde de Taunay, comprovado em toda a sua atuação como escritor e como homem público, conclui o dr. Ataliba Nogueira a sua conferência, entre prolongada salva de palmas da assistência. O sr. Presidente Perpétuo, dr. José Torres de Oliveira, faz uma elogiosa referência à brilhante oração do Dr. Ataliba Nogueira, observando que o Instituto permite a livre manifestação de opiniões políticas por parte dos seus sócios, desde que estas evitem suscitar polémicas. E, depois de agradecer às autoridades presentes, aos representantes da Imprensa e instituições culturais, e ao público, a sua participação nas homenagens prestadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao Visconde de Taunay, dá por encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) Tito Lívio Ferreira,

Carlos Alberto Nunes,

José de Oliveira Orlandi.

tado por esses dois Escragnolle Taunay. Há entre eles verdadeira correspondência de fulgores na esfera intelectual brasileira. Resplandece em ambos a mesma auréola de prestígio. O pai é a chama de brasilidade que se propaga e que aviventa o ardor dos defensores do território nacional. O filho é o brilho de uma erudição que aclara as veredas do conhecimento na especialidade a que se consagrou e que consegue despertar amor e dedicação à terra de nosso berço. O primeiro é o propulsor de energias, a palavra de encorajamento, o estímulo e o exemplo para a juventude esforçada de seu tempo. O segundo é o investigador sagaz para o qual não há impecilhos que se antolhem irremovivelmente, não há dificuldades que se não vençam, não há segredos que se não revelem, não há mistérios que se não desvendem nos domínios da história brasileira. Se um é a voz que convence e faz marchar, o outro é o facho que alumia, que protege os passos vacilantes do investigador e evita os tropeços do caminho. Se aquele agita as fibras do sentimento patriótico ao descrever a tenacidade indomável de seus guerreiros em meio da violência dos elementos e das tragédias da selva bruta, este desbrava aos olhos ávidos da curiosidade científica o quadro épico das primeiras lutas e das primeiras aspirações da nacionalidade, apontando traços inapagáveis de uma raça valente, de iniciativas arrojadas. Para nós particularmente, paulistas, Afonso Taunay, filho do Visconde, possui a singularidade cheia de magias de, não havendo nascido em São Paulo, portar-se como o mais amoroso e extremo dos paulistas. É ele o mais esforçado historiador de nossa região, de nossa gente, de nossos fastos, de nossas glórias. É o bandeirante excelso das riquezas esmeralçadas da história vicentina, a percorrer bravamente o mundo misterioso das documentações rotas e antigas escapas e outros olhares, e a descobrir nesses arcanos da vida regional a verdade procurada e por ele reanimada para apresentar-se escorreita e bela às vistas maravilhadas dos estudiosos. É por isso mesmo que a esse historiador insigne e tão glorioso, imitador dos sertanejos de outrora, pois também levou o nome dos bandeirantes a todos os recantos do país, também afastou um meridiano, e do conhecimento, e também alargou os domínios da realidade histórica; a esse reconstrutor incomparável, que pôs em relevo o cenário do adorável Anchieta e reproduziu os episódios do planalto querido, e contou as aspirações primeiras de mamelucos destemidos, bem certo de não se poder conhecer a história do Brasil sem antes conhecer e profundamente a história de São Paulo; é a esse homem eminente que eu proponho, senhor presidente, se deixe consignado na ata de hoje um voto expressivo de nosso grande afeto; proponho que, de envolta com os sentimentos de nossa gratidão admirativa, fique assinalado o jubilo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por ver presente a esta festa homenageante, a personalidade inconfundível de nosso consócio Afonso Taunay". Concluída a brilhante alocução, o Dr. Tôrres de Oliveira declara que a mesma seria incluída na íntegra na ata da sessão, como homenagem ao orador e ao próprio Dr. Afonso de Taunay. Nesse meio tempo, havendo penetrado no recinto o embaixador Macedo Soares, o dr. Tôrres de Oliveira o convida para fazer parte da mesa da sessão, o que S. Ex. recusou, declarando que desejava continuar no lugar que se achava, entre os demais sócios do Instituto. Falaram, em seguida, os sócios, Tenente-coronel Tenório de Brito e Prof. Tito Lívio Ferreira, o primeiro, tecendo considerações sobre a atuação do Visconde de Taunay na campanha do Paraguai, mormente na retirada que se perpetua nas páginas de seu livro intitulado *A Retirada da Laguna*, que analisa como conhecedor pessoal da paisagem; o segundo apreciando o Visconde de Taunay como es-

critor e parlamentar, numa exposição de suas obras, com transcrições dos trechos característicos e menção de episódios que retratam a vida parlamentar da corte nos últimos anos do império. Apreciando o trabalho dos dois conferencistas, o Dr. Tôrres de Oliveira agradece o brilho que ambos emprestaram às comemorações e tece elogios à parte técnica da exposição do Tenente-coronel Tenório de Brito e aos méritos literários do estudo do Prof. Tito Lívio Ferreira, que considera trabalho de fino labor literário, conquanto extenso, como o exigia, aliás, a magnitude do assunto. Levanta-se, em seguida, o Dr. Afonso de E. Taunay para justificar a sua ausência na primeira sessão comemorativa e tecer algumas considerações a respeito da personalidade de seu genitor, o Visconde de Taunay, declarando, de início, que não tencionava traçar-lhe a biografia, mas apenas rememorar alguns traços pouco conhecidos de seu caráter. Antes disso, porém, deseja confessar o seu reconhecimento por motivo das homenagens que estavam sendo prestadas à memória de seu pai, enumerando o que havia sido feito na Capital da República, no Instituto Histórico de São Paulo e no interior do Estado. Passa, depois a falar da vida e da obra do Visconde de Taunay, declarando que sempre entendera que não cabe ao filho exaltar os méritos pessoais do pai; no caso presente ele se limitara a editar-lhe o espólio literário, no que encontrou colaborador eficiente na Companhia Melhoramentos de São Paulo, de propriedade dos Irmãos Weiszflog. Ao falecer o Visconde de Taunay, deixara 16 obras publicadas; presentemente elevam-se a mais de 40 os títulos de seus trabalhos, ainda faltando cinco ou seis obras inéditas, que viriam à luz oportunamente. Como traço predominante no Visconde de Taunay, faz salientar o seu amor à glória, o que considera como de feição hereditária, por encontrar essa mesma ânsia de imortalidade no Barão de Taunay. Daí a preocupação de toda a sua vida, de perpetuar-se em obras de valor imperecível, em que o seu nome ficasse indissolúvelmente ligado à grandeza da pátria, o que realizou cabalmente com a série de livros que mereceram a consagração dos pósteros. Durante a campanha do Paraguai, moço ainda, uma preocupação fixa afligia o Visconde de Taunay: a possibilidade de ser vítima de doenças ou dos azares da guerra na idade em que ainda nada fizera para viver na memória dos concidadãos. Esse traço fundamental de seu caráter explica e justifica outras facetas de sua personalidade, como a vaidade que lhe apontavam, de que o Visconde de Taunay não se eximia, mas procurando isentar-se da pecha de orgulhoso. Os escritores e os políticos eram os que mais atraíam a atenção do Visconde de Taunay, que mostrava pequena ou nenhuma curiosidade para assuntos científicos. Ocupava-se com a sociologia e com problemas correlatos que interessavam de perto ao Brasil, questões de imigração e de povoamento do solo, do que deixou estudos na fase complementar de sua vida. Termina o Dr. Afonso de Taunay dirigindo palavras de agradecimento aos três oradores da sessão, ao Desemb. Afonso de Carvalho, por sua alocução generosa, vasada em forma clássica, ao Tenente-coronel Tenório de Brito, pelos conceitos elogiosos de seu estudo, e ao Prof. Tito Lívio Ferreira, que considera um dos nossos mais dúcteis e elegantes maneijadores da pena, na nova geração de escritores de São Paulo pela síntese que fez da vida e da obra do Visconde de Taunay. Encerrando a sessão, declara o Dr. José Tôrres de Oliveira que propunha que os trabalhos destinados para aquele dia fossem adiados para outra sessão, para que a dessa noite ficasse dedicada inteiramente às comemorações da efeméride. Declara, outrossim, que encerrava nessa data as referidas comemorações oficiais, o que não queria dizer que a tribuna do Instituto não continuasse franca para quantos desejassem tratar



do Visconde de Taunay, sob qualquer aspecto de sua personalidade. Nessa altura pede a palavra o Dr. Geraldo Ruffolo para declarar que deseja inscrever-se para falar na próxima sessão a respeito "Das obras primas do Visconde de Taunay". Ninguém mais desejando falar, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa) Tito Lívio Ferreira,  
Carlos Alberto Nunes,  
José de Oliveira Orlandi.

#### ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE ABRIL DE 1943

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a quarta sessão ordinária do corrente ano, sob a presidência do Sr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: Srs. José Tôrres de Oliveira, Igor Dolgorukij, Plínio de Barros Monteiro, Alvaro Soares Brandão, Alvaro da Veiga Coimbra, Marcelo Piza, Afonso José de Carvalho, Aureliano Leite, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Geraldo Ruffolo, Joaquim Alfredo da Fonseca, Amador Bueno Machado Florence, Fausto de Almeida Prado Fenteado, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Afonso de E. Taunay, N. Duarte Silva, Hildebrando Siqueira, Tito Lívio Ferreira, Salvador de Moya e Tenório de Brito. Não pôde comparecer à sessão, mas justificou sua ausência, o Sr. Dácio Pires Correia. Abrindo a sessão, o sr. José Tôrres de Oliveira, comunica que se acha na ante-sala o sr. Joaquim Alfredo Fonseca, professor da Faculdade de Filosofia de São Bento, recentemente eleito sócio do Instituto. Para introduzi-lo no recinto nomeou uma comissão composta dos srs. Tito Lívio Ferreira, Carlos da Silveira e Aureliano Leite, tendo sido o novo sócio recebido com uma salva de palmas, enquanto os componentes da mesa e assistência se mantinham de pé até que o mesmo assinasse no livro de presença e fosse ocupar o seu lugar entre os demais sócios do Instituto. Iniciando os trabalhos, o sr. presidente comunica que a sessão, embora ordinária, se revestia de certa solenidade, por ser dedicada à comemoração do primeiro centenário da morte de Roberto Southey, poeta inglês e historiador do Brasil, pelo que propunha fosse invertida a ordem dos trabalhos, a-fim-de que a assistência pudesse ouvir logo o orador inscrito, o sr. Igor Dolgorukij. Tendo sido aprovada a idéia, foi dada a palavra ao orador mencionado, que ocupou a tribuna, dissertando com erudição a respeito da figura multiforme do grande escritor inglês, detendo-se com minúcias na análise de sua vida e de sua obra, já como poeta original, já como prosador e, particularmente, como amante da história de Portugal e do Brasil e como benfeitor dos fastos históricos nacionais. A conferência do sr. Dolgorukij foi aplaudida, pela assistência, havendo o sr. Tôrres de Oliveira dirigido palavras de felicitações ao conferencista, por seu trabalho erudito e cheio de informações originais. O sr. Presidente comunicou depois que se encontrava na mesa um trabalho inédito do sócio sr. Ciro Tassara de Pádua, sobre o historiador Roberto Southey, o qual será lido em uma das próximas reuniões ou publicado na Revista do Instituto. Havendo o sr. presidente comunicado que ia dar início aos trabalhos do dia,

usou da palavra o sr. Amador Florence, para pedir que, em virtude do adiantado da hora, fosse adiada para a seguinte sessão a leitura das atas anteriores, acrescentando que desejava, logo após, fazer uma comunicação à casa. Consultada esta, foi aprovada a proposta, depois do que o referido sócio se levantou para lembrar à assembléa que no dia 20 de julho do corrente ano transcorria a data do 40.º aniversário da admissão do sr. Tôrres de Oliveira para sócio do Instituto, fato verdadeiramente extraordinário em uma associação que ainda não contava 50 anos de existência. Rememora a atuação fecunda do sr. Tôrres de Oliveira durante essas quatro décadas, em prol dos estudos históricos e do nome do Instituto, em todos os cargos da diretoria, até ao de presidente perpétuo, que ora ocupa; e depois de salientar o valor da data a que se referia, propõe os seguintes itens, para que a mesma seja condignamente festejada: 1.º seja o acontecimento comemorado em uma assembléa jubilar; 2.º inauguração do retrato do sr. Tôrres de Oliveira, na galeria dos presidentes do Instituto, fazendo salientar que, excepcionalmente, era prestada essa homenagem ainda em vida do presidente; 3.º que fosse colocada uma placa na cadeira da presidência, com inscrição significativa, passando a cadeira a ser designada, daí por diante, "Cadeira Tôrres de Oliveira". Visivelmente comovido, o Sr. Tôrres de Oliveira faz uso da palavra para agradecer a intenção daquelas homenagens, e, depois de fazer ver que não podia continuar na presidência da sessão no momento em que se tratava de assunto em que ele próprio era parte, comunica que se retirava, devendo assumir a direção dos trabalhos o primeiro secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, de acordo com os dispositivos dos Estatutos. O sr. Tito Lívio assumindo a presidência, pede ao sr. Tôrres de Oliveira que permaneça no seu lugar, depois do que consulta a casa a respeito da proposta apresentada pelo sr. Amador Florence. Fazendo uso da palavra, o sr. Afonso José de Carvalho faz ver que a proposta era de natureza tal que dispensava qualquer consulta, opinando que deveria ser aceita sem maiores preâmbulos, depois do que foi aceita por unanimidade de votos. A seguir, o sr. Tito Lívio Ferreira nomeou uma comissão de três membros para tratar desses comemorativos, a saber: os srs. Afonso de Taunay, Aureliano Leite e Afonso José de Carvalho. Faz uso da palavra, ainda, o sr. Geraldo Ruffolo, para congratular-se com o sr. Amador Florence por causa de sua proposta e tecer comentários judiciosos a respeito da próxima comemoração. Reassumindo a presidência, o sr. Tôrres de Oliveira consulta a assembléa sobre o prosseguimento dos trabalhos do dia, havendo o sr. Afonso José de Carvalho pedido que fosse encerrada a sessão, para que nenhum outro assunto viesse a empanar a impressão agradável que ficara da apreciação da proposta do sr. Amador Florence. Concorde os sócios presentes, o sr. presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

José de Oliveira Orlandi.

#### ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE MAIO DE 1943

Presidência: Prof. Tito Lívio Ferreira.

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

2.º Secretário: Prof. José de Oliveira Orlandi.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 1943, em sua sede social, á rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a quinta sessão ordinária do corrente ano. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: Srs. Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, José de Oliveira Orlandi, Afonso de E. Taunay, Igor Dolgorukij, J. R. de Sá Carvalho, Herbert Baldus, Luiz Tenório de Brito, Frederico Frotero, Jerge Bertolaso Stella, Amador Bueno Machado Florence, Domingos Laurito, Ciro Tassaro de Pádua, Cândido de Sousa Campos, Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Geraldo Ruffolo. Na ausência do presidente perpétuo, sr. José Tôrres de Oliveira, e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o 1.º secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, passando a funcionar como 1.º e 2.º secretário, sr. Carlos Alberto Nunes, e convidado para 2.º secretário ad hoc o sr. José de Oliveira Orlandi. Depois de justificar a ausência dos srs. N. Duarte Silva, Dácio Pires Correia, Carlos da Silveira e Aureliano Leite, o sr. presidente comunica achar-se na antesala, para tomar posse, o sócio efetivo sr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão, e nomeia uma comissão composta dos srs. Sá Carvalho, Ciro de Pádua e Amador Florence para introduzi-lo no recinto. Recebido por uma salva de palmas e tendo assinado o livro de presença, o sr. presidente dirige ao sócio empossado uma saudação em nome do Instituto, acentuando seu valor como intelectual e, especialmente, como um dos maiores expoentes da pintura histórica brasileira. Em seguida, o sr. Lopes de Leão pede a palavra e agradece as palavras que lhe foram dirigidas pelo sr. presidente, sendo muito aplaudido ao finalizar. Anunciada pelo sr. presidente a leitura de quatro atas de sessões anteriores, o sr. Tenório de Brito sugere que sejam as mesmas submetidas a discussão e votação independentemente de leitura, por já terem sido publicadas pela imprensa. Aprovada essa proposta e submetidas essas atas a discussão e votação, foram aprovadas sem debate. Continuando ainda com a palavra, o sr. presidente declara que está sobre a mesa uma carta do sr. Ciro de Pádua, dirigida ao presidente do Instituto a respeito da criação da Casa do Índio. Feita pelo 1.º secretário a leitura desse documento, pede a palavra o sr. José de Oliveira Orlandi e declara que, embora não tivesse feito estudo sistemático e profundo do problema do índio brasileiro, compreendia que a realização da idéia do sr. Ciro de Pádua traria importante contribuição etnográfica, sociológica e antropológica, mormente no que diz respeito aos povos autóctones do Brasil. As contribuições para tal estudo são esparsas e levam a conclusões dispersivas, por falta de uma concentração de elementos que poderá ser feita com a instituição da Casa do Índio. Além do mais, a sugestão do sr. Ciro de Pádua vem ao encontro de uma necessidade: a de se soldar

uma dívida com a própria história do Brasil. Os bandeirantes na sua época, pouca coisa deixaram para esse estudo e nem era do seu feitio, não compreendido pela época um movimento científico de expansão. Mas fez ao saber das possibilidades, dos ideais e da coragem do sertão. Era lógico, pois, que o Instituto amparasse com o seu prestígio e a sua responsabilidade a feliz sugestão do ilustre consócio, a qual dava o seu inteiro e incondicional apoio. Continuou em discussão, e ninguém mais pedindo a palavra, o sr. presidente sugere que a carta em apreço seja enviada à Comissão de Etnologia, no que concorda o próprio autor. Em seguida, são submetidas a discussão e votação diversas propostas para sócios, com o seguinte resultado: Capitão Dr. José Nogueira Sampaio e 1.º Tenente Arrisson de Sousa Ferraz, eleitos sócios efetivos; o sr. Ramón de Castro Esteves (Argentina), Dr. Enrique D. Tovar y R. (Perú) e sr. José Alberto Pelúcio (Baependi), eleitos sócios correspondentes. O sr. presidente anuncia que se acha sobre a mesa, à disposição dos srs. consócios, o balancete relativo ao ano de 1942, apresentado pelo tesoureiro do Instituto, sr. Dácio Pires Correia. Informa que esse documento, depois de examinado pela Comissão de Contas, que sobre o mesmo emitirá parecer, será oportunamente submetido a discussão e votação. Dada a palavra a quem dela quisesse usar, levantou-se o sr. Frederico Brotero, que transmitiu à casa o convite do sr. Aureliano Leite, dirigido ao Instituto e a todos os consócios, para assistir à sua conferência, no dia 14 do corrente, na Faculdade de Direito, sobre o seguinte tema: Galeria dos Diretores da Faculdade de Direito. Ninguém querendo usar mais da palavra e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada. Em tempo: Capitão Dr. José Nogueira Sampaio, eleito por 13 votos, contra 3; 1.º Tenente Arrisson de Sousa Ferraz, eleito por 12 votos, contra 4; Sr. Ramón de Castro Esteves, eleito por 10 votos contra 5; Sr. Enrique Tovar, eleito por 15 votos, contra 1; Sr. José Alberto Pelúcio, eleito por 16 votos.

(aa) José Torres de Oliveira  
Tito Lívio Ferreira  
Carlos Alberto Nunes

## ATA DA 6.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE JUNHO DE 1943

Presidente: Dr. Artur Pequerchi de Aguiar Whitaker.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sexta sessão ordinária do corrente ano, tendo comparecido os sócios srs. Artur Pequerchi de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Marcelo Piza, Afonso de E. Taunay, Dácio Pires Correia, João Batista de Campos Aguirra, Enzo Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij, Roberto C. Pompílio, Fausto de Almeida Prado Penteado, Amador Bueno Machado Florence, Ernesto de Sousa Campos e Geraldo Ruffolo. Assumiu a presidência o Dr. Aguiar Whitaker, que justificou a ausência do presidente perpétuo sr. José Torres de Oliveira, bem como a do primeiro vice-presidente, sr. Nicolau Duarte Silva, e a do segundo secretário, sr. Carlos Alberto Nunes, tendo sido convidado para substituir a este o sr. Marcelo Piza. Declarada aberta a sessão, foi feita a leitura da ata da última sessão, tendo pedido a palavra o sr. Carlos da Silveira, para observar que não constava da mesma, na parte referente à eleição dos novos sócios, o número de votos relativos a cada eleição. O sr. Presidente, em resposta a essa observação, determina que seja feito um adendo à ata, antes de ser assinada, no qual constem os números cuja omissão fora notada. A seguir, observa o sr. presidente que se achava na ante-sala, para ser recebido, o novo sócio do Instituto, sr. Ernesto de Sousa Campos, motivo por que propunha, preliminarmente, a inversão dos trabalhos do dia, a fim de que fosse ele logo recebido e pudessem os presentes ouvir a conferência que o referido sócio iria pronunciar. Aceita a proposta, foi nomeada uma comissão de três membros, a saber, os srs. Carlos da Silveira, Amador Florence e Plínio de Barros Monteiro, para introduzirem no recinto o sr. Sousa Campos, o que foi feito, mantendo-se todos os presentes de pé, até que o novo sócio houvesse assinado no livro de presença. O sr. presidente cumprimenta o sr. Sousa Campos, tecendo considerações a respeito de sua personalidade e de sua atuação fecunda como médico e engenheiro, professor e historiador, a quem a ciência e a instrução superior tanto devem. Falando em seguida, o sr. Sousa Campos agradece os conceitos altamente elogiosos do sr. presidente, aproveitando a oportunidade para fazer algumas considerações sobre a prioridade que cabe a São Paulo na instituição do ensino médico no Brasil e sobre a personalidade do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, falecido precisamente há vinte anos, nesta cidade. Transcrevemos as suas palavras: "São Paulo mereceu contar, entre seus filhos, um homem da envergadura de Arnaldo Vieira de Carvalho. Impondo-se pela magnitude de suas qualidades morais, técnicas e científicas, o funda-

dor da Faculdade de Medicina de São Paulo foi essencialmente educador. Este seu feito, produto de espontânea vocação natural e de dados cultura geral, evidenciou-se em todas as suas atitudes, desde a atuação anterior à fundação da escola médica de São Paulo. Por esse motivo, a Santa Casa de Misericórdia, sob sua sã e benévola orientação, foi, até hoje, um grande centro de educação e instrução médica. Na educação superior, Arnaldo plasmou novas formas que se vêm refletindo, em outras escolas do Brasil e que deram, à nossa "alma mater", posição de grande destaque de que muito justamente nos vangloriamos, nós, os antigos alunos dessa casa de ensino. São Paulo mereceu este privilégio, porque São Paulo sempre deu à educação o primado entre as múltiplas e vigorosas atividades que o assinalam, de modo marcante, no cenário da nação brasileira. Neste particular, há uma zona de interferência nas direções que têm traçado os governantes da nossa terra, desde os tempos coloniais até à hora atual. Divergindo em outros problemas da nossa vida social e política, todos, com maior ou menor intensidade têm cooperado para manter, melhorar ou ampliar o nosso sistema educativo, que, se não é perfeito, tem, pelo menos contribuído para o renome do Estado, dentro e fora do país. São Paulo nasceu em torno de um colégio. Foi o problema da educação que atraiu Nóbrega do litoral para o planalto. Os índios do campo dificilmente podiam mandar os filhos para o Colégio vicentino. Não havia outro meio senão atravessar a serra para formar um novo núcleo junto aos aldeamentos. Nóbrega, ao terminar a jornada, estendeu-se ante o espetáculo que se descortinou a seus olhos surpresos e curiosos. E, aqui, junto ao Tietê, entre o Tamanduatê e o Anhangabau, com a ajuda de Tibiriçá e Catubi, lançou a primeira semente, no dia da Degolação de São João Batista, a 29 de agosto de 1553, fazendo os primeiros cinquenta catecúmenos e deixando dois irmãos para os doutrinarem. Assim nasceu Piratininga, para onde Nóbrega mais tarde conduziu alguns irmãos, entre os quais Anchieta, grande humanista, dizendo-se a primeira missa a 25 de janeiro, dia da conversão de São Paulo. Mais uma vez afirmava-se a missão educativa, ficando a Igreja do Colégio sob a invocação do "Doutor das Gentes". Não é, pois, de admirar que a São Paulo contivessem as primícias na organização do ensino médico oficial do Brasil. É uma revelação (não sei se alguém já a fez anteriormente) fruto de pesquisas que empreendi sobre a educação em nosso país e reservada para a data em que se prestam, anualmente, homenagens ao homem que, em todos os tempos, será o guia sob cuja égide viverá a Faculdade de Medicina de São Paulo. Idéia assente é que o ensino médico brotou no pátio de Jesus imediatamente à chegada de D. João VI, na cidade do Salvador. Hoje podemos dizer que no pátio do Colégio de São Paulo a instituição já se organizara pelas mãos de um capitão-general. Não foi duradoura mas deu os primeiros frutos. Algumas tentativas precederam a estas iniciativas oficiais. Foram, porém, de ordem privada, tais como a de Antônio Mendes, em 1790, a de Antônio José Pinto, na Santa Casa do Rio-de-Janeiro. Não passaram de boas intenções abortadas, no dizer de Oscar Freire. O empreendimento de São Paulo teve, porém, cunho oficial. Levou-a a cabo o governador da Capitania Antônio José de França e Horta. A cerimônia de terminação do curso processou-se, com todo o aparato, no próprio palácio do Governo, na presença das autoridades e do Governador. Estimulado pelo sucesso da empresa, o Governador enviou a notícia ao Visconde de Anadia, seu superior hierárquico, no Governo da Metrópole. O ofício faz parte dos documentos contidos no volume 32 dos Arquivos do Conselho Ultramarino, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde os compulsei. Eis um trecho desta epistola: "Com a maior satisfação ponho na presença de V. Excia. o resultado das minhas diligências em promover conhecimentos úteis nesta capitania. Pelo documento N.º 1 verá V. Excia.

que a aula de Cirurgia instituída por mim no Hospital Militar desta cidade e de que foi e continua a ser Lente o físico-mor, Mariano José do Amaral, todos eles saíram aprovados pelos examinadores com gosto geral dos que assistiram a este ato, celebrado, como todos os mais, em uma das salas deste Palácio, o que muito me lisonjeou, porque não existindo nesta Capitania mais do que um só Cirurgião aprovado, havendo duas aulas, como pretendo, conseguirei deixar na Capitania pessoas com todo conhecimento da arte que possam socorrer as moléstias da humanidade destituída até aqui de uma tal providência". Note-se que no curso havia só um Lente. Não era muito mais numeroso o corpo docente da Academia Médico Cirúrgica da Bahia, instituída por D. João VI, pois esta escola possuía apenas dois professores o Dr. José Manuel Estrela e o Dr. José Soares de Castro, o primeiro nascido no Brasil e o segundo em Portugal. Até que apareçam notícias bem documentadas de acontecimentos semelhantes ocorridos em data anterior a 1803, o tenente-general Antônio José de França e Horta foi o instituidor do primeiro ensino médico oficial no Brasil e isto em São Paulo, no próprio Palácio do Governo. Eis o contingente que conseguiu trazer à história do ensino médico na data em que se prestam as devidas homenagens à memória de Arnaldo Vieira de Carvalho". O orador foi muito aplaudido, depois do que passou a resumir a sua conferência a respeito do Capitão-General Antônio José de França e Horta, que foi governador de São Paulo e que fez o primeiro ensaio do ensino médico do Brasil. São essas as suas conclusões: "Em conclusão, temos o caso de um governador de São Paulo que travou porfiada luta com os Andradas, por questões inicialmente sem importância, mas que atingiram incrível climax pela tenacidade, obstinação, orgulho e mal compreendido amor próprio de todos os contendores — mas um governador que defendeu e libertou os índios, impediu o avanço sobre as fronteiras de São Paulo, que promoveu a intensificação do comércio, da agricultura, que fez o primeiro ensaio de ensino médico oficial no Brasil, que se preocupou com os problemas educativos, com o problema rodoviário, que restaurou a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que reviveu o mais antigo hospital da América do Sul — a Santa Casa de Misericórdia de Santos, que fundou a de Sorocaba, que construiu o primeiro leprosário, em São Paulo; que edificou o primeiro hospital militar; que instalou condignamente a Alfândega de Santos e que deixou os seus atos e seus relatórios escritos, o que não fizeram muitos dos seus colegas governadores gerais. Depois de toda esta minha exposição, eu não sei se merece o vosso aplauso esse Governador de São Paulo — Capitão-General Antônio José de França e Horta, feito Marechal, por D. João VI, ao terminar os seus serviços no Brasil — por D. João VI que estava habituado a tratar com homens da envergadura de um Conde de Linhares e de um Conde da Barca. Posso assegurar que este aplauso eu não regateio a quem, a meu ver, tantos benefícios prestou à nossa terra e à nossa gente". Reatando os trabalhos do dia, foi lida pelo primeiro secretário uma carta em que a Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia pede a adesão do Instituto. A seguir, são lidos os pareceres dos membros da Comissão de Etnologia a respeito da idéia da criação da Casa do Índio. O sr. presidente propõe que, de acordo com um desses pareceres, seja o assunto submetido à apreciação do General Rondon, tendo os sócios presentes se manifestado de acordo. A seguir, foi posta em votação a proposta relativa ao Dr. Florêncio de Abreu, para sócio correspondente do Instituto, a qual foi aprovada. A seguir, pede a palavra o sr. Geraldo Ruffolo, para tecer comentários a respeito da personalidade do dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e do dr. Miguel Couto, lembrando a atuação deste tanto no ensino superior como na Câmara dos Deputados. A seguir, fala com mais pormeno-

res a respeito da figura de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, vulto republicano de notável convergadura cívica e moral, cujo centenário de nascimento se comemora em 12 de agosto deste ano. Natural da cidade de Itú, filho do eminente varão Francisco de Almeida Prado, cognominado "o coluna de Itú", aos 21 anos partiu em viagem para a Europa, onde se abeberou dos ideais republicanos. De volta para o Brasil, fez-se paladino dos ideais democráticos. Foi em sua residência, que, em 1873, os republicanos realizaram a reunião que ficou célebre e conhecida pela denominação histórica de "Convenção de Itú". Concluindo a sua exposição, o sr. Geraldo Rúffolo diz que o Instituto não poderá ficar indiferente às solenidades que vão ser prestadas a esse varão insigne na cidade de seu nascimento, propondo, então, que seja inaugurada uma placa de bronze comemorativa do centenário. O sr. presidente fez comentários a respeito da proposta do ilustre consócio, comunicando que seriam tomadas as providências necessárias para a realização de suas sugestões. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) José Tôrres de Oliveira;

Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE JULHO DE 1943

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sétima sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios srs. dr. José Tôrres de Oliveira, prof. Tito Lívio Ferreira, cel. Luiz Tenório de Brito, dr. Bueno de Azevedo Filho, dr. Igor Dolgorukij, desemb. Afonso José de Carvalho, dr. A. P. de Aguiar Whitaker, dr. Ricardo Daunt, prof. Joaquim Fonseca, dr. Carlos da Silveira, dr. J. R. de Sá Carvalho, dr. Enzo Silveira, João B. de Campos Aguirra, dr. Aroldo de Azevedo, dr. Marcelo Piza, dr. Frederico Brotero, dr. Carlos Alberto Nunes, dr. Domingos Laurito, dr. Fausto de Almeida Prado Penteadado, Roberto Pompílio, dr. Alvaro da Veiga Coimbra, cap. dr. José Nogueira Sampaio, ten. Arrisson de Sousa Ferraz, pe. Paulo Aurisul Cavalheiro Freire, dr. Djalma Forjaz, dr. Geraldo Rúffolo e dr. Aureliano Leite. Compareceu pessoalmente o sr. Francisco d'Auria, secretário da Fazenda, e fizeram-se representar o dr. Goffredo da Silva Telles, presidente do Departamento Administrativo do Estado, pelo dr. Antonio Carlos Alves de Lima; o prof. Cândido Mota Filho, diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, pelo dr. Danton Castilho Cabral; o dr. Gabriel Monteiro da Silva, diretor geral do Departamento das Municipalidades, pelo dr. Adolfo Leonei Petersen; o Comitê de São Paulo da França Combatente, pelo sr. Jacques Funck; o Consulado Geral do Perú e a Sociedade Geográfica de Lima, pelo dr. Andrés Nachmann; o Instituto dos Advogados, pelo dr. Alcides da Costa Vidigal; o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelo prof. Teodoro Braga; o Instituto Genealógico Brasileiro, pelos srs. dr. Carlos da Silveira, dr. Igor Dolgorukij, dr. Vivaldo de Magalhães Castro, dr. Ulhoa Cintra, dr. Agenor Garcia e cel. Tenório de Brito; o consulado do México, pelo dr. Domingos Laurito; e a Defesa Passiva Anti-Aerea, pelo dr. Antonio Carlos Cardoso. Justificaram ausência os sócios srs. dr. Afonso de Taunay, prof. Teodoro Braga, dr. Omar Simões Magro e dr. Alvaro Soares Brandão. Abrindo a sessão, o dr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo, ladeado pelos srs. prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Carlos Alberto Nunes, 1.º e 2.º secretários, respectivamente, convida para tomarem assento à mesa os srs. representantes das autoridades civis e o sr. secretário da Fazenda. A seguir, declara que se acham na ante-sala, para tomar posse, os sócios srs. cap. dr. José Nogueira Sampaio e 1.º ten. Arrisson de Souza Ferraz, e nomina para introduzi-los no recinto, uma comissão composta dos srs. dr. Bueno de Azevedo Filho, cel. Tenório de Brito e pe. Cavalheiro Freire. Para saudar os recipiendários, o sr. presidente dá a palavra ao pe. Cavalheiro Freire, que, em uma gra-

ção curta e eloquente, exprime a satisfação do Instituto ao receber os novos colaboradores. Em nome de ambos, falou o 1.º ten. Arrisson de Sousa Ferraz, que teve considerações judiciosas sobre a finalidade do Instituto, sua projeção na vida intelectual do país. Ao serem iniciados os trabalhos da sessão, pediu a palavra o dr. Domingos Laurito, para propor que fosse dispensada a leitura da ata da sessão anterior, já divulgada na imprensa e, por conseguinte, do conhecimento de todos os sócios, e também para que fosse feita a inversão da ordem dos trabalhos, a fim de que a numerosa assistência tivesse oportunidade de ouvir logo o orador inscrito, dr. Bueno de Azevedo Filho, que iria dissertar sobre a vida e a obra do dr. Pedro Vicente de Azevedo. Postas em discussão e votação essas duas propostas, foram ambas aprovadas, motivo por que o sr. presidente declarou aprovada a ata da sessão anterior e deu a palavra ao dr. Bueno de Azevedo Filho, o qual passou a ler a sua conferência, que illustrou com larga documentação, tendo feito estudo minucioso da vida do eminente brasileiro que se chamou Pedro Vicente de Azevedo. Em prosseguimento dos trabalhos do dia, o sr. 1.º secretário leu as cartas e telegramas de adesão às homenagens prestadas à memória do dr. Pedro Vicente de Azevedo, enviados ao Instituto, a saber, do sr. Arcebispo Metropolitano, do prof. Teodoro Braga, do Instituto Heráldico-Genalógico, do dr. Mario de Lima Barbosa e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. A seguir, como estivesse na sala de espera o sócio recentemente eleito dr. Antonio da Gama Rodrigues, o sr. presidente nomeou uma comissão para introduzi-lo no recinto, composta dos srs. dr. Bueno de Azevedo Filho, Geraldo Ruffolo e cel. Tenório de Brito, que acompanharam o dr. Gama Rodrigues, enquanto a assistência se conservava de pé até serem preenchidas as formalidades da posse. O sr. presidente, depois de saudar o novo sócio e de fazer comentários a respeito do seu valor intelectual e moral, declarou empossado. Lido pelo 1.º secretário o balanço da receita e despesa do Instituto no curso de 1942, assim como o parecer da respectiva comissão técnica, foi aquele documento unanimemente aprovado. Em seguida, o dr. Carlos Alberto Nunes declara desejar desincumbir-se de uma missão de que o haviam encarregado, dias antes, na cidade de Itú. Em visita a essa cidade tradicional do nosso Estado, fora procurado pelas professoras dd. Clélia e Sílvia Fonseca de Lima, as quais chamaram a sua atenção para o estado em que se encontra o ferro da capela-mor da Matriz da cidade. Esse ferro, que é todo pintado por frei Jesuino do Monte Carmelo, é uma obra de arte de valor inestimável; mas, pela ação do tempo, ameaça cair, estando visivelmente em desagregação. Por isso, propõe que o Instituto, que sempre zelou pelo nosso patrimônio artístico e cultural, oficie a quem de direito, sugerindo a indicação de um técnico capaz de certificar-se in loco da razão de ser desse alarme e de tomar providências para conjurar o perigo de hoje e o prejuízo de amanhã, para que não venha o país a ficar desfalado daquela obra artística da época colonial. O sr. presidente, depois de por em votação a proposta, que foi aprovada, declarou que será estudado o meio mais eficiente de atender às sugestões feitas pelo dr. Carlos Alberto Nunes. E, como ninguém mais pedisse a palavra, declarou que deixava de submeter ao exame do plenário algumas propostas para sócios e, devido ao adiantado da hora, encerrava a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(sa.) A. P. Whitaker,

Tito Lívio Ferreira,

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 20 DE JULHO DE 1943

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de 1943, em sua sede social, a rua Benjamin Constant, n. 352, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, comemorativa do 40.º aniversário da eleição do Dr. José Tôrres de Oliveira como sócio efetivo, com a presença do homenageado e dos sócios Srs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Bueno de Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Afonso Jose de Carvalho, J. E. de Paula Assis, A. P. de Aguiar Whitaker, J. R. de Sá Carvalho, Plínio de Barros Monteiro, Aureliano Leite, Domingos Laurito, Tenório de Brito, Igor Dolgorukij, Ricardo G. Daunt, Alvaro da Veiga Coimbra, Joaquim Alfredo da Fonseca, Arrisson de Sousa Ferraz, Djalma Forjaz, Celestino Fázio, Fausto Penteado, Roberto Pompílio, J. de Oliveira Orlandi, Ernesto de Sousa Campos, Cândido de Sousa Campos, Alípio Leme de Oliveira, Dácio Pires Correia, José Carlos de Ataliba Nogueira, Enzo Silveira, Pêrsio Pereira Mendes, Manuel Gândara Mendes, Paulo V. Lopes de Leão, Geraldo Ruffolo, Alvaro Soares de Oliveira, Alvaro Soares Brandão e João B. de Campos Aguirra. Fizeram-se representar: o Comando Geral da Força Policial do Estado, pelo capitão Augusto Ferreira Macladen; o Comando da Guarda Civil, pelo aspirante Omar Martins Barbedo; a Secretaria da Fazenda, pelo dr. Laércio Teixeira; a Secretaria da Justiça, pelo dr. Ivan Vergueiro; o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, pelo dr. Lima Netto; o Consulado do Perú, pelo dr. Andrés Nachmann; o Consulado de Portugal, pelo dr. Alvaro Soares Brandão; a Sociedade "Amigos da Cidade" pelo dr. Ubaldo Calubi; o Instituto Genealógico Brasileiro, pelo dr. Carlos da Silveira; o Instituto Heráldico-Genalógico, pelo dr. Enzo Silveira; o Consulado do México, pelo dr. Domingos Laurito; a Sociedade "Hans Staden", pelo dr. Igor Dolgorukij; a Reitoria da Universidade de São Paulo, pelo dr. Murilo Mendes; a Sociedade Filatélica Paulista, pelo dr. Elisário Baiana e a Sociedade Numismática Brasileira, pelo sr. Zuinglio M. Homem de Melo. Justificaram ausências os srs. Afonso de Taunay, Teodoro Braga, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, Benedito Castilho de Andrade, Paulo Américo Passalacqua, Blandina Ratto, Teodomiro Dias, Antônio Migue! Leão Bruno, Gabriel Munteiro da Silva, Percival de Oliveira, Carvalho Franco, Armando de Arruda Pereira, Félix Guisard Filho, Omar Simões Magro, Hildebrando Siqueira, Alvaro de Sales Oliveira, Mário de Sanctis, Jorge Bertolaso

Stella, Bento Bueno, Sebastião Almeida Oliveira, J. A. Marrey Júnior, Antônio Piccarolo, Pe. José Danti, Amador Florence, Cap. José Nogueira Sampaio, Fernando de Azevedo, Leônido de Queiroz, Mário de Sampaio Ferraz, Lélio Vieira, Miguel Franchini Neto, A. A. Meneses Drummond, A. F. Cesarino Júnior, Sinésio Rangel Pestana, Lucila Batista Pereira, José A. Gonçalves, Pe. João B. de Carvalho, Ulisses Coutinho, J. F. de Melo Nogueira, Edvard Carmilo, Eugênio Egas, Pe. Castro Néri, Spencer Vampré, César Salgado e Afonso Schmidt. Abrindo a sessão, o sr. Duarte Silva declarou que, por se tratar de uma sessão de homenagem ao presidente do Instituto, dr. Tórres de Oliveira, assumia a presidência, na qualidade de vice-presidente, e nomeava uma comissão composta dos srs. Frederico Brotero, Afonso José de Carvalho e Aureliano Leite, para introduzir no recinto o homenageado, o que foi feito sob vibrante salva de palmas de todos os presentes, que se conservaram de pé enquanto o dr. Tórres de Oliveira assinava o livro de presença, e tomava assento à mesa, na cadeira presidencial. A seguir, foram lidos pelo 1.º secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, os documentos referentes à comemoração, cujos signatários foram acima citados. O sr. Duarte Silva nomeia, em seguida, uma comissão composta dos srs. Agular Whitaker, Oliveira Orlando e Tenório de Brito, para colocar uma placa de prata na cadeira do sr. presidente perpétuo, com a inscrição: "Cadeira Tórres de Oliveira — 20-7-1943". Outra comissão, composta dos srs. Alvaro Coimbra, Ricardo Daunt e Ernesto de Sousa Campos, foi designada para descobrir o retrato a óleo do homenageado, trabalho de autoria do prof. Paulo do Vale, o que foi feito sob prolongada salva de palmas. Dada a palavra ao orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, preferiu este o elogio do dr. José Tórres de Oliveira. Depois de referir-se às comemorações do dia, desde a missa na igreja de São Francisco, detem-se na consideração do valor das homenagens que estavam sendo prestadas, sem paralelo na longa vida do Instituto. Traça, depois, a biografia do homenageado, desde o tempo em que frequentou o Colégio de Itú e, em seguida, nos bancos acadêmicos da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, onde se destacou em uma turma que contava com os nomes de Herculano de Freitas, Afonso José de Carvalho, Paulo Prado, Otávio Mendes, João Luiz Alves, Afonso Arinos de Melo Franco, Mendes Pimentel e outros. Depois de referir-se à atuação do Dr. Tórres de Oliveira em sua vida pública, como promotor na comarca de Cunha e juiz de órfãos em São Luiz de Paraitinga, ou como advogado em Jaboticabal e em São Paulo, passa o orador a tratar da personalidade do sócio do Instituto, motivo principal das homenagens que estavam sendo prestadas. Recorda que a proposta com o seu nome, indicado para figurar na categoria dos sócios efetivos, foi apresentada em 20 de junho de 1903 e aprovada precisamente um mês depois, há quarenta anos. Dai, por diante, o dr. Tórres de Oliveira dedicou-se ao Instituto de maneira verdadeiramente excepcional, tendo ocupado, um a um, todos os cargos da Diretoria, além dos postos de que, em várias comissões, se desincumbiu, com raro brilho. Aclamado presidente perpétuo do Instituto em 1932, por proposta reilgida por Leopoldo de Freitas e logo subscrita por grande número de sócios, salientou-se a atuação do dr. Tórres de Oliveira por uma grande soma de serviços prestados ao Instituto. Os seus trabalhos históricos acham-se publicados na Revista da instituição, revelando sempre o carinho do estudioso pelas cousas de nossa terra e a meticulosidade do pesquisador. Terminada, sob aplausos gerais, a brilhante oração do prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, o sr. Duarte Silva comunica que um apanhado da

mesma seria publicado na Revista do Instituto. Tomando a palavra, o dr. Tórres de Oliveira agradece os conceitos emitidos pelo orador oficial e salienta que apenas cumprira o seu dever em tudo o que fizera pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A seguir, o sr. Zutângio Homem de Melo, presidente da Sociedade Numismática Brasileira, oferece ao homenageado um distintivo e um diploma de sócio honorário daquela instituição. Fala também o sr. Geraldo Rúffolo, congratulando-se com os presentes pelas homenagens prestadas ao dr. Tórres de Oliveira. Depois de responder aos dois últimos oradores e de agradecer as manifestações de simpatia do que fôra alvo, o dr. José Tórres de Oliveira assume a presidência da sessão e declara-a encerrada. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) A. P. Whitaker.

Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

**ATA DA 8.a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE AGOSTO DE 1943**

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a oitava sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos Srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Carlos Alberto Nunes, Fausto de Almeida Prado Penteado, Armando Calubi, Igor Dolgorukij, Roberto Pompílio, Arrisson de Sousa Ferraz, Alamiro de Ávila y Martel e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Fizeram-se representar os srs. Gofredo T. da Silva Teles, presidente do Conselho Administrativo do Estado, e Gabriel Monteiro da Silva, diretor do Departamento das Municipalidades. Justificaram ausência os Srs. José Tórres de Oliveira, Afonso de Taunay, Geraldo Ruffolo, José Carlos de Ataliba Nogueira, Aureliano Léite e Dácio Pires Correia. Aberta a sessão pelo 2.º vice-presidente, Sr. Aguiar Whitaker, secretariado pelos Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários, foi aprovada uma proposta do Sr. Frederico Brotero, no sentido de se dispensar a leitura das atas de duas sessões anteriores, por já terem sido publicadas e serem, por conseguinte, do conhecimento dos presentes. Postas em discussão as referidas atas e não havendo ninguém que a respeito se manifestasse, foram as mesmas aprovadas. Como houvesse três oradores inscritos, o Sr. presidente propôs que, em atenção às pessoas que compareceram especificamente para ouvi-los, fosse invertida a ordem dos trabalhos. Aprovada unanimemente tal sugestão, o Sr. presidente deu a palavra ao 1.º orador inscrito, o Sr. Fausto de Almeida Prado Penteado, que dissertou sobre a personalidade do convencional republicano Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, em cuja residência se realizou a Convenção de Itú em 1873 e cujo centenário de nascimento ocorre no dia 12 do corrente. Estudando a figura do ardoroso republicano, situa-o o conferencista no momento histórico em que viveu e atuou com eficiência, fazendo ressaltar quanto de coragem cívica era necessário para levar a efeito a idéia de realizar em seu próprio lar o primeiro congresso republicano do país, em pleno regime monárquico e apesar da relativa tolerância do imperador. As medidas políticas adotadas em conjunturas semelhantes justificavam recelos bem fundados, pois atingiam não só os acusados de conjura, como também seus descendentes. A coragem de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado culminou com a recusa de hospedar em sua residência o Impera-



dor e sua comitiva, que deveriam ir a Itú naquela mesma ocasião. Ao terminar a leitura do seu trabalho, foi o orador muito cumprimentado, tendo o Sr. presidente tecido conceitos elogiosos a respeito da peça que acabava de ser ouvida. Devendo inaugurar-se no dia 12 do corrente a bela placa comemorativa do centenário de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, comunica o Sr. presidente que, como tem acontecido em outras solenidades dessa natureza, o Instituto se fará representar pelos sócios que espontaneamente tiverem comparecido. Em seguida, o Sr. presidente anuncia que se acha no recinto o prof. dr. Alamiro de Avila y Martel, catedrático de História do Direito da Universidade do Chile e sócio correspondente do Instituto. Assim, para acompanhá-lo até à mesa, onde assinará o livro de presença, nomeia o Sr. presidente uma comissão composta dos Srs. Bueno de Azevedo Filho, Frederico Brotero e Roberto Pompílio. Satisfeita, sob uma salva de palmas, a formalidade de posse, o Sr. presidente traça o elogio do novo sócio, cujos méritos intelectuais são bastante conhecidos, constituindo cabedal suficiente para que se realize com pleno êxito a sua missão ao Brasil, aonde veio para tomar parte no congresso jurídico que terá por sede o Rio de Janeiro. O Prof. Avila y Martel agradece a saudação, fazendo ressaltar o espírito de solidariedade americana que o trouxe ao nosso país. Assume a tribuna, a seguir, o segundo orador inscrito, Sr. Roberto Pompílio, para dissertar sobre o tema "Tapirapés, Chave do Roncador". Depois de referir-se à expedição que está sendo organizada pelo Governo Federal, com o fito de abrir uma estrada entre Leopoldina e Santarem, atravessando o rio das Mortes e cortando o vale Tapajós-Xingu, refere-se o conferencista à proposta que apresentou ao Sr. Ministro João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica, no sentido de chefiar uma outra expedição que, em articulação com a já referida, tenha por objetivo explorar a serra do Roncador e fixar ali os primeiros centros de povoação. A respeito, o conferencista lê o memorial que dirigiu recentemente ao Dr. Manhães Barreto, em que expõe os resultados que espera obter do seu empreendimento. Terminada sob aplausos gerais, a brilhante exposição do Sr. Roberto Pompílio, pede a palavra o Sr. Igor Dolgorukij, para propor a inclusão em ata do memorial que acabava de ser lido e é o seguinte: "São Paulo, 22 de julho de 1943 — Ilmo. Sr. Dr. Manhães Barreto — São Paulo — Prezado Senhor: — De acordo com a recomendação de V.S., com quem tive o grande prazer de estabelecer ligação em cumprimento das instruções que recebi do Sr. Ministro João Alberto, venho com a presente oferecer-lhe o memorial que se segue, sobre minha pretendida colaboração nos trabalhos de exploração e colonização de parte do Brasil-Central, em vias de realização. O vasto programa traçado pelo Exmo. Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, dentro da palavra de ordem do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, para exploração e colonização da região compreendida entre o vale do Araguaia, cabeceiras do Xingú e vale do Tapajós, veio com novas forças, reanimar a maior aspiração de minha vida: a exploração da parte central da Serra do Roncador e fundação ali de uma feitoria, como ponto-de-partida de sua colonização. A exploração dessa parte da serra virá desfazer as lendas e desvendar os mistérios que em torno dela se formaram. A fundação de uma feitoria será o primeiro passo para a fixação do homem à terra e exploração das reservas de matérias primas e desenvolvimento agrícola e pecuário da região. Contribuindo na sua realização não terei passado pela vida como um inútil à nossa Pátria, a quem tanto amo e desejo servir. Há nove anos que animado desse propósito realizei minha primeira viagem pelo Araguaia, a qual teve por objetivo procurar

um ponto, por onde pudesse, com a maior probabilidade de êxito, penetrar em direção oeste, rumo à parte central da Serra do Roncador. Fixado esse ponto, que foi o rio Tapirapés, cujo curso se orienta de oeste para leste, por ele internei-me em segunda expedição, acompanhado apenas de 5 auxiliares, 1 operador cinematográfico da Cinédia e 2 índios Carajás, utilizando exclusivamente meus modestos recursos. Subi esse rio, até onde dava água para as canoas, e depois, a pé pelo serrado, rumo noroeste, até à aldeia dos índios Tapirapés, com os quais estive alguns dias, obtendo deles preciosas informações sobre a serra que dali se avista. Como fosse meu objetivo estudar o estabelecimento de uma base que servisse de apoio a uma terceira expedição, então devidamente aparelhada, observei cuidadosamente o curso do rio, seus "furos" que encurtam ou aumentam as distâncias, a embocadura de lagos que se confundem com os canais, a formação do terreno, a importância da vegetação, as principais elevações, etc. Essa terceira expedição, entretanto, não cheguei a realizar. Faltaram-me os recursos indispensáveis a um empreendimento de tal ordem, que particularmente não me foi ainda possível reunir. A possibilidade de se viajar por terra, desde a margem do Araguaia até a aldeia dos Tapirapés, assim como a estimativa da distância e obstáculos a vencer, também foram objeto de investigações. E que sendo o Tapirapés pouco profundo, na época do ano mais favorável para se viajar (Julho a Setembro), uma expedição com equipamento pesado encontraria maior dificuldade em avançar por ele do que por terra. Reuni, assim, certa bagagem de conhecimentos, que anotei cuidadosamente. Deixando o Tapirapés, depois de por ele subir-se durante alguns dias, numa distância que, em linha reta, seria de cerca de 35 a 40 quilômetros do Araguaia, ainda se encontra a mesma formação: campos e serrados ralos, que o rio alaga periodicamente. Entretanto, à proporção que se avança em profundidade, o aspecto da vegetação vai melhorando e torna-se menos desolador. Começam as primeiras elevações e, por fim, chega-se à aldeia dos índios Tapirapés. Adiante, bem ao longe, a serra imensa, misteriosa e inexplorada, coberta de mata espessa, confundindo-se com as brumas do poente. Que enormes reservas naturais deve esconder essa região, em torno da qual se criaram tantas lendas, desde as fascinantes Minas dos Martírios até as gigantescas ruínas de uma cidade antiga! Varejar esses matos, pesquisar o subsolo dessas montanhas, provar o cascalho de seus rios, certamente faz parte do grandioso plano traçado pelo esclarecido espírito do Sr. Coordenador. Nesse sentido, estou certo, poder ser-lhe útil. Ofereço-me e assumo toda responsabilidade de guiar uma coluna que partindo do Araguaia, pelo campo, ou subindo o Tapirapés, chegue à aldeia dos índios desse nome, estabelecendo ali uma base para depois atingir e explorar a parte central da Serra do Roncador até o Xingú. Não cabe a esta resumida exposição, o direito de tomar o precioso tempo de V.S. com detalhes sobre a composição dessa coluna, equipamento necessário, etc., tanto mais que eles estão ligados muito diretamente ao sistema de transporte que venha a ser facilitado pelo Sr. Coordenador. Penso entretanto que a penetração desde a margem do Araguaia em direção à aldeia dos índios Tapirapés, deverá ser de preferência pelo campo e não pelo rio Tapirapés. Além de encurtar a distância, já irá formando estrada. Partiríamos de "Furo de Pedra", pequeno povoado situado na margem esquerda do braço maior do Araguaia, mais ou menos no mesmo paralelo da Aldeia dos Tapirapés que lhe fica a oeste. Em "Furo de Pedra" que está situado quase na ponta Norte da Ilha do Bananal, estabeleceríamos portanto nossa primeira base. Até ali a viagem seria em canoas, descendo o Araguaia desde Leopoldina. Até

estabelecermos a 2.ª base, que seria na Aldeia Tapirapés, onde construiríamos abrigos, campo de pouso e plantaríamos as primeiras roças, a coluna não precisaria compor-se de mais de 25 a 30 homens, além dos demais membros indispensáveis à expedição. Para a etapa que se seguisse — a da exploração da serra — viriam então os técnicos e auxiliares que se fizesse necessário. Sobre minha expedição ao Tapirapés, escrevi o seguinte trabalho para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a que tenho a honra de pertencer como sócio efetivo. Lido em sessão de 5 de junho de 1940, foi publicado na Revista daquela instituição, vol. XL, págs. 295/309, do qual tive oportunidade de oferecer ao Sr. Coordenador um exemplar, quando por ocasião de sua recente visita a São Paulo. Nos arquivos da Cinédia S.A. — Rio de Janeiro, existe um filme (cópia B) sobre essa expedição, o qual foi considerado documentário e educativo pelo Departamento de Censura, tendo sido exibido no Rio de Janeiro e em S. Paulo. Grato pela atenção que V.S. dignar-se dispensar à presente e ao inteiro dispor de V.S. para quaisquer outros esclarecimentos ou maiores detalhes, aguardo com o máximo interesse suas prezadas ordens. — De V.S., alto.º e obr.º (a) **Roberto Pompilio.** Tendo deixado de comparecer o terceiro orador inscrito, Sr. Ernesto de Sousa Campos, o Sr. presidente anuncia que se acham sobre a mesa várias propostas para novos sócios, as quais, postas em discussão e votação, foram aprovadas, sendo eleitos: sócios correspondentes, os Drs. Guilherme Martinez Auler e Hélio Viana; e sócios efetivos, os Srs. Prof. Joaquim Silva e José Benedito Silveira Peixoto. Fala, depois, o Sr. Bueno de Azevedo Filho, para pedir que fosse nomeada uma comissão com o fim de levar as congratulações do Instituto ao seu presidente perpétuo, por motivo de haver este saído ileso do acidente de automovel, de que há dias foi vítima. Por designação do Sr. presidente, ficaram incumbidos dessa missão oficial os Srs. Bueno de Azevedo Filho e Frederico Brotero. A seguir, pede a palavra o Sr. Frederico Brotero, para propor um voto de profundo pesar pelo falecimento do sócio honorário do Instituto e decano dos nossos jornalistas, José Maria Lisboa Júnior, tendo o Sr. presidente falado a respeito da personalidade do extinto. O Sr. Igor Dolgorukij propõe que sejam enviados pésames à família do morto, bem como a notificação da deliberação que acabava de ser tomada. Por não haver mais nenhum assunto a ser tratado, o Sr. presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) A. P. de Aguiar Whitaker.

Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA 9.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1943

Presidente: Dr. José Tórres de Oliveira.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos seis dias do mês de setembro do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a nona sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos srs. José Tórres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, N. Duarte Silva, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Djaima Forjaz, Ernesto de Sousa Campos, Carlos da Silveira, Joaquim Alfredo da Fonseca, Tenório de Brito, Afonso José de Carvalho, Arrison de Sousa Ferraz, Igor Dolgorukij, Otomiel Mota, Américo B. A. de Moura, Luiz Ribeiro do Vale, Enzo Silveira, José A. Magalhães, Soares Brandão, Frederico Brotero, Celestino Fazzio, Alvaro da Veiga Coimbra, José Carlos de Ataliba Nogueira, J. B. Silveira Peixoto, Geraldo Rúffolo, Fausto de Almeida Prado Penteado, Meneses Drummond, Ulisses Coutinho, Raul de Sá Piuto e João B. de Campos Aguirra. Fizeram-se representar: o sr. Interventor Federal, pelo Capitão Miguel Gouveia Franco; o Comandante da Segunda Região Militar, pelo Tenente José Maria Romagosa; o Comandante da Força Policial do Estado, pelo Tenente Astolfo de Araújo; o sr. Secretário da Justiça, pelo sr. Ivan Vergueiro; o sr. Consul de Portugal, pelo dr. Alvaro Soares Brandão; e o Instituto Genealógico Brasileiro pelos Drs. Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij e Olavo Dias da Silva. Justificaram ausência os srs. Aureliano Leite, Arnaldo Amado Ferreira e J. R. de Sá Carvalho. Havendo número legal, o sr. Tórres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, que se achava ladeado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários, declarou aberta a sessão, dedicada à memória de D. José Gaspar de Afonseca e Silva, vice-presidente do Instituto, recentemente falecido em um desastre de aviação. A seguir, o sr. Tórres de Oliveira convidou para tomar parte da mesa os srs. Sebastião P. de Afonseca e Silva e César de Afonseca e Silva, respectivamente, pai e irmão de D. José Gaspar de Afonseca e Silva, bem como os representantes do sr. Interventor Federal, do Comandante da 2.ª Região Militar e da Força Policial do Estado. Antes de iniciar as homenagens, o sr. Tórres de Oliveira comunica que, por encontrar-se na ante-sala um sócio recentemente eleito, o sr. José Benedito da Silveira Peixoto, determinava que fosse o mesmo introduzido no recinto, antes dessas homenagens, a fim de ser empossado, para o que nomeou uma comissão composta dos srs. Frederico Brotero, Enzo Silveira e Coronel Tenório de Brito, os quais acompanharam o sócio recipiendário até à mesa, onde o sr. Silveira Peixoto assinou o livro de presença, enquanto a assistência se conservava de pé. A seguir, o sr. Presidente dirigiu uma saudação ao novo sócio, congratulando-se com a sua entrada para o Instituto.

Ocupa a tribuna, depois, o sr. Silveira Peixoto, para agradecer a saudação do sr. Presidente, tendo dissertado, em seguida, a respeito da figura de Prudente de Moraes, que já fora objeto de estudo por parte do orador, em livro recentemente publicado. Prolongada salva de palmas seguiu-se às suas palavras. Voltando a falar, o sr. Torres de Oliveira se refere sumariamente ao acidente brutal que enlutou o país, no dia 27 de agosto próximo passado, dando a seguir a palavra ao orador oficial do Instituto, sr. Ataliba Nogueira, a-fim-de fazer o necrológio de D. José Gaspar de Afonseca e Silva, que falecera naquele acidente. Ocupa a tribuna o sr. Ataliba Nogueira, tendo dissertado por mais de uma hora a respeito da figura, notável sob tantos aspectos, do último arcebispo de São Paulo, traçando-lhe o perfil biográfico desde o tempo em que realizou os seus estudos preparatórios, até à sua recente atuação, como diretor espiritual, na Arquidiocese do nosso Estado. A sua oração será publicada na Revista do Instituto. Retomando a palavra, o sr. Torres de Oliveira declara que, ainda em homenagem ao ilustre morto, o Instituto não preencheria a vaga de vice-presidente, aberta com o desaparecimento de D. José Gaspar, enquanto durasse o mandato da diretoria eleita em 1939. Pede, em seguida, que fosse consignado na ata da sessão um voto de pesar pelo falecimento dos demais passageiros do avião sinistrado no dia 27 de agosto, o dr. César Libero, Monsenhor Alberto Teixeira Pequeno, Padre Nelson Norberto de Sousa Vieira, o Piloto do avião, tripulantes e demais passageiros. Pede, também, outro voto de pesar, pelo recente falecimento do sr. Paulo de Lima Correia, Secretário da Agricultura do Estado, que era sócio efetivo do Instituto. Abre como preito as comemorações dessa noite o sr. Torres de Oliveira declara que não seria lida a ata da sessão anterior, e que não se trataria de nenhum outro assunto pertinente à vida do Instituto, motivo porque declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(Ass.) A. P. de Aguiar Whitaker  
Tito Lívio Ferreira  
Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA 10.ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 5 DE OUTUBRO DE 1943

Presidente: Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker.

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a décima sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos seguintes sócios: srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Domingos Laurito, Cel. Pedro Dias de Campos, João B. de Campos Aguirra, Plínio de Barrós Monteiro, Tte. Arrisson de Sousa Ferraz, Marcelo Piza, Celestino Fazzio, Frederico Brotero, Carlos da Silveira, Alvaro Soares Brandão, Luiz Tenório de Brito e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Justificaram ausência os seguintes sócios: srs. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, Ottoniel Mota, Rev. Jorge Bertolaso Stella, Geraldo Rúffolo, Joaquim de Almeida Fonseca e o Pe. José Danti. Na ausência do presidente perpétuo e do primeiro vice-presidente, assumiu a presidência dos trabalhos o sr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, 1.º e 2.º secretários. Aberta a sessão, o sr. presidente determinou que fossem lidas as atas das sessões anteriores. Por proposta do Coronel Tenório de Brito, aprovada pelos presentes, foi dispensada essa leitura, em virtude de terem sido as referidas atas publicadas na imprensa local, motivo por que foram elas consideradas como aprovadas pelos presentes. Iniciando os trabalhos o sr. presidente consulta a casa a respeito das vantagens da inversão dos mesmos, para que a assistência pudesse ouvir logo o orador inscrito, sr. Ernesto de Sousa Campos, que, lembrando a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, cujo 4.º centenário ocorre no ano fluente, iria falar sobre o problema hospitalar no Brasil e apresentar uma memória sobre a fundação da Santa Casa de São Paulo, levando-se em consideração a presença, no recinto, de pessoas que vieram à sessão para essa finalidade. Aprovada a sugestão, foi dada a palavra ao sr. Sousa Campos, que entregou à mesa a sua memória sobre o assunto anunciado, com documentação farta, declarando que naquele momento iria fazer apenas algumas considerações gerais sobre aquele tema, justificadas pelas comemorações do quarto centenário da Santa Casa de Misericórdia de Santos. O trabalho do sr. Sousa Campos traz o título: "Memória histórica sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo". Depois de um apanhado histórico sobre essa instituição, discute o orador a origem das Misericórdias, contestando que fosse ela portuguesa, para demonstrar que o primeiro hospital no gênero foi obra dos florentinos, no começo do século 14. Passa, em seguida, a estudar a fundação da Misericórdia de Lisboa, por iniciativa de D. Leonor, viúva de D. João II, o que se deu em 1498, iniciativa que foi logo imitada

no reino e nas colônias. Daí, com documentação farta, o orador estuda o problema da fundação das Misericórdias de Santos, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, demorando-se sobre esta última, para dizer que a mais antiga data que se conhece a respeito de sua existência é a referente à doação testamentária de Isabel Fernandes, em 1599, que legou a importância de mil réis para essa instituição. A exposição foi ilustrada com fotografias de documentos antigos, em parte destruídos pelas traças, o que leva o orador a fazer um apelo ao Instituto, para que, com a colaboração de associações culturais congêneres seja estudado o meio mais eficaz da conservação dos documentos guardados em arquivos. Concluída a exposição, o sr. presidente tece considerações elogiosas sobre a importância da comunicação então apresentada, passando, depois, para a segunda parte dos trabalhos do dia, que consistiu na votação de novas propostas para sócios, as quais foram aprovadas na seguinte ordem: para sócio correspondente: dr. Gastão Benédicli de Benédiclis; para sócios efetivos: d. Alice Piffer Canabrava, prof. Rafael Rocha Campos e dr. Edmur de Sousa Queiroz. Dada a palavra aos sócios que dela quisessem fazer uso, levantou-se o sr. Igor Dolgorukij para apresentar as seguintes propostas: 1.<sup>a</sup> que fosse lançada em ata um voto de pesar pelo falecimento do dr. Paulo da Silva Prado; 2.<sup>a</sup> que fosse nomeada uma comissão para representar o Instituto por ocasião da comemoração, em Santos, do quarto centenário da Santa Casa de Misericórdia; 3.<sup>a</sup> que fosse reservada a primeira fila de cadeiras da sala de conferências exclusivamente para os sócios ou pessoas gradas, a critério da mesa; 4.<sup>a</sup> que os discursos de posse dos sócios recipiendários fossem submetidos à censura da mesa. Fazendo uso da palavra, o sr. presidente declara que as propostas 3 e 4 deveriam ser objeto de cogitação mais demorada e de estudo da mesa, quicá, mesmo, de comissão indicada para esse fim, razão por que punha em votação apenas as duas primeiras propostas. Falando o sr. Domingos Laurito, propõe que em vez de comissão fosse enviado um ofício por ocasião das comemorações da Santa Casa de Santos; o sr. Carlos da Silveira aceita a idéia de uma comissão, julgando que deveriam ficar incumbidos dessa missão os sócios do Instituto que residam naquela cidade. Por sugestão do sr. presidente, aprovada pelos demais sócios presentes, ficou a mesa incumbida de escolher uma comissão, de acordo com esse critério, no caso de residirem em Santos sócios do Instituto em número suficiente, ou com a indicação de nomes de outros sócios que pretendam comparecer àquelas comemorações. Faz uso da palavra, ainda, o sr. Celestino Fazzio, para dizer que, embora sem autorização oficial, representou o Instituto por ocasião das comemorações de Piracicaba, no dia 25 de setembro próximo passado, o que fez depois de se ter certificado de que o Instituto não mandara nenhum representante para essas comemorações. O sr. presidente agradece a sua iniciativa, encerrando, após, a sessão, por não haver mais nenhum assunto a ser tratado. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) N. Duarte Silva  
Tito Lívio Ferreira.  
Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA 11.<sup>a</sup> SESSÃO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS, EM 25 DE OUTUBRO DE 1943.

Presidente: Prof. Nicéu Duarte Silva.

1.<sup>o</sup> Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.

2.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 1943, em sua sede social, a rua Benjamin Constant, n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a 11.<sup>a</sup> sessão ordinária de encerramento dos trabalhos do corrente ano, com a presença dos srs. N. Duarte Silva, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Domingos Laurito, Cel. Tenório de Brito, Silveira Peixoto, Igor Dolgorukij, Cel. Pedro Dias de Campos, Tte. Arrisson de Sousa Ferraz, João Batista de Campos Aguirra, Frederico Brotero, Armando de Arluda Pereira, Manuei Gândara Mendes, Enzo Silveira, Geraldo Rúffolo, Edmur de Sousa Queiroz, Alvaro Soares Brandão, e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Justificaram ausência os sócios srs. José Tôrres de Oliveira, Carlos da Silveira, Dácio Pires Correia e Pe. Paulo Aurisol C. Freire. Na ausência do sr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, assumiu a direção dos trabalhos o 1.<sup>o</sup> vice-presidente, sr. N. Duarte Silva, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> secretários. Por proposta do sr. Tenório de Brito, geralmente aprovada, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por já ter sido a mesma publicada, tornando-se, por isso, do conhecimento de todos. Em prosseguimento, o sr. presidente comunica que na ante-sala se encontra o sr. Edmur de Sousa Queiroz, recentemente eleito para o Instituto, e que deveria tomar posse na presente sessão. Para introduzi-lo no recinto, designou uma comissão de três sócios, o Com. Pedro Dias de Campos, Cel. Tenório de Brito e sr. Igor Dolgorukij, os quais acompanharam o sócio recipiendário até à mesa, para assinatura do livro de presença, enquanto os demais sócios se conservavam de pé. Depois da saudação que lhe foi dirigida, o sr. Edmur de Sousa Queiroz agradeceu em discurso sucinto, a sua eleição como sócio efetivo do Instituto, em prol de cuja finalidade cultural se compromete a envidar o melhor dos seus esforços. Pelo primeiro secretário, foi lido o expediente, constante de cartas, ofícios e de um parecer da Comissão de História relativo ao convite da Smithsonian Institution, no sentido de que o Instituto se filie à Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia. Os signatários do parecer opinam que seja ouvida a Comissão de Etnografia, para que se manifeste a respeito das finalidades da Sociedade Interamericana, assim como do prestígio de que desfruta nos meios culturais da especialidade a que se dedica. Foi lida, também, uma carta do sr. Hélio Viana, em que o signatário comunica ter sido nomeado para membro da Comissão de estudos de textos relativos à

História do Brasil, e pede, por isso, que os sócios do Instituto lhe enviem apontamentos sobre trabalhos de sua autoria, para facilitar-lhe a tarefa, em que se empenha, de levantar a bibliografia histórica do Brasil. O sr. presidente sugere que se peça ao sr. Hélio Viana um questionário apropriado, afim de que seja de maneira uniforme respondido pelos sócios. Em seguida, foi lido um ofício do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, convidando o Instituto a apoiar os esforços daquela Sociedade, no sentido de ser revogado o art. 9.º do Decreto-lei federal n. 3599, de 6 de setembro de 1941, o qual dispõe sobre a eliminação de homônimas na denominação dos municípios brasileiros. Depois de se manifestarem vários sócios, ficou determinado que o Instituto enviará ofício apoiando aquela iniciativa. Em seguida, foram postas em votação e aprovadas as prepostas para sócio efetivo, relativa ao capitão Henrique Oscar Wiederspahn, e as restantes para sócios correspondentes, referentes aos srs. Carlos Studart Filho, Luis Lôbo, Fernando Antônio Raja Gabaglia e Murilo de Miranda Basto. Concluída a votação, foi dada a palavra ao sr. Ruffolo, que propõe sejam consignados na ata votos de pesar pelo falecimento do General Manuel do Nascimento Vargas e do Dr. Edmundo Bittencourt, ambos ocorridos recentemente na capital da República. Pelo consócio Bueno de Azevedo Filho foram entregues à mesa trabalhos da autoria do sócio correspondente Castilhos Goiocheia, do Rio de Janeiro, e dos Srs. Cônego Raimundo Trindade, de Mariana, e Padre Manuel Ruela Pomba, de Lisboa. Antes de encerrar a sessão, o sr. presidente comunica que no dia 1.º de novembro se realizará a sessão magna do Instituto, na qual o sr. Ataliba Nogueira fará o necrológico dos sócios falecidos durante o ano social findo, e em 5 do mesmo mês de novembro deverá ser realizada no Instituto uma conferência do sr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre a identidade física do Regente Feijó, comemorativa do centenário da morte do notável estadista brasileiro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) N. Duarte Silva.

Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA SESSÃO MAGNA, REALIZADA EM 1.º DE NOVEMBRO DE 1943

Presidente: Prof. Nicolau Duarte Silva

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

No dia 1.º de novembro de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n. 152, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão comemorativa de sua fundação e dedicada ao necrológico dos sócios falecidos no corrente ano. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: srs. N. Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, José Carlos de Ataliba Nogueira, Luiz Tenório de Brito, Igor Dolgorukij, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Alvaro da Veiga Coimbra, Alvaro Soares Brandão, Joaquim Alfredo da Fonseca, Cândido de Sousa Campos, Ottoniel Mota, Frederico Brotero, Silveira Peixoto, Arrisson de Sousa Ferraz, Ernesto de Sousa Campos, Pedro Dias de Campos e Geraldo Ruffolo. O sr. Alvaro Soares Brandão representou o sr. consul de Portugal e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Esteve presente a sessão Monsenhor Ramón Ortiz, na qualidade de representante da Cúria Metropolitana. Justificaram a ausência o sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto e o conde José Vicente de Azevedo. Na ausência do presidente perpétuo assumiu a presidência da sessão o primeiro vice-presidente, sr. Nicolau Duarte Silva, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, que, abrindo a sessão, convidou para fazerem parte da mesa monsenhor Ramón Ortiz e o sr. Alvaro Soares Brandão. A seguir, depois de comunicar a finalidade da sessão, deu a palavra ao orador oficial do Instituto, sr. Ataliba Nogueira, que ocupou a tribuna. Começa o orador falando a respeito da data da fundação do Instituto, e lembra a esse respeito, que no próximo ano o Instituto comemorará o seu cincoentenário, parecendo-lhe que desde já dever-se-ia pensar na melhor maneira de celebrá-lo. Lembra a possibilidade de serem publicadas monografias referentes à atividade do Instituto ou sobre assuntos que se relacionem com a história de São Paulo, uma vez que não se pode pensar na publicação do Dicionário Histórico do nosso Estado. A seguir, passa a discorrer sobre a vida e os feitos dos mortos do ano, sócios do Instituto, obedecendo à ordem cronológica, a saber: dra. Marie Rennotte, dr. Max Fleiuss, dr. Antônio Pompeu de Camargo, dr. José Maria Lisboa Júnior, d. José Gaspar de Afonseca e Silva, dr. Paulo de Lima Correia e dr. Paulo Prado. O orador traça o perfil biográfico de todos esses sócios, estudando-lhes a atividade multiforme e fecunda, mormente no que se relaciona com a vida do Instituto, com documentação farta e elevação de conceitos. Ao concluir, o sr. presidente tece elogios à peça

que acabava de ser ouvida, declarando que a mesma seria publicada na Revista do Instituto. E, por nada mais haver a ser tratado, foi encerrada a sessão, depois de haver o sr. presidente convidado os sócios presentes para a próxima sessão extraordinária do dia cinco do corrente mês. Em consequência, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e discutida, será devidamente assinada.

(aa.) N. Duarte Silva.

Tito Lívio Ferreira.

Carlos Alberto Nunes.

#### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 1943

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Pr. E. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Cel. Luiz Tenório de Brito

Aos 5 dias do mês de novembro do ano de 1943, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n.º 132, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária em comemoração do primeiro centenário da morte do Padre Diogo Antônio Feijó. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Roberto Thut, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Frederico Bastião de Almeida, Sôusa Queiroz, Ricardo Gumbleton Daunt, Carlos da Silveira, Félix Soares de Melo, Américo B. A. de Moura, Carlos Borges Schmidt, Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, Tenório de Brito, Igor Deigorukij, Alvaro da Veiga Coimbra, Arrisson de Sousa Ferraz, Amador Bueno Machado Florence, Cândido de Sousa Campos, A. A. Meneses Drummond, N. Duarte Silva, Geraldo Rúffolo, Enzo Silveira, Alvaro Soares Brandão, Félix Gulsard Filho e Pedro Dias de Campos. Na ausência justificada do segundo secretário, foi designado pelo sr. Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, o Coronel Tenório de Brito para exercer as funções daquele sócio. Convida, em seguida, o sr. presidente para tomarem parte da mesa o sr. Cônsul de Portugal, sr. Ricardo G. Daunt, sr. Luiz Silva e cônego Rolim Loureiro, chanceler do Arcebispado. Passa, depois, s. exa. a tratar da finalidade da sessão, declarando que o Instituto se associava, por essa forma, as comemorações projetadas em memória do padre Feijó, o que não podia ser feito no dia 10 do corrente mês, por motivos que independiam de sua vontade. A seguir, dá a palavra ao sr. Ricardo G. Daunt, que passa a dissertar sobre o tema "Da família Camargo à identidade física do padre Diogo Antônio Feijó". Na exposição de sua tese o conferencista se ocupa da família Camargo e, principalmente, do ramo Santos Camargo, de Campinas, para deter-se no vulto de Joaquim José dos Santos, primo de Feijó. É um estudo, por assim dizer, panorâmico. Depois apresenta 15 retratos de Feijó, que considera absolutamente originais, para concluir que o que mais se aproxima das medidas cranianas tomadas nos restos mortais do eminente estadista é o da autoria do litógrafo francês Sisson. Declara, também, que na série de pesquisas históricas contidas em seu estudo ainda inédito "Feijó na tradição da família Camargo", foi seu objetivo: 1.º) Documentar genealógica e biogracicamente um dos ramos da família Camargo, do qual procedem Joaquim José dos Santos e o Padre Feijó; 2.º) Comprovar que o Padre Diogo Antônio Feijó foi criado e educado sob os cuidados afeiçoados da família Camargo, que é o seu tronco; 3.º) Comprovar o constante e sempre cultivado respeito ao parentesco e à tradição de amizade recebida de Joaquim José dos Santos, no culto à memória do Padre Diogo Antônio Feijó e de sua irmã d. Maria Justina de Camargo. O con-

ferencista termina o seu trabalho apresentando ao auditorio o busto de Feijó feito pelo artista Cuccé, de acordo com os dados craniométricos obtidos pelo estudo dos restos mortais do grande estadista. Em seguida, passa a ocupar a tribuna o sr. Luiz Silva, que disserta sobre "O estudo craniométrico para a reconstituição científica da identidade física de Feijó", ditando-se nos seguintes itens: 1.º Fixar os dados craniométricos, antes que os veneráveis despojos venham a sofrer as consequências fatais da ação devastadora do tempo, e enquanto os mesmos aguardam sua inumação em sepultura definitiva; 2.º Conhecer fisicamente, tanto quanto possível, o Padre Diogo Antônio Feijó; 3.º Lançar as bases de estudos científicos capazes de fornecer informes precisos para que os artistas, historiadores e cientistas possam apresentar, de maneira mais uniforme, a figura física do homem, do sacerdote e do estadista Padre Diogo Antônio Feijó. Ambos os oradores foram vivamente aplaudidos, sendo o sr. Tôres de Oliveira tecido judiciosas considerações a respeito do valor científico das duas conferências, que, a seu tempo, serão publicadas na *Revista do Instituto*. É, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

Caro N. Duarte Silva,

**Tito Lívio Ferreira.**

Carlos Alberto Nunes.

## ÍNDICE

DIOGO ANTONIO FEIJÓ NA TRADIÇÃO DA FAMÍLIA CAMARGO, por <i>Ricardo Gumbleton Daunt</i> .....	1
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO	
RESUMO DE 1943 .....	361
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE 1940 .....	369
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE 1943 .....	370
CADASTRO SOCIAL (1944) .....	371
AVANÇOS DE JANEIRO A 5 DE NOVEMBRO DE 1943 .....	379